JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS

O DEFENSOR DO POVO (1887-1958)

António José Queiroz

coleção PARLAMENTO

JoseDominguesDosSantos.indb 1 12/10/2012 14:42

JoseDominguesDosSantos.indb 2

coleção PARLAMENTO

12/10/2012 14:42

JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS

O DEFENSOR DO POVO

(1887-1958)

António José Queiroz

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Centenário da República
·Assembleia da República·

Parlamentares da I República
Coordenação **Luís Farinha**

JoseDominguesDosSantos.indb 3 12/10/2012 14:42

FICHA TÉCNICA

Título **José Domingues dos Santos – O Defensor do Povo (1887-1958)**
Autor **António José Queiroz**
Coordenação da série Parlamentares da I República **Luís Farinha**

Edição **Assembleia da República – Divisão de Edições**
Revisão **Maria da Luz Dias**
Capa e Design **Nuno Timóteo**

Paginação e pré-impressão **tvm designers**

Impressão **Peres-Soctip – Indústrias Gráficas, SA**

Tiragem 600 exemplares
ISBN 978-972-556-595-7
Depósito Legal XXXX

Lisboa, outubro 2012

© Assembleia da República.
Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

Imagem da capa: José Domingues dos Santos. Foto Beleza – Porto [1926]. Arquivo de família.

JoseDominguesDosSantos.indb 4 12/10/2012 14:42

José Domingues dos Santos.
Studio Rodo, Paris, [1946].
Arquivo de família.

JoseDominguesDosSantos.indb 5 12/10/2012 14:42

À memória de
José Augusto Seabra, Carlos Barral e Raul Brito

JoseDominguesDosSantos.indb 7 12/10/2012 14:42

ÍNDICE

Apresentação da série Parlamentares da I República 11

Lista de siglas e abreviaturas 13

Nota prévia 15

Prefácio 19

I | Prólogo: Do Seminário ao Governo Civil do Porto (1899-1919) 23

II | No Parlamento e no Governo da República (1919-1925) 37

1. Legislatura de 1919-1921 37
2. Legislatura de 1921 61
3. Legislatura de 1922-1925 78

III | Da Esquerda Democrática ao 28 de Maio (1925-1926) 115

1. Antecedentes da Esquerda Democrática 115
2. As eleições de 1925 137
3. Legislatura de 1925-1926 150

IV | Na oposição à Ditadura Militar (1926-1927) 167

V | No exílio (1927-1954) 185

VI | Epílogo: Os últimos anos (1954-1958) 223

Apêndice documental 235

1. Seminarista 237
2. Publicista 238
3. Deputado 252
4. Ministro 264
5. Dirigente partidário 298
6. Oposicionista 324
7. Cronologia 333

Apêndice iconográfico 341

Fontes e bibliografia 359

Índice remissivo 375

JoseDominguesDosSantos.indb 9 12/10/2012 14:42

Apresentação da série Parlamentares da I República

A série Parlamentares da I República reúne um conjunto de estudos monográficos sobre a atividade política de doze individualidades republicanas que se distinguiram no Congresso, como deputados ou como senadores. Sendo este o principal enfoque, os estudos não deixarão, contudo, de valorizar a sua concomitante atividade como líderes partidários, a atuação como ministros ou como presidentes da República, ou ainda o seu empenhamento de homens com uma vida cívica relevante, quer como publicistas, quer como conferencistas ou pedagogos.

Na base dos critérios apontados, foram tidas em conta as seguintes individualidades: Álvaro de Castro, António Granjo, António José de Almeida, António Maria da Silva, Bernardino Machado, Manuel de Brito Camacho, Francisco Pinto da Cunha Leal, José Domingues dos Santos, João Pereira Bastos, Sebastião de Magalhães Lima, António Maria de Azevedo Machado Santos e Amílcar da Silva Ramada Curto. Algumas destas individualidades acompanharam o novo regime desde a implantação até à sua queda, constituindo, por isso mesmo, um bom barómetro do projeto republicano, tanto na sua conceção e constitucionalização, como na ação política propagandística ou nas realizações parlamentares e governativas. Quase todos eles se encontram, de um modo ou de outro, associados aos momentos mais marcantes da I República e alguns, como António Granjo ou Machado Santos, "Heróis da Rotunda", foram também seus mártires. Num regime que, de partido único se transfigurou, no pós-guerra, em multipartidário de partido dominante, a escolha destes deputados teve ainda em conta a necessidade de fazer representar as principais famílias e sensibilidades políticas, dos *democráticos* do centro aos *nacionalistas*, aos *esquerdistas* e aos *radicais* e *socialistas*.

As monografias reunirão, além de uma componente biográfica, um conjunto de campos de análise da atividade política destes republicanos, como deputados e ministros, mas também como altos funcionários, diplomatas e ativistas cívicos. Num anexo documental, os autores darão a conhecer peças documentais únicas, pelo seu estilo e singularidade – de discursos no Congresso a textos doutrinários ou panfletários, de artigos de imprensa a conferências ou estudos temáticos com incidência parlamentar, governamental ou diplomática.

A coleção acompanha o ciclo comemorativo do I Centenário da República, prevendo-se a publicação das obras no período que medeia de 2008 a 2013. Como autores, conta com um vasto leque de historiadores consagrados, oriundos das diferentes academias do país, mas também com um conjunto de jovens investigadores, cujos estudos de especialização – em teses de mestrado ou de doutoramento – versaram sobre o tema em causa.

JoseDominguesDosSantos.indb 11 12/10/2012 14:42

Pela amplitude dos temas tratados e pela qualidade esperada dos trabalhos em curso, a série Parlamentares da I República virá a constituir, por certo, um importante contributo para o estudo dos homens e da ação política de um tempo apaixonante da História portuguesa recente, ainda envolto em nuvens de penumbra e controvérsia.

O coordenador da série
Luís Farinha

Lista de siglas e abreviaturas

ADP	Arquivo Distrital do Porto
AGUC	Arquivo Geral da Universidade de Coimbra
AHMNE	Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
AMM	Arquivo Municipal de Matosinhos
AOS	Arquivo Oliveira Salazar
APDP	Arquivo Particular Domingos Pereira
APJPC	Arquivo Particular João Pereira de Carvalho
APJDS	Arquivo Particular José Domingues dos Santos
APPM	Arquivo Particular Pina de Morais
AR	Ação Republicana
ARS	Aliança Republicano-Socialista
ASMP	Arquivo do Seminário Maior do Porto
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
BSPM	Biblioteca Sarmento Pimentel – Mirandela
CCP	Centro Católico Português
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CNUA	Conselho Nacional de Unidade Antifascista
CRCEDHC	Centro Russo de Conservação e de Estudos dos Documentos em História Contemporânea
CUF	Companhia União Fabril
CR	Causa Republicana
Cx.	Caixa
ED	Esquerda Democrática
DDS	Diretório Democrato-Social
Del.	Delegação
DG	*Diário do Governo*
EUA	Estados Unidos da América
FEP	Federação dos Emigrados Portugueses
FNLD	Frente Nacional Liberal e Democrata
FO	Foreign Office
FPP	Frente Popular Portuguesa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GOLU	Grande Oriente Lusitano Unido
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
ICS	Instituto de Ciências Sociais

JoseDominguesDosSantos.indb 13 12/10/2012 14:42

MBM	Museu Bernardino Machado
MND	Movimento Nacional Democrático
MUD	Movimento de Unidade Democrática
MUNAF	Movimento de Unidade Nacional Antifascista
NRRN	Núcleo Republicano Regionalista do Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDE/DGS	Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança
PCP	Partido Comunista Português
PDPS	Polícia de Defesa Política e Social
PR	Partido Reconstituinte
PRED	Partido Republicano da Esquerda Democrática
PRL	Partido Republicano Liberal
PRN	Partido Republicano Nacionalista
Proc.	Processo
PRP	Partido Republicano Português
PRR	Partido Republicano Radical
PSE	Polícia de Segurança do Estado
PSP	Partido Socialista Português
PVDE	Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado
UGCR	União Geral dos Combatentes Republicanos
UIE	União dos Interesses Económicos
ULR	União Liberal Republicana
UN	União Nacional
UON	União Operária Nacional
UPDP	União Patriótica e Democrática Portuguesa

Nota prévia

Esta biografia, que resulta de um honroso convite do prof. doutor Luís Farinha, deve-se, em grande parte, ao apoio prestado pelos familiares do dr. José Domingues dos Santos, particularmente pela sua neta, dr.ª Maria Madalena Domingues dos Santos, a quem agradeço a consulta de valiosa documentação e vários esclarecimentos. Os meus agradecimentos são também devidos às seguintes pessoas e instituições: dr.ª Maria José Queirós Lopes (da Biblioteca Municipal de Amarante), coronel Manuel Pereira de Carvalho (do Museu Militar do Porto), dr.ª Paula Lamego (do Museu Bernardino Machado), dr.ª Margarida Mota (do Arquivo Municipal de Matosinhos), prof.ª doutora Cristina Clímaco, dr.ª Noémia Neves Anacleto Louçã, prof. doutor António Ventura, dr. Paulo Samuel, escritor Luís Amaro, dr. Carlos Oliveira e Biblioteca Pública Municipal do Porto.

JoseDominguesDosSantos.indb 15 12/10/2012 14:42

"Digamos tudo: toda a ação que não tem um fim idealista,
ou representa um sacrifício, não vale nada."
Raul Brandão

"Para lá dos homens, pobres figurantes duma farsa ou duma
tragédia transitória, está a República e a Pátria!"
Aquilino Ribeiro

"Assim se gizam os destinos dos homens – entre a credulidade e a ameaça."
Agustina Bessa-Luís

JoseDominguesDosSantos.indb 17 12/10/2012 14:42

Prefácio

Em 1981, no *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, A. H. de Oliveira Marques referia-se a José Domingues dos Santos nos seguintes termos: "Desta interessante figura política nada há de biográfico que possa ajudar o historiador."[1] Assim era, de facto. O pouco que então se encontrava publicado em dicionários e enciclopédias não ia além de informações generalistas e pouco rigorosas. Estudar a vida e a obra deste político republicano constituía, pois, um interessante desafio. A ele decidimos meter ombros, no âmbito de uma dissertação de doutoramento sobre a Esquerda Democrática. Um dos capítulos dessa dissertação, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em março de 2007, era justamente dedicado a José Domingues dos Santos, líder da Esquerda Democrática e do partido a que daria origem, o Partido Republicano da Esquerda Democrática.

A obra que agora se publica retoma a referida investigação, incidindo essencialmente no referido capítulo, que naturalmente se desenvolve e aprofunda. Deste modo, procuramos, tanto quanto possível, acompanhar o percurso pessoal e político de um republicano "radical", que tantas paixões provocou após o sidonismo.

Num tempo marcado pelo autoafastamento das figuras históricas do republicanismo, tempo, como então se escreveu, de "medíocres"[2] ou de "deuses menores"[3], José Domingues dos Santos teimou em contrariar essa perceção da realidade.

O jornalista Jaime Cirne, que o conheceu de perto, não tinha dúvidas em afirmar que José Domingues dos Santos não viera "para a política arrastado por simpatias pessoais" ou por um desses "impulsos de entusiasmo irrefletido" contra os quais "a experiência dos homens e das coisas tem sucessiva e dolorosamente precavido a grandeza nacional da sua alma". Não: José Domingues dos Santos viera "para a política preso por esse laço moral que é formado pela concordância dos espíritos e pela confiança dos carateres". Daí que, como o seu espírito se impunha "pelo poder da sua inteligência" e como o seu caráter conquistara "o respeito de todos por essa absoluta homogeneidade moral da vida pública e da carreira profissional", mais do que "uma força", a sua entrada para o PRP representara para este partido "uma verdadeira honra"[4].

Essa entrada dera-se apenas em 1916, facto recorrentemente lembrado pelos seus adversários e inimigos, que nunca viram com bons olhos a rápida ascensão

---

1 A. H. de Oliveira Marques, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 493.
2 Raul Brandão, *Vale de Josafat*, Lisboa, Seara Nova, 1933, p. 60.
3 João Tello de Magalhães Colaço, *Da Vida Pública Portuguesa. II – Conservadores e Radicais*, Lisboa, 1926, p. 26.
4 *A Tribuna*, 20 de março de 1921, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 19 12/10/2012 14:42

ao poder de um advogado desconhecido, filho de um modesto casal de lavradores[5]. Sem nunca negar essas evidências, José Domingues dos Santos respondia-lhes deste modo:

> "Em Coimbra, estudei dando lições para comer e estudar porque nenhuma mesada tinha. Há quem diga e marque como recente a minha vinda para a República. A esses eu poderia dizer que, em verdade, se alguma vez o meu espírito não esteve ao lado da República é porque enfileirava à esquerda dela. Nos bancos da Universidade fui, como tantos, anarquista."[6]

Desse período coimbrão, fora o seu percurso escolar, pouco mais se sabe. Mas não há dúvida que foi nessa cidade que começou a definir-se o seu compromisso inalienável com a causa da democracia e da defesa dos mais fracos. Em 1954, evocando esse tempo, num discurso proferido justamente em Coimbra, diria:

> "Foi aqui que eu aprendi a ser livre e, por conseguinte, consciente. Foi aqui que se enraizou no meu espírito e no meu coração este amor da Liberdade que tem sido a constante da minha vida."[7]

De facto, a vida política de José Domingues dos Santos não poderia ter começado da pior forma. Envolvido numa conspiração para derrubar Sidónio Pais, passou no Aljube portuense quatro meses e um dia de cativeiro, sofrendo, no dizer de Jaime Cirne, "as mais cruas arremetidas dos bandidos sidonistas"[8].

De estatura baixa, mas de "arcaboiço forte, voluntarioso, olhos vivos e dicção sacudida", quem o conhecia tinha a impressão, como escreveu um jornalista do *Diário de Notícias*, de estar perante "um homem de vontade firme, inabalável, que sabe o que quer"[9]. No Parlamento, após as defeções de Álvaro de Castro e de Domingos Pereira, torna-se rapidamente uma das figuras principais do PRP, liderando, a partir das elei-

---

[5] Homem Cristo, por exemplo, dizia-o "um republicano da última hora" (*O de Aveiro*, 13-8-1922, p. 1). Na sessão parlamentar de 11 de junho de 1925, Cunha Leal refere-se a José Domingues dos Santos como um "republicano de 1916." Mais contundente ainda era um articulista de um semanário portuense, que, escondido sob o anonimato do pseudónimo "Sherlock", sobre José Domingues dos Santos escreveu: "Republicano de poucos dias, pode dizer-se, entrando na República, nos seus lugares mais representativos, por um golpe de preto que de todos é conhecido, sem uma bagagem intelectual que o recomende, medíocre como advogado, como parlamentar e como estadista, nem ao menos escrevendo com gramática e com senso – que a gramática seria o menos, – e com uma educação conventual que o habilita ao disfarce e à dissimulação habilidosas, esse homem, que por culpa de outros homens que o incensaram e o apadrinharam, e a quem ele, hoje, *pontapeia* fortemente, é agora o senhor da governação pública, o dirigente dos nossos destinos e o mentor da República, em que ainda há nove anos cuspia os maiores insultos e as mais ignóbeis ofensas" (*A Verdade*, 29-11-1924, p. 1).

[6] *A Batalha*, 22 de julho de 1924, p. 1.

[7] AMM (Espólio JDS, Doc. 94).

[8] *A Tribuna*, 20 de março de 1921, p. 1.

[9] *Diário de Notícias*, 27 de novembro de 1924, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 20 12/10/2012 14:42

ções de 1922, o Grupo Parlamentar Democrático[10]. Após o congresso democrático de 1923, o *Diário de Lisboa* dizia-o "o nome mais cotado do novo diretório"[11]. Dois anos depois, afirmava que ele tinha já "tanta popularidade como Afonso Costa nos tempos do Provisório"[12]. O jornal justificava assim essa opinião:

> "O segredo político do sr. dr. José Domingues dos Santos é ser democrata. É falar pouco, mas falar sempre. Atender sem prometer e, principalmente, sem se comprometer. José Domingues dos Santos teima em ser povo, em não pertencer à aristocracia dos partidos, em não sair dos governos com inteligência a menos e importância a mais."[13]

Mas se muitos o consideravam "sinceríssimo no trato e da mais absoluta lealdade no combate político"[14], não faltava também quem o dissesse "faccioso e arteiro"[15]. Dele disse *A Batalha* ser "o barómetro da política". Segundo este diário da CGT, "há homens que são para a política, o que os barómetros são para o tempo. É tal a sua sensibilidade que meses antes da política mudar de feição marcam a sua mudança como os preciosos barómetros as variações da atmosfera"[16]. Assim era, dizia *A Batalha*, José Domingues dos Santos. Mais tarde, porém, o mesmo jornal, contrariando a sua tradicional posição de crítica e distanciamento relativamente a quaisquer governos, reconhecia na declaração ministerial de José Domingues dos Santos "o propósito sincero de realizar alguma coisa".

O influente diário dos anarcossindicalistas acreditava que, na medida do possível, esse governo cumpriria o prometido. Numa posição inédita e surpreendente, ia mais longe que nunca: o governo que não temesse a falta de apoio, já que, se lhe faltasse o do Parlamento, teria "o da rua, o da multidão"[17]. Assim foi, de facto: José Domingues dos Santos teve na rua o apoio que lhe faltou no Parlamento. Mas esse apoio, que levaria alguns setores da Direita a chamar-lhe, depreciativamente, o "defensor do Povo"[18], não foi suficiente para mudar os ventos da História, que nessa altura sopravam já fortemente no sentido contrário ao das suas ideias.

Advogado, professor, jornalista e político, José Domingues dos Santos foi governador civil, deputado, ministro e presidente do Ministério. Apesar deste percurso, diria numa sessão parlamentar:

---

[10] Em várias intervenções, alguns deputados referir-se-iam a José Domingues dos Santos como líder (ou um dos líderes) do PRP. Foi esse o caso, por exemplo, de Cunha Leal (28-7-1922), Leote do Rego (15-12-1922), Fausto de Figueiredo (21-6-1923), António Fonseca (21-6-1923), Álvaro de Castro (7-12-1923) e Almeida Ribeiro (6-11-1924).

[11] *Diário de Lisboa*, 24 de abril de 1923, p. 5.

[12] *Diário de Lisboa*, 21 de agosto de 1925, p. 8.

[13] *Ibidem*.

[14] *A Tribuna*, 30 de abril de 1924, p. 1.

[15] *A República Portuguesa*, 29 de novembro de 1924, p. 1.

[16] *A Batalha*, 22 de julho de 1924, p. 1.

[17] *A Batalha*, 29 de novembro de 1924, p. 1.

[18] *Ação Nacionalista*, 8 de fevereiro de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 21 12/10/2012 14:42

> "Eu não tenho a veia política. Sou uma pessoa rígida, hirta de mais para o nosso tempo, mas quero viver assim em contacto íntimo com a minha consciência, sem pretender cuidar das apreciações que momentaneamente formem a meu respeito."[19]

Poucos dias depois era expulso do PRP. Os barões democráticos vingavam-se da forma mais mesquinha de um homem do povo, que se bateu por um país onde todos tivessem "Liberdade, Pão e Instrução". Que por isso mesmo foi acusado de ser "o Lenine português"[20]. Não era, porém, um homem só. E por isso mesmo surgiu a Esquerda Democrática, que, anos depois, o dirigente democrático João Camoesas, então exilado nos EUA, reconhecia ter demonstrado "possuir qualidades de resistência e crescimento não inferiores às da velha agremiação partidária de onde derivou"[21].

Obrigado a um longo exílio de 27 anos, após o fracasso do movimento revolucionário de 3 de fevereiro de 1927, José Domingues dos Santos regressou a Portugal tão pobre como partira. Como escreveu o jornalista Julião Quintinha, tivera "a nobre qualidade de não ter medo da pobreza"[22]. Por sua vez, António Sérgio, que nos primeiros tempos do seu exílio parisiense com ele convivera regularmente, descreveu-o desta maneira:

> "Homem da mais radical fidelidade aos conceitos que tinha sobre a vida cívica, sempre pronto a sacrificar-se pelos seus princípios; coerente e honesto, com perfeita noção do que de generoso existe no ideal político da democracia; e além disso sensato, moderado, calmo, sóbrio de palavras e com espírito objetivo sempre que lhe competia formular juízo em reuniões deliberativas sobre ação política: tal Domingues dos Santos me apareceu em Paris, quando grandes vendavais da nossa vida pública obrigaram não poucos a ir exilar-se em França."[23]

Este depoimento seria corroborado por Emídio Guerreiro, que reencontrou José Domingues dos Santos, em 1937, na capital francesa. A imagem que dele guardava era a de "um homem impoluto, de uma honestidade extraordinária"[24].

Em 1958, no fim da sua vida, José Domingues dos Santos tomou a iniciativa de propor a união de todos os republicanos sob a bandeira do histórico PRP, tal como este era antes do 5 de Outubro de 1910. Não teve, porém, em conta que "ódios velhos não cansam": alguns dos que sancionaram a sua expulsão do seio dos democráticos, em julho de 1925, mais uma vez tudo fizeram para que a unidade dos republicanos não fosse conseguida. Nunca lhe consentiriam esse triunfo. O histórico líder esquerdista perdia assim a sua última batalha política. Morreu, porém, fiel às ideias de uma República Social, com a inabalável convicção na vitória final e definitiva da democracia em Portugal. Uma democracia que, para ser autêntica, nunca poderia ser fruto do acaso mas antes resultar da vontade coletiva de um povo instruído e consciente.

---

[19] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 6 de julho de 1925, p. 42.
[20] *Folhas Soltas*, n.º 1, s.d.
[21] APJDS, João Camoesas, *Fisionomia verdadeira da República de Portugal*, junho, 1948, p. 1 (inédito).
[22] *República*, 24 de agosto de 1958, p. 2.
[23] *República*, 30 de agosto de 1958, p. 1.
[24] O depoimento de Emídio Guerreiro foi-nos prestado em Guimarães, no dia 10 de janeiro de 2003.

JoseDominguesDosSantos.indb 22 12/10/2012 14:42

I

Prólogo

Do Seminário ao Governo Civil do Porto

(1899-1919)

José Domingues dos Santos nasceu no dia 8 de maio de 1887 no lugar de Antela, freguesia de Lavra, concelho de Matosinhos[1]. Filho único do casamento de José Domingues dos Santos e Maria Duarte de Oliveira, bem cedo ficaria órfão de pai[2].

A ocupação dos pais e dos avós era a lavoura[3]. Sua mãe, porém, não quis que o futuro do filho continuasse ligado a essa atividade e destinou-o a padre. Admitido a 28 de agosto de 1899, como aluno interno pensionista, no Seminário de Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Carvalhos, concelho de Vila Nova de Gaia, aí daria entrada José Domingues dos Santos no dia 9 de outubro desse ano. Daí transitaria, também como pensionista, para o Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição, do Porto, em 9 de outubro de 1903. Nos três anos seguintes frequentou com aproveitamento o curso de Teologia. A 12 de junho de 1906 requeria a admissão à *Prima Tonsura* e aos *Quatro Graus de Ordens Menores*, fases obrigatórias para quem pretendia seguir o sacerdócio. Alguns dias mais tarde (30 de junho) fez ato do 3.º ano sendo aprovado com 16 valores[4]. Nesse mesmo dia, de forma inesperada, abandona definitivamente o seminário e a via sacerdotal[5].

---

1 A freguesia de S. Salvador de Lavra pertencia então ao concelho de Bouças. Por decreto de 6 de maio de 1909, esse concelho mudou a sua denominação para Matosinhos (Carlos de Oliveira, *Código Administrativo*, Porto, Livraria Chardron, 1917, p. 342).

2 José Domingues dos Santos não tinha ainda seis anos. Seu pai faleceu em 19 de abril de 1893, aos 38 anos de idade (ADP, Registos Paroquiais, Óbitos, K/7-2-1, Lv. 13, F. 7, Ass. 17). A mãe casaria em segundas núpcias com Albino Francisco da Hora. Deste casamento houve descendência: um rapaz e duas raparigas. Albino Francisco da Hora faleceu em 24 de outubro de 1918; Maria Duarte de Oliveira em 12 de outubro de 1931.

3 Dos pais viria José Domingues dos Santos a herdar, em Lavra, duas casas e alguns campos, leiras e bouças (*O Rebate*, 8-11-1925, p. 3).

4 ASMP, processo de José Domingues dos Santos (não catalogado).

5 Em requerimento ao bispo do Porto, já na qualidade de "ex-aluno teólogo", José Domingues dos Santos manifestava o desejo de satisfazer as despesas feitas com os autos de Ordens Menores. O processo só ficaria concluído em 19 de novembro de 1906. Traz a assinatura do padre Júlio Albino Ferreira. A documentação (não catalogada) encontra-se no Arquivo da Diocese do Porto.

JoseDominguesDosSantos.indb 23 12/10/2012 14:42

Muitos anos depois, recordando essa fase da sua vida, diria ter sido uma época em que fora "ingenuamente crente." Chegara mesmo a escrever artigos religiosos que serviram "a certos imbecis para sorrirem"[6]. Tornara-se "descrente" levado pelo "estudo do fenómeno religioso". Não tinha, porém, "vaidade em ser descrente"[7].

A sua vida mudara radicalmente de rumo. A 14 de agosto de 1907, o seu nome é sorteado, em Bouças, para o serviço militar. "Aprovado condicionalmente" na inspeção foi incorporado, a 11 de novembro, em Infantaria 6. O serviço militar, porém, seria adiado, em virtude dos seus estudos[8]. Na realidade, após a saída do seminário matriculara-se no curso complementar de Letras, no Liceu Central do Porto. Concluíra os respetivos exames no dia 4 de outubro de 1907, com a classificação de 11 valores. Dez dias mais tarde era admitido, como aluno ordinário, no curso de Direito da Universidade de Coimbra.

Não foi fácil esta sua nova experiência estudantil, em virtude das dificuldades económicas atrás referidas. Foi já na qualidade de aluno voluntário, e contando com a ajuda financeira de um conterrâneo emigrado no Brasil[9], que terminou o curso no dia 21 de outubro de 1911 com a média final de 15 valores[10]. Duas semanas antes (7 de outubro), casara-se, na igreja paroquial de Lavra, com Evangelina da Silva Ramalho, natural do lugar de Cabanelas, dessa mesma freguesia.[11]

Em termos políticos, pouco se conhece da atividade desenvolvida por José Domingues dos Santos nesses seus tempos de Coimbra. As fontes são escassas e contraditórias. Nos anos 20, alguns jornais, que lhe eram hostis, diziam-no simpatizante das ideias monárquicas[12]. José Domingues dos Santos (que, como se viu, se

---

6 Veja-se o Apêndice documental.

7 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 4 de março de 1926, p. 40-41.

8 Anos depois, a situação militar de José Domingues dos Santos faria correr alguma tinta. Nas suas *Memórias*, o general Alberto Ilharco acusa-o de, em 1915, querer esquivar-se a esse serviço. Invocava estar no início da sua carreira de advogado, ter já constituído família e não ter saúde que lhe permitisse resistir à violência de uma campanha. Pretendia, pois, apresentar-se a uma junta de recurso e ser considerado incapaz. "Assim se fez", concluía o general (A. Ilharco, *Memórias - Alguns apontamentos sobre a influência da política no Exército*, Porto, Livraria Chardron, 1926, p. 54). Em carta aberta, José Domingues dos Santos rebateu energicamente essa acusação. Fora dado como incapaz aos 20 anos, dizia nessa carta. Porém, tendo vindo a guerra, apresentou-se a uma Junta de Revisão. Foi apurado "porque quis." Fez, então, a Escola de Oficiais Milicianos em Infantaria 6 (Porto), dando apenas baixa após o triunfo do golpe de Sidónio Pais (*A Tribuna*, 9-2-1926, p. 1). A análise do processo de José Domingues dos Santos, no Arquivo Histórico-Militar, confirma a sua versão. "Isento definitivamente", em 20 de março de 1917 (com base no n.º 117 da tabela de miopia, do decreto 2406, de 24 de maio de 1916), foi presente a uma junta de saúde de revisão, tendo sido apurado em sessão de 18 de julho de 1917. Deu baixa de serviço, por incapacidade física, em 12 de janeiro de 1918 (*Nota do comando de Infantaria n.º 6*, de 9 de abril de 1918).

9 Tratava-se de Manuel António Gomes, emigrado em Manaus.

10 *Anuário da Universidade de Coimbra – Ano Letivo de 1911-1912*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912, p. 43.

11 Boaventura Silveira, "Figuras de Lavra", *O Futuro*, Lavra, Ano 5, n.º 51, junho de 1995, p. 2. Celebrou a cerimónia o Padre Celestino da Silva Ramalho, tio da noiva e Abade de Custóias. O casamento civil realizou-se no Posto de Lavra a 7 de setembro de 1911 (Ass. n.º 73), conforme consta do averbamento efetuado em 7 de janeiro de 1981 no Reg. n.º 528 da 4.ª Conservatória do Registo Civil do Porto.

12 Entre outros jornais, veja-se *A Época* (28-7-1922), *O de Aveiro* (13-8-1922), *A Batalha* (20-9-1923), *A República Portuguesa* (17-11-1923), *A Verdade* (29-11-1924, 6-6-1925 e 7-11-1925) e *A Plebe* (11-1-1925). Este último jornal, que se publicava em Valença, na primeira página da referida edição, em artigo não assi-

JoseDominguesDosSantos.indb 24 12/10/2012 14:42

dizia então anarquista) sempre o negou, facto que seria corroborado por Alberto da Cunha Dias, advogado em Sintra. Em carta dirigida a Mário Domingues, esse seu antigo condiscípulo (embora um ano adiantado) afirmava que havia então em Coimbra quatro Centros: dois Republicanos Académicos, um Católico e um Monárquico. Em nenhum deles se matriculara José Domingues dos Santos, que, porém, privava com os republicanos[13].

Não é de todo crível que fosse monárquico ou que, pelo menos, disso fizesse ostentação. Entre os seus colegas de curso e de ano contavam-se, entre outros, os nomes de Alexandre Barbedo Pinto de Almeida, António da Cruz e Silva, Manuel Paulino Gomes, Manuel Pedro Guerreiro, António de Medeiros Franco. Todos eles eram republicanos e todos o acompanhariam no PRP e na Esquerda Democrática. Tal como outros estudantes seus contemporâneos, em anos mais avançados do curso de Direito. Um deles, Manuel Pestana Júnior, fora mesmo um dos célebres "intransigentes" da greve académica de 1907.[14] Se o soubessem monárquico, seria altamente improvável que com ele enfileirassem no PRP e com ele constituíssem a Esquerda Democrática.

Após a conclusão do curso, José Domingues dos Santos abriu banca de advogado no Porto. Em termos profissionais, as opiniões de quem o conheceu divergiam radicalmente. É de crer, aliás, que elas foram fortemente influenciadas por fatores de ordem política. *A República Portuguesa* e *A Verdade*, semanários portuenses onde escreviam alguns dos seus inimigos mais intransigentes, diziam tratar-se de um advogado "ignoto" e "medíocre"[15]. O diário *A Montanha*, porém, em finais de 1916, referia-se a José Domingues dos Santos como "nóvel e brilhante advogado"[16].

Independentemente da sua qualidade enquanto profissional do foro, nunca conseguiu ganhar dinheiro que se visse. Sarmento Pimentel, que o visitou, na companhia de Ezequiel de Campos, em finais de setembro de 1924, esperava encontrá-lo num "palácio"; deparou, afinal, "com a casa de um operário de pequenos recursos"[17]. O interior não desmentia o que se via da rua: "Mobília pobre: uma mesa de pinho envernizada, um sofá também muito modesto e de gosto duvidoso."

---

nado, afirmava que José Domingues dos Santos fora sócio do Centro Monárquico Académico e, nessa qualidade, não só assinara a mensagem que os estudantes monárquicos dirigiram ao rei D. Manuel II, em 1908, como participara também na manifestação que a academia coimbrã fora fazer ao mesmo rei em Lisboa.

13 *A Batalha*, 1 de julho de 1925, p. 1.

14 Entre os colegas que frequentavam outros anos do curso de Direito e que o seguiram em termos políticos, refiram-se os nomes de Emílio Maria Martins, José Mendes Vahia de Sousa Carneiro, Júlio Gomes dos Santos Júnior, Américo da Silva Castro, Germano José de Amorim, Alfredo da Cruz Nordeste, Adriano António Crispiniano da Fonseca, João Canavarro Crispiniano da Fonseca e José Alves da Silva Moreira.

15 *A República Portuguesa*, 17 de janeiro de 1923, p. 1 e *A Verdade*, 29 de janeiro de 1924, p. 1. O primeiro desses jornais, na sua edição de 1 de novembro de 1923, p. 1, insistindo nos ataques pessoais, chama-lhe "advogado de meia-tigela".

16 *A Montanha*, 21 de novembro de 1916, p. 2. A simpatia do jornal pelo jovem advogado daria lugar, anos mais tarde, face ao seu percurso político, a um inevitável afastamento, já que *A Montanha* se manteve sempre fiel à linha mais conservadora do PRP.

17 José Domingues dos Santos vivia então nas imediações do Palácio de Cristal, na rua de Miguel Bombarda, n.º 424, no Porto.

JoseDominguesDosSantos.indb 25 12/10/2012 14:42

José Domingues dos Santos não ignorava os boatos que sobre si corriam. A realidade, porém, era outra. E sobre ela diria a Sarmento Pimentel e a Ezequiel de Campos:

> "A minha casa reflete as minhas possibilidades. Não passo de um modesto advogado, formado há poucos anos, com uma clientela limitada e barata. […] Por enquanto, são magros os proventos que aufiro da minha profissão. Os clientes é que fazem o preço. E eu sou obrigado a sujeitar-me, porque tenho mulher e filhos e preciso de viver. A política não me dá um tostão. Tira-me ainda algum dinheiro do pouco que eu ganho."[18]

A sua entrada na política aconteceu em 1916. A convite de Adriano Gomes Pimenta, então líder dos democráticos portuenses, José Domingues dos Santos deu finalmente a sua adesão ao PRP[19]. Neste mesmo ano seria candidato efetivo por esse partido à Junta Geral do Distrito (Bairro Oriental)[20]; as eleições, contudo, seriam adiadas pelo governo para 4 de novembro de 1917. O seu nome passará então a constar das listas de candidatos apresentadas pelo PRP à Câmara Municipal do Porto. Eleito com 3480 votos[21], tomou posse como vereador do Senado Municipal do Porto a 2 de janeiro de 1918, sessão em que seria eleito vogal substituto da comissão executiva. A sua experiência autárquica foi curta, já que seria interrompida, duas semanas mais tarde, por um decreto sidonista que abolia o Senado Municipal e nomeava, em sua substituição, uma comissão administrativa[22].

A reação contra o golpe de Sidónio Pais, em 5 de dezembro de 1917, foi praticamente imediata por parte do PRP. A tentativa revolucionária de 8 de janeiro de 1918 contou já com a sua aquiescência. Nas tentativas seguintes (julho e outubro), o PRP esteve diretamente envolvido.[23] No Porto, José Domingues dos Santos teve um papel

---

[18] *Sarmento Pimentel ou uma geração traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das "Memórias do Capitão"*, 2.ª ed., Lisboa, Aster, 1977, p. 131.

[19] *A Tribuna*, 24 de abril de 1925, p. 1. Segundo este jornal, José Domingues dos Santos já havia sido convidado "várias vezes, e por vários vultos" do PRP. A sua adesão formal aconteceu durante um banquete de homenagem a Adriano Pimenta, que decorreu no Porto, em 19 de novembro de 1916. José Domingues dos Santos foi um dos oradores nessa homenagem. É, pois, de todo despropositada uma afirmação de Adriano Gomes Pimenta, proferida anos mais tarde, de que muito lhe custara "arrastar o sr. J. Domingues dos Santos para o seu partido" (*A República Portuguesa*, 17-11-1923, p. 1). A explicação é simples: nessa altura mantinha-se ainda em aberto o conflito entre os democráticos portuenses, que levara à formação do Núcleo Republicano Regionalista do Norte. Adriano Gomes Pimenta e José Domingues dos Santos estavam dos dois lados da barricada.

[20] Na lista figuravam também os nomes do médico Álvaro Gomes Ferreira Pimenta, do guarda-livros Emílio Lopes e do engenheiro Paulo Ferreira (*A Montanha*, 31-10-1916, p. 1).

[21] *O Primeiro de Janeiro*, 6 de novembro de 1917, p. 1. Na lista para a Junta Geral do Distrito, José Domingues dos Santos foi substituído pelo professor António Maria de Vasconcelos Corte Real, mantendo-se, pois, os outros candidatos apresentados em 1916.

[22] Fernando de Sousa, *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto* (*1822-2009*), II Vol., Porto, Câmara Municipal do Porto, 2009, p. 403-405.

[23] Nessas tentativas, o PRP foi acompanhado pelo Partido Republicano Evolucionista. Em outubro, os dois partidos tiveram já a colaboração do Partido Unionista ("Relatório Político do diretório do PRP" apresentado ao congresso de 1919, *O Mundo*, 25 de outubro de 1919, p. 1).

JoseDominguesDosSantos.indb 26 12/10/2012 14:42

decisivo na luta contra o sidonismo. Era ele, como lembraria mais tarde o jornalista e político democrático Bartolomeu Severino, "a alma intrépida de toda a organização na capital do norte"[24]. O próprio Sollari Allegro, o temido e implacável inspetor e comissário-geral (interino) da Polícia do Porto, o confirmaria no cadastro que dele elaborou, cujo teor era o seguinte:

> "Era na revolução de outubro o chefe civil do movimento no Porto. Grande organizador, aliciou oficiais e sargentos, dava reuniões no seu escritório, marcou a revolução para a noite de 11/12; foi várias vezes a Lisboa receber instruções. Quis conseguir que o presidente da República fosse preso no Porto na noite de 27/28 de setembro, quando da sua viagem à Régua. Preso em 13 de outubro confessou tudo e foi entregue ao quartel-general."[25]

Segundo o testemunho de José Domingues dos Santos, os marinheiros de Leixões estavam impacientes para sair à rua, havia entusiasmo nas guarnições do Porto, os elementos civis estavam a postos. Nada transparecia. Anunciada a viagem de Sidónio Pais ao Norte, planeara-se a sua detenção. No entanto, algumas imprudências então cometidas acabariam por custar a liberdade a muitos dos conspiradores. Isso não obstou, porém, a que a conspiração continuasse a crescer. De facto, outras cidades e vilas estavam já em ligação direta com o comité do Porto, nomeadamente Viana do Castelo, Braga, Chaves, Vila Real, Amarante, Penafiel e Póvoa do Varzim. Em nova viagem a Lisboa, assenta-se na data da revolta: 15 de junho, às 7 horas. Tudo estava a postos quando um enviado de Lisboa manda suspender o movimento. As autoridades sidonistas sabiam o que se tramava e procederam à transferência de alguns oficiais. Mas se uns eram afastados, outros tomavam os seus lugares, permitindo a recomposição das forças conspirativas[26].

Em 7 de julho, José Domingues dos Santos informou os dirigentes do PRP que, no Porto, a conspiração seguia o seu caminho.[27] Nova data foi marcada: 5 de outubro. Na véspera, porém, decidiu-se o adiamento por uma semana. Na tarde do dia 11, José Domingues dos Santos teve uma última conferência com Bartolomeu Severino. Ficou assente (recorda este último) que o movimento revolucionário irromperia no dia seguinte se em Lisboa o acompanhassem. Porém, na capital, para onde se deslocou nesse mesmo dia, disseram a Bartolomeu Severino que seria impossível lançar esse movimento antes que decorressem dois ou três dias. À uma hora da madrugada, da redação de *O Mundo*, Bartolomeu Severino telefonou para José Domingues dos Santos que se encontrava no Porto, na redação de *O Primeiro de Janeiro*, dizendo-lhe para não publicar o artigo que estava previsto sair no dia seguinte neste diário portuense. Assim aconteceu. No entanto, por falha de comunicação, irrompeu na manhã seguinte a "erupção de Coimbra"[28].

---

[24] *O Mundo*, 17 de março de 1919, p. 1.
[25] *O Mundo*, 4 de março de 1919, p. 2.
[26] *A Voz Pública*, 13 de outubro de 1919, p. 1.
[27] *O Mundo*, 5 de março de 1919, p. 1.
[28] *O Mundo*, 17 de março de 1919, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 27 12/10/2012 14:42

Segundo José Domingues dos Santos, a razão de tantos adiamentos significava que entre os conspiradores "havia alguém que informava Sidónio minuciosamente" de tudo o que era combinado. "Houve quem se vendesse." Isso, porém, eram "contos largos", diria a um jornalista.[29]

Na madrugada do dia 12, antecipando o que a seguir se passaria, teve "a visão do fracasso." Deitou-se com a convicção de que não valia a pena trabalhar "enquanto dominassem a intriga e o preconceito"[30]. Em poucas horas, de facto, eram feitas inúmeras detenções. Nesse mesmo dia (12 de outubro e não 13, como se lê no seu cadastro) José Domingues dos Santos também seria preso.[31] A casa onde vivia, na rua Miguel Bombarda, foi invadida ao meio-dia. Os trauliteiros tinham ordem para o levar, vivo ou morto.[32]

Presente a Sollari Allegro, recordará assim (três anos mais tarde) esse momento:

> "O sr. não verá o triunfo da sua obra. Se a Revolução triunfar, eu meto-lhe uma bala na cabeça. Juro-lho.
>
> Foram estas as *saudações* que me dirigiu o feroz bandoleiro Sollari Allegro, quando, no dia 12 de outubro, três esbirros me levaram à sua presença.
>
> Depois não tornei a encontrá-lo durante o meu longo e torturante cativeiro de quatro meses."[33]

O seu tempo de prisão seria também motivo de controvérsia: para uns foi um "mártir" e um "herói"[34], para outros não passou de um "traidor", já que, diziam, submetido a vários interrogatórios, teria denunciado vários republicanos ao capitão Sollari Allegro.[35]

Não era segredo para ninguém que, segundo dizia o *Diário de Notícias*, submetido a interrogatório, José Domingues dos Santos confessara a sua responsabilidade, "fornecendo à autoridade elementos que esta reputa de grande interesse para prosseguimento das investigações." Informava ainda esse jornal que, "segundo parece", fizera "revelações sobre o movimento e as pessoas que mais em evidência nele tomaram parte"[36].

José Domingues dos Santos, então no Aljube, não podia, naturalmente, negar estas notícias, que talvez fossem até verdadeiras. Esse facto, porém, nunca incomodou ninguém enquanto a sua carreira política não mexeu com gente poderosa e com

---

[29] *A Voz Pública*, 13 de outubro de 1919, p. 1.

[30] APJDS, *Carta a destinatário desconhecido* (muito provavelmente António Resende). Embora não datada, a carta foi seguramente escrita em 25 de fevereiro de 1920.

[31] *O Primeiro de Janeiro*, 13 de outubro de 1918, p. 1.

[32] *O Mundo*, 5 de março de 1919, p. 1.

[33] *A Tribuna*, 14 de fevereiro de 1922, p. 1.

[34] Na sua edição de 14 de fevereiro de 1919, p. 1, *O Primeiro de Janeiro* afirma que José Domingues dos Santos foi "dos presos civis mais martirizados", opinião corroborada pela Junta Patriótica do Norte que, na assembleia-geral de 22 de fevereiro, votou por aclamação uma saudação a todos os presos políticos, sintetizando em José Domingues dos Santos todos os "mártires civis" (ADP, maço 922 do espólio do Governo Civil). Por sua vez, o bissemanário portuense *A Rua*, no seu primeiro número, define-o como "um dos raros carateres de bronze que um longo cativeiro não conseguiu amolentar" e afirma ter sido José Domingues dos Santos o "organizador do movimento do Direito contra a Tirania" (*A Rua*, 24-3-1919, p. 1).

[35] *A Época*, 29 de julho de 1922, p. 4; *O de Aveiro*, 13 de agosto de 1922, p. 1; *A Plebe*, 11 de janeiro de 1925, p. 1; *A Verdade*, 6 de junho de 1925, p. 1.

[36] *Diário de Notícias*, 19 de outubro de 1918, p. 2.

JoseDominguesDosSantos.indb 28 12/10/2012 14:42

interesses instalados. Quem o atacou não quis saber das circunstâncias em que ele e muitos outros terão falado, ignorando um depoimento (que fontes insuspeitas confirmariam) publicado em 1922, onde dizia:

> "Desde a enxovia dos gatunos para onde me arremessaram umas horas, até aos regelantes lajedos do segredo onde me sepultaram oito dias, eu corri todas as dependências do Aljube. E àqueles que se queixam das más condições em que mais tarde os presos monárquicos se encontraram, mercê do seu excessivo aglomeramento nas prisões, eu relembrarei as noites horríveis em que os presos republicanos, empilhados e encostados uns aos outros, tinham de passar dias e noites seguidos, de pé, tiritantes de frio e de fome, na mais nauseante promiscuidade, como se de feras se tratasse (…)
>
> As horas alucinantes do segredo, onde – coberto de sangue e a carne retalhada pelos golpes de cavalo-marinho – permaneci *sem comer e sem beber durante quatro dias*, jamais as esquecerei. Mas é bom que não as esqueçam também aqueles que amanhã poderão sofrer iguais tratos.
>
> Nada pouparam ao meu martírio: nem os mais delicados sentimentos de família, nem os mais respeitáveis melindres de honorabilidade pessoal. Torquemada, ressuscitado, não encontraria mais, nem melhores, motivos de sofrimento."[37]

Fora do Aljube, cenas semelhantes tiveram lugar. No Éden Teatro, do Porto, um dos locais mais tristemente célebres durante a Traulitânia, os espancamentos eram acompanhados pela pianista Esmeralda Vilar, que assistia às atrocidades cometidas tocando o Hino da Carta.

Os setores afetos aos sidonistas e aos monárquicos procuraram, naturalmente, reduzir a dimensões bem menores os acontecimentos vividos no Porto. A nota de culpa, elaborada pelas autoridades militares, referia-se aos trauliteiros como fazendo parte de uma "associação de malfeitores", que se subordinava a um "chefe supremo", António Sollari Allegro. Segundo essa nota, fora este o criador desses grupos, a cujos elementos "fornecia armas de guerra levantadas das arrecadações do Estado, os orientava e lhes marcava os serviços". Luiz de Magalhães, porém, contestava a acusação. Para este antigo ministro dos Estrangeiros da Junta Governativa do Reino, na chamada Monarquia do Norte, tratava-se simplesmente de "um batalhão de voluntários e, ao mesmo tempo, um corpo auxiliar de polícia", sob o comando de oficiais do Exército.

Relativamente ao "terrífico Éden", dizia-o "envolto numa atmosfera de fantasiosas crueldades inquisitoriais". Segundo o seu testemunho, o Éden foi um teatro "mobilizado expressamente pela Junta para quartel desse corpo e onde estiveram detidos alguns presos políticos, para averiguações policiais, a essa corporação confiadas, sobre depósitos clandestinos de armas e bombas, tramas revolucionárias, etc"[38].

Os muitos depoimentos publicados na imprensa parecem, porém, desmentir categoricamente esta versão. Um deles, de um conhecido trauliteiro, António Ribeiro, o *Baldaqu*e, ex-sargento reformado de Artilharia 6, é inequívoco quanto ao papel que

---

[37] *A Tribuna*, 14 de fevereiro de 1922, p. 1.

[38] Luiz de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação*, Coimbra, Coimbra Editora, L.da, 1925, p. 66-68.

JoseDominguesDosSantos.indb 29 12/10/2012 14:42

Sollari Allegro desempenhou e quanto ao ambiente deletério então vivido no Porto, nomeadamente no Éden Teatro. Nele pode ler-se:

> "Foi Sollari Allegro quem ordenou os espancamentos do Éden e principalmente para serem torturados os presos, sendo o conde de Mangualde quem transmitiu a ordem. Foi ainda o Sollari quem chamou Paiva Couceiro para se pôr à frente do movimento restauracionista. O primeiro assalto e incêndio da *Montanha* foi ordenado por Sollari e dirigido pelo seu secretário particular António Rodrigues, e bem assim foram por aquele ordenados e por este também dirigidos os assaltos a casas particulares, como a do dr. Pereira Osório.
>
> Ainda mais: – Foi o Sollari quem ordenou a dinamitação e incêndio das prisões quando a República triunfasse, e foi ele quem mandou para essas prisões a gasolina e o alcatrão que nelas foram encontrados. Foi ainda o Sollari quem planeou o assassínio do coronel Djalme de Azevedo quando este chegou à metrópole."[39]

A fuga de Sollari Allegro para Espanha, donde, aliás, nunca regressaria, esquivando-se ao julgamento (contrariamente a Luiz de Magalhães e a muitos outros elementos da Monarquia do Norte), parece configurar, em si mesmo, a assunção das responsabilidades e dos crimes de que o acusavam.[40]

No dia 19 de janeiro de 1919, isto é, pouco mais de um mês após o assassínio de Sidónio Pais (14 de dezembro), as Juntas Militares proclamavam a restauração monárquica. Se em Lisboa a situação se resolveu rapidamente (o reduto de Monsanto só se aguentou nos dias 23 e 24 de janeiro), no Porto a Junta Governativa do Reino, liderada por Paiva Couceiro, sobreviveria até 13 de fevereiro. Quatro dias mais tarde, em Vila Real, chegava ao fim a Monarquia do Norte.

No Porto, em reação contra a restauração monárquica, haviam-se formado dois comités: um militar[41], outro civil[42]. Assegurada a adesão da GNR (com exceção de três oficiais), 200 homens de Infantaria (com o respetivo comandante), Guarda-Fiscal, Artilharia 6 (da Serra do Pilar), bem como as forças aquarteladas na Póvoa

---

[39] *O Mundo*, 1 de março de 1919, p. 2.

[40] Julgado à revelia, em 3 de dezembro de 1920, no Tribunal Militar Especial do Porto (que funcionou em S. Bento), foi condenado a oito anos de prisão maior celular, seguidos de 12 anos de degredo ou, em alternativa, a 25 anos de degredo em possessão de 1.ª classe. Nessa data, Paiva Couceiro foi igualmente julgado à revelia e condenado à mesma sentença. Da amnistia decretada pela lei n.º 1144, de 9 de abril de 1921, não aproveitaram completamente nove condenados, entre os quais Sollari Allegro e Paiva Couceiro. De facto, um decreto de 29 de abril desse ano interditava-lhes a residência em Portugal por um período de oito anos. Contrariamente a Paiva Couceiro, Sollari Allegro nunca regressaria ao país. Exilado em Espanha, após o 28 de maio esperou, em vão, que o governo da Ditadura Militar o reintegrasse no Exército. Faleceu nos arredores de Madrid, em 3 de maio de 1932 (José Luciano Sollari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, s.l., Edição do autor, 1988, p. 287 e 309).

[41] O comité militar do Porto era constituído pelos seguintes elementos: coronéis Djalme de Azevedo, Tristão Pais de Figueiredo, Carlos Alberto da Costa e Pereira de Magalhães, tenente-coronel Meira, major Ricardo Nogueira, capitão-tenente médico Freitas Monteiro e capitão João de Araújo Leite (*O Primeiro de Janeiro*, 14-2-1919, p. 1).

[42] Do comité civil faziam parte: João Batista da Silva, Vítor Macedo Pinto, Luís Agatão Fayard, Alfredo Martins, Ramiro Mourão e José Augusto Alves Ramos (*O Primeiro de Janeiro*, 14-2-1919, p. 1).

JoseDominguesDosSantos.indb 30 12/10/2012 14:42

de Varzim, ao meio-dia de 13 de fevereiro, o capitão Sarmento Pimentel, comandante do esquadrão de cavalaria da GNR, mandou tocar a formar companhia, dizendo-lhe: "Vou iniciar um movimento republicano no Porto. Quem quiser, que me siga! Viva a República!"[43] Com os seus camaradas, atravessou a praça da Universidade, desceu as Carmelitas e os Clérigos e dirigiu-se à praça da Batalha onde tomou o edifício dos Correios e Telégrafo, o Hotel Universal, o Teatro S. João e, após um tiroteio que durou cerca de duas horas, o famigerado Éden Teatro.

A situação mudou radicalmente. A cidade não tardou a conhecer as novas autoridades militares: o coronel Djalme de Azevedo assumiu o comando da Divisão; como chefe do Estado-Maior ficou o capitão Nogueira Gonçalves. Mais radical e mais surpreendente foi o que se passou com as autoridades civis: por "indicação revolucionária", José Domingues dos Santos saiu diretamente do Aljube para o Governo Civil, assumindo a chefia do distrito[44].

No seu já citado depoimento, recordando o dia 13 de fevereiro e os momentos que se seguiram quando a cela se abriu e o seu nome foi pronunciado, escreveu:

> "A ameaça sinistra de Sollari Allegro voltou a pairar no meu espírito: 'seria então verdade que eu não assistiria ao triunfo da Republica?'
>
> Para onde vamos? Perguntei num repelão.
>
> E o esbirro, silencioso e sinistro, continuava caminhando…
>
> Caminhava para a morte?
>
> … Mais perto de mim vibravam os gritos salvadores de 'viva a República'. E momentos passados, entre abraços amigos, eu era proclamado governador civil do Porto. E, envolto na sagrada bandeira verde-rubra, eu proclamava, das janelas do Governo Civil, o triunfo da República.
>
> Cumpriam-se os fados. Em momentos de amargura, quando alguns, menos confiantes, desesperavam de ver de novo a República triunfante, eu afirmava convencido: daqui (do Aljube) irei para acolá – e apontava as janelas do Governo Civil.
>
> Já então eu tinha uma visão nítida dos acontecimentos. Sem ser profeta, eu sabia prever.
>
> É que tinha muita fé…"[45]

No dia 14, por alvará, José Domingues dos Santos nomeou os administradores concelhios e a comissão administrativa da Junta Geral do Distrito. De acordo com "os dirigentes das fações políticas republicana e socialista", procedeu também à nomeação, que foi aceite, da comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto, a que iria presidir Armando Marques Guedes.[46]

Apesar de nesse dia terem chegado ao Porto vários ministros, a sua situação, enquanto governador civil, não foi regularizada. A 19 de fevereiro, a imprensa dava conta que a posse oficial ocorreria nesse dia, já que o decreto de nomeação teria sido

---

[43] *O Primeiro de Janeiro*, 14 de fevereiro de 1919, p. 1.
[44] *O Primeiro de Janeiro*, 14 de fevereiro de 1919, p. 1.
[45] *A Tribuna*, 14 de fevereiro de 1922, p. 1.
[46] *O Primeiro de Janeiro*, 15 de fevereiro de 1919, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 31 12/10/2012 14:42

assinado na véspera.[47] Porém, na cidade começou a correr o boato de que seria outra individualidade a assumir esse cargo. A notícia, dizia *O Primeiro de Janeiro*, "produziu a mais desagradável impressão". Daí terem ocorrido inúmeros republicanos ao Governo Civil.

A demora em resolver a situação levou a que os ânimos rapidamente se exaltassem. No Grande Hotel do Porto encontrava-se o ministro da Justiça, Couceiro da Costa. Para aí se dirigiu uma comissão *ad hoc*, que ouviu da boca do ministro a confirmação de que a nomeação não saíra ainda no *Diário do Governo*. A posse, porém, acrescentou Couceiro da Costa, tornava-se "desnecessária, em virtude de sua ex.ª já estar exercendo esse cargo por indicação revolucionária", que o governo aceitava. Era, pois, "descabido o receio da população republicana de ver naquele cargo outro magistrado". A sua nomeação seria, porém, "um facto"[48].

José Relvas, então presidente do Ministério, diria nas suas *Memórias Políticas* que José Domingues dos Santos era governador civil por "autoinvestidura"[49]. A situação acabaria por ser legalizada apenas no dia 13 de março, embora, naturalmente, com efeitos a partir de 13 de fevereiro[50].

De 27 de fevereiro a 5 de março de 1919, José Domingues dos Santos esteve em Lisboa, hospedado no Hotel Metrópole. No regresso, na gare do Rossio, apresentaram-lhe cumprimentos de despedida alguns influentes republicanos, nomeadamente Domingos Pereira (ministro da Instrução), Barbosa de Magalhães, Germano Martins, Bartolomeu Severino, Nuno Simões, Tavares de Carvalho, Filipe Mendes e António Nápoles[51]. A notícia do diário *O Mundo*, acompanhada por uma entrevista que mereceu grande destaque, tinha um significado inequívoco: José Domingues dos Santos passara a fazer parte da elite do PRP. Na semana seguinte, novo e definitivo sinal da importância que, de repente, ganhara entre os democráticos: no dia 12, o político amarantino António do Lago Cerqueira foi ao Porto com a incumbência de o abraçar e cumprimentar em nome de Afonso Costa.[52]

Dois dias antes, após a realização de um comício organizado pela Comissão de Defesa da República, que teve como oradores Mem Verdial e Paiva Manso, os assistentes dirigiram-se para o Governo Civil do Porto. De uma das janelas do edifício, José Domingues dos Santos manifestou-lhes o propósito de defender o regime até onde fosse preciso. Enquanto titular do cargo que ocupava, nunca daria posse a qualquer funcionário que não fosse indicado pelo povo republicano, visto que aí se encontrava por vontade popular. Só assim se republicanizaria o funcionalismo, já que, em seu entender, não se compreendia o Estado monárquico dentro da República.[53] José Domingues dos Santos mostrava, pois, que aproveitara bem as lições de alguns republicanos

---

47 *O Primeiro de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1919, p. 1.

48 *O Primeiro de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1919, p. 1.

49 José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol. 2, Lisboa, Terra Livre, 1978, p. 155.

50 *Diário do Governo*, II Série, 13 de março de 1919, p. 826. O despacho, assinado no dia 11 de março de 1919 pelo secretário do Ministério do Interior, Carneiro de Moura, nomeava para o cargo de governador civil do distrito do Porto o dr. José Domingos [*sic*] dos Santos.

51 *O Mundo*, 6 de março de 1919, p. 1.

52 *O Mundo*, 15 de março de 1919, p. 2.

53 *O Mundo*, 11 de março de 1919, p. 2.

JoseDominguesDosSantos.indb 32 12/10/2012 14:42

históricos, nomeadamente de João Chagas, que, em 1910, defendera intransigentemente a doutrina "República para os Republicanos"[54].

A 24 de abril, como consequência natural do protagonismo que vinha assumindo, por proposta de Adriano Gomes Pimenta, seria eleito, por aclamação, presidente da comissão municipal do Porto do PRP. Na ocasião, José Domingues dos Santos diria, porém, que não assumiria essas funções enquanto se mantivesse à frente do Governo Civil.[55]

Aproximando-se as eleições legislativas de 11 de maio, a imprensa começou a dar nota das primeiras candidaturas. No dia 5 de maio eram divulgadas as que já haviam sido deferidas pelo diretório do PRP. Para surpresa de muitos, o nome de José Domingues dos Santos surgia no círculo oriental de Lisboa, na companhia de Afonso Costa, António Maria da Silva, João Luís Ricardo, Norton de Matos e Nunes Loureiro.[56] No dia seguinte, na lista dos candidatos pelo círculo do Porto, de forma igualmente surpreendente, constava o nome de Alberto Ferreira Vidal, presidente da comissão municipal de Lisboa do PRP.[57] Tratou-se, segundo o diário *O Norte*, de "uma espécie de reciprocidade" para com as comissões da capital. Esse gesto, porém, esteve longe de ser consensual. Daí, seguramente, a recusa de alguns influentes democráticos em integrar a lista do Porto, tais como Eduardo e Dionísio Santos Silva, Adriano Gomes Pimenta e Germano Martins.[58] Ainda sem contornos nítidos, começava aqui um conflito no interior do PRP portuense que, no final do ano seguinte, se manifestaria no seu congresso e desembocaria na formação do Núcleo Republicano Regionalista do Norte.

Contados os votos, José Domingues dos Santos teve uma votação expressiva; seria o segundo mais votado, logo atrás de Afonso Costa.[59] Mas embora eleito, não houve da sua parte quaisquer sinais de querer abandonar as funções no Governo Civil do Porto. Um acontecimento inesperado iria, porém, alterar a situação. No mês anterior fora chamado a Lisboa pelo presidente do Ministério, Domingos Pereira. A notícia da imprensa era lacónica, não acrescentando as razões dessa chamada. É provável, porém, que, para além das eleições que teriam lugar no mês seguinte, um dos assuntos aí tratados estivesse relacionado com os presos políticos no Porto. De facto, após o 13 de fevereiro, praticamente todos os dias a imprensa noticiava as prisões de monárquicos e de sidonistas.[60] Não tardou, naturalmente, que ao governo chegassem denún-

---

[54] Segundo João Chagas, enquanto toda a autoridade não passasse para as mãos dos republicanos, não haveria República (João Chagas, *Cartas Políticas*, Vol. V, Lisboa, 1910, p. 89-90).

[55] Até ao regresso de Ângelo Vaz (então em Paris), Raul Tamagnini Barbosa asseguraria a presidência (*O Norte*, 25-4-1919). A comissão municipal do PRP tinha a seguinte composição: Efetivos – Adriano Gomes Pimenta, Ângelo Vaz, António Jordão de Paiva Manso, António Martins, Domingos Martins de Oliveira Santos, Eduardo Santos Silva, José Domingues dos Santos, Manuel Caetano de Oliveira e Raul Tamagnini Barbosa; Substitutos – Aníbal Martins, Artur Ferreira da Cunha, Cesário Augusto Rebelo Bonito, Francisco Garcia Fernandes, João da Costa Miranda, José da Silva Teixeira Arazo, Leopoldo Eduardo Alves, Mário de Magalhães e Pantaleão da Cunha Ribeiro Dias (*A Montanha*, 24-4-1919, p. 2).

[56] *O Mundo*, 5 de maio de 1919, p. 1.

[57] *O Norte*, 6 de maio de 1919, p. 1.

[58] *O Norte*, 7 de maio de 1919, p. 1.

[59] *O Mundo*, 12 de maio de 1919, p. 1.

[60] Além da imprensa portuense, veja-se, por exemplo, a rubrica "O Porto dia a dia", do diário *O Mundo*.

JoseDominguesDosSantos.indb 33 12/10/2012 14:42

cias de maus tratos, situação que, em 23 de março, levara já José Relvas, então presidente do Ministério, a escrever ao governador civil do Porto.[61]

Apesar de, em 10 de abril, José Domingues dos Santos ter procedido a alterações na área da segurança, nomeando três individualidades da sua confiança pessoal[62], as denúncias de maus tratos aos presos do Aljube continuaram a chegar ao Terreiro do Paço. Para tirar o assunto a limpo, Domingos Pereira decidiu enviar ao Porto o seu ministro da Justiça, António Granjo, para verificar da veracidade dessas denúncias. E para que não se desse azo a que acusassem o governo de "conluio" com as autoridades civis do Porto não foi dado prévio conhecimento dessa visita.

Assim, no dia 27 de maio, para surpresa geral, António Granjo, acompanhado pelo seu secretário, Júlio Cruz, e pelo diretor-geral do seu Ministério, Germano Martins, apresentou-se no Aljube. A notícia espalhou-se rapidamente e, em breve, a delegação governamental tinha a companhia do governador civil e do comissário-geral da Polícia, Júlio Gomes dos Santos Júnior, bem como de alguns republicanos e jornalistas. Um desses republicanos era o deputado Paiva Manso, que se dirigiu ao ministro dando-lhe conta do seu desgosto, por o ver ali "num propósito que julgava desprimoroso e ofensivo para as autoridades superiores do distrito", palavras que seriam secundadas por outros oradores improvisados.[63]

Frontal, como era seu hábito, António Granjo a todos foi dizendo que a sua visita fora decidida em conselho de ministros. Não a propusera; limitara-se a aceitá-la. Considerava, porém, tal como o governo de que fazia parte, ser necessário averiguar se haviam sido cometidos excessos com os presos, para os evitar. Isso não significava que não tivesse confiança nas autoridades portuenses. Tinha; a não ser assim, o governo demiti-las-ia. Daí não haver razões para protestos.

Estas palavras, porém, não foram suficientes para acalmar os ânimos. Prova disso foi o manifesto que começou a circular ao começo da tarde, convidando todos quantos haviam sofrido perseguições por parte de monárquicos e sidonistas a reunir-se às 18 horas em frente à Estação de S. Bento. Pretendia-se que manifestassem "a mais absoluta solidariedade republicana" às autoridades civis portuenses e protestassem "energicamente" contra a atitude afrontosa do ministro da Justiça[64].

---

[61] Nessa carta, dizia-se: "Ex.mo senhor José Domingos [*sic*] dos Santos: Chegam-me repetidas queixas de arbítrios e delações por vingança, das quais resultam prisões, que provocam protestos muito desagradáveis. Chamo a atenção de v. ex.ª para a necessidade duma informação muito rigorosa, que o habilite a proceder sem contemplações, quando se verifiquem abusos de autoridade, ou de pessoas que se substituam às autoridades regulares. Sei que não está no ânimo de v. ex.ª consentir esses atropelos. Faço-lhe inteira justiça. Mas os factos estão-se dando e em condições de desprestígio, que é preciso evitar a todo o transe, pelas funestas consequências que podem ter no espírito cordato da população. Entrego esta questão aos seus melhores cuidados, e insisto na necessidade de se verificar sem demora a culpa dos presos, para se não manterem sob prisão pessoas que nenhuma responsabilidade tenham nos acontecimentos políticos. Com muita distinta consideração sou de v. ex.ª mto. at.º ven. e obrig.º a) *José Relvas*" (José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol. 2, Lisboa, Terra Livre, 1978, p. 155).

[62] José Domingues dos Santos nomeou Júlio Gomes dos Santos Júnior comissário-geral da Polícia, João Batista da Silva inspetor da Polícia de Investigação Criminal e o alferes Ernesto de Almeida comissário de Bairro.

[63] *O Primeiro de Janeiro*, 28 de maio de 1919, p. 1.

[64] *Ibidem*.

Do mal-estar causado pela visita ministerial ao Aljube houve imediato conhecimento em Lisboa. Preocupado com a reação de alguns setores republicanos portuenses, e de modo a evitar danos colaterais, com inevitável repercussão no interior do PRP, o presidente do Ministério enviou a José Domingues dos Santos, ao final da tarde, o seguinte telegrama:

> "A ida ao Porto do ex.º ministro da Justiça não obedeceu ao intuito de desconsiderar as autoridades dessa cidade à frente das quais se encontra v. ex.ª.
>
> O governo quis habilitar-se a responder com direto conhecimento de causa, de que carecem de fundamento as notícias postas em circulação, de que os presos políticos tinham sido agredidos.
>
> Nenhuma outra circunstância obrigou o governo a delegar num dos seus membros semelhante missão, pois só desejava ter uma especial autoridade no caso sujeito, proveniente de observações diretamente colhidas.
>
> Peço aceitem a afirmação da minha maior consideração."[65]

O telegrama, porém, nada alterou. O comissário-geral da Polícia já apresentara a sua demissão a José Domingues dos Santos, que, por sua vez, igualmente "melindrado", solicitara também a sua exoneração. O seu gesto seria seguido por outros colaboradores. Destas decisões deu conta o deputado Paiva Manso na manifestação em S. Bento, facto que motivaria, nessa noite, uma manifestação de desagravo às referidas autoridades.[66]

Nos dias seguintes, a situação no distrito apresentava-se confusa. Daí a viagem a Lisboa de José Domingues dos Santos, donde regressaria, a 31 de maio, com o firme propósito de manter o pedido de demissão.[67] No dia seguinte, porém, por telegrama, o governo informava-o que, em Conselho de Ministros, fora decidido que ele abandonasse o cargo.[68] Chamou então António Resende, governador civil substituto, que, num gesto de solidariedade pessoal e política, não aceitou substituí-lo.[69] Até à posse do novo governador civil, a chefia do distrito foi assegurada interinamente pelo secretário-geral Costa Lobo.[70]

A visita de António Granjo acabaria por confirmar o que se sabia, ou pelo menos se suspeitava: que no PRP portuense (tal como, de resto, a nível nacional) o partido vivia uma situação fraturante. De facto, a manifestação de solidariedade a

---

[65] *O Norte*, 29 de maio de 1919, p. 1.

[66] *O Primeiro de Janeiro*, 28 de maio de 1919, p. 1.

[67] No dia 29 de maio, José Domingues dos Santos esteve presente na Câmara dos Deputados, na 1.ª sessão preparatória da 4.ª legislatura.

[68] *O Mundo*, 2 de junho de 1919, p. 2. À noite, José Domingues dos Santos e Júlio Gomes dos Santos Júnior foram homenageados num jantar que decorreu no Palácio de Cristal. Várias entidades presentes enviaram telegramas ao presidente da República, no sentido de serem mantidas as autoridades distritais.

[69] Em solidariedade com José Domingues dos Santos, demitiram-se Júlio Gomes dos Santos Júnior, Ernesto de Almeida e mais três membros da sua equipa de investigação, Edgar Torres, Montenegro e Tobias (*O Norte*, 3 e 4-6-1919, p. 1).

[70] *O Norte*, 3 de junho de 1919, p. 1. O novo governador civil, tenente-coronel Henrique Pires Monteiro, tomou posse no dia 4.

JoseDominguesDosSantos.indb 35 12/10/2012 14:42

José Domingues dos Santos e a Júlio Gomes dos Santos Júnior esteve muito longe de concitar a unanimidade dos setores democráticos da cidade. A prová-lo pode invocar-se a reação do jornal *A Montanha* (filiado no PRP), que considerou não haver na atitude do governo, e do ministro António Granjo, nada de "repreensível"[71]. Até mesmo *O Norte*, que nunca escondera a sua simpatia pela ação política de José Domingues dos Santos, diria que, por precipitação, alguns republicanos, haviam dado à visita de António Granjo um significado que ela não tivera. As demissões ficaram, pois, a dever-se a "melindres pessoais"[72].

Face ao desenvolvimento da situação, os objetivos da visita passaram, injustamente, para um plano secundário. De facto, António Granjo fez uma visita atenta e demorada. Durante três horas inteirou-se de todas as queixas, algumas das quais apresentadas por escrito. Nenhum dos presos, porém, denunciou violências físicas ou maus tratos. Queixaram-se sobretudo da demora de permanência na prisão, da falta amiudada de visitas familiares, da má ventilação e da proibição de entrada de vinho e jornais.[73]

Face ao exposto, o diário *O Norte*, após recordar os vexames e os maus tratos sofridos por José Domingues dos Santos nas prisões sidonistas, diria:

> "A campanha de difamação de alguns pasquins a que se procurou dar vulto, ficou pulverizada depois da vinda a esta cidade do sr. dr. António Granjo, titular da pasta da Justiça.
>
> Os difamadores ficaram desmascarados, mordendo-se na raiva de verem que a infâmia tinha sido jugulada quase ao nascer."[74]

O mesmo jornal não deixaria, numa espécie de balanço final à passagem de José Domingues dos Santos pela chefia do distrito, de lhe manifestar, bem como aos seus colaboradores mais diretos, algumas palavras de reconhecimento e de admiração. Apesar de serem "ásperos e difíceis" os tempos que então se viviam, "a justificada cólera popular", derivada dos crimes perpetrados durante o sidonismo e a Monarquia do Norte, "não explodiu em atos violentos mercê da atitude enérgica destas autoridades", cuja ação sempre se norteou "por uma linha de nobre conduta"[75].

---

[71] *A Montanha*, 29 de maio de 1919, p. 1.
[72] *O Norte*, 3 de junho de 1919, p. 1.
[73] *O Primeiro de Janeiro*, 28 de maio de 1919, p. 1.
[74] *O Norte*, 3 de junho de 1919, p. 1.
[75] *Ibidem*.

JoseDominguesDosSantos.indb 36 12/10/2012 14:42

II

No Parlamento e no Governo da República (1919-1925)

1. Legislatura de 1919-1921

Após as eleições, que varreram monárquicos e sidonistas e reduziram a presença católica a apenas um deputado, o parlamento voltou a reunir-se em 29 de maio, tendo como pano de fundo uma mudança de ciclo político. José Domingues dos Santos marcou presença na primeira sessão preparatória, que serviu para eleger as três comissões de verificação de poderes. Não esteve, porém, na segunda, a 2 de junho, data em que se procedeu à eleição do presidente, vice-presidentes, secretários e vice-secretários da Mesa.

No seu discurso de posse, o presidente eleito, Sá Cardoso, não ignorou que a nova realidade parlamentar saída das eleições de 11 de maio aconteceu no quadro de um divórcio cada vez maior entre eleitores e eleitos. Explicava Sá Cardoso, algo ingenuamente, que a enorme abstenção eleitoral decorrera do facto de se ter formado "o bloco formidável dos republicanos" contra o qual esbarraram "as ondas reacionárias de vários matizes". Sendo "mínima a luta entre os partidos republicanos e nula por parte das oposições monárquicas e reacionárias", julgaram-se os eleitores dispensados de votar. Acontece, porém, que essas circunstâncias foram justamente um dos principais motivos que levaram muitos eleitores a ficar em casa.

O desprestígio do parlamento era uma realidade que vinha de trás, o que, diga-se, não era situação exclusiva de Portugal. Mas se Sá Cardoso, num aspeto crucial, punha o dedo na ferida, ao dizer que algumas sessões eram "absolutamente estéreis", por serem "mais de pugnas entre homens do que lutas por ideias", estava obviamente equivocado quando considerava que o desprestígio parlamentar resultava sobretudo da "abdicação persistente, quase sistemática" que o Poder Legislativo fazia "das suas prerrogativas em favor do Poder Executivo"[1].

A Câmara tinha, pois, "de procurar prestigiar-se." Porém, por muito bem-intencionadas que fossem essas palavras (Sá Cardoso não deixaria de salientar que esse prestígio devia derivar do trabalho e do esforço dos deputados), certo é, como o futuro o demonstrou plenamente, muito desse trabalho e desse esforço consistiu

[1] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 2 de junho de 1919, p. 6-7.

JoseDominguesDosSantos.indb 37 12/10/2012 14:42

justamente em impedir o normal funcionamento do Poder Executivo. Daí a sucessão de governos a um ritmo absolutamente incompatível com padrões mínimos de estabilidade política, de que resultou um estado quase permanente de desordem social, que, por si só, constituiu um convite irresistível à intervenção militar.

No dia em que essa sessão teve lugar, a imprensa dava conta da intenção de Canto e Castro deixar a Presidência da República. O pedido de renúncia, de facto, foi enviado no dia 2 ao presidente do Congresso, Correia Barreto.[2] Na sua comunicação, simples e direta, Canto e Castro afirmava que, realizadas as eleições e constituídas as novas Câmaras, julgava "dever impreterível" resignar às suas funções, que aceitara, em 15 de dezembro, "com o maior dos sacrifícios"[3].

Reunido o Congresso logo no dia 3 de junho, o democrático António Maria da Silva, embora declarando compreender "a significação do ato" presidencial, não deixaria de salientar "as consequências lógicas" que dele derivavam. Num momento que considerava "excecional" da vida política portuguesa, apresentava ao presidente da República e ao Congresso, em nome do Partido Republicano Português, "uma solução possível", materializada na seguinte moção:

> "O Congresso da República, reunido para apreciar o pedido de renúncia do supremo magistrado da Nação, cônscio das suas responsabilidades, e compreendendo os melindres que o determinaram, resolve convidar s. ex.ª, em nome dos altos interesses do país, a que tem presidido com superior critério e inexcedível patriotismo, a continuar no exercício do seu cargo, e, dirigindo-lhe as suas saudações, prossegue na ordem do dia."

De todas as bancadas, incluindo a do governo, ouviram-se apelos no mesmo sentido. Daí que, mesmo sem votação formal, o presidente do Congresso tenha considerado a moção aprovada por unanimidade.[4]

Os parlamentares, como dizia *A Capital*, souberam, "interpretar com inteira fidelidade a aspiração nacional."[5] Sensível a esse apelo unânime, de que lhe daria conta no dia seguinte uma delegação de deputados e senadores, Canto e Castro acabaria por continuar em funções.

Os pedidos de renúncia não se ficaram por aqui. Também Afonso Costa e Norton de Matos, membros da Comissão Portuguesa à Conferência de Paz, que então decorria em Paris, enviaram telegramas a renunciar ao cargo de deputado. A Câmara

---

[2] Nesse mesmo dia, Bernardino Machado, ainda exilado em Paris, anunciava também a sua renúncia presidencial. O telegrama que enviou ao Congresso oficializava, pois, a decisão anunciada meses antes (18 de fevereiro). Já não era, porém, *de facto*, presidente da República desde 11 de dezembro de 1917, data em que, por decreto, fora destituído pela Junta Revolucionária sidonista. Na sessão do dia 16 de junho, o Congresso, resolvida que estava a continuação de Canto e Castro, saudava Bernardino Machado e considerava írrita e nula a sua demissão pelos sidonistas. A resolução desagradou a vários congressistas e, naturalmente, ao próprio Bernardino Machado, que não reconhecia legalidade democrática ao exercício presidencial de Canto e Castro.

[3] *Diário do Congresso*, Sessão de 3 de junho, p. 3-4.

[4] *Ibidem*.

[5] *A Capital*, 3 de junho de 1919, p. 2.

JoseDominguesDosSantos.indb 38 12/10/2012 14:42

não aceitou a renúncia e nesse sentido aprovou, por unanimidade, duas moções apresentadas por António Maria da Silva e Vitorino Guimarães.[6]

Em cartas enviadas ao parlamento, ambos os deputados confirmaram a intenção de renunciar. Afonso Costa invocava o que se passara consigo desde 1917, mostrando-se convencido de que a sua presença serviria de pretexto para desencadear novamente, em torno de si, "lutas violentas entre republicanos", que tanto mal haviam causado à nação e o ao regime. Demais, para defender a República e servir dedicadamente a Pátria não carecia "de retomar a atividade política"[7]. Por sua vez, Norton de Matos justificava a sua retirada da vida política devido às "grandes dores morais" que lhe haviam causado "o mais revoltante dos procedimentos"[8]. Norton de Matos, porém, acabaria por regressar ainda durante a legislatura.

Quem pretendia também abandonar funções era o chefe do governo, Domingos Pereira, cumprida que estava a sua missão, isto é, a realização das eleições. Por força da visita do presidente eleito do Brasil, Epitácio Pessoa e, sobretudo, pelas greves então ocorridas[9], adiou por algum tempo a sua saída. Apesar de se encontrar demissionário desde 12 de junho (na sequência de uma moção apresentada por António José de Almeida na Câmara dos Deputados), Domingos Pereira reconheceu que, perante a gravidade da situação, o seu lugar era ainda no governo. No dia 25, porém, considerando já não haver razões de ordem pública que determinassem a sua permanência no poder, reafirmava a decisão de se retirar, o que viria a suceder poucos dias depois, dando lugar a Sá Cardoso.[10]

Foi justamente na sessão de 25 de junho que José Domingues dos Santos se estreou enquanto orador parlamentar. Na véspera, a Câmara iniciara "a análise da obra do dezembrismo", abrindo esse debate o deputado Orlando Marçal, então deputado pelo PRP.[11] Certo "de que teria qualquer coisa também a lançar nesse libelo acusatório contra esse estado de pura traição", José Domingues dos Santos julgava ser necessário lembrar novamente "os horrores desse tempo". Não só porque esses acontecimentos iam morrendo na memória das pessoas mas sobretudo porque muitos dos protagonistas desses horrores se passeavam "impunes pelas ruas da cidade"[12].

Só cerca de um ano mais tarde voltaria a falar no parlamento na qualidade de deputado. Isto porque, três dias mais tarde, era nomeado ministro do Trabalho, tomando posse no dia 29 de junho. Na declaração ministerial, lida aos deputados no dia seguinte, Sá Cardoso afirmava que, relativamente àquela pasta, pretendia o

---

6 *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 6 de junho de 1919, p. 10-11.

7 *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 24 de junho de 1919, p. 4.

8 *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 24 de junho de 1919, p. 5.

9 No dia 9 de junho entraram em greve os marceneiros de Lisboa, que reivindicavam aumentos salariais. No dia seguinte foi a vez do proletariado do Barreiro, em solidariedade com os operários da Companhia União Fabril (CUF), muitos dos quais, no dia 14, seriam alvo de *lock-out*. Reagindo contra a decisão do patrão da CUF, Alfredo da Silva, a União Operária Nacional (UON) convoca uma greve geral de 48 horas, decisão que determinará uma ofensiva governamental, que levará ao fecho da sede da UON e do diário anarcossindicalista *A Batalha*. Dois dias mais tarde é decretada uma greve geral no país, que se revela um fiasco. Dia 23, o governo autoriza a reabertura da sede da UON.

10 *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 25 de junho de 1919, p. 26.

11 Orlando Marçal (1887-1947) viria mais tarde a militar no Partido Republicano Popular e no Partido Republicano Radical.

12 O texto integral da intervenção de José Domingues dos Santos publica-se no Apêndice documental.

JoseDominguesDosSantos.indb 39 12/10/2012 14:42

governo remodelar e codificar a legislação sobre minas, facilitando o desenvolvimento desse setor. Particular cuidado iriam merecer-lhe as questões laborais, nomeadamente a regulamentação do decreto relativo às oito horas de trabalho, a remodelação da lei reguladora dos seguros industriais, o desenvolvimento das caixas económicas, a constituição, funcionamento e federação das sociedades cooperativas de defesa económica, o reconhecimento da capacidade jurídica dos sindicatos e, finalmente, a reorganização dos serviços de assistência pública[13].

Três dias mais tarde, o governo e muito particularmente o ministro do Trabalho eram confrontados com nova greve, desta vez dos ferroviários das Linhas do Norte, Oeste e Leste. No dia 4 de julho, em resposta ao deputado Augusto Dias da Silva, que o questionou sobre "a situação do governo perante os ferroviários", José Domingues dos Santos considerou "insólita" essa greve. Tendo o governo mostrado intenções de ir ao encontro das justas reclamações das classes operárias, os ferroviários haviam lançado um ultimato: caso as suas reivindicações não fossem tidas em conta pelo governo, uma hora mais tarde proclamariam a greve, o que de facto veio a acontecer.

À greve, porém, ficaram desde logo associados atos de sabotagem, concretamente o descarrilamento de máquinas, situação que deixou a meio caminho os passageiros que se dirigiam para Lisboa. Tendo sido posteriormente procurado por uma delegação de ferroviários, José Domingues dos Santos foi muito claro: o governo não estudaria as reivindicações apresentadas enquanto a ordem não fosse restabelecida e o trabalho não fosse retomado. Para que isso sucedesse dava-lhes um prazo de 48 horas.

Embora declarando compreender e aceitar as condições, os delegados ferroviários colocaram reservas em transmiti-las aos grevistas. Desconhece-se se o fizeram ou não. Sabe-se, isso sim, que novo ato de sabotagem ocorreu após esse encontro, desta vez tendo como alvo um comboio que transportava militares, facto que levaria José Domingues dos Santos a declarar que estava na disposição "de castigar severamente os responsáveis". Simultaneamente, avisaria os grevistas de que nada poderiam esperar do governo enquanto não retomassem o trabalho.

Perante a intervenção de um deputado socialista, que oferecia os préstimos do seu partido para uma mediação do conflito e instava o governo a tomar uma atitude contemporizadora, a resposta do ministro foi ainda mais perentória:

> "Com respeito à última parte das considerações do sr. deputado José de Almeida, quando s. ex.ª disse que é necessário que o governo esqueça agravos, eu devo declarar que o governo não precisa de esquecer; o governo o que quer é que haja ordem, para o que é absolutamente necessário que os ferroviários, reconhecendo o seu erro e que se encontram em greve revolucionária, retomem o trabalho, estando nós dispostos a procurar que, depois, sejam satisfeitas aquelas das suas reclamações que porventura sejam razoáveis.

---

[13] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 30 de junho de 1919, p. 11. O governo de Sá Cardoso (Alfredo Ernesto Sá Cardoso) esteve em funções de 29 de junho de 1919 a 15 de janeiro de 1920. Por força de circunstâncias mais adiante referidas, prolongaria o seu mandato até 21 de janeiro. Originalmente, este governo era constituído com base em elementos da ala moderada do PRP. Após a sua remodelação ganhou uma feição mais radical.

JoseDominguesDosSantos.indb 40 12/10/2012 14:42

> Enquanto se encontrarem no caminho em que se acham, os grevistas encontrarão também pela frente um governo firme resolvido a ir aos últimos extremos.
>
> É esta a resolução tomada por todo o governo, que dela não sairá sejam quais forem as consequências."[14]

Concretizando a ameaça, no dia 6 eram presos vários grevistas e o governo mandava encerrar o sindicato ferroviário, situação que, porém, não foi consensual na maioria democrática. De facto, contra essa medida se manifestou João Camoesas na sessão do dia 7, embora concordando globalmente com a ação do governo[15]. Nessa mesma sessão, o assunto foi largamente debatido, acabando por tomar uma feição mais extremada, sobretudo após a intervenção de Ramada Curto, que o diário *A Capital* considerou um espetáculo "triste" e "deprimente"[16]. Perante a ameaça de demissão avançada por José Domingues dos Santos, Álvaro de Castro sairia em defesa do governo, apresentando uma moção de confiança[17]. Votada favoravelmente pela maioria parlamentar, o presidente do Ministério declarou então aceitar a mediação socialista no conflito com os ferroviários[18], decisão que acabaria por se mostrar decisiva para o ultrapassar[19].

Até setembro, a sessão legislativa ficaria particularmente marcada por dois acontecimentos: a revisão constitucional e a eleição do presidente da República. A comissão para apreciar as propostas de revisão constitucional havia sido aprovada na sessão de 17 de junho.[20] A 21 de julho dava-se início à discussão do projeto de revisão, que seria votado na generalidade a 1 de agosto.[21] No Senado, o projeto foi discutido e votado em finais do mês. As alterações constitucionais entraram em vigor com a publicação da lei n.º 891, de 22 de setembro de 1919, que substituía os artigos 47.º e 48.º da Constituição de 1911. Os poderes do presidente da República foram significativamente reforçados, já que passou a poder convocar extraordinariamente a Câmara dos Deputados e o Senado (reunidos em Congresso ou isoladamente) e a declarar o estado de sítio durante 30 dias sem consulta ao governo. Particularmente impor-

---

[14] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 4 de julho de 1919, p. 14-16.

[15] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 7 de julho de 1919, p. 51.

[16] *A Capital*, 8 de julho de 1919, p. 1.

[17] Nesse mesmo dia, o diário *A Capital* noticiava que corriam rumores de um *complot* parlamentar para derrubar o governo, tendo justamente por base o conflito com os ferroviários.

[18] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 7 de julho de 1919, p. 52.

[19] A greve, pese embora a intermediação socialista, ainda se arrastaria até final de agosto, registando-se novos e graves incidentes nos dias 14, 15 e 28. A 1 de setembro, os ferroviários que ainda se mantinham em greve regressaram aos seus postos de trabalho. No editorial da edição desse dia, numa óbvia censura à inutilidade da greve, *A Capital* dizia que os ferroviários haviam entregado "ao chefe do governo a sua causa, nas condições em que o sr. Sá Cardoso desde o princípio declarou que dela se poderia ocupar".

[20] O texto dessa proposta, da autoria de Álvaro de Castro, era o seguinte: "Proponho que para apreciar as propostas concretas da revisão constitucional, que se apresentarem na Câmara dos Deputados, seja nomeada uma comissão de dezassete membros com representação de todos os partidos ou grupos políticos da mesma Câmara." (*Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 17-6-1919, p. 10)

[21] Embora tenham sido apresentados sete projetos de revisão constitucional, um dos quais de âmbito global (o de Alberto Xavier), o parlamento optou pela via minimalista, restringindo-a às atribuições do presidente da República.

JoseDominguesDosSantos.indb 41 12/10/2012 14:42

tante foi a atribuição da competência de dissolução do Congresso. Este direito não era, porém, discricionário, já que a lei impunha ao presidente da República a consulta prévia ao Conselho Parlamentar[22].

Por sua vez, a eleição presidencial teve lugar a 6 de agosto. Numa votação renhida entre António José de Almeida (apresentado por evolucionistas e unionistas) e Manuel Teixeira Gomes (candidato dos democráticos) só ao terceiro escrutínio é que o Congresso se decidiu pelo primeiro. A derrota do candidato do PRP, partido que tinha maioria nas duas Câmaras, era um sintoma inequívoco das divisões que o minavam e que anunciavam defeções e cisões que o futuro viria a confirmar.

A 5 de outubro, dia da tomada de posse do novo presidente da República, o governo, seguindo as praxes habituais, apresentou o seu pedido de demissão. António José de Almeida, como se esperava, manifestou-lhe a sua confiança; o executivo continuaria, pois, mais algum tempo em funções.

Na sua primeira experiência governamental, José Domingues dos Santos desenvolveu uma intensa atividade legislativa.[23] Entre muitas outras medidas, criou Tribunais de Desastres no Trabalho em várias capitais de distrito, aprovou um novo regulamento para a construção dos Bairros Sociais, reforçou as verbas para atenuar a crise laboral e regulamentou o horário de trabalho.

O decreto n.º 5516, de 7 de maio de 1919, da responsabilidade do governo de Domingos Pereira, sendo ministro do Trabalho o socialista Augusto Dias da Silva, estabelecia o dia de trabalho de oito horas (48 semanais).[24] O decreto, porém, não fora ainda regulamentado. José Domingues dos Santos comprometera-se a fazê-lo, "de harmonia com os desejos das classes interessadas", o que de facto aconteceu através da publicação do decreto n.º 6112, de 23 de setembro. A oposição das associações comerciais e industriais foi imediata. O regulamento, diziam, era "um ato ditatorial." Porém, contrariamente à acusação feita pelo deputado António Francisco Pereira, esse regulamento não foi suspenso pelo governo. A sua entrada em vigor, prevista para 1 de outubro, foi apenas prorrogada para 1 de novembro, para, como dizia José Domingues dos Santos, dar mais tempo à "organização das tabelas"[25].

Inconformadas com uma lei, que, além de reduzir o tempo de trabalho a oito horas diárias, quando então vigorava um regime em que os operários trabalhavam 10 horas (ou mesmo 12) e obrigava a indemnizar num ano de vencimentos quem fosse despedido em virtude da exigência do cumprimento da lei (sem embargo de ter de provar em tribunal a razão da sua queixa), as entidades patronais continuaram a protestar, entregando na Câmara dos Deputados uma representação subscrita por 50 associações industriais e comerciais. Esta representação contou com o apoio do deputado

---

[22] Eleito no Congresso, o Conselho Parlamentar era constituído por um máximo de 18 parlamentares, devendo estes representar proporcionalmente todas as correntes de opinião aí com assento. O presidente deste Congresso era também do Conselho Parlamentar.

[23] Veja-se o Apêndice documental.

[24] A jornada de oito horas de trabalho não se aplicava aos trabalhadores rurais e aos domésticos, designação que incluía criados, empregados de hotel e restaurantes. Por sua vez, os empregados de estabelecimentos de crédito, de câmbios e de escritórios já tinham, desde a publicação da lei n.º 295, de 22 de janeiro de 1915, um período normal de trabalho de sete horas diárias.

[25] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 17 de outubro de 1919, p. 6-10.

JoseDominguesDosSantos.indb 42 12/10/2012 14:42

Aboim Inglês, que na sessão do dia 29 de outubro apresentou um requerimento no sentido da imediata suspensão do decreto relativo ao horário do trabalho, bem como do princípio da execução do regulamento. A Câmara, porém, rejeitou esse requerimento.[26] José Domingues dos Santos, numa tentativa de acalmar os ânimos e conciliar interesses divergentes, mantendo embora a data de 1 de novembro para a entrada em vigor do decreto, aceitou, porém, que ele tivesse uma vigência experimental de seis meses, findo os quais ficaria sujeito a eventuais modificações na Câmara dos Deputados.[27]

Durante o mês de novembro, o ministro do Trabalho prestaria vários esclarecimentos no parlamento, nomeadamente sobre a representação portuguesa à Conferência de Washington, a epidemia de tifo exantemático e a falta de médicos nos Açores.

No mês seguinte, com a chegada de Cunha Leal à Câmara dos Deputados, de que estivera ausente desde o início da legislatura, a oposição ao governo ganhou um novo fôlego. No dia 16, esse deputado do Partido Republicano Popular contestou o pedido de autorização de um empréstimo de oito mil contos para melhorar as redes telefónicas e telegráficas. Nas duas sessões seguintes, em negócio urgente, interpelou o governo sobre a questão cambial. Em sua opinião, o país, para saldar o *deficit* e iniciar obras de fomento, necessitava urgentemente de contrair no estrangeiro um empréstimo em ouro; simultaneamente, havia que "levar o país ao doloroso convencimento" da necessidade de "um empréstimo forçado interno à taxa nunca superior a 7 por cento" . Só assim poderia reduzir-se a circulação fiduciária, que considerava ser então "exageradíssima". Em suma: havia que comprimir despesas e aumentar as receitas. Mas para isso era preciso que o governo falasse a "linguagem da verdade"[28].

Em resposta a esta intervenção, o ministro das Finanças, Rêgo Chaves, apontaria erros e imprecisões nas estatísticas de que se servira Cunha Leal, afirmando não ser exato que o país estivesse perto da bancarrota. As explicações que se seguiram não convenceram Cunha Leal, que voltaria a usar da palavra para reafirmar que a situação do país era intranquila, já que havia fortes indícios de uma crise. Contrariamente ao ministro, lamentava não ver o país "com óculos otimistas"[29].

Nesse mesmo dia, em Conselho de Ministros, considerando-se agravado com o que se passara no parlamento, Rêgo Chaves manifestou a intenção de se demitir. Esse gesto, dizia *A Capital*, tornava a situação do governo ainda mais instável, até porque se sabia não ser o ministro das Colónias bem visto na maioria democrática[30].

No dia 22, a crise era indisfarçável. A imprensa falava já no nome de Vitorino Guimarães para substituir Rêgo Chaves na pasta das Finanças. Outros ministros, porém, insistiam em sair, facto confirmado em nota oficiosa da presidência do Ministério[31].

---

[26] Segundo *A Capital* (29-10-1919, p. 1-2), a maioria que rejeitou o referido requerimento foi "verdadeiramente excecional". Rejeitaram-no democráticos, socialistas e populares. A favor votaram apenas os liberais e um deputado democrático.

[27] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 29 de outubro de 1919, p. 10.

[28] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 17 de dezembro de 1919, p. 19.

[29] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 18 de dezembro de 1919, p. 24.

[30] *A Capital*, 19 de dezembro de 1919, p. 2.

[31] *Diário de Notícias*, 3 de janeiro de 1920, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 43 12/10/2012 14:42

No dia 3 de janeiro estava previsto que tomassem posse António Maria da Silva, nas Finanças, Álvaro de Castro, nas Colónias, e João Luís Ricardo, na Agricultura. Só o primeiro o fez. Por se encontrarem doentes os outros dois ministros indigitados, Sá Cardoso assumiu interinamente a pasta das Colónias e José Domingues dos Santos a da Agricultura[32].

Comentando a mudança de ministros, dizia *A Capital*:

> "A recomposição do governo fez-se para obter uma maior coesão parlamentar? É uma experiência que se tenta; vejamos até que ponto ela dará resultado.
>
> O que é inegável é que se torna necessário trabalhar. Depois de Monsanto, cada governo tem tido o seu lema e o seu programa. O governo José Relvas chamou-se combinação; o governo Domingos Pereira chamou-se conciliação; o primeiro governo Sá Cardoso, porque este é, na realidade, o segundo, chamou-se tolerância; o atual governo tem de chamar-se trabalho."[33]

A entrada dos novos ministros, que eram também destacados dirigentes democráticos, pretendia, obviamente, estreitar a cooperação institucional com o parlamento. Mas não deixava de ser igualmente uma resposta do PRP às recomposições partidárias que haviam ocorrido.[34] Às forças que pretendiam assumir-se como alternativas aos habituais detentores do poder, respondia, pois, o PRP com um governo forte e aparentemente coeso, juntando à volta de um republicano prestigiado, como era, sem dúvida, Sá Cardoso, os líderes das suas principais tendências.[35]

Sobre o que era e o que pretendia ser o governo então renovado, diria Sá Cardoso na apresentação dos novos ministros, na sessão de 6 de janeiro de 1920:

> "Esta recomposição não muda em nada a feição política do Ministério, que era partidária, e retintamente partidária continua a ser; isto é, continua na mesma linha de conduta de até aqui. Não hostilizará qualquer partido político da República, continuará a mesma linha de concórdia e da tolerância que tem seguido, e se alguma vez for obrigado a pô-la de parte, fá-lo-á segundo as condições anormais o indicarem.

---

[32] *A Capital*, 3 de janeiro de 1920, p. 2. Álvaro de Castro tomaria posse a 6 de janeiro; José Luís Ricardo, por força da demissão do governo, não chegou a sobraçar a pasta da Agricultura.

[33] *A Capital*, 3 de janeiro de 1920, p. 1.

[34] Dessas recomposições resultaram a formação do Partido Republicano Liberal e do Grupo Parlamentar Popular, embrião do que viria a ser, em maio de 1920, o Partido Republicano Popular. Fora do quadro partidário republicano, no outono de 1919 surgiu a Federação Maximalista Portuguesa, uma estrutura de transição influenciada pela Revolução Russa, que agrupou alguns sindicalistas históricos. Dissolveu-se em dezembro do ano seguinte, após a prisão de Manuel Ribeiro, seu secretário-geral. Suceder-lhe-ia o PCP, fundado em 6 de março de 1921.

[35] Faltava apenas Domingos Pereira, que presidia então à Câmara dos Deputados. Segundo *A Capital* (2-1-1920, p. 2), no PRP, além das duas maiores fações (a dos "espíritos cordatos", em que pontificava Álvaro de Castro, e a dos "irrequietos", cujo "comandante" era António Maria da Silva), havia ainda que contar com Domingos Pereira (a quem seguiam cerca de 10 parlamentares), Orlando Marçal (que não desistia "do papel de orientador") e Afonso Costa (que não estava "tão só como se imagina", pois com ele, a par de um diretório que lhe era "afeiçoado", estavam alguns influentes democráticos, tais como Augusto Soares, Germano Martins, Artur Costa, Urbano Rodrigues e Alexandre Braga).

JoseDominguesDosSantos.indb 44 12/10/2012 14:42

> A situação é grave, mas não é desesperada.
>
> Em todo o caso o que é mester é que o governo e o parlamento trabalhem afincadamente para debelar a má situação que atravessamos.
>
> Desta maneira o Ministério, fortalecido com a entrada dos novos membros que vieram ocupar as pastas que tinham vagado, tenciona trazer à Câmara medidas de alto interesse, que tendam em absoluto a acabar com o aumento de despesas, procurando conseguir a compressão das mesmas despesas, e outras espécies de medidas que hão de trazer receita imediata, para ocorrer a este desequilíbrio momentâneo do Tesouro, e outras com caráter absolutamente permanente."[36]

As palavras de Sá Cardoso, porém, não convenceram a oposição: Júlio Martins deu o governo como incapaz de corresponder à gravidade das circunstâncias; Brito Camacho discordou da reorganização ministerial, que, por sua vez, Cunha Leal considerou anticonstitucional. Além disso, dizia este deputado popular, o que Sá Cardoso anunciara aos deputados não passou de "meia dúzia de palínódias". Se era apenas isso que tinha para apresentar, estavam os portugueses "desgraçadíssimos" pois isso não era senão "poeira para atirar aos olhos de quem for cego". Daí a apresentação de uma moção de desconfiança, imitando, pois, o que, pouco antes, já fizera Ramada Curto. Os democráticos, naturalmente, ripostaram, apresentando, através dos deputados Vitorino Guimarães e Barbosa de Magalhães, uma moção de confiança ao governo[37].

A maioria simples mas clara (51 votos a favor, 39 contra) que essa moção conseguiu entre os deputados, não foi, porém, suficiente para deixar satisfeito Sá Cardoso, que de imediato anunciou à Câmara que o governo ia pedir a demissão. Por dois motivos: porque os homens que se sentavam nas cadeiras ministeriais não estavam habituados a ser tratados – nem o queriam ser – pela forma como o tinham sido e por ver que uma parte da Câmara resolvera propositadamente "não deixar trabalhar o governo"[38].

Estas palavras tiveram, naturalmente, eco destacado na imprensa: *A Capital*, por exemplo, dizia que a crise mais grave não era "a do governo, mas a do parlamento"[39]; outro diário lisboeta, *A Manhã*, ia mais longe, ao afirmar: "Com o parlamento atual nenhum governo pode governar."[40]

O presidente da República tinha, obviamente, consciência de que os comentários dos jornais correspondiam a um sentimento generalizado entre os eleitores. Porém,

---

[36] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 6 de janeiro de 1920, p. 8. Uma das medidas que o governo pretendia tomar era uma larga remodelação no funcionalismo público. Daí que, logo no dia 6, José Domingues dos Santos tenha enviado para a Câmara de Deputados uma proposta de lei para suspensão do decreto com força de lei, n.º 6308, de 27 de dezembro de 1919, que reorganizou os serviços do Ministério da Agricultura, alterando profundamente e alargando o quadro do seu pessoal. No dia 8, a Câmara aprovou a urgência e a dispensa de Regimento, o mesmo acontecendo com uma proposta de António Maria da Silva que proibia aos deputados e senadores a apresentação de propostas que envolvessem aumento de despesa ou diminuição de receita, desde a apresentação até à aprovação do Orçamento Geral do Estado (*Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 8-1-1920, p. 17).

[37] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 6 e 7 de janeiro de 1920, p. 51.

[38] *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão de 6 e 7 de janeiro de 1920, p. 55.

[39] *A Capital*, 9 de janeiro de 1920, p. 1.

[40] *A Manhã*, 12 de janeiro de 1919, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 45 12/10/2012 14:42

antes de se decidir pela dissolução competia-lhe tentar encontrar uma nova solução no quadro parlamentar. Foi isso o que fez. Após consultas a algumas das principais figuras dos partidos com assento parlamentar, convidou Brito Camacho a formar um governo "nacional", que contaria com o apoio do PRP. O ex-líder unionista, porém, recusou, alegadamente por discordar da constituição do parlamento.[41]

Organizar um Ministério de concentração revelou-se também tarefa impossível. O pomo da discórdia entre democráticos e liberais era a pasta do Interior. Em caso de dissolução parlamentar, quem a detivesse controlaria o ato eleitoral. Reunidos na sede do jornal *A Luta*, dirigentes do Partido Republicano Liberal rejeitaram, pois, essa solução (10 votos a favor, 20 contra). Aceitavam, porém, um governo maioritariamente liberal, com representação doutros partidos. Finda a reunião, dois desses dirigentes, António Granjo e Augusto de Vasconcelos, dirigiram-se para casa de António José de Almeida. Para lá seguiram igualmente três dirigentes democráticos. No fim da reunião, que terminou já na madrugada do dia 13, foi enviada uma nota oficiosa para a imprensa que dava conta que, baldados os esforços de formação de um governo nacional ou de concentração, o presidente da República decidira entregar o poder aos liberais.[42]

Nesse mesmo dia, a imprensa vespertina antecipava que o novo governo, a que presidiria Fernandes Costa, tinha de contar com um forte bloco oposicionista: à fação maioritária do PRP juntar-se-iam os populares e os socialistas.[43]

Não teve tarefa fácil o indigitado chefe do governo. Na verdade, muitas foram as recusas com que se deparou, nomeadamente as de Augusto de Vasconcelos, Ferreira de Mira, Marcolino Pires, Matos Cid e Joaquim Ribeiro de Carvalho.[44] Constituído finalmente no final do dia 14, o governo previa apresentar-se em Belém às 13 horas do dia 15, seguindo-se-lhe a tomada de posse nos respetivos Ministérios e a apresentação no parlamento.

Na manhã desse dia fervilhavam já os boatos sobre a alteração da ordem pública, o que obrigou à forte vigilância policial de algumas ruas da capital. Para as 11 horas anunciavam os jornais uma manifestação contra a solução governativa, o que, de facto, veio a acontecer, já que centenas de populares se foram juntando na praça do Comércio. Daí seguiram em cortejo, percorrendo vários locais de Lisboa, seguindo da rua Augusta para o Rossio e daqui para o Quartel do Carmo. Pararam posteriormente na sede do jornal *O Mundo*, que vitoriaram longamente; descendo ao Chiado repetiram os vivas em frente à sede do jornal *A Vitória*.

Às 15 horas, o cortejo regressou ao Terreiro do Paço. Os manifestantes desistiram então de ir a S. Bento e concentraram-se junto do Ministério das Colónias.

---

[41] *Diário de Notícias*, 11 de janeiro de 1920, p. 1. Em nota oficiosa, o PRP insistia na solução de um governo nacional. Na impossibilidade de vir a ser constituído, aceitava um governo de conjugação republicana, independentemente de nele estar, ou não, representado (*Diário de Notícias*, 11-1-1920, p. 1).

[42] *Diário de Notícias*, 13 de janeiro de 1920, p. 1. Apesar de ter estado representado na reunião com o presidente da República, o PRP, através de uma nota oficiosa, dizia-se surpreendido com a solução dada à crise, já que lhe não fora "solicitada a anuência à formação de um gabinete partidário." Daí que viesse a aguardar, "numa perspetiva vigilante a atitude do governo no parlamento e a sua ação na política administrativa" (*Diário de Notícias*, 14-1-1920, p. 1).

[43] *A Capital*, 13 de janeiro de 1920, p. 1.

[44] *Diário de Notícias*, 14 e 15 de janeiro de 1920, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 46 12/10/2012 14:42

Em comício improvisado, vários oradores protestaram contra a organização do governo. Uma comissão, igualmente improvisada, procurou Sá Cardoso, que a essa hora, acompanhado pelos ministros demissionários, se preparava para apresentar cumprimentos de despedida ao presidente da República. Com paciência e pedagogia, Sá Cardoso disse-lhes que do novo governo faziam parte dedicados republicanos. E que não era por "aquela forma" que o assunto podia resolver-se. Que aguardassem, pois, a ação governativa: o parlamento lá estaria para proceder segundo as normas constitucionais. Acima de tudo recomendava-lhes "ordem".

De regresso, ao Terreiro do Paço, a comissão deu conta do teor da conversa com Sá Cardoso, prosseguindo depois os discursos e os vivas à República.[45] Sabedores que os ministros se encontravam reunidos na Junta de Crédito Público, os manifestantes dirigiram-se para lá. Nova comissão subiu então a uma das salas. Segundo a imprensa, essa comissão fez ver a Fernandes Costa "os inconvenientes da formação do gabinete tal qual se encontrava constituído".

Enquanto o indigitado chefe do governo, cumprindo a sua palavra, seguia para Belém, das janelas do Ministério da Justiça vários populares dirigiram-se à multidão dizendo que "o povo republicano só aceitaria um governo nacional"[46]. À noite, em sinal de regozijo pelo fracasso do governo, estouraram foguetes e morteiros. Em cortejo, os manifestantes (que continuavam concentrados na Baixa) seguiram do Rossio para o jornal *A Vanguarda*, diário ligado aos sidonistas. O burburinho foi enorme, com tiros, bengaladas e pedradas à mistura. Patrulhas da GNR, a cavalo, tiveram de intervir. O sossego só chegou por volta das duas horas da madrugada[47].

Na carta de demissão que apresentou ao presidente da República, Fernandes Costa descrevia em tons mais vivos os contornos do seu encontro com os manifestantes. O edifício da Junta de Crédito Público, dizia nessa carta, foi "invadido em tumulto, por muitas pessoas", que invetivavam o governo. Os manifestantes dirigiam-se em particular a Afonso de Melo e a Fernandes de Almeida (indigitados ministros da Instrução Pública e do Trabalho), acusando-os de sidonistas. Por sua vez, Tito de Morais (indigitado ministro da Marinha) era acusado de "perseguidor de republicanos", ele que fora reconhecido pelas Constituintes como "benemérito da Pátria e da República, como herói da sua proclamação".

Os factos determinaram Afonso de Melo a declarar que não tomaria posse. Outros não compareceram em Belém para esse fim. Dadas as circunstâncias, declarava, pois, "de elementar dever" o governo também não tomar posse. Com esse gesto pretendia não dar pretextos para desordens. Assim se evitariam eventuais "desgraças", cuja responsabilidade não queria assumir e que poderiam ser atribuídas a uma "ânsia de poder", que o PRL não tinha.[48]

---

[45] *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1920, p. 1.
[46] *A Capital*, 15 de janeiro de 1920, p. 2.
[47] *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1920, p. 2.
[48] *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1920, p. 1. Nas suas *Memórias*, Cunha Leal afirma que as convulsões populares então verificadas foram promovidas pelo chamado *Grupo dos Treze*, que era "capitaneado por duas criaturas da escória social – o *Pintor* e o *Oh Ai, Oh Linda*" (Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 204).

JoseDominguesDosSantos.indb 47 12/10/2012 14:42

Face a esta situação, o presidente da República convidou Sá Cardoso a continuar em funções até que fosse possível organizar um Ministério nacional.[49] Após tentativas falhadas de Barros Queiroz e Correia Barreto, Domingos Pereira seria incumbido dessa missão. Foi um processo longo e complexo, no qual trabalhou "ininterruptamente" desde as três da tarde do dia 19 de janeiro até às seis horas da manhã do dia 21. As recusas foram muitas, nomeadamente as de António Maria da Silva e Álvaro de Castro, que Domingos Pereira pretendia manter nas pastas que ocupavam no anterior governo[50].

De feição bipartidária, o governo de Domingos Pereira não teve, porém, como escreveu Cunha Leal nas suas *Memórias*, "forças para sobrepujar as dificuldades nacionais"[51]. Assim foi, de facto. O pretexto para a queda do governo foi uma greve do funcionalismo público, declarada na madrugada de 4 de março.[52] A decisão tomada pelos sindicatos deste setor era particularmente grave, atendendo a que esse direito lhes estava vedado por um decreto-lei de 6 de dezembro de 1910. Na Câmara dos Deputados, o presidente do Ministério procurou demonstrar ser impossível, nesse momento, atender às reivindicações de aumentos salariais. No fim da sua intervenção enviou para a Mesa uma proposta de lei em que se concedia um prazo de 48 horas para o regresso dos grevistas aos seus postos de trabalho. Quem não o fizesse seria demitido.

A proposta governamental, porém, contou apenas com o apoio dos católicos. De todos os lados se invocava a incoerência do governo, que dias antes, em situação semelhante, transigira com os ferroviários. Mesmo os democráticos acabaram por faltar com o seu apoio a um governo liderado por um correligionário, apresentando, através de Álvaro de Castro, a seguinte moção:

> "A Câmara, ouvidas as explicações do sr. presidente do Ministério, reconhecendo os seus patrióticos intentos de defesa do regime, significa-lhe a necessidade de substituir a proposta em discussão por medidas mais conformes com a gravidade do momento presente e continua na ordem da noite."[53]

Toda a Câmara, naturalmente, a entendeu como uma moção de desconfiança, o mesmo sucedendo com Domingos Pereira, que declarou não a aceitar. A situação precipitou-se quando António Granjo afirmou que o Partido Liberal não estava repre-

---

[49] Remonta a esse período o único decreto-lei da responsabilidade de José Domingues dos Santos enquanto ministro da Agricultura, que aprovava o Regulamento da Escola Móvel das Caldas da Rainha.

[50] Recusaram também integrar esse governo Mira Fernandes, Freire de Andrade e Santos Lucas, convidados para a Instrução, e João Luís Ricardo para a Agricultura e Abastecimentos. Esta pasta acabaria por ser aceite, embora contrariado, por Álvaro de Lacerda (APDP, Domingos Pereira, *Notas Políticas, 1919-1920-1921* [manuscrito], fls. 2-3).

[51] Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, Lisboa, Edição do autor, 1967, p. 204. O governo de Domingos Pereira esteve em funções de 21 de janeiro a 8 de março de 1920. Constituído à base de democráticos e liberais, dele faziam também parte um socialista e um independente.

[52] Em entrevista ao diário *A Capital* (9-3-1920, p. 1), Domingos Pereira confirmava ter sido esse o pretexto. E apontava o dedo ao Partido Liberal, particularmente ao seu líder, António Granjo. Nas suas *Notas Políticas*, referentes a 1919, 1920 e 1921 (manuscrito inédito) acusa porém, em mais de uma passagem, de ter António Maria da Silva conspirado, nomeadamente com a GNR, para o derrubar.

[53] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 4 de março de 1920, p. 23.

JoseDominguesDosSantos.indb 48 12/10/2012 14:42

sentado no governo, já que os seus três correligionários se encontravam aí a título individual. Estas palavras foram determinantes para o presidente do Ministério se declarar demissionário. A aprovação da moção de Álvaro de Castro acabou por tornar irreversível o fim do governo.[54]

Na imprensa republicana, não contou também Domingos Pereira com quaisquer apoios. De uma forma geral, insistia-se que tivera dois pesos e duas medidas relativamente aos ferroviários e aos funcionários públicos. Como dizia *A Capital*, "o governo sumiu-se por não ter argumentos que explicassem a manifesta incoerência"[55].

Após a demissão de Domingos Pereira, a luta pelo poder no interior do PRP saltou de imediato para as páginas dos jornais. No dia 5, António Maria da Silva tentou organizar um governo com democráticos e populares. Em breve entrevista ao diário *A Capital*, Júlio Martins, líder dos populares, afirmava que esse governo talvez pudesse apresentar-se ao parlamento no dia seguinte. Inesperadamente, porém, no final desse dia António Maria da Silva declinaria a incumbência de que o encarregara o presidente da República, alegadamente por dificuldades nas pastas da Guerra e do Comércio.[56]

No dia seguinte seria a vez de Álvaro de Castro fazer tentativa semelhante, primeiro com democráticos e liberais, depois apenas com os primeiros.[57] Sem sucesso, facto que muitos consideraram surpreendente, por se tratar de um político ponderado, experiente e prestigiado.[58]

O fracasso das tentativas de António Maria da Silva e de Álvaro de Castro atribuiu-o José Domingues dos Santos à "falta de serenidade". A ela se devia a divisão dos democráticos; era ela que não deixava ver a situação em que o país se encontrava, e que tão de perto era seguida em Espanha.[59]

A mesma sorte teria Herculano Galhardo no dia 7. No final deste dia, o coronel António Maria Batista era indigitado para o mesmo fim, conseguindo finalmente, no dia seguinte, apresentar ao presidente da República um governo quase exclusivamente democrático.[60] Tinha, porém, uma característica que não passava desperce-

---

[54] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 4 de março de 1920, p. 24.

[55] *A Capital*, 5 de março de 1920, p. 1.

[56] *A Capital*, 6 de março de 1920, p. 1. O deputado popular Júlio Martins confirmaria ter estado "hipoteticamente" organizado esse governo. Ele próprio, porém, acabaria por não aceitar a pasta da Guerra, por considerar ser impossível sanear o Exército nessa ocasião (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9-3-1920, p. 12-13). José Domingues dos Santos, na sessão do dia seguinte (p. 16) afirmaria que nesse governo lhe caberia a pasta do Comércio.

[57] Para o diário *A Capital* (6-3-1920, p. 1), Álvaro de Castro tentara formar governo com populares e democráticos ou só com democráticos. Citando fontes da "Arcada", isto é, do Terreiro do Paço, *A Capital* chegou mesmo a avançar a constituição de um governo exclusivamente democrático. José Domingues dos Santos surgia nessa lista como titular da pasta do Trabalho.

[58] Para *A Capital* (8-3-1920, p. 1), não era necessário procurar "razões ocultas" para o insucesso de Álvaro de Castro. O motivo era mais simples: "o falhanço dos partidos." Do PRP, que se encontrava "em estado de decomposição", e do PRL, que pura e simplesmente não existia, já que a fusão de evolucionistas e unionistas nunca chegara a consolidar-se.

[59] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de março de 1920, p. 20.

[60] A única exceção era a do liberal Júdice Biker, capitão de fragata, na pasta da Marinha. Integrava, porém, o governo a título pessoal e não como representante do seu partido. Este governo esteve em funções de 8 de março a 26 de junho de 1920.

JoseDominguesDosSantos.indb 49 12/10/2012 14:42

bida a ninguém: além do seu presidente, dele faziam parte mais quatro militares. Não admira, pois, que, apesar de continuar na ordem do dia a questão das subsistências e do custo de vida, a preocupação fundamental do executivo se tivesse concentrado na ordem pública, que pretendia manter sem tergiversações.

No dia 9 de março, o debate que se seguiu à declaração ministerial de António Maria Batista ficaria marcada pelo anúncio de Álvaro de Castro de que abandonara o PRP[61]. O socialista Ramada Curto, que interviera pouco antes, já tinha conhecimento dessa decisão, até porque alguns jornais disso também haviam sido informados. A desilusão com o que se passava nos partidos, incluindo naturalmente o PRP, de que fizera parte, deixou-a bem expressa nestas palavras:

> "Hoje há a falência completa das organizações políticas, que não têm há nove anos nem um grande ideal, nem uma grande aspiração, nem um programa que se aprecie, havendo simplesmente o critério das cábulas e a política de corredores.
>
> Os nossos políticos, a maior parte das vezes, não têm senão palavras, palavras e palavras. Dessas palavras não fica senão cisco, poeira."[62]

Poucas palavras se ouviriam a José Domingues dos Santos durante a vigência do governo de António Maria Batista. Além de pugnar pelo porto de Leixões (uma obra acarinhada pela generalidade dos deputados portuenses), usou-as sobretudo para defender uma proposta de lei do ministro das Finanças, Pina Lopes, relativa aos chamados "lucros de guerra". A 27 de maio, o parlamento iniciava a discussão dessa proposta, que se prolongaria por várias sessões. No dia 3 de junho, considerando estar o país face a um facto consumado, isto é, um desequilíbrio financeiro criado pela guerra, José Domingues dos Santos afirmaria ser "justo" e "indispensável" que o equilíbrio se fizesse "à custa" dos que até então "nada sofreram com a guerra". Daí apresentar à Mesa uma moção, no sentido que a referida proposta fosse aprovada na generalidade, baixando seguidamente a uma comissão parlamentar de 11 deputados e sete senadores, a que presidiria o próprio ministro das Finanças. Após a sua constituição, a referida comissão teria um prazo de oito dias para se pronunciar sobre essa e outras propostas entretanto apresentadas.[63] A moção de José Domingues dos Santos foi aprovada na sessão seguinte.[64]

Dois dias mais tarde, inesperadamente, o presidente do Ministério desfalecia durante um conselho de ministros, vindo a morrer horas depois. Atribuiu-se essa síncope à carta de um militar, o alferes Ribeiro dos Santos, a que um jornal de Lisboa, *O Popular*, deu publicidade. Essa carta era a resposta a uma grave ofensa à sua honra: acusado de "assassino" pelo coronel António Maria Batista (segundo Cunha Leal,

---

[61] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de março de 1920, p. 17. Domingos Pereira dizia compreender essa saída. E justificava-a: Álvaro de Castro, "republicano e estadista de altos méritos, não era obedecido como 'leader' quase nunca." E disso se queixara "muitas vezes, mas sempre sem resultados" (*A Capital*, 9-3-1920, p. 1).

[62] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de março de 1920, p. 8.

[63] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 3 de junho de 1920, p. 18-20.

[64] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 4 de junho de 1920, p. 30.

JoseDominguesDosSantos.indb 50 12/10/2012 14:42

sem "prova" e "sem verdade"), na sequência de um infeliz episódio ocorrido durante o chamado Movimento de Santarém (1919), Ribeiro dos Santos exprimia nessas linhas, em termos excessivos, "a sua indignação e a sua mágoa"[65].

A crise governamental foi resolvida provisoriamente com a subida de José Ramos Preto à presidência do Ministério, acumulando-a, pois, com a pasta que detinha, a da Justiça. Após as recusas de Teixeira Gomes e de Brito Camacho, e das tentativas falhadas de Correia Barreto e de Sá Cardoso, António Maria da Silva conseguiu formar governo com democráticos, populares e socialistas.[66] Dele fez parte José Domingues dos Santos, sobraçando a pasta do Comércio. Recebido com críticas de vários setores, alguns mesmo ligados ao PRP, o governo teve vida curta e conturbada.[67]

A ação de José Domingues dos Santos no Ministério do Comércio refletiu, naturalmente, o pouco tempo que permaneceu em funções. Quase toda a legislação que publicou surgiu já depois de o governo se encontrar demissionário. Merecem particular destaque os decretos que regulavam a admissão às escolas do ensino elementar, industrial e comercial, a exportação de couros e o que isentava de licença a exportação de outras mercadorias.[68]

Com o destino traçado desde 30 de junho, data em que o Senado votou favoravelmente uma moção de desconfiança apresentada por Augusto de Vasconcelos (25 votos a favor, 23 contra)[69], o governo declarou-se demissionário em 8 de julho. Suceder-lhe-ia novo executivo no dia 19 desse mês, liderado por António Granjo. Tratou-se de uma inédita aliança de liberais e reconstituintes, a que se juntaram dois democráticos sem representação oficial do PRP[70].

Recebido com relativo consenso pela maioria das bancadas parlamentares (a oposição foi apenas manifestada pelos populares), o governo beneficiou de inesperadas tréguas políticas, a que não foi alheio o interregno parlamentar (de 19 de agosto a 18 de outubro)[71].

Em contraciclo mostrava-se, porém, o jornal de José Domingues dos Santos, *A Tribuna*, que desde a primeira hora recebeu o governo de António Granjo com indisfarçável animosidade. Era, dizia esse diário, um Ministério "manco"[72], que asfixiava tudo à sua volta: nem com os "balões de oxigénio" que alguma imprensa lhe dava

---

[65] Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 225-226.

[66] O governo de António Maria da Silva esteve em funções de 26 de junho a 19 de julho de 1920.

[67] Durante esse período entraram em greve os trabalhadores das Fosforeiras, houve tumultos em Setúbal e em Lisboa. O incidente de maior gravidade aconteceu no dia 4 de julho, de que resultou o assassinato de um dos juízes do Tribunal de Defesa Social, Manuel António Pedro de Matos.

[68] Veja-se o Apêndice documental.

[69] *Diário do Senado*, Sessão de 30 de junho de 1920, p. 27.

[70] O governo de António Granjo esteve em funções de 19 de julho a 20 de novembro de 1920.

[71] Essas tréguas foram apenas ensombradas a 7 de setembro, data em que o PRP convidava Velhinho Correia e Rêgo Chaves, membros desse partido, a abandonarem o governo. O primeiro não chegou a fazê-lo, num ato de clara desobediência partidária; o segundo sairia em 14 de setembro. A sua pasta (da Instrução) esteve sem titular até 21 de outubro, data em que foi entregue a Júlio Dantas. Em termos sociais, porém, o governo confrontou-se com questões que continuavam por resolver, nomeadamente a carestia de vida e a falta de alguns géneros alimentares. Nesse período, repetiram-se as greves e os assaltos a armazéns e padarias.

[72] *A Tribuna*, 20 de julho de 1920, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 51 12/10/2012 14:42

(*O Mundo*, *O Tempo*, *A Época*) conseguiria sobreviver.[73] Só viveria "por piedade" das forças que constituíam as esquerdas.[74]

Na antevéspera da reabertura do parlamento, *A Tribuna* insistia que António Granjo não conseguiria resolver nenhum dos "problemas vitais" do país. A solução passava, pois, pela sua substituição por um governo nacional.[75] Como se veria nos dias seguintes, outras vozes dentro do PRP comungavam da mesma opinião.

A sessão de 19 de outubro ficou marcada pela apresentação do relatório da atividade governativa nos dois meses de férias parlamentares. No dia seguinte, invocando as alterações à correlação das forças políticas (decorrentes das eleições suplementares realizadas em diversos círculos, que fortaleceram a representação dos reconstituintes em prejuízo do PRP), António Maria da Silva, em nome do seu partido, anunciava a retirada do apoio ao governo, no qual não desejava ter representação.[76] Deixava-lhe, porém, algum espaço para continuar, já que o PRP se limitaria a uma "oposição fiscalizadora e patriótica", que poderia chegar a "ser até de colaboração nas propostas e nas questões de patriotismo" que se apresentassem no parlamento.[77]

A essas palavras contrapôs António Granjo os factos. E estes mostravam-lhe que, num momento em que o país se confrontava com "um grave problema de ordem pública", o líder do PRP retirara o apoio ao governo. Sem esse apoio, dizia, não era possível realizar a sua missão. Não podia, pois, continuar no poder: não lhe bastava a "cooperação patriótica e sincera" do PRP. Se o fizesse, iludiria a confiança que nele depositara o presidente da República. Abusaria dessa confiança e não seria digno dele próprio nem dos seus concidadãos.[78]

O rumo do debate levou os democráticos a moderar o tom, acabando mesmo Barbosa de Magalhães por apresentar uma moção em que afirmava estar a Câmara dos Deputados disposta a dar ao executivo "os meios constitucionais de governar"[79]. O PRP, concluiria Barbosa de Magalhães, votaria todas as propostas de equilíbrio orçamental, não faria "uma política mesquinha", trataria somente "das questões que afetam a Pátria Portuguesa"[80].

Este recuo estratégico acolheu-o António Granjo com ceticismo. Tinha razão para isso: num claro revés político, à proposta de amnistia, que apresentara e defendera dia 27 de outubro na Câmara dos Deputados, responderia, no dia seguinte, o deputado democrático Plínio Silva, com um projeto alternativo. Pretendia António Granjo contribuir para a pacificação da sociedade portuguesa, amnistiando quem fora condenado por delitos políticos; Plínio Silva, porém, dizia não compreender que se juntassem no mesmo diploma os delitos praticados durante a Grande Guerra pelos

---

[73] *A Tribuna*, 21 de julho de 1920, p. 1.
[74] *A Tribuna*, 23 de julho de 1920, p. 1.
[75] *A Tribuna*, 17 de outubro de 1920, p. 1.
[76] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de outubro de 1920, p. 17.
[77] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de outubro de 1920, p. 23.
[78] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de outubro de 1920, p. 24-25.
[79] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de outubro de 1920, p. 30.
[80] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de outubro de 1920, p. 31.

JoseDominguesDosSantos.indb 52 12/10/2012 14:42

militares em África e em França, que tinham "características muito especiais", com os crimes políticos ocorridos durante a Traulitânia[81].

António Granjo não considerava conveniente a aprovação do projeto de Plínio Silva[82]; foi isso, porém, o que aconteceu no dia 29. Pese embora algumas alterações introduzidas pelo seu autor durante o debate, na sua essência o projeto aprovado afastava-se claramente do que havia sido apresentado pelo presidente do Ministério.

Dias mais tarde, os contratos de carvão e trigo que o ministro das Finanças, Inocêncio Camacho, negociara em Londres seriam alvo de atento e severo escrutínio de vários deputados, que pretendiam conhecer os contornos dessa operação[83]. Um deles era António Maria da Silva, que na sessão de 9 de novembro apresentaria uma moção, que a Câmara aprovou no dia 11, visando o esclarecimento, a emenda e a modificação de algumas disposições desses contratos.

No dia 9, em editorial, o diário *A Capital* antecipava já uma nova crise ministerial. Derrubar o governo era fácil; difícil era "saber substituí-lo convenientemente." O jornal não tinha dúvidas de que o parlamento não confiava no governo. A grande questão, porém, era saber se o país tinha confiança no parlamento[84].

A crise instalar-se-ia definitivamente a 15 de novembro. Na véspera, em Santarém, António Granjo fizera algumas declarações que desagradaram aos deputados da oposição, nomeadamente a Júlio Martins, que apresentou uma moção de desconfiança. A intervenção apaziguadora de Álvaro de Castro levaria o deputado popular retirar a moção. Este gesto, porém, foi considerado por António Granjo como "uma afirmação de desconfiança ao governo." O diálogo subiu de tom, com Júlio Martins a responder com uma acusação: o governo queria fugir às suas responsabilidades; encontrando-se "já moribundo", aproveitava a ocasião para "abandonar as cadeiras do poder"[85]. Intervindo no debate, Brito Camacho apresentou uma moção de confiança ao governo, para a qual pediu prioridade na votação. Embora aprovada, António Granjo declarou que o governo mantinha a decisão de apresentar a sua demissão coletiva ao presidente da República[86].

A solução da crise, com a chamada ao governo de Álvaro de Castro, não se revelou uma decisão feliz. Sem democráticos, nem liberais, que, naturalmente, não estavam interessados em patrocinar o crescimento da influência dos reconstituintes (formação que ambos os partidos viam como intrusa no processo da bipolarização do regime), o governo contou apenas com o apoio de reconstituintes, populares e dissidentes ligados a Domingos Pereira. Em termos parlamentares, era sustentado apenas por cerca de um terço dos deputados, o que, naturalmente, não lhe augurava vida longa.

---

[81] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 28 de outubro de 1920, p. 4.

[82] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 28 de outubro de 1920, p. 16. Também o ministro da Guerra, Hélder Ribeiro, considerou prejudicial a aprovação do projeto de Plínio Silva (*Diário da Câmara dos Deputados*, 29-10-1920, p. 14).

[83] A importação fez-se através de duas firmas da capital, a Casa Nápoles & C.ª e a Casa Bancária José Henriques Totta. Esta situação, vista como uma espécie de concessão monopolista, levaria aos protestos de outras firmas de Lisboa e Porto, situação que a oposição não deixou de aproveitar para demolir o governo.

[84] *A Capital*, 9 de novembro de 1925, p. 1.

[85] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de novembro de 1920, p. 28.

[86] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de novembro de 1920, p. 34.

JoseDominguesDosSantos.indb 53 12/10/2012 14:42

Assim foi. Tendo tomado posse a 20 de novembro, apresentar-se-ia ao parlamento dois dias mais tarde. O seu programa económico-financeiro era ambicioso: pretendia Álvaro de Castro remodelar o sistema de impostos e o das pautas alfandegárias e elaborar um largo plano de fomento, que implicaria, porém, uma contribuição extraordinária, de caráter temporário.[87]

A oposição, fora e dentro do parlamento, foi imediata, culminando com a apresentação e aprovação de uma moção de desconfiança apresentada pelo deputado democrático João Camoesas (60 votos a favor, 35 contra)[88]. Reagindo ao resultado, Álvaro de Castro declarou-se desde logo demissionário. Não quis, porém, deixar de significar o que de extraordinário acabara de dar-se, dizendo:

> "Efetivamente, as democracias dignificam-se discutindo princípios, apresentando doutrinas de governo; dignificam-se apoiando governos que sigam inalteravelmente a conduta legal.
>
> Estranho, pois, que no parlamento duma democracia vencesse o número contra a inteligência, e neste combate da moralidade contra o número vencesse o número. […] Infelizmente para esta Câmara bastam os carneiros de Panúrgio. Não ficará isto, porém, sem o meu mais formal protesto.
>
> Isto faz-me lembrar a lenda de Babilónia, que refere quando os seus magnates se banqueteavam, tendo às portas os exércitos inimigos, mão invisível escreveu nas paredes as palavras fatídicas *Manè*, *Thècel*, *Phares*.
>
> Pois bem: mão invisível da democracia escreveu hoje nas paredes desta sala a condenação formal deste parlamento."[89]

Após desistência de Abel Hipólito, o presidente da República incumbiu Liberato Pinto de formar governo, tarefa que este militante democrático, militar de carreira, homem forte da GNR, de que era o chefe do Estado-Maior, cumpriu sem grandes delongas.

Com um amplo apoio parlamentar, o governo era composto por democráticos, reconstituintes e populares. Dele fez parte José Domingues dos Santos, que assim regressava à pasta do Trabalho.[90] A par das questões de ordem pública[91], a sua prioridade foi, sem dúvida, a crise financeira que o país atravessava, que vinha muito de trás mas que se agravara particularmente com a participação de Portugal na Grande Guerra. A situação era de tal emergência que Cunha Leal, ministro das Finanças, confessaria na Câmara dos Deputados que o seu Ministério se encontrava sem recursos em Lisboa e a descoberto, em Londres. Segundo as suas palavras, o país estava "quase sem os recursos necessários para comprar o pão nosso de cada dia"[92].

---

[87] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 22 de novembro de 1920, p. 9.
[88] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 24 e 25 de novembro de 1920, p. 80.
[89] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 24 e 25 de novembro de 1920, p. 81.
[90] O governo de Liberato Pinto esteve em funções de 30 de novembro de 1920 a 2 de março de 1921.
[91] No período em causa, a par de alguns atentados, houve também greves: ferroviários, tipógrafos e classes marítimas.
[92] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 13 de dezembro de 1920, p. 13.

JoseDominguesDosSantos.indb 54 12/10/2012 14:42

Havia, pois, que tratar do presente e preparar o futuro à custa de economias e de medidas monetárias. Daí que, a par da contenção da despesa, tivesse apresentado um conjunto de propostas visando o alargamento do crédito do governo junto do Banco de Portugal, o aumento da circulação fiduciária e uma nova reforma fiscal incidindo sobre capitais e outras categorias de rendimento, bem como a tributação da contribuição de registo por título. Defendia igualmente a tese da progressão do imposto e o princípio do "Estado herdeiro" em matéria de sucessões.

Segundo o ministro das Finanças, só seria possível contrair um empréstimo externo através da vigorização dos créditos do Estado. Para isso, porém, necessitava do apoio parlamentar, que, caso fosse concedido, permitiria aumentar os impostos diretos sobre os "possuidores de riqueza"[93]. Pretendia ainda Cunha Leal, tendo em vista as férias parlamentares que se aproximavam, antecipar a aprovação dos duodécimos.[94] Os democráticos, porém, pela voz de António Maria da Silva dir-lhe-iam que não.[95]

Não seria a única vez que faltaria ao governo o apoio do PRP. Em janeiro, nas sessões dos dias 21 e 27, os democráticos, ainda pela voz de António Maria da Silva, discordaram também da solução apresentada pelo ministro das Finanças relativamente ao contrato com a Agência Financial Portuguesa do Rio de Janeiro.

Após mais um interregno parlamentar[96], na sessão de 11 de fevereiro registou-se um pequeno incidente regimental, que levou o deputado democrático Plínio Silva a proferir algumas palavras indelicadas relativamente ao ministro das Finanças[97]. A sessão, por força do burburinho entretanto ocorrido, acabaria por ser suspensa. Como era de esperar, Cunha Leal apresentou ao presidente do Ministério o seu pedido de demissão. O governo, solidário com o ministro das Finanças, acompanhou-o nessa decisão.

Da ação governativa de José Domingues dos Santos resultou um número significativo de diplomas legais. De uma forma geral, esses diplomas limitaram-se à gestão corrente da sua pasta. Entre eles, destaquem-se os que aumentavam as cotas diárias dos doentes pensionistas admitidos a tratamento no Hospital de Joaquim Urbano, no Porto, o que elevava o subsídio concedido aos alunos pobres do semi-internato da Casa Pia de Lisboa e o que abria um crédito para despesas de pessoal, material e outras relativas à construção dos Bairros Sociais.[98]

---

[93] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 13 de dezembro de 1920, p. 13.

[94] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 14 de dezembro de 1920, p. 25. As férias parlamentares ocorreram de 18 de dezembro de 1920 a 9 de janeiro de 1921.

[95] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de dezembro de 1920, p. 10.

[96] O parlamento não teve sessões de 29 de janeiro a 10 de fevereiro de 1921. Nesse período, o governo sofreu uma baixa, com a demissão do ministro da Marinha, Júlio Martins (5 de fevereiro). O seu lugar foi ocupado, interinamente, por Liberato Pinto.

[97] Dirigindo-se aos deputados, diria então Plínio Silva: "Todos nós, mas todos, temos iguais direitos. Para bem do país todos queremos que se cumpram todas as atitudes que aqui temos tomado. Infelizmente, há um tempo para cá que a Câmara se estava colocando numa situação que parece traduzir que apenas havia no parlamento da República o sr. ministro das Finanças, e que nós outros não éramos mais do que comparsas, dispostos eternamente a suportar os insultos de s. ex.ª..." (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11-2-1920, p. 19).

[98] Veja-se o Apêndice documental.

JoseDominguesDosSantos.indb 55 12/10/2012 14:42

A crise ministerial que se seguiu à demissão do governo só terminou a 2 de março, data em que Bernardino Machado assumiu a presidência do Ministério.[99] Fora incumbido dessa tarefa pelo presidente da República a 25 de fevereiro, após recusas de Barros Queiroz e Augusto Soares. O novo executivo contava com quatro democráticos, três reconstituintes, dois populares e um democrático dissidente. Quatro ministros transitavam do anterior governo; José Domingues dos Santos era um deles, novamente na pasta do Trabalho.

Quando o governo se apresentou na Câmara dos Deputados, o seu presidente não se inibiu de denunciar a causa da desorientação por que o país passava, ao afirmar:

> "O nosso grande mal tem sido a instabilidade governativa. Por mais que se inicie, nada se continua e conclui, nada vinga. Estamos há dois anos com a maior parte das questões vitais suspensas, sem solução."[100]

Bernardino Machado, sabia-se, era um otimista por natureza. Resumia o seu programa a uma simples palavra: "governaremos." A crise, dizia, procedera da guerra, e o país tivera de travá-la "contra a dupla ditadura, interna e externa". Daí que, apesar de reconhecer que o país se encontrasse "em enormes embaraços financeiros e económicos", considerava que essas dificuldades, "tão assoberbantes", eram "transitórias". Para promover a restauração económica e financeira tinha uma solução: solidarizar o governo "com todas as forças vivas das classes trabalhadoras, que são também forças políticas". O nivelamento das receitas e despesas do Estado impunha-se, é certo, mas isso era "uma questão de tempo" e o governo, naturalmente, não perderia "nunca ocasião alguma de o ir efetivando"[101].

Tempo era, pois, a palavra-chave. Mas desde logo se viu que era justamente o que iria faltar ao seu governo, tal como acontecera a outros que o antecederam. Viu-se sobretudo na reação "oficial" dos democráticos, que, pela voz de Vitorino Guimarães, apesar da protocolar manifestação de "dedicação e simpatia", não deixaria de afirmar que a constituição desse governo não lhe causara "um excessivo entusiasmo". A razão era simples: entendia o PRP que, "para efetivamente se realizar uma obra governamental profícua para a Pátria e a República", era "preciso haver uma integral homogeneidade", isto é, que todos os que compunham o governo tivessem "o mesmo pensamento"[102]. O PRP manifestava, pois, sem sofismas, a sua preferência por executivos monocolores; Bernardino Machado, ao contrário, era um adepto confesso de governos de concentração republicana. Daí ter lamentado, logo no início da sua declaração ministerial, não ter podido contar com a presença de ministros do Partido Liberal no seu governo. Se isso tivesse acontecido, na prática deixaria de haver oposição, já que a fiscalização parlamentar seria drasticamente reduzida.

Apesar disso, como se sabia (e não tardou a confirmar-se), pertencer ao mesmo partido não significava pensar da mesma maneira, nem sequer assumir posições de

---

[99] O governo de Bernardino Machado esteve em funções de 2 de março a 23 de maio de 1921.
[100] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 7 de março de 1921, p. 12.
[101] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 7 de março de 1921, p. 13-14.
[102] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 7 de março de 1921, p. 17.

JoseDominguesDosSantos.indb 56 12/10/2012 14:42

solidariedade política. Isso bem o podia dizer o ministro da Agricultura, o democrático Portugal Durão, surpreendido que foi por uma iniciativa ministerial do ministro das Finanças, e seu correligionário, António Maria da Silva, que elaborou, e apresentou em 16 de maio na Câmara dos Deputados, uma proposta de remodelação dos serviços do Ministério da Agricultura. Portugal Durão, naturalmente, demitiu-se, justamente numa altura em que o governo, na sequência de um despacho que afastava Liberato Pinto das suas funções na GNR, era alvo de uma feroz campanha política. A atitude corporativista de alguns oficiais dessa força acabaria por dar origem ao movimento revolucionário de 21 de maio, sob o pretexto de que Bernardino Machado, conluiado com Álvaro de Castro, ministro da Guerra, estaria a preparar um golpe de Estado para substituir António José de Almeida na Presidência da República e entregar o poder aos reconstituintes.[103] Para evitar males maiores, logo nesse dia António José de Almeida convidou Barros Queiroz a formar governo, o que este conseguiu, tomando posse no dia 23, após promessa presidencial de que o parlamento seria dissolvido e se realizariam novas eleições.[104]

Durante a vigência do governo de Bernardino Machado, o parlamento aprovou uma polémica lei de amnistia. José Domingues dos Santos, que era então ministro do Trabalho, não tomou parte na discussão. O seu nome, porém, surge entre os 22 deputados que votaram contra esse projeto, que teve origem no Senado.[105] Relativamente à sua última passagem pelo Ministério do Trabalho, deu particular atenção às questões relacionadas com a administração dos Bairros Sociais. Nesse período, publicou também legislação no sentido de obrigar todos os professores primários oficiais a remeter mensalmente à Provedoria da Assistência de Lisboa uma nota da frequência e aproveitamento dos menores pupilos da Assistência matriculados nas suas escolas, aprovou o regulamento dos Tribunais Arbitrais de Previdência Social e abriu um crédito para reforço da verba destinada à conclusão do edifício da Escola-Asilo de Santa Maria para Cegos e Cegas.[106]

---

[103] Nos inícios de maio, alguma imprensa fazia eco de uma alegada "extravagância" do governo. Dizia-se que pretendia revogar o decreto de 9 de dezembro de 1917, que então havia dissolvido o parlamento. Reconduzido esse parlamento, Bernardino Machado recuperaria o lugar de presidente da República. Em entrevista ao *Diário de Lisboa* (1-6-1921, p. 4), Bernardino Machado dizia tratar-se de uma "insinuação." E deixava esta questão a Artur Portela, o jornalista que o entrevistou: "Então V. acredita, que eu tendo cinquenta anos de vida pública, quereria exercer uma ditadura?." Na mesma edição (p. 8), o jornal noticiava que Álvaro de Castro refutava as acusações de que era alvo, considerando "parva" a justificação do movimento militar de 21 de maio com base no seu alegado envolvimento na preparação de um golpe de Estado.

[104] O governo de Barros Queiroz, liberal, com predomínio de antigos unionistas, esteve em funções de 23 de maio a 30 de agosto de 1921.

[105] O projeto foi aprovado na generalidade, com 58 votos a favor e 22 votos contra (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 8, 11, 12 e 13 de abril de 1921, p. 57. Poucos dias depois (a lei é datada de 9 de abril), num editorial do diário *A Tribuna*, intitulado "Atitudes" (texto que é seguramente da autoria de José Domingues dos Santos), lê-se: "Perante o facto consumado da concessão da amnistia aos inimigos da República, a nossa atitude – a atitude daqueles republicanos que a essa concessão se opuseram, protestando vivamente contra a sua inoportunidade – não pode ser outra senão a duma expectativa, consciente da hora grave que decorre, mas pronta a exigir do governo a mais severa, mais violenta e mais decisiva ação, contra os beneficiados por essa medida de injustificável benevolência, no momento em que eles pretendam de novo perturbar a vida da Nação ou derrubar a República" (*A Tribuna*, 12-4-1921, p. 1).

[106] Veja-se o Apêndice documental.

JoseDominguesDosSantos.indb 57 12/10/2012 14:42

Ação parlamentar de José Domingues dos Santos
LEGISLATURA DE 1919-1921
Duração: de 29 de maio de 1919 a 23 de maio de 1921[107]

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
13	25-6-1919	×		Intervenção e apresentação de uma moção sobre o dezembrismo.
17	1-7-1919		×	Responde ao deputado Hermano de Medeiros sobre a sindicância aos hospitais.
19	4-7-1919		×	Responde ao deputado Augusto Dias da Silva sobre a greve dos ferroviários.
20	7-7-1919		×	Nova intervenção sobre a greve dos ferroviários.
26	22-7-1919		×	Em resposta ao deputado Jaime de Sousa, afirma ter conhecimento de um movimento separatista açoriano, que procurava justificar-se com o suposto abandono dos poderes centrais. Nega que isso seja verdade, sobretudo na parte que dizia respeito ao Ministério do Trabalho. Considera os Açores como uma parte integrante do território nacional.
27	23-7-1919		×	Apresenta uma proposta de lei sobre a nomeação e vencimentos do conselho de administração da Construção dos Bairros Sociais.
30	29-7-1919		×	Manda para a Mesa uma proposta de lei relativa às associações de beneficência, preconizando que a lei de 5 de outubro de 1917 fosse prorrogada por mais um ano.
31	30-7-1919		×	Apresenta uma proposta de manutenção do subsídio para os serviços de assistência pública.
32	31-7-1919		×	Apresenta uma proposta de crédito extraordinário para combater o tifo exantemático.
38	7-8-1919		×	Requer a discussão imediata do parecer n.º 19, mantendo os decretos e portaria de 26 e 30 de abril de 1919 e as nomeações dos indivíduos que compõem as comissões técnicas, o Conselho Técnico Central e o Conselho de Administração dos Bairros Sociais.
40	11-8-1919		×	Responde ao deputado Hermano de Medeiros sobre a indisciplina nos hospitais e respetiva sindicância.
41	12-8-1919		×	Vota a responder ao deputado Hermano de Medeiros sobre o mesmo assunto.
45	20-8-1919		×	Pede que entre em discussão o parecer sobre uma proposta de lei que havia apresentado. Apresenta propostas de lei fixando o número de subinspetores do Trabalho e de regulação do provimento e promoções na repartição de Minas e quadros dos corpos de Engenharia Industrial e de Minas.

[107] Síntese das intervenções parlamentares de José Domingues dos Santos (como deputado, eleito pelo círculo oriental de Lisboa, e como ministro). Não se assinalam as sessões em que não usou da palavra.

JoseDominguesDosSantos.indb 58 12/10/2012 14:42

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
55	2-9-1919		×	Responde ao deputado Nuno Simões sobre a epidemia que, segundo notícia telegráfica dum jornal, grassava em Santa Marta de Penaguião.
56	6-9-1919		×	Comunica à Câmara que recebeu telegramas de Santarém e de Vila Flor, pedindo providências para combater o tifo exantemático que estava invadindo aquelas povoações. Refere que o tifo exantemático estava a grassar em Portugal, não tendo o governo dinheiro para o combater. Por essa razão, pedia à Câmara permissão para que entrasse imediatamente em discussão o parecer n.º 58, de modo a que o governo pudesse combater o tifo exantemático, que representava um perigo enorme para a saúde pública.
57	8-9-1919		×	Manda para a Mesa uma proposta de lei, para que pede urgência e dispensa do Regimento, que são concedidas, substituindo um artigo da lei n.º 870.
63	17-10-1919		×	Responde ao deputado António Francisco Pereira sobre a entrada em vigor do regulamento do novo horário de trabalho (oito horas).
71	29-10-1919		×	Responde às considerações do deputado Aboim Inglês sobre a lei das oito horas de trabalho.
77	6-11-1919		×	Em esclarecimento a Brito Camacho, justifica a escolha de Alfredo Franco para representar Portugal na Conferência de Washington, pelas classes trabalhadoras.
84	18-11-1919		×	Responde ao deputado Nuno Simões, que reclamava providências contra a epidemia de tifo exantemático que grassava em Vila Real.
85	20-11-1919		×	Responde ao deputado Hermano de Medeiros dando conta das dificuldades em mandar um médico para a Ilha de Santa Maria. Atendendo à gravidade do momento, iria mandar seguir para lá um médico de Ponta Delgada. Relativamente à remuneração dos guardas-mores estava a trabalhar no sentido da sua equiparação.
86	21-11-1919		×	Responde ao deputado Ladislau Batalha a propósito de alegadas irregularidades nos hospitais de S. José e Desterro (Lisboa) e ao deputado Lelo Portela sobre a epidemia de tifo exantemático em Vila Real.
5	8-12-1919		×	Responde ao deputado Orlando Marçal sobre vários assuntos (administrador de Valongo, lei do descanso semanal, instância criminal para as casas de espetáculo) e manda para a Mesa várias propostas de lei relativas ao serviço de saúde no distrito do Porto, aos remadores dos portos de Lisboa e Leixões, à carência de habitações e à obrigatoriedade de o Estado fazer o seguro de todos os bens que lhe pertencem.
55	10-3-1920	×		Usa da palavra no debate sobre as declarações do governo, na sua apresentação, referindo-se à crise que precedeu a sua constituição.
93	3-6-1920	×		Manda para a Mesa uma moção de apoio a uma proposta do ministro das Finanças que visava a aprovação de um largo plano financeiro. Defende o lançamento de impostos sobre os designados "lucros de guerra."

(Continua)

JoseDominguesDosSantos.indb 59 12/10/2012 14:42

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
100	21-6-1920	×		Expressa, em nome do Grupo Parlamentar Democrático, um voto de pesar pela morte de António da Silva Cunha.
101	22-6-1920	×		Manda para a Mesa um projeto de lei relativo ao porto de Leixões.
129	12-8-1920	×		Manda para a Mesa uma proposta relativa à composição da Junta Autónoma das Obras do Porto de Leixões.
132	17-8-1920	×		Manda para a Mesa uma proposta que autorizava o governo a abrir, pelo Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Agricultura, os créditos necessários para ocorrer à crise económica até o limite do 1 000 000$00, para reforço da verba correspondente aos quatro duodécimos orçamentais, já aprovados pelo Congresso.
156	18-11-1920	×		Intervém na discussão sobre o parecer n.º 373, respeitante a uma emenda à lei da assistência judiciária.
160	24/25-11-1920	×		Contesta algumas afirmações do ministro da Marinha (Júlio Martins) relativamente a uma portaria do Ministério de António Maria da Silva.
21	27/28-1-/1921		×	Defende uma proposta de lei sobre assistência.
49	22-4-1921		×	Requer a marcação de sessão noturna, a fim de poder responder às considerações feitas pelo deputado Augusto Dias da Silva sobre a suspensão do Conselho de Administração dos Bairros Sociais. Reaberta a sessão, usa da palavra em resposta à interpelação do referido deputado, revelando as circunstâncias que motivaram a sua decisão.
59	11-5-1921		×	Em resposta ao deputado Manuel José da Silva, refere-se aos Bairros Sociais de Lisboa e Porto e à questão do horário de trabalho (oito horas).

JoseDominguesDosSantos.indb 60 12/10/2012 14:42

2. Legislatura de 1921

O 21 de Maio, segundo o diário *A Capital*, mais do que uma "revolta" foi uma "reclamação". Não houvera derramamento de sangue e, "em todos os campos" ficara a pairar o pensamento da "intangibilidade da República". Isso não significava, porém, que se dispensasse "o respeito às praxes constitucionais"[108].

Este editorial demonstrava claramente que, em Portugal, a substituição de um governo por outro governo, mesmo que de forma violenta, desde que respeitasse determinadas formalidades, já não suscitava grandes perplexidades. No campo republicano havia, no entanto, quem pensasse de maneira diferente, quem não se conformasse em aceitar um regime coato, que acabaria, fatalmente, por potenciar uma cada vez maior intervenção militar de consequências imprevisíveis na governação pública. O *Diário de Lisboa*, por exemplo, escrevia:

> "A hora não é de devaneios nem fanfarras. Ou nós nos decidimos, sem mais delongas, a fazer da nossa própria sorte um caso interessante do nosso desejo de viver e progredir ou então declinamos nos fados a honra de nos encontrarem uma daquelas soluções em que os povos abandonam com a vida também a honra."[109]

Reagindo aos acontecimentos de maio, o jornal de José Domingues dos Santos considerou inconstitucional a destituição do governo de Bernardino Machado. Consequentemente, a solução encontrada para o substituir era igualmente inconstitucional. O país, dizia *A Tribuna*, precisava conhecer as condições em que fora empossado o governo de Barros Queiroz. Se Portugal vivia "sob o império da lei", forçoso era que não se ocultassem as razões que faziam cair um governo e levavam outro ao poder. Refletindo um sentimento anticentralista que não era novo mas que em tempos de crise costumava aparecer com mais frequência, o jornal dizia:

> "O país não é apenas o quadrilátero do *Terreiro do Paço*, com sua *Arcada* bisbilhoteira, intriguista, politiqueira, não poucas vezes sórdida e quase sempre maléfica para os interesses da Nação."[110]

A solução constitucional acordada entre o presidente da República e Barros Queiroz contemplava, como se disse, a dissolução parlamentar e a realização de eleições. De uma forma geral, a imprensa aceitou sem grandes reservas a decisão de António José de Almeida. Para o *Diário de Lisboa* o parlamento ia ter a sorte que merecia, "visto haver-se afastado da sua função constitucional para se converter numa fonte de rixas, intrigas e divisões em que só a muito custo se apurava uma ou outra sessão e uma ou outra voz digna do interesse e das aspirações nacionais"[111].

---

[108] *A Capital*, 23 de maio de 1921, p. 1.
[109] *Diário de Lisboa*, 24 de maio de 1921, p. 1.
[110] *A Tribuna*, 26 de maio de 1921, p. 1.
[111] *Diário de Lisboa,* 31 de maio de 1921, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 61 12/10/2012 14:42

O desfecho da crise política teve o apoio do PRP. Para António Maria da Silva, então o elemento mais destacado do seu diretório, era uma oportunidade única para neutralizar alguns setores internos, que escapavam ao seu controle, e influenciar decisivamente a composição das listas e, naturalmente, do futuro Grupo Parlamentar Democrático.

Face ao desenvolvimento da situação política, *A Tribuna* deixou de questionar a legitimidade ao governo de Barros Queiroz, um homem cujo republicanismo e integridade moral considerava inquestionáveis. Ninguém tinha, pois, o direito "de duvidar das intenções do governo"; daí que este jornal se comprometesse a dar-lhe todo o apoio necessário tendo em vista uma "rigorosa manutenção da ordem"[112].

A dissolução do parlamento, publicada no dia 2 de junho, no *Diário do Governo*, foi votada favoravelmente, no dia anterior, na reunião do Conselho Parlamentar[113]. António José de Almeida justificava a sua decisão com a urgência de algumas "providências legislativas", de caráter económico e financeiro. Com o parlamento que estava em funções, "apesar de reconhecida inteligência, boa vontade e patriotismo de cada um dos seus membros", faltavam condições para realizar essa obra legislativa que a opinião pública reclamava. Os factos encarregavam-se de o demonstrar e disso era exemplo não ter conseguido, nos dois últimos anos, discutir e votar o Orçamento Geral do Estado.

Acrescia ainda que a experiência demonstrava que, com a distribuição das forças que o compunham, era impossível "decorrer em devidos termos a vida política e parlamentar do país". Por tudo isto, e porque assim o exigiam "os altos interesses da Pátria e da República", dissolvia, pois, as Câmaras legislativas[114].

As eleições de 10 de julho, fraudulentas como as anteriores, em todas as suas etapas[115], não trouxeram a tão esperada estabilidade política ao país. Não foram um "desastre", dizia o *Diário de Lisboa*, mas redundaram "num daqueles triunfos em que o louro é substituído pelas urtigas"[116]. A vitória dos liberais foi, de facto, curta para sustentar uma real alternativa ao PRP. Não foi apenas por "culpa" do ministro do Interior, ou do governador civil de Lisboa, nem sequer, como dizia um membro do governo, por falta de organização dos liberais. Contrariamente ao que muitos julgavam, os reconstituintes conseguiram aguentar-se em vários círculos. Os deputados que elegeram eram, pois, suficientes para se afirmarem como árbitros da situação, já que,

---

[112] *A Tribuna*, 31 de maio de 1921, p. 1 e 2 de junho de 1921, p. 1.

[113] A reunião do Conselho Parlamentar teve lugar na sala do Senado. Estiveram presentes, além de Correia Barreto, que presidiu, os senadores Herculano Galhardo e Dias de Andrade e os deputados Álvaro de Castro, Costa Júnior, António Maria da Silva, José Gregório de Almeida, Júlio Martins, Domingos Pereira e Vitorino Guimarães. Antes de se proceder à votação, abandonaram a sala Álvaro de Castro, Júlio Martins e Domingos Pereira. O único voto contra a dissolução foi o do deputado socialista José Gregório de Almeida. Os restantes parlamentares votaram a favor (*O Mundo*, 2-6-1921, p. 1).

[114] *Diário de Lisboa*, 2 de junho de 1921, p. 8.

[115] Os cadernos eleitorais não foram os do recenseamento de 1920, já em vigor, mas sim os de 1919, situação que deixava de fora muitos eleitores. As habituais fraudes e violências ocorridas nas urnas acabariam por ser complementadas com as arbitrariedades das comissões de verificação de poderes, em prejuízo dos partidos mais pequenos. Sobre as eleições de 1921, veja-se Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 152-153.

[116] *Diário de Lisboa*, 16 de julho de 1921, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 62 12/10/2012 14:42

como dizia o *Diário de Lisboa*, a eles competiria "frequentemente decidir dos destinos dos Ministérios"[117].

Para Bernardino Machado, das eleições de julho, feitas "sem programas, sem propaganda de ideias", resultaram duas crises: a governativa e a da direção do PRP. Este partido não governava nem queria governar; o governo, saído do Partido Liberal, por si só, sem outros apoios, também não governaria.[118] Daí que, em vez de dois partidos de governo, como muitos pretendiam, o país ficara sem nenhum, já que "a consciência republicana" repelia "essa ditadura *a duo*". A situação era, pois, pior e mais confusa do que a anterior a 21 de Maio: o parlamento apresentava-se mais dividido e menos republicano, mais virado à direita, mercê da entrada de deputados monárquicos, dezembristas e católicos.[119]

As eleições deixaram feridas difíceis de cicatrizar. Fora do parlamento, segundo o *Diário de Lisboa*, ficaram "alguns grupos e agremiações, cujo sussurro e clamores enchiam o país de poeira e tumulto"[120]. Nem todos, porém, se conformavam com o veredicto das urnas. Machado Santos, por exemplo, não teve pejo em confessar que, tendo sido afastado pelo eleitorado, procuraria aproximar-se do parlamento "pela violência". Para o referido vespertino, isto significava que Machado Santos continuava "a fazer a República" até que esta se tornasse "à medida dos seus desejos"[121].

Realizadas as eleições, era suposto o governo dedicar-se por inteiro à execução do seu programa, particularmente no seu aspeto financeiro, que o *Diário de Notícias* havia resumido em quatro pontos: "compressão das despesas públicas, elevação das receitas, regularização orçamental e desenvolvimento da riqueza."[122]

A 1 de agosto, dia em que Jorge de Vasconcelos Nunes foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, Barros Queiroz apresentou a declaração ministerial. As suas palavras iniciais não se afastaram muito das que António José de Almeida utilizara no decreto de dissolução das Câmaras. Lembrou, pois, Barros Queiroz os "improfícuos" trabalhos parlamentares, a desarmonia entre os poderes do Estado, os "tumultuosos acidentes" que impossibilitavam a governação. Lembrou ainda que "apesar dos esforços individuais de todos os parlamentares", havia "um facto incontestável": o de não terem sido votados os orçamentos dos anos anteriores, tal como "as propostas de caráter permanente" que criavam receitas indispensáveis[123]. A dissolução não tivera,

---

[117] *Diário de Lisboa*, 16 de julho de 1921, p. 1. Pelas contas da imprensa, os reconstituintes haviam conseguido 18 deputados e sete senadores. Após a intervenção das comissões de verificação de poderes, o número de deputados baixou para 13, mantendo-se, contudo, o número de senadores (João Manuel Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituinte: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República, 1920-1923*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p. 272).

[118] Bernardino Machado, *Depois de 21 de Maio*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 88-90.

[119] Bernardino Machado, *op. cit.*, p. 98-102. Um desses deputados era António de Oliveira Salazar. Eleito pelo círculo de Guimarães, nas listas do Centro Católico Português, a sua passagem pelo parlamento foi meteórica: compareceu apenas à sessão preparatória n.º 1 da 5.ª legislatura (25 de julho).

[120] *Diário de Lisboa*, 12 de julho de 1921, p. 1.

[121] *Ibidem*.

[122] *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1921, p. 1.

[123] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 1 de agosto de 1921, p. 7.

JoseDominguesDosSantos.indb 63 12/10/2012 14:42

pois, quaisquer intuitos partidários: pretendera "apenas tornar possível a normalização da vida política da República"[124].

Apesar de se mostrar convicto de que não havia "motivos para desesperos", Barros Queiroz não deixaria de se referir, de forma clara, à situação económico-financeira do país: dependência do exterior, dificuldades em colocar os produtos exportáveis, receitas insuficientes para o constante aumento de despesas, alargamento da circulação fiduciária para cobrir *deficits* de gerência, pouco rigor na aplicação dos dinheiros públicos, desvalorização constante da moeda e carestia de vida.

Havia, pois, que reverter a situação pela valorização da moeda, o que implicaria "uma administração modelar, defendendo os dinheiros públicos com energia e decisão", bem como o equilíbrio orçamental, através de alguns fatores complementares: aumento da produção, melhoria da balança comercial, regularização da dívida flutuante e recurso a operações de crédito que fossem consideradas "úteis e essenciais"[125] .

Das providências a tomar para atingir os objetivos daria de seguida conta aos deputados, regressando ao parlamento em 3 de agosto para apresentar alterações orçamentais, bem como propostas relativas à remodelação dos serviços públicos e outras de caráter económico-financeiro (nomeadamente sobre dívida pública, importações e exportações, compra e venda de cambiais e imposto de rendimento).

As propostas de Barros Queiroz, a exemplo do que acontecera com governos anteriores, acabaram, porém, por se perder sistematicamente nos emaranhados da retórica parlamentar. Mas nem só do parlamento se podia queixar o chefe do governo, já que, ainda antes da maior dessas propostas serem discutidas, já António Granjo apresentara a demissão da pasta do Comércio. Embora juntos no Partido Liberal, unionistas e evolucionistas, tal como a água e o azeite, teimavam em não formar um elemento comum: a dividi-los havia uma espécie de pecado original, isto é, o governo da União Sagrada e a participação de Portugal na Grande Guerra, que os deixara, anos antes, em campos opostos.

Do Porto, o diário *A Tribuna* desde logo proclamou o fracasso estrondoso do governo, que atribuía à inépcia governativa de Barros Queiroz e não a quaisquer dificuldades levantadas pela oposição. Que viesse, pois, outro "messias"[126]. Foi, de facto, curto o tempo que mediou entre a demissão de António Granjo (8 de julho) e a de Barros Queiroz (26 de agosto). O pretexto para o abandono deste último foi a impossibilidade de resolver a questão cambial, que se agravara significativamente com o escândalo do contrato dos 50 milhões de dólares.[127]

---

[124] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 1 de agosto de 1921, p. 8.

[125] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 1 de agosto de 1921, p. 9.

[126] *A Tribuna*, 9 de agosto de 1921, p. 1.

[127] O assunto reportava-se ao governo de Bernardino Machado, que, com intermediação de Afonso Costa, procurava contrair um empréstimo externo no referido valor. A oferta de crédito a cinco anos, com juros de 7%, fora feita pelo *Crédit International de Transit, Entrepôt et Warrants*, com sede em Anvers, um consórcio que englobava algumas firmas bancárias portugueses. O crédito seria aberto em Nova Iorque pela *War Finance Corporation*. Em junho e julho Afonso Costa encontrou-se com um delegado da instituição americana, de nome Jefferson Williams. No início de agosto, porém, o ministro português em Washington, Visconde de Alte, informava o governo português que na *War Finance Corporation* não entrara qualquer

JoseDominguesDosSantos.indb 64 12/10/2012 14:42

A demissão do Ministério de Barros Queiroz causou "justificada estranheza". Provava, segundo o *Diário de Lisboa*, que nem na mesma organização política era possível haver harmonia. Sendo um governo "retintamente partidário", só a "heterogeneidade" do Partido Liberal podia explicar este desenlace.[128]

Apesar de ter sido convidado a continuar, Barros Queiroz declinaria esse convite do presidente da República, convencido de que, com aquele parlamento, nunca lhe seria possível aprovar as propostas de redução de despesas e de aumento de impostos. Ficara ainda com uma certeza, essa bem mais amarga e dolorosa: a sua honorabilidade e o seu republicanismo de pouco serviam num quadro de luta pelo poder. Em carta enviada a António José de Almeida, em 29 de agosto, dizia:

> "Julguei que o meu passado me dava o direito ao respeito dos meus concidadãos. Não sucedeu assim: enxovalhos, faltas de consideração, insultos, grosserias e calúnias castigaram a minha tentativa de prestar um serviço ao país. Já contava com a intriga, com as dificuldades de toda a ordem, mas, confesso a minha ingenuidade, contava também com um ambiente de respeito pela minha sinceridade.
>
> Em Portugal, no campo político, não se discutem ideias com ideias; discutem-se os homens para os demolir, como se dessa demolição não adviesse para o regime e para o país um grande mal."[129]

Comentando o teor da carta, *O Mundo* afirmava que era "infeliz". Barros Queiroz, concluía o jornal, falira "como estadista", tal como o Partido Liberal parecia "ter falido como organização política"[130]. Não era esse, porém, o entendimento do presidente da República, já que insistiria nos liberais para solucionar a crise política, confiando a António Granjo a tarefa de formar novo governo.[131]

Na declaração ministerial, lida no parlamento a 31 de agosto, o novo presidente do Ministério mantinha, em linhas gerais, os mesmos propósitos reformistas do governo anterior, pese embora a sua feição mais "evolucionista". Pretendia, pois, António Granjo tomar medidas no sentido de reduzir as despesas, extinguir o *deficit* orçamental, defender a ordem republicana, aproveitar os recursos nacionais, moralizar a administração pública, fomentar as exportações e promover a entrada de ouro através de empréstimos ou abertura de crédito no estrangeiro.[132]

---

proposta de crédito nem Jefferson Williams era aí conhecido. No final desse mês, o Visconde de Alte enviava novas informações: Jefferson Williams era "o conhecido cavalheiro-de-indústria Silberg". Não restavam quaisquer dúvidas de que o Estado português fora envolvido numa aventura financeira ("burla indecorosa", lhe chamaria *A Capital*) donde saía profundamente descredibilizado. As consequências foram óbvias: a par da desvalorização do escudo, acentuar-se-ia na imprensa a campanha contra as instituições. O regime ia, pois, cavando, cada vez com mais vigor, a sua própria sepultura.

[128] *Diário de Lisboa*, 29 de agosto de 1921, p. 1.

[129] Vasco de Barros Queiroz, *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a ação política de Thomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, L.da, 1985, p. 491.

[130] *O Mundo*, 1 de setembro de 1921, p. 1.

[131] O governo de António Granjo esteve em funções de 30 de agosto a 19 de outubro de 1921.

[132] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 31 de agosto de 1921, p. 16.

JoseDominguesDosSantos.indb 65 12/10/2012 14:42

O ceticismo com que as suas palavras foram recebidas pelos reconstituintes e, sobretudo, o tom que foi empregue por António Maria da Silva, ao considerar que a declaração ministerial não era "um programa" mas apenas "um artigo" do *República* (diário de que António Granjo fora diretor), deixou logo antever as dificuldades com que o governo viria a confrontar-se.[133] Contrariamente ao que acontecera com Barros Queiroz, não poderia, pois, António Granjo contar sequer "com o apoio platónico dos dirigentes democráticos"[134].

Da parte dos monárquicos, obviamente, também estava fora de questão qualquer tipo de apoio; o deputado Mário de Aguiar não podia ser mais claro: recebido "com manifesta hostilidade por uns" e "com manifesta hostilidade por outros", era "absolutamente certo" que o governo viesse "unicamente passar o verão nas cadeiras do Poder", estando, pois, condenado a cair em "poucos dias"[135].

Por essa altura, o espírito de José Domingues dos Santos andava mais ocupado com questões internas no PRP portuense do que propriamente com as lutas parlamentares.[136] O seu nome não surgia ainda nas páginas políticas dos jornais com a frequência que seria exigida a um putativo candidato à liderança do maior e mais influente partido da República. A sua ação parlamentar foi, pois, muito limitada, centrando-se sobretudo em questões de âmbito local ou regional, dando também o seu contributo para a velha e sempre presente rivalidade entre Lisboa e Porto. Fora desse âmbito, porém, na sessão de 9 de setembro defenderia uma medida estrutural, que muitos consideravam urgente, e que ele próprio retomaria enquanto ministro da Justiça, isto é, a redução, em mais de 50%, do número das comarcas.[137]

Próximo dos democráticos, *O Mundo* dizia que era preciso governar. E, num tom de claro desafio e provocação, deixava esta questão: "Contentar-se-á o Ministério Granjo como o seu antecessor em governichar?"[138]

Depois de 17 de setembro, data em que, por proposta do deputado liberal Afonso de Melo, foram adiadas as sessões parlamentares[139], os ataques ao governo e a António Granjo subiram de tom. Quem o conhecia sabia que era um homem de caráter, sério e frontal, incapaz de manigâncias que lhe enchessem os bolsos e lhe enlameassem o nome e a honra. Mas foi isso justamente o que alguns procuraram fazer, acusando-o de se ter vendido à Moagem, a propósito da proposta de lei que previa a existência de três tipos de pão.[140]

Politicamente, era muito densa a atmosfera que se vivia em Portugal. Num livro que então circulava no país, escrevia Pedro Fazenda:

---

[133] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 31 de agosto de 1921, p. 21.
[134] Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, p. 50.
[135] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 31 de agosto de 1921, p. 35-37.
[136] Este assunto, ligado ao Núcleo Republicano Regionalista do Norte, será desenvolvido no capítulo seguinte.
[137] Veja-se o Apêndice documental.
[138] *O Mundo*, 2 de setembro de 1921, p. 1.
[139] O Congresso decidira adiar as sessões parlamentares para 7 de novembro. Em consequência dos trágicos acontecimentos de 19 de outubro, o parlamento só reabriria, porém, após eleições, em 15 de fevereiro de 1922.
[140] A lei do regime cerealífero foi promulgada a 19 de setembro (lei n.º 1213). Contestada dentro e fora do parlamento, o governo acabou por decidir regressar ao tipo único de pão (77% de farinhas e 23% de sêmeas) em meados do mês seguinte (decreto de 15 de outubro).

JoseDominguesDosSantos.indb 66 12/10/2012 14:42

> "A maioria da Nação desmoraliza-se na apatia; os elementos de valor afastam-se sistematicamente por um sentimento de aristocracia mental que os nobilita; os arrivistas embalam no turbilhão que os arrasta, tendo às vezes a ilusão de deuses da populaça; e o laço armado pelos sacerdotes do bacanal, em que o País caiu, transformar-se-á brevemente em nó górdio."[141]

Os boatos fervilhavam no verão de 1921. Um deles, divulgado no diário *A Imprensa da Manhã* (e logo desmentido noutro diário, *A Luta*, que o considerava «*blague* de mau gosto»), dava conta que o governo pretendia desarmar a GNR e, nesse sentido, ordenara ao Exército que cercasse a capital.[142] Em Lisboa conspirava-se sem grande pudor, dentro e fora dos quartéis. O núcleo central da conspiração, dizia Cunha Leal, estava justamente na GNR, no círculo ligado a Liberato Pinto. A ele se haviam juntado "alguns náufragos do *popularismo*", expulsos do parlamento pela via eleitoral.[143]

António Granjo, naturalmente, sabia das maquinações contra o seu governo. Não acreditava, porém, que se preparasse uma revolução mas apenas uma "desordem", que seria facilmente reprimida, "com pouco sangue e poucas vítimas"[144]. Contra o chefe do governo, porém, haviam-se coligado um conjunto de "forças a que lhe não seria possível resistir"[145]. A instância de Cunha Leal, Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria (associação que tinha alguns dos seus membros fortemente envolvidos na conspiração) desenvolveu então uma forte ação dissuasora que impediu a deflagração do movimento militar em 30 de setembro.[146]

Comentando "a revolução que não chegou a ser", dizia o *Diário de Lisboa*:

> "Não podemos, por mais tempo, entregarmo-nos ao deboche perigoso de formar e derrubar governos, eleger e dissolver parlamentos, porque assim consumimo-nos fatalmente como as fogueiras que devoram as florestas e bosques."[147]

Em declarações ao mesmo jornal, António Granjo, com uma ingenuidade que roçava a inconsciência, desvalorizava os acontecimentos: a revolução abortara porque os que a promoveram "não tinham elementos". Tudo estava, pois, "em sossego"[148].

Enganava-se completamente. Não fora por falta de elementos que o movimento falhara mas sim, como dizia *O Mundo*, "por falta de homogeneidade" entre os que o desejavam. Que isso servisse "de aviso". Ao governo aconselhava, pois, este jornal que enveredasse "pelo caminho das realizações republicanas" e abandonasse "o seu crité-

---

[141] Pedro Fazenda, *A crise política* (*em Portugal*), Lisboa/Porto/Coimbra/Rio de Janeiro, Lumen, 1921, p. 140.

[142] Sousa Costa, *Páginas de sangue,* Vol. II - *Buíças, Costas & Comp.ª*, 3.ª ed., Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, s.d., p. 322.

[143] Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 280.

[144] Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, p. 71.

[145] Cunha Leal, *op. cit.*, Vol. II, p. 284.

[146] Cunha Leal, *op. cit.*, Vol. II, p. 282.

[147] *Diário de Lisboa*, 1 de outubro de 1921, p. 1.

[148] *Diário de Lisboa*, 1 de outubro de 1921, p. 8. Na sequência desses acontecimentos seriam feitas algumas prisões. No dia 5 de outubro, por decisão de António Granjo, todos os presos seriam libertados.

JoseDominguesDosSantos.indb 67 12/10/2012 14:42

rio de uma política mesquinha, com autoridades administrativas monárquicas"; que realizasse, "através de todos os sacrifícios o embaretecimento da vida e a compressão das despesas"[149].

Este "programa" era, de uma forma geral, comum a todos os setores que então conspiravam às escondidas ou às claras. A 6 de outubro, Magalhães Lima, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, dava voz aos que julgavam necessário um "Ministério de salvação pública." A iniciativa partira do Grémio Madrugada, uma secção do Grémio Lusitano, de que faziam parte, entre outros, Leonardo Coimbra, Bartolomeu Severino e Maldonado de Freitas. Em discussão não estava apenas uma simples mudança de governo. O que se tornava indispensável era "mudar de processos, de orientação, de métodos". O país não podia suportar por mais tempo "a situação da indisciplina, da desordem, da decadência moral, económica e financeira" em que vivia desde há anos.[150] Magalhães Lima esperava, pois, que o presidente da República e o governo estivessem de acordo com essa iniciativa que, julgava ele e alguns que o acompanhavam, facilitaria "a solução de uma próxima crise"[151]. Este projeto, porém, acabaria por ser abandonado no decurso de uma reunião que teve lugar na casa de Magalhães Lima, na Rua de S. Roque.[152] A partir daí, a Maçonaria, enquanto instituição, colocou-se à margem dos preparativos revolucionários que estavam em marcha.[153]

Dias depois de serem conhecidas estas intenções, Cunha Leal aconselhava, sem sucesso, António Granjo a provocar a queda do seu governo.[154] O cerco, porém, começava a apertar. Apesar de ser jornalista, António Granjo não tinha boa imprensa. Não se limitavam, porém, ao diário *A Imprensa da Manhã* (cujo editor e chefe de redação era Mimoso Ruiz, um nome sem prestígio entre os seus pares[155]), que se dizia ser pago pelo industrial Alfredo da Silva e ser voz de Liberato Pinto[156], os ataques que lhe eram desferidos impiedosamente. A campanha dissolvente contra o chefe do governo era também desenvolvida com grande vigor no diário *O Mundo*. Este repu-

---

[149] *O Mundo*, 2 de outubro de 1921, p. 1.

[150] *Diário de Lisboa*, 6 de outubro de 1921, p. 4.

[151] *Ibidem*. Com Magalhães Lima, no propósito de promover uma grande manifestação nacional, tendo em vista a constituição de um governo de salvação pública, saído de todas as correntes republicanas, estava uma comissão de que faziam parte os seguintes elementos: José de Castro, António Luís Gomes, Jaime Cortesão, João de Deus Ramos, Francisco António Correia, Cunha Leal, Ramada Curto, Leonardo Coimbra, Sá Cardoso e Peres Trancoso.

[152] João de Deus Ramos era um dos elementos que discordavam do plano de Magalhães Lima. Em declarações ao mesmo jornal, afirmaria que, sendo embora uma iniciativa "elevada e patriótica", não era através do movimento de salvação pública que o país resolveria a crise que atravessava. Preciso, sim, era "estudar diante dos termos concretos do problema nacional e governar com esse estudo e em continuidade" tendo o mesmo governo pelo menos durante três anos (*Diário de Lisboa*, 7-10-1921, p. 5).

[153] Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, p. 84-85.

[154] Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 284.

[155] Para o jornalista Bourbon e Meneses, Mimoso Ruiz era "um safardana sob o ponto de vista pessoal, e um monárquico sob o ponto de vista político" (*O Povo*, 18-12-1928, p. 2).

[156] Acusado de graves irregularidades (teria praticado atos comerciais contra as normas militares), Liberato Pinto fora afastado, em 20 de março, pelo governo de Bernardino Machado, do cargo de chefe do Estado-Maior da GNR. A 14 de setembro, o Conselho Superior da Disciplina do Exército condenava-o a 30 dias de prisão no Forte da Graça, em Elvas, mais um ano de inatividade na praça-forte dessa cidade (*Diário de Lisboa*, 14-9-1921, p. 8).

JoseDominguesDosSantos.indb 68 12/10/2012 14:42

blicaníssimo jornal, que França Borges fundara e dirigira, destacar-se-ia também na triste competição de ver quem dizia mais e pior de um homem que lutara contra os monárquicos em Chaves e se batera, como voluntário, nos campos ensanguentados da Flandres; um homem, no dizer de Cunha Leal (que fora seu inimigo político), "de generoso idealismo republicano"[157].

Em 14 de outubro, *O Mundo*, acusava o governo de "inércia". Facto que agravava "as dolorosas condições de vida", aumentava "o mal-estar" das populações e lançava "o fermento das revoltas violentas"[158]. No dia seguinte, o jornal censurava António Granjo por se limitar "a abastecer o país de palavras", como se ele pudesse viver "com essas palavras vazias de sentido"[159].

O Partido Liberal, insistia *O Mundo*, deixara de ter uma mentalidade republicana. Dia após dia, o governo dele saído mostrava "as suas simpatias pelos processos e costumes monárquicos, desde a ladroagem das eleições, à indiferença em encarar os problemas vitais"[160]. A 18 de outubro, num editorial intitulado "A loucura do governo", o jornal lançava a seguinte questão, que mais não era do que um despudorado convite à revolta:

> "Podem os republicanos tolerar um governo que se coloca francamente ao lado dos monárquicos e clericais, nomeando aqueles seus governadores civis, administradores de concelho e regedores, e pactuando com estes para vencer eleições?"[161]

No Porto, o jornal de José Domingues dos Santos não ignorava o que se tramava nos bastidores da política mas ia avisando que só daria solidariedade aos movimentos patrocinados e orientados pelo PRP.[162] Reafirmando ser adversário irredutível do governo, *A Tribuna* entendia, porém, que essa oposição deveria fazer-se "dentro das normas constitucionais"[163]. Sendo o PRP "um partido de ordem" nunca poderia "acamaradar com movimentos de desordem", até porque o que então se preparava redundaria "em exclusivo prejuízo do PRP", acabando, pois, por se lhe atribuir "a responsabilidade" numa revolução que ele tinha "sistematicamente contrariado"[164].

No dia 19 de outubro acontecia finalmente o tão falado movimento revolucionário. Num surpreendente editorial publicado na edição desse dia, *A Tribuna* afirmava que os boatos iam passando, embora subsistissem "os motivos de descontentamento pela errada marcha que leva[va]m as coisas públicas". O autor do artigo (seguramente o próprio José Domingues dos Santos) não acreditava, porém, que a conspiração tivesse parado. Antecipando os acontecimentos, dizia:

---

[157] Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 284.
[158] *O Mundo*, 14 de outubro de 1921, p. 1.
[159] *O Mundo*, 15 de outubro de 1921, p. 1.
[160] *O Mundo*, 16 de outubro de 1921, p. 1.
[161] *O Mundo*, 18 de outubro de 1921, p. 1.
[162] *A Tribuna*, 15 de outubro de 1921, p. 1.
[163] *A Tribuna*, 16 de outubro de 1921, p. 1.
[164] *A Tribuna*, 18 de outubro de 1921, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 69 12/10/2012 14:42

> "O governo do sr. dr. Granjo não soube ou não pôde cumprir a sua missão. Ele cairá dentro das normas constitucionais, sem que uma gota de sangue seja necessário derramar-se.
>
> Não é preciso vibrar-lhe o golpe de misericórdia. Morrerá naturalmente e sem grande sofrimento – organismo débil que na sua própria constituição trazia o gérmen da morte – e morrerá impenitente."[165]

Como se sabe, não podia ser maior, nem mais trágico, este engano. Nesse mesmo dia, com uma perspetiva mais real dos acontecimentos que não tardariam a desenrolar-se, dizia *A Imprensa da Manhã*:

> "O povo português tem por vezes assomos de leão, sabe como ninguém castigar os que, pela sua ação desprezível, o atraiçoam e o vexam! Tem agora – que tristeza! – ocasião para o fazer…"

Citando Danton, o artigo termina com um inegável apelo ao desmando: "De l'audace! De l'audace! Toujours de l'audace!"

Sem apoios militares que pudessem fazer frente ao movimento militar, cuja Junta Revolucionária integrava elementos da GNR[166], António Granjo enviava, às 10 horas da manhã, uma carta ao presidente da República, colocando nas suas mãos a "sorte do governo". Na resposta, António José de Almeida dava por finda a missão de António Granjo e dos seus ministros. Ao meio-dia declarava aos revolucionários, que lhe haviam dado conta do movimento, que terminavam também as suas funções oficiais de presidente da República. Como não podia "resignar de direito perante o Congresso", desligava-se ele próprio, "de facto", dessas funções. Às cinco da tarde, perante o coronel Manuel Maria Coelho (que a Junta Revolucionária escolhera para chefiar o governo saído da revolução) e do seu chefe do Estado-Maior, major Cortês dos Santos, reafirmaria os seus propósitos. Não consentia que a República, na sua pessoa, "fosse desonrada". Podiam mandá-lo fuzilar, prender, exilar; uma coisa não faria: desonrar-se. À noite, porém, acabaria por recuar na intenção de se demitir, após o tenente Agatão Lança lhe ter dado conhecimento das mortes, no Arsenal da Marinha, de António Granjo e do capitão de mar e guerra José Carlos da Maia, ex-deputado, ex-governador de Macau e ex-ministro da Marinha durante o sidonismo. "Varado de dor", António José de Almeida correu para o telefone e investiu Manuel Maria Coelho na presidência do Ministério, "concedendo-lhe os poderes mais amplos e discricionários" para que, "a todo o transe", a ordem fosse mantida.[167]

A "noite infame" (assim a chamou Raul Brandão[168]) não terminara ainda o seu cortejo de horrores: na "camionete-fantasma", obrigado pelo famigerado mari-

---

[165] *A Tribuna*, 19 de outubro de 1921, p. 1.

[166] Suspeito de ligações ao movimento revolucionário, Liberato Pinto, em declarações ao diário *O Mundo* (22-10-1921, p. 2), negaria essa acusação.

[167] António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política*, Vol. IV, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª, 1934, p. 130-132.

[168] Raul Brandão, *Vale de Josafat*, Lisboa, Seara Nova, 1933, p. 106.

JoseDominguesDosSantos.indb 70 12/10/2012 14:42

nheiro Abel Olímpio, o *Dente de Ouro*, entraria também Machado Santos, herói do 5 de Outubro, que seria varado pouco depois por balas assassinas, complementadas por algumas coronhadas brutais, na avenida Almirante Reis, junto ao Intendente.[169]

Os crimes de 19 de outubro, repudiados genericamente por toda a imprensa[170], foram, segundo o historiador Ribeiro Lopes, como que "a explosão das paixões criadas e acumuladas pelo regime"[171]. Esses crimes não seriam possíveis, diria então Jaime Cortesão no funeral de António Granjo, "sem a dissolução moral" a que chegara a sociedade portuguesa.[172]

Embora se conheçam os executantes desses crimes, que foram julgados e condenados, os seus mandantes continuam, porém, sem ser devidamente identificados. Muita tinta já se gastou sobre o assunto, vários nomes vieram à baila, falando-se, com grande insistência, nos nomes de dois monárquicos: o industrial Alfredo da Silva[173], que alegadamente financiava "essa papeleta desprezível"[174] intitulada *A Imprensa da Manhã*, e o padre Maximiliano de Lima. Houve também quem ligasse os acontecimentos à Maçonaria[175]; outros, a ingerências externas, nomeadamente da Espanha, cenário que o próprio António José de Almeida não descartou.[176]

Em 1924, o jornalista Consiglieri Sá Pereira afirmava que a Noite Sangrenta não era "analisável em si, isoladamente, destacadamente". Quem o quisesse fazer, não encontraria "nem certezas, nem hipóteses", apenas "trevas", já que ela marcava "o ponto extremo de uma maré colossal de ódios" que crescia, "ano por ano, desde velhos tempos"[177]. Quatro anos mais tarde, o diário *A Voz*[178] procurou refutar a ligação dos monárquicos aos crimes de 19 de outubro. Nas páginas de *O Povo*, um dos raros

---

[169] Sousa Costa, *Páginas de sangue,* 3.ª ed., Vol. II, p. 356-357. Na Noite Sangrenta seriam ainda assassinados o capitão-tenente Freitas da Silva, o coronel Botelho de Vasconcelos e o motorista do governo civil de Lisboa Carlos Gentil.

[170] Como sinal de "indignado protesto", na sua edição de 22 de outubro *A Tribuna* anunciava a sua suspensão temporária. O jornal só reapareceria em 1 de novembro.

[171] Arthur Ribeiro Lopes, *Histoire de la République Portugaise*, Paris, Les Oeuvres Françaises, s.d., p. 217.

[172] Caetano Beirão, *A lição da democracia*, Lisboa, Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1922, p. 219.

[173] A convicção, por parte de alguns republicanos, da ligação de Alfredo da Silva aos trágicos acontecimentos da Noite Sangrenta ficou reforçada com o atentado a tiro de que o conhecido industrial foi alvo, em Leiria, no dia 21 de outubro.

[174] Assim designou Bourbon e Meneses esse jornal num trabalho de investigação sobre "Os crimes do 19 de outubro" (*O Povo*, 18-12-1928, p. 2).

[175] António Granjo era *maçon*. Foi iniciado em 1911, no triângulo n.º 187 (Santa Marta de Penaguião) com o nome simbólico de Buffon. No dia em que foi assassinado, na sua roupa foi encontrada a prancha n.º 131, assinada e referendada por dois *maçons*, cujos nomes simbólicos eram Ferrer e Ricardo Wagner. Nessa comunicação, a sua conduta, enquanto presidente do Ministério, era condenada, nomeadamente numa questão laboral na Carris. Por alegadamente se ter colocado ao lado da administração da empresa, "ameaçando metralhar o povo, se ele reclamasse contra a exploração de que era vítima", António Granjo era advertido na referida prancha de que a força pública não fora "instituída para defesa de ladrões". Não era, pois, "ameaçando com espingardas" que se defendiam "os interesses do povo contra os seus exploradores" (Jesús Pabón, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Editorial Aster, 1961, p. 502-503).

[176] A Raul Brandão diria mais que uma vez António José de Almeida: "Cada vez estou mais desconfiado que o dedo da Espanha andou no 19 de outubro" (Raul Brandão, *Vale de Josafat*, p. 109).

[177] Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, p. 176.

[178] Este jornal, monárquico-conservador, sucedia ao diário *A Época*. Foram ambos dirigidos por Fernando de Sousa, conhecido nos meios jornalísticos por *Nemo*.

JoseDominguesDosSantos.indb 71 12/10/2012 14:42

jornais republicanos da época, o jornalista Bourbon e Meneses argumentou no sentido contrário. Revisitando de forma minuciosa todos os dados disponíveis, incluindo naturalmente os que constavam do processo judicial[179], afirmou Bourbon e Meneses ter "a certeza de que foram os monárquicos quem mandou matar."[180] Admitia, porém, que "a génese desses crimes" podia ter sido, e devia ter sido, "diversa", já que os tiros que haviam prostrado "vários homens de categoria e feição muito diferentes partiram de pontos opostos e obedecendo a determinantes antagónicas"[181].

Talvez nunca venha a conhecer-se, na sua verdadeira dimensão, tudo o que esteve por trás dos acontecimentos dessa noite surreal em que a República atingiu o seu "nadir". Mas é bem provável que seja possível uma significativa aproximação à sua génese, e consequentemente às identidades dos seus autores morais, se as 13 questões colocadas por Mário Salgueiro, diretor de *O Povo*, em 1928, puderem um dia ter resposta.[182]

Apesar de se apresentar e de ser genericamente considerado como um movimento "com caráter nitidamente republicano"[183] (que *A Tribuna*, porém, não reconheceria)[184], o governo dele saído, pelas reações negativas que suscitou, não tinha futuro. Em entre-

---

[179] O Tribunal Militar Extraordinário absolveu todos os oficiais que haviam dirigido o movimento revolucionário. Entre os condenados, as penas maiores (dez anos de prisão, seguidas de vinte de degredo) foram aplicadas a dois marinheiros: ao cabo Abel Olímpio (o *Dente de Ouro*) e ao segundo sargento Manuel José Carlos (Consiglieri Sá Pereira, *A Noite Sangrenta*, p. 183-184).

[180] *O Povo*, 17 de dezembro de 1928, p. 1.

[181] *O Povo*, 18 de dezembro de 1928, p. 1. Bourbon e Meneses considerava ter sido "ocasional" o crime que vitimara Carlos Gentil.

[182] Essas questões são as seguintes: "1.ª – Por que foi dada ordem para ser posto em liberdade o padre Lima, mandado prender por conspirador, antes do 19 de outubro?; 2.ª – Quem influiu para que se fizesse a nomeação de Campos Rego, monárquico, para o cargo de diretor da P.S.E.; 3.ª – Que motivos levaram esse diretor a fazer desaparecer do arquivo da P.S.E. todos os documentos relativos à conspiração do padre Lima?; 4.ª – Por que foi preso o ex-adjunto da P.S.E. sr. Virgílio Pinhão, que ordenara a prisão do padre Lima, fazendo-se-lhe uma busca em casa, com o propósito de apanhar-lhe a cópia dos documentos surripiados por Campos Rego?; 5.ª – Por que não pôde o sr. Virgílio Pinhão depor no julgamento dos assassinos?; 6.ª – Por que motivo não foi o processo instruído devidamente, forçando o tribunal a julgar apenas em harmonia com o que nele se continha?; 7.ª – A que influências obedeceu o regresso a Lisboa do «Dente d'Ouro», que a Majoria General transferira para o Algarve, a pedido da P.S.E., por ser monárquico?; 8.ª – Com que fim davam os srs. Carlos Pereira e conde de Tarouca 100 contos para o movimento do padre Lima, como se diz no depoimento de Gastão de Matos?; 9.ª – Para que era que os srs. Carlos Pereira e Alfredo da Silva orientavam a feroz campanha da «Imprensa da Manhã» contra António Granjo, subsidiando largamente aquele jornal?; 10.ª – Por que era que o sr. Alfredo da Silva tinha tanto rancor a Machado Santos, desde que este fora ministro dos Abastecimentos?; 11.ª – Quem dava o dinheiro em Espanha para o movimento monárquico?; 12.ª – Quem era o espanhol que à data do movimento de outubro se encontrava incógnito em Lisboa?; 13.ª – Que estreitos entendimentos havia em Madrid entre alguns emigrados monárquicos e diversas individualidades espanholas?" (*O Povo*, 20-12-1928, p. 1).

[183] *O Mundo*, 20 de outubro de 1921, p. 1. Para o novo chefe do governo, Manuel Maria Coelho, histórico revolucionário do 31 de janeiro de 1891, o movimento de 19 de outubro não tinha "caráter político-partidário." Era "única e simplesmente republicano." Aceitara a sua chefia por estar convencido de que "a República e talvez a própria nacionalidade, perigavam." Se o movimento não vingasse, dizia ainda, o país confrontar-se-ia em breve com "duas tremendas revoltas: monárquica uma, e *bolchevista* a outra" (*A Capital*, 22 de outubro de 1921, p. 1).

[184] O jornal de José Domingues dos Santos negava ao 19 de outubro uma feição republicana porque só buscara "a morte de republicanos" (*A Tribuna*, 27-1-1922, p. 1).

JoseDominguesDosSantos.indb 72 12/10/2012 14:42

vista ao *Diário de Lisboa*, Afonso de Macedo, ex-deputado popular, que colaborara estreitamente na organização desse movimento, definia com clareza a situação, ao afirmar: "Conseguimos vencer a revolução, mas fomos vencidos pelos assassinos."[185]

Foi, pois, muito breve o governo do coronel Manuel Maria Coelho: a 25 de outubro, em conferência com o diretório democrático, os revolucionários aceitaram o regresso à "normalidade política", que passava pela demissão do governo e pela constituição de outro "escolhido livremente" pelo presidente da República. Dois dias mais tarde, em reunião de representantes dos vários partidos constitucionais, assentou-se numa proposta comum que foi levada a António José de Almeida: formação de um governo de conjunção republicana sem qualquer elemento do executivo outubrista; "perfeita liberdade" do presidente da República para escolher ministros e respetivo presidente do Ministério; dissolução do Congresso; prosseguimento dos inquéritos relativos aos atentados de 19 de outubro; redução, no quadro constitucional, dos serviços públicos, moralização administrativa e republicanização do Estado.

A 29 desse mês, porém, deu-se uma reviravolta, isto é, a hipótese da formação de novo gabinete com outubristas, situação justificada por já não existir a iminência de renúncia presidencial.[186] Cessava, pois, a necessidade de qualquer "transigência."[187]

A 3 de novembro, sem margem de manobra para cumprir o seu programa[188], o governo de Manuel Maria Coelho declarava-se demissionário; dois dias depois, António José de Almeida nomeava outro governo outubrista, confiando a sua chefia ao coronel de Artilharia, Carlos Maia Pinto, que no gabinete anterior sobraçara a pasta das Colónias.[189]

No dia seguinte à sua posse, o governo publicava o decreto da dissolução do parlamento e marcava eleições para 11 de dezembro. Esta medida foi criticada com grande veemência por José Domingues dos Santos numa entrevista ao diário *O Século*. Tal como António Maria da Silva, discordava da dissolução parlamentar e consequente marcação de eleições. Em seu entender, o parlamento devia continuar os seus trabalhos. Se não havia condições para se reunir em Lisboa, que o fizesse no Porto ou em Coimbra.[190]

Na mesma entrevista, José Domingues dos Santos criticava também a tibieza do diretório do seu partido, que, em seu entender, fraquejara "ainda mais que qualquer outro" e abdicara "perante as imposições imorais" de Maia Pinto (um "ignorante" que presidia a um "governo de incompetentes") "e perante as ameaças dos outubristas", facto que o magoara "profundamente"[191].

---

[185] *Diário de Lisboa*, 26 de outubro de 1921, p. 5.

[186] Face aos apelos que chegaram das câmaras municipais, iniciativa que partiu de Lisboa, a que logo se associou o Porto, António José de Almeida confirmou publicamente, em 30 de outubro, que continuaria em funções.

[187] Veja-se o "Relatório Político e Administrativo do diretório do Partido Republicano Português" (*A Tribuna*, 23-4-1922, p. 1).

[188] Segundo Manuel Maria Coelho, o governo pretendia sobretudo reduzir as despesas, tanto nas Forças Armadas como no funcionalismo civil (*A Capital*, 22-10-1921, p. 1).

[189] O governo de Maia Pinto esteve em funções de 5 de novembro a 16 de dezembro de 1921. Era constituído por outubristas, independentes, populares e democráticos dissidentes.

[190] *O Século*, 12 de dezembro de 1921, p. 1.

[191] *Ibidem*.

JoseDominguesDosSantos.indb 73 12/10/2012 14:42

Estas críticas tinham razão de ser. Maia Pinto, que no início de novembro declarara ir fazer eleições sem interferência governamental, no final do mês pretendeu garantir junto dos partidos constitucionais – que no dia 22 haviam acordado um programa comum de governo e a concorrer em coligação (na chamada *frente única*) – "um determinado número de deputados representantes do governo saído do movimento revolucionário". Perante a resposta negativa dos partidos, Maia Pinto procurou adiar o ato eleitoral, tendo em vista mudar as autoridades administrativas e, consequentemente, garantir por outros processos o que não conseguira através das referidas negociações[192].

Em 3 de dezembro, perante uma evidente ameaça outubrista, representantes dos democráticos, liberais e reconstituintes comunicavam ao presidente da República que aceitavam "as medidas indispensáveis" para que a ordem pública fosse mantida e se evitassem "novos motivos de desprestígio para a Nação e para a República." Declaravam, pois, que não criariam "dificuldades ao governo", nem deixariam "de considerar, unicamente inspirados nos supremos interesses da Pátria, qualquer atitude tomada pelo chefe do Estado relativamente à reunião dos colégios eleitorais"[193].

Adiadas as eleições para 8 de janeiro de 1922 (por decreto de 5 de dezembro), vários deputados tomaram a iniciativa de preparar uma reunião do Congresso, que, para todos os efeitos, se encontrava dissolvido desde 6 de novembro. Esta reação de alguns parlamentares colocava óbvias dificuldades ao governo. Havia outras, porém, que "impossibilitavam a sua marcha", como se reconhecia na nota oficiosa, datada de 13 de dezembro, em que o governo de Maia Pinto anunciava a sua demissão. Essas dificuldades, dizia *A Capital*, assentavam sobretudo nas divergências entre outubristas moderados e radicais. Os primeiros eram partidários de uma "política de aproximação e conciliação" com as forças constitucionais; os segundos, pelo contrário, pretendiam "o cumprimento integral do programa revolucionário, com saneamento imediato do funcionalismo civil e militar e a redução do Exército à sua mais simples expressão". Daí que, "entre lutar contra esta última orientação política e demitir-se", Maia Pinto tenha optado pela demissão.[194]

Conhecido esse pedido, *A Tribuna* classificou o governo demissionário "a todos os títulos inferior – porventura mais inferior ainda que o Ministério Manuel Maria Coelho". De si deixara "apenas a triste recordação de ter faltado a todos os seus compromissos e de ter tentado arvorar mais uma vez a ditadura como sistema político, em Portugal". A Maia Pinto, acrescentava o jornal, faltavam, porém, as qualidades que podiam "acreditar um ditador", isto é, competência, audácia e inteligência. Era, pois, um ditador "de via reduzida", não sendo mais do que "o produto inferior da sua inconsciência"[195].

---

[192] "Relatório Político e Administrativo do diretório do Partido Republicano Português" (*A Tribuna*, 23-4-1922, p. 1).

[193] *Ibidem*.

[194] *A Capital*, 13 de dezembro de 1921, p. 1. O governo confrontava-se ainda com outras dificuldades: ao anunciado abandono de dois ministros (Vasco Borges e Costa Cabral) juntava-se o conflito entre outros dois (Peres Trancoso e Antão de Carvalho), suscitado pelo decreto sobre a Junta de Provisão Pública (*Diário de Lisboa*, 13-12-1921, p. 8).

[195] *A Tribuna*, 15 de dezembro de 1921, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 74 12/10/2012 14:42

A 16 de dezembro Cunha Leal substituía Maia Pinto, liderando um governo de concentração que juntava democráticos, liberais e reconstituintes.[196] Refletia, pois, este executivo, o referido acordo feito no mês anterior por representantes dos respetivos diretórios. José Domingues dos Santos demarcara-se dessa *frente única*. Era partidário, dizia, da máxima harmonia entre os portugueses" mas repugnava-lhe "a união feita sobre a mentira". Por isso, o que se impunha fazer era "a *frente única* da Ordem" e não, como acontecera, a "*frente única*" dos partidos.[197]

Essa solução também não agradou a Cunha Leal, que a considerou "imposta pelo medo"; correspondera, "na realidade, a *un jour sans landemain*"[198]. O medo, porém, existia; era evidente sobretudo nas elites partidárias, que receavam o colapso do sistema político se os outubristas concretizassem as suas propostas revolucionárias.

A *frente única* acabou, pois, por sustentar politicamente o governo de Cunha Leal. Augurando-lhe "uma vida atormentada e improfícua", *A Tribuna* adiantava a "única solução" que considerava ser possível para o país:

> "Só governará o governo que, constituído fora de Lisboa e vivendo à sombra da Constituição em estreita harmonia com o Congresso da República, se resolva a meter na Ordem todos os desordeiros."[199]

Três dias antes, numa reunião realizada na presidência do Ministério, os grupos revolucionários haviam aceitado o nome de Cunha Leal para chefiar o governo, desde que adotasse "o programa mínimo outubrista" e se mostrasse "resolvido a executá-lo em ditadura"[200]. Porém, como afirmava o *Diário de Lisboa*, os acontecimentos políticos andavam "à mercê do acaso." Daí seguirem uma trajetória cujo fim se não sabia.[201] Isso mesmo pôde ser logo confirmado quando Cunha Leal, crente que o outubrismo "não passava de árvore ressequida"[202], declarou encerrado o período revolucionário.

Do Porto, porém, *A Tribuna* insistia que o outubrismo continuava ainda, em Lisboa, "na posse de todas as posições do mundo"[203]. De Cunha Leal, cuja pose "teatral" censurava, o jornal de José Domingues dos Santos dizia não discordar das medidas e providências que vinha tomando. Não estava, porém, de acordo com "a fórmula inventada" para as executar: se o jornal condenava "asperamente a ditadura vermelha", ninguém podia, pois, esperar a sua cumplicidade para a "ditadura branca" que se esboçava.[204]

---

[196] O governo de Cunha Leal esteve em funções de 16 de dezembro de 1921 a 6 de fevereiro de 1922.
[197] *O Século*, 12 de dezembro de 1921, p. 1.
[198] Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 318.
[199] *A Tribuna*, 16 de dezembro de 1921, p. 1.
[200] *Diário de Lisboa*, 14 de dezembro de 1921, p. 8. Não foi consensual a aceitação de Cunha Leal, já que teve a oposição "ostensiva" de alguns civis, nomeadamente do seu antigo correligionário Orlando Marçal (Cunha Leal, *op. cit.*, Vol. II, p. 317).
[201] *Diário de Lisboa*, 15 de dezembro de 1921, p. 1.
[202] Cunha Leal, *op. cit.*, Vol. II, p. 317.
[203] *A Tribuna*, 27 de dezembro de 1921, p. 1.
[204] *A Tribuna*, 30 de dezembro de 1921, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 75 12/10/2012 14:42

Não era esse, contudo, o entendimento de António José de Almeida, que nas suas memórias dedica a Cunha Leal palavras de apreço e reconhecimento, considerando que este cumprira as promessas que lhe havia feito quando o convidara a formar governo: "manter a ordem pública, fazer as eleições e pôr a Justiça em marcha para serem, com rapidez, severa e justamente punidos todos os responsáveis pela noite trágica"[205].

As eleições, porém, apesar da determinação de Cunha Leal em realizá-las "custe o que custar"[206], em 8 de janeiro de 1922, acabaram por ser novamente adiadas. Por decreto de 5 de janeiro, foram definitivamente marcadas para o dia 29 desse mês. Tal como Maia Pinto, também Cunha Leal pretendia garantir alguns deputados nas listas unitárias: cinco ministros independentes, sete outubristas moderados e mais alguns representantes das *forças vivas*[207]. A resposta dos diretórios foi novamente negativa. Percebeu-se desde logo que a *frente única* não tinha futuro, já que aos desejos governamentais se juntaram as inevitáveis exigências vindas do interior das forças que a compunham. A consequência, como não podia deixar de ser, foi o fim dessa coligação ainda antes das eleições.

Os democráticos, cuja máquina eleitoral continuava intacta, apresentaram-se sozinhos, integrando, porém, o grupo dissidente de Domingos Pereira, que entretanto regressara ao partido. Em Lisboa, em listas ditas de *conjunção republicana*, concorreram os outros partidos constitucionais, incluindo os socialistas. No resto do país foi cada um por si. Com estas forças se bateram, em listas autónomas, os candidatos governamentais, os monárquicos, os católicos, os outubristas, os regionalistas e os independentes. Comentando os resultados, favoráveis ao PRP, o jornalista Trindade Coelho, em artigo publicado no diário *A Manhã*, lembrava o que Cunha Leal, crente na necessidade de se eleger "um *parlamento novo*", havia dito aos partidos políticos: "a *reprise* do mesmo parlamento e das mesmas figuras seria a *reprise* dos mesmos processos e dos mesmos crimes."[208] Cunha Leal não foi, então, escutado; o tempo, porém, dar-lhe-ia razão.

---

[205] António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política*, Vol. IV, p. 181.
[206] *Diário de Lisboa*, 20 de dezembro de 1921, p. 8.
[207] Luís Farinha, *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um notável rebelde*, Lisboa, Assembleia da República / Texto Editores, L.da, 2009, p. 129-130.
[208] *A Manhã*, 2 de fevereiro de 1922, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 76 12/10/2012 14:42

Ação parlamentar de José Domingues dos Santos
LEGISLATURA DE 1921
Duração: de 25 de julho a 17 de setembro de 1921[209]

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
5	5/12-8-1921	×		Declara adotar o projeto n.º 666-C, apresentado na legislatura anterior pelo deputado António da Silva Graça, e requer, cumpridas as formalidades legais, que o projeto entre em discussão.
20	7-9-1921	×		Apresenta um projeto de lei fixando em 30 000 000$00 em ouro o custo das obras do porto de Leixões e autorizando a Junta Autónoma das Instalações Marítimas a efetuar as operações financeiras para realização daquele capital.
21	8-9-1921	×		Trata de ocorrências na Praia da Vitória, onde, por ocasião da celebração de uma festa de igreja, foi hasteada e se conservou por três dias a bandeira monárquica.
22	9-9-1921	×		Critica o aumento dos emolumentos judiciais e preconiza a redução, em mais de 50%, do número das comarcas. Manda para a Mesa uma emenda a uma proposta de lei do ministro do Comércio sobre o financiamento das obras no porto de Leixões.
28	17-9-1921	×		Critica o tratamento desigual, dado pelo Estado, às Feiras de Exposições do Porto e de Lisboa. Contesta a afirmação do ministro do Comércio e Comunicações (Fernandes Costa), que classificou de regional a Feira do Porto. Manda para a Mesa uma proposta preconizando que o Conselho Superior de Finanças estivesse representado por um dos seus vogais junto do comissariado da Exposição do Rio de Janeiro.

[209] Síntese das intervenções parlamentares de José Domingues dos Santos (como deputado, eleito pelo círculo do Porto). Não se assinalam as sessões em que não usou da palavra.

3. **Legislatura de 1922-1925**

O significado dos resultados eleitorais de 29 de janeiro de 1922, como afirmava a imprensa, não era difícil de compreender: face à vitória do PRP, o eleitorado pronunciara-se claramente pela constituição de um governo democrático.[210] A crise governamental podia, pois, "considerar-se aberta"[211]. Cunha Leal, considerando cumprida a missão do seu governo e não sentindo a obrigação de o levar perante o Congresso, apresentou a demissão ao presidente da República em 31 de janeiro.[212]

Ouvidos os partidos com representação parlamentar, várias soluções foram colocadas ao presidente da República: os reconstituintes sugeriram um governo presidido por Afonso Costa, Teixeira Gomes ou general Augusto Ribeiro de Carvalho; os liberais um governo exclusivamente do PRP; os democráticos aderiram à fórmula apresentada pelos reconstituintes, sugerindo a António José de Almeida um Ministério nacional presidido por Afonso Costa.[213]

Face à recusa do líder histórico do PRP, que não considerou oportuno o seu regresso à vida política ativa em Portugal, os democráticos sugeriram então o nome de António Maria da Silva, que o presidente da República aceitou.[214] Na posse do governo, que teve lugar a 6 de fevereiro, ouviram-se, como dizia o *Diário de Lisboa*, "meia dúzia de estocadas" de Cunha Leal ao PRP e um "discurso prolixo" de António Maria da Silva. A situação que deixava, dizia Cunha Leal, era muito diferente da que encontrara, quando assumira a chefia do governo: havia agora "tranquilidade, segurança" e a "engrenagem do Estado" funcionava "com certa regularidade". O governo cumprira, pois, a sua missão: restabelecera a ordem e promovera "o castigo dos culpados." Enquanto chefe do governo não fora "instrumento dos ódios de ninguém": não esmagara a GNR, "para gáudio dos que julgavam assim lisonjear o Exército", nem esmagara o Exército, "para maior robustecimento da GNR"[215].

António Maria da Silva, que não era um bom orador, "falou a custo, ligando mal as frases". Ainda assim, notava o *Diário de Lisboa*, foi "mais prolixo que o costume." Prestou "justiça" a Cunha Leal, dando "razão a determinadas passagens do seu discurso", e garantiu ir manter o *statu quo*; porém, em seu entender, "a tranquilidade na rua e dos espíritos" não dependia "da força das armas, do triunfo de um partido".

---

[210] *A Capital*, 30 de janeiro de 1922, p. 1.
[211] *A Capital*, 30 de janeiro de 1922, p. 2.
[212] *A Capital*, 1 de fevereiro de 1922, p. 2. Nas suas memórias, Cunha Leal invoca razões de ordem protocolar e diplomática, motivadas pela recusa da frota inglesa estacionada no Tejo em fazer "as honras costumeiras" durante o feriado nacional de 31 de janeiro (Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 346-348).
[213] "Relatório Político e Administrativo do Diretório do Partido Republicano Português" (*A Tribuna*, 23-4-1922, p. 4).
[214] Na primeira fase do governo, António Maria da Silva apresentou um gabinete homogéneo, apenas com ministros democráticos. Apesar disso, além do PRP, contou nas duas Câmaras com o apoio de liberais e reconstituintes. Não se estranhe o facto, já que o seu programa se inspirava no programa da *frente única*.
[215] *Diário de Lisboa*, 6 de fevereiro de 1922, p. 4.

JoseDominguesDosSantos.indb 78 12/10/2012 14:42

Dependia sobretudo "da solução dos problemas económico-financeiros". A eles estava, pois, "ligada a sorte da Pátria e da República"[216].

Dias antes, a questão da ordem pública havia sido o tema de um editorial de *A Tribuna*. Este diário insistia que o problema se mantinha. O governo de Cunha Leal não o resolvera. Para isso teria de ter desarmado a GNR, que se convertera "em foco permanente de insurreições, abusando das armas que a República lhe havia confiado" justamente para "defender e manter a ordem". Para o resolver havia, pois, que "esmagar essa escumalha de desordeiros profissionais" que infestava as ruas da capital e salpicava "de sangue e de lama a vida da própria República." Ora, no entender do jornal, Cunha Leal protegera e acarinhara a GNR. Governara como sempre procedera perante a vida, isto é, "aos empurrões". Por isso o seu governo não deixava saudades.[217]

António Maria da Silva, pese embora as palavras que proferira no seu ato de posse, presidia a um governo que tinha como lema "Ordem e Trabalho". Não desconhecia, pois, as razões invocadas nas críticas que *A Tribuna* dirigira a Cunha Leal. Pretendia, naturalmente, acabar com as veleidades golpistas da GNR, com quem, aliás, já conspirara.[218]

Abortada, em 18 de fevereiro, a ameaça de nova intentona outubrista – situação que levou a que, prudentemente, os ministros se instalassem em Caxias e o presidente da República em Cascais –, o governo empreendeu nos meses seguintes uma profunda remodelação da GNR que teve o apoio parlamentar explícito de José Domingues dos Santos.[219]

---

[216] *Diário de Lisboa*, 6 de fevereiro de 1922, p. 8.

[217] *A Tribuna*, 3 de fevereiro de 1922, p. 1.

[218] Assim o diz Domingos Pereira. Nas suas, já citadas, *Notas Políticas* (p. 21 v.), escreve em 25 de fevereiro de 1920: "António Maria da Silva procurou oficiais da GNR. Parece ter conseguido alguns. Promete-lhes a dissolução do parlamento e a satisfação de certas reclamações entre as quais a 'limpeza do Exército'".

[219] Na sessão de 23 de fevereiro de 1922, ouvida já a comissão que fora nomeada por portaria de 6 de janeiro, António Maria da Silva apresentou ao parlamento a proposta de reorganização da GNR, para a qual foram aprovadas a urgência e dispensa do Regimento. Na sessão do dia seguinte, dizia José Domingues dos Santos no parlamento: "É preciso pôr a República, na sua marcha constitucional., acima de todas as perturbações. É preciso estabelecer o equilíbrio entre todas as Forças Armadas. Seguiu-se política contrária. Mostrou-se o erro; mostraram-se as desvantagens que para a Pátria e para a República resultaram da concentração, numa força armada, de todos os poderes. Mais uma vez se confirmou que as guardas pretorianas são prejudiciais para os regimes. Era necessário quebrar essa nota marcante entre o Exército e a Guarda Republicana, é necessário mostrar a todo o país que a Força Armada, em democracia, não manda, obedece. À Guarda Republicana e ao Exército, não cumpre orientar os destinos do país. Quem manda é o governo. Sr. Presidente: eu não quero neste momento flagelar o procedimento da Guarda Republicana. Ela foi vítima do próprio poder que lhe entregaram. É necessário fazer-se todavia justiça, justiça serena, a todos aqueles que, adentro da Guarda Republicana, têm sabido cumprir o seu dever. Acredito que foi mercê duma propaganda, que ela se afastou do cumprimento dos seus deveres, e então necessário se tornava tirar-lhe os elementos de que ela não necessitava para o cumprimento da sua obrigação, estabelecer-se o justo equilíbrio com o Exército, que é uma poderosa parcela da República, e que dela deve merecer tanta confiança como a Guarda Republicana. Foi o Exército que proclamou a República, que fez o 14 de Maio, que fez a gloriosa escalada de Monsanto e que foi ao Porto libertá-lo das garras dos monárquicos. É necessário, pois, fazer justiça a todos quantos sabem honrar uma farda." (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 24-2-1922, p. 22)

JoseDominguesDosSantos.indb 79 12/10/2012 14:42

A reforma, promulgada a 2 de março pelo presidente da República e publicada na folha oficial no dia 13 (decreto n.º 8064), reduzia significativamente os efetivos da GNR, dispersando-os pela província. Sem artilharia e sem metralhadoras pesadas, passou de força militar (que rivalizava com o Exército) a guarda rural.[220] Foi, sem dúvida, a principal reforma do governo em 1922. Uma reforma que, a prazo, pagar-se-ia bem caro, já que, a partir daí, o Exército ficaria à vontade para intervir no rumo dos acontecimentos sempre que quisesse.

Durante a ano de 1922 deu-se também um forte impulso às relações luso-brasileiras com a viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral[221] e com a visita presidencial de António José de Almeida.[222] Apesar de Álvaro de Castro, na sessão da Câmara dos Deputados de 31 de outubro, considerar que, sob o ponto de vista de política externa, essa visita fora "o facto mais saliente e mais notável" dos últimos anos, os resultados práticos ficaram muito longe do esperado, já que se limitaram à assinatura de três documentos: Convenção sobre dupla nacionalidade, Convenção sobre emigração e Convenção literária.

Fora isso, o quotidiano dos portugueses não se alterou: alta dos preços, três greves gerais nacionais[223], uma greve geral em Évora, de 6 a 9 de junho, e várias greves sectoriais[224]. A par dos atentados pessoais[225] e do rebentamento de bombas em Lisboa e no Porto, verificaram-se novos assaltos a padarias e a jornais.[226] Situações como esta repetir-se-iam nos anos seguintes.

O estado de graça do governo acabou quando o seu ministro das Finanças, Portugal Durão, apresentou, em 28 de abril, um pacote económico-financeiro com medidas anti-inflacionistas, que incluíam o aumento de impostos diretos. Logo nesse dia o diário *A Capital* colocava a hipótese (corroborada por um deputado reconstituinte não identificado) de estar a preparar-se um governo de concentração. A 2 de agosto, liberais e reconstituintes manifestaram-se contra as propostas de Portugal Durão, que nesse mês acabou por sair do governo, sendo substituído interinamente, no dia 26, pelo ministro do Comércio, Lima Basto. Vitorino Guimarães assumiria essa pasta a 15 de setembro.

---

[220] De 14 341 elementos, a GNR passou para 9627. De sinal contrário fora o decreto n.º 5568, de 10 de maio de 1919: com objetivo de fazer face a "casos graves de alteração da ordem pública, como sejam as revoluções, e no intuito de impedir e julgar prontamente qualquer tentativa de insurreição contrária ao regime republicano vigente", esse decreto determinava que a GNR devia "dispor de todos os elementos para operar com absoluta segurança e rapidez." Daí o seu reforço em homens e meios materiais, de modo a criar uma força que rivalizasse com o Exército, em quem, pelo seu perfil conservador, muitos republicanos, sobretudo do PRP, não confiavam.

[221] Partiram de Lisboa a 30 de março; chegaram ao Rio de Janeiro a 17 de julho.

[222] Chegou ao Rio de Janeiro a 17 de setembro; regressou a 27 desse mês.

[223] As datas das greves nacionais foram as seguintes: 7 a 9 de abril; 7 a 10 de agosto; 14 de agosto.

[224] Fizeram greve os operários das indústrias de mobílias, pessoal das Companhias Carris de Lisboa e Porto, funcionários municipais do Porto, corticeiros do Barreiro, operários têxteis da Covilhã, operários da indústria de conservas de Setúbal e pessoal das classes marítimas de longo curso.

[225] No dia 8 de setembro foi assassinado, à facada, Sérgio Príncipe, dirigente da Confederação Patronal; a 14 de novembro era alvejado a tiro, na estação de Santa Apolónia, o diretor da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, Ferreira de Mesquita.

[226] A 7 de outubro eram assaltados, em Lisboa, os diários monárquicos *A Palavra* e *Correio da Manhã*.

JoseDominguesDosSantos.indb 80 12/10/2012 14:42

Por motivo da viagem presidencial ao Brasil, as duas câmaras do parlamento encerraram a 13 de setembro e reabriram apenas a 23 de outubro. António Maria da Silva conseguira aprovar na Câmara dos Deputados uma proposta para que o governo, durante o interregno parlamentar, pudesse decretar as medidas de caráter económico-financeiro consideradas inadiáveis. Quando o parlamento reabriu, o debate político centrou-se desde logo na ação governativa. Com exceção dos democráticos, ouviram-se críticas de todas as bancadas.

No dia 31 de outubro, o reconstituinte Álvaro de Castro apresentou uma moção de ordem exigindo uma remodelação governamental. A 3 de novembro, o monárquico Carvalho da Silva foi mais longe e apresentou uma moção de censura. O debate prosseguiu até ao dia 17 desse mês, data em que os democráticos passaram ao contra-ataque: João Camoesas, considerando prejudicial aos interesses do país "a exagerada extensão do debate político", apresentou uma moção para lhe pôr fim; por sua vez, José Domingues dos Santos, compreendendo embora as críticas a uma ou outra decisão ministerial, declarou não aceitar que elas envolvessem diretamente o chefe do governo. Daí ter enviado para a Mesa uma moção de confiança, no propósito de que contribuísse para uma maior "vitalidade republicana" e que, simultaneamente, evitasse "por todos os modos o avanço das ideias monárquicas"[227]. Apesar de esta moção ter sido aprovada por uma maioria confortável (49 votos a favor, 19 contra[228]), o governo saiu do debate claramente fragilizado. Daí que, a 30 de novembro, tal como propusera Álvaro de Castro, acabasse por ser remodelado.[229]

A vida do governo seria, porém, curtíssima, De facto, logo a 2 de dezembro declarar-se-ia demissionário, na sequência da eleição do presidente da Mesa da Câmara dos Deputados. O candidato apresentado pelos democráticos, João Luís Ricardo, não conseguiu bater o candidato das oposições, Sá Cardoso. Ambos obtiveram 44 votos. Em termos regimentais, em situação de empate assumia funções o candidato com mais idade. A explicação para o desaire era simples: vários deputados do PRP encontravam-se fora da sala durante a votação. O governo, porém, atribuiu-lhe um significado político e apresentou a demissão.

Encarregado novamente a formar governo, o que conseguiu logo a 7 de dezembro, António Maria da Silva manteve a maioria dos ministros, procedendo a mudanças apenas nas pastas da Justiça, da Guerra e do Comércio[230].

No dia da sua apresentação parlamentar (11 de dezembro), coube a José Domingues dos Santos, líder parlamentar dos democráticos, saudar o governo em nome da bancada do PRP. Os dois aspetos da vida portuguesa que considerava de resolução mais urgente eram a crise cambial e a carestia da vida. Sem a sua resolução, dizia, a ação do governo pouco teria de útil. Para sair da situação de asfixia em que o

---

[227] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 17 de novembro de 1922, p. 48-49.

[228] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 17 de novembro de 1922, p. 55.

[229] A remodelação deu-se em três Ministérios: Guerra, Estrangeiros e Instrução, cujas pastas foram entregues, respetivamente, a Vieira da Rocha, Domingos Pereira e Leonardo Coimbra.

[230] Para essas pastas entraram, respetivamente, Abranches Ferrão, coronel Fernando Freiria e Fernando Brederode. Os dois primeiros eram independentes, facto que retirava ao governo a característica retintamente partidária que até então o caracterizava.

JoseDominguesDosSantos.indb 81 12/10/2012 14:42

país se encontrava havia necessidade de "uma ação enérgica e eficaz"; essa ação teria de ser "intransigentemente republicana"[231].

Na sua declaração ministerial, António Maria da Silva, por óbvia influência de Leonardo Coimbra, ministro da Instrução, não esquecera a questão do ensino religioso, a quem dedicou a seguinte passagem:

> "[O governo] encarará de frente o problema do ensino religioso em colégios e estabelecimentos particulares, de molde a acabar com o perigo da desnacionalização, exercida pelo ensino estrangeiro, quer por infiltrações de professores no país, quer pelo êxodo das centenas de crianças que à Espanha vão receber ensino de maneira a que, por outro lado, se desfaça completamente o equívoco entre a República e as confissões religiosas, ficando perfeitamente clara a atitude da boa neutralidade do Estado."[232]

José Domingues dos Santos, na referida intervenção, abordou o assunto de forma dúbia, ao afirmar:

> "O problema religioso, que acaba de ser tocado na declaração ministerial, será objeto de cuidado especial por parte, tanto da Câmara, como do governo, que saberá conciliar as opiniões religiosas em todo o país."[233]

A determinação de Leonardo Coimbra em permitir o ensino religioso nas escolas particulares fiscalizadas pelo Estado, que não considerava ferir o espírito da Lei da Separação, motivou, como se previa, forte contestação nos setores mais radicais do republicanismo, muito particularmente na jacobina Associação do Registo Civil. Também no PRP a proposta do ministro da Instrução suscitou fortes reações de desagrado, nomeadamente no seu grupo parlamentar, que, em reunião realizada no dia 14 de dezembro, tomou a decisão de considerar inconstitucional qualquer projeto ou proposta nesse sentido.

Dividido entre a solidariedade institucional que devia ao seu ministro e o apoio de que carecia dos deputados do seu partido, António Maria da Silva julgava ter encontrado uma saída airosa com a declaração da putativa inconstitucionalidade da proposta de Leonardo Coimbra, a quem procurou convencer da inoportunidade de a levar ao parlamento. O ministro da Instrução, naturalmente, não afrontou o presidente do Ministério; tinha, porém, opinião contrária relativamente à oportunidade da sua proposta. Daí que, tirando as devidas ilações políticas dessa diferença de posições, tenha resignado às suas funções ministeriais por carta datada de 27 de dezembro.

Embora amigo de Leonardo Coimbra, José Domingues dos Santos colocou-se claramente do outro lado da barricada. Suscitada a sua opinião sobre o assunto, ao jornalista que o abordou diria que, ainda que tivesse de reconhecer a utilidade do ensino religioso, "tinha que reconhecer também a sua inconstitucionalidade"[234].

---

[231] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11 de dezembro de 1922, p. 13.
[232] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11 de dezembro de 1922, p. 11.
[233] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11 de dezembro de 1922, p. 14.
[234] *Diário de Lisboa*, 23 de janeiro de 1923, p. 8.

JoseDominguesDosSantos.indb 82 12/10/2012 14:42

Alguns dias antes de Leonardo Coimbra ter abandonado o governo (9 de janeiro de 1923)[235], o país testemunhara um episódio que muitos julgariam impossível durante a República: no dia 3 de janeiro, na capela do Palácio da Ajuda, o presidente da República impunha o barrete cardinalício ao núncio apostólico, monsenhor Acquille Locatelli. Esse ato, que no tempo da Monarquia, por tradição, competia ao rei[236], consolidava a reaproximação do país ao Vaticano, após Sidónio Pais ter reatado as relações diplomáticas entre ambos os Estados.

À margem da questão religiosa, os portugueses continuavam a confrontar-se com as duas questões essenciais que José Domingues dos Santos focara na sua intervenção parlamentar de 11 de dezembro: as cambiais e a carestia da vida. Em fevereiro de 1923, o jornalista Rocha Martins, numa nova publicação periódica então surgida, abordava-as implicitamente neste retrato que então fazia ao país:

> "A vida portuguesa tornou-se um martírio; existir entre este bando aloucado, que vai rindo enquanto lhe aumentam os preços dos géneros, das habitações, das festas, dos vestuários, é um sacrifício máximo. Pretender revoltar esta turba é fácil; mas dirigi-la é difícil."[237]

A galopante inflação do pós-Guerra, se era porventura remédio ou paliativo para as dívidas do Estado, e até para certos interesses económicos, como por exemplo a indústria exportadora, não deixava de ser letal veneno para quem dependia de rendimentos fixos. Estavam neste caso os funcionários públicos, cuja situação suscitou animado debate em várias sessões do mês anterior.[238] A questão não dividia apenas governo e oposições: dentro do próprio executivo, como dizia *A Capital*, também gerava divisões. Isso significava, concluía o jornal, que a declaração de crise era questão de dias.[239] Uma moção do deputado democrático Correia Gomes, aprovada na sessão de 25 de janeiro, que chamava à Comissão de Finanças a revisão das leis relativas às subvenções ao funcionalismo público, acabaria, porém, por adiar a questão[240].

O que as forças conservadoras não queriam adiar era a formação de um partido que fosse uma verdadeira alternativa ao poder asfixiante do PRP. As conversações para uma nova fusão partidária, iniciadas em maio de 1922 entre Barros Queiroz e Álvaro de Castro, culminariam, em fevereiro de 1923, com a formação do Partido

---

[235] Nessa data Leonardo Coimbra seria substituído na Instrução por João Camoesas; a pasta do Trabalho, de que era ministro interino, passou a ser sobraçada por Alberto Rocha Saraiva. Nessa data, houve igualmente mudança no Ministério da Agricultura: Abel Fontoura da Costa substituiu o interino Fernando Brederode, que, porém, continuaria no Ministério do Comércio até 24 de outubro, data em que deu lugar a João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes.

[236] Do exílio chegou o eco dos protestos de D. Manuel II, que reclamava para si esse privilégio. O assunto foi notícia na edição de 9 de janeiro do jornal francês *Excelsior* (Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2011, p. 599).

[237] *Fantoches*, n.º 2, 13 de janeiro de 1923, p. 4.

[238] O debate decorreu de 19 a 25 de janeiro.

[239] *A Capital*, 23 de janeiro de 1923, p. 1.

[240] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 25 de janeiro de 1923, p. 11. A moção de Correia Gomes foi aprovada com 46 votos a favor e 33 contra.

JoseDominguesDosSantos.indb 83 12/10/2012 14:42

Republicano Nacionalista, que juntava liberais e reconstituintes. No seu manifesto ao país, datado de 7 de fevereiro, adiantava-se a solução para os males do país: "ordem nas ruas, ordem nos espíritos, ordem no trabalho."[241]

Na apresentação parlamentar do novo partido, Álvaro de Castro dizia-o "republicano, profundamente republicano". A República tinha, a partir daí, "uma força ativa, inteligente e dominadora, para dirigir os seus destinos". Alcançado o poder, deixava uma certeza: o Partido Republicano Nacionalista não governaria "no sentido partidário", que se não percebia "à luz da política", mas sim "fora dele", no respeito pelos princípios constitucionais de 1911. O partido desejava, pois, "marcar a sua fisionomia politica duma maneira bem clara, afirmada pelos seus princípios e por um conjunto de ideias", de modo que significasse "unidade e coesão"[242].

Os desejos do ex-líder reconstituinte, como não tardou a verificar-se, não passavam de pura ilusão. Tal como acontecia com os democráticos, também entre os nacionalistas eram visíveis várias sensibilidades, concretamente três, cada uma com o seu líder: Ginestal Machado, Cunha Leal, e Álvaro de Castro.[243]

Enganou-se, pois, o deputado democrático Paiva Gomes quando, na saudação ao Partido Nacionalista augurou "o termo das lutas partidárias entre republicanos". Teoricamente, a "fórmula" até podia ser útil para o PRP e para o próprio regime. Era essa a convicção de Paiva Gomes.[244] A prática, porém, demonstrou que, na sua essência, pouco ou nada mudou, como se viu, no início de maio, durante o debate do orçamento do Ministério do Comércio. Culminando um período marcado por uma enorme tensão entre democráticos e nacionalistas, Cunha Leal anunciou a renúncia ao seu mandato, justificando essa decisão por considerar que, "apesar de írritas e nulas" algumas decisões da Câmara, que iam contra as disposições regimentais, a maioria sobrepusera-se, "não com razões, mas com a força numérica"[245].

A suspensão dos trabalhos e a posterior intermediação do presidente da Mesa, Sá Cardoso, não demoveu Cunha Leal, e os deputados que com ele se solidarizaram, a retornar à Câmara dos Deputados, facto que originou a renúncia do próprio Sá Cardoso, também ele membro do Partido Nacionalista. A Câmara, porém, foi unânime na recusa dessa renúncia. Na sessão de 10 de maio, José Domingues do Santos, negando a existência do conflito entre maioria e minoria, dirigir-se-ia ao presidente em exercício (Tomás de Sousa Rosa) para que procurasse Sá Cardoso, "a fim de testemunhar-lhe a alta consideração" que os deputados democráticos tinham por ele, significando-lhe o desejo que voltasse a ocupar o seu lugar de presidente.[246] As dili-

---

[241] *República*, 17 de fevereiro de 1923, p. 1.
[242] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de fevereiro de 1923, p. 15.
[243] Prova de que a coesão nacionalista era uma miragem seria dada meses depois pelo próprio Álvaro de Castro, ao admitir refundar o Partido Reconstituinte se Sá Cardoso abandonasse o Partido Nacionalista (*Diário de Lisboa*, 21-7-1923, p. 8).
[244] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de fevereiro de 1923, p. 16.
[245] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 2 de maio de 1923, p. 14.
[246] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de maio de 1923, p. 4-5.

JoseDominguesDosSantos.indb 84 12/10/2012 14:42

gências foram feitas mas Sá Cardoso só reassumiria funções na sessão de 25 de junho, isto é, três dias após o regresso dos deputados nacionalistas.[247]

A legislatura conheceria um dos seus pontos altos na sessão do Congresso de 6 de agosto. Apoiado pelos democráticos, Manuel Teixeira Gomes era eleito à terceira volta, batendo Bernardino Machado, candidato dos nacionalistas. Seguir-se-ia, uma semana depois, nova recomposição ministerial.[248] Dia 16, o governo punha fim ao regime do *pão político*, procedendo a um brutal aumento do pão de 3.ª (cerca de 50%), facto que levaria a violentos protestos.[249]

A 5 de outubro tomava posse o novo presidente da República, numa altura em que o governo era fortemente contestado na rua e no parlamento. A sua coesão interna deixava também muito a desejar, como podia concluir-se de um comentário de *A Capital*. De facto, segundo este vespertino, a proposta financeira "radical" apresentada nesse dia à Câmara dos Deputados pelo ministro das Finanças não tinha o apoio dos restantes membros do governo, incluindo o do próprio António Maria da Silva.[250] Submetidas à Comissão de Finanças, a proposta de Velhinho Correia foi significativamente alterada, já que eliminava o imposto transitório e acrescentava a extinção do Ministério da Agricultura. A 24 de outubro declarava-se a crise governamental: o ministro da Agricultura ponderou sair mas acabou por ficar. Quem não ficou foi obviamente o ministro das Finanças, que foi substituído interinamente pelo ministro do Comércio, Vaz Guedes. Era intenção de António Maria da Silva continuar, dizia *A Capital*[251]; opinião contrária tinha, naturalmente, a oposição. Uma moção de confiança, apresentada por Jaime de Sousa a 29 de outubro foi aprovada por uma margem muito escassa (43 votos a favor, 42 contra)[252]. António Maria da Silva logo declarou ir expor ao presidente da República "a situação que derivou do debate."[253]

Segundo *A Capital*, o chefe do governo empenhara-se "numa tentativa desesperada de sobrevivência". Era, porém, "tentar o impossível". Com "estratagemas inefica-

---

[247] Sá Cardoso acabaria por abandonar definitivamente o cargo de presidente da Mesa da Câmara dos Deputados na sessão de 18 de julho. Porém, só seria substituído no início da nova legislatura (2 de dezembro) com a eleição de Domingos Pereira.

[248] Vitorino Guimarães era substituído nas Finanças por Velhinho Correia; Fontoura da Costa assumia a efetividade da pasta da Marinha e deixava a da Agricultura, de que era titular, para Joaquim Ribeiro A pasta da Guerra continuou a ser assegurada interinamente por António Maria da Silva, que substituíra Fernando Freiria desde a sua exoneração (21 de julho). Em 6 de julho demitira-se o titular da pasta da Marinha, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, que foi substituir Brito Camacho no cargo de Alto-Comissário para Moçambique.

[249] Em Lisboa, a CGT organizou uma grande manifestação em 22 de agosto; dois dias depois, ainda em Lisboa, era decretada uma greve geral contra o aumento do pão, que durou até ao dia 29 desse mês.

[250] *A Capital*, 26 de setembro de 1923, p. 2. A proposta apresentada por Velhinho Correia previa, do lado da despesa, reduções nos vencimentos dos funcionários públicos e dos ministros, bem como a remodelação de serviços; no lado da receita, o agravamento de impostos e nas contribuições, bem como o lançamento de um imposto transitório para fazer face às despesas estatais com o aumento do custo de vida.

[251] *A Capital*, 24 de outubro de 1923, p. 2.

[252] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 29 de outubro de 1923, p. 47.

[253] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 29 de outubro de 1923, p. 49.

JoseDominguesDosSantos.indb 85 12/10/2012 14:42

zes" António Maria da Silva havia "lançado mão para ressuscitar um cadáver". Esses estratagemas eram, porém, olhados já "com mais piedade do que indignação"[254].

Como não podia deixar de ser, o presidente do Ministério tirou as devidas ilações da votação parlamentar e das reações da imprensa, e demitiu-se. A demissão de António Maria da Silva levou Teixeira Gomes a chamar Afonso Costa a formar governo, que para o efeito chegou a Lisboa em 6 de janeiro. A iniciativa, porém fracassaria, desta vez pela recusa dos nacionalistas em integrar esse executivo. Após recusas de Álvaro de Castro e de Catanho de Meneses, a tarefa foi então confiada a Ginestal Machado, um dos marechais do Partido Nacionalista. A experiência revelar-se-ia breve. De facto, duraria pouco mais de um mês.[255] Nada que se estranhasse: como dizia Bernardino Machado, no início desse ano, "dentro da República não se governa[va] para a direita"[256].

Esse governo foi, desde o início, combatido vigorosamente pelo PRP e muito particularmente por José Domingues dos Santos. No debate que se seguiu à declaração ministerial, o líder da bancada democrática não escondia o desagrado que ao seu partido merecera a chamada dos nacionalistas. Aguardaria, pois, os atos do governo; até lá, o PRP manter-se-ia "na expectativa". Dirigindo-se diretamente a Ginestal Machado, dir-lhe-ia com rude frontalidade:

> "Não tolerará o Partido Republicano Português, uma hora sequer, que v. ex.ª salte por cima da Constituição.
>
> Precisamos de fazer esta declaração perentória, para que amanhã ninguém possa estranhar a nossa atitude.
>
> Temos um passado constitucional, que a história da República regista. Havemos de nos manter fiéis à República e à Constituição.
>
> Se v. ex.ª quer fazer respeitar a ordem pública, comece v. ex.ª por respeitar as leis."[257]

Em 11 de dezembro (dia seguinte à tentativa revolucionária chefiada pelo capitão de fragata João Manuel de Carvalho), *A Tribuna* dizia que se aproximava "lenta, mas seguramente, a hora última para o Ministério que o sr. Cunha Leal dirige e que o sr. Ginestal preside". O país, em sua opinião, não precisava de um governo "nacionalista" mas sim de um governo "nacional". O Ministério tinha, pois, de cair, já que Cunha Leal, enquanto ministro das Finanças, falhara. A sua obra, que classificava de "trapalhada financeira", oscilava "entre uma gargalhada e um bocejo". Ou morria "pelo ridículo", ou cansava "pelo tédio". Estava feita, pois, a "experiência" nacionalista. Fora, como previra, "um compasso de espera que cansou a assistência e prejudicou o País"[258].

Quando a crise governativa se manifestou[259], o jornalista Jaime Cirne fazia já, nas páginas desse jornal, a autópsia do governo:

---

[254] *A Capital*, 30 de outubro de 1923, p. 1.

[255] O governo de Ginestal Machado, minoritário e quase integralmente nacionalista (a exceção era o general Óscar Carmona, na pasta da Guerra), esteve em funções de 15 de novembro a 18 de dezembro de 1923.

[256] Bernardino Machado, *Depois de 21 de Maio*, p. 350.

[257] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de novembro de 1923, p. 15.

[258] *A Tribuna*, 11 de dezembro de 1923, p. 1.

[259] Apesar de Álvaro de Castro, membro do Partido Nacionalista, ter manifestado a sua discordância com a solução governativa, a 13 de dezembro, face aos ataques que o governo enfrentava vindos dos vários

JoseDominguesDosSantos.indb 86 12/10/2012 14:42

> "Decididamente: isto já não era um governo; isto era uma curiosidade patológica, um episódio, um capítulo de interesse anedótico, em que todos nós não sabemos se há lugar para ódios, se para desprezos."[260]

A Ginestal Machado sucederia Álvaro de Castro, que, a 15 de dezembro, havia anunciado a sua saída do Partido Nacionalista. No dia seguinte consumava-se a cisão, já que outros nacionalistas (sobretudo antigos reconstituintes) o acompanharam, formando o Grupo Parlamentar de Ação Republicana[261]. A 18 de dezembro, Álvaro de Castro tomava posse, presidindo a um governo de concentração, com democráticos, seareiros e independentes.[262] Um desses democráticos era José Domingues dos Santos, que iria sobraçar a pasta da Justiça.

Durante o seu mandato, Álvaro de Castro, que à presidência do Ministério juntara a pasta das Finanças, implementou um significativo conjunto de medidas em prol da estabilização do escudo e do combate às atividades especulativas. Algumas das suas principais reformas tiveram um caráter extraparlamentar, embora com prévia autorização do parlamento. A intenção de assim proceder foi posta com clareza na sua declaração ministerial, que justificava do seguinte modo: "A crise financeira do Estado atingiu um grau excecional de gravidade. Deixou-se até hoje ao Poder Legislativo, quase exclusivamente, a responsabilidade de a resolver, quando é certo que os parlamentos têm concedido ao Poder Executivo amplas autorizações para a atenuar.

É outra a orientação do governo, que vai usar desde já dos meios legais ao seu alcance para efetivar, ao lado duma rigorosa diminuição de despesas, uma cuidadosa arrecadação de receitas, ficando ao parlamento, claro está, o apreciar como entenda o uso que desses meios se fizer."[263]

Se no plano financeiro as medidas do governo contaram com o apoio parlamentar de que careciam, pese embora a contestação de que foram alvo por parte de forças e agentes económicos (Banco de Portugal e Associação Comercial de Lisboa), um projeto de lei relativo à promoção de sargentos suscitou as primeiras fissuras internas, que se agudizariam com a aprovação na generalidade desse projeto, na sessão de 22 de fevereiro. A saída dos ministros da Guerra e da Agricultura seria aproveitada por Álvaro de Castro para proceder, em 27 de fevereiro, a uma recomposição ministerial.[264]

Três meses e meio mais tarde, a discussão relativa a mais um diploma financeiro (decreto n.º 9761, de 3 do junho), que previa pagar os juros dos títulos de empréstimo-

---

setores da oposição, apresentou uma moção de confiança. A moção, porém, seria derrotada de forma clara: 42 deputados votaram a favor; 53, contra (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 13-12-1923, p. 27).

[260] *A Tribuna*, 16 de dezembro de 1923, p. 1.

[261] O Grupo Parlamentar de Ação Republicana foi anunciado formalmente, no dia 17, por Alberto Xavier, na Câmara dos Deputados.

[262] O governo de Álvaro de Castro esteve em funções de 18 de dezembro de 1923 a 6 de julho de 1924.

[263] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 21 de dezembro de 1923, p. 7.

[264] Nas pastas da Guerra e da Agricultura, Ribeiro de Carvalho e Azevedo Gomes foam substituídos, respetivamente, por Álvaro de Castro (a título interino) e Joaquim Ribeiro. No Comércio, Nuno Simões substituía António da Fonseca; na Instrução, Hélder Ribeiro entrou para o lugar deixado vago por António Sérgio. A 8 de março, a pasta da Guerra seria entregue a Américo Olavo.

JoseDominguesDosSantos.indb 87 12/10/2012 14:42

-ouro em escudos, com fixação de câmbio, originou fortíssimas críticas, que acabaram por suscitar a apresentação de uma moção de confiança, da iniciativa de Almeida Ribeiro. Essa moção foi votada favoravelmente por uma margem de nove votos (44 a favor, 35 contra)[265]; porém, alguns deputados, entre os quais António Maria da Silva, mesmo tendo votado a favor fizeram questão de apresentar uma declaração de voto, reafirmando que as suas posições não significavam "inteira concordância com a contextura do decreto"[266].

Poucos dias depois (20 de junho), o ministro do Comércio manifestava o propósito de abandonar o governo, no qual seria substituído interinamente, dia 26, pelo titular da pasta da Instrução. A demora em comunicar ao parlamento essa decisão suscitou novas críticas da oposição, com alguns deputados a apresentar moções de desconfiança (Cunha Leal, Abranches Ferrão, Carvalho da Silva, Dinis da Fonseca, Vasco Borges e Vitorino Guimarães); Os acionistas, que através de Carlos Olavo apresentaram uma moção de confiança, estiveram praticamente sozinhos. Foram apenas acompanhados por Velhinho Correia, Jaime de Sousa e Torres Garcia, que também mandaram para a Mesa moções de confiança ao governo. O apoio, porém era curto, como o demonstrou a votação: embora por margem escassa (31 votos a favor, 33 contra), o parlamento rejeitou a moção de Carlos Olavo. A moção de Vitorino Guimarães, pelo contrário, foi aprovada com alguma margem (41 votos a favor, 23 contra).[267] O desenlace do debate significava que o governo estava ferido de morte. Daí a sua demissão logo no dia 26.

A ação de José Domingues dos Santos na pasta da Justiça ficou ligada indelevelmente ao estabelecimento da cédula pessoal e à apresentação de um projeto de lei do Inquilinato, que visava "proteger os pobres, dar aos menos protegidos da fortuna, pelo menos, a garantia da habitação". Não esquecia, porém, os interesses dos senhorios, sobretudo os menos abastados. Em seu entender, não fazia sentido que um inquilino rico não pagasse "o devido a um senhorio pobre", da mesma forma que não era razoável que o inquilino pobre estivesse "a ser especulado por um senhorio rico"[268].

A reforma do mapa judiciário, que já merecera a sua atenção em setembro de 1921, foi retomada com a publicação de um decreto, em 8 de janeiro, que previa a extinção de 50 comarcas. Cerca de três meses mais tarde, porém, ver-se-ia obrigado a publicar outro decreto suspendendo a decisão anteriormente tomada. Os interesses corporativos, associados às habituais pressões do caciquismo local, acabaram, sem surpresa, por se sobrepor a uma decisão que a racionalidade administrativa e a diminuição de despesas impunham.

A poucos dias da queda do governo, José Domingues dos Santos apresentou a sua proposta mais polémica, que previa a anulação do decreto sidonista relativo à Lei

---

[265] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 12 de junho de 1924, p. 22.

[266] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 12 de junho de 1924, p. 27.

[267] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 26 de junho de 1924, p. 33. As outras moções de confiança, bem como algumas de desconfiança, foram retiradas. As moções de Cunha Leal, Abranches Ferrão, Carvalho da Silva e Dinis da Fonseca foram rejeitadas.

[268] *A Tribuna*, 8 de abril de 1924, p. 1. Já depois de abandonar o governo, em 29 de julho, José Domingues dos Santos apresentaria uma proposta para que essa lei entrasse em discussão; a 13 de agosto defenderia alguns dos princípios nele estabelecidos.

JoseDominguesDosSantos.indb 88 12/10/2012 14:42

da Separação e repunha em vigor o texto original.[269] Com essa medida, afirmava-se definitivamente como o líder da ala radical do PRP.

Anos depois, o Ministério de Álvaro de Castro, e muito particularmente "a obra de saneamento financeiro e moral" por ele iniciada, seria assim recordado por José Domingues dos Santos:

> "A sua gestão financeira severa, honesta, corajosa e clarividente pôs termo à política de facilidades que comprometia a vida da República e restabeleceu a ordem e a confiança nas finanças do Estado. Se não conseguiu equilibrar o orçamento – tarefa impossível de realizar em seis meses de governo – ao menos ele reduziu enormemente o défice, saneou a moeda e lançou as bases duma política de saneamento que devia conduzir ao equilíbrio orçamental e acabaria por impor-se sem necessidade de recorrer a medidas extremas, sem imposições tributárias brutais e sem alardes de super-homem.
>
> Honestamente, democraticamente, procurando o equilíbrio dentro do seu próprio equilíbrio, o dr. Álvaro de Castro marcou a sua passagem pelo governo por um grande cuidado de elegância moral, de aprumo político e de profunda sinceridade. À sua volta respirava-se a atmosfera do velho rigor republicano, impregnado das conceções de Jean-Jacques Rousseau. Nada espetacular, o seu trabalho, a sua ação, estavam sempre subordinados a uma espécie de ritmo, de tensão permanente, que se comunicavam impercetivelmente a todos quantos o ouviam e com ele trabalhavam. Eu sinto-me orgulhoso de ter sido um dos seus dedicados e leais colaboradores."[270]

Na carta que enviara ao presidente da República anunciando a sua demissão, Álvaro de Castro afirmava julgar apenas viável um governo cuja presidência fosse atribuída ao PRP, sugerindo o nome de Afonso Costa, já que só ele poderia garantir ao próximo Ministério uma maioria forte e homogénea.[271]

Teixeira Gomes seguiria, de facto, essa sugestão. O resultado, porém, foi o mesmo de sempre. Face à recusa de Afonso Costa, a que se seguiu a do próprio Álvaro de Castro, foi incumbido de formar governo o democrático Rodrigues Gaspar, que tomou posse em 6 de julho.[272]

Apresentada a declaração ministerial a 9 de julho, ficava claro que o governo perfilhava as grandes linhas do anterior, nomeadamente no que dizia respeito ao rigor orçamental.

No debate político, com acinte e ironia, Cunha Leal diria que entre "dois males", Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos, o Partido Nacionalista preferia o primeiro porque o segundo, "num momento de tantas dificuldades, viria atear a guerra religiosa, querendo matar os padres." Pior só mesmo, vindo de Paris, "o inevitável Afonso Costa, que tem o pensamento de matar o *deficit* e de matar os padres"[273].

---

[269] Veja-se o Apêndice documental.
[270] AA.VV., *In Memoriam Alvaro de Castro*, Lisboa, 1947, p. 183-184.
[271] *A Capital*, 27 de junho de 1924, p. 2.
[272] O governo de Alfredo Rodrigues Gaspar em termos estruturais não diferia muito do anterior; constituído por democráticos, acionistas e independentes, esteve em funções de 6 de julho a 22 de novembro de 1924.
[273] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de julho de 1924, p. 13.

JoseDominguesDosSantos.indb 89 12/10/2012 14:42

De qualquer modo, o seu desacordo relativamente ao governo era indiscutível. E para que as coisas ficassem "inteiramente esclarecidas", mandava para a Mesa uma moção de desconfiança, considerando que, tal como estava constituído, o governo não satisfazia "as legítimas exigências do país"[274]. Também os monárquicos, através do deputado Carvalho da Silva, apresentariam uma moção de desconfiança.[275] Nenhuma delas, porém, lograria alcançar a maioria de votos.[276]

O governo de Rodrigues Gaspar, como escreveu um historiador espanhol, arrastou "uma vida miserável, entre bombas e tiros, no meio de conflitos armados da força pública"[277]. Em agosto, a tentativa de reformar o contrato com a Companhia dos Tabacos suscitou forte reação parlamentar, que levaria o deputado Nuno Simões a apresentar uma moção de desconfiança. Do lado dos democráticos, António Maria da Silva apresentaria também uma moção, cujos termos *A Capital* considerou "etéreos", tal o caráter dúbio e obscuro do seu texto.[278] José Domingues dos Santos, pelo contrário, numa intervenção clara, como sublinharia o referido jornal, iria baralhar as contas da votação, ao considerar o acordo "absolutamente infeliz". Definindo a sua posição, acrescentou:

> "Eu sou na verdade contra todos os monopólios; mas sendo absolutamente necessário que algum ou alguns existam, então estabeleçam-se por forma que o Estado recolha os maiores benefícios possíveis.
>
> Não compreendo que o Estado atire a classe dos revendedores de tabacos para a miséria, sem que por sua vez tire para si todos os lucros a que tem direito. Só assim se justificaria pelo interesse coletivo o sacrifício de uma classe.
>
> O contrário disto não se admite numa democracia; contudo é o contrário disto que ressalta claramente do acordo!"[279]

Contrariamente à moção de António Maria da Silva, que foi aprovada (43 votos a favor, 18 contra), a de Nuno Simões, que a seu pedido foi dividida em duas partes, viu aprovada a primeira (considerandos) e rejeitada a segunda (conclusão)[280].

No dia seguinte, procurando resolver definitivamente o assunto, remetendo o contrato para uma comissão de revisão, António Maria da Silva acabaria por lançar ainda mais confusão, ao apresentar nova moção, que, se para uns era de confiança, para outros, caso dos monárquicos, era sobretudo de desconfiança. O texto dessa moção era o seguinte:

---

[274] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de julho de 1924, p. 15.
[275] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de julho de 1924, p. 9-10.
[276] A moção de Cunha Leal foi rejeitada com 21 votos a favor e 50 contra; a de Carvalho da Silva foi também rejeitada em prova e em contraprova, sem, porém, se indicar o número de votos (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 16 de julho de 1924, p. 122).
[277] Jesús Pabón, *A Revolução Portuguesa*, p. 547. As cenas de violência urbana eram geralmente atribuídas à Legião Vermelha, um grupo terrorista (*bolchevista* para uns, anarcossindicalista para outros) que, a coberto de alegadas preocupações de caráter social, cometeu inúmeros crimes, sobretudo em 1924 e 1925.
[278] *A Capital*, 20 de agosto de 1924, p. 2.
[279] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 e 20 de agosto de 1924, p. 43. A opinião de José Domingues dos Santos era partilhada pelo *Diário de Lisboa* (20-8-1924, p. 1), que sobre o assunto escrevia: "O acordo negociado pelo atual governo com a Companhia dos Tabacos pertence ao número das coisas deploráveis em que a nossa administração financeira é fecunda."
[280] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de agosto de 1924, p. 46.

JoseDominguesDosSantos.indb 90 12/10/2012 14:42

"A Câmara dos Deputados, ouvida a exposição do chefe do governo, mantendo os pontos de vista da moção ontem aprovada e certa de que o sr. presidente do Ministério fará cumprir o voto expresso, reitera-lhe a sua confiança e passa à ordem do dia. – *António Maria da Silva*."[281]

Apesar de ter sido aprovada com o mesmo resultado da que apresentara de véspera, a imprensa chegou a noticiar a demissão do titular das Finanças, Daniel Rodrigues[282], bem como a hipótese de demissão coletiva do governo[283], situação que, porém, não chegaria então a concretizar-se.

Dias mais tarde, *A Capital* insistia no assunto, afirmando que "a indicação constitucional" impunha a formação de um governo que suspendesse o convénio e nomeasse a comissão de revisão.[284]

Tendo-se iniciado as férias parlamentares em 21 de novembro[285], no dia seguinte o *Diário de Lisboa* antecipava que, quando as Câmaras reabrissem, encontrariam "pela frente, porventura agravadas, as mesmas dificuldades" que haviam "ficado de pé"[286].

Não se enganava o jornal. Na sessão de 18 de novembro, a pretexto de uma proposta de lei pela qual se pedia autorização para regular a precária vida financeira de Angola, a maioria que sustentava o executivo dividiu-se; uma moção de confiança apresentada por António Maria da Silva seria rejeitada, com 46 votos a favor e 49 votos contra, provocando o pedido de demissão do governo, que foi aceite pelo presidente da República. José Domingues dos Santos, que pouco antes afirmara que o governo cometera "um erro" de que o parlamento o poderia "absolver", mas que o parlamento não poderia "deixar de lhe apontar", estava entre os deputados que haviam rejeitado a moção.[287]

O jornal *O Rebate*, órgão das comissões do PRP em Lisboa, num editorial violento, considerava o episódio uma "loucura de rapazes ambiciosos sem a nítida compreensão das responsabilidades que assumiram"[288]. Por sua vez, o diário *O Mundo* não deixaria de lembrar que a ala direita dos democráticos fora derrotada no parlamento, preconizando, pois, a formação de um governo da esquerda do PRP, o único que, sob o ponto de vista do jornal, podia ter viabilidade parlamentar.[289]

---

[281] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 e 20 de agosto de 1924, p. 65.

[282] *A Capital*, 20 de agosto de 1924, p. 2. O *Diário de Lisboa* (21-8-1924, p. 8) colocou a hipótese de Daniel Rodrigues, que se sentia "atingido" pela moção de António Maria da Silva, se demitir na segunda-feira seguinte, dia 25.

[283] *A Capital*, 20 de agosto de 1924, p. 2.

[284] *A Capital*, 28 de agosto de 1924, p. 1. Por essa altura, a formação de um novo governo era um dado praticamente adquirido, sobretudo após haver conhecimento de um almoço que, no dia 26 de agosto, reuniu em Louriçal do Campo (Castelo Branco), na casa do ex-ministro Ramos Preto, algumas das principais figuras do PRP ou que a este partido estiveram ligadas: Afonso Costa, António Maria da Silva, Domingos Pereira e Álvaro de Castro. José Domingues dos Santos, também convidado, não compareceu. Uma das hipóteses então avançadas era a formação de um governo presidido por António Maria da Silva com Afonso Costa na pasta das Finanças (*Diário de Lisboa*, 27 de agosto de 1924, p. 8).

[285] O parlamento reabriu a 4 de novembro.

[286] *Diário de Lisboa*, 22 de agosto de 1924, p. 1.

[287] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 18 de novembro de 1924, p. 24 e 50.

[288] *O Rebate*, 20 de novembro de 1924, p. 1.

[289] *O Mundo*, 20 de novembro de 1924, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 91 12/10/2012 14:42

Para solucionar a crise, o presidente da República tinha três alternativas: chamar o Partido Republicano Nacionalista (de Cunha Leal); convidar novamente Álvaro de Castro ou confiar na ala mais radical do PRP liderada por José Domingues dos Santos, cujo grupo era visto então pela generalidade da imprensa como maioritário dentro deste partido. A primeira hipótese seria inviabilizada pelos próprios nacionalistas: sem possibilidades de formar qualquer maioria parlamentar, só assumiriam o governo se o presidente da República lhes garantisse a dissolução do parlamento, o que estava absolutamente fora de questão, conhecido o respeito de Teixeira Gomes pela Constituição e pelos poderes parlamentares; a segunda hipótese, embora viável, já que supostamente Álvaro de Castro podia contar com o apoio dos independentes e dos esquerdistas, colidia com a indisfarçável ambição de José Domingues dos Santos em organizar um Ministério; a última hipótese passava justamente pelo líder dos democráticos radicais, sem embargo de Teixeira Gomes saber que essa solução, que à partida contaria com a oposição de monárquicos e nacionalistas, dificilmente teria o apoio da parte mais conservadora do PRP. Atento, porém, aos sinais que vinham do exterior, nomeadamente de França, onde em maio o "Cartel des Gauches" derrotara a direita permitindo a Édouard Herriot a formação de um governo radical-socialista, o presidente da República acabou por decidir-se pela última solução, assegurado que foi o apoio da Ação Republicana e o das estruturas diretivas do PRP.

Em 21 de novembro, José Domingues dos Santos dava por concluída a tarefa de que fora encarregado por Teixeira Gomes. No dia seguinte, na antiga sala do Conselho de Estado, tomava posse como presidente do Ministério.[290] Perante poucos parlamentares (a maioria dos presentes eram representantes das classes populares), José Domingues dos Santos reafirmou em traços gerais o que desde há tempos vinha prometendo em sessões de propaganda: a defesa dos humildes e a construção de um estado verdadeiramente republicano. O seu compromisso era com uma "República Radical"; procuraria realizá-la a todo o custo, de modo a satisfazer as aspirações populares. Colocando-se, sem sofismas, "ao lado das esquerdas", sintetizava o seu programa neste lema: "Liberdade, Pão e Educação." Quanto a realizações concretas, pretendia melhorar o câmbio, resolver a carestia de vida e garantir uma justa retribuição aos trabalhadores.[291]

De uma forma geral, a composição do governo foi acolhida consensualmente. Os poucos reparos que se ouviram foram suscitados apenas pelas escolhas para as Colónias e Finanças.[292] Na insuspeita opinião de Cunha Leal, "seria uma injustiça não

---

[290] Nos dois diários ligados ao PRP, o governo de José Domingues dos Santos não foi bem recebido: de um ceticismo benévolo, o lisboeta *O Rebate* não tardaria a evoluir para um ceticismo claramente crítico. Por sua vez, *A Montanha* nunca procurou disfarçar o azedume que esse governo lhe provocava. Para o diário portuense, a formação desse governo era um acontecimento "verdadeiramente desastroso para o país". Tratava-se de "um governo 'mayonnaise', incaracterístico, organizado fora dos partidos e contra alguns partidos". A "profunda antipatia" que provocava em grande parte o PRP não lhe permitiria ter uma "vida desafogada" (*A Montanha*, 24-11-1924, p. 1).

[291] *O Século*, 23 de novembro de 1924, p. 2.

[292] Politicamente, o governo era composto por cinco democráticos (José Domingues dos Santos, Pedro de Castro, Pestana Júnior, Plínio Silva e Sousa Júnior), dois acionistas (Hélder Ribeiro e Carlos Vasconcelos – este, em trânsito para o PRP, após passagem pelos reconstituintes e pelos nacionalistas), um seareir*o* (Ezequiel de Campos) e dois independentes – com antigas ligações ao PRP –, *maçons* e membros da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (João de Barros e João de Deus Ramos).

JoseDominguesDosSantos.indb 92 12/10/2012 14:42

reconhecer que se tinham congregado nesta formação governativa pessoas de certa relevância intelectual"[293].

No dia 27 de novembro, o governo fez a sua apresentação parlamentar. Apesar de afirmar a necessidade de governar em nome da justiça social e de prometer o combate aos monopólios e às companhias majestáticas, a declaração ministerial de José Domingues dos Santos não configurava um programa tão radical como as suas anteriores declarações faziam supor. O dado mais significativo dessa declaração foi a ausência a qualquer medida referente à reposição da Lei da Separação na sua forma primitiva.[294]

Não admira, pois, que no debate que se lhe seguiu (e que apenas terminou na madrugada de 6 de dezembro), o deputado católico Lino Neto tenha afirmado que "tanto na forma como em planos de governo", a declaração ministerial era "correta e aceitável."[295] Posições semelhantes foram tomadas pelo independente Nuno Simões e pelos nacionalistas Ginestal Machado e Pedro Pita, com este último a dizer que as palavras proferidas por José Domingues dos Santos "podiam ser acolhidas benevolamente por aqueles que temiam o seu radicalismo"[296].

Da parte dos monárquicos, a receção ao governo foi também benévola. Era o primeiro, dizia o deputado Carvalho da Silva, que desde 1913 aparecia "saudado por uma autêntica corrente popular." Aprovava, pois, a declaração ministerial, que considerava "democrática". Reconhecia ainda que, "pelo menos em palavras", o governo estava "possuído duma ansiedade" que desejava "realizar". Merecia-lhe, pois, "expectativa e interesse"[297].

O governo, porém, estava muito longe de ser consensual. Logo no dia inicial do debate, Vasco Borges e Cunha Leal abririam as hostilidades. O primeiro, que pertencia à ala conservadora do PRP, diria que José Domingues dos Santos queria governar apenas "pela mera e vulgar satisfação de ambições pessoais"[298]; o segundo classificaria o novo executivo como a terceira incarnação do governo de Álvaro de Castro (a segunda fora o governo de Rodrigues Gaspar). Inconformado com a não chamada ao poder do Partido Nacionalista, Cunha Leal manifestou dúvidas quanto à constitucionalidade do Ministério. Daí a apresentação de uma moção de desconfiança, que justificava por considerar que ele não correspondia "aos interesses do país e às indicações constitucionais"[299].

---

[293] Cunha Leal, *Coisas de tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 413.

[294] Veja-se o Apêndice documental.

[295] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de dezembro de 1924, p. 21. Lino Neto, considerando que pela primeira vez, durante o regime republicano, se dera "a devida primazia" à questão moral, afirmou ser-lhe particularmente "agradável destacar" a seguinte passagem da declaração ministerial: "Depois de todas as perturbações que se acumularam, pela guerra, sobre males antigos, o grave problema português é principalmente de ordem social e moral. Todo ele se resume em ser preciso estabelecer o equilíbrio: o das classes, melhorando as condições de vida às medianas e pobres; o das profissões, devendo crescer as produtivas e diminuir as onerosas ou especuladoras; o das terras aráveis, corrigindo-se os extremos da propriedade excessiva e insuficiente; o das próprias ideias, devendo triunfar as de coesão, de solidariedade e de moral superior, decorrentes da perfeita compreensão duma finalidade comum."

[296] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de dezembro de 1924, p. 36.

[297] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 3 de dezembro de 1924, p. 30-31.

[298] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 27 de novembro de 1924, p. 21.

[299] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 27 de novembro de 1924, p. 28.

JoseDominguesDosSantos.indb 93 12/10/2012 14:42

A defesa do programa governamental coube aos democráticos Sá Pereira, Carlos Pereira, Pina de Morais, Jaime de Sousa e Leonardo Coimbra e, sobretudo, a Álvaro de Castro, líder da Ação Republicana, que na sessão de 4 de dezembro mandaria para a Mesa uma moção de confiança. Esse apoio, diria Álvaro de Castro, derivava da "ordem interna do bloco" e do conceito que o seu agrupamento fazia dos homens que constituíam o governo. O bloco, base dos três governos mais recentes, era, pois, "uma força republicana ao serviço da República".

Cáustico como sempre, Cunha Leal, nessa mesma sessão diria que o que estava em causa era "salvar o bloco de pedra solta"[300] e não o governo. Na última sessão do debate parlamentar, os nacionalistas atacariam em força, procurando explorar as divergências que sabiam existir no seio dos democráticos. Pedro Pita destacou-se nesses ataques, afirmando não ser preciso "grande habilidade" para ver que António Maria da Silva odiava José Domingues dos Santos e que, "no seu íntimo", desejava "derrubá-lo do governo"[301].

No final do debate esperava-se (sobretudo da parte dos católicos) que José Domingues dos Santos clarificasse a sua posição quanto à questão religiosa. As suas palavras foram, porém, extremamente cautelosas. Considerando que a religião, qualquer que ela fosse, nada tinha que ver com o Estado, vivendo, pois, à sua margem, defendia, "em absoluto, a supremacia do Estado em matéria civil". Entendia, porém, que o Estado não devia "perseguir ninguém por motivo das suas crenças religiosas." No seu passado não havia "um único ato de perseguição" por motivos religiosos. Respeitava "as crenças de todos" mas entendia que a religião não devia "meter-se na vida do Estado." Por isso não compreendia bem como é que um partido podia ser "católico".

Em resposta a Lino Neto, confirmou que do programa do seu governo não fazia parte a reposição da Lei da Separação; no entanto, se algum projeto nesse sentido fosse apresentado dar-lhe-ia o seu apoio.[302]

Eram já duas da madrugada do dia 6 de dezembro quando a moção de Álvaro de Castro foi posta à votação: 63 deputados aprovaram-na; 27 rejeitaram-na.[303] "Vida nova, vamos ter vida nova!", gritava euforicamente *A Tribuna*, face à "vitória estrondosa" no parlamento. "A Nação inteira", dizia o jornal portuense, entregara "o seu futuro nas mãos do estadista" que melhor soubera "interpretar as aspirações do Povo Republicano"[304]. A maioria parlamentar era, porém, mais aparente do que real; de facto, na votação não participaram 39 deputados (católicos e democráticos conservadores), muitos dos quais haviam saído ostensivamente da sala quando se iniciou a chamada para esse ato. Entre os abstencionistas contavam-se António Maria da Silva, Rodrigues Gaspar, Vasco Borges, Portugal Durão e Vitorino Godinho, isto é, alguns dos elementos da elite democrática.

O programa do governo passou também sem grandes dificuldades no Senado; a moção de confiança apresentada por Pereira Osório foi aprovada por larga margem

---

[300] Esta expressão fora utilizada no debate por Rodrigues Gaspar, presidente do Ministério anterior.
[301] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de dezembro de 1924, p. 35.
[302] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de dezembro de 1924, p. 40-41.
[303] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de dezembro de 1924, p. 46. A moção de Cunha Leal foi derrotada, com 27 votos a favor e 60 votos contra.
[304] *A Tribuna*, 7 de dezembro de 1924, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 94 12/10/2012 14:42

de votos (31 a favor, 10 contra)[305]. Porém, a exemplo do que acontecera na Câmara dos Deputados, alguns senadores ausentaram-se durante a votação: cinco democráticos, um católico e um independente.

Na sua declaração ministerial, José Domingues dos Santos deixara muito claro que as suas palavras não seriam "simples afirmações retóricas". De facto, não eram. Um primeiro sinal fora dado logo no dia 25 de novembro com a libertação de todos quantos se encontravam presos há mais de oito dias sem culpa formada, por participação em delitos políticos e sociais. A medida, porém, não era inédita, já que, não muito tempo antes, fora também tomada pelo governo de Ginestal Machado.

As afirmações de José Domingues dos Santos só começaram a ser verdadeiramente compreendidas quando o governo apresentou legislação que mexia profundamente com os interesses das *forças vivas*, com destaque para os diplomas que provinham dos Ministérios das Finanças e da Agricultura.[306] Em dezembro, Pestana Júnior assinava uma portaria que controlava o negócio das cambiais e apresentava no parlamento uma proposta de lei que punha termo aos monopólios do tabaco e dos fósforos. Em janeiro publicava um polémico decreto-lei que tratava da reorganização bancária.[307] Nesse mês, também Ezequiel de Campos entregou no parlamento uma proposta de lei de organização rural que viria a provocar aceso debate extraparlamentar com o integralista Pequito Rebelo.[308]

A par dessa legislação, destaque-se a publicação, em 27 de dezembro, de um decreto-lei que autorizava as associações de classe ou sindicatos profissionais, constituídos legalmente, a reunir-se em federações ou uniões. Significava isto que, por exemplo, a CGT passava a ter existência legal. Destaque-se igualmente a proposta de *habeas corpus* e a decisão, tomada em 2 de janeiro, de aprovar, "em princípio", o reconhecimento do regime soviético.

Todas estas medidas, naturalmente, provocaram fortes reações, no parlamento e na imprensa. O decreto de reorganização bancária foi o que suscitou uma oposição mais generalizada, levando mesmo António Maria da Silva a tentar travá-lo através da apresentação, no dia 22 de janeiro, de uma moção que visava submetê-lo às respetivas comissões parlamentares. José Domingues dos Santos aceitou o repto e contra-

---

[305] *Diário do Senado*, Sessão de 11 de dezembro de 1924, p. 40.

[306] De grande significado seria uma iniciativa de José Domingues dos Santos, enquanto ministro do Interior, que foi a publicação do decreto-lei n.º 10 401, de 22 de dezembro de 1924, que criava a "Carteira de Identidade" dos profissionais da imprensa.

[307] O decreto-lei n.º 10 474, de 17 de janeiro, previa que qualquer banco ou casa bancária só podia estabelecer-se mediante autorização do Ministério das Finanças, tendo os bancos de realizar um capital mínimo de 500 contos (ouro) e as casas bancárias 250 contos (ouro). No ato da fundação, seriam depositados 50% do capital realizado na Caixa Geral de Depósitos. Os bancos e casas bancárias já existentes tinham 180 dias para se ajustarem a estas condições. Entre outras situações, estavam-lhes vedadas operações de especulação (cambiária ou sobre títulos de crédito) numa margem superior a 10% do capital social e a concessão, a um só cliente, de créditos superiores a um décimo do capital social do banco.

[308] A proposta de lei previa que fossem expropriadas, para venda ou arrendamento de lotes, as terras pousias mal aproveitadas ou ermas nos concelhos cuja densidade populacional fosse inferior a 40 habitantes por km^2. Seria igualmente parcelado o que fosse agricultável nos baldios. Assim, surgiriam mais propriedades familiares aumentando-se simultaneamente a densidade populacional. A proposta seria complementada por dois decretos referentes à contribuição predial rústica e ao fomento florestal.

JoseDominguesDosSantos.indb 95 12/10/2012 14:42

-atacou: se a moção fosse aprovada o governo cairia. A moção, porém, acabou por ser rejeitada, embora por escassa margem: 56 votos contra; 51 votos a favor.[309]

Com o alento desta pequena mas indiscutível vitória parlamentar, e perante o aumento dos ataques das *forças vivas*, a 6 de fevereiro o governo decidiu encerrar a Associação Comercial de Lisboa, identificada como o principal foco de resistência à sua ação. Os protestos foram imediatos, vindos de todos os setores, incluindo da CGT, que via no decreto governamental um ataque ao direito de associação. O encerramento da Associação Comercial de Lisboa, dizia o seu secretário, João Pereira da Rosa, era "um verdadeiro ato de epilepsia de resultados muito contraproducentes". Ao praticá-lo, o governo apenas pretendera "dar uma satisfação à malta" que o apoiava.[310]

A guerra entre o governo e as *forças vivas* teve dois efeitos: a mobilização da rua (alertada pela campanha da imprensa operária para a possibilidade de um golpe reacionário) e o toque a reunir por parte do PRP, cujo diário mais representativo não deixaria de denunciar também a existência de um "plano maquiavélico" contra os republicanos e o regime.[311]

Em apoio ao governo organizar-se-ia, logo no dia 6 de fevereiro, uma enorme manifestação, mobilizada pelo Centro 5 de Outubro e pelos Grupos Revolucionários de Defesa da República 14 de Maio, Companheiros do Bem, Luz e Progresso e Ala Avançada da República. No cortejo, ao lado dos esquerdistas do PRP (os *canhotos*), integraram-se anarcossindicalistas, socialistas e comunistas.

Dos Restauradores, os manifestantes seguiram em direção ao Terreiro do Paço e à Praça do Município. Quando foram barrados pela GNR, junto ao Banco de Portugal, deu-se a explosão de um morteiro, cujo lançamento a própria imprensa conservadora atribuiu a um monárquico.[312] Julgando-se atacados, os soldados da GNR dispararam para o ar. Após alguns momentos de pânico e confusão os manifestantes retomaram a caminhada para o Terreiro do Paço. De uma varanda do Ministério do Interior, num discurso improvisado, José Domingues dos Santos afirmou:

> "Povo de Lisboa! Agradeço as saudações que vindes trazer ao governo da República. O povo tem sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança. O governo da República colocou-se abertamente ao lado dos explorados contra os exploradores. O governo vai fazer uma grandiosa obra de saneamento moral!
>
> Lamento profundamente o acontecimento que se acaba de dar. Vou ordenar imediatamente um rigoroso inquérito. Não consinto que a força pública sirva para fuzilar o povo. Serenamente, ordeiramente, podem dispersar, terminando assim esta grandiosa manifestação que acabais de fazer ao governo. Viva a República!"[313]

---

[309] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 22 de janeiro de 1925, p. 49. Outras moções foram apresentadas vindas de várias bancadas. A de Cunha Leal, que considerava o decreto inconstitucional, foi também rejeitada. As de Vasco Borges, Morais de Carvalho, Nuno Simões e Carvalho da Silva não chegaram sequer a ser votadas.

[310] *Diário de Lisboa*, 7 de fevereiro de 1925, p. 5.

[311] *O Rebate*, 6 de fevereiro de 1925, p. 1.

[312] *A Época*, 8 de fevereiro de 1925, p. 6. O suspeito de ter atirado a bomba era o monárquico Adelino da Costa, porteiro do Banco de Portugal.

[313] *O Mundo*, 7 de fevereiro de 1925, p. 1-2.

JoseDominguesDosSantos.indb 96 12/10/2012 14:42

Estas palavras serviram de pretexto para a oposição apresentar, no dia 9, em "negócio urgente", uma moção de desconfiança ao governo. Segundo o deputado nacionalista David Rodrigues, as referidas declarações estabeleciam a desarmonia entre os elementos constitutivos do Estado e fomentavam a luta de classes. Acrescia ainda uma questão de âmbito formal: para o inquérito entretanto aberto, o chefe do governo nomeara um militar de patente inferior à do comandante da GNR.[314]

Às razões acima apresentadas, Cunha Leal acrescentaria que, "declarando réprobas" todas as classes que o embaraçavam, José Domingues dos Santos estava "conduzindo o país à guerra social"[315]. Solidários com os nacionalistas, os monárquicos anunciariam que, "perante a obra perniciosa do Ministério", votariam favoravelmente a moção de David Rodrigues.[316]

À defesa do governo, feita inicialmente por Sá Pereira, juntar-se-ia Vitorino Guimarães, que desvalorizou o assunto reduzindo-o à categoria de "um mal-entendido"[317]. Opinião diferente tinha o seu colega de bancada Agatão Lança, que acabaria objetivamente por alinhar na estratégia oposicionista. Com indisfarçável cinismo, dizia discordar da atitude dos jornais que punham na boca do presidente do Ministério palavras que não podia acreditar que ele tivesse proferido. Para o fazer "seria preciso não possuir a mais leve noção do respeito que é devido à força pública". Daí não ficar bem com a sua consciência se negasse o seu voto ao requerimento de David Rodrigues, para que a Câmara se ocupasse desse caso quando estivesse presente o presidente do Ministério.[318]

Na sessão do dia 10, o cenário repetiu-se: Sá Pereira defendeu o governo; Cunha Leal apresentou nova moção de desconfiança. Numa atitude dúbia, também o democrático Joaquim Ribeiro apresentaria na Mesa uma moção, desafiando o governo a interpretá-la como muito bem entendesse.

Em socorro do governo, como seria de esperar, não se ouviram, porém, quaisquer palavras de Álvaro de Castro. Cunha Leal tivera razão quando afirmara que a maioria que sustentava o Ministério era um "bloco de pedra solta". Não restavam quaisquer dúvidas que, tal como afirmou Cortês dos Santos, o que se pretendia era "transformar um incidente banal numa questão política" para derrubar o governo. O discurso de José Domingues dos Santos era um mero pretexto; se tivesse sido diferente, ou até mesmo se não houvesse pronunciado quaisquer palavras durante a referida manifestação, "a acusação seria feita da mesma maneira"[319].

Apesar dos ataques nacionalistas, desde cedo ficou claro que o maior perigo para o governo provinha da bancada democrática. Assim foi, de facto: sob o pretexto de que o chefe do governo não respondera às questões que lhe colocara, Agatão Lança mandou para a Mesa a seguinte moção:

---

[314] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de fevereiro de 1925, p. 14-17.
[315] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de fevereiro de 1925, p. 20.
[316] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de fevereiro de 1925, p. 24.
[317] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de fevereiro de 1925, p. 12.
[318] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9 de fevereiro de 1925, p. 13.
[319] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de fevereiro de 1925, p. 25-28.

JoseDominguesDosSantos.indb 97 12/10/2012 14:42

> "A Câmara dos Deputados, lamentando palavras proferidas e atos praticados durante a manifestação da noite de sexta-feira passada, e reconhecendo que, pela ausência de uma ação sensata e ordeira do Poder Executivo, foi profundamente afetado o prestígio da força pública, a disciplina militar e a ordem social saúda a força pública e passa à ordem do dia."[320]

O destino do governo estava obviamente traçado, como se confirmou na votação que se seguiu: a moção foi aprovada com 65 votos a favor e 45 votos contra.[321]

À ala conservadora do PRP juntaram-se nacionalistas, católicos e monárquicos. Entre os que rejeitaram a moção, além de esquerdistas e acionistas (entre os quais Álvaro de Castro), estavam Vitorino Guimarães, Velhinho Correia e Vitorino Godinho. Com essa posição, estes deputados democráticos abriam caminho para uma espécie de terceira via entre o radicalismo dos *canhotos* e o conservadorismo dos *bonzos*.

Reagindo ao resultado da votação, José Domingues dos Santos, em tom de claro desafio, afirmou:

> "Ficamos entendidos: a Câmara quer um governo que esteja ao lado dos exploradores contra os explorados, a Câmara quer um governo que espingardeie o povo."[322]

A queda do governo era, porém, um facto irreversível a que nem a rua, com a impressionante manifestação do dia 13, junto ao Palácio de Belém, conseguiu travar.[323]

Se, como então se disse, a manifestação constituiu um meio ilegítimo de pressão para que o presidente da República dissolvesse o parlamento, mantendo o governo em funções até novas eleições, esses intentos falharam. Fiel ao seu compromisso constitucional, Teixeira Gomes não deixou de lembrar aos promotores dessa manifestação, de forma diplomática mas firme, que "fossem quais fossem as circunstâncias em que a política portuguesa se encontrasse […] tinha que cumprir as obrigações que jurara, entre as quais a primeira era o respeito pelo parlamento e a obrigação de acatar as suas deliberações". Não haveria, pois, nada nem ninguém capaz de o impedir a cumpri-las.[324]

A solução da crise, face à composição parlamentar, deveria sair naturalmente do PRP. Foi esse o entendimento de Teixeira Gomes contra o qual haveriam de reagir com grande violência os nacionalistas, nomeadamente Cunha Leal. Não pretendendo afrontar qualquer das fações que se digladiavam no interior dos democráticos, o presidente da República encarregou Vitorino Magalhães de organizar um novo Ministério. Natural de Penafiel, este professor no Instituto do Comércio e militar de carreira (oficial da Administração Militar), figura grada do PRP, pelo seu perfil "centrista"

---

[320] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de fevereiro de 1925, p. 35.

[321] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de fevereiro de 1925, p. 43-44. Nas suas memórias, Cunha Leal comentaria deste modo o resultado da moção: "Bem vistas as coisas, José Domingues dos Santos não era um homem autenticamente audacioso. Marcara uma orientação mas carecia da energia suficiente para a saber impor." (Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 414)

[322] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de fevereiro de 1925, p. 45.

[323] Segundo o diário *A Batalha* (13-2-1925 – Suplemento, p. 1), mais de 80 mil pessoas estiveram presentes na manifestação para "protestar contra o predomínio político das oligarquias".

[324] *O Rebate*, 14 de fevereiro de 1925, p. 2.

JoseDominguesDosSantos.indb 98 12/10/2012 14:42

era genericamente apontado como a personalidade indicada para fazer a "ponte" entre António Maria da Silva e José Domingues dos Santos. A composição do seu governo, cuja tomada de posse ocorreu a 15 de fevereiro de 1925, repetia a fórmula anterior: democráticos, acionistas e independentes.[325] A sua declaração ministerial, lida três dias mais tarde, terminava do seguinte modo:

> "Acentuadamente republicano no campo político, radical no campo económico e financeiro, jamais o governo esquecerá que é a coerência entre os atos e as palavras que melhor dignifica o Poder e o faz acreditar junto dos governados.
>
> Não se arreceia da agitação que os últimos acontecimentos fizeram criar na massa do povo consumidor e trabalhador.
>
> Uma atmosfera de crítica sã e o auxílio daqueles que norteiam a sua atitude pelo supremo interesse da Nação, militando embora sob diferentes bandeiras, só poderão servir de estimulante a bem trabalhar e a honrar compromissos livre e solenemente tomados desde o primeiro momento.
>
> A forma democrática das instituições que nos regem poderá tornar espontaneamente mais intensa a agitação social; mas, aliviando a compressão das ideias em marcha, afastar-se-á para bem mais longe o perigo dos grandes colapsos que tudo subvertem e a ninguém poupam.
>
> Os governos têm de integrar-se nas verdades que a sua época consagra e, manifestadas as crises, têm como dever, da sua posição de equilíbrio, reajustar as forças dispersas, trazendo-as a uma mais proveitosa cooperação em prol da sociedade."[326]

Todos perceberam que, na prática, este governo era de continuidade, embora com outros protagonistas. Cunha Leal foi um deles. Numa longa, emotiva e violentíssima intervenção, atacou ferozmente José Domingues dos Santos e Vitorino Guimarães, que acusou de sustentar politicamente o anterior governo, bem como Teixeira Gomes, a quem não perdoava não ter chamado o PRN ao poder. No fim da sua intervenção, considerando os nacionalistas "escorraçados da República", anunciaria a retirada desse grupo parlamentar, sem data de regresso.[327]

Do lado dos democráticos, a divisão continuava: os esquerdistas colocavam-se ao lado do governo, a ala mais conservadora insistia em olhar para o passado, continuando a questionar atitudes do anterior presidente do Ministério.

Na sessão seguinte, José Domingues dos Santos responderia à letra aos seus acusadores. E, em tom de desafio, deixava este aviso:

---

[325] O governo de Vitorino Guimarães manter-se-ia em funções até 1 de julho de 1925.

[326] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 18 de fevereiro de 1925, p. 8.

[327] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 18 de fevereiro de 1925, p. 12. No mês seguinte, durante o congresso do Partido Nacionalista, Cunha Leal assentaria novamente as baterias sobre Teixeira Gomes. Numa intervenção dura, como era seu timbre, mas inequivocamente de mau gosto, caracterizaria assim o presidente da República: "É um homem que não tem fé. O sr. Lino Neto é um homem que tem fé em Deus. O sr. Sá Pereira é um homem que tem fé no Diabo. O sr. Teixeira Gomes não tem fé, nem em Deus nem no Diabo. É um homem que escreve discursos com a mesma pena com que escreveu *Cartas sem moral nenhuma*" (Norberto Lopes, *O Exilado de Bougie*, 2.ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1942, p. 173).

JoseDominguesDosSantos.indb 99 12/10/2012 14:42

"Derrubaram-me?
Que importa?
Voltarei ao governo, não por favor de v. ex.as, mas pelo favor do povo."[328]

Haviam-no derrubado, diria ainda nessa sessão, "perante uma habilidade de momento", já que, "perante a obra que tinha a realizar", não tinham força para o fazer. Afirmava, pois, que o seu governo caíra "perante uma cilada adrede preparada, servindo reservados intuitos, e não os interesses da República". Pela vida fora vinha "espalhando ideias"; mais do que nunca, sentia-se "com uma força, com uma vontade enorme de as realizar". Era essa força que haveria de levá-lo "às cadeiras do Poder". Estava, pois, ao lado de Vitorino Guimarães porque ele pretendia realizar o seu programa.

Quanto às moções de desconfiança apresentadas, "caso inédito na vida política portuguesa", eram ainda de desconfiança ao governo que passara. "Não me aquecem nem me arrefecem", dizia José Domingues dos Santos dessas moções. Estava na disposição de continuar na vida política republicana "ainda através da guerra mais desenfreada". Porém, "tendo feito uma experiência inútil" com esse parlamento, julgava "absolutamente improfícuo tentar segunda vez". Com ele, não voltaria, pois, a ser governo.[329]

A ausência dos nacionalistas permitiu, naturalmente, que uma moção apresentada pelo deputado Almeida Ribeiro, reconhecendo que o governo se achava "constituído segundo as normas constitucionais" fosse aprovada de forma esmagadora (66 votos a favor, 3 votos contra).[330]

Não teve, porém, vida fácil o governo de Vitorino Guimarães; mesmo sem presença parlamentar, os nacionalistas (reforçados, a partir de março, com a entrada dos presidencialistas) não deixaram de o combater vivamente na imprensa. A maior e mais dura prova enfrentada pelo governo viria, porém, do campo militar. Confrontadas com a precariedade governativa, algumas personalidades influentes do republicanismo mais conservador vinham, desde há anos, a olhar com indisfarçável interesse e simpatia o que se passava em Itália e em Espanha, países onde Mussolini e Primo de Rivera lideravam regimes autoritários. Cunha Leal foi uma das primeiras personalidades a apelar ao messianismo do homem providencial (referindo-se explicitamente aos referidos caudilhos), convidando o Exército a "fazer ouvir a sua voz"[331].

O Exército acabaria por intervir, não por palavras mas por atos, em 18 de abril de 1925. A intentona militar, porém, falharia.[332] Mas se então a República e as suas instituições conseguiram resistir não é menos verdade que, como diria o tenente João Pereira

---

[328] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de fevereiro de 1925, p. 21.
[329] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de fevereiro de 1925, p. 22.
[330] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de fevereiro de 1925, p. 33.
[331] O apelo de Cunha Leal foi feito na conferência que proferiu, no dia 17 de dezembro de 1923, na Sociedade de Geografia de Lisboa (Cunha Leal, *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Portugal/Brasil, s.d., p. 187).
[332] Em 18 de abril concentraram-se na Rotunda, local histórico do revolucionarismo militar, três unidades: Grupo de Baterias de Artilharia de Queluz, Batalhão de Metralhadoras de Campolide e Batalhão de Sapadores. Pretendiam os revoltosos que o presidente da República desse posse a um governo extrapartidário chefiado por Filomeno da Câmara, cuja pasta da Guerra seria entregue a Sinel de Cordes. Teixeira Gomes, porém, não cedeu. O governo, que decretara o estado de sítio, confiou a resolução do conflito ao general Adriano de Sá, comandante a 1.ª Região Militar. No dia seguinte os revoltosos depunham as armas.

JoseDominguesDosSantos.indb 100 12/10/2012 14:42

de Carvalho, num texto memorialista, com a "vergonhosa abdicação" que constituiu a sentença absolutória da Sala do Risco (ilibando os "cabecilhas" do golpe, Sinel de Cordes, Filomeno da Câmara e Raul Esteves), "estavam legalizadas as revoluções" em Portugal[333].

A prisão de Cunha Leal (acusado de estar implicado na revolta)[334] apressou o regresso dos nacionalistas ao parlamento, facto que se verificou no dia 22 de abril. Dois dias mais tarde, desgostoso com o rumo dos acontecimentos políticos, Teixeira Gomes, em carta dirigida ao presidente do Congresso, apresentava o seu pedido de renúncia. A notícia provocou enorme consternação na maioria dos republicanos. António José de Almeida, já então muito doente, enviou-lhe uma mensagem plena de significado: em nome da República "proibia-o" de fazer esse pedido.[335]

No Congresso, em 24 de abril, numa sessão expressamente convocada para apreciar a carta de Teixeira Gomes, várias moções foram apresentadas, nomeadamente por Álvaro de Castro, António Maria da Silva e José Domingues dos Santos. Todas foram aprovadas por larguíssima maioria.[336] Os únicos votos desfavoráveis viriam da bancada dos nacionalistas.

No dia 25 de Abril[337], uma comissão de deputados e senadores, presidida por Correia Barreto, deslocar-se-ia ao Palácio de Belém para transmitir ao presidente da República os votos do Congresso. Teixeira Gomes correspondeu à solicitação que lhe era feita. Reputou, porém, "indispensável para a boa marcha da coisa pública" reconciliar os líderes das duas fações democráticas. Daí ter juntado no mesmo gabinete António Maria da Silva e José Domingues dos Santos, cingindo-os "no mesmo abraço"[338].

Por decisão do Congresso, tomada na sessão de 29 de abril, as Câmaras estiveram encerradas durante o mês de maio. Reabertas a 2 de junho, dia em que Cunha Leal apresentaria uma moção de desconfiança ao governo, cedo se percebeu que, apesar do abraço em Belém, as brechas entre os democráticos se mantinham. Dias antes, a 29 de maio, por alegada implicação em atentados bombistas, um dos quais contra o comandante da Polícia, Ferreira do Amaral (ocorrido no dia 15 desse mês), o governo embarcara no *Carvalho de Araújo*, rumo a Angra do Heroísmo, 23 membros da Legião Vermelha.[339]

---

[333] João Pereira de Carvalho, "A verdadeira história do 28 de Maio", in *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*, n.º 8, 2008, p. 163.

[334] Preso dia 18 de abril, por ordem do Comando Geral da GNR, Cunha Leal foi libertado dez dias mais tarde. Seguiu diretamente do Forte de S. Julião da Barra, onde se encontrava desde o dia 19, para o parlamento.

[335] Norberto Lopes, *O Exilado de Bougie*, p. 179.

[336] A moção de José Domingues dos Santos, aprovada em votação nominal com 105 votos a favor e 18 votos contra, era do seguinte teor: "O Congresso da República, convencido das altas virtudes do presidente da República, cidadão Manuel Teixeira Gomes, as quais conquistaram a admiração e o afeto do povo português, sedento de ordem, de liberdade e de progresso, sob a égide da República, que s. ex.ª, paladino intemerato da Constituição, sempre tem servido com a maior inteligência, zelo e patriotismo, manifesta ao presidente da República toda a sua admiração, reitera-lhe, em nome da Nação, toda a sua confiança, apela para o seu alto espírito patriótico e republicano para que continue no seu posto de chefe do Estado que com a maior nobreza tem desempenhado, e passa à ordem do dia. *José Domingues dos Santos, Diário do Congresso*, Sessão de 24 de abril de 1925, p. 8 e 11).

[337] Nessa data tomava posse o novo ministro da Guerra, coronel Mimoso Guerra, que substituía o anterior titular, general Vieira da Rocha.

[338] Norberto Lopes, *op. cit.*, p. 181.

[339] *Diário de Lisboa*, 29 de maio de 1925, p. 8. Para *A Capital* (29-5-1924, p. 2) eram 29 os legionários que se encontravam no barco.

JoseDominguesDosSantos.indb 101 12/10/2012 14:42

O facto de não terem sido ainda julgados nem condenados motivaria uma duríssima intervenção de José Domingues dos Santos. Justificando a moção que então apresentou (que apesar de parecer não era de desconfiança ao governo)[340], afirmou que não podia deixar de esclarecer o que a sua consciência lhe impunha. Condenando os maus tratos a que alguns presos estavam sujeitos, recordava deste modo a experiência que vivera na prisão:

> "Eu tenho a certeza de que se têm espancado presos. Este bárbaro princípio foi iniciado no dezembrismo. Contra esse processo nos levantamos todos em grita. Eu já subi os degraus de uma escada, esperando que me matassem a cada momento. Sei o que foram esses momentos de tortura. Mas isso nada é. A dor suprema, o maior e mais torturante dos sofrimentos, é o vermo-nos feitos farrapos, amesquinhados, insultados, agredidos, esbofeteados por beleguins, sem respeito pela dignidade de um homem.
>
> Não é a dor física a maior, não! É a dor moral, é a impotência na desafronta!
>
> Por isso, sempre que me dizem que nas prisões se bate, sinto frémitos de revolta e indignação e a minha voz não se cala, protestando e pedindo o termo de tal infâmia!"[341]

As palavras de José Domingues dos Santos seriam fortemente contestadas por Agatão Lança, seu colega de bancada e autor da moção que estivera na origem da queda do seu governo. Sobre ele lançaria suspeitas de ligação (através de correligionários que lhe eram próximos) à Legião Vermelha, afirmando terem sido os seus membros, "durante algum tempo, o mais forte apoio" do governo a que presidira.[342]

Em defesa de José Domingues dos Santos levantar-se-ia o deputado Amadeu de Vasconcelos; negando quaisquer "conluios e entendimentos com legionários", não deixaria de reafirmar um orgulhoso alinhamento com a política do anterior executivo:

> "De pé e bem de pé e de cabeça bem erguida, estão os homens que defenderam o ministério do sr. José Domingues dos Santos.
>
> Discutam-se os seus atos de homem público; discutam-se as leis que aqui trouxemos, discuta-se o esforço que fizemos para realizar a política que sincera e honestamente julgamos a melhor.
>
> Mas, sr. presidente, que nos ataquem de encruzilhada, que deturpem os nossos atos, isso é que não farão sem o indignado protesto, que aqui lavraremos, sem o protesto que, por todos os meios legítimos, levaremos aos confins do País."[343]

---

[340] O teor dessa moção era o seguinte: "A Câmara dos Deputados considerando que o respeito à lei é a melhor garantia da ordem; considerando que o n.º 21.º do artigo 3.º da Constituição Política da República Portuguesa determina que ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente, por virtude da lei anterior e na forma por ela prescrita, passa à ordem do dia. – *José Domingues aos Santos.*" (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19-6-1925, p. 10)

[341] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de junho de 1925, p. 13.

[342] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de junho de 1925, p. 14.

[343] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de junho de 1925, p. 21.

JoseDominguesDosSantos.indb 102 12/10/2012 14:42

Posição semelhante teve Carlos de Vasconcelos, ex-ministro das Colónias. Afirmando desprezar "calúnias dessa ordem", definiria assim o ambiente social vivido durante o mandato do governo de que fez parte:

> "Sr. presidente: muitas vezes a questão da ordem pública foi encarada pelo Ministério José Domingues dos Santos, mas jamais esse problema foi solucionado pela força.
>
> No entanto, durante os três meses que durou o Ministério não houve atentados bombistas, não houve desordens nas ruas, a ordem foi perfeita.
>
> Isto leva-me a afirmar mais uma vez que a ordem só se mantém com o respeito à lei. A força não mantém a ordem, provoca a desordem."[344]

Apesar das críticas que José Domingues dos Santos dirigira ao governo, deixara bem claro que não pretendia derrubá-lo. O mesmo não acontecia com António Maria da Silva, como se viu uma semana mais tarde. Estando em discussão uma proposta do governo para que o parlamento autorizasse o emprego de duodécimos relativos aos últimos seis meses desse ano, o líder da ala conservadora do PRP logo manifestou a sua discordância: estava apenas disponível para votar favoravelmente o duodécimo de julho. Em seu entender isso não colocaria em causa a confiança ao governo. Não era esse, porém, o entendimento de Vitorino Guimarães, que fazia "questão política da aprovação da proposta relativa aos duodécimos"[345].

À moção apresentada pelo acionista Sá Cardoso, que ia nesse sentido, propôs António Maria da Silva uma emenda, reduzindo os duodécimos de seis para um. Acompanhado pelos deputados democráticos que com ele se identificavam e pelos nacionalistas, a emenda foi aprovada com 52 votos a favor e 24 contra. Entre estes estavam os elementos da Ação Republicana e os democráticos afetos a José Domingues dos Santos. Coerente com o que havia afirmado, o presidente do Ministério anunciou imediatamente que o governo dava "por finda a sua missão"[346].

Convidado pelo presidente da República, António Maria da Silva, exceção feita à pasta da Guerra, que ninguém estaria na disposição de aceitar, organizou um novo Ministério com relativa facilidade. Faltava porém, como dizia o *Diário de Lisboa*, conseguir o indispensável apoio parlamentar, coisa que ainda não conseguira às cinco da tarde do dia 1 de julho.[347]

Ultrapassadas essas dificuldades, o governo tomou posse na tarde do dia seguinte. Tinha o mérito, dizia o *Diário de Lisboa*, de ser "constituído com homogeneidade por uma fação, ou corrente, do PRP". Estava, porém, nessa circunstância de probidade política, o seu perigo"[348]. Assim era, de facto, como logo se viu pelas declarações de nacionalistas e esquerdistas, a que o mesmo jornal deu voz no dia de tomada

---

[344] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19 de junho de 1925, p. 22-23.
[345] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 26 de junho de 1925, p. 22.
[346] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 26 de junho de 1925, p. 29.
[347] *Diário de Lisboa*, 1 de julho de 1925, p. 5 e 8.
[348] *Diário de Lisboa*, 1 de julho de 1925, 2 de julho de 1925, p. 1. O governo de António Maria da Silva, que esteve em funções até 1 de agosto de 1925, era formado quase integralmente por elementos da ala moderada do PRP. O único independente era o ministro da Marinha, comandante Pereira da Silva. António Maria da Silva acumulava a presidência com a pasta da Guerra.

JoseDominguesDosSantos.indb 103 12/10/2012 14:42

de posse. Entre os primeiros, Pedro Pita afirmava que devia rejeitar-se a confiança ao governo. Dos segundos, o mais contundente foi Sá Pereira, que o considerava "inviabilíssimo". O governo representava, "nada mais nada menos do que um agravo à esquerda democrática", que podia "implicar lamentavelmente o esfacelamento do PRP"[349].

Estas opiniões teriam cabal confirmação em 6 de julho, durante o debate político que se seguiu à leitura da declaração ministerial. Atendendo a que tomara posse já bem próximo do final de uma legislatura já prorrogada, "pareceria pretensioso", dizia António Maria da Silva, que o governo apresentasse "um largo programa de realizações"[350]. Não era essa, porém, a opinião da maioria da Câmara, como logo se ouviu em vários discursos.

Particularmente aguardada era a intervenção de José Domingues dos Santos. O líder dos *canhotos* não defraudou as expectativas. Demarcando-se do apoio declarado por Rodrigues Gaspar, que considerou falar em nome próprio e não do PRP (já que não houvera uma reunião preliminar do Grupo Parlamentar Democrático), José Domingues dos Santos abriu o jogo, ao declarar:

> "Sr. presidente: não venho trazer à discussão nenhuma questão de ordem pessoal. Não as tenho em política com ninguém.
>
> Não as tenho, não as quero, nem as aceito.
>
> Tenho, sim, questões de ordem política, e essas quero eu pô-las com toda a clareza e com toda a lealdade, aceitando consequentemente todas as responsabilidades que daí podem advir."

Em termos concretos, confrontou António Maria da Silva com a ausência de quaisquer referências a matérias variadas, tais como a questão religiosa, o problema agrário, a escola geral para todos e o regime dos tabacos.

Retomando a polémica em redor do regime bancário, que o seu governo procurara reformar, diria, com indisfarçável ironia, que o que então era considerado inconstitucional, passou a ser constitucional no governo que se lhe seguiu; que algumas das medidas que então preconizara, e que tão combatidas haviam sido por uma parte dos democráticos, eram agora retomadas pelo governo de António Maria da Silva.

Os seus ataques acabariam, porém, por atingir maior dimensão a propósito da campanha que o ligava à Legião Vermelha, que considerava ter sido insinuada numa passagem do discurso de António Maria da Silva. Sobre o assunto, afirmou:

> "Sr. presidente: não quero deixar de dizer ao governo que hoje ocupa as cadeiras do poder, e muito especialmente ao seu presidente, que quer no ato da posse quer na sua declaração ministerial, de uma forma vaga, nebulosa, como são quase sempre os discursos do sr. presidente do Ministério, fez alusão a uma campanha que anda por aí à roda, à qual eu já não quero responder porque já não me preocupa: é a campanha a respeito das minhas ligações com a Legião Vermelha.
>
> Guindaram à categoria de homem político o sr. *Bela Khun*.

---

[349] *Diário de Lisboa*, 1 de julho de 1925, 2 de julho de 1925, p. 8.

[350] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 6 de julho de 1925, p. 9-10.

JoseDominguesDosSantos.indb 104 12/10/2012 14:42

Guindaram à categoria de criminoso político o sr. *Ávante*.

Não o conheço, nunca o vi. Sei apenas que esse *Ávante* foi polícia da segurança do Estado quando eu não era presidente do Ministério, e vi nas gazetas que ele tinha sido vítima de um atentado ali para o Cais do Sodré, por dar informações acerca da Legião a essa polícia.

Sr. presidente: quero repetir mais uma vez a afirmação de que não conheço ninguém da Legião Vermelha, nem sei quem eles são. De resto isso é fácil, sabendo que em Lisboa conheço pouca gente.

Se alguém os conhece, se alguém lhes deu categoria de criminosos políticos, não fui eu. Pelo contrário, fui daqueles que disseram aqui que os homens da Legião Vermelha não são criminosos políticos, mas criminosos comuns.

Sr. presidente: isto dito assim, com esta simplicidade, parece-me que devia excluir quaisquer insinuações, sobretudo da parte de pessoas que ocupam posições que não permitem insinuações desta ordem, pois parece-me que o sr. presidente do Ministério, segundo relato que vi nos jornais, quis dar a entender que não queria permitir que continuasse a política de transigência com os criminosos, não permitindo ele que se confundam as ideias políticas com os crimes comuns.

Quero perguntar ao sr. presidente do Ministério se isto se entende comigo, se s. ex.ª quer reeditar mais uma vez a afirmação falsa de que tive qualquer espécie de relações com esses homens.

Sr. presidente: dizia alguém que o homem se conhece pelo seu estilo: estilo escrito ou falado. Assim, as pessoas que têm vontade e intenções definidas, falam sempre claro; as que têm na cabeça ideias confusas, intenções confusas e vontade e atitudes também confusas, falam sempre confuso.

Eu, sr. presidente, sempre falei claro, não gosto dos homens que falam confusamente; gosto que digam tal e qual aquilo que pensam e querem.

O sr. presidente do Ministério nesta afirmação pretende reeditar essa afirmação? É uma pergunta tão clara que me parece dever merecer uma resposta igualmente clara."[351]

Hábil, como (quase) sempre, António Maria da Silva responderia assim:

"Onde está na declaração ministerial qualquer palavra de que se depreenda que se afirma que s. ex.ª é cúmplice ou não da Legião Vermelha?

Já é ver demais!

Parece, sr. presidente, que há gente que não entende aquilo que eu digo."[352]

Tendo escapado, pela margem mínima, à moção de desconfiança apresentada por Sá Cardoso[353], o governo confrontar-se-ia, dias mais tarde, com nova investida da

[351] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de julho de 1925, p. 41-45.

[352] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 6 de julho de 1925, p. 52.

[353] A moção foi rejeitada com 51 votos a favor e 52 votos contra. José Domingues dos Santos e o seu grupo estavam, naturalmente, entre os deputados que apoiaram a moção (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 6-7-1925, p. 54-55).

JoseDominguesDosSantos.indb 105 12/10/2012 14:42

Ação Republicana. No dia 15, dava-se início ao debate, proposto pelo deputado Ângelo Sampaio e Maia, subordinado ao tema "O governo e a ordem pública". Face ao resultado da votação do dia 6, não entendia esse deputado por que razão o governo não apresentara ainda uma moção de confiança. Em sua opinião, se isso não viesse a ser feito, o governo não tinha condições para continuar. Restar-lhe-iam, pois, dois caminhos: apresentar a demissão ou pedir ao presidente da República a dissolução parlamentar.[354]

Como o governo não a apresentou, no dia seguinte foi o deputado nacionalista Pedro Pita a mandar para a Mesa uma moção de desconfiança. A ausência de alguns deputados nortenhos, fundamentais para que o governo conseguisse escapar a uma derrota anunciada, prolongou o debate pela noite dentro e pelo dia seguinte. João Camoesas falou cerca de nove horas; Agatão Lança "continuou a corrida obstrucionista de resistência", falando mais quatro horas.[355] Esforço vão e inglório o desses deputados democráticos. A moção acabaria por ser aprovada: 58 deputados votaram a favor; 49, contra.[356]

António Maria da Silva não anunciou, porém, a sua demissão: limitou-se a dizer que iria dar conhecimento ao presidente da República do que se passara no parlamento. Pretendia o chefe do governo que o Senado também se pronunciasse. Contrariamente ao que acontecera na Câmara dos Deputados, o Senado aprovaria folgadamente a moção de confiança apresentada pelo independente (ex-sidonista) Vicente Ramos.[357]

De nada adiantaram os argumentos dos que afirmavam que o Senado, a não ser pela Mesa, não podia tomar conhecimento dos assuntos da Câmara dos Deputados. "Crime constitucional", diria Álvaro de Castro.[358] Perante as reações negativas da imprensa e, sobretudo, pela recusa da dissolução parlamentar pedida ao presidente da República, António Maria da Silva apresentou finalmente, a 20 de julho, a sua demissão.[359]

José Domingues dos Santos, que após a sua irradiação do PRP constituíra, com outros deputados irradiados, o Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática, era favorável a uma solução governativa chefiada por Bernardo Faria. Este general, porém, declinaria o convite de Teixeira Gomes, tal como, aliás, Pedro Martins, sabedor da oposição que o seu nome suscitava no PRP e no PRN. A escolha do presidente da República recaiu, uma vez mais, em Domingos Pereira, então presidente da Câmara dos Deputados.

---

[354] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15 de julho de 1925, p. 22.

[355] *Diário de Lisboa*, 1 de julho de 1925, 17 de julho de 1925, p. 8.

[356] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 16 e 17 de julho de 1925, p. 98.

[357] A moção era do seguinte teor: "Considerando que pertence exclusivamente ao sr. presidente da República nomear e demitir livremente os Ministros, segundo reza o artigo 47.º da Constituição; Considerando que assim nenhuma indicação lhe pode ser dada a respeito da pessoa que tem de organizar o Ministério e seus colaboradores: o Senado, exprimindo mais uma vez a sua confiança ao governo, passa à ordem do dia." Votada separadamente, a primeira parte foi aprovada com 35 votos a favor e seis contra; a segunda parte com 28 votos a favor e 10 contra (*Diário do Senado*, Sessão, de 17-7-1925, p. 7 e 17).

[358] *O Mundo*, 18 de julho de 1925, p. 1.

[359] Na carta enviada ao presidente da República, a 17 de julho, António Maria da Silva considerava inviável a formação de um "governo de qualquer partido ou fação das minorias" face à composição do Congresso. Só podia, pois, "governar eficazmente" se lhe fosse "concedida a dissolução das Câmaras Legislativas" (*O Rebate*, 18-7-1925, p. 1).

JoseDominguesDosSantos.indb 106 12/10/2012 14:42

A composição do novo governo não agradou aos esquerdistas.[360] A sua fórmula, diziam, fora imposta pelo diretório do PRP. Não se tratava de "um governo de conciliação e muito menos de concentração republicana". Não podiam, pois, concordar com a solução apresentada. Parlamentarmente, era "inviável"; partidariamente, representava apenas "uma estreita política de fação". Era, em suma, "atentatória dos legítimos direitos do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática". Daí que, "em obediência aos mais altos interesses da República", esperassem que essa fórmula fosse modificada e se organizasse um ministério que pudesse satisfazer "as legítimas aspirações da opinião republicana"[361].

Apesar das reservas suscitadas, a fórmula manteve-se, sob pena de a crise se agravar com a provável demissão do presidente da República. A 5 de agosto, Domingos Pereira leu a sua declaração ministerial na Câmara dos Deputados. O seu programa era simples: "à sobre-excitação das paixões, à conflagração das tendências excessivamente combativas", oporia o governo "uma serena atuação apaziguadora". Estando previsto que viesse "a presidir ao funcionamento dos colégios eleitorais", procuraria "garantir a maior liberdade ao exercício da soberania da Nação". Fora isso, era sua intenção "honrar o regime, tratando de pôr em prática os critérios administrativos cientificamente melhores e moralmente mais perfeitos"[362].

Nessa sessão, após apresentar formalmente o novo grupo parlamentar de que fazia parte, José Domingues dos Santos, dirigindo-se a Domingos Pereira, diria:

> "Sr. presidente: temos apenas uma reclamação a fazer, e não a queremos fazer ao ouvido de ninguém, mas perante v. ex.ª, diante de toda a Câmara e do país: queremos que não nos roubem nas eleições, desejamos que não nos persigam.
>
> Dentro desse caminho poderemos entender-nos com toda a gente.
>
> Tanto nos importa que seja v. ex.ª que presida às eleições, como qualquer outro político.
>
> Temos apenas esta aspiração: é que nos deixem viver à luz do sol, combatermos à luz do sol; queremos viver à luz do sol!"[363]

Mais céticos quanto às intenções do governo e, sobretudo, julgando-se eles próprios com direito a governar, os nacionalistas, através de Pedro Pita, apresentariam uma moção de desconfiança no dia seguinte. A moção, porém, foi derrotada por larga margem (64 votos contra; 29 a favor), pela força conjunta dos deputados democráticos (*bonzos* e *canhotos*), acionistas, católicos e independentes.[364]

O encerramento dos trabalhos parlamentares (15 de agosto) e o julgamento dos implicados na tentativa golpista de 18 de abril (em setembro) acabaram por desviar a atenção da imprensa e da opinião pública das atividades governativas. Domingos Pereira pôde, pois, aguentar o barco, sem grandes oscilações, até ao ato eleitoral de 8 de novembro.

---

[360] O governo de Domingos Pereira, constituído por democráticos de direita e independentes, esteve em funções de 1 de agosto a 17 de dezembro de 1925.

[361] *O Mundo*, 30 de julho de 1925, p. 1.

[362] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de agosto de 1925, p. 7-8.

[363] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de agosto de 1925, p. 20-21.

[364] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 6 de agosto de 1925, p. 26-27.

JoseDominguesDosSantos.indb 107 12/10/2012 14:42

Ação parlamentar de José Domingues dos Santos
LEGISLATURA DE 1922-1925
Duração: de 15 de fevereiro de 1922 a 13 de agosto de 1925[365]

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
2	23-2-1922	×		Opõe-se à discussão de um requerimento do deputado monárquico Carvalho da Silva, alegando a inconstitucionalidade dos projetos apresentados. Discute e apoia uma proposta de duodécimos apresentada pelo ministro das Finanças (Portugal Durão).
3	24-2-1922	×		Intervém no debate político sobre o programa ministerial.
12	15-3-1922	×		Defende a obra de assistência da Junta Geral do Porto, alvo de um ataque do deputado monárquico Carvalho da Silva, que a acusou de ser uma corporação política e partidária.
17	22-3-1922	×		Apoia a aprovação de uma proposta do ministro das Finanças sem as emendas pretendidas pelo deputado Dinis da Fonseca.
23	30-3-1922	×		Intervém no debate sobre o parecer n.º 12, que suspende a execução da lei n.º 1239, de 24 de fevereiro de 1922, relativa às promoções dos oficiais do Exército, que considera inconstitucional. Manda para a Mesa uma proposta de substituição, anulando a referida lei.
37	8-5-1922	×		Intervém no debate sobre o conflito aberto entre a Faculdade de Medicina de Lisboa e o ministro da Instrução (Augusto Nobre), motivado pela transferência de um professor (Fausto Patrício Lopo de Carvalho). Manda para a Mesa uma moção de confiança ao governo, considerando que o decreto que transferiu o referido professor foi lavrado em inteira harmonia com a lei.
51	24-5-1922	×		Discorda de um requerimento do deputado Lelo Portela, que pedia urgência, e dispensa do Regimento, para discutir, na ordem do dia, um projeto sobre automóveis militares.
61	1-6-1922	×		Intervém sobre o modo de votar num "negócio urgente" do deputado Paulo Cancela de Abreu (atos praticados pelo Alto Comissário da província de Angola).
97	7-7-1922	×		Subscreve um projeto de lei consentindo à Câmara Municipal do Porto levantar 500 000$00 para complemento do empréstimo de 3 000 000$00, que fora autorizada a contrair.
119	28-7-1922	×		Responde a Cunha Leal, a propósito dos acontecimentos de 19 de outubro.

[365] Síntese das intervenções parlamentares de José Domingues dos Santos (como deputado, eleito pelo círculo do Porto e como ministro). Não se assinalam as sessões em que não usou da palavra.

JoseDominguesDosSantos.indb 108 12/10/2012 14:42

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
125	4-8-1922	×		Subscreve um projeto de lei autorizando o governo a contrair um empréstimo destinado à construção do novo edifício para a Escola Industrial Infante D. Henrique, do Porto, e aquisição do necessário mobiliário e material de ensino.
139	23-8-1922	×		Declara que os democráticos abandonarão os trabalhos parlamentares se os liberais o fizerem. Face ao abandono dos liberais, propõe que o presidente da Câmara dos Deputados faça diligências para que voltem a colaborar nos trabalhos, suspendendo-se a sessão.
164	8-11-1922	×		Coloca-se ao lado do governo na rejeição de movimentos revolucionários.
166	17-11-1922	×		Manda para a mesa (e justifica) uma moção de confiança ao governo.
1	2-12-1922	×		Saúda o novo presidente da Câmara dos Deputados (Sá Cardoso).
6	11-12-1922	×		Intervém no debate político sobre o programa ministerial.
9	14-12-1922	×		Diz que o PRP não reconhece, não reconheceu nem reconhecerá Sidónio Pais como presidente. Em termos pessoais, considerava-o "um simples aventureiro", "um traidor à Pátria".
23	24-1-1923	×		Numa intervenção sobre o dezembrismo, dá conta de uma denúncia sobre a existência de um comité internacional, que tinha por fim perturbar a vida portuguesa e, eventualmente, provocar uma intervenção estrangeira. Acusa os monárquicos de terem pretendido diminuir o valor do esforço de Portugal na Grande Guerra.
36	22-2-1923	×		Pronuncia-se sobre o incidente levantado entre o deputado António Maia (oficial do Exército) e o ministro da Guerra (Fernando Freiria) e manda para a Mesa uma moção de confiança ao referido ministro.
57	23/24-3-1923	×		Homenageia o deputado nacionalista Alberto Xavier, que se manifestara ofendido pela maioria democrática face à sua posição relativa a um empréstimo solicitado pelo governo.
67	24-4-1923	×		Pronuncia-se sobre o modo de votar relativamente às propostas de alterações ao Regimento apresentadas pelo deputado António Fonseca.
69	26-4-1923	×		Requer o prolongamento da sessão.
75	2-7-5-1923	×		Defende a conclusão das obras do porto de Leixões. Protesta pela forma como alguns deputados procuraram impedir a discussão da proposta de orçamento do Ministério do Comércio.

(Continua)

JoseDominguesDosSantos.indb 109 12/10/2012 14:42

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
77	9-5-1923	×		Saúda as senhoras que se encontravam na sala distribuindo flores e adquirindo meios em benefício da Sociedade da Cruz Vermelha. Propõe, e é aprovado, que em homenagem às senhoras presentes, a sessão se suspenda por cinco minutos e se nomeie uma comissão para as acompanhar até à saída do edifício do parlamento. Associa-se ao desejo manifestado pelo presidente da Câmara dos Deputados (Sá Cardoso), para que se nomeasse uma comissão encarregada de escolher o representante à Conferência Interparlamentar.
79	10-5-1923	×		Pronuncia-se sobre a renúncia de Sá Cardoso do cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Faz algumas considerações sobre as desinteligências no seio do grupo parlamentar nacionalista, que levaram à renúncia de Cunha Leal.
84	16-5-1923	×		Defende a reorganização dos serviços militares fora da discussão do respetivo orçamento. Preconiza um orçamento reduzido, "à inglesa." Requer a suspensão da discussão sobre o parecer n.º 465 – isenções à fábrica de cimentos de Leiria – para que possa continuar, nessa sessão, a discussão dos orçamentos.
93	25-5-1923	×		Acusa o deputado António Fonseca de se intrometer nos assuntos internos do PRP.
108	14-6-1923	×		Refere-se a uma moção aprovada pelo grupo parlamentar do Partido Republicano Nacionalista, lavrando o seu protesto pelas afirmações injustas e caluniosas nela contidas.
113	21-6-1923	×		Pronuncia-se sobre a discussão dos orçamentos e causas da sua demora e atraso.
163	19-11-1923	×		Intervém no debate político sobre o programa ministerial.
164	20-11-1923	×		Intervém novamente no debate político sobre o programa ministerial. Rebate algumas afirmações do presidente do Ministério (Ginestal Machado).
168	26-11-1923	×		Pronuncia-se desfavoravelmente relativamente a uma proposta do deputado António Fonseca (que acabará por ser retirada), que autorizava o Estado a receber do Banco de Portugal um suprimento especial de 40 000 contos, destinado ao pagamento da parte ainda em dívida do material encomendado pelos estabelecimentos do Estado, por conta das reparações alemãs, que o Reich se negava a satisfazer.
1	2-12-1923	×		Usa da palavra para saudar o novo presidente da Câmara dos Deputados, Domingos Pereira.
4	5-6-12-1923	×		Usa da palavra para explicações relativamente à sua nomeação para administrador da Companhia de Moçambique.
9	13-12-1923	×		Justifica a não aprovação de uma moção de confiança ao governo de Ginestal Machado apresentada pelo deputado Álvaro de Castro.

JoseDominguesDosSantos.indb 110 12/10/2012 14:42

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
18	1-1-1924		×	Responde ao deputado Torres Garcia, a propósito da dissolução da direção da Cantina "Bernardino Machado", de Coimbra.
41	21-2-1924		×	Responde ao deputado Hermano de Medeiros, a propósito de alegadas irregularidades de um funcionário do Registo Predial de Lisboa.
43	25-2-1924		×	Responde ao deputado Carlos Pereira, a propósito de factos referentes ao Hospital de D. Leonor, das Caldas da Rainha.
44	26-2-1924		×	Manda para a Mesa três propostas de lei (funcionalismo dos tribunais, serviços de proteção a menores delinquentes e inspeções das comarcas), pedindo a urgência para a primeira, que é concedida. Reponde ao deputado Carvalho da Silva, a propósito do problema do inquilinato. Solidariza-se com o deputado António Correia, que denunciara ter sido alvo de uma tentativa de agressão por um juiz de primeira instância no edifício do parlamento.
47	29-2-1924		×	Responde ao deputado Carvalho da Silva, a propósito de um assunto relacionado com o Banco de Portugal.
48	10-3-1924		×	Solicita ao parlamento autorização para reforçar a verba para sustento dos presos. Em resposta ao deputado António Correia, faz algumas considerações sobre o regime prisional, que considera mais de depravação do que de regeneração. Responde ao deputado Carvalho da Silva afirmando ser propósito firme do governo não aumentar a circulação fiduciária. Declara ainda não ter quaisquer relações com a moagem.
50	12-3-1924		×	Em resposta ao deputado Alberto Jordão, justifica a nomeação do secretário da comissão concelhia dos bens da Igreja em Évora.
57	21-3-1924		×	Responde ao deputado Paulo Cancela de Abreu, a propósito da apreensão do jornal *A Vanguarda*.
61	28-3-1924		×	Responde ao deputado Novais de Medeiros, a propósito da transferência do notário de Freamunde para Paços de Ferreira.
63	1-4-1924		×	Responde ao deputado Vasco Borges, a propósito de um pretenso convite do governo à oficialidade da esquadra inglesa para jantar numa casa de má nota. Mais adiante diria que o banquete não se realizara numa casa de batota, mas sim no Avenida Palace. Refuta uma acusação desse mesmo deputado, afirmando nunca ter sido monárquico.
64	2-4-1924		×	Responde ao deputado Afonso de Melo, que pediu providências para a situação dos oficiais de Justiça.
66	4-4-1924		×	Responde ao deputado Tavares de Carvalho, a propósito de assuntos do inquilinato. Solicita a autorização da Câmara para que entre em discussão o projeto de lei relativo à nova tabela dos emolumentos judiciais.

(Continua)

JoseDominguesDosSantos.indb 111 12/10/2012 14:42

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
69	9-4-1924		×	Responde ao deputado Tavares de Carvalho, a propósito da carestia de vida, e ao deputado Jorge de Vasconcelos Nunes, que acusara de incúria os delegados do Ministério Público.
70	10-4-1924		×	Troca explicações com o deputado Paulo Cancela de Abreu acerca da questão do inquilinato e das reclamações das Misericórdias.
71	11-4-1924		×	Responde ao deputado Torres Garcia, que pedia providências contra a influência do espírito clerical na Universidade de Coimbra, e ao deputado Bartolomeu Severino, que denunciou os sucessivos clamores contra a falta de pagamento aos professores primários. Faz algumas considerações sobre a necessidade de se votar rapidamente a proposta de lei sobre a tabela dos emolumentos judiciais. Rejeita uma alteração a essa proposta preconizada pelo deputado Afonso de Melo.
87	21-5-1924		×	Responde ao deputado Paulo Cancela de Abreu, a propósito da cédula pessoal e da hipotética criação de mais uma vara no Tribunal do Comércio de Lisboa.
90	27-5-1924		×	Em resposta ao deputado Cunha Leal, esclarece algumas declarações feitas ao diário *O Mundo*.
101	12-6-1924		×	Responde ao deputado Morais Carvalho, que denunciou os abusos do oficial do registo civil de Pampilhosa da Serra.
105	18-6-1924		×	Requer que entre em discussão, logo a seguir à proposta sobre atualização de impostos, o projeto de lei referente ao inquilinato.
106	19-6-1924		×	Pede à comissão de Legislação que retire o pedido de renúncia.
107	20-6-1924		×	Responde ao deputado Sá Pereira, que pediu o cumprimento integral da Lei da Separação do Estado das Igrejas, e apresenta uma proposta de lei declarando sem efeito o decreto n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918, e repondo em vigor as disposições legais por ele alteradas ou revogadas. Requer a urgência, que é aprovada.
129	3-7-1924	×		Lembra ao presidente da Câmara dos Deputados ter pedido que a lei do Inquilinato entrasse em discussão, com ou sem parecer, logo após a votação da lei sobre a atualização dos impostos.
132	28-7-1924	×		Usa da palavra sobre o modo de votar o requerimento do deputado Marques Loureiro relativo à lei do Inquilinato.
133	29-7-1924	×		Apresenta um requerimento para que se discuta a proposta de lei relativa ao Inquilinato.
139	6-8-1924	×		Usa da palavra sobre o modo de votar uma proposta de lei, sobre duodécimos e autorizações, apresentada pelo presidente do Ministério Rodrigues Gaspar.
144	13-8-1924	×		Defende alguns princípios estabelecidos na lei do Inquilinato.
147	19/20-8-1924	×		Ataca o acordo estabelecido entre o Estado e a Companhia dos Tabacos, que considera absolutamente infeliz.

JoseDominguesDosSantos.indb 112 12/10/2012 14:42

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
151	6-11-1924	×		Pronuncia-se contra a continuação do debate político estando ausente o presidente do Ministério.
153	10-11-1924	×		Usa da palavra sobre o modo de votar um requerimento, sobre verbas para estradas, apresentado pelo deputado Jorge de Vasconcelos Nunes.
154	12-11-1924	×		Usa da palavra sobre o modo de votar um projeto de lei, sobre os liceus, apresentado pelo deputado Joaquim Brandão.
158	18-11-1924	×		Pronuncia-se sobre um projeto de lei relativo a feriados e a uma moção, sobre encargos financeiros contraídos pela colónia de Angola, apresentada por António Maria da Silva.
161	27-11-1924		×	Lê a declaração ministerial, na qualidade de presidente do Ministério.
162	28-11-1924		×	Participa no debate político suscitado pela apresentação da sua declaração ministerial.
18	19-1-1925		×	Responde ao deputado Carlos Pereira, que se ocupou de interesses dos empregados do Hospital da Rainha D. Leonor, nas Caldas da Rainha, e igualmente de interesses da marinha mercante.
20	21-1-1925		×	Apresenta uma proposta de lei de crédito para a celebração do 4.º centenário da morte de Vasco da Gama.
21	22-1-1925		×	Manifesta-se sobre a aceitação e rejeição das moções suscitadas pelo decreto da organização bancária.
23	2-2-1925		×	Responde a vários deputados, citando explicitamente Cunha Leal, fazendo afirmações que definem a sua atitude política.
25	4-2-1925		×	Responde aos deputados Pedro Pita e Carvalho da Silva, que se pronunciaram, respetivamente, sobre a questão do pão e sobre a forma como estavam a decorrer as operações do recenseamento eleitoral.
27	6-2-1925		×	Presta esclarecimentos sobre uma proposta de lei autorizando o governo a acordar com o Banco de Portugal a organização do maneio cambial. Responde aos deputados Morais Carvalho e Carvalho da Silva, que protestaram contra a dissolução da Associação Comercial de Lisboa.
28	9-2-1925		×	Responde ao deputado David Rodrigues, que, em negócio urgente, se ocupou das palavras atribuídas ao presidente do Ministério, proferidas das janelas do Ministério do Interior, em face da multidão que fora até ali manifestar-se em favor do governo.
29	10-2-1925		×	Responde aos deputados que atacaram o governo.
33	19-2-1925	×		Intervém no debate político decorrente da apresentação da declaração ministerial de Vitorino Guimarães.
52	23-3-1925	×		Envia para a Mesa um projeto de lei, concedendo amnistia para determinados crimes, delitos e infrações, para o qual requer urgência, que é concedida.
61	3/4-4-1925	×		Critica o aumento do preço dos fósforos e a diminuição das garantias laborais aos trabalhadores desse setor.

(Continua)

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
62	6-4-1925	×		Pronuncia-se novamente acerca da indústria fosforeira.
63	14-4-1925	×		Acusa o deputado Carvalho da Silva de estar a fazer obstrucionismo à ação do governo e a defender os interesses da Companhia dos Fósforos.
70	27/28-4-1925	×		Pronuncia-se sobre a apresentação do novo ministro da Guerra (coronel Mimoso Guerra) e manda para a Mesa uma proposta no sentido de a Câmara tomar a iniciativa do adiamento dos trabalhos parlamentares.
82	18-6-1925	×		Pronuncia-se sobre um conflito travado entre os deputados João Camoesas e Carvalho da Silva.
83	19-6-1925	×		Defende a organização das Forças Armadas em moldes democráticos; ataca as deportações sem prévio julgamento dos acusados.
93	6-7-1925	×		Intervém no debate político decorrente da apresentação da declaração ministerial de António Maria da Silva.
101	16/17-7-1925	×		Declara ter aprovado a moção do deputado Pedro Pita apenas na parte que dizia – "manifesta a sua desconfiança ao governo" -, não perfilhando qualquer dos outros considerandos dessa moção.
106	5-8-1925	×		Intervém no debate político decorrente da apresentação da declaração ministerial de Domingos Pereira. Comunica a constituição do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática.
107	6-8-1925	×		Justifica a rejeição da moção de desconfiança apresentada pelo deputado Pedro Pita.
112	14-8-1925	×		Usa da palavra sobre o modo de votar um requerimento do deputado Tavares Ferreira. Declara que o Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática, dentro das fórmulas regimentais, usará de todos os meios de oposição ao projeto que trata do afastamento dos oficiais implicados no movimento de 18 de abril. Questiona o ministro das Finanças (Torres Garcia) se era propósito do governo, ao celebrar o contrato com o Banco de Portugal, revogar a reforma bancária.

JoseDominguesDosSantos.indb 114 12/10/2012 14:42

III

Da Esquerda Democrática ao 28 de Maio (1925-1926)

1. Antecedentes da Esquerda Democrática

Em finais de março de 1919, tendo em vista a resolução da crise ministerial, José Relvas, presidente (demissionário) do Ministério, defendeu a dissolução dos partidos. Era preciso, dizia, uma "nova arrumação das forças partidárias, de modo a evitar o absurdo duma República governada apenas pelos democráticos". Apesar de estar convencido de que isso não chegaria a concretizar-se, avançou com essa proposta. Acreditava que a solução do problema político passaria pelo regresso ao rotativismo de dois partidos, um moderado e outro radical.

O apelo de José Relvas (que o presidente da República, Canto e Castro, subscrevia) teve naturalmente eco nos diretórios partidários. Adeptos da solução proposta, o unionista Moura Pinto e o então democrático Álvaro de Castro mostraram-se disponíveis para liderar esses dois novos partidos.[1] O primeiro confiava que as alterações que propusera, enquanto ministro da Justiça, à Lei da Separação do Estado das Igrejas, atrairiam os setores moderados dos evolucionistas e dos democráticos; o segundo contava federar os setores mais radicais do PRP. À margem das conversas ficou António José de Almeida, que, magoado com essa atitude, resolveu propor a dissolução do seu partido, impondo, simultaneamente, a apresentação de idênticas propostas aos outros dois partidos nos respetivos congressos. O compromisso foi aceite. Ressalvaram, porém, os unionistas e os democráticos que o compromisso se limitava apenas à apresentação da proposta e não à defesa da sua efetivação. A dissolução, porém, como antecipava José Relvas, não se faria. Tudo isso não passaria, afinal, de "mais um ato da grande comédia política, desprestigiante para os partidos e prejudicial para a Nação"[2].

Os acontecimentos que se seguiram não lhe deram inteiramente razão. Se o regresso ao rotativismo se revelou uma utopia, a verdade é que o espectro político partidário português não tardaria a sofrer profundas alterações. Estas não aconteceram,porém,

---

[1] A disponibilidade destes dois políticos para avançarem para a chefia dos partidos decorria da indisponibilidade de Brito Camacho, que manifestava por essa altura o propósito de se afastar da vida partidária – o que de facto viria a acontecer com a sua nomeação, em 1920, para alto-comissário em Moçambique – e do exílio voluntário a que Afonso Costa se remetera em Paris.

[2] José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol. 2, 1978, p. 191-193.

JoseDominguesDosSantos.indb 115 12/10/2012 14:42

no sentido desejado por José Relvas, bem pelo contrário. De facto, em vez de diminuir, esse espectro partidário foi significativamente pulverizado, sobretudo à direita do PRP.

Convicto também de que os democráticos não aceitariam a dissolução do seu partido, a 13 de abril o sidonista Alberto Madureira sugeriu a criação de um força conservadora, de modo a construir uma alternativa ao PRP. Três dias mais tarde, centristas, unionistas e evolucionistas tentaram organizar um Partido Republicano Reformador, projeto que falhou por oposição dos evolucionistas. Entre estes, havia, porém, quem preconizasse a formação de um grande partido moderado, por oposição a um grande partido radical. Tal era o caso do jornalista e político Joaquim Ribeiro de Carvalho.[3]

Em finais de setembro de 1919, evolucionistas e unionistas acordaram na sua fusão, dando origem, em outubro, ao Partido Republicano Liberal, que engrossaria rapidamente as suas fileiras após a entrada de militantes do Partido Nacional Republicano, cujo líder, por morte de Sidónio Pais, era então Egas Moniz.

Alguns deputados evolucionistas, porém, não concordaram com essa fusão, o que, aliás, já haviam transmitido ao líder do partido, António José de Almeida, em 24 de abril. Daí que, logo em 8 de outubro, liderados por Júlio Martins, tenham anunciado a constituição do Grupo Parlamentar Popular. Não tardou a que alguns deputados democráticos a eles se juntassem, dando origem ao Partido Republicano Popular, uma "patrulha" efémera que, como diria Cunha Leal, que dele fez parte, "não resistiu à prova real duma eleição parlamentar"[4].

O PRP, sendo, como era, o partido mais poderoso do regime, estava longe de constituir uma força homogénea. Os interesses que federava eram muitos e variados. Daí que o diário portuense *A Montanha* questionasse:

> "Partido democrático? Qual? O de Afonso Costa? O de Domingos Pereira? O de António Maria da Silva? O de Álvaro de Castro? Valha-nos Deus!"[5]

O de Afonso Costa, seguramente, já não era. De facto, no dia 3 de março, o histórico líder democrático, já então residente em Paris, em carta dirigida ao diretório do PRP declarava renunciar "a toda a atividade partidária e a qualquer candidatura"[6]. Apesar de instado por militantes e comissões lisboetas a permanecer nas fileiras do partido, persistiria na sua posição. Isso não obstou, porém, a que os dirigentes do PRP voltassem a colocar o seu nome na lista de candidatos pelo círculo oriental de Lisboa nas eleições legislativas de 11 de maio, situação que se repetiria nas eleições seguintes. Eleito em todas elas, Afonso Costa não voltaria, porém, a ocupar o seu lugar na Câmara dos Deputados; situação semelhante ocorreria a nível partidário, já que, também aqui, o seu nome continuou a constar das listas dos sucessivos diretórios sufragados nos congressos do PRP.

---

[3] José Adelino Maltez, *Tradição e revolução. Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, Vol. II, Lisboa, Tribuna, 2005, p. 258-259.

[4] Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p 191. Como o Partido Republicano Popular não conseguiu qualquer mandato nas eleições de julho de 1921, acabou por desaparecer discretamente da cena política.

[5] *A Montanha*, 21 de setembro de 1919, p. 1.

[6] *O Mundo*, 1 de maio de 1919, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 116 12/10/2012 14:42

Tendo em conta este quadro, era grande a expectativa à volta do congresso democrático que teria lugar, em Lisboa, de 25 a 27 de outubro.[7] Logo no início dos trabalhos, os congressistas foram confrontados com a proposta de dissolução apresentada por João Luís Ricardo. O diretório tomara esse compromisso de honra e, naturalmente, cumpria a palavra dada. A reação na sala foi imediata: em coro, os congressistas gritavam "fora a dissolução", dando vivas ao PRP. Tomando a palavra, Pereira Osório, histórico republicano portuense, diria que a proposta podia considerar-se reprovada, já que a assembleia nem sequer a admitira à discussão.[8]

Dois factos significativos ocorreram nesse congresso, ambos na última sessão (27 de outubro): a adesão de Leonardo Coimbra[9] e a eleição de José Domingues dos Santos para o diretório.[10] A sua chegada ao topo da elite dirigente do PRP, apesar de ser já visto em Lisboa como o líder dos democráticos portuenses, não deixou de ser surpreendente. Mais natural seria que tivesse sido escolhido para a junta consultiva ou para a junta arbitral. Até porque, mesmo sem ter intervindo no congresso, se lhe conheciam ideias que, na prática, consubstanciavam o fim do PRP. De facto, em finais de maio, em entrevista ao diário *O Norte*, José Domingues dos Santos, crente que a política partidária iria "remodelar-se profundamente" e que do novo parlamento iriam sair, "diferenciadas, novas correntes políticas" que se formariam "em torno de programas e não em volta de homens", alinhava claramente ao lado dos que pensavam ser inevitável a formação de um "partido conservador" e de um "partido republicano radical ou radical socialista". Com grande frontalidade, não se inibiria de afirmar que seria no último que viria "a enfileirar." Isto porque era dos que entendiam "que o caminho é para a esquerda". Estava convicto também que a sua decisão seria a do "grosso" do PRP.[11]

O novo diretório espelhava, evidentemente, as forças que se digladiavam no interior do PRP, que, com o autoafastamento de Afonso Costa, não tardaram a manifestar-se à luz do dia. Tão evidente era esse esfacelamento que, no final do ano, a imprensa dava já como adquirida a próxima formação de um partido republicano radical (que congregaria democráticos e populares), em oposição ao Partido Liberal, que constituiria o partido conservador. Como "fiel da balança entre os dois", surgiria

---

7 A sessão inaugural do congresso do PRP decorreu no Salão do Conservatório; as restantes sessões, por necessidade de mais espaço, na Biblioteca da Academia de Ciências.

8 *O Mundo*, 26 de outubro de 1919, p. 1.

9 Justificando a sua adesão ao PRP, Leonardo Coimbra diria estar aí "a grande força da República, a sua alma" (*O Século*, 28-10-1919, p. 2). Em contraponto com a sua atitude, logo no dia seguinte, Ramada Curto enviaria uma carta ao novo diretório desvinculando-se do partido. Nessa carta, anunciava as razões do seu afastamento, dizendo que a coesão do PRP era "uma coisa artificial, um enorme aglutinado de interesses e mentalidades divergentes". Para Ramada Curto, "um partido assim constituído não anda – patina, como os automóveis em terreno escorregadio" (*O Século*, 31-10-1919, p. 1).

10 O diretório do PRP eleito em 1919 tinha a seguinte composição: efetivos – Afonso Costa, Álvaro de Castro, António Maria da Silva, Domingos Leite Pereira, José Domingues dos Santos, José Maria Barbosa de Magalhães, José Nunes Loureiro, Mariano Martins e Vitorino Guimarães; substitutos – António Pires de Carvalho, Artur Cohen, Baltasar Teixeira, Domingos Frias de Sampaio e Melo, Francisco Peres Trancoso, João Antunes Batista, João Camoesas, João Vaz Guedes e Manuel Pinto de Azevedo (*Diário de Notícias*, 28-10-1919, p. 2).

11 *O Norte*, 27 de maio de 1919, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 117 12/10/2012 14:42

"um verdadeiro partido do centro", com todos os que não se revissem nesses dois partidos, isto é, todos os que não se inclinassem para a esquerda ou para a direita.[12]

Como de costume, o prognóstico da imprensa não se confirmou e não houve qualquer junção de democráticos e populares. Pelo contrário: o que sucedeu foi uma importante cisão no PRP, protagonizada por Álvaro de Castro, anunciada em 9 de março de 1920, da qual resultou a constituição do Grupo Republicano de Reconstituição Nacional, embrião do que seria, a partir de junho desse ano, o Partido Republicano de Reconstituição Nacional. José Domingues dos Santos, segundo o seu próprio testemunho, tentou evitar a cisão, mediando o conflito então surgido entre Álvaro de Castro e António Maria da Silva.[13] Um e outro procuravam organizar um novo governo: o primeiro com os liberais; o segundo com os populares e com António Granjo. Ambos se diziam, porém, identificados com o PRP.[14] No que dizia respeito a Álvaro de Castro, como se viu, os factos que se seguiram desmentiram essa afirmação.

A nova formação política, porém, não correspondia ainda ao partido alternativo ao PRP que Álvaro de Castro ambicionava constituir. Daí que, em 21 de outubro, na sala da presidência da Câmara dos Deputados, se tivesse reunido formalmente, em representação dos reconstituintes, com António Granjo (pelos liberais) e Domingos Pereira (então membro do chamado Grupo Parlamentar Dissidente). Os três parlamentares assentaram "solenemente, por compromisso de honra", fazer a fusão das forças que representavam num "grande partido político". A solução era patrocinada pelo presidente da República, António José de Almeida, em casa do qual, três dias antes, todos haviam conferenciado.[15] A ideia, que não se concretizou nos meses seguintes, acabaria por se tornar inviável com os acontecimentos trágicos que ocorreriam em 19 de outubro de 1921.

Entretanto, decorrente do abandono de Afonso Costa, o diário *O Mundo* continuava a fazer eco da crise que se acentuara no PRP. Perante as notícias de que no próximo congresso democrático entraria em discussão um novo programa, dizia esse jornal:

---

[12] *O Norte*, 16 de dezembro de 1919, p. 1.

[13] Nessa carta, dizia José Domingues dos Santos: "Escrevo-lhe ainda debaixo da impressão dolorosa que me ficou da última reunião do Grupo Parlamentar Democrático. Vim de lá muito aborrecido. O meu trabalho de ligação entre o dr. Álvaro de Castro e António Maria da Silva está completamente perdido. Hoje zangaram-se mais que nunca e pouco faltou para se esmurrarem. E tudo isto por questiúnculas mínimas absolutamente pessoais, sem grandeza, nem patriotismo. Enfim tudo desfeito… e não sei mesmo se a tanto resistirá o próprio partido. Temo que tudo se dissolva. […] Hoje voltei para casa com a impressão de que o nosso partido está condenado a desaparecer, mercê das ambições pessoais dos seus dirigentes. Que fazer? Nem eu sei. Por agora ainda não perdi a coragem nem a fé. Isto há de salvar-se. Como não sei. Mas um futuro próximo no-lo dirá, talvez bem amargamente." (APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos,* [25-2-1920]. O destinatário, não identificado, deverá ter sido António Resende.)

[14] Em nova carta, dizia José Domingues dos Santos: "Já descobri que o dr. Álvaro, por um lado, procura aliar-se com os elementos liberais para organizar gabinete e que o António Maria, por outro, procura aliar-se com os populares e com o António Granjo para organizar também Ministério. Este é protegido por determinados elementos militares, aquele por outros. Isto já eu averiguei com tanta certeza que as minhas informações foram por eles próprios confirmadas." (APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, [27-2-1920]. O destinatário, não identificado, é muito provavelmente António Resende.)

[15] APDP, *Domingos Pereira – Notas políticas – 1919, 1920, 1921*, p. 15 (manuscrito).

JoseDominguesDosSantos.indb 118 12/10/2012 14:42

> "Que importa atualizar um programa, se ele não tem viabilidade? Fazer mais retórica, alongar o rol das promessas que se não cumprem? [...] O que se torna essencial é modificar o funcionamento do partido, que, sem agravo, podemos afirmar ser mau."[16]

Era necessário, insistia o jornal, que o PRP procurasse "os remédios enérgicos" para fazer desaparecer o mal que o minava.[17] Esses remédios passavam pela "ponderação do funcionamento" do partido e não pela "escolha de chefes"[18].

Estes e outros conselhos, porém, não eram ouvidos. Logo a 19 de novembro, o diretório democrático recebia uma carta subscrita por alguns parlamentares (nomeadamente Domingos Pereira) e outros destacados militantes anunciando o seu afastamento do PRP. Discordavam da posição que o diretório tomara, ao impedir que o partido estivesse oficialmente representado no governo de Álvaro de Castro, contrariando a vontade expressa do Grupo Parlamentar Democrático.[19]

Uma semana antes da realização do congresso, num veemente apelo à unidade e à reconciliação, um jornal do Porto (cidade que acolheria essa reunião magna, no Teatro Carlos Alberto, de 18 a 20 de dezembro), dizia:

> "Deixemo-nos, pois, de mais disputas, esqueçamo-nos todos de quaisquer agravos, e caminhemos, juntos, como bons soldados do mesmo Ideal – sem rivalidades, sem despeitos, sem ambições, sem rancores e sem ódios. Reconciliemo-nos, meus senhores: – já é tempo de ter juízo."[20]

A tão desejada unidade, porém, ficar-se-ia apenas por vagas intenções. Pode mesmo afirmar-se que, do Porto, o partido sairia ainda mais dividido. Sintoma dessa divisão foi a apresentação de duas listas para o diretório. Apesar de se ter gasto muito tempo em discutir o programa do partido e a lei orgânica, *O Norte* considerava que o congresso não estivera "à altura das suas responsabilidades políticas". Na prática, tudo ficara na mesma. Melhor fora, dizia o jornal, que tivessem sido analisados os verdadeiros problemas do partido, de modo a encontrar os "meios necessários e indispensáveis para lhe garantir e restituir a sua antiga coesão, força e disciplina". Importante seria igualmente ter debatido a grave crise económica e financeira que o país atravessava e indicar os meios para a combater. Mas nada disso se fizera, o que levou esse jornal a concluir que o congresso fora "de uma esterilidade mortificante"[21].

Tal como no congresso de 1919, também no de 1920 José Domingues dos Santos ficou em silêncio. Desta vez, porém, o seu nome não constava da lista do diretório mas sim da junta consultiva. Este facto não passou despercebido ao diário

---

16 *O Mundo*, 17 de setembro de 1920, p. 1.
17 *O Mundo*, 25 de setembro de 1920, p. 1.
18 *O Mundo*, 30 de setembro de 1920, p. 1.
19 *O Mundo*, 20 de novembro de 1920, p. 1. Domingos Pereira e outros militantes (nem todos, nomeadamente Lúcio Pinheiro dos Santos) regressariam ao PRP em 13 de dezembro de 1921.
20 *O Norte*, 8 de dezembro de 1920, p. 1.
21 *O Norte*, 24 de dezembro de 1920, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 119 12/10/2012 14:42

O Século. Decisão surpreendente, dizia o jornal, atendendo a que José Domingues dos Santos era "incontestavelmente o chefe do PRP no Porto"[22].

A habitual representação da cidade no órgão máximo dos democráticos ficou a cargo de Alexandre Braga.[23] Esta escolha, se por um lado representava uma pública homenagem a um nome outrora ilustre, em vias de se retirar da cena política[24], não deixou também de constituir uma oportunidade para afastar José Domingues dos Santos, que então ensaiava um percurso mais autónomo no interior do PRP[25], indo, além disso, ao encontro das pressões que nos bastidores do Congresso seguramente foram feitas nesse sentido. De facto, na última sessão, Eduardo Santos Silva entregou na Mesa um documento assinado por 39 influentes republicanos portuenses (de nascimento ou residência), que configurava uma oposição concertada a José Domingues dos Santos.

Mesmo não discutido (cedência que bem poderá ter sido a contrapartida para a saída de José Domingues dos Santos do diretório), o referido documento, que a imprensa designou por *Declaração dos 39*, teve enorme repercussão no Porto, já que dele resultaria a formação do Núcleo Republicano Regionalista do Norte.

Nessa declaração fazia-se uma resenha do que fora a vida do partido a seguir ao dezembrismo. Particularmente focadas eram as eleições de 1919, considerando-se que haviam sido preparadas "apenas no interesse das patrulhas a formar", arredando "sistematicamente os velhos elementos" para que surgissem "alguns anónimos ávidos de celebridade e prometedores das incondicionais subserviências, que se desejavam". No interior do PRP, dizia ainda o documento, uma "força repulsiva" sobrepunha-se ao próprio diretório. Era uma força "personalista", que, no Porto, combatia "com mais sanha os próprios correligionários que os inimigos do partido".

No final da declaração os seus subscritores deixavam um ultimato: se "essa força repulsiva" não fosse "contida e inutilizada", organizar-se-iam "em força independente", contrariando-a e combatendo-a "por todos os meios".

O alvo dos 39 republicanos (em que, além de Eduardo Santos Silva, se destacavam os nomes de Henrique Pereira de Oliveira, João Batista da Silva, Ângelo Vaz, António de Sousa Júnior, Adriano Gomes Pimenta, António Lello e Francisco António Borges) era evidentemente, como já se disse, José Domingues dos Santos.[26]

---

[22] *O Século*, 22 de dezembro de 1920, p. 2.

[23] O diretório do PRP eleito em 1920 tinha a seguinte composição: efetivos – Afonso Costa, Alexandre Braga, Albino da Fonseca, Alfredo Rodrigues Gaspar, António Maria da Silva, Barbosa de Magalhães, Liberato Pinto, Vitorino Guimarães e Nunes Loureiro; substitutos – António Pires de Carvalho, António Resende, Domingos Frias de Sampaio e Melo, João Antunes Batista, João Camoesas, Pedro Botto Machado, Luís Simões de Almeida, Aníbal Ramos de Miranda e Baltasar Teixeira (*Diário de Notícias*, 21-12-1920, p. 2).

[24] Por essa altura, Alexandre Braga era um homem envelhecido e doente. A sua decadência a nível político era também uma realidade. Acabaria por falecer meses depois do congresso (7 de abril de 1921). Tinha apenas 49 anos.

[25] A cisão alvarista, a par da dissidência de Domingos Pereira, se por um lado abriu caminho à liderança de António Maria da Silva, por outro, não deixou de constituir também uma oportunidade para outras figuras tentarem afirmar-se no PRP. Foi isso o que, inequivocamente, José Domingues dos Santos procurou fazer, afastando-se, de forma gradual mas firme, da órbita pessoal e política de António Maria da Silva.

[26] Ângelo Vaz e António de Sousa Júnior acabariam por abandonar o Núcleo Republicano Regionalista do Norte, alinhando com as posições políticas de José Domingues dos Santos.

JoseDominguesDosSantos.indb 120 12/10/2012 14:42

Habituados a pôr e dispor no Porto em termos eleitorais, escolhendo autarcas e deputados, esses republicanos nunca aceitaram de bom grado que um militante de fresca data, sem grande passado político e de origens humildes, os tivesse ultrapassado em termos de influência política no Porto e na capital, já que, em menos de dois anos, fora governador civil e ministro, sobraçando duas vezes as pastas do Trabalho, da Agricultura (interino) e do Comércio.

A *Declaração dos 39* foi, naturalmente, atacada no diário *A Tribuna*. Os subscritores do documento eram acusados de se haverem "arredado da política durante o dezembrismo, em *sistema* de conveniência". Só a 13 de fevereiro de 1919 é que haviam ousado aparecer, sendo então surpreendidos pelo facto de o povo ter escolhido as autoridades "sem consultar os *donos disto tudo*". Eram eles, pois, que estavam incompatíveis com os organismos democráticos, porque "desprezavam a *rua*, não queriam entendimentos com a *rua* e não acatavam as deliberações da *rua*, manifestadas por intermédio das comissões"[27].

Aos olhos da opinião pública, o NRRN não passava obviamente de mais uma cisão no PRP, pese embora os seus elementos o negassem: aceitavam tratar-se de agremiação partidária, sem que, porém, tivesse intuitos "dissociativos"[28].

A ideia de que efetivamente era uma cisão reforçar-se-ia com a eleição, a 22 de fevereiro de 1921, da junta política e da junta administrativa, e, sobretudo, pela decisão, em 17 de junho, de apresentar candidaturas "regionalistas" às eleições legislativas de 10 de julho. O NRRN ignorava, pois, ostensivamente, todos os esforços que o diretório do PRP fizera, por escrito e presencialmente, para ultrapassar o conflito[29].

No círculo do Porto, o PRP teve uma vitória clara. O seu candidato mais votado foi Augusto Nobre. O NRRN, pelo contrário, teve uma derrota expressiva: o melhor que conseguiu foram os 1086 votos de Henrique Pereira de Oliveira. Eleito por este círculo, José Domingues dos Santos teria 3825 votos. Menos do que ele, entre os democráticos eleitos, só Júlio Gomes dos Santos Júnior, com 3415 votos. Significa isto que a campanha dos regionalistas contra os principais rostos da "força repulsiva" levaria a que os seus nomes fossem riscados em centenas de listas.

---

[27] *A Tribuna*, de 22 de dezembro de 1920 a 5 de janeiro de 1921, p. 1.

[28] *O Norte*, 11 de janeiro de 1921, p. 1.

[29] No dia 19 de fevereiro, o diretório enviara ao Porto um dos seus membros, Alfredo Rodrigues Gaspar. Nessa reunião, Eduardo Santos Silva justificaria a constituição do NRRN, reafirmando a tese da marginalização de velhos republicanos, afastados por outros que apareceram "depois de 13 de fevereiro" e que se haviam constituído "numa força repulsiva" (*O Norte*, 23-2-1921, p. 2). No final de abril, em resposta a um ofício do diretório, o NRRN retomava as críticas do costume, fazendo incidi-las, mesmo sem o citar diretamente, na ação política desenvolvida por José Domingues dos Santos e por elementos a ele afetos. A determinado passo, dizia-se nessa resposta: "A desagregação do PRP após o 13 de fevereiro mostrou-se um facto iniludível. E, interpretando certos acontecimentos, alguns leais soldados do velho e glorioso PRP viram, com profunda mágoa, que eles tinham e têm o ar de decidida provocação e de uma ação conscientemente exercida por elementos que, deliberada e sistematicamente, têm procurado, por sôfrega ambição de mando, empurrar para fora do Partido os correligionários cuja camaradagem lhes não convém ou agrada. […] Procurou-se, através de tudo, fazer o afastamento dos velhos elementos do PRP, para colocar nos lugares de direção outros sem passado político de relevo e alguns mesmo com profissão de fé partidária, e até republicana, tão recente que ainda mal conhecidos eram da massa republicana, – e que por tão feliz como inesperada transformação como se os houvera tocado a varinha mágica de uma generosa fada, bem mereceram o sugestivo título de *novos ricos da política* (*O Norte*, 2-5-1921, p. 1).

JoseDominguesDosSantos.indb 121 12/10/2012 14:42

Passando ao largo desta análise, *A Tribuna* dava grande destaque à derrota do NRRN, considerando que ela representava "uma lição". A vitória do PRP, pelo contrário, consagrara "os humildes" e esmagara "os despeitados". Daí que estes devessem aprender com os primeiros, trazendo apenas para a discussão dos negócios públicos "a sua fé, os seus princípios e o seu sacrifício", porque, concluía o jornal, "à custa do sacrifício heroico do Povo, nunca vingam paixões más"[30].

Em termos partidários, feita a prova eleitoral, o diretório do PRP abandonou a postura dialogante que até então tinha mantido, informando os "regionalistas" de que a ida às urnas significava que, de facto, pertenciam a uma organização política distinta do PRP, da qual se haviam afastado "voluntariamente"[31]. A cisão estava, pois, consumada. José Domingues dos Santos, pelo menos aparentemente, vencera a batalha contra os "regionalistas" portuenses.[32]

Em Lisboa, porém, a sua boa estrela já não brilhava com tanta intensidade. Como se disse, fora arredado do diretório do PRP, em dezembro de 1920; em fevereiro de 1921, por pressões do NRRN, a que António Maria da Silva deu ouvidos, esteve em vias de ficar fora do governo de Bernardino Machado. Desta situação deu notícia numa carta dirigida a um correligionário, dizendo-lhe:

> "Sei que aguarda impacientemente notícias sobre [a] crise e eu tenho-me abstido de lhas mandar por isso que tudo quanto tem vindo a público é mais fantasia que outra coisa. Nada de positivo. O nosso amigo Bernardino de *blague* em *blague* mas sempre teimoso. O meu *querido amigo* A. M. da Silva sempre de asneira em asneira, comprometendo-se, comprometendo o partido e falseando miseravelmente aqueles de quem se dizia 'amigo querido'.
>
> […]
>
> Estou e estarei no meu posto. Os miseráveis pigmeus do Núcleo que aí se juntaram para me fazerem uma guerra miserável e idiota, impõem a minha não entrada no Ministério e o meu 'querido amigo' Silva faz-lhes o jogo, usando duns processos que me espantam e me enojam."[33]

Em outubro, após os fatídicos acontecimentos da Noite Sangrenta, José Domingues dos Santos, cada vez mais afastado António Maria da Silva (o político a quem muitos

---

[30] *A Tribuna*, 14 de julho de 1921, p. 1.

[31] *A Tribuna*, 26 de agosto de 1921, p. 1.

[32] O assunto só ficaria definitivamente encerrado em 1924. No congresso do PRP, que decorreu no Porto, em abril desse ano, António Pinto Lisboa, "tendo em vista a unidade do partido", fazia votos para que o novo diretório chamasse à atividade partidária os correligionários que se encontravam afastados. Só a 4 de dezembro, porém, é que seria dado andamento a essa moção. Em ofício assinado por Daniel Rodrigues, o diretório rogava aos regionalistas que regressassem ao PRP, "em nome dos altos interesses da República". Na resposta do NRRN, dada no dia 28 desse mês, considerava-se que o referido ofício trouxera "plena satisfação ao injustificado equívoco" que os separava. Assim sendo, os regionalistas diziam-se prontos a dar o seu contributo ao partido. Nem todos, porém, regressariam. Uns afastaram-se da política; outros deram a sua adesão ao Partido Republicano Radical, onde continuariam a combater ferozmente José Domingues dos Santos. Sobre este conflito que marcou uma fase da vida do PRP, veja-se António José Queiroz, *Um projeto descentralizador: o Núcleo Republicano Regionalista do Norte* (*1920-1924*), Porto, O Progresso da Foz, 2010.

[33] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 1 de março de 1921. O destinatário é, muito provavelmente, António Resende.

JoseDominguesDosSantos.indb 122 12/10/2012 14:42

atribuíam a sua meteórica ascensão no PRP), começou a descolar das posições oficiais do diretório, não se inibindo de o criticar publicamente. Demarcara-se e combatera o movimento revolucionário, antes e depois da sua eclosão, como lembraria, em dezembro, numa entrevista ao diário *O Século*. Não aceitava "a revolução pela própria revolução"; rejeitava "a conquista do poder pelo *direito da força*". Em seu entender, não havia tirania mais odiosa do que aquela que, pela força dava "a liberdade de pensar como os ditadores"[34].

Eleito novamente pelo círculo do Porto nas eleições de 29 de janeiro de 1922, José Domingues dos Santos em breve retomou o seu anterior protagonismo. Saudado com entusiasmo no congresso democrático, realizado em Coimbra, de 21 a 23 de abril, aí viria a recuperar o lugar no diretório.[35] Na última sessão relembrou o seu percurso partidário, desde o seu envolvimento no 12 de outubro de 1918 até ao combate que travara contra o outubrismo. Inimigo confesso de qualquer movimento revolucionário que visasse a conquista do poder, afirmou que "o seu esforço estaria sempre ao lado da Constituição", lutando "cada vez com mais fervor" pelos seus "princípios sagrados"[36]. O congresso, como sublinhou com grande destaque *A Tribuna*, indo ao encontro das ideias defendidas por José Domingues dos Santos aprovou uma moção cujo texto se inspirava numa frase da sua intervenção: "O congresso do PRP, honrando as suas tradições constitucionalistas resolve não considerar seus correligionários aqueles que de futuro se revoltem contra governos que respeitem a Constituição da República."[37]

Apesar de não ter participado no longo ciclo governativo de António Maria da Silva (de 6 de fevereiro de 1922 até 15 de novembro do ano seguinte), durante largos meses não houve por parte de José Domingues dos Santos quaisquer sinais de impaciência ou de hostilidade. Como disse numa entrevista, o país precisava "de paz, de trabalho, de ordem". Longe dele, pois, pensar em qualquer cisão no PRP. Tivera, na verdade, "pequenas desinteligências com o governo". Porém, não eram assim "tão grandes" que justificassem uma cisão. Não criaria, pois, quaisquer dificuldades a António Maria da Silva.[38] Prova disso aconteceria em 11 de dezembro de 1922, com o apoio expresso ao governo após a crise motivada pela eleição de Sá Cardoso para presidente da Câmara dos Deputados.

Havia, porém, quem desconfiasse da sinceridade desse apoio e, até, da convicção com que se mantinha ainda no PRP. Ainda em dezembro desse ano, num editorial algo enigmático do diário *A Tribuna* (provavelmente escrito pelo próprio José Domingues dos Santos) afirmava-se que "bem ou mal" a crise governamental estava solucionada. O futuro diria se "a solução adotada" era preferível à anterior ou se, pelo contrário, era esta que estava "mais conforme com os altos interesses da Pátria e da República". As duas soluções, porém, tinham o mesmo chefe de governo, isto é, António Maria da Silva.

---

[34] *O Século*, 12 de dezembro de 1921, p. 1.

[35] O diretório do PRP eleito em 1922 tinha a seguinte composição: efetivos – Afonso Costa, Albino da Fonseca, Alfredo Rodrigues Gaspar, António Maria da Silva, Herculano Galhardo, João Camoesas, João Luís Ricardo, José Domingues dos Santos e Vitorino Guimarães; substitutos – Albano Augusto Portugal Durão, Aníbal Ramos de Miranda, Artur Augusto da Costa, Ernesto Júlio Navarro, João Antunes Batista, João Vaz Guedes, Luís Simões de Almeida, Luís Godinho e Manuel Pinto de Azevedo (*Diário de Notícias*, 24-4-1922, p. 2).

[36] *A Tribuna*, 23 de abril de 1922, p. 1.

[37] *A Tribuna*, 25 de abril de 1922, p. 1.

[38] *O Mundo*, 21 de abril de 1922, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 123 12/10/2012 14:42

Aquilo que mais interesse despertou nesse editorial foi, no entanto, a afirmação de que um novo partido republicano não traria "qualquer inquietação." Nessa altura, recorde-se, continuava a discutir-se uma eventual fusão entre liberais e reconstituintes. Mais adiante, porém, abria-se o jogo, ao afirmar-se:

> "Desejaríamos, é certo, que, sem diminuição do PRP, um novo partido se formasse. O PRP não pode eternizar-se no poder. E a República tudo teria a lucrar, se na hora em que aquele partido acusasse cansaço, um outro aparecesse capaz de arcar com as responsabilidades do poder.
>
> Mas não é ainda desta fusão de liberais e reconstituintes que sairá esse partido de governo.
>
> É mais uma tentativa que falha.
>
> Não são duas forças que se entrelaçam.
>
> São duas fraquezas que se juntam – dois zeros que se comem.
>
> Não é à direita do PRP que se poderá formar qualquer partido republicano em Portugal. […] É então inútil tentar organizar qualquer partido diferente do PRP?
>
> Não é. Mas formem-no à esquerda daquele partido.
>
> O momento não é para as direitas. É sempre – e cada vez mais – para as esquerdas."[39]

Aos poucos, duas correntes antagónicas tomavam forma no PRP: uma mais avançada, em volta de José Domingues dos Santos, outra mais conservadora, que se mantinha fiel a António Maria da Silva. Procurando explorar essa divisão, o diário *República* noticiava em 23 de dezembro uma viagem de António Maria da Silva, acompanhado de Leonardo Coimbra, ao "campo inimigo", isto é, ao Porto. A questão do ensino religioso não passaria, afinal, de "um pretexto agarrado pelos cabelos, para dar um golpe de misericórdia no governo". A viagem do presidente do Ministério ao Porto, onde julgava recrutar uma força "importante e valiosa", marcaria uma fase de "guerra aberta" entre os dois dirigentes democráticos. Transportada essa "guerra" para a capital, António Maria da Silva poderia sair vencedor do primeiro embate (ensino religioso), pois contava com o voto das oposições; estas, porém, não poderiam salvá-lo noutros assuntos, a não ser que viesse a desligar-se do PRP e enfileirasse, com os seus amigos, na direita republicana. Em política, concluía o jornal, "não há impossíveis"[40].

Que não, dizia José Domingues dos Santos a outro diário: o chefe do governo seria recebido "de braços abertos"[41]. E foi, de facto. No dia 24, o Centro Republicano Democrático do Porto organizava uma cerimónia que, no contexto político de então não podia ter mais significado: o descerramento das fotografias de António Maria da Silva e de José Domingues dos Santos.

---

[39] *A Tribuna*, 10 de dezembro de 1922, p. 1. Sinais como este levavam a imprensa a duvidar seriamente da coesão interna do PRP. Em meados do mês anterior, face à iminente queda do governo, um diário colocava a hipótese da formação de um governo radical, que seria chefiado por José Domingues dos Santos, adiantando mesmo os nomes dos putativos ministros (*O Mundo*, 18-11-1922, p. 1).

[40] *República*, 23 de dezembro de 1922, p. 1.

[41] *O Mundo*, 25 de dezembro de 1922, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 124 12/10/2012 14:42

Ao diário *A Tribuna*, António Maria da Silva diria ter conhecido José Domingues dos Santos durante o sidonismo. Era "um novo decidido". Desde aí, caminhara "sempre com ele". O facto de não o ter no governo não queria dizer que ele tivesse deixado de ser "o amigo querido e leal", de quem fazia o seguinte retrato:

> "É novo, enérgico e inteligente, reservando-lhe um futuro que muito aproveitará para gerações novas. Parecendo um demolidor, é no entanto um construtivo; o seu trabalho é sempre proveitoso."[42]

Sincero António Maria da Silva? Quem o conhecia dizia-o honesto, qualidade que, porém, nem todos viam nele como virtude isenta de reparos.[43] Por outro lado, ninguém ignorava que era um político hábil e astuto. Para Raul Brandão, tinha "ao mesmo tempo certa ronha e certa audácia"[44].

Tal como o diário *Repúblic*a, também *A Capital* considerava que o ensino religioso era um pretexto, "uma mera frase musical", que José Domingues dos Santos "sabia desenvolver, como larga aplicação dos metais, na sua sinfonia oposicionista." Com as suas "iras anticlericais, quase novinhas em folha", que marcavam "uma reviravolta para a extrema-esquerda", José Domingues dos Santos "fusionou em redor de si" os elementos radicais do PRP.[45]

No dia seguinte, retomando o assunto, o mesmo jornal já não tinha dúvidas de que José Domingues dos Santos acariciava "a esperança de vir a ser presidente do Ministério". Contra essa hipótese, porém, se opunham já "elementos de valia" que até então guardavam "uma neutralidade ponderada". Ainda no campo das hipóteses, *A Capital* considerava que poderia haver uma cisão nos democráticos com a saída de Leonardo Coimbra do Ministério da Instrução e do PRP, já que muitas comissões nortenhas do partido estariam a seu lado. Nada que fosse do desagrado do jornal; de facto, se houvesse "um pouco de decisão e de inteligente visão das necessidades do momento", essa situação "teria a vantagem, realmente interessante e patriótica, de tornar possível a formação de um grande partido das direitas, assegurando o seu vigor"[46].

Em 23 de janeiro de 1923, data em que José Domingues dos Santos retomou o seu lugar no parlamento, após prolongada ausência[47], a possibilidade de um governo

---

[42] *A Tribuna*, 24 de dezembro de 1922, p. 1.

[43] Era o caso de um jornalista francês, que num livro sobre a situação política portuguesa pós-28 de maio sobre António Maria da Silva escreveu: "Este homem, pessoalmente muito honesto, apesar de tudo o que os seus adversários tenham podido dizer dele, tem um gosto exagerado pelo domínio político. Não tendo outra paixão, pode ser honesto… no sentido restrito da palavra. Mas cultiva a desonestidade à sua volta. Não é um corrupto, mas uma fonte de corrupção." (Georges Guyomard, *La Dictadure Militaire au Portugal. Impressions d'un Français retour de Lisbonne*, Paris, Les Presses Universitaires de France, 1927, p. 22)

[44] Raul Brandão, *Vale de Josafat*, Lisboa, Seara Nova, 1933, p. 184.

[45] *A Capital*, 28 de dezembro de 1922, p. 1.

[46] *A Capital*, 29 de dezembro de 1922, p. 1.

[47] A partir da sessão de 15 de dezembro de 1922, a que já não compareceu, José Domingues dos Santos manteve-se mais de um mês no Porto. Retomou os trabalhos parlamentares na sessão de 23 de janeiro de 1923. A um jornalista comentaria assim essa ausência: "Descansei, tratei da minha vida e ainda tive tempo para estar doente…" (*Diário de Lisboa*, 23-1-1923, p. 8)

radical continuava na ordem do dia. Essa intenção foi, naturalmente, negada por José Domingues dos Santos ao jornalista que o entrevistou. O que ele, porém, já não podia negar, pese embora a atitude defensiva, era o seu irrequietismo, e até mesmo as suas ambições políticas, e disso deu conta o anónimo jornalista, ao escrever:

> "O sr. José Domingues dos Santos marca, dentro do partido democrático, uma corrente de opinião interessante – embora ele afirme o contrário e diga ao jornalista que está perfeitamente dentro do pensamento que orienta a política geral do seu partido.
>
> Há mesmo quem lhe queira atribuir uma atitude discordante e quem vá mais longe, apodando-o de espírito irrequieto, de extremista e candidato voluntário à chefia do governo."

Entrando no jogo, de uma forma nada ingénua, ripostaria José Domingues dos Santos:

> "Queixam-se do meu irrequietismo… É claro que não pretendo ser conselheiro… Sou novo, sangue vivo, agora tenho saúde, alegria de viver… Mas daí a querer ser presidente do Ministério vai uma grande distância."[48]

Liderar o governo ou fundar novo partido que lhe desse acesso ao poder parecia ser, de facto, um objetivo que José Domingues dos Santos perseguia com grande determinação. Consumada a fusão de liberais e reconstituintes numa nova força política, o já referido Partido Republicano Nacionalista, *A Tribuna*, num editorial intitulado "Tudo na mesma", reforçava essa ideia, demarcando-se objetivamente da linha oficial dos democráticos:

> "Já dissemos, há tempos, o que sobre este assunto pensamos. Não nos perturba, nem desgosta a formação de um grande partido republicano, ainda quando ele se rotule de conservador. Convencidos estamos de que o PRP não pode estar indefinidamente no poder e é indispensável que outras forças republicanas se aprestem para a sucessão. […]
>
> Ora o PRP já está no poder há muito tempo. Verdade seja que raras vezes tem governado. Quase sempre tem-se limitado a ocupar o poder, vivendo mais para a transigência com os adversários do que para a realização, serena mas imperturbável, do seu programa partidário.
>
> A bem dizer ainda ninguém sabe como governa um governo saído das fileiras do PRP com a missão de cumprir integralmente o programa partidário.
>
> E é pena que assim tenha sucedido. Pesam sobre o PRP responsabilidades que só lhe cabem pela cumplicidade que lhes deu – não reagindo, nem protestando."[49]

---

[48] *Diário de Lisboa*, 23 de janeiro de 1923, p. 8.
[49] *A Tribuna*, 10 de fevereiro de 1923, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 126 12/10/2012 14:42

Seria justamente o caminho "para a esquerda" que José Domingues dos Santos defenderia no congresso democrático do ano seguinte. Ainda antes da sua realização, *A Tribuna*, na sua edição de 17 de abril, antecipava a doutrina que daí deveria sair. O PRP tinha de "fixar a sua posição colocando-se, decidida e corajosamente, ao lado dos explorados contra os exploradores"[50]. No dia seguinte, José Domingues dos Santos seria alvo de uma significativa homenagem prestada pelas comissões políticas portuenses do PRP, a que se associaram outras comissões e inúmeros republicanos de norte a sul do país. Essa "tão inequívoca como imponente e espontânea manifestação", sublinhava *A Tribuna*, demonstrava "a mais completa concordância" com a obra política profundamente republicana que José Domingues dos Santos vinha realizando "como ministro, como líder e como jornalista"[51].

Reunido em Lisboa, de 21 a 23 de abril de 1923, o congresso democrático confirmá-lo-ia não só como líder indiscutível da ala esquerda do PRP mas também, como atrás se disse, como "o nome mais cotado do novo diretório"[52]. Esse congresso, aliás, marcaria verdadeiramente o início da sua escalada à chefia do Ministério. O discurso que aí proferiu, fluente e direto, assentou em dois pilares fundamentais: no anticlericalismo e no ataque aos potentados económico-financeiros. Apologista das "velhas tradições" do partido em matéria religiosa, lembrou aos congressistas ter sido o autor da moção apresentada na Câmara dos Deputados que impedia o ensino religioso nas escolas. Em matéria financeira, confessando-se favorável à valorização do escudo, de modo a assegurar a melhoria cambial e a diminuição do custo de vida, incitou os seus correligionários a formar "quadrado à volta do governo" para que este pudesse "castigar os exploradores"[53].

Nos meses seguintes, a par da sua atividade parlamentar, José Domingues dos Santos desenvolveu uma intensa campanha doutrinária em sucessivos editoriais do diário *A Tribuna* (que mesmo não assinados todos sabiam ser da sua autoria), em prol de um regime que assegurasse ao povo "liberdade e moralidade". Liberdade que não fosse apenas política mas também económica, "que garantisse ao pobre a proteção contra os abusos do rico e defendesse os explorados contra as prepotências de todos os potentados do oiro"; moralidade que não se limitasse aos "costumes" e ao "viver íntimo" mas que acontecesse igualmente na "administração" e no "viver político". Mesmo sabendo que não se podia transformar um pobre em rico, havia de fazer com que o Estado estivesse "sempre ao lado dos explorados contra os exploradores", de modo a que ele procurasse "assegurar a cada cidadão uma porção maior de felicidade"[54].

---

[50] *A Tribuna*, 17 de abril de 1923, p. 1.

[51] *A Tribuna*, 19 de abril de 1923, p. 1.

[52] *Diário de Lisboa*, 24 de abril de 1923, p. 5. O diretório do PRP eleito em 1923 tinha a seguinte composição: efetivos – Afonso Costa, Alfredo Rodrigues Gaspar, António Maria da Silva, Artur de Almeida Ribeiro, Daniel José Rodrigues, João Vaz Guedes, José Domingues dos Santos, José Joaquim Pereira Osório e Vitorino Guimarães; substitutos – Alberto Ferreira Vidal, Aníbal Ramos de Miranda, António Maria Marques da Costa, Artur Augusto da Costa, Baltasar Teixeira, Ernesto Júlio Navarro, Germano Lopes Martins, João Antunes Batista e Manuel Pinto de Azevedo (*Diário de Notícias*, 24-4-1923, p. 2).

[53] *A Tribuna*, 25 de abril de 1923, p. 1.

[54] *A Tribuna*, 1 de setembro de 1923, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 127 12/10/2012 14:42

Esta linguagem agradava naturalmente aos mais humildes e aos democráticos mais radicais. Porém, contrariamente às acusações que a direita não tardaria a fazer-lhe, embora o seu discurso por vezes se aproximasse do que os *bolchevistas* portugueses utilizavam em 1919, as conclusões que dele se tiravam eram bem diferentes: enquanto estes apelavam à revolução, José Domingues dos Santos pugnava pela "igualdade democrática". Esta, porém, não servia para lançar "o povo na conquista de ilusórias satisfações, mas como lei necessária para os seus pensamentos, para o seu trabalho e para a sua vida"[55]. O progresso moral e material que pretendia para os mais pobres teria, pois, de ser conquistado pela justiça social e não pela revolução. E essa justiça social só poderia conseguir-se pela via da instrução, no quadro das instituições republicanas. Como escreveu Alfredo Margarido, era Marx lido por Malon[56].

Na dança das cadeiras ministeriais, após a experiência do governo nacionalista de Ginestal Machado seguiu-se Álvaro de Castro. Na pasta da Justiça José Domingues dos Santos teve oportunidade, que não desperdiçou, de cimentar a sua popularidade nos setores laicos e anticlericais, sobretudo após ter apresentado, como se disse no capítulo anterior, uma proposta de lei que repunha em vigor, tal como fora primitivamente aprovada, a Lei da Separação do Estado das Igrejas. Na homenagem que pouco depois lhe foi prestada pela Associação do Registo Civil, afirmou ser chegada "a hora da República ser proclamada em Portugal"; bastava que o povo o quisesse, já que era "impossível dar um passo contra a reação económica" sem primeiro se ter "dominado a Igreja"[57].

José Domingues dos Santos cumpria, pois, o que prometera em novo congresso democrático, realizado no Porto de 25 a 27 desse ano.[58] Aí voltaria a insistir que o lugar do PRP era na "esquerda da República". O partido não devia, porém, ficar-se pela retórica; devia, isso sim, justificar essa posição através de ações concretas. E para que não houvesse dúvidas relativamente às medidas a tomar, ele próprio as indicou aos congressistas: regresso à matriz original da Lei da Separação; expropriação das terras incultas; criação de um Banco do Estado com monopólio das cambiais; equilíbrio orçamental "à custa das grandes fortunas"; assistência para quem não podia trabalhar; participação dos operários nos lucros das empresas. Tudo o que não fosse o que acabara de expor seriam apenas meras palavras.[59]

Nesse congresso, o PRP optara por uma viragem à esquerda ou, como dizia *A Tribuna*, "por uma política declaradamente radical". Assim sendo, militante "disciplinado" que era, José Domingues dos Santos limitava-se a cumprir o que aí "clara-

---

[55] *A Tribuna*, 2 de setembro de 1925, p. 2.

[56] Alfredo Margarido, *A introdução do marxismo em Portugal* (*1850-1930*), Lisboa, Guimarães & C.ª, Editores, 1975, p. 62-63.

[57] *A Tribuna*, 2 de julho de 1924, p. 1.

[58] O diretório do PRP eleito em 1924 tinha a seguinte composição: efetivos – Afonso Costa, Alfredo Rodrigues Gaspar, António Maria da Silva, António Pires de Carvalho, Daniel Rodrigues, Herculano Galhardo, José Domingues dos Santos, José Joaquim Pereira Osório e Vitorino Guimarães; substitutos – Aníbal Ramos de Miranda, António Resende, Jorge de Barros Capinha, Luís Simões de Almeida, Manuel Gregório Pestana Júnior, Manuel Pinto de Azevedo, Manuel de Sousa Coutinho, Pedro Augusto Pereira de Castro e Vitorino Godinho (*A Tribuna*, 29-4-1924, p. 1).

[59] *A Tribuna*, 29 de abril de 1924, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 128 12/10/2012 14:42

mente" se definira.[60] As suas "atitudes" e os seus "gestos", dizia ainda *A Tribuna*, já não eram "encarados com o desdém de outrora". Tinham agora, indiscutivelmente, "um valor muito particular", porque representavam uma "enorme corrente" que marcara "claramente a orientação futura do partido"[61].

Tendo Álvaro de Castro renunciado à chefia do governo, na sequência de uma sublevação dos aviadores na Amadora (de 3 para 4 de junho), e declinando novamente Afonso Costa a chefia do governo, o nome de José Domingues dos Santos foi ponderado para esse cargo. No dia 2 de julho, porém, por votação secreta, o diretório e a junta consultiva do PRP escolheram Rodrigues Gaspar.[62]

Embora convidado a integrar o novo governo, naturalmente recusou. Era já, como dizia a imprensa, o político "mais popular" do PRP.[63] *A Capital* a ele se referirá então, antes de qualquer outro jornal, como "o chefe da Esquerda Democrática"[64]. A sua hora, naturalmente, não tardaria. E, de facto, não tardou, já que ele próprio e outros deputados democráticos, como se disse, contribuíram decisivamente para a queda do governo de Rodrigues Gaspar.

No dia 20 de novembro, em nova reunião conjunta do diretório e das juntas parlamentares do PRP, José Domingues dos Santos foi o escolhido para formar governo, com seis votos a favor contra os quatro atribuídos a Portugal Durão. Segundo um vespertino lisboeta, o primeiro tivera os votos de Pestana Júnior, Ramos de Miranda, Pires de Carvalho, Pereira Osório, Amadeu de Vasconcelos e Sá Pereira; a favor do segundo votaram Vitorino Guimarães, Herculano Galhardo e Augusto Monteiro.[65]

O governo de José Domingues dos Santos viveu sempre no fio da navalha, enfrentando uma feroz oposição, dentro e fora do parlamento.[66] Daí ninguém estranhar o pouco tempo que esteve em funções (85 dias). Como dizia o diário *A Montanha* no dia seguinte à aprovação da moção de desconfiança que o fez cair, o governo "estava há muito condenado"[67].

---

[60] *A Tribuna*, 16 de julho de 1924, p. 1.

[61] *A Tribuna*, 17 de julho de 1924, p. 1.

[62] Nessa votação, Rodrigues Gaspar teve nove votos e José Domingues dos Santos apenas três (*Diário de Lisboa*, 2-7-1924, p. 8).

[63] *Diário de Lisboa*, 15 de julho de 1924, p. 5.

[64] *A Capital*, 20 de agosto de 1924, p. 2.

[65] *A Tarde*, 20 de novembro de 1924, p. 3.

[66] No dia 6 de dezembro, data em que o programa do governo foi aprovado, um jornal de Viana do Castelo, recuperando alguns particularismos de uma impiedosa campanha que alguma imprensa vinha alimentando, dava a conhecer "O Fado do Zé Canhoto, cantado pelo Zé Domingos [sic] dos Santos na igreja dos Congregados ao som do carrilhão." Assinado por L. P. Batista, o fado tinha o seguinte mote: "Perdoa-me imaculada / Senhora da Conceição / Sou "Esquerdista" a fingir / Amo a Religião." Seguiam-se estas glosas: "Podes crer Virgem do Céu / Que creio em ti e teu filho / E que trago no peitilho / Insígnias d'antiateu. // Se a minha voz se ergueu / Contra a Igreja abençoada / É que eu pela calada / Quero encher o bandulho / Mas eu de vós tenho orgulho / Perdoa-me imaculada. // Foi para meter a unha / Que à República aderi / Porque nela também vi / Outros meter a gadunha. / Puseram-me então alcunha / De Zé Canhoto Ladrão / Por no cartório Mourão / Escroqueries fazer / Mas por ti hei de morrer / Senhora da Conceição. // Da sacristia sou rato / Na política sou pardal / De heranças a "Mão Fatal" / Em burlas sou fino gato. / Fui ministro do pataco / Na tribuna sei latir / Fortunas sei extorquir / Aos órfãos e às viúvas. / E neste chão que dá uvas / Sou "Esquerdista" a fingir. // Ó padres abençoados / Que me destes tanta ronha / Para eu com a peçonha / Pôr a República em bocados. / Sou dos azuis-encarnados / Que ao povo pregam palão, // Consegui ser capitão / Da quadrilha dos Bandarras / Sei aplicar as garras / Amo a Religião (*Correio do Minho*, 6-12-1924, p. 4).

[67] *A Montanha*, 12 de fevereiro de 1925, p. 1.

A queda do governo não contribuiu, porém, para acabar com o ambiente de crispação no seio do PRP. Na posse do novo governo, a que presidiu Vitorino Guimarães, José Domingues dos Santos reafirmaria o seu lugar "ao lado dos explorados contra os exploradores". Estava, pois, "disposto, dentro e fora do parlamento, a fazer vingar a sua ideia", em prol de uma República que não ficasse "subjugada a oligarquias financeiras, nem a qualquer espécie de reação"[68].

Alguns dias depois, em entrevista ao diário *A Tribuna*, a par da história do seu governo, revelava propósitos futuros, anunciando ações de propaganda de norte a sul do país. Fiel ao lema "Liberdade, Pão e Instrução", pretendia demonstrar que a política que quisera realizar era a única que podia "salvar a Nação"[69].

Apoio não lhe faltava, como ficaria provado na noite de 14 de março, no Porto, vitoriado que foi por mais de duas mil pessoas. A fazer fé num jornal oficial do PRP, não se ouviu um viva a este partido, apenas gritos contra os exploradores do povo, os monopólios, Cunha Leal e o Partido Nacionalista.[70]

No dia seguinte, ainda no Porto, dava início à anunciada campanha de propaganda, com um comício realizado no Teatro Nacional.[71] Uma semana mais tarde, participaria em novo comício, desta vez no Teatro Nacional, em Lisboa. As reações nos setores "oficiais" do PRP, naturalmente, não se fizeram esperar. O diário *O Rebate* lembrava que ainda não se iniciara "oficialmente" a campanha eleitoral do partido; as ações dos *canhotos* eram-lhe, portanto, alheias.[72] Menos subtil era o diário *A Montanha*, que via nessas ações o reacender da luta no interior do PRP, situação que condenava por não haver o direito de "criar dissidências, abrir cisões, semear desarmonias"[73].

Para *A Tribuna*, porém, José Domingues dos Santos mais os seus pares marcavam tão-somente uma posição clara contra a "onda reacionária" que queria "avançar", fazendo campanha a favor das ideias que faltavam ao país.[74] Daí que essa campanha prosseguisse para Sul, com comícios no Alentejo e no Algarve.

Mais do que as eleições legislativas, cuja data ainda não fora marcada, José Domingues dos Santos tinha sobretudo em vista o próximo congresso do PRP, em abril. Aí se confrontariam as suas ideias com as que outros defendiam. As duas correntes eram tão antagónicas que um ex-diretor de *O Rebate*, Evaristo de Carvalho, antecipava uma solução para evitar males maiores: a eleição de um diretório alheio à influência dessas correntes.[75]

A tentativa de golpe militar em 18 de abril de 1925 iria, porém, atirar o congresso para junho. As semanas anteriores foram vividas num ambiente de forte tensão, com alguns jornais, nomeadamente *A Montanha*, *A Verdade* e *O Rebate*, a sustentarem uma campanha insidiosa contra José Domingues dos Santos.

Realizado no Liceu Camões, em Lisboa, de 6 a 9 de junho, o congresso democrático era visto como uma espécie de duelo final entre José Domingues dos Santos, líder da

---

[68] *A Tribuna*, 17 de fevereiro de 1925, p. 1.
[69] *A Tribuna*, 27 de fevereiro de 1925, p. 1.
[70] *O Rebate*, 17 de março de 1925, p. 3.
[71] O extinto Teatro Nacional ficava na rua do Bonjardim, 151. Nesse local, situa-se hoje o Teatro Rivoli.
[72] *O Rebate*, 26 de março de 1925, p. 1.
[73] *A Montanha*, 18 de março de 1925, p. 1.
[74] *A Tribuna*, 24 de março de 1925, p. 1.
[75] *O Rebate*, 3 de abril de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 130 12/10/2012 14:42

ala esquerda do PRP, os *canhotos*, e António Maria da Silva, líder da ala direita, os *bonzos*. Apesar de ter recuperado os temas que lhe eram mais caros e que tantos aplausos lhe haviam valido em inúmeras sessões de propaganda, a intervenção de José Domingues dos Santos, não foi, como diria o *Diário de Lisboa*, das mais felizes.[76] Muito ovacionado quando se dirigiu aos congressistas, insistiu no seu habitual discurso ideológico, reafirmando uma vez mais a sua posição "na esquerda da República". Quando derivou, porém, para questões concretas, nomeadamente para a questão agrária e consequente divisão da propriedade, as coisas mudaram de figura. Rapidamente os aplausos deram origem a insistentes murmúrios.[77]

O seu rival, António Maria da Silva não deixou de aproveitar a ocasião para se demarcar de teóricas topografias ideológicas. Não era "das esquerdas nem das direitas" e não queria "colaborações com os inimigos do regime, nem com os avançados", pois não era "vassalo nem consciente nem inconsciente da terceira internacional de Moscóvia"[78].

Os dados estavam lançados e não auguravam nada de bom para José Domingues dos Santos. Erro maior, porém, estaria ainda para cometer quando, imprudentemente, deixou fora da sua lista o nome de Afonso Costa.[79] A sua jogada tinha tanto de ousada como de lógica, já que, com ela, pretendia, de uma vez por todas, cortar o cordão umbilical que ligava o PRP ao seu líder histórico. Mas não tardou a perceber que o partido não estava ainda preparado para romper com "o fetichismo afonsista"[80]. A emenda foi pior que o soneto, quando elementos que lhe eram afetos apresentaram outra lista já com o nome de Afonso Costa.[81]

Apesar de alguns congressistas terem posto em causa a lisura da votação[82], José Domingues dos Santos saía claramente derrotado do congresso.[83] Para o *Diário*

---

[76] *Diário de Lisboa*, 9 de junho de 1925, p. 5.

[77] *Diário da Tarde*, 9 de junho de 1925, p. 8.

[78] *O Rebate*, 9 de junho de 1925, p. 2 e *A Batalha*, 9 de junho de 1925, p. 2.

[79] A lista apresentada pelos *canhotos* tinha a seguinte composição: efetivos – José Domingues dos Santos, Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, António Pires de Carvalho, Manuel Gregório Pestana Júnior, José Joaquim Pereira Osório, Plínio Octávio de Santana e Silva, António Joaquim de Sousa Júnior, António Paiva Gomes e Vitorino Guimarães; substitutos – Pedro Januário do Vale Sá Pereira, Jorge de Barros Capinha, Júlio Gonçalves, Manuel de Sousa Coutinho, Ezequiel Soveral Rodrigues, Amadeu Leite de Vasconcelos, António Resende, António Medeiros Franco, Aníbal Ramos de Miranda (*A Montanha*, 9-6-1925, p. 1; *Diário de Lisboa*, 9-6-1925, p. 8).

[80] *Diário da Tarde*, 9 de junho de 1925, p. 8.

[81] Essa terceira lista não deverá ter sido aceite pela Mesa, já que a imprensa não regista os seus resultados. Nela surgiam os nomes de Afonso Costa em vez de Paiva Gomes, Pina de Morais em vez de Medeiros Franco e Pereira de Castro em vez de Ramos de Miranda.

[82] O próprio José Domingues dos Santos poria em causa a forma como a votação decorrera. Prova disso, dizia, era o facto de a sua lista ter sempre a maioria "até à altura em que os conservadores, vendo-se perdidos, lançaram mão dos derradeiros recursos", sendo ajudados por "mulas de reforço" nas últimas horas de votação (*A Capital*, 9-6-1925, p. 2). Entre os eleitos, António Maria da Silva foi o menos votado, com 1162 votos; José Domingues dos Santos teve apenas 978 votos.

[83] O diretório do PRP eleito em 1925 tinha a seguinte composição: efetivos – Afonso Costa, Albano Augusto Portugal Durão, Alfredo Rodrigues Gaspar, António do Lago Cerqueira, António Maria da Silva, Daniel Rodrigues, Domingos Pereira, José Mendes Loureiro e Vitorino Guimarães; substitutos – António Augusto Tavares Ferreira, Evaristo Ferreira de Carvalho, Manuel Freire da Cruz, Filemon de Almeida, António Maria da Silva Barreto, Domingos Frias de Sampaio e Melo, António Albino Marques de Azevedo, Manuel Pinto de Azevedo e José dos Santos (*A Montanha*, 9-6-1925, p. 1).

JoseDominguesDosSantos.indb 131 12/10/2012 14:42

de Lisboa essa derrota tinha um significado muito claro: o PRP não queria "lançar-se em aventuras esquerdistas". De qualquer modo, dizia, abrira-se caminho para organizar uma força que pudesse enquadrar os radicais de várias tendências que andavam "dispersos, um pouco desorientados, sem direção firme"[84].

Com a vitória dos *bonzo*s, o diário *O Rebate* mudava de registo, abandonando (contrariamente ao seu colega portuense *A Montanha*) a postura dos dias anteriores ao congresso. No Liceu Camões, nem esquerdas nem direitas haviam triunfado; saíra apenas vitorioso "o programa radical e antirrotineiro do partido"[85].

Os *canhotos*, porém, não se deixaram levar por essas serôdias palavras de concórdia. E tinham razão para isso: ainda nesse mês, *O Rebate*, cada vez mais alinhado com o diretório *bonzo*, voltaria ao ataque, censurando asperamente uma intervenção parlamentar de José Domingues dos Santos, que condenara as deportações de presos sem julgamento; para o jornal, essa acusação não era consentânea "com as responsabilidades dum homem público"[86].

Para alguns observadores, os resultados do congresso refletir-se-iam inevitavelmente na vida do governo. Organizado, como dizia o *Diário de Lisboa*, "sob as bases e a orientação da corrente das esquerdas", saíra do congresso "enfraquecido, derreado, sem força nem consistência"[87]. O governo estava, pois, nas mãos de António Maria da Silva, que seguramente não deixaria de aproveitar qualquer oportunidade que se lhe deparasse para regressar à sua chefia. Assim foi. Após a demissão de Vitorino Guimarães e do "necessário intervalo cómico" (assim classificaria Cunha Leal[88] mais um convite a Afonso Costa, que seria recusado a 30 de junho), António Maria da Silva tinha caminho aberto para regressar ao executivo, o que aconteceu por escolha unânime dos órgãos do PRP. Os jornais, porém, fizeram eco das queixas dos *canhotos*, por não ter sido ouvido o grupo parlamentar. Que não, diria o diretório: José Domingues dos Santos e outros deputados que lhe eram afetos é que não compareceram.[89]

Contrariamente às previsões irrealistas de *O Rebate*, o governo não teria "uma longa, larga e profícua vida"[90]. Isso mesmo se adivinhava pela reação da imprensa *canhota*, que censurava António Maria da Silva por não ter procurado um entendimento com a ala do partido que dispunha "de maior simpatia popular"[91]. Se dúvidas houvesse, ficariam desfeitas com as declarações de José Domingues dos Santos ao

---

[84] *Diário de Lisboa*, 9 de junho de 1925, p. 1 e 8.

[85] *O Rebate*, 10 de junho de 1925, p. 1.

[86] *O Rebate*, 20 e 21 de junho de 1925, p. 1.

[87] *Diário de Lisboa*, 9 de junho de 1925, p. 8.

[88] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 6 de julho de 1925, p. 16. A influência que o ex-líder do PRP continuava a ter, mesmo após a sua ida para França, era assim comentada, nessa mesma sessão, por Cunha Leal: "Portugal não é um País independente, sustento-o aqui. Portugal estabeleceu para com um homem, domiciliado em Paris, um direito de vassalagem, uma espécie de pagamento feudal. Portugal não exerce nunca o direito de escolher Ministérios sem pagar o direito ignominioso de vassalagem."

[89] A sequência do processo é relatada num manifesto do diretório do PRP. Perante a insistência do jornal *O Mundo* (3-7-1925, p. 1) de que o grupo parlamentar não fora ouvido, *O Rebate* (7-7-1925, p. 1) reafirma que todos os seus membros haviam sido convocados por escrito, com a indicação de que a carta para José Domingues dos Santos lhe fosse entregue pessoalmente.

[90] *O Rebate*, 2 de julho de 1925, p. 1.

[91] *O Mundo*, 6 de junlo de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 132 12/10/2012 14:42

diário *A Capital*. O governo, dizia, devia "ser recebido com hostilidade". Não podia contar "com o apoio parlamentar, nem com o apoio da opinião pública"[92].

No parlamento, José Domingues dos Santos cumpriria a ameaça. O programa que aí trouxera António Maria da Silva nada tinha que ver com o que fora sancionado no congresso do PRP. Era, em suma, acusava o líder *canhoto*, um programa da minoria nacionalista. Nesse sentido, concluía que quem estava fora da disciplina partidária não era ele mas sim o chefe do governo.

Para ultrapassar o impasse em que irremediavelmente se cairia, a solução não passava por António Maria da Silva, nem por chamar Cunha Leal a formar governo. Passava, isso sim, por chamar alguém acima das paixões partidárias, cujo governo organizaria as eleições. Depois dos votos contados, ver-se-ia quem devia governar.

No final da intervenção, num jeito muito seu, deixaria um aviso ao PRP:

> "Não tenho a ambição do poder; tenho, sim, a ambição de continuar dentro do meu partido a bater-me pelo programa partidário.
>
> Ameaças, não as aceito. Se me põem a ameaça de que tenho de obedecer ou morrer, eu direi: não obedeço, morrerei talvez; um homem como eu morre no seu posto, mas não abdica, não transige, nem obedece."[93]

Reagindo a esta intervenção, e ao alinhamento dos *canhotos* com a oposição ao governo, *O Rebate* dizia que se assistira a um espetáculo "irritante e dissolvente". Era tempo de restabelecer a disciplina no PRP.[94] O diretório democrático, naturalmente, procurou esclarecer a situação. Escolheu, porém, a pior forma para o fazer, já que a delegação encarregada de tratar o assunto propôs aos deputados que respondessem por escrito a algumas questões que queriam ver respondidas.

O aviso que José Domingues dos Santos deixara na sua intervenção parlamentar, ou não foi tomado a sério (hipótese difícil de aceitar), ou (hipótese mais provável) foi uma oportunidade única para levar o braço de ferro às suas últimas consequências.

De facto, ao pretender que os deputados "rebeldes" dessem explicações por escrito relativamente ao seu alinhamento parlamentar com as forças oposicionistas ao governo, só podia acontecer o que, de facto, aconteceu: a recusa em aceitar essas condições. Provocatoriamente, José Domingues dos Santos solicitou também que lhe fosse dado conhecimento, por escrito, das declarações que haviam sido feitas oralmente, o que, como é bom de ver, não aconteceu. De nada adiantou Silva Barreto (membro do diretório) esperar de José Domingues dos Santos "uma modificação conciliadora" na sua atitude. Esticando a corda ainda mais, José Domingues dos Santos admitiu apenas "o reatamento da disciplina partidária, cuja responsabilidade rejeitava", se o governo se demitisse.[95]

A ideia de irradiar os *canhotos* começou então a ganhar forma, situação que acabaria por dividir o diretório.[96] Contra algumas vozes então levantadas (a de Vitorino

---

[92] *A Capital*, 6 de julho de 1925, p. 2.
[93] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 6 de julho de 1925, p. 47.
[94] *O Rebate*, 8 de julho de 1925, p. 1.
[95] *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1925, p. 1 e *O Rebate*, 18 de agosto de 1925, p. 1.
[96] *Diário de Lisboa*, 9 de julho de 1925, p. 8.

JoseDominguesDosSantos.indb 133 12/10/2012 14:42

Guimarães, por exemplo), os processos disciplinares avançaram e disso foi dado conhecimento através de uma nota oficiosa.[97] A reação dos deputados nela visados foi imediata: no dia 10 de julho reuniram-se para discutir o conteúdo dessa nota e assinar um compromisso de solidariedade mútua.[98]

Perante a estupefação de uns jornais e a indignação de outros, *O Rebate*, procurando deitar água na fervura, diria serem exageradas as notícias que circulavam: não se falava em irradiações, inquiriam-se factos. O veredicto só no final se saberia. Talvez se tratasse, afinal, de um equívoco que se resolveria sem recurso a "sanções extremas"[99].

Não era, porém, um equívoco: no dia 11, ignorando os apelos que chegavam de várias comissões políticas do partido, o diretório avançou mesmo com os processos disciplinares e enviou notas de culpa aos deputados. No dia 13, reunidos novamente na sede do jornal *O Mundo*, os visados decidiram não responder, considerando incorretos os termos da nota de culpa. A seu tempo responderiam, quando e onde julgassem mais conveniente, nomeadamente no congresso do PRP.[100]

O desfecho acabarou por se precipitar com o apoio dado pelos *canhotos* à moção de desconfiança apresentada pelo nacionalista Pedro Pita. Na noite de 17 de julho, reagindo contra mais uma prova de rebeldia desses deputados, que considerava desafiadora da sua autoridade, o diretório dava por findo o prazo para a resposta às notas de culpa e decidia-se pelas medidas mais drásticas: assinada por Tavares Ferreira, secretário daquele órgão, uma nota oficiosa dava conta da irradiação de 18 deputados e de um senador.[101]

Conhecido o veredicto, dois senadores que haviam sido poupados à irradiação, Pereira Osório e Serra e Moura, manifestam a sua solidariedade aos correligionários irradiados. Ambos acabaram por ter a mesma sorte que eles, tal como os deputados Jorge Barros Capinha e Virgílio Saque, também irradiados na sequência de processos disciplinares pendentes.[102]

Para *O Rebate*, as sanções justificavam-se pela "aliança vergonhosa" que os parlamentares *canhotos* haviam feito com monárquicos e nacionalistas, um ato "repugnante de abjeção moral"[103]. *A Tribuna*, pelo contrário, afirmava que as irradiações

---

[97] *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1925, p. 2.

[98] *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1925, p. 2. Na reunião deverá ter estado Leonardo Coimbra, que chegara no dia 10 a Lisboa para tentar a reconciliação entre as partes desavindas. Ao saber que se falava já em irradiações, desistiu do seu intento e manifestou-se solidário com os parlamentares esquerdistas (*Diário de Lisboa*, 10-7-1925, p. 5 e *Diário de Notícias*, 11-7-1925, p. 2).

[99] *O Rebate*, 11 de julho de 1925, p. 1.

[100] *Diário de Notícias*, 14 de julho de 1925, p. 2. Segundo o *Diário de Lisboa* (14-7-1925, p. 8), os deputados Américo de Castro e Germano Amorim manifestaram o desejo de responder por escrito e publicar a sua defesa. Deverão ter desistido da ideia já que na imprensa não há rasto desses textos.

[101] *O Rebate*, 18 de julho de 1925, p. 1. Além dessas sanções, a nota dava conta da suspensão temporária de direitos a um senador e da instauração de processos disciplinares a dois deputados.

[102] *O Rebate*, 25 de julho de 1925, p. 1. Nesta edição dava-se conta da abertura de um processo disciplinar contra o diretor de *O Mundo*. No dia 15 de agosto, o diretório decidiu não só irradiar Urbano Rodrigues como o próprio jornal.

[103] *O Rebate*, 18 de julho de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 134 12/10/2012 14:42

configuravam um "verdadeiro golpe de Estado"; com esse ato, António Maria da Silva tornava-se um "aspirante a coveiro" do PRP"[104].

Apesar de irradiados, os parlamentares, também por nota oficiosa, davam conta que haviam decidido manter-se no PRP. Até ao próximo congresso, porém, estariam organizados no Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática[105]. No dia 21, num longo documento divulgado em alguns jornais, faziam a história desse processo, recusando a "excomunhão" que queriam impor-lhes. Só aceitariam o veredicto dos correligionários no congresso que para o efeito viesse a ser convocado.[106] Ao *Diário de Lisboa*, José Domingues dos Santos dizia confiar o seu futuro político ao resultado desse congresso. Era aí que deveria marcar-se a atitude do partido. Se porventura fosse aprovada "doutrina conservadora", ele e os parlamentares que o acompanhavam tinham de sair.[107]

A onda de solidariedade que os envolveu, manifestada em inúmeras mensagens, a nível individual e coletivo, que *O Mundo* e *A Tribuna* publicavam com grande destaque, teve um dos seus pontos altos logo no dia 26, na homenagem prestada a José Domingues dos Santos, em Algés. Foi uma jornada de profundo fervor republicano, que juntou cerca de 400 esquerdistas, muitos dos quais fizeram questão de se apresentar com um cravo rubro na lapela, flor que, já desde o congresso democrático de junho desse ano, era a marca identitária dos seguidores do líder *canhoto*. Para um vespertino lisboeta o cravo vermelho representava "no esquerdismo português, não uma flor – mas uma insígnia na bandeira de guerra"[108].

O ambiente de euforia gerado em Algés impulsionou os parlamentares *canhotos* e os seus apoiantes para ações mais concretas de oposição interna no PRP. Daí a organização da Comissão Central de Resistência aos Atos do diretório, com sede provisória numa das salas do jornal *O Mundo*. O diretório democrático, porém, não se mostrou impressionado com esta decisão, nem com as notícias que davam conta do alinhamento de várias comissões municipais com os referidos parlamentares: contra-atacando, convidava-as a justificar as posições que haviam tomado, sob pena de serem dissolvidas.[109]

As ameaças não foram, porém, suficientemente persuasivas para evitar que se organizassem, em muitos concelhos do país, comissões e subcomissões de resistência. De uma forma geral, as primeiras correspondiam às comissões municipais; as segundas às comissões paroquiais. Sem que muitos ainda o suspeitassem, estava a iniciar-se o processo proto-partidário da Esquerda Democrática, pois essas comissões foram o embrião da sua futura arquitetura institucional.

---

[104] *A Tribuna*, 19 de julho de 1925, p. 1.
[105] *A Capital*, 20 de julho de 1925, p. 2.
[106] *O Mundo*, 21 de julho de 1925, p. 1-2.
[107] *Diário de Lisboa*, 23 de julho de 1925, p. 8.
[108] *A Tarde*, 27 de julho de 1925, p. 1.
[109] Em meados de agosto a imprensa noticiava já a dissolução de várias comissões municipais e paroquiais do PRP. Entre as primeiras contava-se a do Porto.

JoseDominguesDosSantos.indb 135 12/10/2012 14:42

A par das tarefas organizativas, a Comissão Central de Resistência aos Atos do diretório promoveu inúmeras ações de propaganda. Uma das que tiveram maior impacto mediático ocorreu no dia 30, no Palácio de Cristal, no Porto. Entusiasmado com o discurso aí proferido por José Domingues dos Santos, o jornalista Mayer Garção diria ter-se assistido à "ressurreição" da alma republicana.[110]

Significativa foi também a sessão que ocorreu no dia 9 de agosto, em Lisboa, no Teatro Joaquim de Almeida, que dava início formal ao Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos. O nome do líder esquerdista era assim acrescentado a uma já antiga, histórica e prestigiada galeria de republicanos que receberam esse tipo de homenagem.

Alguns dias antes (5 de agosto), o governo apresentava-se no parlamento. Nessa data, José Domingues dos Santos anunciou formalmente a nova força parlamentar que constituíra com os deputados irradiados, dizendo:

> "Sr. presidente: por motivos que de toda a Câmara são conhecidos, pedi a palavra para falar em nome de um grupo parlamentar que se acaba do constituir.
>
> Não quero, evidentemente, discutir neste momento as razões que determinaram a formação do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática.
>
> Quero, apenas, afirmar a v. ex.ª e à Câmara que, considerando-nos dentro do Partido Republicano Português, recuperámos a nossa liberdade de ação até o futuro congresso partidário, e até lá caminharemos como entendermos, sempre de harmonia com os mais altos interesses da República.
>
> Autónomos, prestaremos dentro da Câmara, enquanto ela viver, o concurso do nosso esforço, da nossa inteligência e dedicação, com aquela lealdade e correção com que nos temos afirmado até hoje."[111]

Mais do que o congresso do PRP, o que verdadeiramente preocupava os esquerdistas eram, de facto, as eleições. Falhado o acesso ao poder através do Comité de Defesa da República[112], não tinham já quaisquer ilusões de que as listas democráticas lhes estariam vedadas. Nalguns deles começou a germinar a ideia, a exemplo do que acontecera em França, de formar um "cartel das esquerdas".

Embora não se desconhecesse as reservas, e até a oposição, de setores socialistas, comunistas e radicais, o que levou um vespertino a considerar esse cartel "virtualmente desfeito"[113], no dia 15 de setembro, a Comissão Central de Resistência decidiu nomear uma comissão com plenos poderes para se ocupar da sua constituição.[114] Acautelando, porém, possíveis divergências, que impedissem listas conjuntas, pronunciou-se também favoravelmente a conversações diretas com algumas classes profissionais, nomeadamente no setor ferroviário e no setor telégrafo-postal.

---

[110] *O Mundo*, 3 de setembro de 1925, p. 1.

[111] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de agosto de 1925, p. 20-21.

[112] Surgido após a absolvição dos implicados no 18 de abril, o Comité de Defesa da República, que agregou republicanos de vários matizes, teve vida efémera. Para os diários *O Século* (3-10-1925, p. 1) e *O Primeiro de Janeiro* (3-10-1925, p. 3), não passou de uma estratégia esquerdista de tomada do poder.

[113] *A Tarde*, 24 de agosto de 1925, p. 1.

[114] *O Mundo*, 16 de setembro de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 136 12/10/2012 14:42

Finalmente, a 23 de setembro, num claro desafio aos órgãos dirigentes democráticos, a Comissão Central de Resistência decidiu ir às urnas e disputar as maiorias em Lisboa; dois dias mais tarde, as comissões políticas da Esquerda Democrática do Porto nomeavam uma comissão eleitoral.[115] A última cisão do PRP, consumada nas eleições legislativas de novembro de 1925, teria o seu capítulo final, em abril do ano seguinte, com o nascimento formal do Partido Republicano da Esquerda Democrática.[116]

2. As eleições de 1925

Desde a proclamação da República, de todas as vezes que o eleitorado foi chamado às urnas, a imprensa, com pequenas variações, antecipou quase sempre os resultados finais. Nas eleições de 8 de novembro, dizia o *Diário de Lisboa*, isso era "quase impossível". As habituais "regras" e "princípios assentes e estabelecidos" haviam desaparecido; a "disciplina do Terreiro do Paço" sofrera "grande depreciação". Segundo o mesmo jornal, eram razões mais que suficientes para se afirmar que a principal característica do ato eleitoral seria "o acaso"[117].

Outras razões, porém, mais profundas e menos "visíveis" contribuíam para essa alegada imprevisibilidade de resultados. Em 1925, o PRP vivia uma situação de claro cerco social. Não só não conseguia conquistar a confiança dos setores dominantes da sociedade – seduzidos que estavam pelos exemplos autoritários e de "ordem" que chegavam de Itália e de Espanha – como acabaria por se defrontar também, uma vez mais, com a hostilidade do operariado e com a crescente deserção da pequena e média burguesia das cidades, excluindo, naturalmente, os que beneficiavam de situações de clientelismo, que eram muitos, sobretudo no funcionalismo público.

A viragem do relacionamento entre patronato e governo vinha de trás, mais concretamente de dezembro de 1923, data em que se realizou o congresso das Associações Comerciais e Industriais, cuja dinâmica culminaria com a fundação da União dos Interesses Económicos, em 28 de setembro de 1924. A partir daqui, o patronato abria finalmente o jogo: a sua oposição já não era apenas aos governos da República mas ao próprio regime com quem o PRP se confundia.

---

[115] *A Tribuna*, 26 de setembro de 1925, p. 1.

[116] No congresso da Esquerda Democrática, realizado no Liceu Camões, de 24 a 26 de abril, em Lisboa, foi constituído o Partido Republicano da Esquerda Democrática. Os órgãos aí eleitos tinham a seguinte composição: diretório: efetivos - José Domingues dos Santos, Adriano António Crispiniano da Fonseca, Alfredo da Cruz Nordeste, António Joaquim de Sousa Júnior, António de Medeiros Franco, Carlos Eugénio de Vasconcelos, João Pina de Morais Júnior, Luís António da Silva Tavares de Carvalho, Manuel Gregório Pestana Júnior e Pedro Januário do Vale Sá Pereira; substitutos - Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho, Aníbal Augusto Ramos de Miranda, António Resende, Augusto Carvalho da Silva Pinto, Duarte Clodomiro Patten Sá Viana, Ezequiel Soveral Rodrigues, João Carrington Simões da Costa, Jorge Barros Capinha, José Cortês dos Santos, Manuel Paulino Gomes e Manuel Pedro Guerreiro. Junta Arbitral: efetivos - Amadeu Leite de Vasconcelos, Eduardo Pinto de Sousa, Leonardo José Coimbra, Pedro Augusto Pereira de Castro e Plínio Octávio de Santana e Silva; substitutos - António Duarte da Silva e Sousa, António Pinto de Magalhães e Almeida, Américo da Silva Castro, Eduardo Mendes Belo e Faustino Policarpo Timóteo (*Diário de Notícias*, 26-4-1926, p. 1).

[117] *Diário de Lisboa*, 7 de novembro de 1925, p. 4.

JoseDominguesDosSantos.indb 137 12/10/2012 14:42

O "interesse invulgar" que rodeava as eleições justificava-se, segundo o *Diário de Notícias*, pela divisão no PRP, o partido que até então sempre demonstrara ter a melhor e mais bem organizada "máquina eleitoral". A recente fratura que sofrera dera, porém, "ânimo às diversas fações e correntes de opinião", algumas das quais se propunham disputar as maiorias.[118]

Os 163 lugares da Câmara dos Deputados[119], distribuídos por 51 círculos eleitorais[120] foram, pois, disputados por várias forças políticas: Partido Republicano Português, Partido Socialista Português, Partido Republicano Radical, Esquerda Democrática, Partido Republicano Nacionalista, União dos Interesses Económicos, Centro Católico Português e Causa Monárquica.[121] Houve também, um pouco por todo o país, candidaturas independentes, por vezes ditas regionalistas. Em Lisboa e no Porto algumas dessas forças apresentaram-se coligadas numa ampla frente, a chamada Conjunção Republicano-Socialista.

O PRP, cuja cultura de poder era sobejamente conhecida, encarou a eleição como um "sacrifício". Na verdade, segundo o seu manifesto eleitoral, o partido oferecia-se uma vez mais para desempenhar "a honrosa mas pesada tarefa de elaborar leis e gerir os negócios públicos". Daí, o pedido aos eleitores para que lhe dessem uma "representação parlamentar bastante numerosa". Não queria continuar "na perniciosa e precária situação" em que vinha vivendo, assumindo as responsabilidades do poder "mercê do favor inconsistente e caro dos seus adversários", que o levava a arcar "com o odioso de uma obra" que era, afinal, de todos.

O eleitorado tinha, pois, de escolher entre os democráticos e os seus adversários. Caso ficasse em minoria, o PRP limitar-se-ia a colaborar "serenamente" nas tarefas legislativas que viabilizassem a ação governativa.

A cisão esquerdista não foi naturalmente ignorada no seu manifesto eleitoral. Lamentava-se o facto, é verdade; o partido, porém, unira fileiras, prosseguindo "impassivelmente na sua marcha para o ideal" que o inspirara, "sem abdicar dos preceitos conservadores da ordem social, uma das aspirações humanitárias de aperfeiçoamento económico e moral".

O "primeiro mandamento" do PRP era, pois, "a defesa e o prestígio da República". Daí o acordo com outras forças políticas "do mundo republicano e socialista", a que se juntaram também personalidades independentes.[122]

---

[118] *Diário de Notícias*, 8 de novembro de 1925, p. 7.

[119] A distribuição dos deputados era a seguinte: Continente, 142; Açores e Madeira, 10; Colónias, 11.

[120] Havia 39 círculos no continente, quatro nas ilhas adjacentes e oito nas províncias ultramarinas.

[121] Na imprensa, a Causa Monárquica surge por vezes referida como Partido Monárquico.

[122] As medidas propostas pelo PRP eram (em resumo) as seguintes: Revisão Constitucional, com vista a melhorar a coordenação e a eficiência dos poderes do Estado; Sistematização e codificação das leis administrativas, com o prévio reforço dos corpos administrativos, nomeadamente o alargamento das competências das Juntas de Paróquia; Criação do Supremo Conselho Administrativo; Saneamento dos serviços públicos e supressão dos serviços industriais "parasitários e ruinosos"; Reforma Fiscal; Regularização das contas do Estado (equilíbrio orçamental e arrumação das contas da Grande Guerra); Solução do problema dos Tabacos (adoção da *régie*, isto é, da administração autónoma do Estado); Medidas de fomento (reparação e conclusão da rede das estradas; obras hidráulicas; aproveitamento dos carvões nacionais; construção de um porto de pesca); Intervenção no Ultramar (resolução da crise monetária e bancária das colónias;

JoseDominguesDosSantos.indb 138 12/10/2012 14:42

O Partido Socialista apresentou-se em poucos círculos.[123] Em Lisboa e no Porto integrou a Conjunção Republicano-Socialista. Era um pequeno grupo sem força e sem grande prestígio. Além disso, encontrava-se dividido entre os que consideravam que devia ir sozinho às eleições ou em coligação com outras forças políticas, nomeadamente com o PRP. Venceu a tese dos segundos, já que, à partida, havia a garantia da eleição de dois deputados. Para o PRP, o "negócio" também não era mau, já que a presença dos socialistas dava à coligação um ar de esquerda, que lhe seria útil para o combate com os *canhotos*. Nestas circunstâncias, o programa do PSP era absolutamente irrelevante. A confirmá-lo, a declaração de Amâncio Alpoim, candidato socialista em Lisboa, que, parafraseando Clemenceau, resumia assim o seu programa: "Não tenho mais nada em que pensar. Faço a guerra aos monárquicos."[124]

À direita do PRP, pretendendo cortar com o passado, o Partido Republicano Nacionalista dizia representar, segundo podia ler-se no seu manifesto eleitoral, "um espírito novo, novos ideais, novos processos, e, sobretudo, uma moral política nova"[125]. Apesar destas intenções, para combater a ED aceitou integrar, em Lisboa e no Porto, a Conjunção Republicano-Socialista.

Mais à direita, apresentavam-se a União dos Interesses Económicos, o Centro Católico Português e a Causa Monárquica, cujos programas tinham vários pontos em comum. Segundo o diretor do diário *A Época*, os monárquicos faziam suas "as reivindicações católicas do Centro" e "as reclamações económicas e financeiras" da UIE.[126]

---

criação de condições para a fixação da "raça branca" em zonas mais favoráveis); Reorganização das Forças Armadas; Remodelação dos serviços e institutos de Instrução. Obrigatoriedade do Ensino Primário. Criação e desenvolvimento da assistência escolar. O manifesto, tal como era costume entre os democráticos, terminava com um ataque aos monárquicos e à Igreja. O PRP, obviamente, não queria deixar aos esquerdistas a defesa de um "património" que era muito caro às suas bases (*O Rebate*, 5-11-1925, p. 1).

[123] Porto, Tomar, Lisboa, Torres Vedras e Faro.

[124] *Diário de Notícias*, 8 de novembro de 1925, p. 1.

[125] Votar no PRN, dizia-se no seu manifesto eleitoral, significava "votar pela ordem contra a desordem; pela legalidade contra o arbítrio; pela paz civil contra a ameaça revolucionária; pelo princípio e autoridade contra a anarquia do poder". Rejeitando os extremismos, fossem eles da esquerda ou da direita, o PRN queria situar-se ao centro. As suas propostas refletiam bem essa pretensão, nomeadamente as que respeitavam à Igreja, às "forças vivas" e ao operariado. Assim, o PRN comprometia-se a tomar a iniciativa de uma revisão constitucional, de modo "a tornar efetiva a liberdade das religiões, especialmente da religião católica". A rigorosa neutralidade do Estado laico não colidiria, pois, com a permissão do ensino religioso nas escolas particulares. Estas medidas seriam, porém, acompanhadas por outras alterações que visavam o fortalecimento do poder civil. A legislação fiscal seria imediatamente revista, no sentido de torná-la mais justa e equitativa, de modo a desonerar a agricultura, a indústria e o comércio. Seriam tomadas também medidas que facilitassem as cobranças e assegurassem ao contribuinte o direito de reclamação. O PRN, em suma, pretendia que ninguém fosse obrigado a pagar ao Estado mais do que aquilo que legitimamente devesse pagar-lhe. A legislação laboral (prometiam ainda os nacionalistas) seria também objeto de remodelação, "em bases modernas e justas". Como produtor de riqueza, o operariado devia merecer toda a consideração, sendo, pois, necessária a sua colaboração "na vida do Estado". Valores tradicionais, muito caros aos eleitores mais conservadores, tais como o primado da ordem, o civismo, a família, o culto das virtudes nacionais, a propriedade privada e a valorização do império colonial, constavam igualmente do manifesto nacionalista (*Democracia do Sul*, 3-11-1925, p. 1).

[126] Para Fernando de Sousa (*Nemo*), a UIE, que restringia a sua ação ao campo administrativo, financeiro e económico, pretendia travar "o declive para a desordem nas finanças" e "a tributação insensata", que estancava os recursos da nação, bem como "a desordem" e as "incompetências administrativas" que esterilizavam a atividade dos que trabalhavam. Por sua vez, o Centro Católico Português dizia pugnar pelas

JoseDominguesDosSantos.indb 139 12/10/2012 14:42

No campo oposto a todas estas forças encontravam-se o Partido Comunista Português[127], o Partido Republicano Radical[128] e a Esquerda Democrática. O mais natural seria que os dois últimos tivessem concorrido em coligação. Incompatibilidades pessoais, nomeadamente no Porto, inviabilizaram, porém, essa possibilidade.[129] Com o PCP, porém, fariam os esquerdistas acordos eleitorais em Lisboa e em Beja. Nasciam assim, as chamadas Listas Populares.[130]

No seu manifesto "À Nação", cuja autoria era atribuída a Pestana Júnior, a Esquerda Democrática fazia a apologia do governo a que presidiu José Domingues dos Santos, considerando que com ele se iniciara "um novo ciclo da governação pública". A sua "atitude determinada" fora tomada, "corajosamente" por um conjunto de "ideais e aspirações superiores". Contra esse governo, "abertamente ou na sombra", se levantaram desde logo "os exploradores parasitários dos Tabacos, dos Fósforos, do Pão e dos Latifúndios".

"liberdades da Igreja". Abstraindo-se "das modalidades do problema político", era "sobranceiro às questões de partido e formas de governo". O seu pragmatismo obrigava-o, pois, a "conservar neutros os seus aderentes" (*A Época*, 6-11-1925, p. 1). O "programa mínimo" do CCP contemplava nove pontos: 1.º Entrega, à Igreja, dos seus bens móveis e imóveis que estavam em poder do Estado e dos corpos administrativos; 2.º Livre organização de culto; 3.º Liberdade de ensino religioso em escolas particulares; 4.º Liberdade de associação religiosa; 5.º Auxílio às missões católicas no ultramar; 6.º Supressão da obrigatoriedade do registo civil para o batismo. Reconhecimento do casamento religioso. Restituição, à Igreja, dos cartórios paroquiais; 7.º Dotação orçamental para os serviços de capelania; 8.º Abolição das penas de expulsão por motivos religiosos; 9.º Revogação de preceitos vexatórios e ofensivos da liberdade de consciência que figuravam em diferentes leis (*Correio da Manhã*, 5-11-1925, p. 1).

[127] No seu programa, o PCP defendia a incompatibilidade do exercício das funções públicas com cargos ligados à banca e às grandes companhias; as nacionalizações, nomeadamente nos serviços e nos setores de produção (incluindo a propriedade latifundiária); o monopólio do Estado no comércio externo das matérias-primas industriais e das substâncias alimentares; a redução das taxas aduaneiras sobre os bens de primeira necessidade; o estabelecimento do salário mínimo; o subsídio de desemprego equivalente a 30% do salário regular; a abertura de trabalhos públicos extraordinários como forma de combater o desemprego; a concessão de crédito a pequenos agricultores, industriais e cooperativas de consumo; a criação de um organismo popular (subsidiado pelo Estado) com o fim de erradicar o analfabetismo; a criação de condições práticas para o ensino obrigatório; a remodelação do ensino; a garantia de assistência médica e farmacêutica, de vestuário e alimentação; a organização do seguro social, contemplando a maternidade, a infância, a velhice e a invalidez (*O Comunista*, Lisboa, 28-3-1925, p. 1; repetição em 8-11-1925, p. 2).

[128] Raul Tamagnini Barbosa, candidato pelo círculo do Porto, resumia desta forma os aspetos do programa eleitoral dos radicais que considerava prioritários: lei da responsabilidade ministerial efetiva, revogação dos mandatos de deputados e senadores, sempre que estes mudassem de partido, reparação das estradas, descentralização dos serviços públicos, proteção estatal às pequenas indústrias e defesa do funcionalismo (*Diário de Notícias*, 8-11-1925, p. 2).

[129] À margem do ato eleitoral mantinham-se os anarquistas e os anarcossindicalistas. Em comunicado, o "comité" nacional da União Anarquista Portuguesa aconselhava o operariado a ficar em casa (*Diário de Notícias*, 4-11-1925, p. 1). Também a Confederação Geral do Trabalho fazia apelo à abstenção. Em nota oficiosa, o Comité Confederal reafirmava a existência de "um antagonismo formal entre o Sindicalismo e o Parlamentarismo". Daí que "qualquer manifestação favorável aos atos políticos eleitorais por parte dos trabalhadores conscientes" representasse "uma transigência e uma abdicação". A CGT não influiria, pois, "nem a favor de gregos nem a favor de troianos" (*A Batalha*, 4-11-1925, p. 1).

[130] Da Lista Popular, no círculo n.º 27 (Lisboa Oriental), além da ED e do PCP, fez parte um operário arsenalista, José Tavares dos Santos. O candidato do PCP foi o médico Augusto Rodrigues de Miranda. No círculo n.º 28 (Lisboa Ocidental), fez parte um representante dos trabalhadores telégrafo-postais, Adalberto da Costa Veiga. O candidato do PCP foi o empregado comercial João Ferreira Cabecinha. Em Beja, o candidato do PCP foi Manuel Ferreira Quartel, secretário interno do partido.

JoseDominguesDosSantos.indb 140 12/10/2012 14:42

Sem sofismas, os esquerdistas procuravam convencer os eleitores que representavam a mudança. Os programas das outras forças concorrentes, diziam, potenciaria a manutenção do imobilismo económico-social de raiz monárquica. A determinada altura do seu manifesto, podia ler-se o seguinte:

> "Os nossos adversários querem um vergonhoso hibridismo de República e Monarquia, já associadas de facto nos seus homens para a exploração esgotante da economia nacional. Daí o contrariarem quaisquer propósitos de transformação justa e fecunda nas classes, no trabalho, na produção e na terra. Nós queremos uma democracia verdadeira, tolerante porque forte, e empenhada em todas as reformas morais e materiais que se dirijam ao robustecimento, ao progresso e à dignificação do País."[131]

Em declarações ao *Diário de Notícias*, José Domingues dos Santos defenderia para a República uma base moral assente na tríade que definira para o seu governo: "Liberdade, Pão Educação." Nesse sentido, recuperava algumas propostas que não tivera oportunidade de pôr em prática:

> "Pretendemos realizar uma obra profundamente republicana, estruturalmente democrática, uma obra de moralização e de progresso, dando o máximo de liberdades.
>
> Pretendemos o equilíbrio orçamental pela criteriosa cobrança de impostos e sensata diminuição de despesas. Somos intransigentes inimigos dos monopólios e defendemos o imediato aproveitamento dos incultos e baldios. Pugnamos pela escola única e pela criação de assistência aos operários na velhice. Combatemos a desnacionalização das nossas colónias. Não aceitamos o predomínio de castas ou de classes, a todas reconhecendo, perante a lei, iguais direitos e obrigações.
>
> Em resumo: todo o nosso programa visa dar ao país uma República bem democrática, uma República que não seja governada por oligarquias. […]
>
> Para já, e como início do nosso programa de realizações, a Esquerda Democrática procurará estabelecer o *habeas corpus*, a reforma tributária, a reforma bancária, o aproveitamento das fontes de riqueza, resolvendo também o problema das estradas, o problema social e de assistência.
>
> Queremos o aproveitamento máximo da terra e dar largo combate ao analfabetismo. Quem for pelos monopólios, votará contra nós; quem não o for, votará connosco. E como desejamos todas as liberdades para o povo, na nossa propaganda não lhes dizemos: votai em nós; mas sim: decidi por quem a vossa consciência vos indicar."[132]

O grande interesse das eleições, para a maioria dos jornais, residia na luta que iria travar-se entre as duas fações do PRP. Segundo o *Diário de Notícias*, o PRP (isto é, a sua fação conservadora) empregava todos os esforços para que fossem caucionadas nas urnas as irradiações dos c*anhotos*, fechando-lhes, assim, "a arena parlamentar". A ED, por sua vez, sabia que do resultado do voto dependeria o seu futuro político.[133]

---

[131] *A Tribuna*, 18 de outubro de 1925, p. 1.
[132] *Diário de Notícias*, 8 de novembro de 1925, p. 7.
[133] *Diário de Notícias*, 6 de novembro de 1925, p. 2.

JoseDominguesDosSantos.indb 141 12/10/2012 14:42

Face a um cenário aparentemente aberto, muitas e variadas "combinações" foram feitas, prolongando-se até às vésperas do ato eleitoral. Mesmo os adversários mais irredutíveis, lia-se no *Diário de Lisboa*, chegavam "às boas" e entravam em acordos surpreendentes. Como por artes mágicas, acrescentava esse jornal, as "regras" e os "princípios estabelecidos" haviam desaparecido.[134]

Contra os acordos insurgia-se alguma imprensa, até mesmo da província, considerando-os "uma deturpação do sistema representativo", já que, de forma geral, significavam "uma partilha de votos entre caciques, com inteiro desprezo do sentir dos eleitores"[135]. Desses arranjos resultava, na prática, a nomeação e não a eleição dos deputados. Os acordos eleitorais, como afirmava o semanário monárquico de Vila Nova de Famalicão, *A Paz*, representavam sempre "uma grande imoralidade". Quem os subscrevia dava uma "formidável navalhada nos direitos do cidadão"[136].

Fazendo orelhas moucas às vozes que dos mais diversos quadrantes condenavam essa prática, os acordos voltaram, porém, a ser uma realidade, sobretudo no Norte e no Centro do país; monárquicos e republicanos, contra tudo o que seria de esperar, não tiveram qualquer pudor em repartir conjuntamente os votos pelos seus candidatos.

Além dos acordos, temia-se igualmente que as tradicionais "chapeladas" acontecessem novamente, favorecendo o mais forte, isto é, o PRP. Apesar das reiteradas afirmações do governo de que o ato eleitoral iria decorrer com total imparcialidade[137], não faltaram denúncias a contradizer essas intenções. No Porto, por exemplo, os esquerdistas criticavam severamente as mudanças de administradores de concelho no distrito (então designados por delegados do governo), bem como de regedores na cidade. Acusavam o governador civil, Meneses Pinheiro, de inação face às manobras que estavam em curso para beneficiar a direita democrática.[138]

Em carta enviada aos jornais da cidade, Meneses Pinheiro considerou absurdas as suspeitas levantadas pelos esquerdistas. A mudança de delegados do governo, dizia, tivera em conta a sua "preocupação de procurar pessoas que oferecessem garantias de imparcialidade". Rejeitara muitas, era verdade. Mas apenas porque "a sua conhecida combatividade e evidência as poderia tornar suspeitas"[139].

A justificação do governador civil foi fortemente contestada pelas "comissões políticas do PRP do Porto, legalmente eleitas", isto é, das que eram afetas à ED. Em reunião conjunta, essas comissões aprovaram uma moção considerando que a substituição das autoridades administrativas, com base no "facto de serem republicanos combativos", equivalia "a uma intransigência com os inimigos da República." Dessa moção deram conta ao ministro do Interior, fazendo-a acompanhar "com a cópia da extravagante carta do chefe de distrito"[140].

---

[134] *Diário de Lisboa*, 7 de novembro de 1925, p. 1.
[135] *A Região Flaviense*, 12 de novembro de 1925, p. 1.
[136] *A Paz*, 14 de novembro de 1925, p. 1.
[137] *Diário de Lisboa*, 7 de novembro de 1925, p. 1.
[138] *A Tribuna*, 30 de outubro de 1925, p. 1.
[139] *A Tribuna*, 31 de outubro de 1925, p. 1.
[140] *A Tribuna*, 1 de novembro de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 142 12/10/2012 14:42

Acompanhando esta posição, os esquerdistas de Penafiel protestavam igualmente com as referidas afirmações, acusando o governador civil de ter escolhido "a dedo" o delegado do governo, por ser "inimigo figadal" da ED "e o maior galopim eleiçoeiro". Tanto era assim, que, "valendo-se da sua autoridade", andava já a arranjar votos nas freguesias do concelho.[141] Posição semelhante iriam tomar, dias depois, os esquerdistas da Póvoa de Varzim, que apontavam o dedo aos regedores de Aver-o-Mar e Laúndos.[142]

Sem surpresa, a campanha foi profundamente dura. Sobretudo para a Esquerda Democrática e muito particularmente para o seu líder. José Domingues dos Santos sabia muito bem no que se metera. Numa sessão realizada na freguesia do Bonfim, face aos ataques que ele e outros correligionários vinham sofrendo, diria:

> "Quando os homens da Esquerda Democrática encetaram a sua campanha contra este estado de coisas, sabiam que toda a sua honra, tudo o que compõe o seu património moral, seria devassado e achincalhado."[143]

Desde há muito que José Domingues dos Santos era visado em jornais com insinuações e insultos; a acusação mais frequente era a de ser *bolchevista*, não só por ter ponderado o reatamento das relações com a Rússia mas sobretudo pelo projeto de reforma agrária que o seu governo se propusera implementar.

Numa sessão de propaganda eleitoral, que decorreu no Centro Republicano Democrático Dr. José Falcão, em Paranhos, um dos oradores, Arnaldo Viana, perguntando por que é que atacavam José Domingues dos Santos, logo respondeu: "porque é honesto."[144] A verdadeira resposta, porém, independentemente da veracidade da afirmação de Arnaldo Viana, era bem mais complexa. Não faltava, entre os apoiantes de José Domingues dos Santos quem o de soubesse. Um deles era Anastácio Ramos, conhecido e influente operário portuense, que num comício realizado em Lordelo do Ouro antecipava os ataques mais duros que estavam ainda por vir. Tinha esperança num resultado que voltasse a levar o líder da ED ao Terreiro do Paço. Sabia quem o queria no governo. Mas sabia sobretudo quem o não queria:

> "O Povo é que vai colocá-lo. Não pode ter o apoio da moagem, porque a castigou; não pode ter o auxílio dos bancos, porque quis metê-los na ordem; não pode ter o apoio dos monopólios, porque quer e há de extingui-los.
>
> O seu apoio está no Povo. Foi já demonstrado, quando viu levantarem-se 80 mil pessoas na cidade de Lisboa para aprovarem a sua obra no governo.
>
> Não vai governar em seu nome – mas em nome do Povo. Veja a responsabilidade que vai assumir. A Esquerda Democrática é o último reduto da República."[145]

---

[141] *A Tribuna*, 1 de novembro de 1925, p. 1.
[142] *A Tribuna*, 8 de novembro de 1925, p. 1.
[143] *A Tribuna*, 3 de novembro de 1925, p. 1.
[144] *A Tribuna*, 27 de outubro de 1925, p. 1.
[145] *A Tribuna*, 5 de novembro de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 143 12/10/2012 14:42

Não era, pois, por ser honesto que o líder esquerdista era atacado. Não o seria, pelo menos da mesma forma, se o programa que defendia não tocasse em grandes e poderosos interesses económico-financeiros.

José Domingues dos Santos tinha, naturalmente, consciência do desafio que enfrentava, das responsabilidades que assumia, das esperanças que alimentava em muitos que se mostravam desiludidos com os rumos da República. Era, porém, um homem determinado. Nas suas palavras, "era forte, sereno e audaz" como os homens da sua terra. Num comício em Matosinhos, explicou por que julgava assim ser:

> "Fortes são os homens destas paragens para olhar de frente o mar imenso; serenos para afrontarem as tormentas, vencendo-as; audazes para se fazerem mar em fora sem que a ideia do perigo os amedronte.
>
> Filho da nossa terra, eu tenho os vossos mesmos defeitos e as vossas qualidades."[146]

Por essa altura circulava nos concelhos do círculo n.º 10 (Penafiel) uma publicação intitulada *Folhas Soltas*, com origem provável em Felgueiras.[147] Atacando implacavelmente a Esquerda Democrática, que apelidava de "partido bolcheviki", de José Domingues dos Santos dizia ser o "Lenine Português". As suas ideias políticas, acrescentava, eram "*bolchevistas*, horrorosas, sem respeito pelo Direito que é a base de uma boa sociedade". Consistiam essas ideias, segundo o *Folhas Soltas*, "na *divisão da propriedade*, *socialização dos capitais* e *usurpação dos lugares* pelo nivelamento social". Era, em suma, "o absurdo sobre o senso comum"[148].

Quem não estranhava estes ataques, e para eles tinha explicação, era Leonardo Coimbra. Num comício realizado na Foz do Douro, procurando desvalorizá-los, diria:

> "A melhor propaganda da Esquerda Democrática está a ser feita pelos seus inimigos.
>
> Disse um ilustre historiador francês, que todos os grupos que se proponham a defensores dos direitos populares, é hábito acusá-los logo de abolidores do direito de propriedade.
>
> Em todos os tempos foi assim.
>
> A melhor propaganda, portanto, que eles nos fazem, é chamando-nos *bolchevistas*."[149]

Os ataques, porém, continuaram, mais ferozes à medida que se aproximavam as eleições. No dia em que elas se realizaram, o diário *O Rebate* publicava os termos de uma escritura feita num notário da cidade do Porto, Tomás Megre Restier, em que constava uma relação dos bens que José Domingues dos Santos herdara. Acusando-o também de *bolchevique*, o jornal dizia que ele restabelecera "em seu proveito a absolutista lei dos

---

[146] *A Tribuna*, 5 de novembro de 1925, p. 1.

[147] Esse folheto, de apenas uma página, não indicava o local de edição. O seu editor, porém, era Arnaldo Faria, que residia então na Casa da Torre, em Idães, freguesia do concelho de Felgueiras. Era pessoa bem conhecida nessa vila. Foi editor, redator, administrador e proprietário do jornal *Defesa de Felgueiras*. Faleceu em Margaride (Felgueiras) em 24 de novembro de 1926. Tinha 32 anos de idade.

[148] O "jornal" *Folhas Soltas* deu entrada na Biblioteca Pública Municipal do Porto em 13 de outubro de 1925. Era impresso apenas numa página.

[149] *A Tribuna*, 4 de novembro de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 144 12/10/2012 14:42

morgadios". Pregava que era "preciso dividir as terras dos outros". As da mãe, porém, que deviam vir a ser também do irmão e das duas irmãs, essas eram "todas dele"[150].

O jornal, naturalmente, não cuidou de saber as circunstâncias legais em que a escritura foi realizada; se as terras eram herdadas diretamente da mãe ou do pai, já falecidos; se os seus irmãos, nascidos de um segundo casamento de sua mãe, teriam ou não direito a elas. Tudo valia para o atacar. Ninguém, porém, iria tão longe como o semanário portuense *A Verdade*, "Órgão dos Defensores da República", dirigido por Lino Nunes Figueirôa, um dos protagonistas do Núcleo Republicano Regionalista do Norte.

Na véspera da eleição, numa espécie de manifesto dirigido aos eleitores, que ocupava por completo a sua primeira página, *A Verdade* atacava José Domingues dos Santos com uma contundência raras vezes vista até então. Mais do que aspetos de ordem política, procurava-se atingir sobretudo o seu caráter e a sua honorabilidade enquanto cidadão.

Em treze pequenos capítulos, o jornal acusava o líder esquerdista de ser um "aventureiro político": tendo sido "monárquico", fora também "conspirador" serventuário de Paiva Couceiro", em 1913. "Mascarado" de republicano, afagara "a ambição de ser alguém na República". Durante a Traulitânia denunciara "todos os seus camaradas de conspiração republicana" e, a seguir, tomara "de assalto o governo civil". Fundara o diário *A Tribuna*, "para sua defesa pessoal e ataque aos republicanos." Tendo como fins "a exploração de heranças", tornara-se chefe da quadrilha Mão Negra, da qual fazia parte o "seu próprio sogro". Entretanto, "cansado de fingir de honrado", pretendeu "governar-se". Daí ter estendido "as unhas aduncas" sobre o escritório do dr. Mourão, advogado do Porto. Mais tarde, ambicionando "um lugar rendoso junto duma companhia africana", obteve a nomeação através de um "despacho falsificado". Ocultado "sob a máscara republicana" e tendo conseguido "pintalgar-se de vermelho e verde", ei-lo finalmente ministro. Faltava-lhe, porém, "ser chefe incontestado do PRP". Sonhava, "desvairado", com essa liderança. Porém, "a ambição perdeu-o". Contava, para a atingir, "com misteriosas proteções, fora dos partidos e fora da República". Aproximara-se "dos elementos extremistas". Planeara "pavorosas". Projetava "crimes". A Legião Vermelha guardava-lhe "a casa", acompanhava-o e seguia-o. Quando, "num triunfo efémero", foi "transformado em presidente do Ministério", nomeou "os legionários vermelhos para a Polícia de Segurança do Estado". Essas "misteriosas proteções" incitavam-no, porém, "a ir mais longe". Protegeu, então, "velhos monárquicos", auxiliou "conhecidíssimos reacionários", abriu o país "à propaganda *bolchevista*" e, "entre os da sua camarilha", começou a aparecer "uma ou outra roupeta de jesuíta". A partir daí desenha-se "uma reação tremenda". Ele, porém, tinha "confiança na Legião Vermelha e na Companhia de Jesus". Promove, então, "uma manifestação vermelha a Belém, prelúdio de sangrentas jornadas". Em Lisboa passavam-se "horas tremendas". Avizinhava-se "a hora decisiva". Esperava-se "a todo o momento a revolução *bolchevista*, chefiada por ele". O parlamento, porém, "altivamente, corajosamente, derruba-o". Se o não fizesse, tê-lo-ia feito, sumariamente, "a parte ainda sã do Exército português". Apesar de tudo, José Domingues dos Santos ainda confia e pretende reagir: "a Companhia de Jesus incita-o, Moscovo anima-o e fornece-lhe dinheiro." Em suma: era este "vilão" que se propunha, "perante o eleitorado, tentar ainda um último e desesperado esforço contra a República".

[150] *O Rebate*, 8 de novembro de 1925, p. 3.

JoseDominguesDosSantos.indb 145 12/10/2012 14:42

Num dramático final, *A Verdade*, invocando algumas das datas míticas do regime, lançava o seguinte apelo:

> "Republicanos! Em nome dos que morreram em 31 de Janeiro, em 5 de Outubro e em 14 de Maio, escorracemos esse aventureiro político que, subornado pelos inimigos da Pátria e ao serviço de 'misteriosas empresas', espalha a intriga; provoca a inimizade entre os velhos defensores do regime; impede a marcha regular e serena da República; desorganiza, aniquila, trafica, com a honra da Pátria."[151]

Também os jornais afetos à Esquerda Democrática se dirigiram aos eleitores de forma não menos dramática. Em Lisboa, apelaram ao voto nos esquerdistas *A Voz Pública* e *O Mundo*. No Porto, o apelo foi feito, naturalmente, pelo diário *A Tribuna*. No dia 7, este jornal antecipava que os "Candidatos do Povo" seriam os "Eleitos do Povo". No editorial, então habitualmente assinado por V. (Ângelo Vaz), afirmava-se que votar na ED era salvar o PRP e a República. No dia seguinte, assinando já com o seu próprio nome, Ângelo Vaz não tinha dúvidas sobre a "vitória" eleitoral esquerdista; duvidar dela era "duvidar do próprio Povo". E ele confiava "inteiramente nele."

Nessa mesma edição, ao alto e a toda a largura da primeira página, *A Tribuna*, insistindo na ideia, que muitos procuravam passar, de que "o esquerdismo era o velho PRP", escrevia:

> "Votar nos candidatos da Esquerda, é votar pelo cumprimento do programa do Partido Republicano Português; é votar pela República contra as oligarquias que a todo o custo pretendem apoderar-se do governo do País.
>
> Eleitores, cidadãos que pela República tendes dado o melhor do vosso esforço, que tendes visto calcar todas as vossas aspirações duma Pátria honrada dirigida por políticos honrados, votai naqueles que de mãos e consciências limpas se apresentam ao vosso sufrágio.
>
> Votar neles é ter a certeza de que aniquilareis os monopólios, as negociatas, todas essas explorações que infamam a nossa República."[152]

---

[151] *A Verdade*, 7 de novembro de 1925, p. 1.

[152] *A Tribuna*, 8 de novembro de 1925, p. 1. A par da imprensa esquerdista, também os jornais do PCP fizeram apelo ao voto. No Porto, círculo em que não houve, "por diversas razões surgidas à última hora", sozinho ou em coligação, candidatura do PCP, o quinzenário *Bandeira Vermelha* (Porto, 7-11-1925, p. 3), numa óbvia referência à ED, indicava o voto na "corrente que mais e melhor" consubstanciasse "o chamado espírito de liberdade", evitando-se assim o remorso de contribuírem "para o triunfo da reação". A Sul, não aconteceu assim. O mensário *O Trabalhador Rural* (6-11-1925, p. 1), ignorando a coligação entre a ED e o PCP, apelava ao voto em Manuel Ferreira Quartel. Não queria que os comunistas votassem em políticos que iam ser delegados da Moagem, da Finança e da Indústria, nem nos que pretendiam implantar, em Portugal, uma ditadura fascista. Queria o voto no candidato que conhecia os seus "sofrimentos", as suas "misérias" e que, "desassombradamente", saberia defender os seus "sagrados direitos". Queria, em suma, o voto no programa eleitoral do PCP, porque ele sintetizava "a aspiração da liberdade" por que os comunistas lutavam. Também *O Comunista* (8-11-1925, p. 1) ignorava os candidatos da ED. Fazia um último e vigoroso apelo aos eleitores proletários para irem às urnas. Só votando nos "deputados vermelhos", dizia o jornal, se daria "para trás na reação".

JoseDominguesDosSantos.indb 146 12/10/2012 14:42

Em 1925, encontravam-se recenseados 574 260 eleitores. Correspondiam a 20,1% da população masculina maior de 21 anos, que era de 2 855 818 indivíduos. Destes, tinham direito ao recenseamento apenas 680 707, isto é, 23,8% dessa população. Nas eleições de 8 de novembro, houve 407 960 votantes, número que correspondia a 71% dos inscritos nos cadernos eleitorais.[153] Apesar desta participação, o número de eleitores era claramente insuficiente para "legitimar" o regime perante a nação. Antecipando esse cenário, um jornal monárquico dizia que a República lutava com "a mesma dificuldade das suas primeiras horas: *não ter eleitores*". Sendo, como era, um "sistema político de opinião", a República não encontrava "eco na opinião do país"; sendo, ainda, um "sistema de democracia", não se atrevia "a perguntar ao povo" se lhe confiava "os seus destinos". Como não tinha eleitores (acrescentava o jornal), a República "falsificou, na aplicação, todos os seus princípios fundamentais"[154]. Opinião diferente era, naturalmente, a dos republicanos. Bernardino Machado, por exemplo, afirmava que os monárquicos só queriam "o sufrágio popular para o estrangularem". Admitia que em alguns casos pudessem ter razão. Mas o que não tinham, "em circunstância nenhuma" era "autoridade"[155].

Se era grande a expectativa quanto aos resultados, não era menor a curiosidade em saber se os atos eleitorais decorreriam de forma livre, imparcial e ordeira. Não foi assim. Em muitas assembleias de voto, houve irregularidades e tumultos de vária espécie. Até mesmo em Lisboa, onde se registaram roubos de urnas e atos de violência física. Apesar deste panorama, o *Diário de Notícias* procurou desvalorizar os acontecimentos, ao escrever:

> "Houve atropelos, mas não correu sangue; houve cometimentos que são atentados imperdoáveis à liberdade, mas não morreu ninguém; cometeram-se delitos que são a negação do civismo, mas não se praticaram crimes dos que soem epilogar-se na cadeia e na morgue."[156]

Posição bem diferente foi a do diário *A Época*, que atacou sem dó nem piedade o que considerava ter sido uma "tragicomédia eleitoral". Segundo o seu diretor, eram cinco os atos que caracterizavam a "suja cozinha eleitoral": "recenseamentos falseados com exclusão fraudulenta dos adversários"; "reclamações impossibilitadas cinicamente"; "vários artifícios eleitorais, desde a chapelada e o assalto até à intimidação e à violência"; "falsificação de atas e manigâncias no apuramento"; "verificação de poderes por comissões de politicantes, que são juízes em causa própria."[157]

---

[153] A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História da 1.ª República portuguesa – As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 610.

[154] *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1925, p. 1.

[155] *Diário de Lisboa*, 27 de outubro de 1925, p. 8.

[156] *Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1925, p. 1.

[157] *A Época*, 9 de novembro de 1925, p. 1. Não se pense que esta opinião era exclusiva da imprensa conservadora. Do lado contrário também se ouviam vozes a denunciar as violências eleitorais e o arbítrio das várias comissões que intervinham no processo. O diário *O Mundo*, perante a denúncia pública de várias situações, algumas das quais, em plenos trabalhos das comissões de verificação de poderes, teriam prejudicado candidatos esquerdistas, dizia: "As comissões são as muletas das maiorias, as muletas dos partidos, que não tendo ou possuindo força eleitoral, delas se servem para fazer eleger os deputados, os seus amigos,

JoseDominguesDosSantos.indb 147 12/10/2012 14:42

Contra a opinião generalizada da imprensa, o PRP conseguiu mais uma vez a maioria absoluta de lugares no parlamento.[158] Coligado, venceu nos dois círculos de Lisboa e no círculo do Porto. Sozinho, venceu em 26 círculos (24 do continente[159] e dois do ultramar[160]). Em dois círculos do continente foi também o mais votado mas não teve a maioria dos mandatos.[161] Nas ilhas (círculo do Funchal) houve igualmente uma vitória democrática. A lista, porém, não foi a que o PRP patrocinou oficialmente mas, sim, uma lista "rebelde" desse mesmo partido. Em 11 círculos, o PRP registou um empate com as outras forças concorrentes.[162] No continente só não elegeu deputados no círculo de Elvas.

O PRN foi a segunda força política mais votada. Conseguiu 33 deputados em 30 círculos[163]; teve as maiorias em três[164] e empatou em sete[165]. Os monárquicos elegeram oito deputados em sete círculos.[166] Em dois deles obtiveram um empate.[167] Os católicos conseguiram apenas quatro.[168] Num dos círculos registaram um empate.[169] Quatro foram também os deputados eleitos pela União dos Interesses Económicos[170], que empatou em dois círculos[171].

Beneficiando da coligação com outras forças políticas, os socialistas elegeram dois deputados (um no Porto e outro em Lisboa Oriental). Os regionalistas também conseguiram dois deputados, mercê da sua vitória em Ponta Delgada[172]. O Partido Republicano Radical não conseguiu eleger qualquer deputado.

---

os protegidos, aqueles que os partidos impõem à nação, desafiando-a! Depois dos escândalos, dos crimes que se cometem nas assembleias primárias e nas comissões de apuramento, restam as comissões de verificação de poderes, que coroam a obra iniciada nas assembleias primárias pelos caciques locais! Depois das chapeladas, dos cadernos viciados, dos *trucs* eleitorais, mais ou menos conhecidos, de atas das comissões de apuramento, as atas das comissões de verificação de poderes! Depois do roubo, o crime; depois do roubo, o escândalo; depois do roubo, o elogio desse roubo!" (*O Mundo*, 16-12-1925, p. 1)

158 A distribuição de mandatos ficou assim estabelecida: Partido Republicano Português – 83; Partido Republicano Nacionalista – 33; Independentes – 21; Causa Monárquica – 8; Esquerda Democrática – 6; Centro Católico Português – 4; União dos Interesses Económicos – 4; Partido Socialista Português – 2; Regionalista – 2 (António José Queiroz, "As eleições legislativas de 1925", in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, Vol. 11, Porto, 2010, p. 93).

159 Viana do Castelo, Braga, Chaves, Bragança, Moncorvo, Penafiel, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Viseu, Lamego, Guarda, Gouveia, Covilhã, Leiria, Alcobaça, Santarém, Portalegre, Aljustrel, Faro e Silves.

160 Guiné e Timor.

161 Coimbra e Tomar.

162 Ponte de Lima, Vila Real, Santo Tirso, Arganil, Castelo Branco, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Évora, Estremoz, Cabo Verde e Moçambique.

163 Viana do Castelo, Guimarães, Vila Real, Chaves, Bragança, Moncorvo, Porto, Penafiel, Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azeméis, Viseu, Lamego, Coimbra, Castelo Branco, Alcobaça, Santarém, Tomar, Lisboa Oriental, Lisboa Ocidental, Setúbal, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Elvas, Évora, Estremoz, Beja, Aljustrel, Silves, Angra do Heroísmo e Funchal.

164 Setúbal, Beja e Angra do Heroísmo.

165 Vila Real, Castelo Branco, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Elvas, Évora e Estremoz.

166 Aveiro, Arganil, Covilhã, Lisboa Ocidental (2), Torres Vedras, Elvas e Funchal.

167 Arganil, Torres Vedras e Elvas.

168 Ponte de Lima, Braga, Guarda e Tomar.

169 Ponte de Lima.

170 Portalegre, Elvas, Évora e Estremoz.

171 Évora e Estremoz.

172 Ambos os candidatos eram militares. Um deles, Filomeno da Câmara, era um destacado dirigente do PRN. O outro, Herculano Amorim Ferreira, era independente.

JoseDominguesDosSantos.indb 148 12/10/2012 14:42

Significativo foi o resultado das candidaturas independentes. Em 19 círculos foram eleitos 20 deputados a título individual.[173] Outro deputado independente foi eleito em Lisboa Oriental, integrando, porém, uma coligação. No seu conjunto, os independentes conseguiram cinco vitórias (todas fora do continente)[174] e sete empates.[175]

A Esquerda Democrática, que concorreu apenas em 25 círculos, obteve uma percentagem nacional à volta de 10,7% dos votos.[176] Elegeu apenas seis deputados, distribuídos por quatro círculos: Porto (dois), Santo Tirso, Lisboa Oriental (dois) e Cabo Verde. Não venceu em qualquer círculo eleitoral. Conseguiu, porém, empatar em dois, Santo Tirso e Cabo Verde. A modéstia dos resultados era atribuída, na imprensa que lhe era afeta, aos "roubos" perpetrados "pelos fiéis servidores do diretório do sr. António Maria da Silva"[177]. Tantos e tão graves haviam sido esses "roubos" que, meses depois ainda eram assim lembrados por José Domingues dos Santos:

> "Roubaram-nos por toda a parte, com um impudor que faria corar os ladravazes autores das proezas do Monte Peral e da Azambuja. Os roubos de Torres, de Portel, de Lisboa, de Penafiel, de Viana do Castelo, constituem monumentos formidáveis que ficarão a atestar aos vindouros o impudor político de um bando que, para dominar, não escolhe meios."[178]

Os resultados da ED contrariavam, em toda a linha, o discurso de campanha dos seus candidatos. O jornalista Amadeu de Freitas, por exemplo, que concorreu na capital, dizia-se convicto de que a Esquerda Democrática levaria ao parlamento 35 deputados.[179] Mesmo após as eleições, a imprensa esquerdista teve dificuldades em aceitar os números que iam sendo conhecidos. No dia 11, *O Mundo* dava como eleitos 18 deputados. Começara, pois, acrescentava o jornal, a resolver-se um problema que até então os partidos se haviam limitado a "complicar". Esse problema não era, como se pensava, criar uma direita republicana; era, isso sim, "formar a sua esquerda"[180].

Os resultados, porém, eram bem diferentes das projeções iniciais. Face à real dimensão dos números, *O Mundo* não se inibiu de classificar como "animadora" a primeira jornada eleitoral dos esquerdistas. Com mais algum tempo, dizia, enveredando por um registo claramente irrealista, a ED tornar-se-ia "absolutamente invencível"[181]. Mau grado o baixo número de deputados esquerdistas, com a eleição dos candidatos apresentados no Porto e em Lisboa, dizia ainda *O Mundo*, ficava assegurada a fiscalização dos atos governativos e dos projetos legislativos. Esses deputa-

---

[173] Ponte de Lima, Vila Real, Santo Tirso, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Viseu, Gouveia, Coimbra, Arganil, Castelo Branco, Leiria, Vila Franca de Xira, Faro, Horta, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Índia e Macau.

[174] Horta, Angola, S. Tomé e Príncipe, Índia e Macau.

[175] Ponte de Lima, Vila Real, Santo Tirso, Arganil, Castelo Branco, Vila Franca de Xira e Moçambique.

[176] António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 122.

[177] *Tribuna*, 12 de novembro de 1925, p. 1.

[178] *O Despertar*, 4 de abril de 1926, p. 1.

[179] *A Tribuna*, 4 de novembro de 1925, p. 1.

[180] *O Mundo*, 11 de novembro de 1925, p. 1.

[181] *O Mundo*, 16 de novembro de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 149 12/10/2012 14:42

dos seriam "a atalaia contra os abusos do mau republicanismo e as investidas do espírito reacionário"[182].

Alguns dias mais tarde, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, de José Domingues dos Santos confirmava a opinião daquele jornal:

"Somos poucos, mas suprimos a quantidade pela qualidade. Faremos a tudo que não se contenha no nosso programa, o programa do velho partido republicano, uma oposição tenaz, constante, enérgica, ativa, intransigente. Multiplicar-nos-emos."[183]

3. **Legislatura de 1925-1926**

A sétima (e última) legislatura da I República iniciou-se a 2 de dezembro de 1925. Mais de um terço dos deputados, dizia o *Diário de Lisboa*, eram caras novas, o que não significava que isso correspondesse, de facto, a mudança de hábitos políticos.[184] Nesse dia, a primeira sessão preparatória ficaria marcada por um incidente envolvendo *bonzos* e *canhotos*. Pretendiam estes sentar-se na extrema-esquerda do hemiciclo; as cadeiras, porém, já haviam sido ocupadas pelos segundos. Os *canhotos* decidiram, pois, ficar em pé, junto à bancada do governo, como forma de protesto pela ocupação dos lugares a que se achavam com direito.

No dia 10 de dezembro, data em que foi eleito o presidente da Câmara dos Deputados, a situação mantinha-se. Logo que Rodrigues Gaspar tomou posse, José Domingues dos Santos levantou novamente a questão dos lugares. Militando na esquerda, julgavam-se com direito a ocupar as cadeiras onde, mais uma vez, se haviam sentado os deputados *bonzos*. Num aparte que ficou registado, Eduardo Santos Silva diria não terem os esquerdistas "característica política", palavras que serviram de pretexto para José Domingues dos Santos deixar um sério aviso aos seus antigos correligionários, ao afirmar:

> "Para combater e lutar temos sempre característica política, e mal iremos se nos lançarem para um caminho que não queremos seguir.
>
> Somos homens capazes de o fazer. Não vimos dispostos a arruaças, mas vimos dispostos a defender todos os nossos direitos, e a impor que, para connosco, haja, pelo menos, aquela urbanidade política que sempre tem havido em todos os parlamentos do mundo."[185]

Também Pestana Júnior reagiria às palavras de Santos Silva, dizendo-se "humilhado e agravado" com o assunto. Em tom irónico, mas firme, diria:

> "Sr. presidente: v. ex.ª ascendeu a esse lugar, e, como marinheiro que é, acostumado a borrascas, bem pode dizer à sua gente que deite abaixo os traquetes. E, com marujos desta qualidade, tem v. ex.ª de tomar muito tento no leme."[186]

---

[182] *O Mundo*, 16 de novembro de 1925, p. 1.
[183] *Diário de Lisboa*, 21 de novembro de 1925, p. 5.
[184] *Diário de Lisboa*, 2 de dezembro de 1925, p. 1 e 8.
[185] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de dezembro de 1925, p. 12.
[186] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de dezembro de 1925, p. 22.

JoseDominguesDosSantos.indb 150 12/10/2012 14:42

Foi também no dia 10 que Teixeira Gomes concretizou o seu desejo de renúncia ao cargo presidencial, já manifestado noutras ocasiões.[187] Em carta enviada ao presidente do Congresso, num texto sereno e curto, invocava unicamente motivos de saúde para abandonar a Presidência da República.[188] No dia seguinte, a sua demissão era aceite, procedendo-se, de imediato, à eleição do seu sucessor. De forma consensual, Bernardino Machado foi eleito, à segunda volta, com 148 votos. Entre deputados e senadores, participaram na votação 159 eleitores.

Indo além do que a "praxe" consagrara, o chefe do governo não se limitou a colocar o seu lugar à disposição do novo presidente da República, apresentando a demissão do seu governo no dia 12. À noite, em Belém, apesar de Bernardino Machado lhe manifestar confiança política, Domingos Pereira insistiu no seu pedido, considerando que, face aos resultados eleitorais, era o PRP quem devia governar. Para o substituir, dizia o *Diário de Lisboa*, estava "absolutamente assente" que seria António Maria da Silva o escolhido.[189]

Domingos Pereira tinha fortes razões para não continuar, cumprido que estava o grande objetivo do seu governo, isto é, a realização das eleições. A homogeneidade desse governo havia sido posta em causa por alguns abandonos ministeriais. O último acontecera no dia 9, data em que Nuno Simões, ministro do Comércio, pedira a demissão, na sequência de uma intensa campanha nos jornais (caluniosa, segundo o visado), que o envolvia nos negócios do Banco Angola e Metrópole[190] e de algumas companhias africanas. Além disto, no dia 10, na Câmara dos Deputados, durante uma reunião conjunta do diretório e do Grupo Parlamentar Democrático, Domingos Pereira fora "vivamente atacado" por vários deputados, particularmente por Lago Cerqueira. O país, disseram-lhe na ocasião, reclamava "um governo de ordem e decisão e não um gabinete amorfo", que não correspondia aos interesses nacionais.[191] A sua decisão era, pois, irreversível.

Encarregado formalmente de organizar governo a 16 de dezembro, António Maria da Silva tomaria posse dois dias depois. Num inquérito relativo à organização desse governo, dirigido pelo *Diário de Lisboa* a alguns parlamentares, José Domingues dos Santos considerou-o um desafio à consciência da Nação", pelos motivos seguintes:

---

[187] A 2 de novembro, o vespertino *A Capital* informava que a renúncia aconteceria após as eleições. A pedido de Domingos Pereira, presidente do Ministério, Teixeira Gomes aceitou adiá-la até ao começo da legislatura.

[188] Uma semana mais tarde, num cargueiro que se encontrava no Tejo, Teixeira Gomes partiria, numa viagem sem regresso, para o seu exílio argelino. Faleceu em Bougie, em 18 de outubro de 1941, com 81 anos de idade.

[189] *Diário de Lisboa*, 12 de dezembro de 1925, p. 8.

[190] No parlamento, o deputado esquerdista Pestana Júnior considerou esse banco como uma "associação de malfeitores". Relativamente ao caso da duplicação das notas de 500 escudos, que então enchia as primeiras páginas dos jornais, afirmou configurar um crime de "falsificação e passagem de moeda falsa". Na moção que apresentou ao parlamento, defendeu que a legislação vigente facultava às autoridades os meios para a investigação e descobrimento desse crime, dispensando-se, pois, quaisquer medidas de caráter extraordinário (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15-12-1925, p. 25-28).

[191] *A Capital*, 10 de dezembro de 1925, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 151 12/10/2012 14:42

> "Quando a República atravessa uma das suas horas mais atribuladas, aparece um governo constituído por figuras secundárias, a maior parte das quais já queimadas pelos erros sem conta do Ministério anterior. Ministério inferior para uma época normal, apresentá-lo para resolver uma das crises mais graves da República representa mais do que inconsciência. É um desafio."[192]

A 21 de dezembro, na declaração ministerial, António Maria da Silva afirmava que o seu governo era de matriz partidária, apesar de duas pastas (Marinha e Guerra) serem sobraçadas por dois ministros não filiados no PRP, o comandante Pereira da Silva e o tenente-coronel José de Mascarenhas, respetivamente. No debate que se seguiu, e que se prolongou pela sessão do dia 22, apesar do extenso rol de medidas anunciadas, que honravam os compromissos eleitorais assumidos pelo PRP, confirmou-se a esperada oposição de monárquicos, nacionalistas e esquerdistas.

José Domingues dos Santos aproveitaria essa ocasião para justificar a ida às urnas, decisão de que os esquerdistas não se arrependiam, convencidos de que o caminho encetado era não só útil como podia representar, num determinado momento, a salvação da República. Quanto ao governo, dizia-o chefiado pelo "homem que foi o porta-voz da guerra de extermínio" votada à Esquerda Democrática um pouco por todo o país. Eram colaboradores de António Maria da Silva "alguns dos homens que mais fervorosamente, mais rancorosamente a perseguiram", não só em termos políticos como pessoais. Para se ser ministro, dizia ainda José Domingues dos Santos, não bastava, pois, ser republicano. Era "indispensável ter idoneidade intelectual, ter um pensamento governativo, ter ideias e ter energia para as executar"; como nada disso havia no governo de António Maria da Silva, a atitude da Esquerda Democrática não podia ser outra que não fosse a "mais intransigente oposição"[193].

Apesar destas palavras, cujo sentido mais profundo não se afastou muito das palavras que foram proferidas por deputados de outras bancadas, a moção de desconfiança, apresentada pelo nacionalista Pedro Pita, estava condenada ao insucesso face à correlação de forças parlamentares. De facto, não chegou sequer a ser votada, prejudicada que foi pela aprovação confortável (63 votos a favor, 23 contra) de uma moção de confiança apresentada pelo democrático Vitorino Guimarães.[194]

Quem estivesse atento ao que se passara no país nos últimos tempos sabia que a votação que permitiu ao governo prosseguir com a sua ação era enganadora. A duração de qualquer executivo não dependia exclusivamente, longe disso, de haver ou não maioria parlamentar. As maiorias raramente eram estáveis e homogéneas; e mesmo

---

[192] *Diário de Lisboa*, 18 de dezembro de 1925, p. 8.

[193] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 22 de dezembro de 1925, p. 15-17. Ainda antes da formação do governo (embora já não houvesse dúvidas de que ele seria presidido por António Maria da Silva) já Pestana Júnior definira o tipo de oposição que os esquerdistas iriam fazer, considerando-a "fundamentalmente republicana, fiscalizadora intransigente das despesas públicas e em oposição enérgica a todas as falcatruas e negociatas" (*A Voz Pública*, 14-12-1925, p. 1). A oposição dos esquerdistas não se limitou, porém, ao governo. A nível parlamentar, recusariam integrar quaisquer comissões. De facto, nenhum deputado da ED surge nessas listas, cuja composição foi divulgada justamente na sessão do dia 22 de dezembro.

[194] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 22 de dezembro de 1925, p. 25.

JoseDominguesDosSantos.indb 152 12/10/2012 14:42

quando isso aconteceu, por diversas vezes fatores exógenos, constitucionais ou não, acabaram por ditar profundas alterações no rumo da governação do país.

No mês seguinte, face à alegada inação do governo, José Domingues dos Santos insistiria nas suas críticas. A declaração ministerial, dizia, fora "seca, árida, sem um traço a marcar a sua finalidade política, sem uma ideia a marcar a sua posição". Dali nada sairia "de útil para o país e para a nação". Após a tomada de posse nada acontecera, nem uma proposta fora apresentada aos deputados: enquanto António Maria da Silva e o seu governo iam dormindo, o parlamento entretinha-se a dizer mal da obra do governo anterior.[195] Apesar dos longos discursos, o país nada lucrou.[196]

No país, à esquerda e à direita, muitos eram os que acompanhavam este tom, não só contra o governo mas também contra os deputados. Pretextos não faltavam e o Orçamento Geral do Estado foi um deles. Estando prevista para o dia 15 de janeiro (como de facto aconteceu) a sua apresentação parlamentar, *A Capital* comentava que não seria a primeira vez que se cumpririam os prazos constitucionais para o fazer.[197] O pior, dizia o jornal, é que ainda não se conseguira que essa proposta fosse transformada em lei, de modo a proceder-se à cobrança das receitas e à consequente aplicação à atividade económica do Estado. Em vez de se dedicarem à melhoria da proposta orçamental, os deputados entretinham-se em questões menores, desperdiçando o tempo "em verborreia abundante". Assim se explicava que, "à falta de melhor", o país continuasse a recorrer "à pingadeira dos duodécimos, fazendo-se a administração pública um pouco ao acaso"[198].

Nos meios castrenses, ainda segundo *A Capital*, causara estranheza a insistência com que, no relatório que antecedia a proposta orçamental, se falava das despesas militares. Uma coisa parecia clara: havia que definir critérios, decidindo-se se o país devia ter Exército, Marinha e GNR, ou se, pelo contrário, poderia dispensar essas forças, sem que isso representasse uma quebra da sua dignidade, a perda da independência ou constituísse perigo para a ordem pública. Ora, considerando-se essas forças essenciais à nação, era obviamente necessário dinheiro para as manter.[199]

No debate orçamental, Marques Guedes não deixou de reafirmar que o equilíbrio das contas públicas teria forçosamente de passar pela redução das despesas militares, já que só elas representavam cerca de 40% das despesas do Estado, isto quando, seis anos antes, na Conferência Financeira de Bruxelas, se definira que nenhum Estado poderia sequer suportar 20% dessas despesas. A estas, acrescentava o minis-

---

[195] Vários decretos do governo de Domingos Pereira foram objeto de severas críticas por parte de alguns deputados, até mesmo do PRP, nomeadamente o que extinguia o Ministério do Trabalho (25 de novembro), o que organizava a Inspeção-Geral dos Caminhos de Ferro (27 de novembro), o que organizava a Aeronáutica Militar (30 de novembro), o que preparava alterações à orgânica do Exército (30 de novembro), o que alterava o regime de cobrança de impostos municipais (9 de dezembro) e o que modificava o Instituto de Seguros Sociais (10 de dezembro).

[196] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 14 e 15 de janeiro de 1926, p. 74-75.

[197] Segundo o artigo 54.º da Constituição de 1911, o ministro das Finanças teria de apresentar na Câmara dos Deputados o Orçamento Geral do Estado nos primeiros quinze dias de janeiro.

[198] *A Capital*, 15 de janeiro de 1926, p. 1.

[199] *A Capital*, 16 de janeiro de 1926, p. 2. A proposta orçamental para 1926/1927 previa um aumento para o Ministério da Guerra em 12 280 contos (*Diário de Lisboa*, 15-1-1926, p. 1).

JoseDominguesDosSantos.indb 153 12/10/2012 14:42

tro, juntavam-se a dos serviços militarizados: só os custos com a GNR (87 mil contos) levavam toda a contribuição industrial. A responsabilidade de tudo isso não cabia exclusivamente aos executivos, já que também o parlamento, num período relativamente curto, aprovara legislação que aumentou as despesas militares em mais de 20 mil contos. Apesar de tudo, concluía Marques Guedes, seria possível extinguir o *deficit* das contas públicas durante o exercício de 1926/1927, se houvesse "economia e juízo"[200]. Mas para isso, insistira dias depois, numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, era sobretudo necessário reduzir "as despesas militares"[201].

Ninguém ignorava que, apesar de racional e lógica, a decisão de reduzir essas despesas seria alvo de forte contestação, sobretudo no Exército. A razão era simples: contra tudo o que seria de esperar, o seu corpo de oficiais não diminuíra após o final da Guerra. Pelo contrário: aumentou significativamente com a incorporação de inúmeros milicianos, situação que causou um evidente mal estar entre os oficiais do quadro permanente. Entre eles havia, pois, desde há anos, um nítido sentimento de precariedade na profissão.

Em 1922, um periódico algarvio ligado ao setor denunciava a situação, considerando que os militares viviam entre a crise económica e a crise moral; ora isto, acrescentava o jornal, hipotecava a honra e a dignidade profissional da classe. As culpas eram naturalmente atribuídas aos políticos, que, com os seus "desvarios e imoralidades", desestabilizavam as forças armadas e criavam no país uma atmosfera densa "de desordem e desconfiança"[202].

Também Vitorino Guimarães, na lição inaugural do ano letivo de 1924-1925, na Escola Militar, considerava ser um "terrível erro" e um "imperdoável crime" que os Estados desprezassem as instituições militares, procurando efetuar economias "à custa das suas legítimas necessidades de organização e funcionamento"[203]. Tomando a libra esterlina como padrão de referência, as despesas com as instituições militares haviam diminuído cerca de 20% entre os anos económicos de 1909/1910 e 1922/1923. Residia neste facto, concluía Vitorino Guimarães, a depreciação da "vida material" dos militares, situação agravada, como já se disse, pela integração dos milicianos no pós-Guerra.[204]

---

[200] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 14 de novembro de 1926, p. 42-43. Na sessão do dia 13, o deputado esquerdista Pina de Morais, que era oficial do Exército, havia já manifestado a sua preocupação com as "grandes verbas" orçamentadas para gastos com o pessoal militar. Considerava ser preciso uma nova organização do Exército, definindo "a situação dos oficiais", de modo a que pudesse fixar-se "no quadro de cada arma ou serviço" somente o número considerado necessário para o desempenho da sua função. Nesse sentido, numa moção então apresentada, propunha que dois decretos do governo anterior, relativos a assuntos militares, baixassem à comissão de Guerra, atendendo à influência que a sua execução poderia vir a ter no Orçamento Geral do Estado (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 13-1-1926, p. 23-25).

[201] *Diário de Lisboa,* 18 de janeiro de 1926, p. 1. Tendo baixado às respetivas comissões parlamentares, a proposta de orçamento começou a ser discutida na sessão de 4 de março. Não chegou, porém, a ser votada antes da queda do governo.

[202] *A União Militar*, 1 de janeiro de 1922, p. 4.

[203] *Revista Militar*, Ano LXXVIII, n.º 11-12, novembro-dezembro de 1926, p. 520.

[204] *Revista Militar*, Ano LXXVIII, n.º 11-12, p. 533-536. Se nos meios militares próximos do poder eram mal vistos os cortes nas despesas, pior acontecia nos meios deles afastados. Para o sidonista Botelho Moniz, por exemplo, a situação que se vivia no Exército justificava "por si só, mil revoluções" (Jorge Botelho Moniz, *O 18 de Abril* (*Elementos para a história d'uma revolução vencida*), Lisboa, Edição do autor, 1925, p. 33).

JoseDominguesDosSantos.indb 154 12/10/2012 14:42

A Questão dos Tabacos, que nos inícios de 1926 começou a prender a atenção da opinião pública, deu também um importante contributo para que o tumor, que desde há muito vinha crescendo no país, rebentasse inelutavelmente em maio desse ano. Em finais de 1925, perspetivando o futuro próximo, *A Capital* afirmava que 1926 seria um ano "histórico". Por uma única razão: o futuro do regime dos tabacos. Tal como no tempo da Monarquia, "uma campanha de publicidade intensiva" começava "a apaixonar os espíritos" e talvez viesse mesmo a "dementá-los". Pouco a pouco, dizia o jornal, a violência entraria em cena, a revolta estalaria e o sangue correria "a jorros". Tudo para que o monopólio dos tabacos fosse "surripiado ao Estado por dez reis de mel coado"[205].

A questão era antiga e já no tempo da Monarquia dera muito que falar. Em 1888, o Estado decidira organizar a produção e o comércio desse produto sob a forma de *régie*: a troco do pagamento de uma determinada quantia, a sua gestão era entregue a uma entidade privada. Três anos mais tarde, um grupo financeiro, em que tinha participação o banqueiro Henrique Burnay, conseguiria o seu monopólio por um período de 35 anos, a troco de um avultado empréstimo ao Estado (10 milhões de libras esterlinas) e do pagamento de uma renda fixa anual, cobrada em papel-moeda. A inflação, galopante no período pós-Guerra, reduziria drasticamente esse rendimento, situação atenuada durante o governo de Álvaro de Castro, que conseguiu negociar uma pequena subida. No cômputo geral, pode dizer-se, acompanhando o economista Quirino de Jesus, que o negócio foi ruinoso para o Estado.[206]

Na referida declaração ministerial, António Maria da Silva, marcando desde logo a posição do governo, repudiava a continuação do monopólio privado e anunciava a opção pela *régie*, considerando ser a que menos ilaqueava a ação estatal "para ulteriores e mais oportunas soluções.[207]

Acompanhado apenas pelos socialistas[208], o governo viu-se confrontado com a oposição de todas as outras bancadas parlamentares. Enquanto monárquicos e católicos defendiam o monopólio privado, nacionalistas[209], esquerdistas[210] e acionistas pronunciavam-se a favor do regime de liberdade. Para o líder dos últimos, Álvaro de Castro, a Questão dos Tabacos era a mais importante da legislatura. Em sua opinião, o governo, "por palpite", optara pela *régie*. Se fosse "por doutrina", o único regime que seria lícito a um governo democrático defender seria o da liberdade. Isto apesar de os deputados republicanos terem defendido em 1906 a adoção da *régie*. Os tempos, porém, eram outros: as decisões a tomar, mais que teorias, deviam ter em conta a realidade dos factos e as vantagens que a economia portuguesa disso poderia tirar. Em suma:

---

[205] *A Capital*, 3 de dezembro de 1925, p. 1.

[206] Quirino de Jesus, "Tabacos de Portugal – A ruína e a salvação", in *Seara Nova*, n.º 75, 20 de fevereiro de 1926, p. 51.

[207] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 21 de dezembro de 1925, p. 13.

[208] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 21 de dezembro de 1925, p. 25.

[209] A posição dos nacionalistas foi revelada, através do deputado Aboim Inglês ainda antes da declaração ministerial (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 18-12-1925, p. 29).

[210] Os esquerdistas, lembrava José Domingues dos Santos, eram coerentes com a posição manifestada anteriormente. De facto, durante o governo a que presidira, Pestana Júnior, então ministro das Finanças, apresentara no parlamento, em 16 de dezembro de 1924, uma proposta que preconizava o regime de liberdade (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 22-12-1925, p. 18).

JoseDominguesDosSantos.indb 155 12/10/2012 14:42

enquanto o governo não produzisse documentos e números que elucidassem a questão, continuaria a manter-se fiel ao princípio de que o regime de liberdade, que estivera em vigor desde 1864 a 1887, era "o melhor", por ser o único que deixava "livre o Estado"[211].

Segundo José Domingues dos Santos, também António Maria da Silva havia já implicitamente defendido a liberdade de venda e fabrico de tabaco, já que se manifestara, meses antes, contra os monopólios e contra a *régie*, que considerava "também um monopólio". O país tinha, pois, direito a conhecer os factos que levaram o chefe do governo a mudar de posição.[212]

Entre os democráticos, não foi apenas António Maria da Silva a dar sinais que apoiava a liberdade do comércio do tabaco: a imprensa oficial do PRP também chegou a manifestar o seu apoio a esse regime[213], o mesmo acontecendo com o próprio ministro das Finanças.[214] A questão, porém, nunca foi verdadeiramente consensual nesse partido, marcando também aí uma clara distinção entre *bonzos* e *canhotos*.[215]

Por convicção ou simples estratégia política, as críticas ao governo tinham um objetivo muito claro: retirar um instrumento financeiro poderosíssimo da órbita do PRP. Controlando os tabacos, os democráticos dificilmente seriam arredados do poder.

Dando seguimento ao anúncio feito em dezembro pelo presidente do Ministério, na sessão parlamentar de 9 de fevereiro, o ministro das Finanças, Marques Guedes, apresentou a proposta da *régie*, que mereceu o parecer favorável das comissões de Finanças e do Comércio e Indústria. Esta última, porém, aconselhou uma associação do capital público ao privado, isto é, uma co*rrégie*[216]. O regime de liberdade foi recusado, considerando essas comissões que ele aumentaria o contrabando e dificultaria a arrecadação das receitas.[217]

Na sessão de 7 de abril, por requerimento de José Domingues dos Santos, a Questão dos Tabacos entrou imediatamente em discussão. Embora reconhecendo a urgência, o governo só no dia 20 de abril, através do ministro das Finanças, é que anun-

---

[211] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 22 de dezembro de 1925, p. 25.

[212] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 22 de dezembro de 1925, p. 18. A afirmação de José Domingues dos Santos não foi desmentida pelo chefe do governo, que, aliás, não respondeu a nenhuma das críticas que dele recebeu. Nessa sessão, o líder esquerdista acusaria também Eduardo Santos Silva, ministro da Instrução, de, no ano anterior, ter advogado o regime de liberdade.

[213] Em finais de 1924, o diário *O Rebate* considerava um crime a existência de monopólios na República. Segundo esse jornal, "o comércio e a indústria, dentro de uma democracia, não podem viver senão em plena liberdade." (*O Rebate*, 11-12-1924, p. 1)

[214] Essa acusação foi feita por José Domingues dos Santos numa sessão parlamentar. Além de Marques Guedes, foi também visado novamente o ministro da Instrução, Eduardo Santos Silva (*Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 7-4-1926, p. 11).

[215] Em maio de 1925, numa reunião do diretório do PRP, José Domingues dos Santos apresentou uma moção que desligava o partido de quaisquer compromissos que não fossem os da liberdade de fabrico e venda de tabaco. Em seu entender, a *régie* não seria de desprezar num Estado organizado; em Portugal, "nunca". A *régie*, dizia, nem defendia os interesses do Tesouro, nem os do consumidor, nem os dos operários. Pelo contrário, comprometia-os, já que "as clientelas insaciáveis fariam dela um logradouro do partido que estivesse no poder, especialmente do que a conseguisse". A rutura entre *bonzos* e *canhotos*, relativamente aos tabacos, remontava a essa reunião (*O Mundo*, 8-5-1926, p. 1).

[216] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 8 de abril de 1926, p. 23.

[217] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 8 de abril de 1926, p. 21 e p. 35-36. O parecer integral da Comissão de Comércio e Indústria vem publicado nas páginas 11-30 e o da Comissão de Finanças nas páginas 33-54 do referido diário dessa sessão.

JoseDominguesDosSantos.indb 156 12/10/2012 14:42

ciou no parlamento a sua opção definitiva pela *régie*.[218] Os ataques ao governo subiram imediatamente de tom, confirmando a previsão avançada pelo diário *A Capital*: de facto, o fim do monopólio privado iria coincidir "com o início da desordem"[219].

Particularmente ativos nesses ataques estiveram Cunha Leal e os seus seguidores, que no mês anterior haviam constituído a União Liberal Republicana[220], e os esquerdistas, que acabavam de sair fortalecidos do congresso que marcou o nascimento formal do Partido Republicano da Esquerda Democrática.

Particularmente violenta seria a sessão do dia 28 de abril, em que chegou a haver uma cena de pugilato entre José Domingues dos Santos e o democrático Alfredo de Sousa.[221] Entre gritos de "Viva a República" e "Abaixo a *régie*", os deputados esquerdistas faziam coro com as galerias e cantavam "A Portuguesa"[222]. No dia seguinte, repetiu-se a algazarra. "Em cantata de orfeon", dizia o *Diário de Lisboa*, José Domingues dos Santos fazia de "baixo" e o seu correligionário Carlos de Vasconcelos de "barítono". Com letra de Pestana Júnior, cantavam: "Esta Maria da Fonte / Não é mulher com'as mais / Traz as pistolas à cinta / P'ra varrer estes pardais."

Nas galerias ouviam-se palmas e assobios. Não tardou, porém, a que fossem "varridas" pela polícia. À saída da sessão, uma multidão esperava os deputados. O esquerdista Carlos de Vasconcelos, que durante a cantata provocara as galerias, foi agredido. Segundo o *Diário de Lisboa*, assistira-se a uma sessão "única, memorável" na história do parlamento.[223]

No dia 30 terminava oficialmente o monopólio dos tabacos sem que estivesse encontrada uma solução consensual para o conflito que se estabelecera entre governo e oposição. Na imprensa mais moderada multiplicavam-se os apelos ao bom senso. Era sobretudo preciso que não se concorresse, mesmo que involuntariamente, "para dar força aos agitadores e promotores de motins". Estava visto que a *régie* não gozava "das simpatias do público". Valeria a pena insistir nessa solução "contra o clamor geral dos cidadãos?" Não, respondia o *Diário de Lisboa*. O mais avisado era aproveitar a oportunidade para ir ao encontro de uma solução mais consensual e essa era, sem dúvida, o regime de livre exploração.[224]

---

[218] Marques Guedes chegou a inclinar-se para a cor*régie*, proposta que chegou levar ao Conselho de Ministros e a expor ao Grupo Parlamentar Democrático (Armando Marques Guedes, *Cinco meses no governo*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1926, p. 201).

[219] *A Capital*, 2 de março de 1926, p. 1.

[220] A União Liberal Republicana resultou de uma cisão ocorrida durante o congresso do Partido Republicano Nacionalista, que teve lugar em Lisboa, de 6 a 8 de março. Insatisfeito com algumas críticas que recebeu durante a primeira sessão, motivadas por ter aceitado a vice-presidência do Banco Nacional Ultramarino, Cunha Leal abandonou os trabalhos desse congresso, gesto seguido por um vasto conjunto de correligionários. Com eles criaria a União Liberal Republicana, cuja constituição anunciou na sessão parlamentar de 10 de março. As suas linhas programáticas foram dadas a conhecer num manifesto "Ao País" cinco dias mais tarde. Sobre a ULR, veja-se Ricardo Leite Pinto, "União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. Um partido político na transição da I República para o Salazarismo", in *Polis*, n.os 4/5, Lisboa, 1995, p. 131-260.

[221] *Diário de Notícias*, 1 de maio de 1926, p. 2.

[222] *O Mundo*, 29 de abril de 1926, p. 3.

[223] *Diário de Lisboa*, 29 de abril de 1926, p. 8.

[224] *Diário de Lisboa*, 30 de abril de 1926, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 157 12/10/2012 14:42

De nada valia, porém, apelar à racionalidade. Nesse mesmo dia, logo que Daniel Rodrigues, presidente em exercício, pretendeu abrir a sessão, recomeçou "um batuque infernal": metade da Câmara batia palmas, a outra metade batia os tampos das carteiras. Parecia que a casa ia abaixo "com tamanho burburinho". Daniel Rodrigues teimava em presidir à sessão mas sem sucesso; enquanto de vários lados do hemiciclo se gritava "fora, fora", os deputados esquerdistas cantavam em coro algumas estrofes da autoria de Pestana Júnior, visando sobretudo António Maria da Silva. Ao fim de cinco minutos, acabava uma sessão que, em rigor, nem sequer começara.[225]

Nas galerias, funcionários da Companhia dos Tabacos vaiavam os deputados da oposição. Tinham razão para isso, já que estavam convencidos que, com a *régie*, teriam um estatuto semelhante ao do funcionalismo público ou ao que vigorava nos arsenais do Exército e Marinha.[226] Dispersados pela GNR, foram manifestar-se junto à sede da CGT.[227]

À saída dos deputados, outros manifestantes aclamaram José Domingues dos Santos, Pestana Júnior e Carlos de Vasconcelos. Daí seguiram, em cortejo, para o Terreiro do Paço. No dia seguinte, nova manifestação seria convocada por militantes esquerdistas para o Rossio, cujo cortejo se encaminhou para as sedes de dois diários antir*régie*: *O Mundo* e *O Século*.

A situação afigurava-se, pois, fora do controle, apesar de o governo, no dia 1 de maio, ter decidido confiar a exploração dos tabacos, por conta estatal, a uma comissão administrativa provisória.[228] Os jornais e a rua marcavam cada vez mais o compasso, destacando-se *A Choldra*, uma publicação afeta à Esquerda Democrática, que apelava à "insurreição moral"[229]. Deitando mais achas para a fogueira, José Domingues dos Santos lançou então um *slogan*, "demissão do governo ou revolução", que acabou por ser replicado na imprensa, em comícios e manifestações.[230] No dia seguinte, *O Mundo* dizia que António Maria da Silva não podia continuar no governo. Só assim se evitaria a revolução e se salvaria a República.[231]

A partir daí, o tom insurrecional subiria ainda mais. No dia 14 de maio, invocando uma lei do tempo da Monarquia, ainda em vigor, *O Mundo* (que rivalizava com *A Choldra* no apelo à revolta) afirmava que o presidente do Ministério e o ministro das Finanças estavam sob a alçada penal e incorriam numa "pena de dois a oito anos de prisão maior celular"[232]. Dois dias mais tarde, o mesmo jornal incentivava os depu-

---

[225] Essas estrofes eram as seguintes: "É uma questão para peras / Diz toda a gente que fuma / Tu não podes resolvê-la…/ Já não tens pera nenhuma" // "Nesta questão dos tabacos / Oiçam o Povo que diz / Fumam só os democráticos / E quem paga é o País" // "Tu repartiste o cigarro / Desta maneira infeliz / O tabaco para os teus / A mortalha para o País" (*Diário de Lisboa*, 30-4-1926, p. 8).

[226] Emídio Santana, *Memórias de um militante anarcossindicalista*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, s.d., p. 133.

[227] *Diário de Lisboa*, 30 de abril de 1926, p. 8.

[228] Damião Peres, *História de Portugal - Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 418.

[229] *A Choldra*, n.º 15, 8 de maio de 1926 – páginas não numeradas.

[230] *O Mundo*, 8 de maio de 1926, p. 2.

[231] *O Mundo*, 9 de maio de 1926, p. 2.

[232] *O Mundo*, 14 de maio de 1926, p. 2.

JoseDominguesDosSantos.indb 158 12/10/2012 14:42

tados a correr com os governantes, mandando-os para a cadeia, já que não se devia "respeito nem obediência" a quem estava fora da lei.[233]

Com a publicação, a 20 de maio, da portaria n.º 4628, a comissão administrativa provisória da indústria dos tabacos estava finalmente criada.[234] Mesmo com caráter provisório, a *régie* era uma realidade. Ignorando decisões anteriores, os deputados queriam a presença do governo, que, porém, recusou ir a S. Bento, alegando o comportamento dissolvente das oposições.

No dia 24, era José Domingues dos Santos quem dizia que as discussões parlamentares só prosseguiriam se na bancada ministerial não aparecesse qualquer membro do governo.[235] Cunha Leal era da mesma opinião. No início dessa sessão, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigues Gaspar, conferenciara com ambos os deputados e ameaçara abandonar o cargo se o "batuque" continuasse. O batuque, porém, como diria mais tarde Cunha Leal, assentava "numa razão moral infinitamente respeitável: os protestantes da Câmara dos Deputados não queriam deixar transformar o regime republicano em logradouro duma plutocracia, devota adoradora do *Deus Pecúnia*. Era essa a sua grande justificação e não careciam […] de outra"[236]. Se havia queixas "da intransigência das oposições", estas também se queixavam "da intransigência do governo". Daí que, mesmo perante um cenário de renúncia do presidente da Câmara dos Deputados, não deixariam de seguir a atitude iniciada, em obediência aos ditames das suas consciências.[237]

Face ao desenrolar dos acontecimentos, as oposições esperavam, naturalmente, que o presidente da República quebrasse o seu silêncio. Isso aconteceu justamente em 24 de maio, através de uma nota oficiosa. A deceção, porém, não podia ser maior para elas: no texto dizia-se que "o conflito travado entre os deputados da Nação" era "antes de tudo, de ordem interna da sua Câmara". Caso o presidente da República tivesse de intervir seria "como sempre, constitucionalmente e não arbitrariamente"[238].

Para *O Mundo*, a nota era "capciosa". Se o presidente da República não demitia o governo e não dissolvia o parlamento era porque entendia que aquele não exorbitara das suas funções. Colaborava, pois, numa ilegalidade. Assim, tal como o governo, estava também em ditadura.[239]

A situação, obviamente, fora longe de mais. Com eventuais exceções no PRP, ninguém acreditava que fosse possível sair desse atoleiro através de uma solução constitucional. À esquerda e à direita começou a falar-se numa iminente intervenção militar. O assunto nem sequer era novo, como já se disse. As intervenções do Exército haviam falhado duas vezes em 1925 (18 de abril e 19 de julho) e uma em 1926, nos

---

[233] *O Mundo*, 16 de maio de 1926, p. 1.

[234] A comissão era presidida por um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, António Alves de Oliveira Guimarães, e por dois vogais: o diretor-geral da Contabilidade Pública, António José Malheiro, e o secretário-comissário da Fiscalização dos Tabacos, Ernesto da Silva (*Diário do Governo*, I Série, 20-5-1926, p. 358).

[235] *Diário de Lisboa*, 24 de maio de 1926, p. 8.

[236] Cunha Leal, *Coisas dos tempos idos. As minhas memórias*, Vol. II, p. 455.

[237] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 24 de maio de 1926, p. 7.

[238] *A Capital*, 24 de maio de 1926, p. 1.

[239] *O Mundo*, 26 de maio de 1926, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 159 12/10/2012 14:42

inícios de fevereiro, na chamada Revolta de Almada.[240] Outras conspirações, porém, iam germinando, nomeadamente em Braga e em Coimbra. Na primeira dessas cidades, a ideia de um movimento militar começou a ganhar forma no Natal de 1925 durante uma conversa do tenente João Pereira de Carvalho com Manuel Couto, no Café Peninsular. No primeiro dia de 1926, em casa desse industrial de madeiras, na rua de S. Vítor, reuniram-se alguns oficiais da guarnição de Braga. Segundo João Pereira de Carvalho, o movimento, para sair vencedor, tinha de estar fora da zona de influência do governo. Braga podia, pois, ser "o dínamo da revolução". Daí irradiaria para o Norte e depois para o resto do país.[241]

Após a constituição da Junta Revolucionária, em reunião realizada no dia 10 de janeiro, os oficiais que haviam assinado um compromisso de honra (para a formação de um Ministério nacional extrapartidário e republicano) nomearam o tenente de infantaria n.º 8, Daniel Rodolfo de Carvalho Braga, como seu representante junto de outras unidades.[242] Em pouco tempo, eram já cerca de 100 os oficiais comprometidos. Faltava, porém, a ligação com Lisboa, que veio a fazer-se através de um contacto de João Pereira de Carvalho com Mendes Cabeçadas.[243]

Em Coimbra, as primeiras movimentações revolucionárias começaram igualmente em finais de 1925, através de um contacto de três oficiais da 5.ª divisão (majores Romano Barnabé Ferreira e Pedro de Almeida e capitão Alcide de Oliveira) com o advogado Adriano Vieira Coelho, a quem pedira a redação de "um programa mínimo". Dias depois, esse programa era apresentado a cerca de meia centena de oficiais, entre eles Mendes Cabeçadas e Amílcar Mota.[244] No início de 1926, alguns desses oficiais deram conta ao ministro da Agricultura, Torres Garcia, de quem eram amigos, que a 5.ª divisão pretendia afastar a influência que alguns "agitadores políticos" vinham fazendo no Exército.

O governo não ignorava, pois, estas movimentações, até porque o próprio ministro da Guerra, José de Mascarenhas, antes da tomada de posse se mostrara disponível para participar na conspiração.[245] Por solicitação de Torres Garcia, e com a anuência de António Maria da Silva, José de Mascarenhas acabará por ir a Coimbra, no mês de fevereiro, conferenciar com os cabecilhas da 5.ª divisão.[246] O encontro teve lugar no Hotel Avenida. A comitiva governamental era constituída por três ministros,

---

[240] O movimento revolucionário de 2 e 3 de fevereiro de 1926 iniciou-se com a sublevação das forças da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas. Segundo Martins Júnior, diretor do jornal *O Libertador* e seu principal instigador, tinha por objetivo a "depuração da República fazendo dela o regime do povo e para o povo". No imediato, pretendia "exilar todos os autênticos criminosos do Angola e Metrópole", isto é, Alves dos Reis e todos quantos estiveram relacionados com o célebre caso das notas de 500 escudos (*Jornal de Notícias*, 3-2-1926, p. 1).

[241] *ABC*, Ano VII, n.º 313, 15 de julho de 1926, p. 20-21.

[242] João Ameal, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 8.ª edição, 1974, p. 712-713.

[243] João Pereira de Carvalho, "A verdadeira história do 28 de Maio", in *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*, n.º 8, p. 164.

[244] Vieira Coelho, *Memórias dum revolucionário - Subsídios para a história do movimento de 28 de Maio*, Lisboa, 1951, p. 13-16. Amílcar Mota representava também Sinel de Cordes.

[245] Aniceto Afonso, *História de uma conspiração - Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 144.

[246] Armando Marques Guedes, *Cinco meses no Governo*, Porto, Livraria Chardron, 1926, p. 375.

JoseDominguesDosSantos.indb 160 12/10/2012 14:42

José de Mascarenhas, Marques Guedes e Torres Garcia. Os oficiais presentes foram os mesmos que procuraram o advogado Vieira Coelho. A 5.ª divisão, segundo o capitão Alcide de Oliveira, pretendia um governo nacional liderado pelo general Augusto Ribeiro de Carvalho[247].

Enquanto oficial, diria então José de Mascarenhas, assinaria "com a maior honra" as propostas que lhe haviam apresentado.[248] Como membro do governo, transmitiria aos restantes ministros o teor dessa conversa. Face ao exposto, o governo concluiu que as reivindicações dos oficiais "estavam satisfeitas ou em vias de o serem"[249]. E para demonstrar a sua boa vontade, decretou um aumento de soldo, que nem fora solicitado nem seria aceite pelos oficiais, em Coimbra.[250] O aumento foi visto, aliás, como medida demagógica, dentro e fora dos quartéis. O diário *O Mundo* considerou-o mesmo uma "afronta" aos militares. Ao Exército, dizia, competia repeli-lo, demonstrando assim "que não se vende nem se deixa corromper"[251].

A par das movimentações militares corriam também boatos de um novo movimento envolvendo os radicais.[252] A ele teria aderido com reservas a Esquerda Democrática, só cooperando, porém, em caso de haver uma revolução fascista.[253] A ideia dos esquerdistas, comum a outras forças, era outra: derrubar o governo do PRP. Para isso chegaram a propor, em finais de março, uma ação conjunta com militantes anarcossindicalistas. A CGT, porém, recusou, alegando não querer colaborar em "fins particularistas"[254].

Se é verdade que o golpe militar, como afirmou o capitão Alcide Oliveira, foi preparado pelas 5.ª e 8.ª divisões[255], a conspiração que lhe esteve na base teve um caráter plural. Segundo um dirigente da CGT, nela estiveram interessados, "sem

---

[247] *Diário de Coimbra*, 23 de fevereiro de 1933, p. 1-2. As intenções dos oficiais, no que à presidência de um possível governo extraparlamentar dizia respeito, coincidiam com as de Bernardino Machado, que chegou a fazer diligências para convencer Ribeiro de Carvalho a formar um governo com essas características. O general ponderou responder afirmativamente; não se concretizou, porém, uma condição que considerava essencial: a demissão, em tempo útil, de António Maria da Silva (MBM, *Carta* (*confidencial*) *de Ribeiro de Carvalho a Bernardino Machado*, de 7 de junho de 1926. Veja-se, também, António G. C. Ribeiro de Carvalho, *Prelúdios duma ditadura*, Lisboa, 1957, p. 17).

[248] *Diário de Coimbra*, 20 de novembro de 1932, p. 4.

[249] *Diário de Coimbra*, 23 de fevereiro de 1933, p. 1-2. Segundo Marques Guedes, o programa que lhes foi apresentado pelos três oficiais repetia, em termos gerais, todos os programas de governos anteriores. Considerava ainda que o movimento que estava em preparação era republicano e não visava estabelecer um governo militar (Marques Guedes, *Cinco meses no governo*, Porto, Livraria Chardron, 1926, p. 375).

[250] *Diário de Coimbra*, 20 de novembro de 1932, p. 4.

[251] *O Mundo*, 18 de maio de 1926, p. 1.

[252] *A Tarde*, 27 de março de 1926, p. 1.

[253] *Ibidem*.

[254] Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos tempos de ação sindical livre e do anarquismo militante*, Lisboa, Antígona, 1989, p. 25. Estas memórias foram publicadas originariamente nos primeiros cinco números do jornal de Almada, *Voz Anarquista* (janeiro a junho de 1975).

[255] *Vida Nova*, 17 de junho de 1926, p. 2. Os militares com maior destaque na génese e na organização do 28 de Maio foram o major de Infantaria 8, Mendes Norton, o capitão de Infantaria 29, Almeida Frazão e o tenente de Cavalaria 11, João Pereira de Carvalho (João Ameal, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 8.ª ed., 1974, p. 713).

JoseDominguesDosSantos.indb 161 12/10/2012 14:42

exceção", todos os partidos.[256] No que aos esquerdistas diz respeito, isso foi um facto, já que mantiveram então conversações com Mendes Cabeçadas. Sabiam, pois, do movimento, e isso mesmo foi confirmado por José Domingues dos Santos em entrevista ao diário *A Batalha*, a quem declarou:

> "A Esquerda Democrática não tomou parte neste movimento. Os que o lançaram na rua pediram-nos a nossa neutralidade. Concedemo-la, visto que de nenhum modo podíamos defender o político venal que a opinião pública derrubou."[257]

No 28 de Maio houve, pois, pelo menos duas correntes antagónicas: a republicana (de variados matizes), que pretendia reformar a República, e a reacionária, que pretendia destruí-la.[258] Por isso, a revolução de Mendes Cabeçadas não foi seguramente a de Gomes da Costa nem, sobretudo, a de grande parte dos elementos que se mantiveram na sombra desse general, nomeadamente radicais, sidonistas e integralistas. Mas foi Gomes da Costa quem (embora à última hora)[259] encabeçou o movimento que partiu de Braga para pôr fim ao período constitucional da I República, que o mesmo é dizer ao fim do liberalismo em Portugal.

O esboço de resistência por parte do general José Domingos Peres (comandante da 8.ª divisão) e do general Sousa Dias (comandante da 3.ª divisão, com sede no Porto) foi tímido e inconsequente, apagando-se face às inúmeras adesões ao movimento. Perante este quadro, e face à passividade geral das forças políticas e sociais[260], a marcha de Gomes da Costa até Lisboa (onde entrou triunfalmente no dia 6 de junho) transformou-se num mero passeio. Como disse o diário *A Batalha*, órgão da CGT, "a queda de António Maria da Silva fez-se sem disparar um tiro", já que, acrescentava o jornal, "ninguém se sentiu com coragem ou com convicção para o defender"[261].

---

[256] Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos tempos de ação sindical livre e do anarquismo militante*, p. 25.

[257] *A Batalha*, 1 de junho de 1926, p. 1. Se em termos formais a Esquerda Democrática não participou no movimento, certo é, a fazer fé no diário *O Mundo*, que teve um papel decisivo na criação do ambiente que tornou possível a sublevação das guarnições do Porto e de Lisboa. A adesão de Mafra também só acontecera após a ida a essa vila de elementos esquerdistas e radicais (*O Mundo*, 1-6-1926, p. 1).

[258] António G. C. Ribeiro de Carvalho, *Prelúdios duma ditadura*, Lisboa, Edição do autor, 1957, p. 30.

[259] O envolvimento de Gomes da Costa com o grupo que começou a formar-se a partir de Braga foi tardio. Contrariamente ao que o general escreveu nas suas *Memórias*, terá sido ele próprio quem solicitou um encontro com João Pereira de Carvalho, através do tenente Pinto Correia (João Pereira de Carvalho, "A verdadeira história do 28 de Maio", in *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*, n.º 8, p. 165).

[260] Só a 1 de junho é que o diário *A Batalha* proclamou a "greve geral revolucionária." Ninguém levou a sério esse apelo. Perante a ameaça, por parte de Mendes Cabeçadas, de que a sede da CGT seria assaltada, a greve foi rapidamente desconvocada.

[261] *A Batalha*, 3 de junho de 1926, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 162 12/10/2012 14:42

Ação parlamentar de José Domingues dos Santos
LEGISLATURA DE 1925-1926
Duração: de 2 de dezembro de 1925 a 28 de maio de 1926[262]

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
9	22-12-1925	×		Intervém no debate político sobre o programa ministerial.
13	8-1-1926	×		Requer que lhe seja fornecida cópia de toda a correspondência trocada entre Portugal e Espanha a propósito do conflito do Guadiana e muito especialmente a cópia da correspondência enviada pelo ministro interino dos Negócios Estrangeiros (Lago Cerqueira).
14	11-1-1926	×		Requer vista dos processos existentes na Direção-Geral das Colónias do Oriente, referentes às companhias "Incomati Estates" e "Delagoa-Bay".
15	12-1-1926	×		Requer que, pelo Ministério das Colónias, lhe seja fornecida, com urgência, cópia da correspondência trocada entre aquele Ministério e os governadores da Guiné e de Cabo Verde, a propósito da deportação e da situação dos deportados para aquelas províncias.
16	13-1-1926	×		Refere-se novamente ao conflito do Guadiana. Denuncia as condições precárias (ameaça de ruína) do edifício onde estava instalado o liceu feminino do Porto. Entrega uma nota de interpelação em que manifesta o desejo de interpelar o presidente do Ministério e ministro do Interior (António Maria da Silva) sobre a situação dos deportados e presos sem culpa formada fora dos prazos marcados pela lei.
17	14/15-1-1926	×		Manda para a Mesa uma moção de ordem com vista à reorganização do Ministério do Trabalho. Acusa o governo de inação.
18	18-1-1926	×		Insta por documentes requeridos ao Ministério das Colónias.
19	18-1-1926	×		Entra em diálogo aceso com o ministro da Justiça (Catanho de Meneses) a propósito da manutenção de presos sem culpa formada.
20	20-1-1926	×		Defende a necessidade de uma revisão constitucional. Ocupa-se de atropelos eleitorais, em Amarante, e de perseguições a correligionários políticos.
21	21-1-1926	×		Entra novamente em vivo diálogo com o ministro da Justiça a quem acusa de estar em conflito com o Congresso.
22	22-1-1926	×		Insta pela remessa de documentos que requisitou e pede que entre em discussão o parecer relativo a foros vindo do Senado. Protesta contra o facto de a proposta do ministro da Justiça sobre o arrolamento dos bens do Banco Angola e Metrópole não ter parecer da respetiva comissão.

(Continua)

[262] Síntese das intervenções parlamentares de José Domingues dos Santos (como deputado eleito pelo círculo do Porto). Não se assinalam as sessões em que não usou da palavra.

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
35	12-2-1926	×		Denuncia irregularidades eleitorais e abusos praticados nas comissões de verificação de poderes.
36	18-2-1926	×		Intervém na discussão do projeto que criava uma comissão única de verificação de poderes, retomando as denúncias da sessão anterior. Protesta contra a forma desumana por que foram tratados os vencidos da Revolta de Almada.
39	23-2-1926	×		Pede a repressão legal do jogo ilícito, ou que este se regulamente.
42	26-2-1926	×		Chama a atenção do governo para factos anormais passados no concelho do Barreiro.
44	2-3-1926	×		Declara que a Esquerda Democrática está pronta a trabalhar mais, de modo a votar-se em tempo útil o Orçamento Geral do Estado.
45	3-3-1926	×		Reclama a presença do presidente do Ministério. Usa da palavra sobre o modo de votar um requerimento apresentado pelo deputado Vitorino Guimarães relativo à suspensão do debate até que estivesse presente o presidente do Ministério.
46	4-3-1926	×		Participa na discussão o Orçamento Geral do Estado. Defende o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia e com a Checoslováquia e a supressão da embaixada portuguesa junto ao Vaticano.
47	5-3-1926	×		Declara, em nome do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática, votar o requerimento de negócio urgente formulado pelo deputado Ramada Curto, que desejava interrogar urgentemente o ministro das Finanças sobre as declarações feitas pelo governador do Banco de Portugal, na assembleia do mesmo banco, a propósito da situação desafogada do Tesouro, no momento em que se negociava, em Londres, a liquidação da dívida de guerra. Declara ainda que se tivesse estado presente quando foi votada a proposta do deputado Teixeira Pinto, que preconizava a extinção da embaixada junto do Vaticano, a teria aprovado.
49	10-3-1926	×		Saúda o aparecimento de uma nova formação política: o Partido da União Liberal Republicana, de Cunha Leal.
50	11-3-1926	×		Reafirma o desejo de usar da palavra na presença do presidente do Ministério e ministro do Interior (António Maria da Silva).
51	12-3-1926	×		Protesta contra as arbitrariedades e abusos de poder cometidos em Arcos de Valdevez pelo respetivo administrador do concelho. Pede medidas enérgicas contra os jogos de azar, que considera um crime. Chama a atenção para a necessidade de haver uma discussão larga e pormenorizada sobre o contrato dos tabacos, que expirava a 30 de abril de 1926.
52	15-3-1926	×		Volta a referir-se à Questão dos Tabacos. Usa da palavra sobre o modo de votar um requerimento apresentado pelo deputado Manuel Serras relativo ao reconhecimento de capacidade jurídica às associações religiosas. Declara que, mesmo sem o parecer da comissão de Finanças, a Esquerda Democrática votará contra a personalidade jurídica da Igreja.

JoseDominguesDosSantos.indb 164 12/10/2012 14:42

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
54	17-3-1926	×		Apoia a iniciativa do deputado Vitorino Guimarães, que propunha a prorrogação da sessão legislativa. Em nome da Esquerda Democrática, declara votar um negócio urgente do deputado Cunha Leal, desde que ele não prejudicasse a sua interpelação ao presidente do Ministério e ministro do Interior (António Maria da Silva). Subscreve um projeto de amnistia aos implicados no movimento militar de 28 de agosto de 1924. Interpela o presidente do Ministério e ministro do Interior relativamente aos deportados sem julgamento e às prisões sem culpa formada além do tempo que a lei permitia. Manda para a Mesa uma moção preconizando o regresso à metrópole de todos os deportados sem julgamento e a discussão da proposta de lei sobre o *habeas corpus*, da iniciativa do antigo ministro da Justiça, Pedro de Castro.
55	18-3-1926	×		Apresenta um negócio urgente para se ocupar de declarações proferidas no parlamento britânico, desejando ouvir a tal respeito o ministro dos Negócios Estrangeiros.
56	19-3-1926	×		Volta a referir-se ao assunto que tratou na sessão anterior. Afirma ser tempo de definir claramente a nossa política internacional.
57	22-3-1926	×		Apoia uma proposta de lei, apresentada pelo ministro das Finanças (Marques Guedes), de moratória para o pagamento de contribuições. Apresenta requerimentos inquirindo informações aos Ministérios da Instrução Pública e das Colónias.
61	26-3-1926	×		Faz um balanço da interpelação ao presidente do Ministério e ministro do Interior, reclamando justiça e cumprimento da lei.
62	29-3-1926	×		Interroga a Mesa sobre a discussão do projeto de lei de *habeas corpus* para a qual pede urgência.
65	7-4-1926	×		Requer que entre imediatamente em discussão o projeto sobre o regime dos tabacos. Face ao requerimento apresentado pelo deputado Vitorino Guimarães, desiste do seu requerimento.
68	12-4-1926	×		Envia para a Mesa uma nota de interpelação aos ministros da Marinha e dos Negócios Estrangeiros sobre a questão da pesca e vigilância das costas.
69	13-4-1926	×		Troca explicações com o presidente da Mesa sobre a ordem dos trabalhos.
71	15-4-1926	×		Alude ao facto de o chefe do governo ter usado da palavra durante mais de dez minutos. Pronuncia-se sobre um incidente provocado por palavras proferidas na sessão anterior por um membro da minoria monárquica (Mário de Aguiar) a respeito do ministro da Justiça.
72	16-4-1926	×		Usa da palavra para interrogar a Mesa relativamente a uma nota de interpelação ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

(Continua)

Sessão	Data	Deputado	Ministro	Assunto
75	21-4-1926	×		Trata de atropelos à Lei da Separação em Tortosendo, concelho de Sabrosa; de irregularidades atribuídas a um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros; do contrato com a Casa Marconi; do problema da pesca no Algarve; da questão do jogo ilícito.
79	28-4-1926	×		Interroga novamente a Mesa relativamente à nota de interpelação ao ministro dos Negócios Estrangeiros.
80	4-5-1926	×		Acusa o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Daniel Rodrigues, de ter deixado entrar para as galerias (sem bilhete fornecido pela presidência ou por quaisquer deputados) pessoas mandadas pela Companhia dos Tabacos, e de ter permitido que das galerias as oposições fossem vaiadas durante meia hora, facto que o colocava na situação de não poder voltar a assumir a presidência da Câmara.
84	11/12-5-1926	×		Usa da palavra num debate urgente apresentado pelo deputado Cunha Leal. Defende a liberdade de fabrico e comércio do tabaco. Afirma que a Esquerda Democrática é absolutamente incompatível com o governo (defensor da *régie*), que considera ter praticado um ato de ditadura e estar fora da lei.
85	17-5-1926	×		Reafirma estar o governo (de ditadores) fora da lei.
86	18-5-1926	×		Contesta o agendamento, para a sessão da tarde, da discussão do orçamento do Ministério do Comércio, com prejuízo do negócio urgente de Cunha Leal sobre os tabacos. Defende a demissão do governo.
89	24-5-1926	×		Defende o direito de as minorias se considerarem absolutamente incompatíveis com o governo e de só continuarem as discussões sobre os tabacos após a renúncia desse mesmo governo. Interroga a Mesa relativamente a um projeto apresentado pelo deputado Guilhermino Nunes sobre a nova cadeia de Chaves.
90	25-5-1926	×		Pronuncia-se sobre um requerimento apresentado pelo deputado Pinto Barriga relativo ao Instituto Superior Técnico. Afirma que a questão académica foi suscitada pela inércia de um governo que não sabia resolver as questões, nem tinha a coragem do comparecer à Câmara, porque esta não o suportava nem o país o queria.

JoseDominguesDosSantos.indb 166 12/10/2012 14:42

IV

Na oposição à Ditadura Militar (1926-1927)

A queda do governo de António Maria da Silva foi festejada com júbilo na capital. No campo republicano, os esquerdistas não escondiam o seu contentamento, evidente na manifestação da noite de 29 de maio, que do Rossio se dirigiu para a sede do diário *O Mundo*. Esse júbilo não passou despercebido ao embaixador inglês, Lancelot Carnegie, no relato que enviou para o Foreign Office.[1] No dia seguinte, mantinha-se o clima de festa nos setores oposicionistas aos democráticos, por exemplo no Café Itália, feudo esquerdista situado na rua 1.º de Dezembro, onde José Domingues dos Santos e outros correligionários seus foram recebidos com palmas.[2]

A euforia, porém, não durou muito. Cedo se percebeu que, de facto, a revolução de Mendes Cabeçadas não era a de Gomes da Costa. O primeiro pretendia um "governo de caráter extrapartidário", integrado por republicanos que merecessem a confiança do país.[3] Segundo José Domingues dos Santos, o programa de Mendes Cabeçadas era claro: "derrubar a situação ditatorial silvista, organizar um Ministério de competências, realizar um recenseamento que permitisse umas eleições decentes."[4]

Já Gomes da Costa, pelo contrário, pese embora querer rodear-se "das melhores competências", não deixaria de afirmar que a Nação queria "um governo nacional militar". Para o diário *A Capital*, esta proclamação tinha "a densidade das trevas". Era "uma antítese perfeita e completa" da doutrina de Mendes Cabeçadas.[5]

Quando alguns setores republicanos perceberam que os rumos do golpe militar os deixariam à margem do poder, surgiram as primeiras manobras conspiratórias, que a imprensa conservadora não deixou de denunciar.[6] Falou-se então de uma

---

1 ICS, FO 371/12709, XC/B 5883, p. 8.

2 *O Século*, 31 de maio de 1926, p. 1.

3 *O Mundo*, 29 de maio de 1926, p. 1. O alinhamento dos esquerdistas com a posição de Mendes Cabeçadas era evidente. De facto, em nota oficiosa, o diretório do PRED preconizava "como solução única a constituição de um governo extrapartidário com caráter nacional, tendente a dar satisfação às mais instantes reclamações da opinião pública" (*A Capital*, 29-05-1926, p. 1).

4 *A Batalha*, 1 de junho de 1926, p. 1.

5 *A Capital*, 29 de maio de 1926, p. 1.

6 *A Época*, 30 de maio de 1926, p. 8.

JoseDominguesDosSantos.indb 167 12/10/2012 14:42

Junta Militar Revolucionária (o chamado "Comité Verde")[7] formada em Lisboa com o objetivo de entregar o poder à Ação Republicana e ao PRED. No dia 30 de maio, via rádio, o capitão Jaime Batista chegou mesmo a emitir um comunicado denunciando os objetivos desse comité: "empalmar a situação a favor de Álvaro de Castro e José Domingues dos Santos."[8] No dia seguinte eram presos Álvaro de Castro, no Entroncamento, e Pereira Osório, membro do diretório do PRED. José Domingues dos Santos não tinha dúvidas em afirmar que o país estava já "sob o perigo iminente duma ditadura militar"[9].

Em nota oficiosa (habitual forma de comunicação do PRED nos meses seguintes ao 28 de Maio), o diretório deste partido dizia não aceitar, nem autorizar a entrada dos seus filiados para qualquer governo que viesse a formar-se. Pretendia, isso sim continuar com ações de propaganda, até que as circunstâncias políticas lhe permitissem "governar segundo os seus princípios e processos". No final dessa nota, deixava uma certeza, que era simultaneamente um aviso: o PRED combateria "com redobrada energia qualquer tentativa de ditadura fascista" que se quisesse "enxertar" no movimento.[10]

No início de junho, o PRED mudava de discurso: a prisão de Pereira Osório fora, afinal, "um lamentável equívoco, que, rapidamente se desfez". Convencido do rápido regresso a uma situação de normalidade constitucional, o diretório mostrava-se crente de "que a pureza dos seus princípios republicanos, a lealdade dos seus processos e a honradez dos seus homens" acabaria por o impor "à consciência da Nação"[11]. Puro engano: no dia 9 desse mês, o *Diário do Governo* formalizava a dissolução do Congresso da República. Estava-se, pois, perante uma situação de não retorno ao período pré-28 de Maio.

O afastamento de alguns administradores esquerdistas dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, a publicação de algumas entrevistas de membros do governo "reveladoras da orientação conservadora" que se pretendia imprimir à situação, bem como os rumores de que estava para breve o reconhecimento da personalidade jurídica à Igreja, "medida tão perigosa como irritante", que a Esquerda Democrática não deixaria de combater "por todas as formas ao seu alcance"[12] alteraram de novo o clima de expetativa e até de benevolência com que os esquerdistas acolheram o golpe de Estado.

Numa altura em que Salazar passou meteoricamente pelo governo (12 a 17 de junho), donde saiu "aguardando solução definitiva do problema político"[13], começou a esboçar-se no Exército uma frente anti-Cabeçadas, que levou Gomes da Costa a decidir-se "pelo uso da força". No Quartel-General de Santarém, justamente a 17 de junho, o general comunicou ao até então chefe do governo que se via "dolorosamente

---

[7] Faziam parte deste comité os seguintes elementos: tenente-coronel Júlio Acheman, major Manuel Joaquim Crespo Júnior e os capitães Alberto Nunes Freire Quaresma e David dos Santos (*O Século*, 31-5-1926, p. 1).

[8] *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1926, p. 2.

[9] *A Batalha*, 1 de junho de 1926, p. 1.

[10] *O Mundo*, 1 de junho de 1926, p. 3.

[11] *O Mundo*, 3 de junho de 1926, p. 3.

[12] *Vida Nova*, 10 de junho de 1926, p. 2.

[13] Franco Nogueira, *Salazar*, Vol. I, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 312.

JoseDominguesDosSantos.indb 168 12/10/2012 14:42

coagido" a desistir da sua colaboração governativa[14]. Terminava aí o 28 de Maio "dos idealistas". Permanecia, com caráter duradouro, o 28 de Maio dos "calculistas"[15].

Nesse mesmo dia, em nova nota oficiosa, o diretório esquerdista afirmva verificar "com desgosto que nenhum pensamento governativo resultou do imenso esforço realizado" e que tão grandes sacrifícios custaram ao país. Lamentava que o governo não tivesse tomado medidas ou anunciado ideias para a resolução do problema financeiro e para a Questão dos Tabacos. Censurava, pelo contrário, as medidas anunciadas de natureza política e religiosa, "de caráter acentuadamente reacionário", que colidiam com os princípios orgânicos da República. O PRED não as aceitava, assim como não aceitava "o acentuado presidencialismo" da situação. No final dessa nota, o diretório reafirmava a oposição ao governo e a persecução das campanhas de propaganda, de modo a impor definitivamente o partido "à consciência da Nação"[16].

A censura à imprensa, a aplicação do processo sumário nos julgamentos por crimes políticos e a nomeação de monárquicos para cargos de confiança do regime levariam a novos protestos do PRED, cujos dirigentes lamentavam que o movimento militar tivesse "degenerado numa tentativa reacionária", iludindo "as aspirações nacionais" a que o Exército dera expressão.[17]

À frente do governo, Gomes da Costa foi presa fácil dos que, na sombra (já desde o 18 de abril de 1925), urdiam a teia onde a República se perderia. Nos dias 25 e 26 de junho, sob o pretexto de que estava em marcha um *complot* revolucionário, recomeçaram as prisões de militares e dirigentes partidários (Pestana Júnior, Álvaro Pope e Hélder Ribeiro, Sá Cardoso, José Eugénio Dias Ferreira e Álvaro de Castro). Também para José Domingues dos Santos e Pina de Morais, seu correligionário, foram emitidas ordens de captura.

Os sinais de malquerença contra o líder esquerdista haviam começado alguns dias antes. Em entrevista a um diário republicano, o capitão Aníbal Franco, comandante-geral da PSP e, cumulativamente, chefe de gabinete do ministro do Interior e diretor da Polícia Especial, afirmava perentoriamente: "Se isto caísse nas mãos do José Domingues dos Santos, que é um demolidor, era uma perfeita tragédia."[18]

Chegado ao Porto na noite de 26 de junho, o líder do PRED foi avisado, na Praça da Liberdade, de que era procurado pela polícia. Retirou-se de imediato, para parte incerta, conduzido por um amigo de Ermesinde, o médico Gumercindo Soares. De nada valeu o cerco que a polícia fez a casa de um e de outro, nem sequer à de um amigo comum, Adalberto Claro Chaves.[19] As buscas prosseguiriam nos dias seguin-

---

[14] Franco Nogueira, *Salazar*, Vol. I, Coimbra, p. 311. No dia 14 de junho, enquanto titular da pasta da Guerra, Gomes da Costa apresentou, em conselho de ministros, um programa de governo de inspiração sidonista, naturalmente recusado por Mendes Cabeçadas.

[15] Coronel F. de Oliveira Pio, *Duas palestras sobre o fascismo ibérico*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1959, p. 24.

[16] *O Mundo*, 17 de junho de 1926, p. 3.

[17] *O Mundo*, 24 de junho de 1926, p. 2.

[18] *O Mundo*, 22 de junho de 1926, p. 2.

[19] *Diário de Notícias*, 27 de junho de 1926, p. 2.

JoseDominguesDosSantos.indb 169 12/10/2012 14:42

tes, sem sucesso, nomeadamente em Entre-os-Rios, na casa do seu correligionário Gaspar Pinto Lopes.[20]

O diretório do PRED, naturalmente, não deixou de protestar energicamente contra as prisões e ordens de prisão. Além de "injustas", eram uma "afrontosa perseguição" perpetrada por inimigos da República.[21] No dia 29 de junho, este documento seria entregue pessoalmente a Gomes da Costa por Alfredo Nordeste, Crispiniano da Fonseca, Cortês dos Santos, Tavares de Carvalho e Sá Pereira. A delegação do PRED procurou convencer o chefe do governo de que eram falsas as acusações que pendiam sobre os seus correligionários. Sem dar qualquer sinal de comprometimento, Gomes da Costa reafirmaria apenas o propósito de realizar uma ação governativa verdadeiramente republicana. Não dava, pois, quaisquer garantias quanto à situação dos dirigentes esquerdistas.[22]

Inesperadamente, José Domingues dos Santos regressou ao Porto no dia 4 de julho, alegadamente vindo do Alto Minho. Numa esquadra da polícia (após contacto com o comissariado) foi informado de que não havia motivo para detenção. Nessa mesma tarde regressou a Lisboa onde foi alvo de uma calorosa receção na estação do Rossio. Interrogado por alguns jornalistas, afirmou que não chegara a sair do distrito do Porto: permanecera nos arredores da cidade, em casa de amigos.[23] Para a cessação de ordem de prisão bem como para a libertação dos presos que se encontravam na fragata *D. Fernando*, foi determinante a ação do tenente João Pereira de Carvalho, um militar de enorme influência no processo do 28 de Maio.[24]

Gomes da Costa não percebeu a tempo que a estratégia prosseguida pela direita mais reacionária acabaria por afastá-lo na primeira oportunidade, que, aliás, não demorou a surgir. O pretexto foi um decreto do ministro da Justiça, Manuel Rodrigues, que Gomes da Costa terá tentado alterar, por sugestão do padre jesuíta Manuel de Sousa Peres, de quem era próximo. Confrontado com a oposição de três membros do governo, Óscar Carmona, Gama Ochôa e António Claro, não teve dúvida em demiti-los. Não contou, porém, com a pronta reação do Exército que, por pressões a que não foi alheio o general Sinel de Cordes e o coronel Raul Esteves, impôs a sua demissão. De nada lhe valeu a procura de apoio nos quartéis de Lisboa. Demitido e preso no dia 9 de julho, data em que foi substituído pelo general Carmona, embarcou para o exílio açoriano dois dias depois.[25] A estratégia dos golpistas do 18 de Abril de 1925 revelava-se, finalmente, vencedora.

---

[20] A busca aconteceu no dia 31 de junho (*O Mundo*, 2-7-1926, p. 1).

[21] *Atualidade*, 1 de julho de 1926, p. 4.

[22] *Diário de Notícias*, 30 de junho de 1926, p. 1.

[23] *Diário de Notícias*, 5 de julho de 1926, p. 1.

[24] É o próprio João Pereira de Carvalho quem o confirma, em carta de 2-3-1927, dirigida ao ministro da Guerra, Abílio Passos e Sousa, após os acontecimentos revolucionários de fevereiro de 1927 (IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 3483/28 SPS – NT 4244, fl.11).

[25] No dia em que Gomes da Costa foi preso, a imprensa publicava nova nota oficiosa do diretório do PRED, que retomava as suas críticas habituais: influência monárquica, concessões à Igreja Católica, perseguições a republicanos, limitação da liberdade de expressão, falência governativa. A tudo isto, os esquerdistas contrapunham um "plano de salvação nacional", afirmando contar nas suas fileiras com homens de "elite" capazes de o executar (*Diário de Notícias*, 9-7-1926, p. 2).

JoseDominguesDosSantos.indb 170 12/10/2012 14:42

O exílio imposto a Gomes da Costa mereceu a condenação formal do PRED. Apesar de o diretório reafirmar a sua discordância relativamente à ação governativa do general, lamentava "o processo da deportação sem julgamento". Perante o novo governo, o PRED reafirmava a mesma atitude que assumira perante os governos anteriores, discordando da forma como se efetuara a dissolução dos corpos administrativos. Reafirmando também a necessidade de se pôr termo "à situação ditatorial", que nada havia "produzido de útil", reivindicava a necessidade urgente de restabelecimento das garantias constitucionais, fazendo cessar a censura e procedendo a eleições livres.[26]

A política económica do novo governo, liderado pelo general Carmona, tendo na pasta das Finanças o general Sinel de Cordes, cujas simpatias pela Monarquia eram evidentes, abriu nova frente de batalha com a oposição republicana. O diretório do PRED, uma vez mais, veio a terreiro, através de nova nota oficiosa, manifestar a sua discordância absoluta relativamente ao aumento da circulação fiduciária, que traria, inevitavelmente, o aumento do custo de vida. Protestava ainda contra o anunciado arrendamento dos Caminhos de Ferro do Estado, medida "ruinosa para a vida económica do país, prejudicial para a segurança do Estado e fonte de escuras negociatas", que, seguramente, iriam aumentar "o descrédito da administração governamental"[27].

O afastamento de Pestana Júnior, antigo ministro das Finanças e figura destacada do diretório esquerdista, do cargo de diretor das cadeias centrais de Lisboa, no dia 26 de julho, foi alvo de mais um protesto do PRED. A nota oficiosa seria, porém, censurada[28], o que originou novo protesto dos esquerdistas.[29]

Por esta altura, a censura à imprensa (decretada em 23 de junho) não era sistemática. Daí a aparente contradição entre o corte de uma nota e a publicação de outra. Acresce ainda que os serviços de censura não eram uniformes. Mais severos em Lisboa e no Porto, cidades com os mais importantes diários, na província deixavam por vezes passar o que cortavam nessas cidades.

A partir de 13 de setembro, de modo a alterar radicalmente a referida situação, foi publicada a circular n.º 76 do Serviço de Ligações do Ministério da Guerra,

---

[26] *O Mundo*, 15 de julho de 1926, p. 3.

[27] *O Mundo*, 24 de julho de 1926, p. 3.

[28] *O Mundo*, 29 de julho de 1926, p. 3.

[29] A nota oficiosa era a seguinte: "O diretório do PRED, tendo tomado conhecimento da censura exercida na última nota oficiosa deste partido, protestando contra tal processo, atentatório da liberdade de opinião, salientando que a ninguém é lícito esconder ou desvirtuar o pensamento de um partido que, não tendo pedido coisa alguma à atual situação não pode ficar silencioso perante a Nação de um governo que nada faz e tudo complica. O diretório do PRED lamenta que a obra de saneamento tantas vezes apregoada e tão insistentemente reclamada pela opinião pública, tenha sido posta de parte com grave prejuízo para os supremos interesses da República. Fiel aos seus princípios, a Esquerda Democrática protesta mais uma vez contra as tendências reacionárias que a ação ministerial revela, e desde já afirma o seu propósito de impedir, por todas as formas ao seu alcance, a modificação, em ditadura, da Constituição, no sentido do regime presidencialista, inconcebível numa República Unitária. O diretório do PRED verificando a inação do governo, resolve intensificar a sua propaganda, chamando a atenção do país, para o facto de continuarem sem solução os mais graves problemas nacionais, desde a Questão dos Tabacos até à questão das estradas." (*O Despertar*, 7-8-1926, p. 2)

JoseDominguesDosSantos.indb 171 12/10/2012 14:42

assinada pelo coronel João de Almeida, que agravava substancialmente, e de forma sistemática, o crivo noticioso.[30]

O manto de silêncio imposto à imprensa republicana e social deu ao governo uma falsa sensação de acalmia.[31] Enganou-se. A censura não impediu que vozes contrárias ao governo deixassem de se ouvir. Se não o podiam fazer na imprensa "legal" nada impedia que o fizessem por meios clandestinos, através de panfletos e de jornais. Isto apesar de haver legislação que proibia especificamente a circulação de publicações periódicas, ou não periódicas, sem a explícita menção aos nomes dos seus responsáveis editoriais.[32]

O governo cedo percebeu que essa literatura clandestina, embora de circulação aparentemente limitada, era bem mais contundente do que as notícias e artigos de fundo que habitualmente eram publicados na imprensa nacional ou local. Os panfletos começaram a circular com mais frequência logo após o golpe de Estado que afastou Gomes da Costa. A constituição desse governo, dizia-se num deles, representava "um ultraje à consciência republicana da Nação". Carmona faltara ao compromisso que tomara perante o Exército, chamando monárquicos e integralistas ao governo. Estava, pois, colocado o problema: "Ou República ou monarquia, ou Liberdade ou despotismo."[33]

A estratégia da oposição republicana era muito simples: insistir que o governo queria proclamar a Monarquia. Com data de 25 de outubro, num dos panfletos que circulavam com a assinatura de Álvaro de Castro, denunciava-se que, em Sintra, durante um almoço em que estiveram presentes Carmona e alguns ministros, se convencionara restabelecer o antigo regime.[34] Poucos dias depois, preso já no Forte

---

[30] De modo a normalizar o serviço de censura em todo o país, nessa circular preconizavam-se os seguintes cortes: "Todas as notícias, cartas e declarações subscritas por oficiais do Exército; todas as notícias relativas a transferências, ordens de prisão, declarações, pretensões e reclamações de qualquer natureza, de indivíduos pertencentes à classe dos sargentos do Exército ou da Armada e de políticos; todas e quaisquer notícias e ainda as simples referências, *mesmo quando inofensivas*, a indivíduos que pelo seu passado se reconheça terem sido elementos perturbadores da ordem pública ou que tenham contribuído para a desordem nacional, *procurando estabelecer o vácuo em torno das suas pessoas e nomes*." (A. H. de Oliveira Marques, *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1990, p. 115)

[31] Em agosto, numa carta dirigida a Mário de Figueiredo, então em Londres, em missão financeira ao serviço do governo, dizia o ministro da Justiça, Manuel Rodrigues: "A política agora acalmou. Os amigos da situação já não nos criam dificuldades… porque não podem… os integralistas e radicais, bem entendido. Os inimigos por enquanto nada podem fazer, e é possível que mais tarde nada consigam. O governo, apesar da campanha de silêncio dos jornais, está a conquistar a opinião pública pelas medidas de moralização que tomou." (Franco Nogueira, *Salazar*, Vol. I, p. 320)

[32] Decreto-lei n.º 11 839, de 5 de julho de 1926, alterado um pouco mais tarde pelo decreto-lei n.º 12 008, de 29 de julho de 1926.

[33] A. H. de Oliveira Marques, *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*, Vol. I, p. 113.

[34] A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, Vol. I, p. 119. No n.º 2 do jornal clandestino *O Pelourinho* (9-12-1926, p. 8), a denúncia era retificada ironicamente, muito provavelmente pela pena de Aquilino Ribeiro: "Não é verdade que no almoço de Sintra, a que seriam presentes alguns ministros, se planeasse a restauração da Monarquia. O dr. Álvaro de Castro foi iludido, se é certo ser de seu punho a folha volante que para aí correu. Nesse banquete, ao contrário, comeu-se, bebeu-se, folgou-se, e, se não se deram vivas à República, é que faltava lá o Carmona, e o Gomes da Costa já tinha passado à história. O assunto é melindroso de mais para se tratar à mesa redonda. Mas não há dúvida que se tem ventilado o problema no Café Royal e outros lugares, entre o Sinel, Passos e Sousa, duma banda, e o farsante do Carvalho da Silva e o cavalo de Calígula do conde de Águeda, da outra."

JoseDominguesDosSantos.indb 172 12/10/2012 14:42

de Elvas[35], em novo panfleto, dirigido ao "Povo Republicano", Álvaro de Castro reafirmava a anterior denúncia.[36]

Face à situação, o governo reagiu, desmentindo, através do ministro da Justiça, Manuel Rodrigues, a autoria desses panfletos. Considerava esse ministro que Álvaro de Castro seria incapaz de os subscrever, "pela série de informações caluniosas" neles contidas. Quem o fazia eram, evidentemente, pessoas que abusavam do seu nome "para lançar sobre os membros do governo as mais torpes calúnias"[37]. Desmentia igualmente Manuel Rodrigues que a República estivesse em perigo. Pelo contrário: em seu entender, consolidava-se cada vez mais. E acrescentava:

> "O resto, tudo quanto se diz, são palavras apenas destinadas a perturbar a vida do governo, a dividir os elementos que apoiam a atual situação e a criar suspeições infamantes contra os homens que se encontram no poder, porventura porque eles têm destruído muitos interesses ilegítimos e perniciosos para o país."[38]

O assunto era de tal gravidade que suscitou, logo no dia 10, no Ministério da Guerra, uma longa reunião (sete horas) dos altos comandos militares. Na nota oficiosa saída dessa reunião, redigida de forma extremamente cautelosa[39], que a oposição republicana não deixaria de fustigar sem dó nem piedade[40], os militares reforçavam as palavras do ministro da Justiça relativamente à oposição político-partidária. Reconheciam a intensificação da ação política contra o governo, com processos mais "habilidosos e inteligentes", insinuando que a situação não correspondia ao movimento do 28 de Maio, que era "fraca", produzia pouco, daí a necessidade de uma recomposição ministerial e a resolução definitiva da organização do Poder. Os ataques de "inépcia e de inação", careciam, porém, de "fundamento". E fazendo jus aos que julgam que o ataque é a melhor defesa, sobre os políticos diziam com ironia:

---

[35] O panfleto é datado de 30 de outubro de 1926. Álvaro de Castro estava então preso no Forte de Elvas, punido que fora, em 21 de outubro, por ter "indiretamente" autorizado a divulgação de uma carta sua em que se referia às Forças Armadas, "por forma a poder estabelecer uma desunião prejudicial à disciplina", facto agravado com a "insinuação" de que os negócios do Estado eram "tratados como se fossem de interesse pessoal." (Aires Antunes Diniz, *Álvaro de Castro - Pela República, Liberdade e Democracia*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 2005, p. 148)

[36] Esse panfleto terminava com este apelo à luta armada: "Às armas cidadãos! A República está em perigo, republicanos uni-vos! A coberto da censura, que amordaçou a imprensa e a opinião em Portugal, prepara-se a traição à República que será seguida da traição à Pátria. Os corvos crucitam! O Ministério dos monárquicos, sem princípios, prepara sinistramente a mortalha da República." (A. H. de Oliveira Marques, *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*, Vol. I, p. 120)

[37] *Diário de Lisboa*, 9 de novembro de 1926, p. 8.

[38] *Ibidem*.

[39] Ao *Diário de Lisboa* (11-11-1926, p. 8), o chefe de gabinete do ministro da Guerra, tenente-coronel Miranda declarou isso mesmo: a nota oficiosa tinha "de ser feita cautelosamente."

[40] Sobre essa nota, dizia-se no jornal *O Pelourinho* (9-12-1926, p. 8): "Hesita-se ao ler aquilo. E não se sabe que mais admirar naquela nota. O desmazelo charro da expressão, a falta do mais elementar sentimento da dignidade, o absurdo e a inconsequência das afirmações e o descaro grosseiro na mentira disputam-se ali a primazia. Como documento da cultura, da hombridade, da clareza de ideias e da firmeza de princípios do governo é completo. Vale por uma definição. […] Não!, a nota é um *bluff* desprezível. Uma mentira cínica de ponta a ponta. Uma afronta e um escárnio."

JoseDominguesDosSantos.indb 173 12/10/2012 14:42

> "Espalham que o governo só comete erros e de útil nada faz. Eles não cometeram erros e fizeram coisas tão maravilhosas que foi preciso vir o 28 de Maio para que o país se não transformasse num paraíso. O que lhes dói, o que eles chamam erros, são os atos do governo contrários aos seus interesses, que antepõem aos interesses sagrados da Nação ou os atos que foram impotentes para praticar, como o concerto das estradas, obras nos edifícios públicos, pagamento das dívidas tremendas que fizeram, etc."[41]

Carmona esteve presente na reunião. Na sua longa exposição, dera conta de que o governo estava estudando uma nova organização política, que se lhe afigurava "mais de acordo com o momento histórico e com a índole do povo português", uma organização "bem nacional, sem idealismos irrealizáveis". Essa organização propunha-se a "corrigir erros", tornando a República "verdadeiramente republicana"[42].

Entretanto, nos inícios de novembro, no primeiro número do jornal clandestino *A Revolta*, afirmava-se que José Domingues dos Santos "era ativamente procurado pelos da 'marmita'"[43]. Por sua vez, um periódico de Beja, órgão da Esquerda Democrática, anunciava a sua partida para Espanha, por razões de saúde.[44] Desconhece-se se então terá ou não passado a fronteira. Uma coisa é certa: mesmo que o tivesse feito não foi por razões de saúde mas de segurança. Em novembro estava já na clandestinidade, facto que seria confirmado por uma "Carta Aberta" ao general Carmona, divulgada num panfleto que então circulou. Nesse documento, José Domingues dos Santos afirmava:

> "As perseguições com que o seu governo conta calar os homens da Esquerda Democrática, nem nos amedrontam, nem nos entibiam.
>
> Já estamos habituados a sofrer pelo ideal que amamos. Conhecemos todo o calvário de dores e sofrimentos que os boleguins dos tiranos costumam infligir aos defensores da Liberdade.
>
> E, sem uma hesitação, continuaremos a luta, indiferentes às ameaças, tão serenos na vitória, como confiantes na desgraça, amando acima de tudo a República e a Liberdade, contentes até em darmos por elas a nossa vida.
>
> Como Leopardi nós poderemos também gritar: '*Il naufragare in questo mare, m'e dolce!*'
>
> Mas porque desejo servir e defender eficazmente a República – que v. ex.ª está atraiçoando – e a Liberdade – que v. ex.ª torpemente esmagou, – é que eu resolvi subtrair-me à caçada dos seus esbirros.
>
> Não me escondi para descansar. Refugiei-me em lugar seguro para melhor o combater.
>
> Eu serei desde hoje o seu acusador e o seu espectro. Encontrar-me-á em todas as praças públicas para lhe gritar a sua traição. Ver-me-á em redor das barricadas chamando à revolta todos os soldados da democracia e batendo-me a seu lado até vencer ou morrer."[45]

---

41 *Diário de Lisboa*, 12 de novembro de 1926, p. 8.

42 *Ibidem*.

43 *A Revolta*, 2 de novembro de 1926, p. 3.

44 *Ala Esquerda*, 4 de novembro de 1926.

45 A. H. de Oliveira Marques, *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1990, p. 125.

JoseDominguesDosSantos.indb 174 12/10/2012 14:42

Noutra "Carta Aberta" a Carmona, que também circulou por essa altura, José Domingues dos Santos acusava o general de não ter sido um revolucionário do 28 de Maio, nem mesmo ter lido o seu programa. Apesar disso, nele viria a imiscuir-se com os seus colaboradores, "na ânsia insofrida de se aboletarem à mesa do orçamento".

Confessando ter acreditado "na sinceridade dos homens que organizaram o 28 de Maio" (nomeadamente no comandante Mendes Cabeçadas e no "valente oficial" João Pereira de Carvalho), homens que "pensavam realizar uma obra de saneamento republicano", José Domingues dos Santos acusa ainda Carmona de não ter feito outra coisa a não ser "trair e conspurcar a República".

Relativamente ao governo da Ditadura Militar, lançava-lhe as seguintes questões:

> "Onde a reforma administrativa? Onde a lei de responsabilidade ministerial? Onde a lei das acumulações? Quando são julgados os responsáveis pelos latrocínios do Lazareto, Exposição do Rio de Janeiro, Transportes Marítimos, etc., etc.?
>
> Publicaram a lei das incompatibilidades; mas porque ela ia ferir os srs. Ulrich, Fratel e outros monárquicos de vulto, logo a lei se altera e, com um impudor inaudito, se estabelece que para aqueles senhores não há incompatibilidades. Quem entre os revolucionários do 28 de Maio seria capaz de admitir uma monstruosidade desta natureza? Julga v. ex.ª que pelo facto de ter suprimido o direito de criticar os atos e os crimes do governo, a Nação não os vê, não os julga e não os condena?
>
> Supõe v. ex.ª que na hora do ajuste de contas – e essa hora já está bem perto – todos os crimes que o governo tem praticado em nome do Exército – pobre Exército! – não serão devidamente apreciados e castigados os seus autores?
>
> Conta v. ex.ª com a tradicional impunidade que os republicanos sempre têm dispensado aos criminosos políticos?
>
> Mas não vê, não sente que tumultuar de paixões, que concentrar de ódios profundos os crimes do seu governo estão despertando?
>
> Confia nas baionetas? Mas não sabe que a humanidade segue o seu destino sem haver força que a detenha ou desvie, saltando por cima das baionetas com a mesma facilidade com que a onda salta por cima do pedregulho que se lhe antepõe na areia movediça?"[46]

Depois de *A Revolta*, em novembro sairia também o primeiro número de um novo jornal clandestino, *O Pelourinho*. Nele colaboraram (incognitamente) republicanos e socialistas, alguns dos quais ligados à *Seara Nova*.[47] No editorial, manifestava-se uma fé inquebrantável na reconquista das "liberdades perdidas, custe o que custar". Havia, porém, uma novidade: pela primeira vez após o 28 de Maio, os oposicionistas não se limitavam a dizer o que queriam, isto é, "a restauração da República dentro de uma forma jurídica insofismável, expressão de um pacto liso, honesto e útil entre cidadãos livres". Diziam também, de uma forma aberta, num registo tipicamente *seareiro*, o que não queriam:

---

[46] MBM, *Carta aberta ao sr. general Carmona*.

[47] Os pseudónimos são maioritariamente uma letra maiúscula do alfabeto. Foi possível identificar alguns deles, através de apontamentos manuscritos de Bernardino Machado no 2.º número do jornal. Ei-los: *L* – Raul Proença; *P* – António Sérgio; *R* – Herculano Nunes; *V* – Adelino Mendes; *X* – Hermano Neves; *Y* – Câmara Reis; *Z* – Aquilino Ribeiro; *Pinheiro Maluco* – Ramada Curto.

> "Não queremos a restauração de um passado em que todos foram insensatos, porque o país diz claramente que a não quer.
>
> […] Não queremos uma República grotesca, farsada vilíssima duns tantos generais tontos ou velhacos, de duas dúzias de alferes e tenentes reacionários, de uma dúzia de capitães à coca de empregos bifados à paisanada, de três majores com curso de estadista de 'rebimba-o-malho' e dum coronel antigo, *Floriano-das-dúzias*, e hoje afamado sapador do regime.
>
> Não queremos uma República conto do vigário que os farsantes querem impingir ao Exército dizendo-lhe que é a República de que a Nação gosta, *República antecâmara da traição* que eles querem dar ao país dizendo-lhe que é a República que o Exército impõe.
>
> E Nação e Exército ludibriados, injuriados e cuspidos por estes velhaquetes, miseráveis politiqueiros, mentindo em nome da farda dos camaradas, como os políticos antigos mentiam em nome dos eleitores!"[48]

De toda esta literatura teve o governo, naturalmente, conhecimento. Não admira, pois, que na tomada de posse do novo ministro da Instrução, Alfredo Magalhães, Carmona tenha voltado à carga, referindo-se uma vez mais à campanha desenvolvida por vários setores políticos, que, reconhecia, prejudicava o governo, não o deixando trabalhar:

> "Propala-se, insinua-se, espalha-se que o Ministério tem ligações de qualquer espécie com monárquicos. É redondamente falso. É essa uma das modalidades mais antipáticas da campanha que contra nós se vem desenvolvendo."[49]

A campanha, dizia Carmona, tinha de acabar. Por isso chamara ao governo Alfredo Magalhães, que lhe dava "seguras garantias de republicanismo". Fracas garantias, diga-se, vindas de um antigo sidonista, como logo se viu pelas palavras de profundo e total alinhamento com a nova situação política, que agradaram ao Exército. Tal como agradaram, naturalmente, as suas censuras aos dirigentes republicanos, "que não souberam cumprir as suas promessas do tempo da propaganda". Para que não restassem dúvidas, no final da cerimónia, marcaria assim a sua posição definitiva: "Entre os ditadores e os profetas, na política, não hesito, sigo os primeiros."[50] Como dizia Raul Proença, num panfleto então publicado, que pronto o obrigaria à clandestinidade[51], Alfredo Magalhães articulava "com soberba ênfase discursos esplendidamente fúteis"[52].

---

[48] *O Pelourinho*, 21 de novembro de 1926, p. 1-2.

[49] *Diário de Lisboa*, 23 de novembro de 1926, p. 8.

[50] *Ibidem*.

[51] No 2.º número do jornal *O Pelourinho* (9-12-1926, p. 8), lia-se: "Última Hora – O sr. Raul Proença encontra-se a bom recato, e de perfeita saúde, longe das unhas dos esbirros governamentais."

[52] Raul Proença, *Panfletos - A Ditadura Militar. História e análise dum crime*, [Lisboa], 1926, p. 78.

JoseDominguesDosSantos.indb 176 12/10/2012 14:42

Durante a sua tomada de posse como chefe de Estado interino, que teve lugar a 29 de novembro[53], Carmona mostrava-se confiante de que "alguma coisa de útil e proveitosa" havia já conseguido, embora sem "resultados concludentes", no sentido de acabar com as divergências que dividiam os portugueses. A "missão de conciliar", acrescentou, era uma tarefa grata ao seu espírito. Tornava-se, pois, "necessário fechar o ciclo das lutas e das revoluções". Se o conseguisse, o governo prestaria ao país "o mais alto e valioso serviço"[54].

Programa diametralmente oposto era, obviamente, o dos vários setores republicanos, civis e militares, que consideravam justamente a via revolucionária como a única alternativa para um regresso à normalidade constitucional. Era esse, por exemplo, o pensamento do capitão Alfredo Chaves, que, em 11 de setembro, com algumas tropas de Infantaria 19, liderou uma revolta em Chaves, prontamente sufocada à nascença por não haver outras adesões que a sustentassem.[55]

No final de 1926, o processo revolucionário que estava em marcha era já bem percetível. Confirmavam-no as publicações clandestinas, bem como uma nota do diretório do PRED, que a censura deixou passar. Aí se pugnava pela união de todos os republicanos. Nesse sentido, determinava o diretório do PRED que os seus correligionários cessassem as hostilidades contra outros republicanos, com ou sem filiação partidária, aconselhava-os a manter com eles uma atitude solidária, recomendando-lhes que esquecessem antigos agravos, fazendo votos por uma "aturada fraternidade" entre todos.[56]

A tão aguardada plataforma de entendimento contra a Ditadura Militar estava finalmente em marcha. Variadíssimos apelos nesse sentido haviam sido feitos, independentemente de se gostar ou não das forças que as integravam e do seu alinhamento político antes do 28 de Maio. Exemplo disso era um texto intitulado "A força invencível", que apareceu incógnito no jornal *O Pelourinho*, mas que Bernardino Machado atribui a Aquilino Ribeiro. Ei-lo, na íntegra, confirmando o acordo para uma frente antiditatorial e censurando os que se colocavam à margem de qualquer entendimento para afastar os militares do poder:

> "No campo republicano a frente única está formada. Ficaram de fora os tubarões e os lacaios de todos os amos. Raros quedaram à margem por despeito, ou por cálculo político, de óculo de ver ao longe na mão. O impulso foi superior à vontade individual e uma força cega, instintiva, nos ligou e nos converte numa corrente avassaladora. Não tenham medo, que nada nos detém! Não tenham medo que sejamos esmagados!
>
> É a frente única ditada pelos diretórios, meditada, concertada, como um negócio de comandita ou uma batida aos lobos? Não sei, nem me importa saber.

---

[53] O decreto que lhe conferia esse cargo é de 16 de novembro. No dia 29, tomaram igualmente posse os novos ministros do Comércio (major de engenharia Júlio César de Carvalho Teixeira) e da Guerra (tenente-coronel Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa).

[54] *Diário de Lisboa*, 29 de novembro de 1926, p. 8.

[55] De sinal contrário foi a tentativa de Golpe de Estado, em 21 de setembro, visando levar o coronel João de Almeida à chefia do Ministério. O capitão Alfredo Chaves foi condenado, em 15 de outubro, a 18 meses de prisão disciplinar; o coronel João de Almeida foi absolvido em 11 de dezembro.

[56] *O Mundo*, 12 de dezembro de 1926, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 177 12/10/2012 14:42

> É a frente moral, compacta, impessoal, a mais forte, aquela em que se perde o indivíduo. Está nela o António Maria, o José Domingues, o Camacho, o Afonso Costa, a quem tenho azar ou que são meus adversários? Talvez. Quem vê argueiros na corrente dum rio? A minha obrigação de republicano é ir, deixar-me ir, seguir a voz que me chama, obedecer ao mandamento expresso da minha grei. O meu dever por agora é dar força a essa força. Quem assim não procede não é republicano nem patriota. Para lá dos homens, pobres figurantes duma farsa ou duma tragédia transitória, está a República e a Pátria!"[57]

A primeira tentativa para organizar uma frente democrática contra a ditadura surgiu da *Seara Nova*. De facto, a 25 de junho, data da prisão de alguns dirigentes republicanos, Jaime Cortesão propôs a David Ferreira a organização de uma conspiração, tendo como chefe Álvaro de Castro. Este, porém, alvo que era de constante vigilância, declinou o convite. As atenções dos dois seareiros dirigiram-se então para o médico naval Jaime de Morais, histórico revolucionário do 5 de Outubro e ex-governador da Índia, que aceitou. Constitui-se então um comité revolucionário, de que fizeram parte inicialmente Jaime Cortesão, Jaime de Morais e o capitão Júlio César de Almeida. A David Ferreira ficou cometida a ligação político-militar.[58] Integraram posteriormente esse comité os militares Sousa Dias, Sarmento Pimentel e Pina de Morais[59].

Os apelos insistentes da imprensa clandestina à intervenção armada do Exército republicano repetiram-se com grande frequência a partir de novembro. Um desses apelos surgiu num panfleto de José Domingues dos Santos, onde dizia:

> "Sim, eu sou um rebelde. Rebelde contra todos os tiranos. Rebelde contra todos os traidores. Rebelde contra todos os criminosos. E porque estamos sob a pata de uma ditadura de imbecis, porque estamos sendo vítimas da mais negra das traições, porque somos afrontados por uma horda de criminosos que se instalaram no poder, eu sou neste momento um rebelde contra esta situação que nos oprime, vexa e desonra.
>
> Mas sou um rebelde que não pactua, rebelde que não transige, rebelde que ninguém é capaz de corromper e calar. Na praça pública, nos centros políticos, na imprensa, nas simples reuniões particulares eu combato sempre, sem hesitação, sem desfalecimento e sem tréguas. […]
>
> Manifestos, panfletos, cartas abertas, o que for possível – serão as minhas armas de combate. Com todos os riscos e com todas as responsabilidades."

---

[57] *O Pelourinho*, 9 de dezembro de 1926, p. 7. Fora dessa frente ficaram o PRP e a União Liberal Republicana. Os democráticos, com raras exceções, optaram pelo combate à ditadura por meios legais, o que, como se percebe, lhes limitou enormemente o campo de manobra. Julgavam que, agitando o perigo monárquico e denunciando os erros da política financeira do governo, que consideravam desastrosa, acabariam por regressar ao poder. Os unionistas liberais, por seu turno, crentes que a ditadura mais cedo ou mais tarde iria enveredar por uma via constitucional e que, na inevitável transição política, eram eles os herdeiros do poder, nunca se mostraram disponíveis para esse combate. Quaisquer dúvidas sobre essa posição ficaram dissipadas quando o seu líder, Cunha Leal, aceitou, em agosto de 1926, o convite do ministro das Colónias, João Belo, para a governação do Banco de Angola. A partir de 1930, porém, Cunha Leal e alguns dos seus correligionários (tal como o faziam já muitos democráticos) irão enfileirar também na oposição reviralhista à Ditadura Militar.

[58] Depoimento de David Ferreira ao *Diário Popular*, 7 de fevereiro de 1976, p. 12.

[59] *Jornal de Notícias*, 4 de fevereiro de 1927, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 178 12/10/2012 14:42

Reafirmando a acusação, glosada insistentemente por outros republicanos, de que o governo mentia quando afirmava representar o Exército, José Domingues dos Santos dirigia-se a todos os oficiais que amavam a República, cuja Constituição juraram, e que desejavam prestigiar a sua farda, instando-os ao dever imperioso de escorraçar do poder esse mesmo governo, que traía a Pátria e a República.

O seu panfleto terminava com este apelo dramático:

> "Portugueses, republicanos, que é feito do vosso brio, da vossa altivez e do vosso comprovado amor à democracia? Não vos sentis traídos? E, perante a traição em marcha, não vos revoltais?"[60]

Apelos como este acabaram por mobilizar alguns dos oficiais revolucionários do 28 de Maio. O tenente João Pereira de Carvalho foi um deles. A partir de 22 de dezembro, garantida que foi (em ata assinada por vários militares) a constituição de um Conselho de Oficiais do Norte, sem representação partidária, que organizasse um movimento que fizesse reviver os princípios republicanos, dignificasse o Exército e contribuísse para a formação de um governo integrado por elementos "de comprovado republicanismo e conhecida competência", entrou a fundo na conspiração.

João Pereira de Carvalho seria, no Norte, o elo de ligação entre os Conselhos de Oficiais de várias guarnições. O Conselho de Oficiais do Norte solicitara a vinda de Álvaro de Castro, para que aqui assumisse as funções de alto-comissário da República junto do comandante supremo das forças em operações. As decisões que daqui saíssem deveriam ser ampliadas com as do Comité Revolucionário de Lisboa[61]. Surgiria assim uma organização mais ampla, da qual, segundo testemunhou o próprio João Pereira de Carvalho, faziam parte elementos de todos os partidos, civis ou militares[62].

As movimentações militares não passaram, porém, despercebidas ao ministro da Guerra, Passos e Sousa, alertado que foi pelos serviços de informação. Começaram então as transferências dos oficiais considerados suspeitos, de Lisboa para a província. Nem todos, porém, obedeceram. Alguns chegam mesmo a desertar, casos de Pina de Morais[63] e de João Pereira de Carvalho[64].

---

[60] MBM, *Carta de um Rebelde*.

[61] IAN/TT – PIDE/DGS, Proc. 3483/28 SPS, NT 4244, fl. 5.

[62] *O Primeiro de Janeiro*, 4 de fevereiro de 1927, p. 2. O comité revolucionário, à hora do começo da revolução, era composto pelos seguintes elementos: general Sousa Dias, coronel Fernando Freiria, comandante Jaime de Morais, capitães Júlio César de Almeida, Jorge Falcão e Herculano Ramalho, tenente João Pereira de Carvalho e dr. Jaime Cortesão (AHM, 1.ª Divisão, Cx. 28, n.º 11, *A Revolução de Fevereiro de 1927 relatada pelo chefe do Estado-Maior das Forças em Operações no Norte, tenente-coronel António José Bernardes de Miranda*, p. 7). Segundo um jornalista contemporâneo dos acontecimentos, a Junta Revolucionária (integrando civis e militares) era constituída por representantes do PRP, PRED, PRR e PRN. Daniel Rodrigues representava o PRP, Pina de Morais o PRED, Jaime Cortesão a *Seara Nova*. Os nomes dos representantes dos radicais e nacionalistas não são indicados. O tenente-coronel Ferreira Chaves e Jaime de Morais representavam o comité revolucionário (Ferro Alves, *Os Budas - O contrabando de armas*, Lisboa, 1935, p. 32).

[63] Pina de Morais não cumpriu a determinação de se apresentar, em dezembro, no Arquivo Geral do Ministério da Guerra. Em meados de janeiro de 1927, continuando em parte incerta, foi-lhe emitida uma ordem de prisão (João Luís Sequeira, *João Pina de Morais - Vida, pensamento e obra*, Porto, Edições Caixotim, 2007, p. 284).

[64] AJPC, *Revolução de Fevereiro* (manuscrito inédito).

JoseDominguesDosSantos.indb 179 12/10/2012 14:42

Nos inícios de janeiro, a opinião pública foi confrontada com a notícia de que o ministro das Finanças, Sinel de Cordes – cuja política financeira era alvo das maiores críticas da oposição, e que o próprio Salazar haveria de demolir em vários artigos publicados em 1927 no jornal *Novidades* – tentara negociar em Londres um grande empréstimo a Portugal, dando como garantias as concessões dos tabacos e dos fósforos. Fracassada a negociação, o ministro resolvera negociar diretamente esse empréstimo com a Sociedade das Nações.

Nos dias 12 e 13, os diretórios dos partidos (com exceção da União Liberal Republicana), mais a *Seara Nova*, subscreveram e entregaram na embaixada britânica e nas legações francesa e americana uma declaração em que afirmavam que, sem autorização do Congresso da República, eram nulas, porque inconstitucionais, quaisquer operações financeiras contratadas em nome do Estado português. As ordens de prisão para os subscritores foram imediatas. Com exceção de António Maria da Silva, que conseguiu evadir-se da Trafaria, de António Sérgio e David Rodrigues, que fugiram para o estrangeiro, os outros subscritores (Vitorino Guimarães, Lopes de Oliveira e Cortês dos Santos) foram deportados para Cabo Verde, no dia 20.

Na noite de 31 de janeiro, ludibriando a vigilância policial, chegavam ao Porto Jaime de Morais e Júlio César de Almeida para uma reunião do comité revolucionário. Apesar de alguns quererem que o movimento militar saísse para a rua no dia seguinte, aproveitando a presença de Carmona e de alguns ministros para lhes imporem a demissão, prevaleceu a vontade dos que consideravam ser tarde para decisão dessa monta.

Convictos de que o governo, mesmo descobrindo o plano revolucionário, não tinha força para o "subjugar"[65], na madrugada de 3 de fevereiro, o Batalhão de Caçadores 9 iniciou as hostilidades, ocupando a praça da Batalha, no Porto, e de seguida, já com forças da GNR da Bela Vista[66], o Quartel-General, o Governo Civil e o edifício dos Correios e Telégrafos.

Aos revoltosos, chefiados militarmente pelo general Sousa Dias e pelo coronel Fernando Freiria, juntar-se-iam, logo no dia 3, parte da Polícia Civil do Porto, forças aquarteladas em Penafiel (Infantaria 6 e GNR) e em Amarante (Regimento de Artilharia 4). Na manhã do dia seguinte chegavam reforços vindos de Vila Real (Infantaria 13 e GNR) e de Lamego (Infantaria 10). Para o Porto se dirigiram ainda forças de Guimarães (Grupo de Metralhadoras 2), Valença (Caçadores 7 e GNR) e Póvoa de Varzim (1.º Grupo de Administração Militar). Tropas de Infantaria 18 (não na totalidade), Cavalaria 9 (Porto) e Artilharia 5 (Vila Nova de Gaia) tomaram o partido do governo. A estas forças se juntaram outras vindas do Norte e Centro do país[67].

O governo não foi apanhado de surpresa.[68] Três dias antes já dispunha de informações que indicavam estar para breve a hora do movimento. Entre as medidas então

---

[65] Assim pensava o oficial esquerdista Pina de Morais. A afirmação é feita numa carta não assinada, datável de novembro de 1926 (João Luís Sequeira Rodrigues, *João Pina de Morais – a vida, a obra, o pensamento*, Vila Real, 2005, p. 365).

[66] A GNR do Carmo declarou-se neutral.

[67] AHM, 1.ª Divisão, Cx. 28, n.º 11, *A Revolução de Fevereiro de 1927 relatada pelo chefe do Estado-Maior das Forças em Operações no Norte, tenente-coronel António José Bernardes de Miranda*, p. 12-14.

[68] Era praticamente impossível que isso acontecesse. Além da referida imprensa clandestina, que frequentemente dava conta que a revolução estava em marcha, o governo da Ditadura Militar havia tomado

JoseDominguesDosSantos.indb 180 12/10/2012 14:42

tomadas, ficou decidido que Passos e Sousa, ministro da Guerra, assumiria pessoalmente o comando das forças fiéis ao governo.[69]

Durante cerca de cinco dias, o Porto foi o palco principal da revolta.[70] Falhara a conexão com Lisboa, cujas tropas se mantiveram nos quartéis até ao dia 7. Esta descoordenação, reveladora de um deficiente planeamento, foi um erro estratégico determinante para o insucesso dos revoltosos. Em termos táticos, revelou-se igualmente fatal a não ocupação do Quartel da Serra do Pilar (Artilharia 5). Erro incompreensível foi também a não ocupação do porto de Leixões, que Passos e Sousa não deixou de aproveitar para o desembarque de algumas tropas vindas de Lisboa, que participariam no cerco aos revoltosos.[71]

No dia 3 de fevereiro, apesar do entusiasmo que então se viveu em vários pontos da cidade, as notícias que chegavam de Lisboa não eram suficientemente seguras para acabar com angústias e hesitações. A imprensa ligada aos esquerdistas procurava remar contra a maré: nesse dia, *O Mundo* publicou uma edição suplementar sem a submeter à Censura. Às 17 horas, a GNR cercou o edifício, fechando e selando o jornal. Nessa operação, foram presos o chefe de redação e dez tipógrafos. Parte significativa da edição foi confiscada.[72] No dia seguinte, para "animar as artes", os seareiros David Ferreira e José Rodrigues Miguéis redigiram e publicaram anonimamente um panfleto intitulado *Ávante!*, apelando dramaticamente aos proletários e aos burgueses, convocando-os à luta unitária contra "o criminoso governo monárquico"[73].

---

precauções, criando, no Porto e em Lisboa, Polícias de Informações, bem como um "Serviço de Ligações", aquilo a que os republicanos chamavam o "Santo Ofício", agregado ao Ministério da Guerra. Tinha como objetivo controlar as movimentações no interior dos quartéis e "espiar" o que se passava nos diversos Ministérios. Um ofício-circular concebido para o efeito, com data de 30 de setembro de 1926 e assinado pelo chefe de Serviço das Ligações, major Miguel Pereira Coutinho, circulou num panfleto clandestino (A. H. de Oliveira Marques, *A literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*, Vol. I, p. 123).

[69] AHM, 1.ª Divisão, Cx. 28, n.º 11, *A Revolução de Fevereiro de 1927 relatada pelo chefe do Estado-Maior das Forças em Operações no Norte, tenente-coronel António José Bernardes de Miranda*, p. 1-2.

[70] Além do Porto e de Lisboa, o movimento teve manifestações de menor significado noutras partes do país: dia 3 na Figueira da Foz; dias 4 e 5 em algumas cidades algarvias (Vila Real de Santo António, Tavira e Faro). Houve ainda intentonas em Valpaços, Alijó, Abrantes, Queluz, S. Julião da Barra, Barreiro, Setúbal e Évora (Luís Farinha, *O Reviralho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926--1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 39).

[71] Pedro de Pezarat Correia, "3 de fevereiro de 1927", in *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*, n.º 8, 2008, p. 55-56.

[72] *O Século*, 4 de fevereiro de 1927, p. 1.

[73] Depoimento de David Ferreira ao *Diário Popular*, 7 de fevereiro de 1976, p. 13. No panfleto, os autores, num pequeno artigo intitulado "A Revolução", com o fim de federar a maioria republicana, socialista e operária, escreviam, numa linguagem de propaganda, simples e direta: "Quem quer a Revolução? – Os republicanos dos Partidos: Democrático, Nacionalista, Radical, Esquerda Democrática, Socialista e grupos de 'Ação Republicana' e 'Seara Nova', além de todos os republicanos não filiados, além da vastíssima massa do proletariado. Querem-na, enfim, todos os homens que querem ser livres em Portugal. – Quem não quer a Revolução? – Uma dúzia de sicários que, abusivamente, se diz governar em nome do Exército – sicários com os quais nada pensa ter o verdadeiro, o nobre, o glorioso Exército Português. Essa dúzia de sicários não quer a Revolução, porque teme venham a ser conhecidos todos os crimes, todos os roubos, todos os latrocínios que em 8 meses tem perpetrado em Portugal à custa de ter suprimido violentamente o parlamento e de ter amordaçado a Imprensa." (A. H. de Oliveira Marques, *A literatura clandestina em Portugal*, 1926-1932, Vol. I, p. 152)

JoseDominguesDosSantos.indb 181 12/10/2012 14:42

Nesse primeiro dia de revolta, a presença de José Domingues dos Santos foi muito notada na praça da Batalha, principal teatro das operações. Aí, segundo um diário portuense, trabalhou, "afanosamente" para a vitória dos revoltosos.[74] Nas suas *Memórias*, Sarmento Pimentel deu-lhe o devido destaque, atribuindo-lhe a liderança do movimento, a par de Jaime Cortesão e Jaime de Morais.[75] Também o embaixador inglês, nos relatos que enviou para o Foreign Office, referiu o papel determinante de José Domingues dos Santos, considerando que ele estivera, desde o início, por detrás do movimento.[76]

Na manhã do dia 7, numa altura em que a resistência portuense estava a chegar ao fim[77], Lisboa revoltou-se finalmente. Um grupo de 150 marinheiros, acompanhados por políticos esquerdistas e revolucionários civis, comandados pelo 1.º tenente Agatão Lança e pelo tenente-coronel Cordeiro, tomaram o Quartel de Alcântara.[78] Embora lutassem rijamente durante dois dias, os revoltosos da capital, a cujo comité revolucionário presidiu o coronel Mendes dos Reis, acabaram também por se render às forças governamentais.

No Porto, o "levante tardio" da capital foi certeiramente crismado como a "Revolução do remorso"[79]. O facto de não ter sido simultâneo nas duas principais cidades do país, apesar de se conhecerem ações de ligação desenvolvidas nomeadamente por Raul Proença e Camilo Cortesão, nunca foi devidamente esclarecido. Nas suas *Memórias*, Sarmento Pimentel, um dos oficiais que se bateram na praça da Batalha, apontou o dedo a alguns setores republicanos, acusando concretamente "os Antónios Marias, os Dantas, os Camachos, os Antónios Josés"[80]. Significa isto que, a ser assim, foram os setores mais moderados do republicanismo, desde os nacionalistas aos *bonzos* do PRP, que não deram o aval para uma ação conjunta com outras forças políticas, nomeadamente com a Esquerda Democrática[81] e com o PCP.[82]

Pouco meses depois, em carta enviada a um conhecido oficial e ex-ministro da República, Sarmento Pimentel avançava com uma explicação mais concreta para

---

[74] *Jornal de Notícias*, 4 de fevereiro de 1927, p. 1.

[75] Sarmento Pimentel, *Memórias do capitão*, 2.ª ed., Porto, Editorial Inova, 1974, p. 213.

[76] ICS, FO 371/12703, XC/B 5948, p. 109.

[77] A rendição, no Porto, ocorreu na madrugada do dia 8.

[78] AHM, 1.ª Divisão, Cx. 28, n.º 11, *A Revolução de Fevereiro de 1927 relatada pelo chefe do Estado-Maior das Forças em Operações no Norte, tenente-coronel António José Bernardes de Miranda*, p. 38.

[79] Sarmento Pimental, *op. cit.*, p. 219.

[80] BN, E7/1525, *Carta de Sarmento Pimentel a Raul Proença*, de 27 de maio de 1928.

[81] Para a historiadora Filomena Bandeira, a não adesão de muitos oficiais republicanos poderá ter ficado, de facto, a dever-se à conotação da revolta com a Esquerda Democrática (Filomena Bandeira – "A oposição externa à ditadura: a revolta de fevereiro de 1927 em Lisboa", *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, p. 32).

[82] Em Lisboa, os comunistas ficaram à margem dos acontecimentos. No Porto, tiveram um papel ativo na fase preparatória do movimento, através da mediação de Francisco Pereira de Sousa, um dos fundadores do PCP. Segundo José Silva, dirigente comunista portuense, 200 homens "encurralados num recinto fechado", na rua do Heroísmo, aguardaram as armas e munições que lhes haviam sido prometidas para marcharem sobre o quartel da Serra do Pilar. Às 4 da madrugada do dia 3, o contingente de Penafiel chegou a essa rua mas sem o arsenal que esperavam (José Silva, *Memórias de um operário*, 2.º Vol., Porto, 1971, p. 27-33).

JoseDominguesDosSantos.indb 182 12/10/2012 14:42

o fracasso da revolta: "Perdemos, Hélder Ribeiro, porque os de Lisboa não cumpriram a sua palavra e os de Braga, Viana e Figueira nos traíram infamemente. O resto são detalhes sem importância."[83]

Também José Domingues dos Santos, em carta a um correligionário portuense, se pronunciaria sobre essa derrota. Em seu entender, faltara a "unidade de fé". Muitos se envolveram, na verdade, mas era "gente sem fé ou de fé diferente". Se os primeiros não não se batiam, os segundos dispersavam a sua atividade: mais que bater "o inimigo comum", estavam preocupados em "vigiar e por vezes a combater o seu companheiro do lado". Foi esse "o segredo do desastre de 3 de fevereiro"[84].

[83] *Coronel Hélder Ribeiro, Correspondência recebida* (*1902-1931*) *e notas autobiográficas* (coordenação e estudo introdutório de Francisco Ribeiro da Silva), Porto, Universidade Portucalense/Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997, p. 299.

[84] IAN/TT – PIDE/DGS, DEL. P. Proc. 228 - NT 2825, *Carta de José Domingues dos Santos a Manuel de Sousa Dias Júnior*, de 18 de agosto de 1927.

JoseDominguesDosSantos.indb 183 12/10/2012 14:42

V

No exílio

(1927-1954)

Após o fracasso das revoltas de fevereiro de 1927, José Domingues dos Santos, a exemplo do que aconteceu com numerosos civis e militares, saiu do país. A fazer fé numa carta, não datada, que circulou em panfleto nessa época, chegou a Espanha através de Trás-os-Montes. Na carta, José Domingues dos Santos, seu alegado autor, pedia a Urbano Rodrigues, diretor do diário *O Mundo* e seu correligionário, que informasse Tavares de Carvalho que tencionava "passar a fronteira ao pé de Bragança". Deste militar, que era também seu correligionário, pretendia José Domingues dos Santos que prevenisse o ministro das Finanças, de modo a que a Guarda Fiscal não o prendesse ao sair do país.[1]

Passada a fronteira, dirigiu-se ao País Basco e aí permaneceu três dias. Dessa sua presença deu notícia o diário republicano *La Voz de Guipúzcoa*, de San Sebastián, numa entrevista que teve amplo destaque de primeira página.[2] O jornalista, espantado e incrédulo com a personalidade de José Domingues dos Santos, achando-o tão diferente do que suponha ser um político português, descreveu-o assim:

> "Este hombre tan joven, absolutamente exento de «pose», vestido como un comisionista, que habla com el irreprimible entusiasmo y rie com la espontânea jovialidad de un estudiante, ¿ha sido presidente del Consejo de Ministros, en Portugal, precisamente en Portugal? Ni siquiera lleva hoy monóculo. Dos libros, preñados de cuartillas salpicadas de notas, en la mano, denotan al intelectual. Pero podrian ser, también, libros de texto…"

A exemplo do que fizeram outros republicanos em jornais e panfletos clandestinos, também José Domingues dos Santos não deixou de refutar nessa entrevista as suspeitas, lançadas por setores da Ditadura Militar e pela imprensa mais conservadora, de que a Revolução de Fevereiro tivera um cariz *bolchevista*. Crente na união de republicanos e socialistas, em volta de António José de Almeida, considerou que Sinel de Cordes não teria tempo de dar um golpe de Estado e expulsar Carmona do

[1] Agradeço ao prof. doutor António Ventura a fotocópia desse panfleto.

[2] Essa entrevista ocorreu num restaurante de Guethary. Quando foi publicada, já José Domingues dos Santos se encontrava em Paris há cerca de duas semanas.

JoseDominguesDosSantos.indb 185 12/10/2012 14:42

governo: antes disso restabelecer-se-ia a República, "sin dictadores y sin pretorianos, con Parlamento y Constitución"[3].

Retomada a viagem em Baiona, seguiu de comboio para Paris, onde chegou a 20 de abril.[4] Nessa cidade, com Afonso Costa, Álvaro de Castro, Jaime de Morais, Jaime Cortesão e António Sérgio (que chegaria apenas em julho) integrou a Junta Diretiva da Liga de Defesa da República ou Liga de Paris, organização federadora de largos setores republicanos, que juntou sobretudo esquerdistas, reconstituintes, seareiros e independentes.[5]

A Liga de Paris, pese embora a solidariedade inicial de alguns destacados militantes e dirigentes do PRP, não contou, porém, com o apoio institucional deste partido. A par de antigas questiúnculas, agravadas com a cisão esquerdista de meados de 1925, havia também uma clara diferença estratégica entre a Liga e o PRP. A primeira era apologista de uma "coligação dos republicanos fora dos partidos"[6]; o segundo insistia que a solução para o país passava por um regresso ao passado, isto é, ao modelo anterior ao 28 de Maio.

Se alguns republicanos optaram pelo exílio em Paris, outros houve que decidiram fixar-se em Espanha (sobretudo em Vigo, Madrid e Sevilha). Um deles, Jaime de Morais, esteve em Vigo e em Madrid. Em junho entrou clandestinamente em Portugal. Preparava-se então um movimento revolucionário sob o comando de Norton de Matos. Previsto para julho desse ano (1927), foi sucessivamente adiado para outubro e novembro. Acabaria por abortar devido à prisão (seguida de deportação para os Açores) de Norton de Matos.

Os planos revolucionários, porém, prosseguiram com o próprio Jaime de Morais a organizar um novo comité revolucionário, de cariz maioritariamente militar. Embora este comité contasse com o apoio tácito da Liga de Paris, houve uma evidente divergência de estratégias. Enquanto o comité (na suposição de que derrubaria a ditadura) pretendia implementar um programa mínimo, que contemplava a realização de eleições constituintes e o regresso de Bernardino Machado à Presidência da República, a Liga apostava na formação de um governo provisório que teria por missão aplicar o programa que ela própria definira nas reuniões que mantivera com alguns elementos do PRP.

O comité de Jaime de Morais (de que também faziam parte Nuno Cruz e Júlio César de Almeida) foi, porém, preso em Lisboa, no dia 1 de maio de 1928. A chefia do movimento revolucionário foi então assumida pelo coronel José de Mascarenhas, ex-ministro da Guerra.

Por essa altura, o general Norton de Matos preconizava uma frente única de combate à ditadura, que se formaria "sem atenção a partidos, crenças ou convicções políticas"; para a liderar, propunha a escolha de "um chefe único, com plenos pode-

---

[3] *La Voz de Guipúzcoa*, 5 de maio de 1927, p. 1.

[4] APJDS, Consulado Geral de Portugal em Paris, Certificado de Inscrição n.º 302/51.

[5] Sobre a Liga de Paris, veja-se A. H. de Oliveira Marques (org.), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar* (*1927-1928*), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, e António Luís Pinto da Costa – "A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: a Liga de Defesa da República ou Liga de Paris", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 5, Lisboa, 1900-1991, p. 247-274.

[6] A. H. de Oliveira Marques (org.), *op. cit.*, p. 43.

JoseDominguesDosSantos.indb 186 12/10/2012 14:42

res, que tudo dirija, a quem todos obedeçam". Esse chefe seria, obviamente, o próprio Norton de Matos.

A Liga não obstava a que esse chefe tivesse plenos poderes "para organizar e dirigir a revolução". Discordava, porém, que esses poderes lhe permitissem "discricionariamente constituir governo", bem como "formular e executar o seu programa político e administrativo"[7].

Alguns dias antes, em carta dirigida ao seu correligionário João Pedro dos Santos, José Domingues dos Santos referia-se à questão, demonstrando natural alinhamento com a posição da Liga:

> "O Norton quer um chefe único a quem todos obedeçam e que tudo mande. Não quer discussões políticas, nem antes nem depois da revolução. Tudo obedece. Não sei se também proíbe que chova. A chuva também é impertinente. […]
>
> A Liga por seu lado entende que ele pode ser (pode e deve) o chefe revolucionário, com plenos poderes para realizar o golpe militar. Mas entende também que as suas funções de chefe terminam no dia da revolução para entrar então em cena o poder civil. Será a este (e portanto a um comité civil) que caberá a missão da escolha do Governo Provisório que deverá ser presidido por um civil. De outra forma teremos apenas uma mutação de generais. E o estrangeiro nunca poderá compreender a razão por que é mais civilista um governo presidido pelo general Norton do que um outro chefiado pelo Carmona.
>
> Claro está que nós não pensamos em excluir do governo o general Norton, mas não o queremos como presidente e muito menos o podemos aceitar como o chefe que escolhe o governo sem a ninguém dar cavaco, e a quem todos obedecem sem discutir. Como já lhe disse, eu não protesto contra a cor da albarda, protesto contra a própria albarda que me querem lançar. Não tenho dorso para esse aparelho. Devo dizer-lhe porém, que, se se fizer a revolução agora, será a doutrina nortista que vinga. Os homens que estão neste momento a dirigir a revolução, são francamente favoráveis ao Norton e claramente hostis à Liga. A fórmula deles: Norton, presidente, o resto o que a revolução indicar, o que significa, o que o Norton quiser. O que sairá de tudo isto? Não sei. Por mim entendo que se deve auxiliar a revolução. Derrube-se esta ditadura. Depois… se verá. Tudo depende de nós, da nossa coerência, da nossa combatividade e da nossa inteligência. Como nada disto nos falta, a vitória será nossa."[8]

As divisões entre os setores civilistas e militares eram, pois, evidentes: enquanto que os primeiros, de quem a Liga era o rosto mais visível, defendiam a via revolucionária, apoiada num vasto programa de reformas estruturais; o segundo, minimalista em termos de programa político, agregando o grosso dos *reviralhistas* militares e setores do PRP, era manifestamente de tendência *putschista*.[9] Foram, pois, estes setores

---

[7] Esta carta, datada de 27 de junho de 1928, foi divulgada por setores próximos da Ditadura Militar, num panfleto intitulado *Ralham as Comadres… Sensacionais revelações do que se trama na Liga de Paris* (MBM).

[8] A carta de José Domingues dos Santos, datada de 11 de julho de 1928, foi também reproduzida no panfleto citado na nota anterior.

[9] Luís Farinha, *O Reviralho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, p. 99.

JoseDominguesDosSantos.indb 187 12/10/2012 14:42

que decidiram avançar em 20 de julho, ação que, contrariamente à expectativa de José Domingues dos Santos, se saldaria num completo fracasso militar e político.

As redes conspirativas desse *putsch* militar (a chamada Revolta do Castelo) não foram, porém, completamente desmanteladas. Isso mesmo pôde confirmar José Domingues dos Santos quando, no mês seguinte, credenciado pela Liga para organizar uma "Campanha de Salvação Nacional", entrou clandestinamente em Portugal. Instalado em Lisboa, em casa do seu correligionário Eduardo Pinto de Sousa, manteve então contactos com vários republicanos civis e militares, a quem entregou cartas de Bernardino Machado e de Afonso Costa. Encontrou-se também com Sousa Rosa, na casa deste general.[10]

Em setembro, estava previsto que José Domingues dos Santos voltasse a Portugal; devidamente credenciado pela Liga, tinha por missão organizar uma "Campanha de Salvação Nacional". Nesse sentido, Afonso Costa, convidara Eduardo Santos Silva a ouvir e a apoiar José Domingues dos Santos. A ambos dava plenos poderes para falarem, em seu nome, "aos republicanos que o merecerem"[11]. Os dois republicanos, porém, não chegaram a encontrar-se, demonstrando, pois, que persistiam antigas desavenças.[12]

As notícias otimistas, que de Portugal José Domingues dos Santos levou para Paris[13], revelavam uma visão desfocada da realidade. Assim pensava o seu amigo Norberto Guimarães, com quem se encontrara em Lisboa. "Por estar em Paris", dizia esse militar, José Domingues dos Santos "fazia uma ideia muito diferente do modo por que as coisas cá dentro corriam"[14].

Mesmo no interior do PRED, a sua autoridade deixara de ser inquestionável. A não ser assim, Pestana Júnior não teria, à sua revelia, mantido conversações com António Maria da Silva, que nessa altura procurava firmar um pacto interpartidário, de modo a obter apoio para um governo da direita republicana. Por essas "e por outras

---

[10] IAN/TT, Proc. 4308/SPS – NT 4257, fls. 40-43. Em setembro, estava previsto que José Domingues dos Santos voltasse a Portugal, como o comprovavam duas cartas de Afonso Costa, sem destinatário identificado, datadas de 6 de setembro de 1928, existentes no espólio de José Domingues dos Santos. Segundo um esquerdista de Lisboa, Raul Henriques Pinheiro de Azevedo, tal não aconteceu (IAN/TT, Proc. 4308/SPS – NT 4257, fl. 42 v.º).

[11] A carta de Afonso Costa a Eduardo Santos Silva é datada de 6 de setembro de 1928. A data está, obviamente, errada. Foi seguramente escrita em agosto, como pode verificar-se pela data de resposta de Eduardo Santos Silva, dada a 4 de setembro (Gaspar Martins Pereira (org.) – *Eduardo Santos Silva, Cidadão do Porto* (*1879-1960*), Porto, Campo das Letras, 2002, p. 254).

[12] A resposta do médico portuense é disso prova evidente, ao escrever: "Não sei qual foi o sucesso que teve o portador da sua carta na missão de que foi incumbido. Não tenho dela, até este momento, qualquer informe. Devo, porém, à amizade leal que a v. ex.ª dedico as seguintes palavras: a pessoa escolhida não foi a mais idónea para conseguir a união de republicanos. Desejando abrir vertiginosamente caminho, passando ao primeiro plano mais depressa do que os seus méritos permitiam, conseguiu ser um dos mais perturbadores elementos de desunião entre republicanos. Vir, assim de repente, como campeão da paz, quem ainda há pouco pregou a guerra, surpreendeu a muitos. Para colocar à frente de uma missão de concórdia política exige-se pessoa com mentalidade que a todos se imponha por seu brilho e que dê garantias de a realizar desprendido de qualquer espírito de engrandecimento pessoal. Só assim poderá ser confiadamente acolhida." (Gaspar Martins Pereira (org.), *op. cit.*, p. 173-174)

[13] BSP, *Carta de António Sérgio a Sarmento Pimentel*, de 2 de setembro de 1928.

[14] IAN/TT, Proc. 4308/SPS – NT 4257, fl. 46.

JoseDominguesDosSantos.indb 188 12/10/2012 14:42

coisas", diria António Sérgio, a posição de José Domingues dos Santos era então "falsa e complicadíssima"[15].

Não demorou a que José Domingues dos Santos percebesse que o comentário de António Sérgio tinha razão de ser. Disso mesmo deu testemunho, em carta a Raul Proença:

> "Diz o meu amigo: 'fale claro', mas bem claro tenho eu sempre falado. É até talvez por ter falado claro de mais que, pouco elegantemente aliás, me puseram à margem de tudo. Hoje não sei nada, nada do que por cá se passa. Fazem-se reuniões aqui e acolá, estudam-se projetos de trabalhos, enviam-se emissários, fazem-se combinações, etc, etc, e eu de nada sou informado, para nada sou ouvido. Ainda há dias fui informado de que circulava em Portugal um *Projeto de Trabalhos*, assinado por um comité qualquer e falando, ao que parece, em nome de todos nós. [...] Mas pergunto: conhece o meu amigo esse papel? Eu não conheço. Sei, ou julgo saber, os nomes dos signatários, mas ignoro em absoluto o que nesse documento se contém. Não me queixo. Isto não é mesmo um desabafo. É uma simples exposição de factos para lhe explicar a minha situação atual.
>
> Tenho sempre falado claro e tenho procurado ao mesmo tempo trabalhar o mais utilmente possível. Mas nem as minhas palavras têm sido ouvidas, nem os meus trabalhos aproveitados. Que posso eu mais fazer? Suponho que esgotei todas as possibilidades que tinha de ser útil *cá fora*. A situação especial que me criaram, torna inúteis, senão contraproducentes, atitudes minhas de rebeldia fortemente exteriorizadas. Não seria compreendida a intenção e as minhas palavras seriam largamente desvirtuadas e deturpadas pelas várias classes de inimigos e adversários que a minha ação tem criado. Claro que, pessoalmente, nada me interessa a exploração que possam fazer à volta de um ato que eu julgue necessário e útil. Mas politicamente interessa-me porque essa exploração pode ferir mais [do] que a minha pessoa e eu não quero ser causa, nem pretexto, do torpedeamento da Revolução. Aí está, meu querido amigo, o que eu penso da situação atual. Não vejo possibilidade de agir cá fora e com os elementos exilados. De resto a minha colaboração não é pedida, nem desejada. Não gosto de ser intruso e não aceito a situação de tolerado."[16]

---

[15] BSP, *Carta de António Sérgio a Sarmento Pimentel*, de 30 de outubro de 1928. O pacto entre o PRP, PRN e ULR, proposto aos esquerdistas, depois de firmado deveria ser entregue a um grupo de oficiais superiores que se encarregariam de levar a efeito um movimento revolucionário. Por discordância dos termos em que foi redigido, foi rejeitado por Pedro Januário do Vale Sá Pereira, Manuel Paulino Gomes e Joaquim Pereira Osório, elementos do diretório do PRED.

[16] BN, E7/1799, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 26 de agosto. Não indica o ano, mas é, seguramente, de 1929. O desencanto de que aí dá mostras é confirmado numa carta (também datável desse ano) dirigida a Pina de Morais; em vésperas de partir para Madrid, dá conta ao seu amigo e correligionário da atmosfera de intriga e ódios mútuos que se vivia em Paris e que o esgotava mais do que as lutas que tinha travado com os seus adversários. Nessa carta deixa, no entanto, uma nota de humor. Referindo-se a Bernardino Machado, afirma que "se não existisse era preciso inventá-lo. Sem ele, era impossível resistir a tantos aborrecimentos" (APPM, *Carta de José Domingues dos Santos a Pina de Morais*, de 23 de setembro).

JoseDominguesDosSantos.indb 189 12/10/2012 14:42

O *Projeto de Trabalhos*, acima referido, foi elaborado pela Comissão de Estudos e Diplomacia e subscrito por Bernardino Machado, Afonso Costa, António do Lago Cerqueira e Jaime de Morais, os signatários do documento. Nessa altura, seguramente, José Domingues dos Santos encontrava-se em Portugal. Um informador (não identificado) dir-lhe-ia que o documento se caracterizava por uma "absoluta ausência de bom-senso e inteiro desconhecimento dos factos e circunstâncias" que se desenrolavam no país. A "inferioridade intelectual" que revelava "entristecera" os republicanos que o haviam lido.[17] Atribuído à Liga de Paris, esse documento chegara aos diretórios de alguns partidos. Não o receberam os liberais nem os radicais.[18]

De modo a evitar que o seu silêncio pudesse ser invocado como sinal de concordância, José Domingues dos Santos demarcou-se da Comissão de Estudos e Diplomacia, em carta enviada a Bernardino Machado, a quem reafirmou o que em tempos dissera a Afonso Costa: "não tendo dado representação a ninguém", só o obrigariam as deliberações em cuja discussão tomasse parte.[19]

Apesar de estar a ser vítima de algum ostracismo, José Domingues dos Santos não permaneceu de braços cruzados, concentrando-se na negociação de um empréstimo, que considerava decisivo para concretizar o plano revolucionário. Conseguiu-o ele mesmo, após dois meses de muitos esforços e despesas pessoais, na França e na Bélgica. À última hora, porém, o empréstimo ficou sem efeito, alegadamente porque alguns dirigentes republicanos se recusarem a "arriscar" um pouco da sua fortuna. Terá sido esse o caso de Afonso Costa.[20]

O ano de 1929, tanto a nível familiar, como a nível político, foi extremamente nefasto para José Domingues dos Santos. O estado de saúde de sua filha Maria Madalena era cada vez mais precário[21]; também sua mulher, Evangelina, tinha uma saúde frágil, situação que tendia a piorar à medida que o tempo passava e não havia sinais de que o exílio estivesse para acabar.

Os seus dias, longos e tristes, eram passados na rotina de um escritório no n.º 30, Boulevard de Strasbourg, sede dos "Établissements Magalhães". Trabalhava das 10 horas ao meio-dia, voltava às 14 e saía por volta das 19 horas; por vezes, entre as 15 e as 16 horas encontrava-se com outros emigrados para falar português.[22] No final desse ano, em carta a Raul Proença, confessa:

---

[17] BN, E7/1799, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 26 de agosto [1929].

[18] BN, E7/1798, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 6 de setembro. Embora não indique o ano, é igualmente de 1929. A data está, aliás, errada, pois foi, de facto, escrita no dia 7, como refere em determinada passagem o seu autor.

[19] MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 7 de setembro. Como é seu costume, José Domingues dos Santos não indica o ano, mas a carta é de 1929. Para se identificar o ano teve-se em conta o facto de ter sido escrita imediatamente à receção do manifesto de Bernardino Machado "Ao Exército", datado de 10 de agosto de 1929.

[20] BN, E7/1799, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 6 de setembro [1929].

[21] Maria Madalena Ramalho da Silva Santos (24-4-1916 – 17-7-1938). Faleceu, com 22 anos de idade. Era então estudante da Universidade de Coimbra, cidade onde foi sepultada.

[22] BN, E7/1802, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 25 de Abril [1929].

JoseDominguesDosSantos.indb 190 12/10/2012 14:42

> "Tudo se conjuga para me arreliar e torturar. Felizmente tenho conseguido manter até hoje um moral regular, mercê da vontade inquebrantável que tenho de chegar ao fim desta tragédia com saúde perfeita e espírito equilibrado. E chegarei."[23]

A sua situação deu sinais de mudança em janeiro de 1930. No dia 31, data histórica do republicanismo portuense, reuniram-se no Hotel Vernet, habitual residência de Afonso Costa, em Paris, vários filiados na Liga, dois independentes, mais o democrático Lago Cerqueira. À reunião presidiu o tenente Pires de Carvalho. Por proposta de António Sérgio, José Domingues dos Santos foi convidado a ir viver para Madrid, "a fim de ali se informar detalhadamente de tudo que possa interessar à política republicana portuguesa". Daí daria conhecimento das suas observações, de modo a que os emigrados tomassem com mais segurança as deliberações que considerassem mais convenientes, "tendentes a apressar o restabelecimento da República Constitucional em Portugal"[24].

Igual convite foi feito a Lago Cerqueira, que não aceitou. José Domingues dos Santos ficou de dar uma resposta, após recolher informações sobre o que se passava em Espanha. Queria saber se a sua ida, bem como a de outros delegados, poderia ter utilidade. Achou, porém, que não. Decidiu, pois, continuar em Paris. É bem provável que a presença dos *Budas*[25] na capital espanhola tenha sido um fator determinante para não aceitar a proposta que lhe haviam feito.

Na primavera de 1930, mais animado, dirá a Raul Proença:

> "Com a direção que havia, não se dava um passo. Felizmente parece que as coisas principiam a encarreirar-se num sentido favorável, de forma que principio a ver um caminho mais claro. Se não houver denúncias e se os profissionais não embaraçarem, chegaremos ao fim dentro de pouco tempo."[26]

---

[23] BN, E7/1796, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 5 de dezembro de 1929.

[24] MBM, *Ata da reunião*, 31 de janeiro de 1930.

[25] Assim era conhecido o grupo onde pontificavam Jaime Cortesão, Jaime de Morais e Alberto Moura Pinto. À sua volta gravitavam outros exilados, tais como os civis Filipe Mendes, Costa Pereira, Carneiro Franco, Lacerda de Almeida, Melo Borges, Basílio Lopes Pereira e Álvaro Garrido de Castro e os oficiais do Exército Alexandrino dos Santos, Nuno Cruz, Júlio César de Almeida e Francisco Oliveira Pio. Correspondia, de certo modo, ao chamado grupo dos Independentes que se constituíra em 1929, em França, e cujo chefe era Jaime de Morais. Atribui-se a Ferro Alves o batismo deste grupo. Utilizara pela primeira vez este termo em 1929 numa série de artigos, que publicou no jornal *O Baluarte* (quinzenário republicano de Abrantes), de crítica à "gerontocracia" que se apoderara do regime. A partir daí, como ele próprio lembra, o epíteto foi aplicado "implacavelmente a todos os hierarcas fossilizados do constitucionalismo" (Ferro Alves, *Os Budas - O contrabando de armas*, p. 153-154). A designação de *Budas*, aplicada a Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Moura Pinto, circulou, porém, antes do aparecimento do livro de Ferro Alves; de facto, em março de 1934, Afonso Costa já empregava essa expressão para qualificar os referidos elementos (APJDS, *Carta de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 27 de março de 1934).

[26] BN, E7/1801, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 21 de maio [1930]. A referência aos profissionais da revolução tem, entre outros, o tenente Alexandrino dos Santos como destinatário. Em carta datada de 25 de abril [1929], também dirigida a Raul Proença, José Domingues dos Santos afirma: "Eu acredito e confio na Revolução. (...) O que eu não acredito é na revolução do Alexandrino. (...) O rapaz não me interessa, o que me interessa é a Revolução e eu penso que ele, como alguns outros profissionais de revoluções, longe de terem servido a Revolução, a têm prejudicado."

No interior do país, os seus correligionários e amigos, num gesto de amizade e solidariedade, que era, de certa forma, um sinal de desagravo face aos constrangimentos por que passara, promoveram em Lisboa, em agosto desse ano, uma homenagem em sua honra. O líder do PRED, naturalmente, não pôde marcar presença. Num cartão, então impresso, Pina de Morais escreveu esta mensagem:

> "José Domingues dos Santos é a maior individualidade política da sua geração, é dos primeiros cidadãos do país e dos maiores republicanos do regime.
>
> Tem uma paixão: a democracia; tem uma religião: a Verdade; tem um amigo: o Povo."[27]

Entretanto, em abril, após obtenção de um empréstimo em Paris, que teve o aval de Bernardino Machado, Jaime de Morais[28] e Alexandrino dos Santos haviam conseguido comprar armamento no Norte da Europa. Mas o golpe militar, tentado em junho, outubro e dezembro, acabou sempre por falhar. Para José Domingues dos Santos, esse "desastre" era "o resultado das intrigas e da inépcia do almirante Suíço", isto é, de Jaime de Morais. E acrescentava, em carta ao seu correligionário Pina de Morais: "toda a gente irritada contra ele, mas pouco dispostos a romper definitivamente com esse tropeço que, desde há três anos, é a desgraça de todos nós"[29].

Não estava sozinho nessa crítica: também António Sérgio dizia ser tempo de acabar com o "regime de ditadura técnico-militar e financeira" que vinha sendo imposto por Jaime de Morais. Sem querer pôr em causa o lugar que este ganhara "legitimamente", considerava que os exilados não podiam nomeá-lo "o único Doador das liberdades públicas à Nação Portuguesa". Como militar, não devia ser colocado acima de outros, tais como António Ribeiro de Carvalho, Francisco Aragão, Prestes Salgueiro, Agatão Lança, Sarmento Pimentel ou Sarmento de Beires. Como financeiro, político, técnico ou cidadão, também não fazia sentido que fosse colocado acima de tantos outros homens de saber, inteligência e caráter. O "poder absoluto" que Jaime de Morais tomara era considerado por António Sérgio "uma aberração". Sendo a revolução uma "obra coletiva", cumpria, pois, que Jaime de Morais descesse "do Olimpo"; se isso não acontecesse, a solução seria o seu afastamento.[30]

Em 1931 os *reviralhistas* tomaram novo alento, mercê não só de novas tentativas de aproximação entre os vários setores civis e militares mas sobretudo pelos bons ventos que sopravam de Espanha, com a proclamação da II República, em 14 de abril desse ano. Nos inícios desse mês fora tentado um golpe militar na Madeira

---

[27] APJDS, *Ao ex.mo sr. dr. José Domingues dos Santos, Ilustre "leader" do Partido Republicano da Esquerda Democrática – Homenagem de um grupo dos seus correligionários,* Lisboa, agosto, 1930.

[28] Três dias após a sua prisão, ocorrida a 1 de maio de 1928, Jaime de Morais, juntamente com Nuno Cruz e Júlio César de Almeida (entre outros), foi deportado para S. Tomé. No dia 10 de outubro, porém, conseguiu evadir-se. Em meados de novembro já estava em Paris, como refere um ofício da Legação Portuguesa em França (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), PIDE/DGS, Proc. n.º 7A/928, NT 4191, p. 7.).

[29] APPM, *Carta de José Domingues dos Santos a João Pina de Morais*, de 31 de dezembro [1930].

[30] MBM, *Carta de António Sérgio a Bernardino Machado*. Não se encontra datada. É, muito provavelmente, de 1931.

JoseDominguesDosSantos.indb 192 12/10/2012 14:42

que, tal como outros, acabou por falhar. Seguiram-se réplicas nos Açores e Guiné, que não tiveram melhor sorte. O falhanço dessas ações revolucionárias foi imputado por José Domingues dos Santos à avareza dos seus organizadores. Se os emissários dos revoltosos, que chegaram a Paris "de mãos a abanar", tivessem entregado um pouco do muito dinheiro que tinham na Madeira, teriam garantido o que já estava tratado: "navio, submarino pequeno, aviões, armas, metralhadoras, gasolina, etc." Não o tendo feito, acabaram por ter a sorte que ele previra, isto é, que não aguentariam mais de 30 dias.[31]

Face ao fracasso das revoltas militares, Afonso Costa e outros emigrados políticos entenderam ser preciso "dar um caráter mais profundo e mais largo, mais nacional e mais popular" ao combate contra a ditadura. Todos concordaram em dar a José Domingues dos Santos um voto de absoluta confiança para a sua intervenção, que consideram decisiva, na direção do movimento revolucionário.[32]

Com vista a procurar a sempre adiada unidade, suceder-se-ão os encontros entre as várias fações no exílio: Jaime Cortesão encontrar-se-á com Cunha Leal e José Domingues dos Santos com Jaime de Morais e Moura Pinto.[33] O encontro com o último foi particularmente significativo, atendendo ao facto de ser conhecida uma antiga incompatibilidade entre os dois. Procurava-se, pois, desbravar o caminho não só para a união mas também para a organização dos emigrados. Jaime Cortesão não deixaria, porém, de confessar a Bernardino Machado que muitas vezes "a estupidez e a ambição ilegítima" criavam "embaraços" a esse desígnio.[34]

Retomando o protagonismo dos primeiros tempos da Liga de Paris, José Domingues dos Santos presidiu em Vigo, no dia 3 de agosto, a uma reunião em que estiveram presentes, entre outros, Filipe Mendes, António Resende, Cunha Leal e Prestes Salgueiro.[35] Discordando da orientação revolucionária "de forma e sentido militarista" a que os exilados andavam "amarrados" desde que haviam partido para o exílio, elaborou (com data de 6 de agosto de 1931) uma *Proposta de Organização Revolucionária* que procurava romper com o passado adotando um critério diametralmente oposto, isto é, "de sentido e de forma civilista". Assim, a direção suprema seria confiada às pessoas que constituiriam o futuro governo revolucionário e a ela se subordinariam todos os órgãos da revolução: comité civil, comité militar, imprensa,

---

[31] APPM, *Cartas de José Domingues dos Santos a Pina de Morais*, de 2 e 7 de maio de 1931. Sobre as revoltas de 1931, veja-se Célia Reis, *A Revolta da Madeira e Açores*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 e Mário Matos E. Lemos, "A Revolução triunfante. Guiné - 1931", in *Revista de História das Ideias*, n.º 17, 1995, p. 303-347.

[32] APJDS, *Carta de Afonso Costa a Hélder Ribeiro*, 22 de junho de 1931. Esta carta foi reproduzida por J. Paço D'Arcos, *Memórias da minha vida e do meu tempo*, Vol. III, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1979, p. 93-95; encontra-se igualmente na *História Contemporânea de Portugal*, direção de João Medina, "Estado Novo", Tomo I, Lisboa, Amigos do Livro, 1985, p. 128. Da sua aproximação com Afonso Costa também deu conta José Domingues dos Santos a Pina de Morais: "O Afonso Costa tem sido, nestes últimos tempos, muito correto para comigo. Suponho que vai ser nosso amigo" (APPM, *Carta de José Domingues dos Santos a Pina de Morais*, de 7 de maio de 1931).

[33] Alberto Moura Pinto permaneceu em Portugal após o 3 de fevereiro. Foi preso em 17 de junho de 1930, com mais uma centena de conspiradores. Deportado para os Açores em 20 de julho, conseguiria evadir-se alguns meses depois; chegou a Paris em finais desse ano.

[34] MBM, *Carta de Jaime Cortesão a Bernardino Machado*, de 14 de julho de 1931.

[35] AHMNE, EM, Proc. 68/31, n.º 126.

finanças e política externa, todos limitados ao papel de "Órgãos de ação de uma entidade civil e civilista".

Na direção suprema deveriam estar representadas todas ou quase todas as correntes republicanas, estivessem ou não no exílio os elementos com mais "inteligência" e "dedicação" que para tal viessem a ser designados.

Não concordando igualmente com a organização de combate até aí prosseguida, José Domingues dos Santos considerava que o eixo de ação devia transferir-se de Lisboa para a Província, embora sem pôr de parte os organismos militares da capital. Pretendia, pois, "colocar a organização civil como base de ataque". O risco, reconhecia, era que daí resultasse uma guerra civil, "uma solução aborrecida." Porém, também a própria revolução era "bem aborrecida" e teria de se aceitar como "um mal necessário". Por isso, todos "os meios honestos" deveriam ser "aceites sem reservas", porque uma guerra que deflagrasse por todo o país não era "mais honesta, nem menos honesta" do que a que tinha por base de operações Lisboa ou Porto.[36]

No mesmo documento, embora não adiantando nomes para o governo revolucionário, ao pretender que os futuros ministros pudessem reunir-se em Portugal ou próximo da fronteira, sugeria um critério que, desde logo, excluía os deportados para as ilhas e colónias.

O plano, qualquer que ele fosse, implicava naturalmente a necessidade de angariar fundos. Também nesta matéria José Domingues dos Santos procurou romper com o passado recente, discordando que se andasse a pedir dinheiro para a revolução. A solução, dizia, passava pela abertura de uma conta num banco português com depósitos no estrangeiro, que seria avalizada "pelo governo e por alguns capitalistas portugueses", isto é, o "banco emissor da revolução". Era justamente pela questão financeira que se deveria começar.

O documento foi apresentado a Afonso Costa no dia 9 de agosto, em Vittel, que lhe deu o seu aval. No dia 26, porém, à margem destes planos, novo movimento armado saiu para a rua; em Lisboa, algumas unidades militares, com destaque para Metralhadoras 1, ocuparam as zonas contíguas à histórica rotunda do Marquês de Pombal mas não evitaram novo fracasso, que acabou por se revelar como o canto de cisne do *revilharismo*[37].

Durante o ano de 1931, em Madrid, Jaime Cortesão manteve contactos assíduos com influentes personalidades espanholas, nomeadamente Manuel Azaña, que

---

[36] MBM, *Proposta de Reorganização Revolucionária*. O documento circulou na Galiza, como refere Aquilino Ribeiro. A proposta de José Domingues dos Santos mereceu reparos a Álvaro Pope e a oposição do capitão Júlio César de Almeida (MBM, *Carta de Aquilino Ribeiro a Bernardino Machado*, de 20 de setembro de 1931).

[37] Na carta citada na nota 32, Afonso Costa convidava Hélder Ribeiro a assumir a chefia da direção militar do movimento revolucionário, o que veio a verificar-se. Porém, à revelia das suas instruções (que apontavam para um adiamento), o movimento acabaria por se precipitar, sem quaisquer resultados positivos para os revoltosos. No fracasso do movimento, segundo o tenente António de Sousa Rosa (um militar próximo da Esquerda Democrática, no exílio desde meados de 1928), não houve "nem fatalismos, nem azares". Houve, tão-somente, "incompetência e falta de sangue frio". Na linha do pensamento de José Domingues dos Santos, também ele era de opinião que a ditadura não cairia com uma revolução mas sim com uma "guerra civil". Para que tal acontecesse, era preciso "tudo prever até aos mais insignificantes detalhes" (MBM, *Carta de António de Sousa Rosa a Bernardino Machado*, de 4 de setembro de 1931).

JoseDominguesDosSantos.indb 194 12/10/2012 14:42

conheceu em junho, em El Henar.[38] Quem lho apresentou foi o mexicano Luís Martin Guzman, gerente do jornal *La Voz*[39]. Próximo dos deputados galegos, Jaime Cortesão frequentava o parlamento e seguia com interesse e preocupação os debates sobre a Constituição espanhola. Na imprensa de Madrid, fomentava "discretamente" uma campanha contra a Ditadura Militar instalada em Portugal.[40]

A pedido de Hélder Ribeiro, os *Budas* foram encarregados de negociar em Espanha novo empréstimo para adquirir armamento.[41] Os acontecimentos, porém, precipitaram-se e a revolução acabou por deflagrar com desconhecimento do próprio Hélder Ribeiro.[42]

Preocupado com mais esse insucesso e com a desunião que, apesar das muitas conversas, se mantinha entre os oposicionistas, Bernardino Machado convocou para os dias 22 e 23 de novembro, em Beyris (Bayonne)[43], os representantes das várias sensibilidades da oposição à ditadura. Apesar de não ver quaisquer vantagens nessa reunião, antes "um foco de discussões ou irritações inúteis ou perigosas", que podiam resultar em desunião em vez de união[44] e de estranhar que, mesmo antes da sua realização, Bernardino Machado lhe comunicasse que estava "planeado" que se formariam dois organismos (um civil e outro militar)[45], Afonso Costa decidiu estar presente. Compareceram, também, José Domingues dos Santos, Cunha Leal, Lago Cerqueira, Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Pina de Morais. O nome deste último, apesar de participar na qualidade de delegado da Liga de Paris, foi alvo de forte contestação por parte dos *Budas* e dos democráticos, que viam nessa presença um sinal da interferência ativa (isto é, abusiva) da Liga de Paris na organização da reunião proposta por Bernardino Machado.[46]

---

[38] César de Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, s.d., p 145.

[39] Fernando Madail, *Fernando Valle - Um aristocrata da esquerda*, Lisboa, Âncora Editora, 2004, p. 117.

[40] Na correspondência trocada com outros republicanos, Jaime Cortesão utilizava por vezes alguns códigos para se referir a personalidades, organizações revolucionárias e cidades. Numa das suas cartas a Bernardino Machado, refere a chave desses códigos utilizados, que eram os seguintes: *António* – Niceto Alcalá Zamora; *José* – Miguel Maura; *Manuel* – Alejandro Lerroux; *Francisco* – Indalecio Prieto; *Inácio* – Marcelino Domingo; *Mário* – Manuel Azaña; *Augusto* – Ramón Franco; *Raul* – Jaime de Morais; *Joaquim* – Moura Pinto; *Agência de Berlim* – Comité Revolucionário de Lisboa; *Agência de Roma* – diretório Único; *Itália* – Portugal; *Berlim* – Lisboa; *Roma* – Porto; *Paris* – Coimbra; *Atenas* – Évora (MBM, *Carta de Jaime Cortesão a Bernardino Machado*, de 7 de agosto de 1931).

[41] As negociações secretas estiveram a cargo de Jaime Cortesão e de Moura Pinto (Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, II vol, Paris, 1998, p. 402-403).

[42] *Coronel Hélder Ribeiro, Correspondência recebida* (*1902-1931*) *e notas autobiográficas* (coordenação e estudo introdutório de Francisco Ribeiro da Silva, Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997, p. 333-336).

[43] Em alternativa, devido a dificuldades financeiras da maioria dos emigrados, Jaime Cortesão chegou a propor que o encontro se realizasse em Ávila (MBM, *Carta de Jaime Cortesão a Bernardino Machado*, de 14 de julho de 1931).

[44] MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 6 de outubro de 1931.

[45] MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 15 de novembro de 1931.

[46] MBM, *Carta de Mariano Felgueiras a Bernardino Machado*, de 29 de dezembro de 1931. Sobre a Conferência de Beyris, veja-se A. H. de Oliveira Marques (dir.), *A unidade da Oposição à Ditadura, 1928--1931*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, p. 107-142.

JoseDominguesDosSantos.indb 195 12/10/2012 14:42

Na sequência dessa reunião, Afonso Costa, Pina de Morais e José Domingues dos Santos enviaram uma carta a Norton de Matos propondo-lhe a constituição de um Diretório Supremo (ideia antiga nascida na Liga de Paris e sucessivamente recuperada por José Domingues dos Santos e Afonso Costa), que atuaria ao lado do diretório da Aliança Republicano-Socialista, formação de caráter unitário constituída em Portugal, em meados de 1931. Porém, ao contrário desta última, que atuaria num quadro de legalidade, ao Diretório Supremo competiria "a luta violenta, revolucionária e sem tréguas, contra o regime de opressão sanguinária". Os signatários propunham ainda a mediação do diretório da Aliança Republicano-Socialista junto dos partidos e grupos políticos, para que estes escolhessem "um representante idóneo" para integrar o Diretório Supremo.[47]

A missão de Norton de Matos anunciava-se, pois, decisiva para o êxito do Diretório Supremo, que seria composto por elementos do interior e do exterior. Condição fundamental era a de que estivessem em condições "de desenvolver uma atividade revolucionária útil e eficaz". A resposta do general a esta carta é desconhecida.[48] Conhece-se, isso sim, uma sua opinião, confidencial, de finais de outubro que indicia que não acolheu a proposta que lhe fora feita.

Nesse documento, Norton de Matos mostrava-se contrário à ideia de um movimento popular ou popular-militar. Entendia que, a não ser por mero acaso, seria impossível num futuro próximo, fazer triunfar em Portugal um movimento revolucionário de caráter militar. Restava, pois, a hipótese de uma revolução "exclusivamente política". A decisão desse passo deveria ser tornada pública em manifesto assinado pelos emigrados políticos, pelos republicanos mais representativos que se encontravam em Portugal e por representantes da Maçonaria e dos partidos políticos. Era essa, aliás, lembrava Norton de Matos, a linha preconizada pela Aliança Republicano-Socialista. Com esse procedimento, dar-se-ia "um golpe formidável na mentalidade militarista" de que estavam imbuídos civis e militares. A força da ditadura, concluía Norton de Matos, residia nas sucessivas conspirações militares. Logo que estas desaparecessem, os militares que sustentavam a ditadura desinteressar-se-iam pelo regime.[49]

Nos primeiros dias de janeiro de 1932, José Domingues dos Santos, segundo um relatório policial, entrou novamente em Portugal. Acompanhavam-no Sarmento de Beires e Agatão Lança. Os três republicanos ter-se-ão encontrado com elementos comunistas, a fim de ultimarem os preparativos para a revolução social, marcada para o dia 29, em Lisboa.[50] Se a revolução esteve marcada, não chegou, porém, a eclodir.

Entretanto, o impasse entre os *reviralhistas* do interior e do exterior relativamente à constituição de um Diretório Supremo mantinha-se.[51] Daí que, em agosto, tenha havido uma reunião, no Norte de Portugal, entre José Domingues dos Santos e

---

[47] MBM, *Carta a Norton de Matos*, de 16 de dezembro de 1931.

[48] Só em janeiro de 1932 a carta chegará a Norton de Matos, que então se encontrava em Barcelona (MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 22 de janeiro de 1932).

[49] O manuscrito de Norton de Matos encontra-se arquivado no Museu Bernardino Machado.

[50] IAN/TT, AOS/CO/PC-3A, Pasta 13.

[51] O Diretório Supremo é também chamado Comité Supremo, Conselho Supremo e Comité Superior Político.

JoseDominguesDosSantos.indb 196 12/10/2012 14:42

Domingos Pereira, secretário do diretório do PRP. Dois meses antes, Afonso Costa dera a José Domingues dos Santos plenos poderes para preparar uma nova reunião na fronteira, na qual estariam presentes, de acordo com um protocolo aprovado em Paris, em consonância com as resoluções tomadas em Beyris, representantes de partidos, grupos republicanos e personalidades "com situação representativa geralmente reconhecida", casos de Bernardino Machado e do próprio Afonso Costa.[52]

Essa reunião, marcada inicialmente para 24 de agosto, em Ourense, realizou-se nessa mesma cidade no dia 1 de setembro.[53] Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Domingos Pereira estiveram presentes. Foram enviados convites a Bernardino Machado, Cunha Leal e Jaime Cortesão, este em representação da *Seara Nova*. Desconhece-se, porém, se compareceram. Quem marcou presença, mesmo sem convite, foi Moura Pinto[54]. Essa situação inesperada levou Afonso Costa a ter este desabafo, em carta dirigida a Bernardino Machado:

> "Quem nos diria que este sidonista ainda viria maçar-nos como um trágico *revenant* da outra ditadura?! Parece-me que fizemos mal, não só a nós mesmos, mas à própria Causa, *esquecendo* ou *fingindo esquecer* o tenebroso e ainda próximo passado de 1918."[55]

Além da questão do empréstimo, em Ourense foi decidida finalmente a composição do Diretório Supremo. Dele faziam parte, em representação dos exilados, Bernardino Machado, Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Cunha Leal[56]; dos representantes do interior apenas se conhece o nome de Domingos Pereira.[57] De fora ficavam os *Budas*. Num ato de desagravo, Afonso Costa propôs, com a concordância de Cunha Leal, que fossem integrados num conselho consultivo. Obviamente, os *Budas* não aceitaram.[58] Também não ficaram representados na União Geral dos Combatentes Republicanos, que, em agosto de 1932, se constituiu na Corunha e a cuja direção presidiu o coronel José Mascarenhas.[59]

---

[52] APJDS, *Carta de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 17 de agosto de 1932.

[53] APJDS, *Carta de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 21 de agosto de 1932.

[54] APJDS, *Cartas de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 17, 21 e 24 de agosto de 1932.

[55] MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 10 de dezembro de 1931.

[56] "Carta de Arantes Pedroso ao general Sousa Dias, de 19 de novembro de 1932", A. H. de Oliveira Marques (org.), *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975, p. 270.

[57] Domingos Pereira representava não só o PRP mas também o Partido Socialista e o Partido Republicano Radical ("Carta de Arantes Pedroso a Domingos Pereira, de 16-8-1932", A. H. de Oliveira Marques (org.) *op. cit.*, p. 249).

[58] MBM, *Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado*, de 1 de dezembro de 1932. A recusa dos *Budas* desagradará profundamente a Bernardino Machado, que disso mesmo dará testemunho a Álvaro Pope (MBM, *Carta de Bernardino Machado a Álvaro Pope*, de 19 de outubro de 1932).

[59] A. H. de Oliveira Marques (org.), *op. cit.*, p. 250-252. Apesar de terem ficado à margem dessas organizações, os *Budas* continuariam a ter um papel importante na estratégia revolucionária da oposição republicana, mercê, sobretudo, da sua influência militar no interior do país, para onde se deslocava frequentemente Nuno Cruz. Em outubro de 1932 estiveram envolvidos novamente numa importante venda de armas, de que só uma parte chegaria a Portugal. Outra parte acabou por ser cedida aos socialistas espanhóis, num polémico negócio que, em 1934, envolveria também José Domingues dos Santos, e que iria desencadear uma violenta campanha na imprensa de Madrid. Como consequência, uma quinzena

JoseDominguesDosSantos.indb 197 12/10/2012 14:42

A constituição do Diretório Supremo, porém, não significou o fim das divergências entre os republicanos. É o próprio José Domingues dos Santos quem confirma a existência de duas teses antagónicas: a que reconhecia "a utilidade e a necessidade dos partidos constitucionais da República como órgãos da Democracia", e a que advogava a necessidade de os "destroçar", por se considerar que o seu poder de direção era "nulo", procurando, pois, substituí-los "por grupos de ação violenta, já devidamente organizados", que procurassem impor-se pela força que diziam dispor e não pelas ideias que defendiam.

José Domingues dos Santos recusava a segunda tese, que considerava antidemocrática. Aos partidos, dizia, cumpria "organizar e disciplinar a ação revolucionária", que então andava dispersa, sem coesão, sem ideologia definida e sem finalidade. O seu alinhamento era, pois, por uma orientação claramente "civilista" da revolução. Daí a sua oposição aos que pretendiam continuar com os "organismos autónomos", caso de uma misteriosa "organização revolucionária do Norte" (a que estaria ligado Domingos Pereira), conservando "a estrutura militar em que vinham trabalhando". Preconizava, naturalmente, a união entre os que combatiam a ditadura; exigia, porém, que não fosse "de fachada", nem "puramente sentimental". Só a considerava "útil e eficaz" se fosse efetivamente de "ação". Daí que, se cada um continuasse com o fim oculto de "fazer a sua revolução", tal união conteria "no seu seio o gérmen da sua morte"[60].

No final de 1932, ano decisivo na definição das bases do Estado Novo salazarista, nem o Diretório Supremo nem os debilitados partidos políticos davam sinais de vida.[61] Em 5 de dezembro, atento às divergências entre os *reviralhistas*, o governo publicava o decreto-lei n.º 21 943, que concedia uma ampla amnistia aos revolucionários. Numa primeira versão, eram excluídos 58 nomes. Dez deles, porém, foram retirados por Salazar, entre os quais os de José Domingues dos Santos, Jaime Cortesão, Moura Pinto e João Camoesas. A lista definitiva era composta por 50 nomes. José Domingues dos Santos foi um dos republicanos que recusaram a amnistia, optando por continuar no exílio.[62]

---

de republicanos foram presos, entre os quais José Domingues dos Santos, Moura Pinto e Alexandrino dos Santos. Jaime Cortesão e Jaime de Morais conseguiram fugir de Espanha para França. Neste país foram alvo de uma investigação policial e acabaram por ficar sujeitos a ordens de expulsão, em abril de 1935. Devido à intervenção de alguns setores da esquerda francesa, Cortesão acabou, porém, por permanecer em França. Por sua vez, Jaime de Morais, após uma viagem à Grécia, decidiu rumar novamente a Madrid. Nos finais de 1935, a convite do advogado Basílio Lopes Pereira, líder da Ação Anticlerical e Antifascista, uma organização maçónica, entrou em Portugal. Durante os três meses em que permaneceu clandestino no país, teve oportunidade de avaliar que, face às divisões existentes nos setores oposicionistas, eram praticamente nulas as possibilidade de derrubar o governo de Salazar (Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, Vol. II, p. 476-478; Vol. IV, p. 640; IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. n.º 347 SR, NT 2329, p. 174).

[60] MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 7 de novembro de 1932.

[61] "Carta de Bernardino Machado a Luísa Sérgio, de 27 de fevereiro [1933]", *O Ponto*, 2 de setembro de 1982, p. 18.

[62] Franco Nogueira, *Salazar. Os tempos áureos* (*1928-1936*), Vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 184-185). Poucos anos depois, a situação alterou-se: José Domingues dos Santos e outros destacados elementos civis e militares no exílio seriam excluídos da amnistia prevista no decreto-lei n.º 26 633, de 25 de maio de 1936 (AHMNE, P2 A33 M20, *Circular da PVDE*, 18-7-1936).

JoseDominguesDosSantos.indb 198 12/10/2012 14:42

No início de 1933, através do decreto-lei n.º 22 151, de 23 de janeiro, o governo vai criar a PDPS (Polícia de Defesa Política e Social). Em 29 de agosto, o nome é alterado para PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado). A sua eficácia é inquestionável, muito embora os seus métodos fossem muitíssimo questionáveis: em pouco tempo, a PVDE desarticulou as principais redes *reviralhistas* (militares e civis) que atuavam no país.[63]

Apesar da evidência do fracasso da estratégia política, de que o comité supremo era prova cabal, Afonso Costa e José Domingues dos Santos persistiam na luta contra a ditadura, de forma algo quixotesca. Assim, com data de 1 de junho de 1933, divulgam um panfleto que incentivava os contribuintes portugueses a recusarem o pagamento de contribuições, com o argumento de que não haviam sido votadas pelo parlamento. Em caso de confisco de propriedade, garantiam a sua restituição aos donos, sem exigência dos montantes por pagar. Prometiam igualmente uma diminuição das contribuições e outros impostos.[64]

Em setembro desse ano, em nova tentativa de unidade revolucionária, reuniram-se em Vigo os setores operacionais que haviam conseguido escapar à ação da PVDE. Marcaram presença, entre outros, José Domingues dos Santos, Sarmento de Beires, António Ribeiro de Carvalho, Cunha Aragão, José de Mascarenhas e João Pereira de Carvalho. Dessa reunião surgiu o "Projeto de Plataforma da Frente Única das Forças Motoras Populares da Democracia", que refletia as tendências socialistas ou socializantes de Afonso Costa e do próprio José Domingues dos Santos.[65]

No VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscovo, de 25 de julho a 21 de agosto desse ano, Dimitrov propôs a constituição de Frentes Populares contra o fascismo e o nazismo.[66] Dando seguimento a essa proposta, logo em 12 de outubro, através do *Avante!*, o PCP desafiava todas as organizações antifascistas a constituírem uma Frente Única na Luta pela Amnistia.[67] Em fevereiro de 1936, o órgão do PCP informava que a Frente Popular Antifascista era já uma realidade e dela faziam parte "cerca de uma dezena de organismos operários e pequenos burgueses, de diversas tendências"[68]. Foi, porém, em Madrid, que, em julho, se iniciaram as reuniões de militantes comunistas com alguns emigrados políticos, com vista à constituição da Frente Popular Portuguesa.[69]

---

[63] Luís Farinha, *O Reviralho - Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, p. 216-218.

[64] IAN/TT, AOS/CO/PC - 3A, Pasta 17.

[65] Luís Farinha, *op. cit.*, p. 218-219. À estratégia de uma "Frente Única" não eram estranhos os contactos entre republicanos e comunistas e a crescente influência destes nas redes clandestinas, situação que se tornou mais evidente em 1935. Essa expressão foi utilizada por Afonso Costa num "*memorandum* confidencial", datado de 26 de fevereiro de 1934, escrito após o seu encontro em Madrid, em janeiro, com alguns chefes militares. Nesse documento, que se encontra arquivado no Museu Bernardino Machado, Afonso Costa acusa os *Budas* de graves responsabilidades na divisão entre os oposicionistas.

[66] Em Espanha e em França, as forças que constituíram frentes populares chegaram ao poder através de eleições livres, em fevereiro e em maio de 1936, respetivamente.

[67] L. H. Afonso Manta, *A Frente Popular Antifascista em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976, p. 109-110.

[68] L. H. Afonso Manta, *op. cit.*, p. 126.

[69] No início de julho, em Vigo, num encontro *reviralhista*, que contou com a presença do coronel Ribeiro de Carvalho, decidira-se marcar nova revolta para o dia 22 desse mês. Devido ao "alzamiento" (17 e 18 desse mês) a revolta abortaria.

JoseDominguesDosSantos.indb 199 12/10/2012 14:42

Em Paris, José Domingues dos Santos encontrava-se frequentemente com Francisco de Paula Oliveira Júnior (Pável), destacado dirigente da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, que, com Bento Gonçalves e Gilberto de Oliveira, integrara a delegação do PCP ao VII Congresso da Internacional Comunista.

Em setembro desse ano, Pável iria entrevistá-lo para a revista *La Correspondance Internationale*, órgão do Komintern (Internacional Comunista). José Domingues dos Santos faz aí uma enérgica condenação do *putschismo* republicano, considerando que a ditadura portuguesa só poderia ser derrubada se a insurreição fosse apoiada "por um grande movimento das massas populares"[70].

A 8 de dezembro de 1936 saiu o primeiro número da revista *France-Espagne*, publicação efémera de grande divulgação (100 mil exemplares)[71] dirigida por José Domingues dos Santos. Num artigo intitulado "La Dictadure Portugaise", defendia a organização de uma frente comum de liberdade para desenvolver a resistência contra a ditadura e para iniciar de imediato a luta pelas reivindicações económicas dos trabalhadores.[72]

No ano seguinte, a 3 de maio, formava-se o comité de ação, ou Comité de Paris, o núcleo mais significativo da Frente Popular Portuguesa. Dele faziam parte republicanos, comunistas e outros antifascistas. Sucedeu este comité a um outro comité de ação, constituído em janeiro (também em Paris) por iniciativa de Afonso Costa e José Domingues dos Santos. No dia 25 desse mês, secundando Bernardino Machado, que dias antes publicara um contundente manifesto[73] em que chamava a atenção para os perigos que Portugal corria, em consequência da Guerra Civil de Espanha, os dois dirigentes republicanos divulgavam um *Apelo a todos os liberais e antifascistas*. Pretendiam Afonso Costa e José Domingues dos Santos congregar, de uma vez por todas, as organizações oposicionistas, independentemente das suas ideologias, "para defesa do património comum, nosso e dos nossos filhos, o qual é constituído pela salvaguarda da independência e dignidade da Pátria e da integridade do nosso domínio colonial"[74].

---

[70] L. H. Afonso Manta, *A Frente Popular Antifascista em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976, p. 179-184.

[71] Duas semanas mais tarde, José Domingues dos Santos não disfarçará a sua deceção, por não terem sido ainda vendidos 50 mil exemplares (APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a Neves Anacleto*, de 25 de dezembro de 1936).

[72] AHMNE, 3P AR13 M93. No ofício enviado a Salazar, no dia 9 de dezembro, definia-se a revista como "publicação de propaganda marxista". Conjuntamente com o ofício encontra-se arquivado um exemplar da *France-Espagne*.

[73] Bernardino Machado, *Manifestos Políticos* (*1927-1940*), Lisboa, Palas Editores, 1978, p. 551-560. Começava assim esse manifesto: "Todo crime é essencialmente um ataque à liberdade. Por isso nenhum maior do que o da reação, que impõe à Nação obediência absoluta, como se ela fosse uma delinquente nata incorrigível, incapaz de se governar por si, dignificando-se. Tal é o regímen de auto de fé a que hoje nos submete um autêntico sobrevivente dos catedráticos reacionários de Coimbra, figurados pelo génio sarcástico de Voltaire. E ou Portugal se reergue assinaladamente ou corre o risco de se sepultar nas ruínas da sua servidão."

[74] Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, Vol. IV, p. 1226-1227. Reproduz o manuscrito original (com letra de Afonso Costa), que também é assinado por José Domingues dos Santos.

JoseDominguesDosSantos.indb 200 12/10/2012 14:42

A presidência de honra do Comité de Paris foi atribuída a Bernardino Machado; da sua direção faziam parte Afonso Costa, Agatão Lança, Álvaro Pope, José Domingues dos Santos e Manuel Gomes do Amaral, muito provavelmente o pseudónimo do comunista Armando Correia de Magalhães[75]. Dele estiveram ausentes, uma vez mais, os *Budas*.

A inesperada morte de Afonso Costa, efémero presidente do comité, ocorrida logo a 11 de maio, deixou entre os exilados "um vazio profundo". Em sua substituição, por proposta de José Domingues dos Santos, Bernardino Machado assumiu a presidência efetiva.[76] Coube, porém, a José Domingues dos Santos o papel mais destacado no Comité de Paris, sendo-lhe cometida a direção do *Unir*, um jornal que nasceu sob proposta sua.[77] No primeiro número deste semanário (bimensal, a partir do n.º 12), que tinha como subtítulo *Órgão da Frente Popular Portuguesa*, o título editorial era todo um programa: "Unir para agir, mas agir unidos, solidários e disciplinados." Nesse editorial, deixava José Domingues dos Santos este aviso:

> "Não preconizamos a união sentimental, um pouco messiânica, feita à volta de palavras despidas de um real sentido político. Queremos a união que, nascendo da ação, congregue os esforços de todos quantos, sem preocupações de ordem pessoal, desejam dar o combate final contra a ditadura portuguesa."[78]

Contrastando com a penúria dos anos anteriores, ao Comité de Paris não faltaram meios materiais, nem "a vontade de continuar a luta até final, sem esmorecimentos, nem hesitações"[79]; apesar disso, a Frente Popular Portuguesa não conseguia sair do impasse que a sua composição heterogénea inevitavelmente provocou.[80]

A rivalidade entre os *Budas* e o grupo de Paris era evidente e a ela talvez não fosse estranho o facto de António Ribeiro de Carvalho (que então residia em Marrocos) ter aceitado integrar o comité. Sinal dessas desinteligências foi o facto de, em julho de 1937, Agatão Lança e Álvaro Pope se terem oposto à presença de Jaime

---

[75] CRCEDHC, Arquivos do Komintern, *Ata n.º 1 do Comité de Ação da Frente Popular Portuguesa*, 3-5-1937.

[76] CRCEDHC, F.495, I179, D.12, *Ata n.º 3 do Comité de Ação da Frente Popular Portuguesa*, de 13 de maio de 1937; veja-se igualmente MBM, *Carta a Bernardino Machado*, de 28 de maio de 1937 (assinam: José Domingues dos Santos, Álvaro Pope, Manuel Gomes do Amaral e Armando Agatão Lança).

[77] CRCEDHC, *Atas n.º 1* e *n.º 4 do Comité de Ação da Frente Popular Portuguesa*, respetivamente de 3 e 24-5-1937. Na *Ata n.º 4*, é transcrita a proposta de José Domingues dos Santos sobre a organização, funcionamento e orientação política do *Unir*.

[78] *Unir*, 3 de julho de 1937, p. 1.

[79] MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 20 de maio de 1937.

[80] Segundo um relatório datado de 23 de novembro de 1936 e elaborado em Espanha por um membro do PCP, da Frente Popular Portuguesa faziam parte o PCP, a Federação das Juventudes Comunistas, o Socorro Vermelho, Sindicatos Vermelhos, Franco-Maçonaria, Partido Socialista, Aliança Republicana (que congregava elementos dos antigos partidos), Liga Antifascista contra a Guerra e o Fascismo, Sindicatos Autónomos (que se resumiam ao sindicato ilegal do Arsenal do Exército de Lisboa), Bloco Académico Antifascista e Ação Antifascista e Anticlerical. De fora da FPP ficaram a CGT (central sindical dominada pelos anarcossindicalistas) e o grupo militar de Ribeiro de Carvalho (ICS, F. 495, op. 10.ª, doc. 262/AHS-IC, doc. 112, M. 32, Cx. 2).

JoseDominguesDosSantos.indb 201 12/10/2012 14:42

Cortesão numa das suas reuniões. Isso não impediu, porém, que, ainda em julho, este tivesse participado nas discussões para a elaboração de um programa de governo.[81]

Em setembro realizaram-se novas reuniões. Numa delas, em Issy-les--Moulineaux, estiveram presentes Jaime de Morais (reconhecidamente pouco entusiasta da Frente Popular Portuguesa), Jaime Cortesão, Armando Correia de Magalhães (delegado do PCP), José Domingues dos Santos, Agatão Lança e Manuel Tassara, representante dos sindicatos Autónomos.[82] Outros encontros ocorreram em Paris, que serviram para José Domingues dos Santos auscultar as várias sensibilidades políticas e elaborar um novo programa da Frente Popular Portuguesa.[83]

A chegada de Pável à direção do PCP (janeiro de 1938) e a consequente tentativa de instrumentalização da FPP, procurando eliminar a influência republicana que a caracterizava, repercutiu-se em breve no rumo dos acontecimentos. As manobras dos refugiados comunistas, no sentido de utilizar o *Unir* como um meio próprio de propaganda, acabaram por provocar a reação de alguns setores republicanos, a que José Domingues dos Santos deu voz. A cisão era inevitável. O seu primeiro reflexo foi a alteração do subtítulo do jornal: a partir do n.º 41, de 26 de novembro de 1938, o *Unir* passou a designar-se *Jornal da democracia portuguesa*. Em editorial intitulado "Explicação necessária – Aqui vive a democracia; nada mais e nada menos", José Domingues dos Santos justificava assim essa alteração:

> "*UNIR* não é 'terra de ninguém' onde todos podem vir estabelecer-se como em sua própria casa e de que todos podem dispor segundo as suas conveniências pessoais ou partidárias. *UNIR* não é órgão de um homem, de um grupo ou de um partido. É o jornal da Democracia Portuguesa.

---

[81] Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, III Vol., p. 659.

[82] IAN/TT, Proc. n.º 1279/40, f. 23.

[83] José Domingues dos Santos dividiu o novo programa da FPP em dez capítulos: o primeiro anunciava a constituição de um governo provisório com funções executivas e legislativas; os restantes referem as providências imediatas a tomar relativamente ao Problema Político (Organização do Estado e Defesa da Liberdade) e às políticas financeira, económica, agrária, cultural, social, colonial e internacional. O último capítulo é consagrado à organização da Justiça. Em apêndice, surgiam as 12 medidas para um "Programa Imediato", elaborado nos seguintes termos: "Derrubamento da ditadura e constituição dum Governo Popular Revolucionário Provisório que promoverá as medidas seguintes: 1.º Libertação de todos os antifascistas portugueses presos; 2.º Restabelecimento das liberdades políticas e sindicais; 3.º Dissolução das organizações fascistas; 4.º Dissolução dos organismos fascistas de dominação económica (Grémios, Federações, Consórcios, Trusts, etc.) e proteção à pequena produção e ao pequeno comércio; 5.º Depuração de todo o funcionalismo civil e militar; 6.º Revogação de toda a legislação reacionária da ditadura; 7.º Instituição do Tribunal de Defesa da República para julgamento dos responsáveis de todos os crimes da ditadura; 8.º Inquérito às fortunas acumuladas depois do 28 de maio; 9.º Revisão dos contratos de exploração da terra num sentido favorável aqueles que trabalham. Aumento de salários, estabelecimento do horário do trabalho no campo e abolição das dívidas da pequena propriedade rural; 10.º Assegurar a independência nacional, libertando o país das infiltrações do fascismo internacional, quer na metrópole, quer nas colónias; 11.º Revisão de toda a política internacional seguida pelos governos da ditadura, especialmente em relação à Espanha Republicana; 12.º Eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte" (MBM, *Programa de Ação da Frente Popular Portuguesa*. Junto, estão arquivados mais dois documentos afins: *Frente Popular Portuguesa: Constituição* e *Proposta para um plano de manifesto*. Este último texto é da responsabilidade dos comunistas).

JoseDominguesDosSantos.indb 202 12/10/2012 14:42

> Tem uma doutrina, um programa, uma finalidade. Marcha para o combate, à sombra da sua própria bandeira. Mas por isso mesmo que *UNIR* tem a sua doutrina, o seu programa, a sua finalidade, ele não pode viver à volta de fórmulas que não correspondem a realidades. A Frente Popular Portuguesa não existe. Pelo menos ela não existe nos termos que poderiam fazer dela um instrumento eficaz de combate. Dela se encontram ainda afastadas largas e interessantes camadas da sociedade portuguesa, que são profundamente hostis à ditadura salazarista. Não culpamos ninguém; verificamos um facto para sair de um equívoco mortal. Não ignoramos que certos setores da política portuguesa usam e abusam da fachada da 'Frente Popular' para fazer a sua própria propaganda, sem reparar que esse exibicionismo excessivo é gerador de reações violentas. Há amores que matam. Nós queremos viver."[84]

Esta rutura foi o canto do cisne da Frente Popular Portuguesa, que acabaria por desaparecer definitivamente de cena após a assinatura do Pacto Germano-Soviético, de 23 de agosto de 1939, tratado que os republicanos, através de Bernardino Machado, condenaram vivamente.[85] O *Unir* não teve melhor sorte, suspenso que foi, por "deliberação ministerial" francesa[86], em 19 de junho desse ano.[87]

Alguns anos mais tarde, Álvaro Cunhal reconheceria que a Frente Popular Portuguesa não teve "a expressão de uma força política dinâmica, capaz, influente, organizada", como ocorreu com as que se formaram em França e em Espanha.[88]

Um pouco à margem do que se passava em Paris, a partir de maio de 1938 Jaime de Morais tentava negociar em Madrid um novo empréstimo, desta vez junto de Júlio Grest e Carlos Esplá, ministros espanhóis das Obras Públicas e da Propaganda. Simultaneamente, com Júlio César de Almeida e Alexandrino dos Santos, entre outros, trabalhava na organização do Plano L, o famoso Plano Lusitânia, que previa uma invasão de Portugal por terra, ar e mar e que tinha como pontos nevrálgicos Lisboa, Porto e Setúbal. Acordado no outono desse ano, entre Jaime de Morais e os chefes militares espanhóis, o Plano Lusitânia acabaria também por não passar do papel, inviabilizado que foi pela ofensiva franquista no Ebro, a partir de 30 de outubro, e a consequente tomada de Barcelona, em 26 de janeiro de 1939.

A derrota das forças republicanas espanholas na Guerra Civil acabaria por traçar o destino dos *Budas* e de outros exilados: em 23 de janeiro, Jaime Cortesão e Jaime de Morais abandonaram Barcelona rumo a França, através dos Pirenéus. De Perpignan, onde os esperava Moura Pinto, partiram para Marselha, cidade onde este se fixara desde julho de 1938. Jaime de Morais acabou por rumar à Bélgica e

---

[84] *Unir*, 26 de novembro de 1938, p. 1.

[85] Bernardino Machado, *Manifestos Políticos* (*1927-1940*), p. 581. Ao fracasso da Frente Popular Portuguesa, sobretudo no interior do país, não foi também estranha a oposição do grupo militar de Ribeiro de Carvalho e das habituais rivalidades entre os comunistas e os anarquistas da CGT ("Carta de José Agostinho das Neves a Germinal de Sousa, de 30 de novembro de 1938", Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, Vol. IV, p. 1271-1274).

[86] MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 26 de dezembro de 1939.

[87] A suspensão do *Unir*, jornal com larga divulgação nos países onde havia comunidades portuguesas, foi solicitada pelo embaixador de Portugal em Paris (Ana Cristina Clímaco Pereira, *op. cit*., p. 736).

[88] *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985, p. 31.

JoseDominguesDosSantos.indb 203 12/10/2012 14:42

Jaime Cortesão a Biarritz. Alguns meses depois, devido à gravidade da situação internacional e à aproximação a Bernardino Machado, estes dois *Budas* desistem da conspiração.

O deflagrar da II Guerra Mundial teve naturalmente um impacto enorme entre os emigrados políticos portugueses. No dia 25 de setembro de 1939, em Tours, Bernardino Machado, em nome dos seus companheiros de exílio, assinava uma Declaração em que esses emigrados se diziam "prontos a unir-se solidariamente para os maiores sacrifícios, nesta trágica crise internacional, com os seus concidadãos, sem distinção de partidos, com dignidade para todos, orgulhosos de bem servir os supremos interesses da Pátria"[89].

Escrita, segundo Moura Pinto, por Bernardino Machado e Agatão Lança, a Declaração de Tours foi "fruto de tempestuosas discussões"[90]. Uma primeira versão, da autoria de Jaime de Morais, José Domingues dos Santos e Agatão Lança, fora rejeitada por vários exilados, nomeadamente por Álvaro Pope.[91] Para José Domingues dos Santos, por ser "mal conhecida", a Declaração "foi diversamente interpretada". Uns aplaudiam-na "sem reservas"; outros consideravam-na "como um meio de apaziguamento com mira na amnistia"; finalmente, havia também quem a visse apenas "como um ato de abdicação". Nesta última categoria figuravam os "valorosos republicanos" que "denodadamente" se batiam "pela defesa dos seus empregos"[92].

Se os termos da Declaração dividiram os exilados, a forma de a divulgar também não mereceu o consenso entre todos. Para José Domingues dos Santos, devia ter sido dirigida diretamente ao povo português através da imprensa. Prevaleceu, contudo, a opinião dos que queriam que fosse entregue na Legação de Portugal em Paris, o que, de facto, sucedeu. No dia 4 de outubro, Jaime de Morais e Agatão Lança apresentaram-na pessoalmente ao ministro português em Paris. O resultado, porém, foi o mesmo: a Censura não a deixou publicar na imprensa portuguesa, o mesmo sucedendo também em Paris e em Londres.[93]

Com a amnistia decretada pelo governo de Salazar, em 1 de junho de 1940, começou a escrever-se o capítulo final da presença de grande parte dos exilados em Espanha e França. A grande maioria optou pelo regresso a Portugal.[94] José Domingues dos Santos foi dos poucos que decidiram ficar. Face ao curso da guerra, era sua intenção deslocar-se para Inglaterra. Sabe-se que já em abril preparava uma visita a Londres por tempo indeterminado. Nesse sentido, chegou mesmo a estudar inglês, trabalhando

---

[89] Bernardino Machado, *Manifestos políticos* (*1927-1940*), Lisboa, Palas Editores, 1978, p. 581.
[90] BSP, *Carta de Moura Pinto a Sarmento Pimentel*, de 4 de janeiro de 1940.
[91] MBM, *Carta de Álvaro Pope a Bernardino Machado*, de 1 de outubro de 1939.
[92] MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 26 de dezembro de 1939.
[93] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 127.
[94] À entrada do país, excetuando Bernardino Machado, todos foram presos. Nas suas sortes foi tido em conta o estatuto de cada um. Houve uma clara diferença entre as sanções aplicadas a civis ou militares, geralmente mais leves a dos últimos. Alguns republicanos foram expulsos do país. Foi o caso de Jaime de Morais e Jaime Cortesão, que escolheram ir viver para o Brasil, país onde Moura Pinto se acolhera já em 1939 (Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, Vol. III, p. 942-947).

JoseDominguesDosSantos.indb 204 12/10/2012 14:42

duas a três horas por semana.[95] Acabou, porém, por permanecer em Paris, donde nunca sairia durante a Guerra.[96]

Durante a ocupação alemã, foi preso uma vez. A detenção durou apenas algumas horas. Segundo o seu próprio testemunho, numa busca efetuada ao seu quarto, num hotel do Boulevard Jean Jaurès[97], os nazis encontraram um exemplar do *Mein Kampf* e nunca mais o incomodaram. A busca nem sequer foi concluída. Entenderam os nazis que quem "lia tal livro deveria ser pelo menos inofensivo"[98].

Ao longo desses anos terríveis, fizera o que lhe fora possível pela causa que defendia, tomando "sempre as cautelas necessárias para não ser incomodado". Diziam-lhe que tivera sorte. Em sua opinião, também ele ajudara a essa sorte, "na medida do possível"[99].

Após a libertação, retomou a atividade política e presidiu à efémera União Patriótica e Democrática Portuguesa, que então fundara com os poucos emigrados políticos que se encontravam em Paris, e aceitou integrar o Conselho Nacional de Unidade Antifascista, do qual foi o representante em França.

Devido "a vários incidentes de ordem pessoal", abandonou em breve a presidência da UPDP. Intensificou, porém, a sua ligação à Federação dos Emigrados Portugueses, de caráter essencialmente económico, participando em comícios e reuniões com sindicalistas franceses, brasileiros e outros ibero-americanos. Por essa altura, o seu moral continuava excelente. Embora esperançado em mudanças políticas em Portugal, decorrentes da nova conjuntura internacional, decidiu, pois, continuar a organizar a sua vida como se tivesse de viver ainda por longos anos em França.[100]

Para dar voz às ideias expressas num colóquio realizado em Londres, em 16 de dezembro de 1944, na Casa Basca (Euzko Etxea), entre republicanos portugueses e espanhóis, fundara, em abril de 1945, a revista *Iberia*[101]. Assumindo-se como a

---

[95] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1187 SR – NT 3472, p. 129, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 21 de março de 1940.

[96] É o próprio José Domingues dos Santos quem o confirma numa carta enviada aos exilados no Brasil, datada de 31 de outubro de 1935, que se encontra no espólio de Jaime Cortesão, na Biblioteca Nacional (BN, E25, Cx. 32). São, pois, falsas, as informações de um relatório existente no Arquivo Salazar, datado de 28 de fevereiro de 1944, com origem em Casablanca (Marrocos). Segundo esse relatório, José Domingues dos Santos, apontado "como o verdadeiro 'Chefe' do movimento dos Portugueses Livres" e também como o "Chefe" do futuro governo "democrático" português, após um périplo pelo Brasil e pelos Estados Unidos, preparava-se para regressar ao Norte de África, sendo grande o entusiasmo entre os referidos "Portugueses Livres". Nos dois países, contactara com organizações republicanas espanholas e com lojas maçónicas americanas que, alegadamente, teriam aprovado "os planos e programas políticos da Península" (IAN/TT, AOS/CO/PC-3H, Pasta 13, *Atividade do político emigrado José Domingues dos Santos, 1944*).

[97] Segundo testemunho da dr.ª Lúcia Resende, neta de António Resende, tratava-se do Selectior Hotel, hoje inexistente.

[98] BN, E25, Cx. 32, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 31 de outubro de 1945.

[99] *Ibidem*.

[100] *Ibidem*.

[101] Da *Iberia* sairam apenas três números: n.º 1, avril 1945; n.os 2 e 3 (duplo), juillet/octobre 1945. A revista tinha a sua direção e administração (provisórias), no n.º 196, Boulevard de la Villette, Paris 19.e, que era então o endereço do próprio José Domingues dos Santos. Impressa na Imprimerie Soler, em Aulna-Sous-Bois, tinha como preço de capa 30 francos. Não indica o nome do diretor.

JoseDominguesDosSantos.indb 205 12/10/2012 14:42

"Revista das Nacionalidades Ibéricas", a *Iberia* tinha como principal objetivo "propagar a ideia de uma Aliança Ibérica"[102].

No seu primeiro número, num artigo intitulado "Portugal e o problema ibérico", José Domingues dos Santos esclarecia que Aliança Ibérica não significava Federação Ibérica. Esta só seria então possível com uma Espanha unitária e centralista, situação que Portugal nunca poderia aceitar devido à desproporção entre as duas nações. Aceitava, isso sim, uma aliança entre os vários povos ibéricos (portugueses, castelhanos, galegos, catalães e bascos) que assentasse em critérios de "perfeita igualdade". Em seu entender, a Aliança Ibérica implicaria "uma estreita aproximação política, intelectual, social e, sobretudo, económica" entre os vários povos ibéricos. A supressão das barreiras alfandegárias e a adoção de uma moeda comum facilitaria a compreensão e a convivência de todos estes povos. Unidas, as suas economias complementar-se-iam; separadas, seriam sempre tributárias do estrangeiro.[103]

Ainda em 1945, José Domingues dos Santos tentou, uma vez mais, visitar Londres. Não pudera estar presente em 5 de outubro, a convite de alguns espanhóis aí residentes, seguramente os mesmos que haviam organizado o ciclo de conferências ibero-americanas, nomeadamente Manuel Irujo, presidente da Euzco Etxea. Impedira-o um compromisso em Paris e, sobretudo, a falta de passaporte português. Não o tinha, nem estava então "disposto a pedi-lo". Havia, porém, outro problema que se afigurava inultrapassável. Apesar das diligências, feitas em setembro por Armando Cortesão (que vivia em Londres desde 1935), para que José Domingues dos Santos viesse a ser recebido pelo primeiro-ministro britânico, o Foreign Office, influenciado ainda por antigos relatórios do final da I República[104], mantinha sobre ele uma opinião muito negativa. Não dava sinais de querer recebê-lo, como se comprova neste comentário:

> "Mesmo que seja verdade que gostaríamos de pressionar o dr. Salazar para se deslocar mais rapidamente para a esquerda e que, deste ponto de vista, poderia ser bom que um ou dois refugiados portugueses viessem a este país, pois tal serviria para preocupar o dr. Salazar e torná-lo mais suscetível a influências externas, este indivíduo em especial tem um passado tal que é mais um conspirador que um verdadeiro político pelo que não devemos encorajá-lo a vir a este país."[105]

---

[102] *Iberia*, n.º 1, avril 1945, p. 3.

[103] *Iberia*, n.º 1, avril 1945, p. 7-12. Pela mesma altura em que saiu a *Iberia*, era também publicado (provavelmente em Paris) um pequeno livro com vários artigos de Jean Morgades, assumido federalista catalão. No prefácio desse livro, José Domingues dos Santos reafirmava, em traços gerais, o que escrevera no número inicial da *Iberia*. Ia, porém, ainda mais longe; na linha de Sebastião de Magalhães Lima e Teófilo Braga, considerava também que a Aliança Ibérica seria apenas a primeira etapa para a Federação dos Povos Latinos, a "grande República Ocidental". Com a França à cabeça, esta seria, por sua vez, a vanguarda da futura Federação Europeia (Jean Morgades, *Vers L'Entente Iberique*, s.d., p. 5).

[104] Num relatório de 4-8-1925, um membro da embaixada britânica, Grant Watson, considerava-o "um dos líderes políticos mais extremistas de Portugal" (ICS, FO 371/11086 XC/B 5883). O próprio embaixador em Lisboa, Lancelot D. Carnegie, em relatório de 5 de fevereiro de 1927, classificava José Domingues dos Santos como um "agitador sem escrúpulos" (ICS, FO 371/12702 XC/B 5948).

[105] FO 371/49542 Z12362. Este comentário do Foreign Office, datado de 21 de dezembro de 1945, está reproduzido na obra de António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra* (*1941-1945*), Vol. II, Lisboa, Vega, 1991, p. 151-152.

JoseDominguesDosSantos.indb 206 12/10/2012 14:42

Fechadas estas portas, a Armando Cortesão afigurava-se-lhe "muito útil" que José Domingues dos Santos tivesse "uma conversa com alguns chefes trabalhistas". Como tinha "uma espécie de passaporte francês", e concordava com a proposta, mostrou-se disponível para fazer a viagem, chegassem ou não instruções de Portugal.[106]

Só no ano seguinte, porém, perante uma hipotética adesão de Portugal à ONU, é que o Conselho Nacional de Unidade Antifascista retomou o propósito de enviar José Domingues dos Santos a Londres. Dele se pretendia que esclarecesse a opinião pública mundial sobre a situação política portuguesa. Receava-se, porém, que uma vez mais, fosse impedido de chegar a Londres. Esses receios confirmaram-se. Não há, de facto, qualquer indício de que José Domingues dos Santos tivesse chegado a pisar solo inglês.[107]

O que se passava no interior do território português, a formação do Movimento de Unidade Nacional Antifascista e do Movimento de Unidade Democrática, pese embora o entusiasmo que por aqui acontecia, não teve reflexo significativo no exílio. José Domingues dos Santos não ignorava que nesses movimentos estavam muitos dos seus correligionários e até dirigentes do PRED. Considerava, porém, que o combate que aqui se travava não era o que se impunha.[108] O que estava a acontecer não passava, segundo a sua opinião, de "uma política de obediência, de acatamento legal às ordens da autoridade", que lhe parecia "mais nociva do que útil para a queda da ditadura", servindo tão-somente "para adormecer energias".

Do exterior, a ideia que passava era a de que a Oposição não tinha grandes razões de queixa do regime. Os seus dirigentes, cuja atividade se limitava à publicação de alguns manifestos, não eram "demasiadamente incomodados". Isto mesmo lhe havia sido dito por dois diplomatas estrangeiros. Bem pior estavam as oposições na Polónia, Bulgária, Grécia e Jugoslávia. Salazar, segundo esses diplomatas, era, decididamente, "uma pessoa hábil".

Apesar destas críticas, José Domingues dos Santos apreciara vivamente o facto de alguns democratas terem decidido falar, mesmo contra a vontade das autoridades, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto, por ocasião do funeral de

---

[106] BN, E25, Cx. 32, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 31 de outubro de 1945.

[107] Para ter a certeza de que conseguira entrar, o Conselho Nacional de Unidade Antifascista pedira a José Domingues dos Santos que telegrafasse para a *Seara Nova*, em nome de Armando Cortesão, nos seguintes termos: "Envio artigo." As mensagens a enviar de Londres eram, naturalmente, cifradas. Relativamente à questão da ONU, José Domingues dos Santos devia escrever "Enviarei crónicas", "Procurarei fazer crónicas" e "Enviarei crónicas imediatamente", caso houvesse, respetivamente, uma proposta de admissão, essa proposta fosse de resultado duvidoso ou, finalmente, a proposta tivesse um resultado afirmativo (APJDS, *Carta a José Domingues dos Santos*, de 9 de janeiro de 1946. Desconhece-se o autor da carta de que, aliás, apenas existe uma página. É provável que se trate de Armando Cortesão).

[108] Em maio de 1946, numa longa *Mensagem aos Democratas Portugueses* (que se publica integralmente, no final deste livro, no Apêndice documental), José Domingues dos Santos, desejando sobretudo ser ouvido "pelos homens das novas gerações", expunha minuciosamente o que pretendia para o país. Não era, dizia, um programa político – que ele não queria faltar aos seus deveres de camaradagem e às suas obrigações de democrata –; era, isso sim, um conjunto de "algumas ideias gerais" que poderiam "servir de base à elaboração de programas futuros".

JoseDominguesDosSantos.indb 207 12/10/2012 14:42

Abel Salazar.[109] Esse gesto tivera um grande significado. Contrariamente ao que até aí sucedera, isto é, "falar por conta-gotas" e apenas quando tal era permitido e nos termos em que isso era permitido, o que representava, em seu entender, "um conformismo" que andava próximo da "colaboração". Tinha, naturalmente, a noção de que era "duro" o que dizia. Não ignorava que as pessoas que trabalhavam em Portugal no sentido da sua democratização eram "do melhor". Mas isso não bastava.[110]

Em 1949, José Domingues dos Santos apoiou a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República. Em setembro do ano anterior havia já sido contactado por dois emissários do general. A comissão de propaganda da sua candidatura pretendia organizar em Paris uma subcomissão com esse fim e pretendia que José Domingues dos Santos dela fizesse parte. Essa subcomissão, porém, não chegou a ser constituída. Os jornais franceses não mostravam grande abertura ao que se passava em Portugal. Era preciso "dourar a pílula" e José Domingues dos Santos confessava não estar "em condições materiais de o fazer". Não deixara, porém, mesmo sem essa subcomissão, de proferir uma conferência na rue Cadet e uma palestra na Rádio, de apoio à candidatura de Norton de Matos.[111] Em maio, comentando o desfecho da eleição presidencial, diria que nunca alimentara quaisquer ilusões.[112]

Quanto às eleições de 13 de novembro desse ano, José Domingues dos Santos confessava-se desolado com um manifesto que lhe chegara às mãos. Raras vezes tinha lido "um papel tão medíocre". Ficara com a impressão de que "a craveira mental e política" da Oposição tinha "baixado de maneira inquietante"[113]. Do resto que lhe chegara da campanha eleitoral, lera com especial atenção o programa apresentado por Cunha Leal. José Domingues dos Santos discordava de que este fosse capaz de congregar à sua volta todos os republicanos: "Todos, não." Havia pelo menos um, ele próprio, que nunca daria "adesão a um tal programa nitidamente neofascista". E acrescentava:

---

[109] Abel Salazar faleceu em Lisboa no dia 29 de dezembro de 1946. O funeral realizou-se no Porto, no dia 1 de janeiro de 1947. Após Lobo Vilela ter usado da palavra, em nome da comissão central do MUD, junto da casa mortuária do cemitério do Prado do Repouso, a polícia tentou impedir que Ruy Luís Gomes, presidente da comissão distrital do Porto do MUD, também falasse. O protesto indignado da multidão impediria essa arbitrariedade. Outros oradores se seguiram: Eduardo Santos Silva, Virgílio Marques Guedes, Carlos Barroso e Fernando de Araújo Lima. As últimas palavras, junto ao jazigo, foram ditas por Barata da Rocha. À saída do cemitério, Ruy Luís Gomes foi detido por um oficial da polícia, antigo subinspetor da PVDE. No dia seguinte era apresentado ao juiz do Tribunal dos Pequenos Delitos, que se declarou incompetente para o julgar. Ruy Luís Gomes foi então enviado à Polícia Judiciária, que nessa mesma tarde o conduziu a casa, deixando-o em liberdade (*Movimento de Unidade Democrática – comissão distrital do Porto, Boletim interno n.º 9*, de 8 de janeiro de 1947).

[110] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 95.

[111] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 13 de setembro de 1948. Não indica destinatário mas é, seguramente, António Resende.

[112] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 11 de maio de 1949. Não indica destinatário.

[113] Esse documento era da responsabilidade da União Democrática, organização oposicionista que pretendia então legalizar-se (IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 76).

JoseDominguesDosSantos.indb 208 12/10/2012 14:42

> "É possível que o C. L. tivesse – ou tenha – a intenção de chefiar os dissidentes da atual situação. Mas creio que ele exagera um pouco, confundindo-os com os republicanos."[114]

No início do ano seguinte, de Portugal chegava-lhe o "boato" de uma eventual aproximação de "republicanos de todos os matizes." Concordava com ela. Mas queria saber os fins em vista, para evitar o que até aí acontecera, já que as tentativas anteriores haviam "fracassado lamentavelmente, servindo apenas para fortificar quem se desejava derrubar". Era possível, porém, que "as lições do passado" tivessem "servido para alguma coisa"[115].

Em 1951, após a morte de Carmona, o Movimento Nacional Democrático (de influência comunista) avançou com a proposição da candidatura de Ruy Luís Gomes à Presidência da República. José Domingues dos Santos não a apoiou. Por sua vez, os setores oposicionistas mais moderados apresentaram o nome do almirante Quintão Meireles. Esta candidatura foi subscrita por António Resende, membro do diretório do PRED e amigo íntimo de José Domingues dos Santos, sinal evidente do apoio do líder esquerdista. Porém, Quintão Meireles, a exemplo de Norton de Matos, acabou também por desistir.[116] Craveiro Lopes sucedia, pois, a Carmona sem qualquer oposição.

No início de 1953, alguns oposicionistas, sobretudo por ação de António Sérgio, fundaram e dinamizaram uma Comissão Promotora do Voto. No dia 21 de abril, essa comissão enviou ao presidente da República uma representação relativa ao problema eleitoral. Entre os 72 subscritores surgiam os nomes de três esquerdistas próximos de José Domingues dos Santos: João Pedro dos Santos, António Resende e João Correia Guimarães.

Mesmo correndo o risco de serem roubados nas eleições que se realizariam no dia 8 de novembro desse ano, José Domingues dos Santos, tal como a Comissão Promotora do Voto, mostrava-se favorável à ida às urnas. Em carta enviada a João Pedro dos Santos, manifestava-lhe o desejo de que a Oposição enveredasse por novos métodos, já que os antigos haviam falhado e não correspondiam à nova realidade política. Em seu entender, devia seguir-se o exemplo dos antigos republicanos, que, no tempo da Monarquia, mesmo sabendo que as eleições eram fraudulentas, não deixavam de ir a votos.

Com "boa propaganda" e "esforço redobrado", acreditava que era possível eleger alguns deputados; por poucos que fossem, podiam "exercer uma influência determinante", bem mais eficiente que "os colóquios com os militares", que tudo prometiam e a tudo faltavam. As consequências que daí poderiam advir marcariam decisivamente uma viragem política, que explicava assim:

---

[114] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 6 de dezembro de 1949. Nessas eleições, Cunha Leal concorreu por Castelo Branco numa lista "regionalista independente", que integrava republicanos conservadores e monárquicos integralistas.

[115] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 17 de março de 1950. Não indica destinatário mas é, seguramente, João Pedro dos Santos.

[116] A candidatura de Ruy Luís Gomes nem sequer chegaria a ser autorizada; de facto, em 17 de julho, o Conselho de Estado considerou esse candidato inelegível.

JoseDominguesDosSantos.indb 209 12/10/2012 14:42

> "Um núcleo de deputados, saídos de uma luta acesa, poderá constituir o núcleo aglutinador das forças republicanas dispersas e, pela sua ação, obrigar o governo a modificar a sua orientação atual, a transformar os seus métodos e a ter em conta uma força política que tem voz no parlamento e pode assim desmascarar todos os abusos e combater com certa eficácia os arbítrios do Poder.
>
> No terreno dos princípios, a luta é sempre aconselhável. Retirar-se não é combater. A política de presença, quando é possível, é sempre a melhor. Portugal não é o feudo de ninguém; antes é o património de todos. Mesmo vencidos, marcaremos a nossa posição muito melhor do que com gracejos de cafés."[117]

Bem perto do final do seu exílio, José Domingues dos Santos não tinha uma noção real do que era então a política portuguesa. Salazar continuava a resistir aos ventos de mudança que a Guerra provocara um pouco por toda a parte. O regime português, pese embora uma ou outra aparente pincelada cosmética, no essencial continuava o mesmo. As eleições de 1953 confirmavam-no: concorrendo apenas nos círculos do Porto, de Aveiro e de Lisboa, os resultados da Oposição, como se esperava, foram muito modestos, não elegendo qualquer deputado.[118]

Durante o seu longo exílio, a situação material de José Domingues dos Santos foi sempre modesta e, às vezes muito difícil.[119] De tal modo que, sabedora dessas dificuldades, a Maçonaria acabou por ir em seu auxílio.[120] De facto, em ofício de 20 de janeiro de 1929, a Loja *Serrania* requereu ao Conselho da Ordem que lhe fosse atribuído um subsídio, por se encontrar "em precárias circunstâncias o nosso Poderoso Irmão dr. José Domingues dos Santos"[121].

Em 1933, com a cobertura de uma casa comercial, onde trabalhou durante vários anos[122], tentou a sorte num negócio de importação de pedras talhadas para pavimentos. Sabia do interesse de alguns dos seus amigos no negócio. Nesse sentido, três

---

[117] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 55, *Carta de José Domingues dos Santos a João Pedro dos Santos*, de 26 de fevereiro de 1953.

[118] Os votos da oposição foram os seguintes: Porto, 15 843 (11,8%); Aveiro, 6 821 (8,7%); Lisboa, 21 104 (9,98%). Por sua vez, nos mesmos círculos, foram atribuídas à União Nacional as seguintes percentagens: Porto, 52,9%; Aveiro, 52,1%; Lisboa, 50,1%. (Manuel Braga da Cruz, "A oposição eleitoral ao Salazarismo", in *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 2.º Vol., Coimbra, 1983, p. 733).

[119] "Vida mesquinha mas honrada", diria em carta aos seus correligionários exilados no Brasil (BN, E25, Cx. 32, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 31 de outubro de 1945).

[120] José Domingues dos Santos foi iniciado em 1922, na Loja *Renascença* n.º 392, em Lisboa, com o nome simbólico de Cimourdin (personagem do romance de Victor Hugo, *Noventa e Três*), numa altura em que essa Loja se encontrava afastada do Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU). Esse afastamento ocorreu entre 7 de março de 1921 e 24 de junho de 1922. Quando a Loja reentrou no GOLU, José Domingues dos Santos tinha já o grau de Mestre. Em 1926, transitou para a Loja *Serrania,* de que faziam parte alguns dos seus correligionários mais próximos, tais como Alfredo da Cruz Nordeste, José Cortês dos Santos e Manuel Gregório Pestana Júnior. Em 1930, o seu nome constava no quadro da Loja *Serrania* com o 29.º grau. Em 31 de dezembro de 1933, um apêndice ao referido quadro dava conta de que estava isento de capitação, por se encontrar na situação de "homiziado". Saiu em 1944 (atestado de quite com data de 26 de dezembro desse ano). A fotocópia do "Quadro dos obreiros em atividade da Loja Serrania" foi-me facultada, há anos, pelo saudoso prof. doutor A. H. de Oliveira Marques, a quem presto a minha homenagem.

[121] Agradeço ao prof. doutor António Ventura a indicação desse ofício.

[122] Etablissements Magalhães, no n.º 30, Boulevard de Strasbourg, em Paris.

JoseDominguesDosSantos.indb 210 12/10/2012 14:42

deles (António Resende, Manuel Couto e António Narciso dos Santos Silva) constituíram uma sociedade visando a exportação desses e de outros produtos para a França e para a Bélgica.[123] Também Deodoro Liz de Castro e Adrião Guerreiro de Sá haviam manifestado interesse nesse negócio. José Domingues dos Santos contava "ter trabalho para toda a gente"[124].

Numa primeira fase, António Resende julgava ser possível fornecer um milhão de pedras por trimestre.[125] O negócio, porém, correu mal desde o início. Uma amostra de cem pedras atrasou-se irremediavelmente. Quando devia estar a caminho de Oran ainda se encontrava no Porto, situação que iria merecer este comentário de José Domingues dos Santos:

> "Não fazem aí ideia da má impressão que estas demoras causam, sobretudo quando se tem a fama que nós temos de país inteiramente desorganizado e incapaz de cumprir os seus contratos. Os sorrisinhos que eu tenho suportado quando tenho de explicar a razão destas demoras, são bem eloquentes. Se queremos trabalhar, temos de nos organizar de forma diversa."[126]

De passagem por Paris, outro português, de nome Luís Vieira, propusera-lhe o comércio de lagostas vivas. Chegado a Viana do Castelo, nada mais dissera. Daí que José Domingues dos Santos, crente num lucro líquido de oito ou nove francos por lagosta, procurasse, junto de António Resende, notícias desse amigo comum. Estava convicto que em Paris, onde a concorrência era pequena, seria possível vender cem lagostas diariamente, com um lucro de oito a nove francos em cada uma.[127]

Dando andamento ao negócio das pedras, a 23 de junho anunciava um primeiro contrato com o presidente dos empreiteiros de Paris. A encomenda, muito pequena, era uma espécie de ensaio: apenas 18 mil pedras. Contava, porém, garantir brevemente uma grande encomenda para Oran. Quanto às lagostas, dizia que cada casa compraria conforme pudesse. Isso implicava que, para poder entrar nesse mercado, teria de vender por preço mais baixo do que o habitual. Em termos de transporte, sugeria o caminho de ferro. O Sud-Express era caro. O comboio normal talvez servisse.[128] As dificuldades financeiras que, a cada passo, são referidas na sua correspondência indiciam, porém, que esses negócios não tiveram futuro.

Em final de 1936 deixou o escritório do Boulevard Strasbourg. Vivia então no Hotel de la Comete, no Boulevard de la Villette. Passara "a ser o cozinheiro de si mesmo". A António Tudella, secretário de Afonso Costa, diria que ia "fazendo uns pitéus que muito lhe agradam ao paladar"[129]. No mês seguinte, segundo o mesmo

---

[123] APJDS, *Carta de António Resende a Borges & Irmão*. Não indica a data. É seguramente de 1933.
[124] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 29 de abril de 1933. O destinatário é, muito provavelmente, António Resende.
[125] APJDS, *Carta de António Resende a José Domingues dos Santos*, de 25 de abril de 1933.
[126] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 12 de junho de 1933. O destinatário é seguramente António Resende.
[127] *Ibidem*.
[128] *Ibidem*. As pedras tinham de ter todas a seguinte dimensão (em centímetros): 20×14×14.
[129] APPM, *Carta de António Tudella a Pina de Morais*, de 17 de novembro de 1936.

JoseDominguesDosSantos.indb 211 12/10/2012 14:42

António Tudella, José Domingues dos Santos estava a trabalhar na rue Rivoli, sede da efémera revista *France-Espagne*.[130]

Desconhecem-se os rendimentos de que viveu José Domingues dos Santos nos anos seguintes. Sabe-se que, pelo menos desde 1933, procurava complementá-los com colaboração em jornais. Escrevera então para o *Diário da Noite*, de Lisboa. No final desse ano seria convidado pelo esquerdista Joaquim Monteiro[131], a colaborar também num periódico do Rio de Janeiro.[132]

Viver com base nas suas esporádicas colaborações na imprensa não era obviamente suficiente para sobreviver numa cidade como Paris. É, pois, provável que então se mantivesse o apoio da Maçonaria e que, como tantos outros, tivesse beneficiado da ajuda que então era prestada aos emigrados políticos, através de um fundo de várias proveniências, para o qual contribuíam republicanos no interior e exterior do país.

Em 1936, face à sua confessada "falta de recursos", pensou ir viver para o Brasil.[133] Tinha aí amigos, alguns abastados, como era o caso do seu conterrâneo Manuel António Gomes, que vivia em Manaus. Em março desse ano, porém, receberia uma carta do advogado Neves Anacleto, residente em Lourenço Marques, que o convidava a colaborar, duas vezes por semana, num diário que iria fundar brevemente.[134]

José Domingues dos Santos aceitou esse convite "com grande alegria", manifestando a intenção de escrever "artigos, crónicas de caráter internacional, crítica sobre a vida artística e literária". Afinal, dizia, Paris era "um pouco o centro e o cérebro do mundo". Organizaria, pois, a sua vida, de forma a poder consagrar-se "exclusivamente" ao jornal.[135]

---

[130] APPM, *Carta de António Tudella a Pina de Morais*, de 22 de dezembro de 1936.

[131] Natural do Porto, Joaquim Monteiro, era amigo e correligionário de José Domingues dos Santos. Chegara ao Rio de Janeiro, em 1928, para se dedicar ao comércio. Em 1932, começou aí a frequentar os meios republicanos portugueses. Integrou o diretório do Grémio Republicano e foi tesoureiro e presidente da mesa da assembleia-geral do Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa, do Rio de Janeiro. Faleceu nesta cidade, após prolongada doença, no dia 5 de março de 1937. No dia em que foi a enterrar cumpria 39 anos de idade (*Portugal Republicano*, 3-4-1937, p. 6).

[132] Tratava-se, seguramente, do jornal *Portugal Republicano*, órgão desse Centro Republicano, de que foi diretor Eugénio Martins e gerente Joaquim Monteiro. José Domingues dos Santos aceitou o convite. Faria, porém, a seguinte ressalva relativamente à sua colaboração: "Serão artigos doutrinários e para que não haja surpresas, declaro desde já que tentarei desenvolver, numa série de artigos, o meu pensamento sobre a solução dos problemas que interessam a nossa terra. E como não sou homem de duas caras, a solução que eu preconizo é uma solução de esquerdas, tal como pensava antes de sair de Portugal, tal como penso ainda hoje, pois o exílio só tem servido para avigorar e desenvolver as minhas ideias anteriores" (*Boletim do Centro Republicano Dr. Afonso Costa*, [novembro de 1933], p. 18). O jornal *Portugal Republicano*, na sua edição de 12 de maio de 1934, p. 11-12, publica uma longa e importante entrevista a José Domingues dos Santos.

[133] APNA, *Carta de José Domingues dos Santos a Neves Anacleto*, de 4 de abril de 1936.

[134] APJDS, *Carta de Neves Anacleto a José Domingues dos Santos*, de 12 de março de 1936. Neves Anacleto conhecera pessoalmente José Domingues dos Santos em 1931, em Paris (A. Neves Anacleto, *A longa luta – preso, algemado e deportado*, Lisboa, Edição do autor, s.d., p. 99).

[135] APNA, *Carta de José Domingues dos Santos a Neves Anacleto*, de 4 de abril de 1936.

JoseDominguesDosSantos.indb 212 12/10/2012 14:42

A colaboração em *O Jornal* (assim se chamava esse diário de Lourenço Marques), que se anunciava auspiciosa, acabaria, afinal, em mais uma desilusão, devido às dificuldades financeiras que não tardaram a bater à porta de Neves Anacleto. De facto, o diário moçambicano não se bastava a si próprio: o *deficit* ia-se acumulando, as letras começavam a vencer-se. "Uma tragédia", dizia Neves Anacleto. Nunca, como até então, passara "noites sem dormir". Obrigado a reduzir o vencimento do pessoal da agência em Lisboa, só em outubro conseguira pagar a José Domingues dos Santos os honorários devidos pelo mês de agosto. Insistia, porém, para que este continuasse a enviar as suas "apreciadíssimas" crónicas, aumentando-as, se possível, para três por semana.[136]

Em novembro, Neves Anacleto queixava-se já de que essas crónicas iam rareando.[137] A resposta de José Domingues dos Santos não poderia ser mais elucidativa: não as podia enviar porque não tinha dinheiro para os selos do correio.[138] A sua colaboração, apesar de tudo, mantinha-se com alguma regularidade. Os pagamentos, não. José Domingues dos Santos decidiu, pois, deixar de enviar as suas crónicas. Em 28 de março de 1937 reclamaria os pagamentos referentes aos meses de novembro e de dezembro do ano anterior. A carta, porém, ficou sem resposta. Em junho voltou a insistir. Ainda não recebera os referidos meses. A colaboração de janeiro a março, mês em que o jornal deixara de sair[139], estava também por pagar. Não ameaçava, nem fazia um ultimato. Porém, se o silêncio de Neves Anacleto continuasse, ver-se-ia obrigado à "dolorosa necessidade" de pedir a um amigo que, em Lourenço Marques, regularizasse o caso como as circunstâncias o exigissem. Seria um grande desgosto "ter de recorrer a esse processo". Não podia, porém, aceitar que o seu trabalho de cinco meses ficasse sem o respetivo pagamento.[140]

Ainda antes da II Guerra Mundial, colaborou no diário *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Os pagamentos foram regulares "nos primeiros tempos"; a partir de determinada altura, Assis Chateaubriand, dono do periódico, "cansou-se". Quando José Domingues dos Santos deixou de enviar artigos, já lhe deviam seis contos. Esse dinheiro, diria ironicamente, talvez fizesse falta ao magnata brasileiro para

---

136 APJDS, *Carta de Neves Anacleto a José Domingues dos Santos*, de 15 de outubro de 1936.

137 APJDS, *Carta de Neves Anacleto a José Domingues dos Santos*, de 3 de novembro de 1936.

138 APNA, *Carta de José Domingues dos Santos a Neves Anacleto*, de 20 de novembro de 1936.

139 O diário *O Jornal* começou a publicar-se no dia 1 de julho de 1936. A última edição é datada de 30 de março de 1937. José Domingues dos Santos escrevia sob o pseudónimo de José d'Além. Habitualmente, as suas crónicas eram publicadas na rubrica "Carta de Paris". Pontualmente a rubrica chamou-se "Carta de Bruxelas", coincidindo com algumas deslocações que fez à capital belga.

140 APJDS, *Carta de Neves Anacleto a José Domingues dos Santos*, de 7 de junho de 1937. Na última edição de *O Jornal* (30-3-1937, p. 1), afirmava-se que, nesse momento, se pagava "a todo o pessoal, não lhe ficando por isso a dever dinheiro nem favores". Esta afirmação, como se vê, não incluía todos os colaboradores. Até agora não foram encontrados quaisquer documentos que permitam esclarecer com segurança como terminou a relação entre ambos os republicanos. É provável, porém, que as contas tenham sido regularizadas. Na p. 98 do livro citado na nota n.º 134, Neves Anacleto refere-se a um episódio antigo, em que defendeu o nome de José Domingues dos Santos, considerando-o "um homem de bem".

JoseDominguesDosSantos.indb 213 12/10/2012 14:42

"completar" a sua fortuna, que era então avaliada em 400 mil contos.[141] Situações como esta iriam repetir-se nos anos seguintes.[142]

As dificuldades financeiras que o acompanhavam desde que chegara a Paris (e que os seus inimigos internos não desconheciam)[143] obrigavam-no mudar de vida. O início da II Guerra Mundial apresentava-se como uma oportunidade única para tentar novos negócios. Em 7 de novembro de 1939, o seu amigo e correligionário António Resende propunha-lhe a representação de uma firma comercial (Santos & Guerreiro). José Domingues dos Santos mostrava-se convicto de que poderia "realizar uma atividade, larga e proveitosa" desde que os produtos para venda fossem oferecidos em quantidade e qualidade.[144] Dias depois, por telegrama, perguntava a quantidade de calçado, civil e militar que a referida firma podia arranjar. O governo francês estava comprador desse produto, bem como de cobertores de lã. Se da lista da firma constavam cobertores, não lhe seria seguramente difícil conseguir também o calçado. Queria rapidez na resposta, já que o governo só compraria o que estivesse disponível para embarque imediato.[145]

No início de dezembro, a desilusão era evidente: com as propostas que lhe haviam apresentado, os negócios da firma Santos & Guerreiro não iriam "muito longe": além de se ter perdido demasiado tempo em trocas de correspondência, os preços dos artigos eram elevados para o mercado francês. Podia mesmo afirmar que os artigos franceses eram mais baratos. Além disso, já partira para Espanha e Portugal um delegado do governo para tratar localmente das "compras necessárias". Enfim, mesmo que pudesse fazer alguma coisa, haveria ainda muito "a acertar".

Nessa mesma carta, José Domingues dos Santos falava novamente a António Resende na possibilidade de ir ao Brasil. Tencionava partir brevemente num barco

---

[141] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 17 de março de 1950. O destinatário é seguramente João Pedro dos Santos.

[142] Após o fim da Guerra, Moura Pinto (residente no Brasil há vários anos) propusera-lhe colaboração no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. Aceitou. As suas crónicas eram sempre publicadas; o respetivo pagamento, não. As cartas em que o solicitava também nunca tiveram resposta (APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 17 de março de 1950). Por intermédio de Nuno Simões, José Domingues dos Santos voltaria a escrever para o *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. No seu espólio, com data de 3 de novembro de 1950, há uma carta do referido jornal dando conta do pagamento das suas colaborações de julho e agosto, no valor de 37 383 francos (equivalente a dois mil cruzeiros). O pagamento da colaboração de outubro ainda não havia sido autorizado pelas autoridades competentes.

[143] Em 1939, um ex-republicano nacionalista convertido ao credo salazarista, comentava deste modo (já com a nomenclatura oficial do Estado Novo) a situação do líder do PRED: "O Chefe, esse, coitado, pobre diabo que sempre foi, anda com a caixa de amostras debaixo do braço em Paris, a vender *Port Wine*. Único serviço que presta à Pátria um homem que foi presidente do Conselho da República Portuguesa!" (António Ruas, *Questões de hoje e de amanhã: ensaios e comentários*, Lisboa, Edições Cosmos, 1939, p. 15.)

[144] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 125, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 13 de novembro de 1939.

[145] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 126, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 18 de novembro de 1939.

JoseDominguesDosSantos.indb 214 12/10/2012 14:42

italiano. Não pretendia fazer escala em Espanha. A Guerra Civil estava ainda "na recordação de toda a gente" e receava que "os novos senhores do país" não nutrissem por ele "excessiva simpatia"[146]. O rumo da Guerra, porém, encarregou-se de impedir os negócios em que pretendia envolver-se, bem como essa sua projetada viagem ao Brasil.

Após o final do conflito mundial, apesar de ter sido convidado novamente por alguns republicanos a fixar-se no Brasil, José Domingues dos Santos persistiu em permanecer em França. Sair, só para Portugal, caso houvesse mudanças políticas que o justificassem. A esses seus correligionários falaria ainda de um projeto de emissões radiofónicas para o nosso país. Haviam-lhe dito que contavam com ele, mas teimavam na ideia de não se fazer política. Para muitos dos que dirigiam a rádio francesa, Salazar continuava a ser um "tabu". Não se lhe podia "tocar". Mas se não podia falar de política, que queriam afinal de que falasse?[147]

A partir de 1946, começou, de facto, a falar regularmente na Radiodiffusion française. Sob o pseudónimo de *José de Oliveira*, era responsável por duas crónicas semanais, habitualmente sobre política internacional.[148]

O emprego na rádio permitiu-lhe, finalmente, alguma estabilidade financeira, não o impedindo, porém, de prosseguir com outras atividades. No início de 1947, numa altura em que vivia no n.º 2, rue de Sambre-et-Meuse, abriu um escritório no n.º 78, rue Richelieu, destinado a fins políticos, nomeadamente de propaganda. Como tinha três salas, duas foram cedidas a dois amigos portugueses, para fins comerciais. Reconhecendo não ter "grandes competências" nessa área, não deixaria, porém, de dizer ao destinatário da carta que se lhes quisesse propor algum negócio, apesar de se tratar de rapazes "sérios", tomaria "todas as cautelas" e vigiaria "de perto"[149]. Pouco tempo depois, acabaria mesmo por fazer sociedade com eles, a que se lhes juntaria um cidadão francês.

A par da rádio e da sociedade de "comissões e consignações", José Domingues dos Santos ocupava uma parte do seu tempo a dar conferências, algumas das quais na rue Cadet, próximo da Ópera.[150]

Após uma curta estadia em Nice, em fevereiro desse ano, dava conta a um correligionário que, em breve, começaria também a falar para o Brasil através da rádio. Acalentava igualmente o desejo de, através de meios próprios, publicar um jornal ou um boletim que desse a conhecer o estado da nossa sociedade. Não tinha "um momento

---

[146] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 127, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 4 de dezembro de 1939.

[147] BN, E25, Cx. 32, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 31 de outubro de 1945.

[148] As emissões iam para o ar às quartas-feiras e sábados, às 22h15, na banda de 463 metros e 31,35 ondas curtas.

[149] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 20 de janeiro de 1947. O destinatário, não identificado, é muito provavelmente João Pedro dos Santos.

[150] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 3 de março de 1947. O destinatário deverá ser também João Pedro dos Santos.

JoseDominguesDosSantos.indb 215 12/10/2012 14:42

de descanso" mas a saúde era "boa"[151]. A vida, manifestamente, corria-lhe melhor, pese embora os resultados não serem ainda "brilhantes"[152].

Em final de junho, instalado novamente no Boulevard de La Villette, discorria uma vez mais sobre a sua vida parisiense. As conferências continuavam mas as finanças voltavam a estar "muito baixas". O seu escritório, contrariamente ao que julgara, só lhe dava "trabalho e arrelias". O regresso a Portugal começou a pairar no seu pensamento mas as notícias que daqui lhe chegavam não permitiam ainda concretizar esse sonho.[153]

A sua vida continuava, pois, rotineira. Aos domingos fumava um "charutinho" e recordava melancolicamente amigos e "tempos passados". Durante esse verão de 1947, foi, porém, visitado por "gente nova", residente em Portugal e em "além-mar." Desses contactos, bem procurara "tirar qualquer coisa, de interessante ou de alentador". Afinal, era ele que acabava quase sempre por ter de os encorajar, de lhes "insuflar" alguma fé, ardor e espírito combativo.[154]

Em 1948, seguiu com particular interesse os acontecimentos na Checoslováquia. Conhecera pessoalmente o presidente desse país, Edvard Beneš, em Paris. Ficaram amigos. Ambos haviam pertencido ao conselho de administração da Livraria Valois, cujo proprietário (Georges Valois) morrera prisioneiro dos alemães.[155] Beneš, a quem julgava um dia recorrer, em caso de necessidade, cedera, porém, à pressão dos comunistas, acabando por renunciar à chefia do Estado.[156]

A crise de "*cafard*", que atravessara, ia-se "esvaindo" face à "urgência de tratar da vida", que era "cada dia mais difícil". Por isso, tendo-lhe chegado às mãos uma proposta relacionada com comércio de vinhos, pedia ao seu amigo que entregasse

---

[151] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 3 de março de 1947. O projeto de uma revista seria retomado no ano seguinte, de parceria com João Camoesas. Este seu antigo correligionário no PRP, que vivia então nos EUA, chegou a enviar-lhe 250 dólares e um ensaio. Como José Domingues dos Santos não conseguisse reunir outro tanto, o projeto não se concretizou (APJDS, *Carta de J. Camoesas a José Domingues dos Santos*, de 19 de julho de 1948 e *Carta de José Domingues dos Santos a J. Camoesas*, de 7 de setembro de 1948).

[152] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 10 de maio de 1947. O destinatário, não identificado, é muito provavelmente António Resende. Nessa carta, afirmará novamente que o seu intuito, ao abrir o escritório, era melhorar as condições materiais da família e obter os recursos para publicar uma revista portuguesa, destinada aos seus "compatriotas daquém e dalém mar". Anunciava igualmente, para o mês seguinte, uma possível viagem ao Norte de África.

[153] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 28 de junho de 1947. O destinatário, não identificado, é muito provavelmente António Resende.

[154] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 12 de setembro de 1947. Destinatário não identificado.

[155] Na sua carta (3-3-1948), José Domingues dos Santos afirmava que Georges Valois, político francês cujo verdadeiro nome era Alfred-Georges Gressent (1878-1945), fora fuzilado pelos alemães. Essa era a versão que corria em Paris. Na verdade, Valois foi preso pela Gestapo, no Hotel d'Ardières (em Les Ardillats, no Rhône), em 18 de maio de 1944. Morreu de tifo, no campo de concentração de Bergen-Belsen, em fevereiro de 1945.

[156] Edvard Beneš (1884-1948) fora eleito presidente da Checoslováquia em 1935. Abandonara o país após a anexação dos Sudetas pela Alemanha nazi. Após a Guerra, retornou as suas funções. A 25 de fevereiro de 1948, após duas semanas de intensa pressão soviética, e temendo uma carnificina no país, cedeu o poder a Klement Gottwald e Rudolf Slansky. Faleceu alguns meses mais tarde (3 de setembro).

JoseDominguesDosSantos.indb 216 12/10/2012 14:42

uma carta a Agatão Lança, que talvez quisesse interessar-se pelo negócio, já que era produtor no Douro.[157]

Na passagem de mais um aniversário, e agradecendo aos seus amigos e correligionários o telegrama que lhe haviam enviado, José Domingues dos Santos recordava o passado com nostalgia mas, numa indesmentível prova de coragem e determinação, fiel aos valores que o fizeram sair do país, continuava crente num futuro diferente e melhor:

> "É certo que um aniversário não é hoje para mim um motivo de alegria. Eu principio a contar os anos que ainda me restam de vida; um aniversário conta agora como um ano de menos a viver e, embora a vida nada me tenha oferecido de agradável há mais de 20 anos, eu desejaria prolongá-la para ter o prazer de voltar a ver o nosso querido Portugal, sob a égide da República, e ao seu serviço consagrar os últimos anos da minha existência.
>
> Entretanto, eu não esqueço quanto há de carinhoso no vosso telegrama e o que este representa de fidelidade e de constância na amizade pessoal e no amor aos princípios. E foi com as lágrimas nos olhos, sob uma emoção profunda, que eu li – e reli – os nomes de todos os signatários, revivendo, sob a invocação de cada um, todo um passado de vida, de lutas, de esperanças… Uma vida que me povoa o espírito de saudades, mas que ilumina, neste crepúsculo que se aproxima, a minha estrada de novos fulgores e o meu organismo de novas energias.
>
> Eu quero crer que brevemente nos encontraremos de novo em Portugal, irmanados nas mesmas aspirações e rejuvenescidos pela mesma ambição de bem servirmos a nossa Terra. […]
>
> Espero que a minha resistência física me ajudará a cumprir o juramento que fiz, ao atravessar a fronteira de Portugal: voltar, de cabeça alta, para com o vosso auxílio ajudar a implantar definitivamente a democracia em Portugal."[158]

No verão de 1948, após ter passado, em julho, quinze dias de férias em Saint Calais (Sarthe), recebeu a visita do filho, José Maria, nora e neta.[159] Esse encontro foi, seguramente, um importante estímulo para que viesse a solicitar o passaporte no consulado de Portugal, o que de facto veio a suceder. O cônsul, porém, como diria no início do ano seguinte, não se atrevia a fazê-lo "antes de consultar as instâncias superiores". Nessa altura, o seu cunhado e o seu filho, informavam-no de uma nota do ministro do Interior a seu respeito. Estava amnistiado mas apenas até 1945. Significava isto, pensava José Domingues dos Santos, que o mesmo não sucedia no período que decorrera a partir daí. Uma coisa era certa: não aceitaria regressar aceitando "certos compromissos", como outros o haviam feito, nem qualquer reserva sobre atividades futuras. Considerava, pois, que o seu regresso ainda tardaria.[160]

---

[157] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 3 de março de 1948. Destinatário não identificado.
[158] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 13 de maio de 1948.
[159] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 13 de setembro [1948]. O destinatário, não identificado, é muito provavelmente António Resende.
[160] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 22 de janeiro de 1949. Destinatário não identificado.

JoseDominguesDosSantos.indb 217 12/10/2012 14:42

Em carta a sua mulher, José Domingues dos Santos reafirmava que os termos da nota oficiosa continham "uma ameaça clara", já que a sua atividade política, após 1945, era igual à do período anterior. Estava, pois, convencido de que, nessas circunstâncias, logo que entrasse em Portugal "seria convidado a ir fazer uma cura de repouso em qualquer das casas ou campos" que eles destinavam a "incorrigíveis" como ele.

O cônsul, que não podia passar passaporte a emigrados políticos sem autorização, há mais de quinze dias que telefonara para Lisboa para resolver o seu caso. A resposta, porém, tardava. Seria, pois, "ingenuidade manter qualquer ilusão a tal respeito". Nem tudo, porém, eram más notícias, dizia nessa carta. Estava "a trabalhar bem sob o ponto de vista comercial". Não se tratava ainda "de fazer fortuna mas de viver com decência e desafogo". Brevemente principiaria a dar-lhe "um auxílio razoável." Nem tudo era "triste"[161].

O que José Domingues dos Santos dizia a sua mulher, infelizmente para os dois, estava longe de corresponder à verdade. Ele mesmo acabaria por, implicitamente, o confirmar noutra carta a um amigo. Se a saúde não era "muito má" e o moral era "regular", continuava "atamancando a vida" como podia, "antes mal que bem". Mantinha as suas palestras na rádio, dizendo aquilo que lhe permitiam, "nos limites duma censura cada vez mais exigente". Para equilibrar o orçamento, nas horas disponíveis fazia compras para uma casa comercial de Lisboa, de que era sócio o seu correligionário e amigo Deodoro Liz de Castro. Mas, por falta de licenças de importação e de capitais, os negócios dessa casa não iam bem. Daí julgar que, brevemente, a sua missão terminaria e com ela "o magro subsídio" que lhe proporcionava.[162]

Meses mais tarde, sentindo-se com forças (a sua saúde melhorara muito após as férias) dizia estar em boa forma para dar um passeio até Portugal.[163] Em Paris, dizia, não se passava nada: a vida arrastava-se "sem cor e sem interesse, em meio de uma mediocridade alucinante"[164]. Nada o prendia a essa cidade. "Nada e ninguém." O seu coração e o seu pensamento estavam sempre na terra em que nascera e onde estavam os que amava. Porém, se regressasse nas condições em que então vivia, significava confessar implicitamente a derrota total e a sua resignação perante essa mesma derrota. Era, pois, um homem dividido entre o desejo de regressar ao seu país e à sua família e a "catástrofe política" que esse gesto para si representava, rasgando num só dia vinte e três anos de vida.

Além disso, continuava sem passaporte, que pedira por ocasião da campanha de Norton de Matos e não queria submeter-se ao "arbítrio governamental", que obrigava os amnistiados a declararem estar "integrados na ordem social estabelecida." Recusava "formalmente" essa declaração, que considerava vexatória.

Em termos pessoais, questionava, o que iria fazer em Portugal? Não atingira ainda "o ponto de saturação", que obrigava "os homens a abandonar tudo". Queria naturalmente continuar a sua atividade política. Mas isso ser-lhe-ia permitido? Certamente, não. Daí que a sua presença, "longe de ser útil" para a sua família e para os amigos,

---

[161] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a Evangelina da Silva Ramalho*, de 1 de fevereiro de 1949.
[162] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 11 de maio de 1949. Destinatário não identificado.
[163] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 15 de setembro de 1949. Destinatário não identificado.
[164] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 17 de março de 1950.

JoseDominguesDosSantos.indb 218 12/10/2012 14:42

fosse, isso sim, "um motivo constante de inquietação". Finalmente, não queria voltar a ser preso. Desses dias, já distantes, guardava "uma tão desagradável impressão" que não desejava "expor-se inutilmente a novos riscos dessa natureza"[165].

Em 1951, decidiu-se finalmente a regressar. Aguardava a decisão de um assunto em que trabalhava há oito meses. Fosse favorável ou não, regressaria.[166] O passaporte, que aguardava ansiosamente era-lhe finalmente concedido em 20 de setembro desse ano.[167] Poucos meses depois, fez uma viagem a Portugal, para visitar familiares e amigos. Por cá ficou durante cerca de dois meses.[168] O projeto de regressar definitivamente a Portugal, porém, mantinha-se. Para mais, em França falava-se nessa altura em suprimir a emissão radiofónica para Portugal, em virtude das economias que o governo de Antoine Pinay, há pouco tempo empossado, pretendia realizar. A ser assim, esperava apenas que lhe fosse paga a indemnização pelos seis anos de colaboração na Rádio. De outra forma, teria de esperar pelos 66 anos de idade, e sete da referida colaboração, que lhe garantiam a reforma.[169]

Em agosto de 1952 continuava, porém, em Paris. No mês anterior decidira passar alguns dias em frente ao monte Saint Michel, numa praia pitoresca. O mau tempo e um hoteleiro explorador fizeram-no, porém, regressar a Paris ao fim de três dias. No mês seguinte, contrariamente ao que pensara, retomava as suas emissões radiofónicas. A António Resende deu então conta de um desejo antigo: colaborar num diário do Porto. Tempos atrás, a sua colaboração em *O Primeiro de Janeiro* fora considerada impossível devido à oposição da censura. Ultimamente, dizia, a censura estava "bastante benigna". A comprová-lo, as crónicas que mandava para o diário *República*. Todas haviam sido publicadas sem cortes. Acontecia, porém, que os "rapazes" desse jornal eram amigos e simpáticos, mas não pagavam. "Nem sequer os selos." Não se arrependia mas, "por motivos" que o seu amigo compreendia, gostaria de colaborar "num jornal de maior circulação", desde que remunerassem o seu trabalho.[170]

Um acontecimento de todo inesperado iria contribuir de forma decisiva para o seu regresso definitivo a Portugal. Em 5 de maio de 1953 recebera uma carta de um amigo que não via há dezenas de anos. Manuel António Gomes emigrara em 1900 para o Brasil. Fixara-se em Manaus, onde fez fortuna. Tinha este seu amigo uma sobrinha que pretendia continuar os seus estudos musicais com um professor do Conservatório de Paris. Desejava, ainda, uma audição na Radiodifusão Francesa, "como preparação para mais largos destinos". Essa moça, com a carta de recomendação do tio, apresentou-se a 30 de maio a José Domingues dos Santos, que não descansou

---

[165] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 22 de maio de 1950.

[166] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 25 de maio de 1951. O destinatário, não identificado, é muito provavelmente António Resende.

[167] O seu passaporte (N.º 537/51, Série EG 4016) é datado de 20 de setembro de 1951. Tinha a validade de dois anos. Foi renovado em 1953.

[168] Com base nos carimbos do seu passaporte, José Domingues dos Santos entrou na fronteira de Vilar Formoso no dia 30 de dezembro e regressou a França, por Irún, em 28 de fevereiro de 1952.

[169] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 24 de maio de 1952. O destinatário, não identificado, é seguramente João Pedro dos Santos.

[170] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 20 de agosto de 1952. O destinatário, não identificado, é seguramente António Resende.

JoseDominguesDosSantos.indb 219 12/10/2012 14:42

enquanto esses desejos não foram satisfeitos. Assim foi: arranjou-lhe um professor do Conservatório e a audição da rádio. Por carta, comunicava ao seu amigo a boa nova: a 6 de junho, poderia ouvir a sobrinha através das ondas da Radiodifusão Francesa.[171] Nessa mesma carta, deixava a Manuel António Gomes esta resenha bem elucidativa da sua vida de exilado:

> "Consegui, é verdade, viver no exílio com um máximo de aprumo e dignidade, que os meus adversários reconhecem. Tenho aqui uma situação que poucos estrangeiros conseguiram. Mais sólida – e mais proveitosa – seria ainda se eu tivesse querido naturalizar-me. Mas a simples ideia dessa abdicação me repugnava. Nos meios políticos e internacionais sou recebido com a máxima consideração. Os ministros recebem-me sempre que eu o desejo e o presidente da República tem-me escrito várias vezes. Sob o ponto de vista moral, não poderia desejar melhor.
>
> Mas, sob todos os outros pontos de vista, o meu fracasso é completo. Não consegui fazer vingar as minhas ideias. E estas constituíam o objetivo máximo da minha vida. É quase certo que elas venham a vingar. Demasiadamente tarde para mim. Eu não tenho a vocação de 'precursor', embora, ao que parece, seja esse o meu destino. Paciência.
>
> Sob o ponto de vista económico, o fracasso é ainda mais completo. Sou hoje ainda mais pobre do que quando parti para o exílio. Certamente eu não procurei na política um meio de me enriquecer. Para isso eu devia guardar o escritório de advogado. Mas a política era a minha vocação e a minha tentação. O exílio não me podia enriquecer. Consegui – e à custa de muitos sacrifícios – ganhar o suficiente para viver mediocremente nesta vida cara de tentações permanentes (Não sorrias, na minha idade, as tentações são de ordem intelectual, mas estas também são caras)."[172]

Estava, pois, dizia ainda José Domingues dos Santos, em vésperas de fazer uma "tolice": abandonar uma posição de certa segurança para regressar a Portugal "em plena aventura", sem saber o que o esperava, ainda que julgasse poder recomeçar a sua vida de advogado no Porto. O futuro diria se essa nova "tolice" não viria "acarretar-lhe novos dissabores"[173].

Apesar de, em maio, ter informado António Resende que o seu regresso a Portugal aconteceria em agosto[174], a data seria adiada uma vez mais.[175] Em nova carta enviada a Manuel António Gomes, dizia que estava "*definitivamente* fixado para meados de novembro", isto é, após as eleições legislativas, que teriam lugar no dia 8. Assim evitaria "toda a espécie de complicações ou equívocos". Para liquidar os seus compromissos e preparar o seu regresso precisava, porém, de 200 mil francos (16 contos). Era esse o favor que lhe pedia. O amigo decidiria o juro que teria de pagar. Se não conseguisse pagar esse empréstimo com o seu trabalho de advogado, dava como

---

[171] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a Manuel António Gomes*, de 1 de junho de 1953.
[172] *Ibidem.*
[173] *Ibidem.*
[174] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 6 de maio de 1953.
[175] *Ibidem.*

JoseDominguesDosSantos.indb 220 12/10/2012 14:42

garantia as terras que tinha em Lavra e que um dia gostaria de transmitir aos filhos. Dele, que tão generosamente o ajudara a concluir a sua formatura em Direito, esperava agora que lhe valesse novamente.[176]

Sem impor quaisquer condições, nos inícios de outubro, Manuel António Gomes dava conta a José Domingues dos Santos que o Banco do Brasil transferira para o seu correspondente em Paris (Banque Française du Commerce Exterieur) a quantia de 100 mil francos. A transferência dos restantes 100 mil necessitava de uma nova licença, já solicitada ao corretor.[177]

Entretanto, como Manuel António Gomes recebera a carta com a notícia que José Domingues dos Santos partiria em novembro, face às restrições cambiais decretadas pelo governo brasileiro prevenia-o de que a quantia em falta talvez não chegasse a tempo.

Nessa impossibilidade, enviar-lha-ia para Portugal, em escudos ou em cheque, este também negociável em Paris. Se o cheque não chegasse a Paris até 16 de novembro, aguardaria instruções.[178]

Fosse pelo atraso da transferência, fosse por quaisquer outros motivos, certo é que José Domingues dos Santos não regressou em novembro. Em finais de janeiro de 1954 continuava ainda em Paris. A notícia do seu próximo regresso era, porém, já conhecida de muitos. Foi esse o pretexto que levou o diário *República* a enviar um jornalista (M. A.) a Paris para o entrevistar.

Impressionado com a sua "modestíssima" condição de vida, bem espelhada no "hotel barato", de um bairro popular, em que vivia (La Villette), o jornalista descrevia, deste modo, a "tebaida" de José Domingues dos Santos:

> "Uma cama vulgar, num quarto vulgar. Estantes cheias de livros. Há também uma pequena mesa, que serve de secretária, e jornais, muitos jornais. Entre eles *República*. Ao lado, uma dependência minúscula, onde se vê um fogão. É a cozinha de José Domingues dos Santos, em que ele próprio confeciona, normalmente, as sua refeições, 'porque assim é mais barato, e o dinheiro não dá para tudo'."[179]

A maior tragédia do seu exílio, confessou José Domingues dos Santos ao jornalista, foi "ter necessidade de fechar os olhos para melhor contemplar a Pátria longínqua – e contudo sempre presente". Sentir "a injustiça rodar" à sua volta, sem poder defender-se, permanecer em silêncio, quando, dentro dele, "tumultuava um mar de paixões", sentir-se só, "entre tantos". Não se apresentava "em mártir." Escolhera o seu destino. Não se arrependia. "Se fosse necessário recomeçaria."[180]

---

[176] APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a Manuel António Gomes*, de 27 de agosto de 1953. Nesta carta, retomando as considerações que fizera na anterior, repetiria que o saldo do seu exílio era negativo. Esse saldo era, porém, largamente compensado pela educação que dera aos filhos, que já não precisavam dele para viver.

[177] APJDS, *Cartas de Manuel António Gomes a José Domingues dos Santos*, de 9 de outubro de 1953.

[178] APJDS, *Cartas de Manuel António Gomes a José Domingues dos Santos*, de 7 de novembro de 1953.

[179] *República*, 26 de janeiro de 1954, p. 1. José Domingues dos Santos continuava a viver no Boulevard de la Villette, provavelmente ainda no Hotel de la Comete. O seu quarto ficava no 5.º andar. Era o n.º 15.

[180] *República*, 26 de janeiro de 1954, p. 11.

JoseDominguesDosSantos.indb 221 12/10/2012 14:42

Na hora da despedida, o histórico líder da Esquerda Democrática deixava um agradecimento público ao país que o acolhera. Era com "melancolia" que abandonava Paris, cidade onde vivera durante 27 anos, "respeitado por todos, e estimado por muitos." Sofrera aí "horas dolorosas" mas também conhecera "alguns momentos exaltantes". Admirava a França e julgava compreendê-la; por isso a amava. Desse "país de hipóstases", que alguns consideravam "inconstante como uma amorosa", diria com entusiasmo e emoção:

> "A França é a terra sagrada da liberdade, da tolerância e da cultura, em que a nota dominante é a alegria de viver. País de irradiação universal, os seus laboratórios culturais não cessam de forjar as ideias que poderão salvar o mundo. É essa a sua aspiração permanente: encontrar a fórmula de salvação que, após um dilúvio de sangue, possa reconciliar a Humanidade."[181]

[181] *República*, 26 de janeiro de 1954, p. 11.

JoseDominguesDosSantos.indb 222 12/10/2012 14:42

VI

Epílogo

Os últimos anos

(1954-1958)

O regresso definitivo de José Domingues dos Santos a Portugal deu-se em 2 de maio de 1954, dia em que desembarcou em Lisboa. A esperá-lo, no aeroporto da Portela, encontravam-se vários amigos e correligionários, nomeadamente Filipe Mendes, Jacinto Simões, Cortês dos Santos, Deodoro Liz de Castro e João Pedro dos Santos.[1]

No Porto, retomou a sua atividade de advogado, há longos anos interrompida, abrindo banca na rua Sampaio Bruno, n.º 12, 2.º, mudando-se mais tarde para o Palácio Atlântico, sala 308, à praça D. João I. Simultaneamente, embora de forma irregular, continuaria ligado ao jornalismo através do diário *República*.[2]

Quem julgava que o regresso de José Domingues dos Santos representaria a sua "reforma" política cedo se desenganou. De facto, dando corpo à ideia de organizar uma oposição "exclusivamente republicana", projeto já falado em 1950 em alguns meios oposicionistas[3], em 7 de junho de 1954, isto é, logo no mês seguinte após a sua chegada a Portugal, o seu nome surge numa circular como membro da comissão fundadora da Causa Republicana. Aí se dava conta que estava em marcha um movimento tendente à criação de uma associação política que, unindo o esforço dos republicanos, atuasse em defesa da República "fazendo a propaganda dos seus ideais e das suas instituições num amplo sentido de renovação e justiça social"[4].

No dia 5 de outubro, em carta/circular assinada por Armando Adão e Silva, afirmava-se a urgência de organizar a Causa Republicana, "à face das leis e no uso dos direitos" conferidos pela Constituição da República. Nesse sentido, apelava-se à indicação de nomes "de confiança", que pudessem vir a integrar a comissão nacional orga-

---

1 *República*, 3 de maio de 1954, p. 1.

2 Neste jornal, na rubrica "Cartas de Paris", publicara já, antes do seu regresso, alguns artigos sobre política internacional.

3 APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 17 de março de 1950.

4 Acompanhavam José Domingues dos Santos na comissão fundadora os seguintes elementos: Barbosa de Magalhães, Azevedo Gomes, Cunha Leal, Domingos Pereira, Marques Guedes, Carlos Olavo, Ramada Curto e Câmara Reis (Coleção particular).

JoseDominguesDosSantos.indb 223 12/10/2012 14:42

nizadora da Causa Republicana, que seriam assim distribuídos: "três de Lisboa, três do Porto, dois de Coimbra e mais três a seis de outros distritos do país."[5]

Em janeiro de 1955, o secretariado-geral da Causa Republicana estava já instalado.[6] No final desse mês, em nova carta/circular, desta vez assinada por José Mendes Cabeçadas (presidente do diretório provisório) e Armando Adão e Silva (secretário-geral), anunciava-se que do projeto em curso fora já dado conhecimento ao chefe de Estado, através de uma representação escrita. Era agora tempo de "fazer eleger quadros definitivos", constituindo desde logo dois órgãos essenciais: a junta consultiva e a comissão instaladora do congresso. À primeira, composta por antigos ministros e parlamentares republicanos, bem como outros democratas de reconhecido prestígio, competiria colaborar com o diretório e emitir pareceres sobre os problemas da Causa. À segunda incumbiria a elaboração do projeto de estatutos, a preparação e a instalação do congresso.[7]

Convidado a integrar a junta consultiva, José Domingues dos Santos dera resposta positiva em 13 de dezembro. Cerca de dois meses depois, em carta dirigida a Mendes Cabeçadas, confirmou a sua aceitação. Porém, porque sempre apreciara "atitudes claras e leais", não deixaria de confessar que "a missão de conselheiro" não quadrava bem com o seu "temperamento". De qualquer modo, não pretendia "esquivar-se às responsabilidades" que decorriam do seu passado político e se coadunavam com o seu "pensamento atual", posição que justificava deste modo:

> "Não pertenço ao número dos descrentes, nem dos resignados e a minha confiança no futuro da democracia permanece inabalável. Mas sei o que devo a mim mesmo e à causa que desejo servir. Ao imperativo de ação corresponde a necessidade de colaboração ativa, esclarecida e consciente."[8]

O processo organizativo da Causa Republicana, sem surpresa, acabaria (tal como aconteceria com outra iniciativa paralela da Oposição[9]) por ser travado a nível governamental: um despacho do Ministério do Interior, de 28 de junho de 1955,

---

[5] AMM (Espólio JDS, Doc. 5), *Carta/circular de Armando Adão e Silva a destinatário não identificado, 5 de outubro de 1954*. No mês seguinte, correspondendo ao referido apelo, João Pedro dos Santos enviaria a Adão e Silva uma lista com 27 nomes, dos mais representativos da Oposição em 17 distritos (IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3420, p. 12-14).

[6] Rua S. Julião, 72, 2.º Esq., Lisboa.

[7] AMM (Espólio JDS, Doc. 12), *Carta/circular de 29 de janeiro de 1955*. Destinatário não identificado.

[8] AMM (Espólio JDS, Doc. 13), *Carta de José Domingues dos Santos ao almirante Mendes Cabeçadas, 10 de fevereiro de 1955*.

[9] Por essa altura, outros oposicionistas, com destaque para Alberto Madureira, procuravam organizar a Frente Nacional Liberal e Democrata (FNLD). Presidida pelo general Ferreira Martins, a sua Comissão Central seria composta por seis membros efetivos (Alberto Madureira, Vieira de Almeida, Nuno Rodrigues dos Santos, Augusto Casimiro, Carlos Ernesto Sá Cardoso e Fernando Mayer Garção). Os estatutos da FNLD foram rejeitados em 13 de março de 1957 pelo ministro do Interior, sob o pretexto de que a sua aprovação não se mostrava "compatível com os princípios da unidade nacional e da correta formação da opinião pública em que assenta a ordem moral da Nação, importando a sua constituição ofensa do bem público" (AMM, Espólio JDS, Doc. 21).

JoseDominguesDosSantos.indb 224 12/10/2012 14:42

recusava liminarmente a aprovação dos seus estatutos.[10] Segundo Carlos Ernesto de Sá Cardoso, o ministro considerara "sediciosa" a Causa Republicana, apesar de então existir legalmente a Causa Monárquica.[11]

Falhada a Causa Republicana, os oposicionistas ficavam limitados às inócuas representações da Comissão Promotora do Voto, organização criada por iniciativa de António Sérgio, cuja finalidade era "obrigar o governo a conceder condições mínimas necessárias para umas eleições livres e honestas e, ao mesmo tempo, criar interesse nos cidadãos pelos atos eleitorais"[12].

À margem das várias tentativas de organizar uma Oposição que continuava a dar fortes sinais de desavença, as datas de 31 de janeiro e 5 de outubro marcavam anualmente um período de tréguas e até de alguma comunhão de ideias. Um pouco por todo o país, essas datas eram lembradas, sobretudo a segunda. O Porto ficava praticamente com a exclusividade das comemorações da primeira. José Domingues dos Santos, sempre que a sua saúde o permitiu, e o governo não impediu, marcou presença nas respetivas sessões solenes, colaborando também em números especiais do diário *República*.[13] Logo em 1954, participou nas comemorações do 5 de Outubro, em Coimbra, tendo sido um dos oradores da sessão solene que se realizou no Teatro Avenida.[14] A memória jornalística dessa sessão não foi localizada; há, porém, um relatório da PIDE, a testemunhar essa comemoração, que teve como principal organizador o advogado conimbricense Fernando Lopes.[15]

No Porto, como se dizia no *Diário de Lisboa*, as comemorações do 5 de Outubro fizeram-se, durante anos "de forma quase discreta". Não foi assim em 1955. De facto, o que então se passou "fez recordar um pouco o passado, pelo ruído e vibração, entusiasmo e fé republicana das massas populares, que tiveram possibilidades de se reunir em redor de algumas figuras notáveis da República, para come-

---

[10] Compunham-se esses estatutos de 41 artigos, distribuídos por nove capítulos. A Causa Republicana autodefinia-se como "uma associação política, sem caráter de partido", defensora de "uma República Unitária, nacional, pacífica e civilizadora". Dela faziam parte os seguintes órgãos: congresso, diretório (com secretariado-geral), junta consultiva, comissão instaladora do congresso, comissões distritais, concelhias e de freguesia e comissões de propaganda (AMM). Apesar da reprovação dos estatutos, os seus organizadores continuaram a lutar pelo reconhecimento oficial. Em janeiro de 1957, José Magalhães Godinho, um dos redatores dos estatutos, era referenciado pela PIDE como um dos subscritores de uma representação ao presidente da República, que procurava sensibilizá-lo para a legalização da Causa Republicana (José Magalhães Godinho – *Pedaços de uma vida*, Lisboa, Pégaso Editores, 1992, p. 239).

[11] Sá Cardoso, *Memória duma época e apontamentos políticos*, Edição do autor, Lisboa, 1973, p. 177.

[12] Sá Cardoso, *op. cit.*, p. 168.

[13] Neste jornal, a propósito da efeméride da proclamação da República, publicou José Domingues dos Santos os seguintes artigos: "O 5 de Outubro – Ainda e sempre festa nacional" (4-10-1954, p. 16); "Os gigantes do passado" (4-10-1956, p. 17); "A voz do passado e… O apelo do futuro" (4-10-1957, p. 12 e 17.

[14] AMM, Espólio JDS, Doc. 94 (Texto manuscrito, e integral). No início da sua intervenção, José Domingues dos Santos dizia ser Coimbra a segunda cidade portuguesa em que publicamente usava da palavra após o seu exílio. A primeira vez aconteceu, muito provavelmente, na véspera, 4 de outubro, num banquete de confraternização republicana, que a imprensa não noticiou. O banquete, porém, realizou-se, tal como consta de um relatório policial (IAN/TT, PIDE/DGS, SC Proc. 989, E/GT – NP 1454, p. 10).

[15] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. C. PI 1503 – UI 4443, p. 1-3. Na página 1 do relatório há um pequeno resumo da intervenção de José Domingues dos Santos.

JoseDominguesDosSantos.indb 225 12/10/2012 14:42

morar o advento do regime"[16]. José Domingues dos Santos era uma dessas figuras. Marcou presença no banquete de confraternização republicana e na sessão de encerramento, no Coliseu, a que presidiu António Luís Gomes, membro do Governo Provisório, em 1910.

No ano seguinte, o Porto voltou a celebrar, com grande ardor republicano, as referidas datas. As sessões solenes que as recordavam foram presididas respetivamente, pelo capitão Tibério José Teixeira (sobrevivente da histórica revolta de 31 de Janeiro)[17] e por António Luís Gomes. Em ambas as sessões, realizadas novamente no Coliseu, perante numerosa assistência, discursou José Domingues dos Santos.[18] Em 1957, participou apenas na sessão comemorativa do 31 de Janeiro, então presidida por António Sérgio.[19]

Em 8 de maio desse ano, dia em que completava 70 anos, por iniciativa de uma comissão de que faziam parte Hélder Ribeiro, Miguel Ferreira, Mário Cal Brandão, Veiga Pires, Eurico Felgueiras e Artur Oliveira Valença[20], mais de trezentos democratas, de vários pontos do país, prestaram-lhe uma sentida homenagem. Inicialmente marcado para o restaurante do Café Palladium, o número de inscritos obrigou a que o banquete, presidido por Hélder Ribeiro, viesse a realizar-se no Grande Hotel Império, à praça da Batalha, no Porto. Usaram da palavra Gustavo Soromenho, Veiga Pires, Manuel Paulino Gomes, Fernando Lopes e Eduardo Cruz, além de, naturalmente, Hélder Ribeiro (no início dos discursos) e do homenageado (no fim).[21]

Ainda em maio, no dia 25, nova homenagem teria lugar, desta vez em Lisboa. O jantar, de âmbito mais restrito, decorreu num restaurante da Baixa. Foi presidido pelo almirante Quintão Meireles.[22]

Pouco depois, alguns setores republicanos fizeram nova tentativa para se federarem numa organização reconhecida legalmente, sob a designação de Diretório Democrato-Social.[23] Desse projeto, seguramente falado durante o referido jantar de

---

[16] *Diário de Lisboa*, 6 de outubro de 1955, p. 13. Em Lisboa, só no ano seguinte é que o 5 de Outubro voltaria a ser condignamente comemorado, quebrando-se, finalmente, "o silêncio claustral sobre a República" (Sá Cardoso, *Memória duma época e apontamentos políticos*, p. 180).

[17] Em 1891, Tibério José Teixeira era 2.º sargento do Regimento de Infantaria 22.

[18] *República*, 1 de fevereiro de 1956, p. 1; 6 de outubro de 1956, p. 9-10.

[19] *República*, 1 de fevereiro de 1957, p. 6.

[20] *República*, 18 de abril de 1957, p. 1. A homenagem teve, porém, em Adalberto Claro Chaves o seu principal promotor. O próprio José Domingues dos Santos o reconhecerá, numa carta que lhe escreve em 13 de maio. Quanto à comissão organizadora da homenagem, Adalberto Claro Chaves, em carta enviada a João Pedro dos Santos, e datada de 17 de abril, afirma que era composta por Hélder Ribeiro, Miguel Ferreira, Veiga Pires, Carlos Cal Brandão, António de Macedo, Eurico Felgueiras, Ernesto Ferreira da Silva e Artur de Oliveira Valença (IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1187 SR – NT 3472, p. 6-7).

[21] *República*, 9 de maio de 1957, p. 1 e 6.

[22] *República*, 26 de maio de 1957, p. 1 e 12.

[23] A primeira reunião dos promotores do Diretório Democrato-Social teve lugar em Coimbra, em casa de Fernando Lopes (Vasco da Gama Fernandes, *Depoimento Inacabado - Memórias*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1975, p. 163). Presidido inicialmente por Azevedo Gomes, à sua frente ficou Jaime Cortesão logo que este veio do exílio (outono desse ano). Aí se acolheu a Oposição não comunista, desde os setores republicanos conservadores até à resistência Republicana e Socialista, de Piteira Santos e Mário Soares.

JoseDominguesDosSantos.indb 226 12/10/2012 14:42

25 de maio, foi dado conhecimento oficial ao ministro da Presidência, em 19 de julho. No mês seguinte, em representação datada de 8 de agosto[24], o Diretório Democrato-Social dava conta desta nova iniciativa cívica ao presidente da República, general Craveiro Lopes, a quem apelava para que à palavra *República*, no que ela encerrava de "conceito ideológico superior", fosse "finalmente atribuído o rigoroso significado que lhe pertence". José Domingues dos Santos era um dos subscritores.[25]

Aproximando-se as eleições legislativas de 3 de novembro, o Diretório Democrato-Social afirmava o desejo de "milhares de eleitores não governamentais" estarem presentes nesse ato. Daí colocarem o problema das "garantias" que seriam oferecidas aos eleitores e aos candidatos. E para que não se obnubilasse o que acontecera anteriormente, recordavam a Craveiro Lopes o que se passara nas eleições de 1953, em Lisboa, Porto e Aveiro, deixando um voto muito claro:

> "Torna-se indispensável que não volte a ser possível praticar irregularidades como as registadas então e, mais que irregularidades, que o estado de espírito doloso e de baixa condição moral verificado seja de todo varrido dos atos cívicos que, acima de tudo, valem, como aquele, para índice aferidor da educação do povo português."[26]

As garantias dadas pelo presidente da República (se é que foram dadas) nunca passariam, obviamente, de aspetos meramente formais, que o governo, aliás, dizia cumprir. Procurou, pois, o Diretório Democrato-Social, indo "ao encontro da oportunidade" oferecida pelo ato eleitoral, efetivar alguns "propósitos de orientação e coordenação", no sentido de prosseguir, "com proveito cívico, a luta cívica inspirada nos princípios da Democracia Social". Nesse sentido, decidiu organizar "comissões de candidatura" onde se julgasse "aconselhável a concorrência às urnas". Duas dessas comissões foram formadas em Lisboa e no Porto, a quem competia preparar a lista de candidatos e delinear programas, que seriam posteriormente apresentados "à sanção última" do Diretório Democrato-Social.[27]

Em agosto, as comissões de candidatura iniciaram os trabalhos preparatórios[28]. A 4 de setembro, discutiram-se os critérios a que devia obedecer a constituição das listas. A comissão de candidaturas propunha que nelas não se incluíssem os candidatos de 1953, bem como – para evitar "críticas sistemática e intencionalmente feitas

---

[24] A representação só seria efetivamente entregue a 11 de setembro. O atraso na entrega do documento era justificado pela "dispersão própria" dessa "quadra" (IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, p. 41).

[25] IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, p. 41.

[26] IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, p. 40.

[27] AMM (Espólio JDS, Doc. 100).

[28] As duas comissões de candidatura eram assim constituídas: Porto – Eduardo Ralha, Júlio Semedo, Mário Cal Brandão, Artur de Oliveira Valença, Ernesto Viriato Passos Ferreira da Silva, António Veloso de Pinho, Alberto Saavedra, Fernando Azeredo Antas e Manuel de Sousa Dias (IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, p. 45); Lisboa – Azevedo Gomes, Vieira de Almeida, Moreira de Campos, Carlos Pereira, Carlos Ernesto de Sá Cardoso, Mayer Garção, Acácio Gouveia, Nuno Rodrigues dos Santos, Fernando Homem de Figueiredo e José Hipólito dos Santos (*Diário de Lisboa*, 20-10-1957, p. 1).

JoseDominguesDosSantos.indb 227 12/10/2012 14:42

pelo governo" – candidatos com projeção política no passado. Até porque, diziam, era "facto notório" que os portugueses queriam libertar-se da ditadura mas não desejavam o regresso à situação política anterior a 28 de Maio de 1926. Daí a abstenção de escolha desses candidatos ou, pelo menos, a sua redução "ao mínimo"[29].

Com base nestes critérios, e nos aditamentos propostos por grupo de dez elementos presentes nessa assembleia, a escolha dos candidatos do distrito foi feita em nova reunião que, tal como a anterior, teve lugar na praça Carlos Alberto, 92, 1.º, antiga sede do histórico Centro Republicano Democrático do Porto.

Nessa reunião, realizada na semana seguinte (11 de setembro), foram apresentados os nomes de 36 candidatos. A assembleia escolheu estes 10: António Macedo (advogado), Armando da Costa Lima (médico), Artur Santos Silva (advogado), Carlos Ramalhão (médico e professor universitário), José Domingues dos Santos (advogado), Carlos Cal Brandão (advogado), Hélder Ribeiro (coronel reformado), Luís Veiga (advogado), Olívio França (advogado) e um representante (a designar) dos estudantes universitários.[30] A lista apresentada oficialmente, e dada a conhecer numa sessão pública, realizada no Coliseu do Porto, a 24 de outubro[31], privilegiava, pois, o critério que previa a apresentação de candidatos pouco ou nada conotados com os antigos partidos políticos.[32]

Impossibilitados de concorrer em Lisboa[33], sob alegação de que a lista entrara fora de prazo, decisão que o Supremo Tribunal Administrativo confirmaria, no Porto e em Aveiro a Oposição também não foi a votos. Outras candidaturas, entretanto ponderadas, acabaram também por não avançar.[34]

Pretendiam os candidatos do Porto que o ato eleitoral fosse adiado uma semana, de modo a poderem copiar os cadernos eleitorais e a estabelecer uma fiscalização eficaz do ato eleitoral. O pedido foi enviado, por telegrama, ao presidente da República, que, como era previsível, não o atendeu. Daí a decisão de retirarem a lista e de se abste-

---

[29] IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, p. 44.

[30] IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, p. 46-47.

[31] IAN/TT, PIDE/DGS, SC Proc. 989, E/GT – NP 1454, p. 11.

[32] Os nomes que constavam da lista definitiva eram os seguintes: Mem Verdial, Artur de Oliveira Valença, Artur Santos Silva, Manuel Coelho dos Santos, Augusto César de Barros, Amadeu Morais, Jaime Vilhena de Andrade, Artur Vieira de Andrade, Pedro Veiga e Rodrigo Teixeira Mendes Abreu (Manuel Braga da Cruz, "A oposição eleitoral ao Salazarismo", in *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 2.º Vol., Coimbra, 1983, p. 734).

[33] A lista oposicionista em Lisboa refletia uma forte influência da nova direção da *Seara Nova* e da Comissão Cívica Eleitoral (próxima do PCP). Tinha a seguinte composição: Ferreira Martins, Lídia da Fonseca, M. J. Palma Carlos, Rui Cabeçadas, Câmara Reis, Rogério Paulo, Manuel Sertório, Arlindo Vicente, Nikias Skapinakis, José da Cruz Ferreira, Domingos Carvalho e Óscar dos Reis Figueiredo (Manuel Braga da Cruz, "A oposição eleitoral ao salazarismo", in *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 2.º Vol., p. 734).

[34] Independentemente da decisão do Diretório Democrato-Social, chegaram a ser ponderadas as seguintes candidaturas: no Porto, Silas Cerqueira e Artur Andrade; em Faro, M. Campos Lima; em Setúbal: Manuel Antunes, Manuel Paulino Gomes, Pinto Gonçalves e Manuel Cabanas (IAN/TT, Proc. 3182 SR – NT 2401, p. 279-280).

JoseDominguesDosSantos.indb 228 12/10/2012 14:42

rem de votar.[35] Em Aveiro[36], a renúncia aconteceria apenas na véspera do ato eleitoral, justificada por ter sido indeferido um requerimento ao ministro do Interior, Trigo de Negreiros, em que se pedia "o mínimo de condições reputadas necessárias"[37].

Em Braga, pelo contrário, os candidatos oposicionistas levaram a candidatura até ao fim. Justificavam essa decisão com o argumento de contribuir "para despertar o eleitorado da indiferença pela Coisa Pública em que o lançaram". Com a ida às urnas, acrescentavam, contribuiriam para que todos exercessem "o seu direito de intervir na vida da Nação", levando-os, portanto, a cooperar "ativamente na resolução dos problemas do povo português". Se todos acorressem às urnas, não haveria forças que detivessem a "vontade avassaladora" do povo. Como deputados independentes seriam "os intérpretes sem medo" até das "queixas dos situacionistas", que tantas vezes discordavam das medidas governamentais mas não tinham modo de fazer ouvir a sua voz porque os deputados da União Nacional se calavam, vinculados que estavam "pelos seus compromissos políticos com o governo"[38].

A Oposição, porém, não chegaria, uma vez mais, a ter assento na Assembleia Nacional. Em Braga, como era de esperar, os resultados foram muito modestos.[39] O fracasso político de todo este processo levaria, anos depois, Mário Soares a afirmar que "a função específica do Diretório Democrato-Social limitava-se a pouco: ao comentário crítico dos passos mais significativos da vida nacional, expresso geralmente em representações ao presidente da República, assaz respeitosas, aliás"[40].

Tal como Mário Soares e outros democratas, José Domingues dos Santos percebeu que o Diretório Democrato-Social nunca conseguiria federar os vários setores republicanos, que, mais de 30 anos passados sobre o 28 de Maio, teimavam em não criar condições para cicatrizar velhas feridas. Daí que – à margem das conversações que decorriam entre o Diretório Democrato-Social e a Comissão Cívica Eleitoral,

---

[35] *Diário de Lisboa*, 2 de novembro de 1957, p. 9. A decisão do Diretório Democrato-Social foi tomada numa reunião realizada no Porto, em 28 de setembro. Não houve, porém, unanimidade: dos 25 elementos presentes, 20 votaram a favor; cinco votaram contra (IAN/TT, Proc. 3182 SR – NT 2401, p. 279).

[36] Da lista oposicionista de Aveiro faziam parte: Manuel Neves, Virgílio Pereira da Silva, Júlio Calisto, Alfredo Magalhães, Costa Pereira e Manuel Pato (Manuel Braga da Cruz, "A oposição eleitoral ao salazarismo", in *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 2.º Vol., p. 734).

[37] *Diário de Lisboa*, 2 de novembro de 1957, p. 9. As condições em que os candidatos oposicionistas se apresentavam aos eleitores eram, de facto, bem inferiores às concedidas aos candidatos da União Nacional. A título de exemplo, diga-se que em Braga desistiram de utilizar os serviços do Rádio Clube Português porque, além de terem de pagar as transmissões radiofónicas (situação que o RCP dizia ser extensiva à UN), estava-lhes vedado o período das 21 às 24 horas, que era exclusivo da União Nacional (*Diário de Lisboa*, 24-10-1957, p. 3).

[38] *Diário de Lisboa*, 25 de outubro de 1957, p. 7.

[39] Em Braga, os candidatos oposicionistas obtiveram 5151 votos (8,49%), num universo de 60 644 votantes (Filipa Sousa Lopes, *Momentos da oposição em Famalicão* (*Dos finais da década de vinte aos anos cinquenta*), Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2004, p. 153). A lista tinha a seguinte composição: Luís Caseiro, José Justino Amorim, Eduardo Pereira Santos, Francisco Pinto Rodrigues, Guilherme Branco e Joaquim Borga (Manuel Braga da Cruz, "A oposição eleitoral ao salazarismo", in *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 2.º Vol., p. 734).

[40] Mário Soares, *Portugal amordaçado – Depoimento sobre os anos do Fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 196-197.

JoseDominguesDosSantos.indb 229 12/10/2012 14:42

tendo em vista encontrar um candidato único às eleições presidenciais[41] – iniciasse o processo de reunião dos antigos partidos republicanos sob a bandeira do histórico PRP. Nesse sentido, contactou Manuel Serras, membro da junta consultiva desse partido. Pretendia José Domingues dos Santos constituir uma comissão composta de representantes do Partido Democrático (nome como era geralmente designado o Partido Republicano Português), Partido Republicano da Esquerda Democrática, Ação Republicana, Partido Nacionalista e União Liberal Republicana. Posteriormente, numa reunião magna, a realizar no Porto, escolher-se-ia um novo diretório para o reunificado PRP.[42]

Nos inícios de janeiro, Manuel Serras deu conhecimento desse projeto aos elementos do diretório do PRP. Eduardo Santos Silva foi o único que, até 11 de janeiro, não dera qualquer resposta.[43] Manuel Serras contava, porém, que fosse negativa.[44] Se essa resposta chegou, não se sabe. Sabe-se, sim, que logo a 14 de janeiro, o diretório do PRP credenciou Manuel Serras e Alfredo Guisado (também membro da junta consultiva) para representarem esse partido na comissão incumbida de proceder à sua reorganização.[45]

O projeto de reunificação partidária não tardou a transpirar e desde logo surgiram algumas "manobras de diversão", alegadamente protagonizadas por elementos do PRP, que também estariam a desenvolver diligências no mesmo sentido. Este facto levou o diretório desse partido a divulgar um "esclarecimento", que a censura, porém, não deixou publicar[46]; no referido documento, o PRP dava conta que ignorava essas diligências, acrescentando que quaisquer trabalhos nesse sentido não poderiam "ser feitos sem o seu conhecimento e sem a sua sanção"[47]. Segundo Manuel Serras, o "assalto" ao partido (cujo diretório acusava de inércia) parecia "encomendado pela Polícia com fins desagregadores". Daí a necessidade de se estabelecer contactos em Viseu e em dois distritos "vitais", Coimbra e Porto.[48]

Em 7 de fevereiro, em carta enviada a Rodrigo de Abreu, de Viana do Castelo, João Pedro Santos dava-lhe conta da iniciativa de José Domingues dos Santos, reafirmando a ideia de reagrupar "todos os republicanos, e só *republicanos*, do país, sob a bandeira do velho PRP"[49]. Se a ideia resultasse, prestar-se-ia "um grande serviço à

---

[41] A primeira reunião, com essa finalidade, entre as duas organizações oposicionistas ocorreria em Lisboa, na sede da *Seara Nova*, em 19 de novembro de 1957 (José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política,* Vol. 3: *O prisioneiro* (*1949-1960*), Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 578).

[42] AMM (Espólio JDS, Doc. 99).

[43] AMM (Espólio JDS, Doc. 47).

[44] AMM (Espólio JDS, Doc. 36).

[45] AMM (Espólio JDS, Doc. 43).

[46] AMM (Espólio JDS, Doc. 65).

[47] AMM (Espólio JDS, Doc. 54). O documento é assinado por três membros do diretório: Carlos Olavo, Santiago Prezado e Manuel Duarte.

[48] AMM (Espólio JDS, Doc. 69). Segundo Manuel Serras, Viseu era o distrito "mais forte, onde o PRP se encontrava "completamente organizado" (AMM, Espólio JDS, Doc. 36).

[49] Noutra carta, datada de 21 de fevereiro, sem indicação de destinatário, João Pedro Santos reafirmava a rejeição de quaisquer pactos fora do âmbito republicano, ao escrever: "Por mim, e já por mais de uma vez o tenho afirmado em várias reuniões, os republicanos têm de marchar *sós*, não se deixando arrastar por manobras daqueles que não tendo forças se querem servir das nossas para o seu 'joguinho.' Eu sou contra

JoseDominguesDosSantos.indb 230 12/10/2012 14:42

Causa, criando-se uma força construtiva e representativa", que poderia apresentar-se "à Nação, como penhor" que o poder não cairia "na rua"[50].

Em fevereiro, tendo como pano de fundo as eleições presidenciais, dois republicanos, João da Maia Nogueira e Francisco José Cardoso Júnior, tentaram organizar um almoço, em Lisboa, que juntasse algumas das personalidades mais marcantes da Oposição, nomeadamente Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, António Sérgio, Eduardo Santos Silva, Cunha Leal e José Domingues dos Santos.[51] Em alguns meios dizia-se que se pretendia fazer aí a reconciliação entre os dois últimos.[52]

Desconhece-se se o almoço foi, ou não, realizado. O que se sabe é que, no dia 22 de fevereiro, José Domingues dos Santos não esteve em Lisboa, por se encontrar doente há já várias semanas. Mas mesmo que assim não fosse, era improvável que comparecesse ao almoço, atendendo à presença de Eduardo Santos Silva, um dos republicanos históricos que não marcaram presença na referida homenagem que lhe foi prestada em 8 de maio, no Porto. O conflito entre os dois, que o tempo não apagou, remontava, como se disse, a 1920, por alturas da constituição do Núcleo Republicano Regionalista do Norte. Prova de que a presença de Eduardo Santos Silva era incómoda é a carta de um dos organizadores do dito almoço. Nessa carta, datada de 5 de fevereiro, Cardoso Júnior confessa-se surpreendido com o convite que fora endereçado ao republicano portuense, interrogando: "Por quem foi feito? Com que legitimidade?"[53]

Quanto ao processo em curso, a 18 de fevereiro, Manuel Serras dava conta a João Pedro Santos que elaborara algumas notas, a título pessoal, que poderiam servir para "dar uma ideia" das bases que José Domingues dos Santos iria redigir.[54] Nessas notas, após nomeação dos delegados dos vários partidos, Manuel Serras propunha a seguinte metodologia: 1) Apresentação de uma lista com nomes e moradas dos filiados dos vários partidos que se haviam comprometido a aderir ao PRP; 2) Apresentação de outra lista com os nomes dos filiados propostos para as várias comissões do PRP em todo o país; 3) Realização dos ajustamentos necessários, de forma a que nas comissões todos os antigos partidos ficassem representados; 4) Escolha, para as comissões, de elementos de reconhecida influência política, sem preocupação de número; 5) Submissão dos mapas das comissões à aprovação dos diretórios de todos os partidos ou dos seus representantes legais; 6) Elaboração de uma ata, considerando extintos os partidos, com exceção do PRP, cujo diretório daria posse a todas as comissões e ao próprio diretório nomeado em sua substituição; 7) Elaboração, pelo novo diretório, de uma nova lei orgânica, a submeter a todas as comissões do partido.[55]

Relativamente à escolha do novo diretório, Manuel Serras não adiantava qualquer metodologia. Recordava, todavia, que dos membros eleitos no congresso de junho de 1925 só havia três que continuavam vivos: António Tavares Ferreira, Filémon de

---

a chamada *unidade*. Sou pela unificação de todos os republicanos, *e só republicanos*, sem quaisquer entendimentos, por mais leves, com totalitários da direita ou da esquerda" (AMM, Espólio JDS, Doc. 61).

50 AMM (Espólio JDS, Doc. 62).

51 AMM (Espólio JDS, Doc. 56).

52 AMM (Espólio JDS, Doc. 62).

53 AMM (Espólio JDS, Doc. 51).

54 AMM (Espólio JDS, Doc. 53).

55 AMM (Espólio JDS, Doc. 39).

JoseDominguesDosSantos.indb 231 12/10/2012 14:42

Almeida e Manuel Pinto de Azevedo. O segundo nunca fora chamado à efetividade, por se ter ausentado para o estrangeiro; o último manifestara oportunamente o desejo de não continuar no diretório. Daí que o único que então ocupava, de direito, o lugar no diretório fosse António Tavares Ferreira. Os outros membros em funções, Eduardo Santos Silva, Santiago Prezado, Carlos Olavo e Manuel Duarte, haviam sido cooptados em maio de 1951 pelo diretório que então estava em funções e que se compunha apenas de quatro membros.[56]

Para dar andamento aos trabalhos, em carta de 6 de abril de 1958, Manuel Serras propunha a José Domingues dos Santos um encontro dos vários delegados dos partidos. Esse encontro realizar-se-ia, em sua casa (rua do Barão, 5, 4.º d.to, Lisboa), nos dias 19 e 20 desse mês, das 15 às 20 horas. Pedia-lhe, porém, que elaborasse a agenda dos trabalhos.[57]

No dia 9 desse mês, em nova carta a José Domingues dos Santos, Manuel Serras mostrava-se desolado com o resultado do encontro entre Azevedo Gomes e o nacionalista Pedro Pita. Este escrevera aos seus correligionários Alberto Jordão e Maldonado de Freitas; objetava, porém, que "não poderia obrigá-los a fazer" o que estava em curso. Para Manuel Serras, ou Pedro Pita "não compreendeu bem o que se pretendia" ou então, como considerava extinto o PRN, considerava que as pessoas em causa não podiam representar uma coisa que já não existia. Daí que, em seu entender, melhor seria que José Domingues dos Santos os convidasse a título individual, "dispensando-se qualquer credencial ou formalidade"[58].

O estado de saúde de José Domingues dos Santos impediu-o, uma vez mais, de estar presente em Lisboa nas referidas datas. Em carta de 23 de abril, propunha a Manuel Serras novas datas: 10 e 11 de maio. Na resposta, em 27 de abril, Manuel Serras dizia-lhe que, por sugestão de João Pedro Santos, e de modo a evitar a subida de vários andares, o encontro passaria para o escritório de Nuno Simões.[59] Essa reunião, porém, ficou uma vez mais sem efeito. Assente estava já que, na comissão reorganizadora, o PRED estaria representado por José Domingues dos Santos e Manuel Paulino Gomes, o PRP por Alfredo Guisado e Manuel Serras e a Ação Republicana por Hélder Ribeiro e Vasco Morgado. Após novos contactos com Pedro Pita, ficara decidido que o PRN se faria representar por Alberto Jordão e Custódio Maldonado de Freitas. Pela parte da *Seara Nova*, Jaime Cortesão (que havia sido contactado por Manuel Serras e por João Pedro dos Santos), mostrou-se também recetivo à ideia da unificação e nesse sentido se comprometeu a consultar os seus companheiros.[60]

---

[56] Eram eles Domingos Pereira, Daniel Rodrigues, José dos Santos e Tavares Ferreira. Os três primeiros já não eram vivos em 1958, tal como Sousa Coutinho, que também foi cooptado em maio de 1951 (AMM, Espólio JDS, Doc. 39). Em janeiro de 1958, a junta consultiva do PRP era composta por Alfredo Guisado, Barbosa de Magalhães, Agatão Lança, Alfredo de Sousa, Alberto Dias Pereira, Manuel Serras, Delfim Costa, Manuel Gaspar de Lemos e Francisco António de Paula (AMM, Espólio JDS, Doc. 55).

[57] AMM (Espólio JDS, Doc. 45).

[58] AMM (Espólio JDS, Doc. 38).

[59] AMM (Espólio JDS, Doc. 46).

[60] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 1, *Carta de Manuel Paulino Gomes a António Resende*, de 23 de fevereiro de 1959.

JoseDominguesDosSantos.indb 232 12/10/2012 14:42

A saúde de José Domingues dos Santos era, porém, cada vez mais precária, impedindo-o de se deslocar a Lisboa; ficava, pois, adiado *sine die*, o trabalho de reunificação partidária.[61]

Em abril, no seu escritório de advogado, recebeu um jornalista do *República*, a quem declarou seguir "com interesse e simpatia" a candidatura de Humberto Delgado, acompanhando, pois, a posição do Diretório Democrato-Social, de que continuava dirigente.[62]

Essa sua última entrevista é, de certa forma, o seu testamento político. Tudo o que de mais substantivo marcou a sua vida política, isto é, o seu irrevogável compromisso com a democracia, se encontra aí. Reafirmando a necessidade de dar novamente a palavra ao povo, restituindo-lhe "a posse plena dos seus direitos", José Domingues dos Santos denuncia sem sofismas o regime de partido único. Era preciso, dizia, colocar o problema da existência de partidos políticos, sem "a menor restrição à sua livre formação". Em sua opinião, os partidos políticos "devem ser o laboratório constante de informação e de estudos, fornecendo, pelo confronto dos seus programas, toda a substância da atividade nacional".

No final da entrevista, deixava uma mensagem muito clara, que era simultaneamente um aviso, tanto para o regime como para a Oposição:

> "O problema essencial da nossa época consiste em dotar o Estado com instituições democráticas, com instituições tais que as tornem intangíveis, ordenadas e eficazes.
>
> Isso só resultará do estudo paciente, aturado, técnico e científico. Não pode ser obra de improvisação: esta só conduz à aventura e à demagogia."[63]

Em 16 de agosto de 1958, com 71 anos de idade, José Domingues dos Santos falecia na sua modesta casa, no n.º 353 da rua do Paraíso, no Porto. O seu corpo, que esteve em câmara ardente na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, de que era sócio benemérito, seguiu no dia seguinte, em funeral civil, para o cemitério de Lavra, sua terra natal.

---

[61] No início de agosto, o assunto era retomado por Manuel Serras, que escrevia: "Como está passando de saúde o nosso amigo dr. J. D. dos Santos? Quando lhe escrever não se esqueça de dizer-lhe que de todo o coração faço votos pelas suas melhoras. E, se não vir nisso inconveniente, peça-lhe para que lhe dê a si todos os elementos de que disponha para prosseguirmos nos trabalhos de que tomou a iniciativa." (APJDS, *Carta de Manuel Serras a João Pedro dos Santos,* de 1 de agosto de 1958. Após um longo compasso de espera, motivado pelo falecimento de José Domingues dos Santos, no ano seguinte, Manuel Paulino Gomes iniciou contactos com outros correligionários, no sentido de saber se, "nessa qualidade", deveria continuar a falar "com os representantes dos outros Partidos Constitucionais" (IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3420, p. 1). Da continuação dessas diligências, se as houve, nada se sabe. Porém, o projeto de reunificação sob a bandeira do velho PRP nunca chegaria a concretizar-se.

[62] *República*, 25 de abril de 1958, p. 1 e 6. Sobre a posição inicial do Diretório Democrato-Social nas eleições presidenciais de 1958, veja-se a "Introdução" de Iva Delgado ao Vol. XVII, n.º 67 da *Nova Renascença*, outono de 1997, p. 707-718.

[63] *República*, 24 de maio de 1958, p. 1.

JoseDominguesDosSantos.indb 233 12/10/2012 14:42

Apêndice documental

JoseDominguesDosSantos.indb 235 12/10/2012 14:42

1. Seminarista

Em dezembro de 1904, num número único dedicado à Imaculada Conceição, José Domingues dos Santos, então aluno do Seminário Maior do Porto, num número único dedicado à Imaculada Conceição, publicou um texto que, anos mais tarde, seria reproduzido, com grande destaque de primeira página, num semanário portuense. Tudo servia para este jornal (e não só) atacar uma figura em ascensão no PRP.

À IMACULADA CONCEIÇÃO

Quando o mar não tinha vagas nem a sua face copiava o brilho das estrelas; quando a terra era ainda um caos sem montes e sem abismos, sem primaveras e sem flores, sem aves e sem searas; quando finalmente o homem não existia senão na mente do Criador, já a Virgem Maria estava predestinada para ser a pérola mais brilhante que sairia das mãos do Omnipotente, a única criatura que não seria contaminada pelo hálito infernal da serpente sedutora. E quando mais tarde rebentou no Éden a terrível tempestade do pecado que arrastou o homem das alturas da imortalidade aos abismos desse cativeiro humilhante a que foi acorrentada a humanidade por espaço de quarenta séculos, foi ela a luz que brilhou naquele caos em que o próprio Adão se tinha sepultado, a estrela de bonança que raiou da tempestade. A partir deste momento é ela a esperança e o sonho de ventura de todos os povos, a inspiração de todos os profetas que, cantando as suas virtudes e contemplando as suas prerrogativas de Mãe de Deus e Esposa dileta do Altíssimo, são o alento e o amparo dos corações mergulhados em luto e cheios de contínuos receios. Mas depois que as promessas se converteram em realidade, é então que ela nos aparece na sua escultural beleza, sublime de dedicação e sofrimento. Mãe extremosa, vela os primeiros passos da vida de Jesus, sujeita-se às durezas dum exílio para o livrar da fúria de Herodes e daí segue-o passo a passo em todas as fases da sua vida até às longas peregrinações da Evangelização e à assombrosa tragédia do Calvário. É aqui principalmente que ela se mostra verdadeiramente sublime de resignação e sofrimento como em toda a sua vida fora exemplar perfeitíssimo das mais heroicas virtudes.

A posteridade que as contempla prorrompe em hinos de admiração e louvor para com tal Mãe e Rainha. De facto tem sido ela a inspiradora de uma plêiade de sábios e apologetas que empregaram o melhor do seu talento em defender e exalçar as suas prerrogativas e excelências. A poesia canta-a em líricas inspiradas, a pintura retrata-a em célebres e formosíssimos quadros, a escultura insculpe-a em estátuas admiráveis, a arquitetura levanta-lhe edifícios que têm feito o assombro das gerações, a eloquência consagra-lhe os seus discursos mais primorosos e até a música lhe reserva as suas composições mais belas e harmoniosas. É agora que se comemora o quinquagésimo

JoseDominguesDosSantos.indb 237 12/10/2012 14:42

aniversário da definição dogmática da sua Conceição Imaculada, a mais alta prerrogativa desta Virgem singular, a pérola mais brilhante do seu diadema de Rainha, todo o orbe católico se alvoroça e por toda a parte se celebram festas estrondosas para honrar condignamente mais este milagre da omnipotência divina. Celebremos também nós, que somos portugueses e católicos, com verdadeiro entusiasmo e sincera devoção, mais esta glória da nossa Mãe e Padroeira.

Fonte: *A Verdade*, 8 de dezembro de 1923

2. Publicista

Durante a I República, a atividade jornalística de José Domingues dos Santos esteve praticamente limitada ao diário portuense *A Tribuna* (18-4-1920 – 10-2-1926), que dirigiu com Emílio Maria Martins. Houve, porém, exceções, caso do semanário sintrense *O Despertar*. Durante o seu exílio parisiense, colaborou em várias publicações, nomeadamente *France-Espagne*, *Unir* e *Iberia* (a cuja fundação e direção esteve ligado), *Diário da Noite* (Lisboa), *O Jornal* (Lourenço Marques), *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro) e *República* (Lisboa). Ainda em Paris, colaborou assiduamente na Radiodiffusion française.

UMA LIÇÃO

O 31 de Janeiro, que o Porto, orgulhosamente, invoca como uma afirmação gloriosa da sua vitalidade e do seu patriotismo, é, ao mesmo tempo, um grito de revolta contra a afronta que o estrangeiro fizera à consciência portuguesa e uma afirmação das virtudes cívicas deste povo, que sempre tem sabido bater-se e morrer pela causa sagrada da liberdade.

Os homens, que nessa madrugada tragicamente gloriosa soltaram, pela primeira vez em Portugal, o grito de revolta contra a oligarquia que nos dominava e vexava, foram os intérpretes sublimes da consciência nacional que jamais tolerará a tutela estrangeira, seja qual for o aspeto com que a procurem disfarçar.

Queriam viver livres e independentes. À escravidão preferiam a morte. À desonra dos dirigentes respondeu a revolta dos dirigidos.

*

Vencidos então, são hoje os dominadores e os orientadores da democracia portuguesa. O sangue generoso desses mártires frutificou. Hoje nem é possível ao estrangeiro afrontar-nos, nem ao tirano esmagar-nos.

Perante o estrangeiro sabemos usar a palavra altiva do Povo que sabe morrer e viver livremente.

Perante o tirano que julga poder calcar impunemente as liberdades públicas, já por várias vezes temos usado a linguagem violenta, mas decisiva, dos povos que sabem compreender e fazer respeitar os seus direitos.

JoseDominguesDosSantos.indb 238 12/10/2012 14:42

*

Muitos anos volvidos sobre essa tragédia que é hoje o maior orgulho da nossa Terra, nós sentimos bem como o exemplo cívico dos nossos mártires do 31 de Janeiro decisivamente orienta as consciências e os espíritos dos democratas da nossa Terra.

O Porto vibra, exalta-se e cresce de entusiasmo até ao delírio sempre que o seu patriotismo é posto à prova.

O Porto indigna-se, protesta e exalta-se até à revolta sempre que alguém pretende coartar-lhe as suas liberdades cívicas.

Não aceita tutelas. Não tolera ditadores. Trabalha como poucos. Mas ama a sua liberdade e defende a sua independência como nenhum outro povo.

É a lição dos mortos que nos guia, orienta e domina. Atentem nessa lição aqueles que supõem poder triunfar, em Portugal, levando, por lema e divisa, o espectro cruel das ditaduras.

Fonte: *A Tribuna*, 31 de janeiro de 1924

RECOMECEMOS...

Jaurès afirmava: *A Republica é a Justiça*. Justiça serena e igual para todos, é também a ânsia de todos os que num supremo – e talvez último – esforço se agrupam em volta da bandeira hasteada pela Esquerda Democrática.

Enganam-se profundamente os que, com um critério demasiadamente simplista, supõem a agitação provocada pela Esquerda Democrática como sendo a obra de um personalismo ambicioso e incaracterístico. Bem fácil seria aos nossos adversários realizar a sua obra de extermínio, se de simples personalismos se tratasse. E contudo eles têm sentido que a nossa capacidade de resistência excede muito as suas possibilidades de extermínio. Bandearam-se com os mais perigosos adversários do regime; pactuaram com os mais ardorosos inimigos da democracia; mentiram, caluniaram, subornaram. E como toda esta obra de traição não bastasse, entraram afoitamente no caminho do latrocínio. Roubaram-nos por toda a parte, com um impudor que faria corar os ladravazes autores das proezas do Monte Peral e da Azambuja. Os roubos de Torres, de Portel, de Lisboa, de Penafiel [e] de Viana do Castelo, constituem monumentos formidáveis que ficarão a atestar aos vindouros o impudor político de um bando que, para dominar, não escolhe meios. E, contudo, a Esquerda Democrática perseguida, caluniada, roubada, continua a sua marcha triunfante. À sua bandeira vêm acolher-se todos os dias dezenas de republicanos.

Não ignoram esses novos batalhadores que para junto de nós todos os dias correm, a hora de sacrifícios que neste momento atravessamos.

A luta é mais encarniçada, mais difícil do que nos próprios tempos da monarquia. Então o inimigo alinhava-se bem à vista dos combatentes. A pontaria era mais fácil. Hoje o inimigo encobre-se, disfarça-se e acolhe-se à sombra da bandeira da República.

Quantos combatentes hesitam, temendo que o seu ataque vá involuntariamente ferir a própria República!

JoseDominguesDosSantos.indb 239 12/10/2012 14:42

E apesar de todos os riscos e de todos os sacrifícios, as nossas fileiras aumentam com uma tal rapidez que homens de pouca fé principiam a perturbar-se.

Porque assim sucede?

*

Porque representamos a Justiça. O nosso movimento tem largas e profundas raízes na alma popular. É de lá que diretamente decorre. Antes que um grupo de parlamentares arvorasse a bandeira de revolta contra a obra traiçoeira e criminosa de um bando, que em seu proveito próprio vem desfrutando a República há largos anos, já em congressos vários, republicanos de alma pura e de mãos lavadas, vinham formulando o seu protesto, enérgico e vibrante, contra uma situação que os entristecia e vexava.

O protesto dos parlamentares, recusando o seu voto a um governo do sr. António Maria da Silva – o maior responsável da obra negativista da República nos últimos anos – não foi mais [do] que o prolongamento dos gritos de protesto das almas republicanas, que, em congressos vários, vinham clamando insistentemente por *vida nova*.

As promessas dos tempos sagrados da propaganda estavam esquecidas. Os compromissos exarados nos programas eram letra morta, que o pó do esquecimento cobria. Os votos dos congressos eram traídos. E lentamente a reação foi tomando todas as posições de domínio.

Tomaram os bancos. A finança portuguesa é reacionária. Apossaram-se dos colégios. A instrução está quase toda nas mãos dos mais hábeis – e por isso mesmo mais perigosos – reacionários.

A força armada sente dia a dia a infiltração de novos elementos militaristas, que é também uma fórmula de reação.

O comerciante e o industrial só têm possibilidades e facilidades de vida quando se encostam aos elementos conservadores.

A imprensa, a grande imprensa, caiu na mão dos argentários e dos plutocratas. E todos os dias a opinião pública vai recebendo uma indicação, que muitas vezes é uma perfídia, uma opinião que tantas vezes é uma calúnia, mas que servem admiravelmente para quebrar o espírito de resistência da alma popular.

Hoje é um preconceito que se ergue. Amanhã é um *rebelde* que se abate. Assim se conquistam posições de defesa. Assim se desarmam inimigos de temer.

*

Confessemos. A obra de conquista, realizada pelos adversários, é digna de ser temida e admirada. Tem sido executada com astúcia, com serenidade e com inteligência. Por isso ela tem resultado triunfante.

Hoje é possível o que ninguém sonharia em plena monarquia. As deportações sem julgamento – vergonha suprema do regime que as consentiu – ninguém até hoje as tinha julgado possíveis. Um país que tal monstruosidade consente perdeu toda a

JoseDominguesDosSantos.indb 240 12/10/2012 14:42

sua sensibilidade política. Quando é possível um ataque tão formidável às liberdades públicas, sem que o País inteiro grite a sua revolta, o sentimento da Democracia está muito amortecido.

E então tudo é possível.

Que fazer? Cruzar os braços? Carpir as nossas mágoas sobre as ruínas da Democracia?

Bem longe disso. O que é indispensável é recomeçar. Há uma obra de propaganda a fazer. Há que criar de novo, em Portugal, o espírito da democracia. Recomecemos.

Fonte: *O Despertar*, 4 de abril de 1926

ATÉ QUANDO?

Maxime Leroy escreveu algures que para governar, bem governar, é indispensável amar a humanidade. Não há génio político sem calor no coração.

A comemoração do 31 de Janeiro recordou-nos estas afirmações do grande pensador francês.

Foi o amor pela humanidade, a ânsia de liberdade como condição essencial do aperfeiçoamento humano – fim último da democracia – que arrastou aquele punhado de bravos, mártires e heróis, para a revolta sangrenta do 31 de Janeiro.

Vencidos de momento, a ideia de resgate que a sua revolta proclamou, teria de vencer. O sangue que então derramaram os santos precursores, fecundou a semente doutrinária que antes haviam espalhado os Apóstolos da nossa democracia.

E vinte anos mais tarde – em 5 de Outubro – o que ficara em sonho e anseio em 31 de Janeiro, transformava-se em dominadora realidade.

Simplesmente...

*

Simplesmente aqueles que então se bateram por um ideal de liberdade e de Moralidade, continuam à espera que essa hora de resgate se avizinhe. E o povo, o povo humilde e trabalhador, que por essa causa se bateu desinteressadamente, não reconhece no regime hoje triunfante a República por que lutou. E continua a esperar. Sente-se enganado. Mas não se resigna a ser vencido.

Mentiram-lhe. Atraíram-no com promessas que depois não cumpriram. Proclamaram-no soberano. Mas deixam-no morrer de fome. É um soberano em andrajes de pedinte. Assemelha-se a um soberano de opereta. Ludibriaram-no. Escarneceram-no.

Não sentem um rumor de revolta que vindo de longe, das camadas mais profundas da sociedade, se vai aproximando de nós!

JoseDominguesDosSantos.indb 241 12/10/2012 14:42

*

Foi um sonho de liberdade que incendiou as almas dos revoltosos de 31 de Janeiro e as arrastou até ao sacrifício máximo da sua vida.

Prometeram-lhes liberdade. E nenhum sentimento excede o anseio de liberdade que marca o génio aventureiro dos portugueses. Toda a sua história é um cântico perene de liberdade. E, 15 anos passados após a proclamação da República as prisões estão atulhadas de presos sem culpa formada durante meses sem conta. As deportações sem julgamento – de criminosos embora – constituem um processo normal da administração pública. Afirmara-se que a República seria o regime em que imperaria soberanamente a lei. E o arbítrio reaparece ao serviço dos privilegiados.

Um presidente do governo afirma: na luta entre exploradores e explorados, o governo coloca-se ao lado dos explorados.

E uma gritaria de morte se ergue contra o *audacioso* que assim ousa enfrentar a plutocracia dominante.

A força pública não tem como destino espingardear o povo, afirmara ainda o presidente do Ministério.

E os valentes da nossa terra, os *tesos* de profissão, acudiram logo inquietos a protestar contra o *bolchevista* que, não admitindo castas dentro de uma sociedade democratizada, pensa que a força pública deve ser o próprio povo militarmente organizado e que é dever dos governantes ensinar o povo a considerar a força armada como a defensora da sua liberdade e dos seus direitos, e ensinar a força armada a considerar o povo como seu irmão mais fraco a quem são devidos amparo e assistência.

Venceram os *tesos* e os defensores da plutocracia. Perdeu a República.

Os tesos esmagaram as poucas liberdades conquistadas. Os plutocratas continuaram imponentemente a sua obra de exploração do povo.

Até quando?

*

Diz-se que vivemos em República. O boato corre e não falta quem o acredite. O povo protesta. O explorador sorri contente. A República que domina em Portugal é feudo do plutocrata explorador. Por isso este se mostra contente e arrogante. E há políticos – o sr. António Maria da Silva que o diga – que, como o plutocrata, se mostram também contentes e arrogantes.

São os triunfadores de hoje.

Também em 31 de Janeiro ficaram triunfantes os cavalos da Guarda Municipal.

Mas reparem os *triunfadores* na atmosfera que os cerca. Nem ardor pelas ideias, nem dedicação pelos governantes.

Não sentem que o seu ocaso se aproxima?

Pois o povo – a choldra – cada vez confia mais na sua hora de resgate.

Fonte: *A Tribuna*, 31 de janeiro de 1926

JoseDominguesDosSantos.indb 242 12/10/2012 14:42

CRISE DE DEMOCRACIA?

"A democracia está em crise" – eis uma frase que, à força de ser repetida por partidários das mais heterogéneas doutrinas, corre o risco de se transformar num tão falso como banal lugar-comum.

Por preguiça ou insuficiência mental, não falta mesmo quem, militando dentro das fileiras da democracia, se apavore com os progressos das doutrinas de caráter fascista e considere em perigo, senão em crise, os regimes democráticos.

Creio não andar muito longe da verdade afirmando que os métodos brutais (não digo violentos) dos vários sistemas fascistas que a Europa atribulada ensaia, neste momento, como remédio para as suas crises e para as suas dores, criaram uma tal perturbação nos espíritos que, para muitos, a grande questão da hora presente, é uma questão de segurança. Precisemos, de segurança pessoal.

O próprio problema da guerra, cruciante de angústias e de inquietações, é, no fundo, uma questão de segurança.

Para onde vamos nós? Que nos reserva o futuro? Que será para nós, democratas, o "amanhã"? Esta incerteza cria uma "mentalidade de pavor" pouco propícia para os raciocínios frios e desapaixonados.

Mas, em verdade, a democracia está em crise? Crise de quê? De doutrina? De processos? De homens? O problema é curioso e vale a pena fixarmos um pouco, sobre ele, a nossa atenção.

*

Crise de doutrina? A pergunta é paradoxal. A verdade nunca está em crise. Ora uma doutrina é verdadeira ou falsa. Se é verdadeira nunca pode estar em crise. Podem os seus adeptos ser muito ou pouco numerosos. Os métodos postos ao serviço dessa doutrina, podem ser mais ou menos adequados às exigências ou aos interesses duma determinada civilização. Mas a verdade que essa doutrina representa é eterna e indestrutível.

Se a democracia representa uma verdade, ela será eterna.

*

A democracia pertence ao número daquelas verdades eternas que nenhum ato de força bruta pode fazer desaparecer ou pôr em crise.

Os seus defensores podem ser vencidos; os processos que, para a servir, são usados, podem ser mais ou menos adequados às exigências do momento; aqueles que se confessam seus adeptos ou se arvoram em seus servidores, podem ter ou não a capacidade necessária para a honrarem, servindo-a. Mas, superior a todas as contingências da vitória ou da derrota, estranha a todas as imperfeições de métodos e a todas as insuficiências dos seus servidores, a democracia, como verdade que é, existe e perdura.

E assim é que a democracia, apesar dos sucessos aparentes das hordas fascistas ou hitlerianas, não obstante a evidente necessidade de rever os seus métodos de

JoseDominguesDosSantos.indb 243 12/10/2012 14:42

atuação, continua o seu caminho e hoje mais do que nunca, homens e acontecimentos, se conjugam e concertam, com ou sem vontade, para a servirem e imporem ao culto universal.

*

Mas os exemplos da Itália, da Alemanha, da Polónia, da Jugoslávia (para só destes países falar) não são de molde a confirmar esse otimismo, nem a tranquilizar os espíritos inquietos do mundo moderno. E é talvez por isso que, mesmo entre os elementos avançados, se preconizam certos métodos de atuação que parecem mais conformes com os métodos fascistas do que com aqueles que são habitualmente usados pelos sistemas democráticos…

Assim falam certos espíritos timoratos a quem a "crise do pavor" perturba e desorienta. Republicanos e democratas, o problema da sua "segurança pessoal" impede-os de raciocinar e faz-lhes perder a fé necessária no triunfo da verdade.

E contudo, mesmo sob este aspeto, aqueles que tão timoratos se mostram, deixam-se levar por falsas aparências de momento sem olharem o fundo do problema.

Deixemos de lado a questão dos métodos, mais ou menos violentos, que certos setores avançados preconizam como meios indispensáveis de ação para conseguir uma verdadeira democratização da sociedade. É problema que exige um estudo minucioso que já não cabe nos limites deste artigo.

Mas será certo que a tendência geral dos tempos modernos é contrária ao espírito da democracia?

A democracia é, no seu sentido mais simples e mais largo, o poder do povo exercido pelo povo. Tem como característica essencial – a tendência permanente para o aperfeiçoamento e dignificação da personalidade humana.

Se o poder de dirigir os homens só deve ser confiado ao mais perfeito e ao mais digno, a democracia é, por definição, uma escola de aperfeiçoamento e dignificação do Homem.

Podem variar de século para século, de civilização para civilização, os métodos e processos de realizar esta finalidade. Mas um século e uma civilização, só servirão a democracia se, acima e além dos erros e paixões de alguns, a tendência geral da atividade humana, desenvolvida durante esse período, tiver, como finalidade última, o aperfeiçoamento e a dignificação da personalidade humana.

As civilizações antigas, nestas compreendidas as da Grécia e [de] Roma, sem deixarem de visar esta finalidade, limitavam-na a uma casta dentro de cada nação. Esparta, a austera, matava os seus filhos doentes com o fim de fortificar e purificar a raça; Atenas, espiritual e libertina, procurava para os seus filhos diletos, para a sua "elite", todos os requintes do prazer, da arte e da beleza, mas matava os seus escravos ou tratava-os como vis objetos; Roma, a orgulhosa e dominadora, só conhecia uma casta de homens com direitos e personalidade – o romano.

Gregos e romanos cultivavam uma certa espécie de personalidade humana.

E é forçoso confessar que, para essa casta privilegiada, a ânsia de perfeição e de conforto, atingiu, por vezes, os limites do máximo requinte.

JoseDominguesDosSantos.indb 244 12/10/2012 14:42

A dor e a miséria foram combatidas por essas civilizações como chagas sociais, indignas daquela espécie humana. Ignorantes das fontes inesgotáveis de riqueza que a Natureza esconde e guarda, a guerra da conquista, o domínio e a exploração do homem pelo homem, o culto da brutalidade e da força, foram as características essenciais dessas civilizações.

Mais tarde, a chamada civilização cristã modificou sensivelmente esta situação. Dignificando a dor e a miséria, o cristianismo das catacumbas foi, por isso mesmo, a religião dos pobres, dos oprimidos e dos escravos. Mas a sua origem asiática, impregnou essa religião de um misticismo resignado e fatalista que mais tarde, oficializada sob Constantino, permitiu a continuação do sistema antigo e justificou o domínio e a exploração do homem pelo homem. A dor não é um mal; é antes um princípio de purificação humana. A miséria não é um fardo doloroso que devemos combater; antes a devemos aceitar como uma espécie de dom divino. A felicidade só a podemos esperar e desejar para além do túmulo.

De que servem pois a revolta contra a iniquidade, o culto da perfeição, a ânsia de progresso?

A civilização cristã não destruiu a tendência geral do homem no sentido do seu aperfeiçoamento e da sua dignificação porque não é possível destruir o que é eterno. Mas a sua ação foi por tal forma deletéria que o culto da ciência, como instrumento de progresso, quase desapareceu.

Condenado todo o espírito de inovação e de pesquisa, aceite a dor como um dom divino, os novos dominadores temporais encontraram todas as facilidades para justificar a exploração do homem pelo homem.

*

O advento da nova civilização, tendo por base o culto da ciência e da técnica, transformou todos estes valores.

Mercê dos progressos da Técnica e da Ciência, o homem não tem já necessidade de explorar o seu semelhante para satisfazer a sua ânsia de perfeição e de conforto. A Natureza fornecer-lhe-á tudo quanto a sua imaginação possa desejar. Prazer, beleza, conforto, tudo a Natureza lhe proporciona. Exige apenas uma condição – é que os dons que ela tão prodigiosamente oferece, sejam o usufruto de todos e não o privilégio de uma casta.

Seguindo na esteira de velhos hábitos e de velhos preconceitos, o capitalismo – o dono e senhor dos tempos modernos – tentou transformar, em instrumento de seu lucro pessoal, tudo quanto a ciência e a inteligência iam descobrindo para conforto e bem-estar da humanidade. E a máquina, de auxiliar e instrumento do trabalhador, transformou-se em sua cruel inimiga. O aperfeiçoamento da técnica só tem servido até hoje para criar essa legião de desempregados que, por todos os cantos do mundo, reclamam trabalho para terem pão para comer.

Mas esses milhões de homens sem trabalho, os formidáveis *stocks* de mercadorias que apodrecem ou se enferrujam nos armazéns por não encontrarem compradores, os exemplos de um Canadá que queima os seus trigos, de um Brasil que queima os seus cafés enquanto pelo mundo milhões de homens morrem de fome, só provam

JoseDominguesDosSantos.indb 245 12/10/2012 14:42

a falência do capitalismo que, permitindo tais monstruosidades, se revela absolutamente incapaz de regular a consumação e a produção do mundo inteiro, revelam também que uma nova civilização está em marcha e que já hoje nenhuma força humana a poderá deter.

A exploração do homem pelo homem tem de terminar. Melhor do que todos os argumentos, falam os factos que acabámos de apontar.

A falência do sistema capitalista, derivada da impossibilidade em que ele se encontra de resolver os vários problemas que ele mesmo criou, abre de par em par, as portas ao advento da verdadeira democracia.

Os problemas postos pelo desenvolvimento mecânico, resultante dos progressos científicos e tecnológicos, não podem ser resolvidos por métodos militares ou policiais. A crise profunda que abala o mundo inteiro é uma crise de crescimento em que a humanidade passa do estado económico inorgânico para o estado económico orgânico.

*

A democracia que até hoje limitou a sua ação à conquista e [à] direção da atividade política, terá de iniciar um novo rumo e, dando por findo o período da economia individualista, deverá principiar o período da economia organizada, coordenando o conjunto das formas económicas dentro de um plano geral, sob a égide da República em que o sindicalismo e o cooperativismo sejam os órgãos essenciais de produção e distribuição da riqueza pública.

O automatismo regulador da atividade individualista, baseado apenas na procura do lucro, terá de ser substituído pela disciplina do plano elaborado pelos produtores culturais e económicos.

Os democratas encontrarão sempre a sua hora de triunfo desde que, aceites as características essenciais do nova civilização, elaborem um plano geral que assegure a organização política e económica da sociedade moderna.

Fonte: *Diário da Noite*, 29 de maio de 1933

PORTUGAL E O PROBLEMA IBÉRICO

O problema ibérico é encarado, ainda hoje, por um certo número de compatriotas meus, com uma certa reserva. Alguns amigos a quem expus o meu pensamento sobre este assunto, tiveram quase todos a mesma reação:

> "Tome cuidado; a ideia é bela e generosa, mas é preciso contar com a incompreensão duma grande parte dos nossos compatriotas. Estes não estão ainda preparados para compreender o alcance, nem o significado dessa ideia e muitos deles temem ainda que 'aproximação' signifique, mais tarde ou mais cedo 'absorção'. E qual será a atitude da Inglaterra?"

JoseDominguesDosSantos.indb 246 12/10/2012 14:42

Eu não desconheço o que há de verdade nesta advertência amiga. O povo português é cioso da sua independência, conquistada e garantida, durante séculos, à custa de muito sangue, de muita tenacidade e de muito esforço. Tão português como os que o são no seu mais alto e nobre significado – português antes de tudo – também eu não estou disposto a aceitar a alienação de menor parcela da independência do meu país.

Mas, como os amigos a quem consultei, também eu estou convencido de que a ideia é "bela e generosa" e, sem desconhecer que, para muitos deles, tal qualificativo é sinónimo de utopia ou imprudência, decidi-me a seguir o caminho do dever sem me preocupar com as críticas que a minha iniciativa possa provocar.

Como Péricles, eu creio que, em democracia, "a liberdade é coragem" e coragem é a virtude resultante de clarividência. Nada de grande, de generoso e de fecundo, se realizou no mundo sem riscos, sem esforço e sem dor. O grande mérito do homem que pretende bem servir o seu país, é de *sentir* as necessidades da época que vive; a sua verdadeira coragem é de procurar traduzir em atos o seu pensamento, sejam quais forem as dificuldades que encontre ou os sacrifícios que tenha de suportar. Lutar para *servir,* sem esperança de recompensa e sem a menor preocupação de ordem pessoal. *Servir* uma ideia, sacrificar-se por Ela – pelo que Ela representa de grande, de generoso e de humano e não pelo que Ela pode trazer de honras, de benefícios materiais ou de poderio – é a tarefa suprema do homem político cujo mérito se avalia pela grandeza dos serviços que presta. Para mais, eu estou convencido de que uma aproximação entre os povos ibéricos, geograficamente vizinhos e afins de raça, é não só útil mas necessária. Mais ainda: eu penso que o momento atual é não só propício para iniciar uma campanha desta natureza, mas que a situação de miséria coletiva em que todas as Nações da Europa (embora em grau diferente) se vão encontrar no mundo do pós-Guerra, aconselham uma ação imediata e corajosa.

Tal é a minha convicção. Para a fazer compreender de todos os portugueses, amigos ou adversários políticos, eu escrevo estas considerações, dedicadas a todos os portugueses de boa vontade, sejam quais forem as suas opiniões políticas ou as suas crenças religiosas. Um grupo de homens, originários de todas as nacionalidades ibéricas e vindos dos mais variados horizontes políticos, ligados por uma ideia basilar – a Democracia – e movidos por uma aspiração comum – bem servir os povos a que originariamente pertencem – deram-se fraternalmente as mãos por cima das fronteiras, na ânsia de realizarem entre as nações da Península um laço de união que, no dizer de Michelet, é mais do que uma *fraternidade, é uma amizade.* E uma verdadeira cruzada cívica que pretende interessar as elites dos respetivos países mas que visa sobretudo a convencer as grandes massas, únicas verdadeiramente sinceras a desejar a concórdia visto que são as únicas a pagar, sem nenhuma espécie de compensação, as consequências dos erros e hesitações dos seus dirigentes – a fome ou a guerra.

E qual será, nesta emergência, a atitude da Inglaterra?

Esta questão foi-me posta por amigos e compatriotas; mas ela preocupa também amigos de outras nacionalidades. Ela traduz da parte duns uma certa apreensão, da parte doutros uma vaga convicção, uma e outra reveladoras do mesmo estado de espírito que, duma maneira crua, poderemos traduzir da seguinte forma: uns e outros estão convencidos de que Portugal é um estado vassalo da Inglaterra.

JoseDominguesDosSantos.indb 247 12/10/2012 14:42

É contra esta ideia de vassalagem que eu me revolto. Ela não corresponde, de forma alguma, nem à realidade das relações entre dois países, nem ao sentimento profundo da Inglaterra para com Portugal. Fui várias vezes ministro, presidente do conselho. Nunca senti a menor tentativa de pressão ou de ingerência, por parte da Inglaterra, nos assuntos da política interior de Portugal.

E seria inteiramente paradoxal que a Inglaterra tentasse opor quaisquer dificuldades ao projeto duma aproximação entre os Povos da Península Ibérica quando ela não fez a menor objeção ao tratado Franco-Salazar. Para um país que se afirma fundamentalmente democrático, a Aliança dos povos Ibéricos deve ser mais simpática do que o Bloco Ibérico. A Aliança Ibérica pretende libertar os povos, por métodos democráticos, aproximá-los e uni-los. O Bloco Ibérico, tal como foi concebido pelos ditadores Franco-Salazar, tinha simplesmente em mira cimentar o poderio de dois regimes fascistas.

Mas este assunto exige considerações mais desenvolvidas e tratá-lo-emos num estudo à parte. Por hoje limitemo-nos a transcrever o pensamento dum notável economista inglês, Sir Walter Layton, sobre a organização do mundo após a Guerra. Vem publicado no *New Chronicle* de 6 de março do corrente ano e diz assim:

> "O único meio de restabelecer o equilíbrio entre as grandes potências e as pequenas nações seria reunir as pequenas nações em grupos nas diversas regiões do Mundo."

A Inglaterra, como a Rússia, como a América do Norte, nada terão a lucrar com o estado de pobreza e de fraqueza dos povos da Península Ibérica. No momento em que estas grandes potências assumem o encargo de organizar o mundo de amanhã, não será uma Península dividida, desorganizada e empobrecida que as ajudará a bem cumprir a difícil missão que elas se impuseram. Ao contrário, uma Península Ibérica unida, organizada, feliz e próspera deverá ser considerada por aquelas nações como um objetivo a atingir, uma realidade permanente a fixar.

E convençamo-nos, nós homens de Ibéria, [de] que a decisão dos nossos destinos depende sobretudo de nós próprios.

Tendo assim respondido às inquietações dos meus amigos, que compartilham o sentimento dum grande número de portugueses, julgo necessário precisar o meu ponto de vista sobre o caráter das relações que devem ligar os vários povos da Península.

Eu desejo expor o meu pensamento com uma lealdade total. Creio que é o único caminho que pode conduzir a um entendimento sincero, durável e fecundo. Não se trata de Federação Ibérica, mas sim de Aliança Ibérica. A diferença é profunda. De momento, na Ibéria, só duas nações vivem em situação de completa independência política – Portugal e Espanha. Os demais povos ibéricos que reclamam a sua independência ou uma autonomia que lhe seja equivalente, tais como os catalães, os bascos e galegos, vivem ainda, de facto, submetidos à autoridade de Madrid, ou seja dos castelhanos. Os estatutos de larga autonomia que lhes foram concedidos pela República de 1931, apesar de julgados insuficientes por alguns destes povos minoritários, foram abolidos pela ditadura de Franco, continuador, neste assunto, da política imperialista

JoseDominguesDosSantos.indb 248 12/10/2012 14:42

e absorvente dos reis católicos. De todas as formas, uma Espanha unitária, centralizada constituirá sempre um estorvo a toda a tentativa de federação. A desproporção é grande entre aquelas duas nações e os perigos de aglutinação do mais fraco pelo mais forte são evidentes.

Uma tal situação, Portugal nunca a poderá aceitar.

Mas se uma federação é impossível, ao menos enquanto durarem as circunstâncias atuais da vida interna de Espanha, uma Aliança dos Povos, uma Aliança democrática, é não só possível, mas necessária. Esta Aliança deverá realizar, na primeira fase da sua atividade, uma estreita aproximação política, intelectual, social e, sobretudo, económica. Esta tarefa seria imensamente facilitada pelo reconhecimento da independência dos povos ibéricos que a reclamam e pela outorga de uma larga autonomia àqueles que a desejam.

Pode objetar-se que, falando de aproximação dos povos ibéricos, eu principio por preconizar uma divisão se, como tal, se pode considerar o reconhecimento da independência aos catalães e aos bascos. A contradição é mais aparente do que real. No estádio de civilização em que vivemos, os povos não aceitam ser dominados pela força. Toda a união que se pretenda fazer entre povos diferentes só poderá ser aceite e, como tal, durável e fecunda, se ela se realizar segundo um critério de perfeita igualdade entre eles, sem exigir de qualquer dos associados a menor parcela de abdicação da sua dignidade. Cada povo deve conservar a sua língua, os seus costumes, as suas liberdades tradicionais e o regime de união que os liga, longe de abafar, deve procurar desenvolver o génio próprio de cada um. Toda a união que repousa sobre a força é instável, periclitante, inorgânica e antissocial. Em vez de aproximar os povos, separa-os, por vezes, por barreiras de ódios tenazes.

A ideia pode parecer paradoxal, mas eu penso que uma associação livremente consentida é mais unificadora do que uma centralização forçada. Tomemos dois exemplos, entre muitos. A Suíça é uma das mais antigas federações do mundo e é também o país onde o espírito associativo entre povos de raça e de língua diferentes é mais vivo e profundo. Porquê? Porque neste país, federação é sinónimo de fraternidade e o governo federal, longe de procurar fazer desaparecer os particularismos cantonais, se esforça, ao contrário, por dar-lhes vida própria numa espécie de emulação pacífica entre os diversos componentes – franceses, alemães, italianos e romanches – a fim de que cada um possa provar o seu próprio génio numa competição pacífica e por um esforço particular.

Por outro lado, a unidade política espanhola, apesar de ter sido mantida com rigor durante séculos, não conseguiu mais do que exacerbar o patriotismo das minorias e muito especialmente dos catalães.

Nós vivemos uma época que os nossos vindouros poderão considerar como a era da democracia – a era em que a respeito da personalidade humana se acentua, a era da confraternização dos povos.

Os povos ibéricos vivem, neste momento, isolados do mundo. Dum lado, os Pirenéus, como um cordão sanitário; do outro lado, o mar. Vivemos em regime de isolamento absoluto, em "quarentena" prolongada, como se as demais nações se quisessem proteger contra o perigo de infeção fascista. Adentro das nossas fronteiras, a mesma política de tirania, a mesma incompreensão dos tempos modernos, o mesmo desco-

JoseDominguesDosSantos.indb 249 12/10/2012 14:42

nhecimento dos direitos da personalidade humana, a mesma negação da democracia. Um fascismo larvado oprime igualmente as consciências.

Daí o mesmo desejo de libertação. Sofremos as mesmas dores; temos as mesmas aspirações. Porque não conjugaremos os nossos esforços para mutuamente nos libertarmos?

Se outras razões não tivéssemos para nos unirmos, o problema fundamental da nossa libertação e da nossa reintegração no concerto das nações civilizadas (a nossa exclusão da conferência de S. Francisco mostra que somos considerados como indignos de figurar entre elas) justificaria largamente a necessidade duma *aproximação política* entre os povos ibéricos.

Mas os nossos objetivos devem visar mais largo e mais longe. Apesar de vizinhos e [de] usarmos línguas tão próximas umas das outras que espanhóis e portugueses, mesmo incultos, se compreendem facilmente, raros são os homens dos dois países (sem que os intelectuais façam exceção) que conhecem suficientemente o movimento literário, filosófico ou social de Espanha e de Portugal. As livrarias das grandes cidades da Península estão pejadas de livros estrangeiros, mas raros são os escritores espanhóis apresentados ao público de Lisboa, como raros são os escritores portugueses apresentados ao público de Madrid. E contudo só um português pode compreender, no seu sentido profundo, um escritor espanhol como só um espanhol pode compreender inteiramente um escritor português.

Como poderão os povos da Ibéria conhecer-se e compreender-se intimamente se mesmo as suas elites, por vezes, se ignoram? Só uma cuidada *aproximação intelectual* poderá mostrar a todos os povos da Ibéria que todos eles, na frase de Tristan Bernard, "estão separados apenas por diferenças superficiais e se aproximam por semelhanças essenciais".

Da mesma forma, a *atividade social* dos povos da Ibéria que deveria exercer-se duma forma paralela e harmónica, está longe duma sincronização possível e desejável. Os trabalhadores portugueses e espanhóis vivem a mesma vida de miséria e de sofrimento. Porque não conjugar os respetivos esforços, numa cooperação inteligente, em vista de obter, nos seus países, a justa remuneração do trabalho que uns e outros vão procurar em países estrangeiros? Uma política social idêntica e, sobretudo, um ajustamento dos respetivos salários, facilitaria enormemente uma política de alinhamento dos preços das mercadorias fabricadas na Península e abriria assim o caminho para um verdadeiro entendimento económico. A *aproximação social* é a base dum fecundo entendimento económico.

Tocamos assim o fundo do problema das relações dos povos ibéricos. Sob o ponto de vista económico, não há apenas afinidades entre os vários povos da Península, mas sim uma *interdependência absoluta.* Esta interdependência existe entre todos os povos do continente europeu. É por isso que a ideia dum entendimento económico europeu deixou de ser considerada desde há muito tempo como uma *utopia* e já antes da guerra atual era encarada por espíritos *realistas* como uma necessidade imperiosa e urgente.

O enriquecimento progressivo dos Estados Unidos da América e o empobrecimento contínuo das várias nações da Europa (a parte da Europa no comércio internacional do mundo diminuiu, desde 1913 até 1917, de 14%, a parte da América aumentou de 20%) são factos incontestáveis. Devedora à Europa antes da Guerra de

JoseDominguesDosSantos.indb 250 12/10/2012 14:42

1914, a América do Norte é hoje credora de todo o mundo. Praticamente detentora de todo o ouro, dotada dum maquinismo industrial ultramoderno, possuidora dum solo que lhe fornece as matérias-primas necessárias para a vida das suas indústrias, a América do Norte conta ainda – e sobretudo – com um imenso mercado em que os produtos podem circular livremente, sem o menor entrave aduaneiro. Os quarenta e oito Estados da América do Norte constituem não só um inesgotável reservatório de riquezas, mas também um mercado prodigioso em que a vida económica não é entravada nem por inúteis barreiras alfandegárias, nem por dificuldades resultantes da diferença da moeda. Um país imenso e rico, um mercado prodigioso, uma só moeda, eis o segredo da fulgurante prosperidade da América do Norte.

Ao contrário, a Europa, aparte a Rússia (e o renascimento prodigioso da federação das repúblicas soviéticas é mais um exemplo a confirmar a tese) dividida em 25 (?) Estados independentes e separados uns dos outros por formidáveis barragens aduaneiras, empobrecida financeiramente por guerras sucessivas, acusa uma decadência apavorante. Em vez de abater as tarifas alfandegárias, constituir um só mercado, servir-se duma moeda comum, a Europa encontra-se num estado de perpétua guerra económica em que o jogo das tarifas e as manipulações, mais ou menos fraudulentas, da moeda, servem de barreiras entre os povos e preparam a atmosfera que conduz à guerra.

É por isso que, num relatório apresentado ao Congresso de Amesterdão da Câmara de Comércio Internacional, M. Lucien Coquet, conselheiro do Comércio exterior de França, em fins de julho de 1927, tirava já, entre outras, a seguinte conclusão:

> "A Europa, sob pena de *déchéance* próxima e inevitável, deve unir-se economicamente, isto é, suprimir entre todos os seus territórios as fronteiras aduaneiras, começando por baixar as tarifas duma maneira progressiva."

Mais do que quaisquer outros, os povos da Península Ibérica devem sentir a necessidade desta união. A sua interdependência económica é absoluta. As suas riquezas em matérias-primas são idênticas. Mas Portugal possui um grande império colonial. Faltam-lhe capitais, mão-de-obra e, sobretudo, mercados. Os demais povos da Península possuem capitais, dispõem de mão-de-obra e, sobretudo, mercados. Os mercados suficientes. As suas economias completam-se. Separados, os povos da Ibéria serão sempre tributários do estrangeiro. Unidos poderão viver uma vida económica independente. *União ou vassalagem,* tal é o dilema em que nos encontramos. Só poderemos escapar à vassalagem económica se, por um mútuo esforço de compreensão, soubermos organizar a vida económica da Península em novos moldes, ajudando-nos mutuamente, *suprimindo as barreiras alfandegárias e adotando uma moeda comum*.

O estabelecimento de unidade monetária facilita a convivência entre os povos, faz compreender de maneira eloquente os laços de fraternidade que os unem, facilita a comparação dos preços e faz cessar as incompatibilidades económico-políticas que, apesar de fictícias e destinadas a servir as intrigas e as ambições do capitalismo, tantas vezes lançam os povos uns contra os outros em lutas fratricidas.

JoseDominguesDosSantos.indb 251 12/10/2012 14:42

Eu sei que verdades tão evidentes não sofrerão uma contestação séria. Ao formulá-las, eu não posso ser acusado de viver nas regiões, belas mas perigosas, do sonho ou da utopia – argumento fácil de que usam, com certa impudência, todos aqueles que vivem na esperança de que outros, pelo seu esforço, os dispensem dum trabalho que exige uma certa coragem, uma certa dedicação à causa comum e, sobretudo, uma certa presciência dos acontecimentos. A união dos povos Ibéricos não é uma utopia, mas realismo puro.

Prova-o, entre muitos outros factos, o acordo realizado entre búlgaros e jugoslavos. Entre estes dois países, as fronteiras estão praticamente suprimidas. Sem necessidade de passaporte, os búlgaros podem circular livremente na Jugoslávia e os jugoslavos na Bulgária. A união postal está realizada, assim como a união monetária.

O que estes dois povos – ainda há pouco irmãos inimigos, separados perto dum século por lutas fratricidas – conseguiram realizar, porque não o poderão fazer os povos da Península Ibérica que nada separa e antes tudo aproxima?

Mas a força da inércia é grande. A questão é, pois, de inteligência e sobretudo de vontade. A hesitação é característica dos povos decadentes. Neste turbilhão universal em que são arrastados os homens e as nações só contam os fortes e [os] audazes. Fiquem de lado os homens incrustados no passado, que só abrem as portas da inteligência para admirar o sol poente. Eles não poderão ver, nem amar, os fulgores da Aurora.

A união dos povos Ibéricos só poderá ser levada a cabo por homens que tenham a coragem de partir de novo para um destino novo, num mundo novo, sem pensamento de recuar.

Fonte: *Iberia*, n.º 1, avril 1945

3. **Deputado**

LEGISLATURA DE 1919-1921

25 DE JUNHO DE 1919

Na sua primeira intervenção parlamentar, José Domingues dos Santos recorda os seus dias de prisão durante o dezembrismo e a Traulitânia. Considera ter-se vivido um período de traição interna e externa. Daí apresentar uma moção visando a realização de um rigoroso inquérito aos atos então praticados.

O sr. José Domingues dos Santos: – Sr. presidente e srs. deputados: ao iniciar as minhas considerações seja-me permitido apresentar a v. ex.ª os protestos da minha mais alta consideração.

Eu conheci v. ex.ª pessoalmente em dias bem amargos e tristes para nós. Regressava v. ex.ª dos campos de França, onde tinha cumprido heroicamente o seu dever, defendendo a Justiça e a Liberdade, e uma vez aqui, v. ex.ª desde logo quis saber da nossa situação interna para defender a República. Pouco depois fomos, v. ex.ª e eu, presos e só nos tornámos a encontrar dentro desta casa: v. ex.ª nesse lugar, que tão honrosamente ocupa, eu, humilde deputado, pronto sempre a defender a República em qualquer campo.

Quando se iniciou o debate sobre o dezembrismo, eu pedi a palavra na certeza de que teria qualquer coisa também a lançar nesse libelo acusatório contra esse estado de pura traição que nos levou para a revolução e depois para a cadeia.

Seguramente já quase tudo se tem dito, mas eu não reputo ainda desnecessário lembrar mais uma vez os horrores desse tempo, porque eu julgo já vai passando da memória de todos os portugueses o que então se passou e o que todos nós sofremos. Eu vejo que todos esses homens que nos mandaram para a cadeia e nos cortaram as carnes passeiam impunes pelas ruas da cidade, e ainda há bem pouco tempo eu tive o desgosto de ver na cidade do Porto, em liberdade, nada menos de que o coronel comandante da divisão no tempo da monarquia, o chefe do Estado-Maior e vários outros oficiais que durante esse tempo ensanguentaram as ruas do Porto com sangue de republicanos.

Não chego a compreender o que isso significa e por que é que isso se faz; mas quero dizer que, encontrando-se em liberdade o coronel a que há pouco me referi, não temos o direito de ter um único militar preso dentro da cidade do Porto.

Chegou já aos meus ouvidos a notícia de que brevemente vai ser posto em liberdade o sr. visconde do Banho, o autor da maior monstruosidade da nossa época, a pena de morte, cujo original tenho em meu poder e que lançarei à publicidade no dia em que esse homem transitar livremente pelo país.

Não compreendo que justiça é esta dentro da República!

Eu sou absolutamente imparcial quando assim falo, porque fui eu que, ao sair da cadeia no dia 13 de fevereiro, disse ao povo do Porto que havia sido vítima da mais cruel opressão: "nada de represálias. Sejamos nobres e generosos. Num preso não se toca. A justiça da República há de ser perfeita."

E hoje todos esses homens, que eu chamei para a revolução e que não seguiram por amor da República, me perguntam:

Que justiça é esta que se faz em Portugal?

Vemos pôr em liberdade todos esses homens e com a agravante de se principiar por cima, em vez de se principiar por baixo.

É por isso que julgo necessário lembrar à Câmara e a todo o país o que foi esse tremendo período do dezembrismo.

Tem-se feito muita especulação em volta daquilo que se convencionou chamar a Traulitânia, e pareço querer reduzir-se esse período ao que teve o seu início em 19 de janeiro e terminou em 13 de fevereiro.

Puro engano.

Muito antes desse período começou a correr o sangue dos republicanos nas ruas da cidade do Porto.

JoseDominguesDosSantos.indb 253 12/10/2012 14:42

A época do terror começou, pode dizer-se, em 31 de janeiro de 1918, quando no Porto se fez a maior apoteose que se tem feito aos vencidos de 31 de Janeiro. Foi nesse dia que a reação, que se julgava triunfante, invadiu as casas dos republicanos e o próprio Centro Evolucionista do Porto, correndo a cacete e a chanfalho homens de bem que só pensavam em defender a República. Eu recordo-me de que alguns republicanos foram azorragados por tal forma que ficaram em perigo de vida.

Mas continuou por aí fora!

Em maio, dezenas de republicanos foram metidos na cadeia, sofrendo as maiores violências.

Está aqui alguém que ainda hoje tem a sua saúde completamente arruinada pelos maus tratos que lhe deram. Refiro-me ao sr. deputado Paiva Manso.

Depois disso organizaram-se bandos de sicários dentro da cidade do Porto e não havia cidadão republicano que pudesse transitar pelas ruas depois da meia-noite.

E durante esse período governava Sidónio Pais.

Mais tarde, em agosto, porque se anunciou uma greve dos caminhos de ferro e porque se disse que os culpados eram os democráticos, encheram-se de enxovalhos os republicanos do Porto, sendo metidos no Aljube a cavalo-marinho.

Veio depois o 12 de outubro e repetiram-se as cenas canibalescas.

Era uma verdadeira caçada aos republicanos.

Eu não posso esquecer essas noites horríveis do Aljube em que ouvia durante longas horas os gritos lancinantes de dedicados republicanos a quem cortavam as carnes a cavalo-marinho e que pediam aflitivamente que os matassem para terminarem com aquele sofrer.

Foi durante meses que esses factos se passaram no Aljube, no Porto.

Não há só a alegar o crime de traição, de roubos e de assassinatos no período da Traulitânia; esses crimes começaram quando se implantou o 5 de dezembro. O que esse período representou de traição ninguém tem o direito de duvidar. Foi de traição interna e externa!

Que era de traição externa já o demonstraram bem os ilustres oficiais que me antecederam no uso da palavra nesta casa do parlamento, e que tão heroicamente se bateram em terras de França. Mas todos nós já o sentíamos! Porque um governo que durante doze meses sucessivos não mandou ninguém para a Guerra, quando lá estavam já exaustos e sacrificados tantos dos nossos soldados, era um governo de traidores!

Eu quero, porém, acentuar essa traição sob o ponto de vista da traição interna. A aliança com os monárquicos foi indiscutível. Foi essa aliança que fez o triunfo do 5 de dezembro no Parque Eduardo VII. E se a esse tempo não foi proclamada a Monarquia, foi porque talvez não estivesse à mão de semear o rei para ser colocado no trono. Mas o que se passou depois demonstrou bem que o país estava na mão dos monárquicos. E não pode dizer o governo de então que confiava na lealdade dos monárquicos, porque ele tinha recebido indicação segura do estrangeiro de que os monárquicos de acordo com os alemães preparavam uma revolução. E que ela se preparava podem prová-lo todos aqueles que se batiam no norte pela República.

Estava, sr. presidente, a Revolução Monárquica para estalar em 28 de maio, e vim eu a Lisboa avisar os republicanos desse facto, afirmando que se nós não nos acautelássemos, seria um facto, dentro em breve, a monarquia em Portugal. Foi disso

JoseDominguesDosSantos.indb 254 12/10/2012 14:42

informado, por alguém, o sr. Tamagnini Barbosa, que então governava, respondendo que só havia encontrado no seu caminho conspiradores democráticos e não monárquicos. Notou-se-lhe depois que as autoridades que estavam nomeadas no norte é que conspiravam, porque eram todas monárquicas. Eram o sr. Solano de Almeida, o sr. Guimarães, o sr. Sollari Allegro, etc. Evitou-se, porém, a Revolução Monárquica nessa altura, porque chegou ao Porto um grupo de oficiais que iam prontos a defender a todo o transe a República; mas as autoridades continuaram lá, sem ser substituídas, até prepararem completamente o salto monárquico sobre as instituições.

E foi depois da morte de Sidónio Pais, que nós pudemos verificar o plano de traição concertado por ele e os monárquicos, pois tinha sido estabelecido que, depois da sua morte, ficasse governando um triunvirato composto pelos srs. Álvaro de Mendonça, João de Almeida e Tamagnini Barbosa, que é bom frisar, ainda está por prender nesta altura.

Em face destes factos, a ninguém pode restar dúvida que o sr. Sidónio Pais havia feito o pacto com os monárquicos para lhe[s] entregar Portugal desde que ele não pudesse governar (*Apoiados*).

Depois da morte de Sidónio Pais continuou a política do dezembrismo, a política do chamado *grande morto*, e vimos que, enquanto no Porto as Juntas Militares se revoltavam contra o governo, prendiam os seus agentes e negavam-se a obedecer às ordens do governo e aos que se encontravam de acordo com ele, sem lhes dar qualquer castigo; quando se tratou da Revolta de Santarém, os republicanos foram impiedosamente lançados nos cárceres como inimigos do regime.

Este procedimento, quer durante a vida de Sidónio Pais, quer depois da sua morte, mostra que os dezembristas preferiam tudo menos o triunfo dos verdadeiros republicanos.

Assim, tenho a absoluta certeza de que num processo bem organizado, em que intensamente se procure investigar à luz do sol, a verdade inteira, todos chegaremos à conclusão de que esse período é de absoluta traição, tanto interna, como externa.

Ouvi dizer há dias, ao sr. João Pinheiro, que a prova de que Sidónio Pais era aliadófilo está no *memorandum* enviado, em 17 de outubro de 1918, aos governos aliados. Isso quanto a mim não prova coisa alguma.

Considero Sidónio Pais debaixo de um ponto de vista um pouco diferente do que em regra considera toda a gente.

Sidónio Pais não era bem germanófilo e não era bem monárquico. Aliou-se aos alemães precisamente quando os impérios centrais dominavam e se esperava que eles triunfassem. Aliou-se aos monárquicos porque precisava dos monárquicos para assim triunfar, e assim, quando em 5 de dezembro de 1917 foi para a Rotunda, quis mostrar-se aliado com os mais aparentemente poderosos para triunfar; e, em outubro de 1918, como já era evidente a vitória e o triunfo dos aliados, sentindo-se sempre obcecado pelo desejo de elevar-se e poder mais uma vez segurar-se no poder, enviou esse memoradum aos aliados. Portanto, esse governo de Sidónio Pais representou para a República uma absoluta traição.

A minha opinião não é modificada por esse *memorandum* a que se referiu o sr. João Pinheiro. Em face dos factos julgo absolutamente indispensável a nomeação de uma comissão de parlamentares para averiguar dos atos do dezembrismo e essa comissão, segundo o meu parecer, não deve limitar os seus trabalhos ao ponto de vista externo, tem de alargar o seu inquérito à vida interna do país (*Apoiados*).

JoseDominguesDosSantos.indb 255 12/10/2012 14:42

Nós não sabemos qual o destino das 33 500 obrigações que ao tempo levantou tanta celeuma e que está ainda destinado a causar grandes surpresas.

É preciso que se averigue o que se diz em toda a parte. É preciso que se conheçam todas as traições que os governos dezembristas praticaram contra a República.

Reclamam-no todos aqueles que defenderam a República e foram para a morte. Temos o dever de mostrar se o governo era ou não de traição.

E não venham com o papão da revolução. Se esse governo foi de traições, estabeleça-se a devida sanção para esses crimes, tanto mais que o dezembrismo já procura ressurgir das cinzas, dando assim razão àqueles que ontem gritavam.

Não pode ser. Precisamos evitar que uma nova traição surja dentro da terra portuguesa.

Esse inquérito, feito apenas sob o ponto de vista externo, não trará todos os resultados desejáveis. É preciso que se averigue o que se passou sob o ponto de vista interno.

Quando se souber tudo quanto se passou depois de 5 de dezembro, dificilmente poderá voltar a dar-se o que então sucedeu.

Precisamos defender a República e evitar que volte o dezembrismo. Se viesse seria um perigo mortal para a nossa Pátria. Nesta conformidade não quero fatigar mais a Câmara, não quero tirar-lhe mais tempo de que precisa para outros assuntos inadiáveis, e termino mandando para a Mesa a seguinte Moção:

> A Câmara dos Deputados, reconhecendo a necessidade urgente de se proceder a um rigoroso inquérito aos atos do dezembrismo, tanto sob o ponto de vista de política interna, como sob o ponto de vista de política externa, resolve nomear uma comissão parlamentar para o mais urgentemente possível proceder a esse inquérito. - O deputado, *José Domingues dos Santos*.

LEGISLATURA DE 1921

17 DE SETEMBRO DE 1921

Contra a opinião do ministro do Comércio e Comunicações, José Domingues dos Santos discordava que a Feira de Exposições do Porto, realizada no Palácio de Cristal, de 26 de junho a 10 de julho, tivesse um caráter regional. Discorda igualmente da concessão de um subsídio para a Feira de Exposições de Lisboa. Sugeria que a Feira Nacional viesse a realizar-se no Porto e não em Lisboa.

O sr. José Domingues dos Santos: – Sr. presidente: como há pouco o sr. ministro do Comércio e Comunicações estabeleceu certa diferença entre a feira de Lisboa e a que se realizou no Porto, dizendo que a de Lisboa era nacional, ao passo que a do Porto havia sido regional, quero responder a s. ex.ª que tal afirmação não corresponde à verdade.

A feira do Porto não foi regional, como se prova pelo respetivo catálogo que tenho aqui sobre a minha carteira. A ela concorreram casas de Lisboa e doutros pontos do país sem serem do norte. Isto prova que a feira do Porto não foi exclusivamente regional. Direi mesmo que a de Lisboa terá tudo a lucrar se alcançar a extensão e a grandeza que nos ofereceu a feira do Porto.

De resto, sr. presidente, se porventura queremos fazer uma feira nacional, ainda ponho à consideração de v. ex.ª e da Câmara se Lisboa é que deve ser o ponto escolhido para se efetuar essa feira nacional.

Lisboa tem uma indústria principal, que é a das revoluções; afora essa, todas as outras indústrias estão mais atrasadas do que no norte.

Não fala aqui o homem do norte, fala o homem que quer fazer afirmações verdadeiras.

Em geral, não são as capitais os pontos mais propícios para desenvolvimento das indústrias; isto revela, sr. presidente, que não é Lisboa o centro que devia ser escolhido pelo governo da República para fazer uma feira nacional. Devíamos ir buscar o centro mais industrial do país, e esse é, sem dúvida, o Porto.

Na parte relativa à concessão do subsídio para a feira de Lisboa, entendo que não há necessidade alguma de se fazer essa concessão. As associações comerciais e industriais têm o dever de trabalhar, não têm o direito de vir sobrecarregar os cofres do Estado.

Voto, pois, contra o crédito constante desta proposta de lei, porque acho injusto ir dar-se auxílio a quem não é devido.

Tenho dito.

LEGISLATURA DE 1922-1925

28 DE JULHO DE 1922

Em resposta a Cunha Leal, recorda alguns episódios pessoais relacionados com o 19 de outubro. Nega ter abraçado, na manhã desse dia, o capitão Camilo de Oliveira, um dos oficiais do movimento revolucionário.

O sr. José Domingues dos Santos: – Sr. presidente: só agora tomei conhecimento do artigo que vem publicado no jornal que dirijo. Longe do Porto, não tenho ocasião de escrever tudo, nem de rever tudo quanto lá se escreve, mas ao ouvir a leitura que acaba de ser feita, e já depois de para o assunto ter sido chamada a minha atenção, neste mesmo lugar tenho a dizer a v. ex.ª e à Câmara que não há naquelas palavras a menor sombra de ameaça; não há naquelas palavras a menor sombra de ofensa para o Partido Liberal. O que aquilo significa, o que eu diria nesta Câmara se porventura não sentisse a obrigação de deixar a Câmara trabalhar em coisas mais úteis do que estar a levantar todos os dias conflitos pessoais, o que eu diria é que vamos por mau caminho, é que estamos a criar a atmosfera que criou o 19 de outubro.

O que aquilo significa é que há pessoas apostadas em perder a República; o que aquilo significa é que se, porventura, todos nós, homens da República, não mudarmos de caminho, não pusermos de parte essas insinuações baratas que vêm dos *bas fonds*, se não encararmos de frente os destinos da República, se não nos elevarmos à altura das circunstâncias, teremos novamente o *entalão* do Arsenal. Não é que eu o deseje, não é que eu o preconize, porque eu tenho a dizer à Câmara que se porventura houve alguém em Portugal que à custa da sua vida levantasse a sua voz contra todos os facínoras do Arsenal, esse alguém fui eu. Andei nessa ocasião com a cabeça a preço, tive durante meses a minha casa cercada, a minha redação cercada, e os que assim procediam eram amigos das pessoas que neste momento procuram atingir-me.

Sr. presidente: não receio censuras, não receio que alguém me aponte um único ato da minha vida em que incitasse à indisciplina, em que incitasse à desordem, em que incitasse à revolução.

Em todas as minhas palavras venho apregoando nos comícios, nos centros onde falo que é necessário terminarem os ciclos das revoluções; por toda a parte venho apelando para a alma republicana do meu país, para que de uma vez para sempre se compreenda que não é só de armas na mão que se defende a República e se contribui para o seu engrandecimento.

Sr. presidente: querer deturpar o sentido do que eu não escrevo, mas de que assumo inteira responsabilidade; querer deturpar o sentido das palavras, dizendo que aquilo significa um incentivo à revolução, quando apenas visa a afastar do caminho errado em que vamos todos lançando insinuações pessoais, insinuações infamantes contra todos os homens da República, procurando levar ao espírito público a impressão de que todos os homens públicos são indignos de si próprios, contra isso tudo é que eu protesto.

Eu cumpri o meu dever.

Quem o não cumpre são os que vêm, todos os dias, para aqui levantar incidentes pessoais, e acusar quem não devem acusar.

Sr. presidente: falta à verdade quem ousar afirmar que eu, na manhã do movimente da 19 de outubro, abracei o comandante de qualquer força revolucionária.

Falta à verdade!

Muito antes do movimento de 19 de outubro, eu vinha condenando no jornal *A Tribuna*, em artigos violentos, o projetado movimento revolucionário.

De há muito que eu vinha condenando todos aqueles que queriam afastar-se das indicações do diretório do meu partido.

Tendo procedido assim, eu jamais poderia ter qualquer atitude, pela qual pudesse esboçar, sequer, que desejava o triunfo dum movimento, que antecipadamente condenara.

Sr. presidente: na manhã de 19 de outubro, ao ser informado de que o movimento se daria às sete horas dessa manhã, logo me preparei para seguir, no rápido do mesmo dia, para o Porto, para, uma vez ali chegado, poder juntamente com os meus amigos, com todos os republicanos que se conservavam fiéis à Constituição e ao governo, estabelecer uma ação de auxílio a esse governo no sentido de debelar o movimento preparado.

JoseDominguesDosSantos.indb 258 12/10/2012 14:42

E nessa altura não me preocupava saber quem era o governo (*Muitos apoiados*).

Nesta altura só via que o governo era constitucional, e eu tinha afirmado que era da obrigação de todos os republicanos defender o governo constitucional, impedindo que ele fosse derrubado pelo poder das armas.

Foi assim que me levantei mais cedo do que o costume.

Ao atravessar o Rossio, encontrei duas pessoas conhecidas, que, acercando-se de mim, me apresentaram o sr. capitão Camilo de Oliveira.

Não lhe dei nenhum abraço.

Nunca o tinha visto, para o ir abraçar na apresentação.

Na tarde desse dia segui para o Porto, e lá organizei um movimento defensivo da Constituição, o qual teve eco em Portugal.

Sr. presidente: na minoria liberal encontram-se homens que então trabalharam comigo nessa defesa.

Apelo para a boa fé e consciência desses homens, para que digam se encontraram ou não encontraram em mim um dos melhores defensores do governo constituído.

Todos eles me felicitaram pelo desassombro das minhas opiniões e pela repressão por mim encetada.

Digam se quem assim se conduziu poderia, em algum momento, praticar qualquer ato que pudesse significar incitamento à revolução, e muito menos aos massacres horríveis do Arsenal.

Eu devia esta explicação à Câmara.

Termino dizendo que para a minha alma de republicano é bem doloroso ver que se levantam aqui incidentes desta natureza.

Eu sei bem qual é a sorte que me espera, se porventura continuarmos neste caminho.

Prepara-se uma atmosfera de descrença e de desprestígio dos homens da República.

Se a onda galgar e vier sobre nós, eu serei um dos primeiros atingidos.

Por tudo isto, e pelo grande amor que tenho à República, dói-me profundamente que nesta Câmara republicana, quando se sente que a República corre perigo, sejam exatamente os homens que mais elevada situação ocupam nos partidos que venham todos os dias atirar lama à cara dos seus colegas, como se porventura essa lama não possa salpicá-los a eles mesmos (*Apoiados*).

Tenho dito.

Vozes: – Muito bem.

JoseDominguesDosSantos.indb 259 12/10/2012 14:42

LEGISLATURA DE 1925-1926

4 DE MARÇO DE 1926

José Domingues dos Santos defende o reatamento de relações diplomáticas com a Rússia e o estabelecimento dessas relações com a Checoslováquia. Discorda da necessidade de haver um embaixador português no Vaticano.

O sr. José Domingues dos Santos: – […] A Esquerda Democrática está em oposição ao governo e se não quer pôr embaraços na discussão dos orçamentos, também não quer colaborar na discussão dos mesmos quando não haja número bastante.

Fica assim assente, para de futuro, e feito o aviso: doravante, quando não houver número, não será com a presença da Esquerda Democrática que essa discussão prosseguirá.

Veja-se a bancada ministerial deserta só estando presente o sr. ministro dos Negócios Estrangeiros.

Se a todos nos interessa a votação dos orçamentos, mais interessa ao governo e, contudo, o governo prima pela sua ausência a esta Câmara, pelo que me permito levantar o meu protesto veemente contra semelhante procedimento.

Quero fazer esta afirmação de princípios e definir a nossa posição para que amanhã ninguém fique surpreendido com a nossa atitude.

Quando tive a honra de ser presidente do Ministério iniciei, em nome do governo, as combinações necessárias para o reatamento das nossas relações com a Rússia. Tal assunto não teve seguimento, visto que caímos dentro em poucos dias.

Pela proposta orçamental, que está agora em discussão, vejo que nela continua a figurar um funcionário, ministro de 2.ª classe em Petrogrado, com a respetiva verba.

Pergunto, temos lá ministro?

Se não temos para que consta da proposta orçamental tal verba? […]

Entendo que já é tempo de a República portuguesa sair do isolamento em que vive nesta matéria e seguir o exemplo dos povos europeus nossos aliados, reatando as relações com a Rússia sem se importar com o regime que lá vigora.

Pergunto ao sr. ministro dos Negócios Estrangeiros qual o receio que temos desse estreitamento de relações.

Porque não havemos nós de caminhar ao lado daqueles povos, mostrando que não temos medo do papão *bolchevismo*?

Porque havemos nós de continuar assim, pois isso nem sequer se pode justificar por causa da aliança com a Inglaterra, pois a própria Inglaterra recebe os seus representantes?

Nós continuamos a ter representantes em países com quem estivemos em guerra e não temos representantes na Rússia com quem nunca estivemos em conflito.

Temos representante em Berlim e não o temos junto da República dos Sovietes.

Não será tempo bastante de mostrarmos que não temos medo desse papão?

Há um país florescente que vai progredindo dia a dia tanto em ordem administrativa como na política e até financeira. E a Checoslováquia é um grande país a que hoje preside o mais alto espírito da moderna democracia. O presidente daquela República é o chefe de Estado mais culto do mundo.

JoseDominguesDosSantos.indb 260 12/10/2012 14:42

Que relações temos nós com a Checoslováquia?

Nenhumas, absolutamente. Não temos ali um representante, continuamos a permanecer isolados do convívio europeu.

Qual a razão porque, após a Guerra, o governo não estabeleceu relações com a Checoslováquia? Qual a razão porque não demos à Checoslováquia o tratamento próprio de um país grande e admirável como é?

Continuamos a desconhecer a Europa, apesar de termos entrado no conflito europeu.

Fomos para a Guerra, de onde devíamos retirar grandes ensinamentos, e, contudo, terminada a Guerra continuamos isolados, ninguém conhece que existe aqui uma República que quer viver; os nossos representantes, os que v. ex.as vão nomeando para serem representantes da República, quase têm vergonha de dizer que a representam, e contudo é indispensável que se saiba em toda a parte que aqui existe uma democracia forte, que, só porventura tem erros, não perdeu a fé no futuro, tem grandes recursos com que se poderá impor à admiração do mundo.

Qual a razão porque não havemos de dizer aos nossos representantes que cumpram o seu dever de afirmar que são representantes da República portuguesa? […]

Quantos não há que não dizem em parte alguma que são representantes da República?

Ainda há dois dias jantei com um engenheiro que estava na Suíça há anos, e ele contou-me que se deu lá uma festa a que compareceu toda a colónia portuguesa. Pois não se arvorou a bandeira portuguesa. E porquê? Porque muitas das pessoas que tinham assistido a essa festa não eram republicanas e o ministro tinha vergonha de dizer que era republicano. […]

Não estou aqui para denunciar; ao governo é que compete averiguar por que funcionários o Estado republicano é servido. O que posso dizer é que a gente nova que tem ido para as legações ultimamente não é republicana; tem vergonha de dizer que - é republicana.

Ora, se essa gente moça quer representar o país tem de se afirmar republicana (*Apoiados*).

Quero ainda referir-me a outro ponto, embora ligeiramente, porque a hora aperta e eu quero ser escravo do Regimento.

O assunto é um tudo nada melindroso, mas eu vou tratá-lo com a simplicidade que é meu hábito e sem necessidade de tocar seja em quem for.

Pelo sr. Teixeira Pinto foi apresentada uma proposta suprimindo a Embaixada do Vaticano; idênticas propostas foram apresentadas em sessões legislativas anteriores, sendo uma delas pelo sr. Almeida Ribeiro, proposta que então votei e com a qual ainda hoje estou de acordo.

A Esquerda Democrática não praticou nenhum ato de perseguição ou hostilidade para [com] a igreja. O ministério a que tive a honra de presidir foi recebido com hostilidade por parte dos católicos, mas estes nunca sofreram nenhuma perseguição por parte dele. Entendo que o problema religioso deve ficar na consciência de cada um. Entendo que o Estado não pode perseguir qualquer espécie de religião, mas também não pode protegê-la.

JoseDominguesDosSantos.indb 261 12/10/2012 14:42

O Estado deve ser absolutamente neutral em matéria religiosa. E porque assim penso, julgo que não temos obrigação de manter junto do Vaticano um embaixador ou ministro.

Quero ser imparcial.

A Igreja Católica é, de facto, a que maior número de crentes conta, mas não é aquela que tem à sua volta a totalidade deles.

Há muito religioso sem ser católico e até mesmo sem ser cristão. Eu não sou cristão nem católico, e não faço esta afirmação por luxo. Houve tempo em que era *chic* ser ateu; hoje é *chic* ser católico.

Eu sou em matéria religiosa absolutamente descrente: sou-o porque o estudo do fenómeno religioso a tanto me levou. Fui crente, fui católico.

Houve até uma época em que fui ingenuamente crente, como são ingenuamente crentes os homens da minha terra.

Escrevi até artigos religiosos que têm servido a certos imbecis para sorrirem.

Todos sabem que andei num seminário e que lá fui educado durante alguns anos.

Não tenho vergonha em o recordar, e não teria dúvida em afirmar que continuava a ser católico se porventura o fosse. Não tenho vaidade em ser descrente. É esta uma afirmação que ninguém me pede mas que julgo necessário fazer neste momento em que tenho de tratar um problema que toca no problema religioso.

Afirmo a v. ex.as que, mesmo que católico fosse, eu votaria a supressão da nossa embaixada junto do Vaticano, porque entendo que não temos necessidade de ter um representante político junto da Santa Sé.

A igreja católica é uma associação religiosa. O Estado nada tem que ver com a sua vida.

Não compreendo o que faz um ministro junto do Vaticano onde se trata apenas, e tão somente, de problemas de ordem religiosa. Se ao Estado não interessam problemas dessa ordem, pergunto: que faz o nosso ministro junto do chefe religioso? Não entendo pois que haja necessidade de termos um embaixador junto do Vaticano. Para mais o Vaticano é em Roma, e em Roma temos outro ministro. Pelo menos diz vagamente o *Diário do Governo* que temos em Roma um ministro, mas creio que em Roma esse ministro também é vagamente desconhecido. Lamento ser obrigado a dizê-lo porque se trata de um velho republicano, mas esta é a verdade.

Pessoas que têm ido a Roma me têm dito que o sr. Eusébio Leão é desconhecido do mundo diplomático, e mora num quarto andar. Não é por essa forma que se pode exercer a função de um ministro junto de qualquer potência estrangeira.

Para que precisamos de ter dois ministros em Roma?

É verdade que há aquela velha desavença entre o Quirinal e o Vaticano, mas ela não nos diz respeito.

Assim não julgo necessário ter em Roma dois ministros. Já o pensava dentro do Partido Republicano Português, e assim continuo a pensar, porque não mudo de ideias com facilidade a não ser quando me convenço que a ideia que defendia é absolutamente errada.

O sr. Lino Neto, que ouvi com a atenção e respeito que s. ex.ª merece, afirmou que neste momento há necessidade de firmar a paz religiosa nas consciências. Sem

JoseDominguesDosSantos.indb 262 12/10/2012 14:42

dúvida. Mas eu pergunto: o facto de não termos um representante político junto do Vaticano em que pode influir na paz religiosa?

Sei bem que nas democracias todos devem pensar em afastar as lutas religiosas, que a ninguém interessam.

Radicalismo não quer dizer antirreligiosismo. O problema da esquerda é sobretudo de ordem económica.

Mas há ainda a atender que em Portugal não há apenas a religião católica. Todos sabem que há também muitos protestantes, e eu pergunto porque havemos de estar a dar as honras dum representante político à religião católica e não a havemos de dar também à religião calvinista.

Não temos, o Estado português não tem nenhum representante junto dessas confissões religiosas. […]

Eu entendo, enfim, e para pôr termo neste diálogo, que o Estado neutral em matéria religiosa não tem que dar preferência à religião católica.

Dou o meu voto à proposta apresentada pelo sr. Teixeira Pinto.

Esta posição que a Esquerda Democrática toma é apenas de coerência com o seu passado. Não queremos levantar nenhum estandarte de revolta em lutas de ordem religiosa, seja contra quem for, queremos mantermo-nos absolutamente estranhos e alheios a todas as confissões religiosas.

É por isso que a Esquerda Democrática vota a supressão da embaixada junto do Vaticano.

Temos assim postas as nossas posições.

Obrigado ficaria no entanto se o sr. ministro dos Negócios Estrangeiros nos dissesse o que pensa – não a respeito da supressão da embaixada no Vaticano, porque, visto a maioria votar contra, já sabemos o resultado da proposta – mas que nos dissesse porque é que não reatamos as relações com a Rússia, e porque é que não temos relações diplomáticas – embaixador ou cônsul ou encarregado de negócios – junto da Checoslováquia.

Não são problemas sem importância. A Rússia é um país grande, tem possibilidades de estabelecer relações comerciais connosco, que muito podiam beneficiar a nossa indústria e contribuir para o nosso desenvolvimento económico.

Por que é que nós desprezamos esses fatores de riqueza?

Estamos ainda com medo do papão *bolchevista* vir perturbar a vida pacata do português?

Queremos continuar nesta posição ridícula de sermos o único país da Europa que teima em não querer ouvir a linguagem europeia que se fala em toda a parte?

Não é indiferente, para nós, Esquerda Democrática, este assunto, e creio que o não é também para a Nação.

Espero que o sr. ministro nos elucidará sobre o assunto.

Já pus a questão quando da apresentação deste Ministério sem ter conseguido obter uma resposta, mas desta vez não acabará a discussão do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros sem sabermos o que há sobre esta matéria.

E por agora, tenho dito, sr. presidente.

JoseDominguesDosSantos.indb 263 12/10/2012 14:42

4. Ministro

AÇÃO LEGISLATIVA DE JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS

Ministro do Trabalho
(de 28 de junho de 1919 a 21 de janeiro de 1920
de 30 de novembro de 1920 a 2 de março de 1921
de 2 de março de 1921 a 24 de maio de 1921)

Decretos-leis

Número	Data	Assunto
5964	19-7-1919	Abre um crédito para reforço da verba consignada a acudir à crise do trabalho, com destino à reconstrução do edifício da Praça do Comércio destruído pelo incêndio. – DG 141.
5985	30-7-1919	Abre um crédito de 200 000$00, a fim de reforçar a verba destinada a atenuar a crise de trabalho por efeito da última guerra mundial. – DG 153.
5992	1-8-1919	Cria um Tribunal de Desastres no Trabalho na cidade de Coimbra. – DG 152.
5998	4-8-1919	Cria um Tribunal de Desastres no Trabalho na cidade de Viseu. – DG 154.
5999	4-8-1919	Altera o quadro médico do Hospital da Misericórdia de Vila de Conde. – DG 154.
6100	15-9-1919	Abre um crédito para reforço da verba do artigo 34.º do capítulo 17.º do orçamento da despesa extraordinária do Ministério do Trabalho para 1919-1920, destinada a atenuar a crise de trabalho. – DG 186.
6112	17-9-1919	Aprova o novo regulamento para a construção dos Bairros Sociais. – DG 188.
6114	19-9-1919	Aprova os novos vencimentos do quadro do pessoal do Posto de Desinfeção de Ponta Delgada. – DG 190.
6119	20-9-1919	Cria um lugar de farmacêutico para a Misericórdia das Velas, Ilha de S. Jorge. – DG 191.
6120	22-9-1919	Abre um crédito destinado a reforço da verba para atenuar a crise de trabalho. – DG 192.
6121	23-9-1919	Aprova o projeto do regulamento de decreto n.º 5516 (horário do trabalho). – DG 193.
6122	23-9-1919	Determina que os funcionários dos quadros dos serviços do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, com direito a ajudas de custo e subsídios de marcha, sejam abonadas, adiantadamente, as respetivas importâncias, quando hajam de ausentar-se da sede do estabelecimento onde prestam serviço. – DG 193.
6135 - A	27-9-1919	Cria o Tribunal de Desastres no Trabalho de Aveiro. – DG 197 - supl.
6135 - B	27-9-1919	Cria o Tribunal de Desastres no Trabalho de Bragança. – DG 197 - supl.
6135 - C	27-9-1919	Cria o Tribunal de Desastres no Trabalho de Leiria. – DG 197 - supl.
6135 - D	27-9-1919	Cria o Tribunal de Desastres no Trabalho de Ponta Delgada. – DG 197 - supl.
6135 - E	27-9-1919	Cria o Tribunal de Desastres no Trabalho de Portalegre. – DG 197 - supl.

JoseDominguesDosSantos.indb 264 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
6154	4-10-1919	Cria no distrito do Porto, funcionando no extinto Convento do Vairão, a Escola Maternal e Profissional para indivíduos do sexo feminino dos dois aos dezoito anos. – DG 206.
6155	11-10-1919	Expropria a quinta da Granja de Cima, situada nas freguesias de Lordelo do Ouro e Foz do Douro, cujo terreno é destinado à construção de Bairros Sociais. – DG 206.
6156	13-10-1919	Aprova o regulamento da Escola Maternal do distrito do Porto, instalada no extinto Convento do Vairão. – DG 207.
6168	4-10-1919	Abre um crédito para reforço da verba destinada a atenuar a crise do trabalho. – DG 209.
6209	10-11-1919	Transfere dos orçamentos da despesa do Ministério do Interior, relativos aos anos de 1914-1915 e 1918-1919, para o orçamento da despesa do Ministério do Trabalho para 1919-1920 a importância de 430 025$64, destinada à construção de um hospital de alienados em Coimbra, as instalações de aquecimento nos hospitais do Estado, à conclusão da Maternidade de Lisboa e a pagamento do vapor de serviço da Inspeção de Sanidade Marítima. – DG 229.
6210	10-11-1919	Abre um crédito para reforço da verba destinada a atenuar a crise do trabalho e à construção do edifício da Praça do Comércio destruído pelo incêndio. – DG 229.
6212	11-11-1919	Aprova o regulamento do recolhimento "Mercearias." – DG 230.
6213	11-11-1919	Modifica a tabela das taxas e pensões diárias a aplicar aos doentes pensionistas dos Hospitais da Universidade de Coimbra. – DG 230.
6214	11-11-1919	Aprova o quadro e respetivos vencimentos anuais dos empregados do Colégio dos Órfãos a cargo da Câmara Municipal do Porto. – DG 230.
6215	11-11-1919	Cria o lugar de secretário privativo da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos, Mitra, a fim da referida Câmara o aproveitar para o Horto e Parque Municipal. – DG 242.
6261	29-11-1919	Autoriza a Associação Protetora da Infância, do Porto, a elevar os vencimentos dos seus empregados. – DG 244.
6262	29-11-1919	Autoriza a direção do Asilo dos Órfãos e Infância Desvalida, de Braga, a contrair um empréstimo. – DG 244.
6238	20-11-1919	Eleva os vencimentos dos empregados do Asilo Portuense de Mendicidade. – DG 237.
6239	20-11-1919	Eleva o vencimento do regente do Asilo de Inválidos Viscondessa de S. Caetano, a cargo da Misericórdia de Viseu. – DG 237.
6310	29-12-1919	Aumenta os vencimentos anuais do chefe e do amanuense da secretaria da Misericórdia de Amarante. – DG 265.
6311	29-12-1919	Aprova o novo quadro e respetivos vencimentos anuais do pessoal da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da cidade do Porto. – DG 265.
6312	29-12-1919	Aumenta os vencimentos anuais do cartório e da regente da creche de Sant'Ana e Santa Maria, da cidade do Porto. – DG 265.
6334	2-1-1920	Abre um crédito para reforço da verba destinada a acudir à crise do trabalho. – DG 10.
6338	14-1-1920	Cria na cidade do Porto um semi-internato com a denominação Escola de Rosa Santos. – DG 11.
6339	14-1-1920	Modifica a tabela das taxas e pensões diárias a aplicar aos doentes pensionistas dos Hospitais da Universidade de Coimbra. – DG 11.

(Continua)

JoseDominguesDosSantos.indb 265 12/10/2012 14:42

Número	Data	**Assunto**
6340	14-1-1920	Altera o preçário do estabelecimento hidroterápico dos Hospitais da Universidade de Coimbra. – DG 11.
6341	14-1-1920	Eleva os vencimentos anuais dos empregados da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo. – DG 11.
6342	14-1-1920	Eleva os vencimentos dos enfermeiros do Hospital da Misericórdia de Mora. – DG 11.
6348	14-1-1920	Cria no distrito de Lisboa a Escola Maternal da Ajuda, cujo regulamento está anexo a este decreto. – DG 12.
6366	20-1-1920	Aprova o regulamento do Instituto de Hidrologia. – DG 18.
6370	20-1-1920	Abre um crédito para reforço da verba destinada a atenuar a crise de trabalho. – DG 20.
7241	21-1-1921	Abre um crédito para reforço da verba destinada a subsídios e despesas de pessoal, material e outras relativas à crise de trabalho. – DG 14.
7251	26-1-1921	Cria um lugar de segundo assistente do Dispensário de Lisboa. – DG 18.
7252	26-1-1921	Autoriza a Misericórdia de Portel a formar, juntamente com o Hospital do Espírito Santo, uma mesma e única corporação. – DG 18.
7253	26-1-1921	Eleva as mensalidades dos pensionistas surdos-mudos internos e semi-internos da Casa Pia de Lisboa. – DG 18.
7254	26-1-1921	Determina que a designação de regente do antigo Asilo da Ajuda passe a ser a de diretora do Asilo do Almirante Reis. – DG 18.
7268	27-1-1921	Altera os decretos n.os 7115, 7120 e 7152, que concederam subvenções diferenciais a diversos funcionários. – DG 19.
7277	28-1-1921	Fixa em $60 por quilómetro o subsídio de transporte dos aferidores de pesos e medidas. – DG 20.
7294	3-2-1921	Aumenta as cotas diárias dos doentes pensionistas admitidos a tratamento no Hospital de Joaquim Urbano, no Porto. – DG 24.
7301	6-2-1921	Abre um crédito de 2000 contos para despesas de pessoal, material e outras relativas à construção dos Bairros Sociais. – DG 27.
7326	17-2-1921	Declara de utilidade pública e urgente a expropriação de um terreno para alargamento do cemitério da freguesia de Salreu, concelho de Estarreja. – DG 34.
7357	21-2-1921	Suspende a execução do decreto n.º 7252, que autorizou a fusão do Hospital de Portel com a Misericórdia da mesma vila, e manda proceder a um inquérito para habilitar o governo a resolver sobre a conveniência dele ser mantido. – DG 37.
7365	23-2-1921	Eleva a 6$00 o subsídio concedido aos alunos pobres do semi-internato da Casa Pia de Lisboa. – DG 39.
7366	23-2-1921	Eleva os vencimentos anuais dos empregados da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da cidade de Viseu. – DG 39.
7389	7-3-1921	Obriga todos os professores primários oficiais a remeter mensalmente à Provedoria da Assistência de Lisboa uma nota da frequência e aproveitamento dos menores pupilos da Assistência matriculados nas suas escolas. – DG 48.
7400	17-3-1921	Aprova o regulamento dos Tribunais Arbitrais de Previdência Social. – DG 56 (ret. DG 83).
7405	22-3-1921	Fixa os prazos para a aferição e conferição de pesos e medidas. – DG 59.
7432	31-3-1921	Aprova o quadro e respetivos vencimentos dos empregados da Misericórdia de Évora. – DG 65.

Número	Data	Assunto
7461	23-4-1921	Abre um crédito para reforço da verba destinada à conclusão do edifício da Escola-Asilo de Santa Maria para Cegos e Cegas. – DG 84.
7489	7-5-1921	Altera diversas disposições regulamentares do Hospital de D. Leonor, das Caldas da Rainha. – DG 95.
7490	7-5-1921	Altera os preços de hospitalização dos doentes no Hospital de Santo Isidoro, das Caldas da Rainha. – DG 95.
7496	30-4-1921	Altera a proposta orçamental para 1920-1921. – DG 97.
7527	23-5-1921	Eleva os vencimentos anuais do enfermeiro e da enfermeira do hospital a cargo da Misericórdia de Pombal. – DG 111.

JoseDominguesDosSantos.indb 267 12/10/2012 14:42

Portarias

Número	Data	Assunto
1874	8-7-1919	Autoriza o Asilo das Raparigas Abandonadas, da cidade do Porto, a aceitar diferentes legados. – DG 133.
1875	8-7-1919	Autoriza a Irmandade das Almas da freguesia de Ribas, Celorico de Basto, a levantar 250$00 do seu capital e a aplicá-los na conclusão do cemitério. – DG 133.
1876	8-7-1919	Autoriza a Misericórdia do Porto a aceitar uma doação. – DG 133.
1877	8-7-1919	Autoriza a Confraria das Almas do Corpo Santo, de Massarelos, do Porto, a aceitar a proposta que lhe foi feita, no sentido de se proceder à conversão de um encargo anual. – DG 133.
1878	9-7-1919	Autoriza a comissão administrativa da Junta de Freguesia de Alpiarça a acordar com a Câmara Municipal do mesmo concelho a cedência da posse e administração do edifício para a fundação de um hospital. – DG 134.
1879	9-7-1919	Autoriza a Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Ribas, Celorico de Basto, a levantar 200$00 do seu capital para a conclusão do cemitério. – DG 134.
1880	9-7-1919	Autoriza a Confraria de Nossa Senhora da Peneda, ereta na freguesia da Gavieira, Arcos de Valdevez, a levantar do seu capital 3000$00 para construção e conclusão dos edifícios complementares das obras do Asilo de Inválidos. – DG 134.
1881	9-7-1919	Autoriza a Misericórdia de Alpalhão a aceitar uma doação. – DG 134.
1884	11-7-1919	Autoriza as Confrarias de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento e Senhor Jesus da freguesia de Santo Ildefonso a aceitar dois legados. – DG 136.
1885	11-7-1919	Autoriza a Misericórdia de Guimarães a aceitar dois legados. – DG 136.
1886	11-7-1919	Autoriza a Misericórdia de Estremoz a aceitar um legado. – DG 136.
1901	19-7-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Portugal a converter o seu depósito de garantia em bilhetes do Tesouro. – DG 141.
1902	19-7-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Fraternidade a converter o seu depósito de garantia em bilhetes do Tesouro. – DG 141.
1903	19-7-1919	Autoriza a Companhia de Resseguros Progresso a reformar os seus estatutos. – DG 141.
1905	21-7-1919	Autoriza a Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos de Guimarães a contrair um empréstimo para custear as despesas com o Asilo de Mendicidade e colégio anexo. – DG 142.
1906	21-7-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Fraternidade, com sede no Porto, a explorar determinados ramos de seguro. – DG 142.
1907	21-7-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Mindelo, com sede na Figueira da Foz, a explorar diversos ramos de seguro. – DG 142.
1908	21-7-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Sagres a reformar os seus estatutos. – DG 142.
1909	21-7-1919	Autoriza a Companhia de Resseguros O Resseguro a alterar os seus estatutos. – DG 142.
1910	22-7-1919	Autoriza o Banco Previdente Segurador, com sede no Porto, a constituir-se definitivamente e a explorar determinados ramos de seguros. – DG 146.

Número	Data	Assunto
1911	22-7-1919	Autoriza a Companhia de Seguros A Paz a explorar determinados ramos de seguros e a emitir novas apólices para seguros de automóveis. – DG 143.
1912	22-7-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Comercial Union, com agência no Porto, a substituir os modelos das suas atuais apólices de ramo de fogo. – DG 143.
1913	22-7-1919	Autoriza a Companhia Portuguesa de Resseguros Progresso a explorar o seguro direto juntamente com o resseguro, que já exerce. – DG 146.
1916	23-7-1919	Autoriza a Irmandade do Santíssimo do Reguengo da Carvoeira, Mafra, a aceitar um donativo destinado à reparação de uma casa em S. Julião. – DG 144.
1917	23-7-1919	Autoriza a comissão administrativa do Colégio dos Órfãos de S. Caetano a vender cinquenta ações do Banco Comercial e vinte e cinco do Banco Hipotecário do Maranhão e a converter o respetivo produto em títulos de dívida pública portuguesa. – DG 144.
1919	28-7-1919	Autoriza a Misericórdia de Castelo Branco a aceitar um legado. – DG 148.
1920	28-7-1919	Autoriza a Misericórdia de Coimbra a ceder à Câmara Municipal da mesma cidade parte da Quinta do Pio, indispensável para a construção da estrada da Coselhas às Almas da Conchada. – DG 148.
1921	22-7-1919	Autoriza o provedor da Assistência de Lisboa a aceitar a doação duma faixa de terreno situada na freguesia de Santa Isabel. – DG 148.
1922	28-7-1919	Homologa a fusão das Associações de Socorros Mútuos Previdência Nacional e O Dia. – DG 148.
1929	30-7-1919	Prorroga até 6 de agosto de 1919 o prazo para as associações de classe e mutualistas efetuarem as eleições dos seus representantes junto do Conselho Superior de Previdência Social e das Bolsas Sociais de Trabalho. – DG 150.
1930	30-7-1919	Autoriza a Misericórdia de Redondo a desviar dos seus fundos a quantia de 5.000$00, a fim de dar execução à portaria n.º 1499. – DG 150.
1932	1-8-1919	Retira a autorização concedida à Companhia de Seguros e Resseguros Lloyd de España, com sede em Madrid e agência em Lisboa, para o exercício da sua indústria em Portugal. – DG 152.
1938	4-8-1919	Amplia por mais dois anos o prazo para a construção de um asilo para a infância desvalida na vila de Felgueiras. – DG 154.
1939	4-8-1919	Autoriza a alienação de uma terra de semeadura no sítio de Belver, limite da vila das Caldas da Rainha, de que é possuidor o Hospital de D. Leonor. – DG 154.
1945	12-8-1919	Prolonga até o fim de setembro de 1919 o prazo para a aferição de peso e medidas no concelho de Setúbal. – DG 159.
1946	13-8-1919	Homologa a fusão das Associações de Socorros Mútuos Câmara Pestana e Internacional. – DG 160.
1947	13-8-1919	Homologa a fusão das Associações de Socorros Mútuos A Confiança e Tomás Ribeiro. – DG 160.
1952	16-8-1919	Autoriza o Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e S. José das Meninas Desamparadas do Porto a aceitar vários donativos. – DG 163.
1953	16-8-1919	Autoriza a Irmandade da Misericórdia de Paredes de Coura a aceitar o legado de João Bento de Araújo Guimarães. – DG 163.

(Continua)

Número	Data	**Assunto**
1954	16-8-1919	Autoriza a Direção do Instituto de Nossa Senhora da Graça, de S. João do Campo, a distratar dos seus capitais mutuados a quantia de 1872$02, para pagamento às drogarias que fornecem a sua farmácia. – DG 163.
1968	4-9-1919	Autoriza a Misericórdia de Viseu a aceitar um legado. – DG 177.
1969	5-9-1919	Autoriza a mesa administrativa da Misericórdia de Santarém a aceitar uma doação. – DG 178.
1970	5-9-1919	Autoriza a Confraria das Almas da freguesia de Moreira, Monção, a distratar dos seus capitais a quantia de 300$00, a fim de subsidiar a Junta de Freguesia para conclusão das obras do cemitério paroquial. – DG 178.
1971	5-9-1919	Autoriza a Irmandade da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão a aceitar dois legados. – DG 178.
1972	5-9-1919	Autoriza as corporações do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Ferreiros, Braga, a levantarem dos seus fundos, cada uma 500$00, a fim de completarem as obras da igreja matriz da referida freguesia. – DG 178.
1973	5-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Lloyd Transatlântico a explorar diversos ramos de seguro. – DG 178.
1974	5-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros O Futuro a explorar o ramo responsabilidade civil. – DG 178.
1975	5-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros À Glória Portuguesa a explorar vários ramos de seguros. – DG 178.
1976	5-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Meridional a levantar o depósito relativo ao ramo vida, por ter desistido da sua exploração. – DG 178.
1980	8-9-1919	Autoriza o Banco de Seguros a explorar vários ramos de seguros. – DG 180.
1982	9-9-1919	Aplica a verba para pagamento de encargos relativos à crise de trabalho a quantia de 10 000$00 nas primeiras despesas a efetuar com as obras de reconstrução da parte do edifício da Praça do Comércio destruída pelo incêndio de 2 de maio de 1919. – DG 181.
1983	10-9-1919	Encarrega um arquiteto da elaboração do projeto, direção e administração da obra de adaptação da ala oriental do edifício da Praça do Comércio a instalação do Ministério do Trabalho, com honorários idênticos àqueles que forem estipulados para as comissões técnicas dos Bairros Sociais. – DG 182.
1984	10-9-1919	Transfere para a Comissão da Assistência Distrital de Bragança o subsídio de 20 000$00 concedido à Câmara Municipal de Vila Flor, pela portaria n.º 1750, a fim de auxiliar a construção do hospital do distrito. – DG 182.
1985	11-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Minerva a converter em bilhetes do Tesouro Português o seu depósito legal em numerário. – DG 183.
1986	11-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Integridade a reformar os seus estatutos e a embolsar os seus acionistas de 40 por cento do capital nominal. – DG 183.
1987	11-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Luso Fluminense Latina a explorar diversos ramos de seguros. – DG 183.
1988	11-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Mindelo a explorar vários ramos de seguros. – DG 183.
1989	11-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros O Alentejo a explorar diversos ramos de seguros. – DG 183.

JoseDominguesDosSantos.indb 270 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
1990	11-9-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Oceano, com sede em Lisboa, a reformar os artigos 47.º e 48.º dos seus estatutos. – DG 183.
2000	19-9-1919	Autoriza a Sociedade Anónima de Seguros Numância, com sede em Madrid, a explorar em Portugal o ramo marítimo de seguros de fragatas, casco e carga. – DG 190.
2003	23-9-1919	Cria um Bairro Social na cidade do Porto. – DG 193.
2008	7-10-1919	Autoriza a Companhia de Seguros O Futuro a reduzir a escritura pública a reforma dos seus estatutos. – DG 202.
2009	7-10-1919	Homologa a fusão das Associações de Socorros Mútuos Lisboa, Auxílio Popular e Universal. – DG 202.
2010	7-10-1919	Homologa a fusão das Associações de Socorros Mútuos A Esperança e Fraternidade Peninsular. – DG 202.
2011	7-10-1919	Autoriza a Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche a comprar um prédio para instalação da sua sede social. – DG 202.
2012	8-10-1919	Autoriza o Hospital de Santo Agostinho, de Vila Nova de Ourém, a contrair um empréstimo. – DG 203.
2015	11-10-1919	Autoriza a Companhia de Resseguros Esfera a constituir-se definitivamente e a explorar vários ramos de resseguros. – DG 206.
2016	11-10-1919	Autoriza a Companhia de Seguros L'Urbaine a substituir por obrigações da dívida externa portuguesa de 3%, 1.ª série, as obrigações da Companhia Geral de Crédito Predial Português, já sorteadas e que de futuro o venham a ser, que, depositadas na Caixa Geral de Depósitos, constituem as suas reservas matemáticas. – DG 206.
2017	11-10-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Indemnizadora a substituir por outras tantas obrigações da dívida externa portuguesa de 3%, 3.ª série, dez obrigações dessa natureza já sorteadas e que fazem parte do seu depósito de garantia. – DG 206.
2018	11-10-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Atlas a levantar o depósito de garantia relativo ao ramo vida, de cuja exploração desiste. – DG 206.
2019	11-10-1919	Autoriza a Companhia de Seguros A Mundial a reunir numa só apólice o seguro contra vários riscos. – DG 206.
2020	11-10-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Lloyd Luso-Brasileiro Terra e Mar, com sede em Lisboa, a constituir-se definitivamente e a explorar vários ramos de seguros reais. – DG 206.
2021	11-10-1919	Autoriza a Companhia de Seguros A Beira, com sede na Covilhã, a reformar os seus estatutos. – DG 206.
2024	14-10-1919	Autoriza a Misericórdia de Amarante a aceitar os legados de Joaquim Leite de Carvalho. – DG 208.
2025	14-10-1919	Autoriza a Misericórdia de Viana do Castelo a aceitar o legado de D. Maria Teresa de Jesus Veloso. – DG 208.
2026	14-10-1919	Autoriza a Misericórdia de Santo Tirso a aceitar o legado de D. Guilhermina da Purificação Freitas Veloso. – DG 208.
2029	18-10-1919	Autoriza o Hospital de Santo Agostinho, de Vila Nova de Ourém, a contrair um empréstimo de 9000$00, para adquirir um número de ações da nova emissão do Banco Ultramarino a que tem direito como acionista. – DG 212.
2032	20-10-1919	Homologa a fusão das Associações de Socorros Mútuos União Humanitária e Ressano Garcia. – DG 213.

(Continua)

Número	Data	Assunto
2033	20-10-1919	Determina que os regedores só passem atestados de óbito no caso extremo e comprovado de absolutamente se não poder recorrer à intervenção profissional. – DG 213.
2035	23-10-1919	Autoriza a Irmandade da Rainha Santa Mafalda, de Arouca, a aceitar uma doação. – DG 216.
2038	1-11-1919	Autoriza a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Ponte de Lima a aceitar o legado do dr. Manuel de Brito Cício. – DG 223.
2040	4-11-1919	Autoriza a Misericórdia de Ovar a alienar um prédio de casas térreas em ruína, e bem assim as inscrições em sua posse que acham averbadas com a cláusula de serem destinadas à construção de um hospital e a adquirir os terrenos necessários para o indicado fim. – DG 224.
2041	4-11-1919	Autoriza a Congregação e Hospital de Velhos e Entrevados de Nossa Senhora da Caridade, de Viana do Castelo, a receber da Companhia Geral de Crédito Predial a importância de dezassete obrigações e a adquirir com o seu produto inscrições ou obrigações de assentamento do Governo Português. – DG 224.
2042	4-11-1919	Autoriza as mesas da Confraria do Santíssimo Sacramento e da Irmandade das Almas da freguesia do Vale do Bouro, concelho de Celorico de Basto, a levantarem dos seus fundos 300$00 e 400$00 respetivamente para auxiliarem a construção do cemitério paroquial da referida freguesia. – DG 224.
2043	4-11-1919	Autoriza a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, ereta na cidade de Guimarães, a aceitar um legado. – DG 224.
2044	4-11-1919	Autoriza a Misericórdia de Viana do Castelo a alienar os valores de uma herança que se liquidarem, a fim de os converter em títulos da dívida pública portuguesa. – DG 224.
2045	4-11-1919	Autoriza a Misericórdia de Vila Nova de Famalicão a adquirir por compra uma morada de casas com quintal, que se acha unida ao terreno do hospital, a fim de construir anexo ao mesmo hospital o asilo de inválidos e um necrotério. – DG 224.
2046	4-11-1919	Autoriza a Irmandade das Almas da freguesia de Ronfe, concelho de Guimarães, a levantar dos seus capitais uma verba para a reparação da sacristia. – DG 224.
2047	4-11-1919	Autoriza a Misericórdia de Rio Maior a aceitar um legado. – DG 224.
2053	11-11-1919	Autoriza a Misericórdia de Guimarães a levantar dos seus fundos, a título de empréstimo, até a quantia de 5000$00, as importâncias de que carecer para poder fazer face a pesadíssimos encargos que a assoberbam em consequência da carestia da vida. – DG 230.
2054	11-11-1919	Autoriza a direção do Asilo de Infância Desvalida, de Leiria, a vender, para construções particulares, em três talhões, uma pequena parcela da vasta cerca do mesmo Asilo. – DG 230.
2061	17-11-1919	Autoriza a Companhia de Resseguros A Renascença a constituir-se definitivamente e a iniciar a exploração da indústria de resseguros em determinados ramos. – DG 234.
2062	17-11-1919	Autoriza a Companhia de Seguros La Union e el Fenix Español, com sede em Madrid, a explorar o risco de transporte de volumes por desastres sucedidos aos comboios que os conduzirem. – DG 234.
2065	19-11-1919	Autoriza a comissão administrativa das oficinas de S. José, do Porto, a aplicar três legados para reforço das verbas de alimentação, aquisição de roupas, etc. – DG 236.

JoseDominguesDosSantos.indb 272 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
2066	19-11-1919	Autoriza a Misericórdia do Fundão a vender vários bens e domínios diretos, provenientes de doações e legados com que foi contemplada. – DG 236.
2067	19-11-1919	Autoriza a Confraria do Sacramento, freguesia de Serafão, concelho de Fafe, a vender as inscrições precisas para a realização de 850$00 destinados às reparações do seu altar. – DG 236.
2068	19-11-1919	Autoriza a direção da Associação Beneficente do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, de Valongo, a aceitar vários legados. – DG 236.
2069	19-11-1919	Autoriza a Misericórdia de Tomar a alienar os Passos ou pequenas capelas, em número de cinco, encravadas em vários prédios, nas ruas da referida cidade. – DG 236.
2070	20-11-1919	Determina que as instituições de assistência do país remetam até ao fim de dezembro de cada ano, à Direção dos Serviços de Inspeção, Estatística e Cadastro da Assistência do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, cópias das suas respetivas contas e orçamentos. – DG 237.
2073	24-11-1919	Autoriza a Confraria do Santíssimo Sacramento de Silveiros, Barcelos, a vender uma casa que possui e que destinava a arrecadação de alfaias. – DG 239.
2074	24-11-1919	Autoriza a Santa Casa da Misericórdia de Barcelos a aceitar um legado. – DG 239.
2075	24-11-1919	Autoriza a Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Sé de Braga a receber da Companhia Geral de Crédito Predial Português o produto de três obrigações sorteadas e das que de futuro o venham a ser e de que seja possuidora, a fim de lhes dar melhor colocação, capitalizando-os. – DG 239.
2076	24-11-1919	Autoriza a Irmandade dos Passos de Ovar a aplicar a quantia de 646$99 dos seus fundos na refundição de dois sinos. – DG 239.
2085	29-11-1919	Enumera os casos em que os chefes de circunscrição da Previdência Social devem presidir aos Tribunais de Desastres no Trabalho. – DG 244.
2086	29-11-1919	Autoriza o Asilo de Vilar, do Porto, a aceitar um legado. – DG 244.
2087	29-11-1919	Autoriza a Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, o Asilo de Santa Estefânia Amor de Deus e do Próximo e a Mesa da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, todos de Guimarães, a receber o produto de várias obrigações que foram sorteadas. – DG 244.
2088	29-11-1919	Autoriza o Asilo das Raparigas Abandonadas, do Porto, a aceitar um legado. – DG 244.
2097	19-12-1919	Autoriza a Misericórdia de Setúbal a permutar uns terrenos do quintal do Asilo Bocage com outros da Câmara Municipal desse concelho. – DG 258.
2098	19-12-1919	Autoriza a Misericórdia de Arronches a aceitar um donativo feito pela ex-comissão de abastecimentos do mesmo concelho, e anula a portaria n.º 1804. – DG 258.
2099	19-12-1919	Autoriza a Santa Casa da Misericórdia do Porto, como administradora do Sanatório Hospital de Rodrigues Semide, a adquirir um terreno contíguo àquele estabelecimento. – DG 258.
2100	20-12-1919	Autoriza a Companhia de Seguros Coimbra a constituir-se definitivamente e a explorar determinados ramos de seguros. – DG 259.

(Continua)

Número	Data	Assunto
2101	22-12-1919	Autoriza a Confraria do Santíssimo Sacramento de Pardilhó, Estarreja, a vender umas inscrições a fim de custear a construção dum novo cemitério. – DG 260.
2103	29-12-1919	Autoriza a Misericórdia de Penafiel a aceitar um legado e a convertê-lo em papéis de crédito da dívida pública portuguesa. – DG 265.
2108	9-1-1920	Autoriza a Irmandade da Misericórdia de Felgueiras a vender uma casa e a aplicar o seu produto a obras no Hospital de Agostinho Ribeiro. – DG 7.
2109	9-1-1920	Autoriza a Misericórdia de Guimarães a aceitar um legado. – DG 7.
2110	9-1-1920	Concede, da verba destinada ao pagamento de despesas de material e outras relativas à crise de trabalho, subsídios à Câmara Municipal de Paredes de Coura e às várias juntas de freguesia de outros concelhos para a realização de obras. – DG 7.
2111	12-1-1920	Autoriza a Confraria do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário, ereta na igreja da Cunha, concelho de Braga, a aceitar um legado. – DG 9.
2113	13-1-1920	Concede subsídios a várias câmaras municipais e juntas de freguesia para a efetivação de obras e atenuação da crise do trabalho. – DG 10.
2116	14-1-1920	Autoriza a Confraria de S. José de Ribamar, da Póvoa de Varzim, a converter em inscrições o produto de uma obrigação da Companhia de Crédito Predial Português sorteada. – DG 11.
2117	14-1-1920	Concede subsídios a diversas câmaras municipais e juntas de freguesia para realização de obras e atenuação da crise do trabalho. – DG 11.
2118	14-1-1920	Autoriza a Misericórdia de Grândola a ceder 3000$00 a favor do Montepio dessa vila. – DG 12.
2119	14-1-1920	Autoriza a direção da Casa Pia de Lisboa a converter em títulos da dívida interna o produto da venda de vinte e duas ações da Companhia das Lezírias. – DG 12.
2120	14-1-1920	Autoriza a Confraria do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de Vade (S. Tomé), Ponte da Barca, a levantar dos seus fundos 300$00, a fim de auxiliar a construção de um cemitério paroquial na referida freguesia. – DG 12.
2121	14-1-1920	Autoriza a Misericórdia de Grândola a aceitar o legado de Luís Alves Serrano. – DG 12.
2123	14-1-1920	Concede à Junta de Freguesia de Perosinho, concelho de Vila Nova de Gaia, o subsídio de 1000$00, a fim de auxiliar as obras de ampliação do cemitério da mesma freguesia e a atenuar a crise de trabalho. – D G. 13.
2125	19-1-1920	Autoriza a Irmandade de Sant'Ana, da freguesia de Orgens, Viseu, a levantar dos seus fundos a quantia de 250$00, a fim de proceder a obras de reparação da sua capela. – D G. 15.
2131	20-1-1920	Autoriza a Misericórdia de Grândola a ceder em favor do Montepio dessa vila 3000$00 dos 5000$00 que lhe foram concedidos por portaria n.º 1823. – DG 19.
2132	20-1-1920	Autoriza a Misericórdia de Évora a aceitar vários legados. – DG 19.
2133	20-1-1920	Autoriza a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, do Porto, a reforçar várias verbas de despesa. – DG 20.
2530	11-12-1920	Considera como substância concessível e incluída na alínea b) do § único do artigo 2.º da lei n.º 677 a mica, quando se prove a existência de jazigos dessa substância em condições favoráveis de exploração. – DG 252.

JoseDominguesDosSantos.indb 274 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
2531	11-12-1920	Autoriza a Liga Internacional de Seguros Lis a ampliar a sua exploração a novos ramos de seguros. – DG 252.
2532	11-12-1920	Autoriza o contrato definitivo de incorporação das Companhias de Seguros Redenção e Aurora. – DG 252.
2533	11-12-1920	Autoriza a Companhia de Seguros A Oriental a explorar determinados ramos de seguros. – DG 252.
2534	11-12-1920	Autoriza a Mutualidade da Figueira da Foz e do Centro de Portugal a explorar o ramo de seguros contra desastres no trabalho. – DG 252.
2535	11-12-1920	Autoriza a Misericórdia de Alcácer do Sal a aceitar um legado. – DG 252.
2539	16-12-1920	Denega autorização à Companhia de Seguros Bilbau, com sede em Espanha, para explorar em Portugal o ramo de seguros "Transportes marítimos." – DG 256.
2540	17-12-1920	Autoriza a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Caridade da freguesia de S. Nicolau, de Lisboa, a converter em inscrições da Junta do Crédito Público o produto de umas ações da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, provenientes de três legados. – DG 257.
2541	17-12-1920	Autoriza a Misericórdia de Évora a desviar dos seus fundos a importância de 7901$75, a fim de a aplicar na liquidação do *deficit* da gerência do ano económico de 1919-1920. – DG 257.
2543	20-12-1920	Autoriza a Companhia de Seguros A Portuense, com sede no Porto, a alterar os seus estatutos. – DG 259.
2546	22-12-1920	Autoriza a Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, da freguesia do Rio Caldo, Terras do Bouro, a aceitar dois legados. – DG 261.
2547	22-12-1920	Autoriza a Ordem Terceira de S. Francisco, do Porto, a aceitar quatro legados e um donativo. – DG 261.
2548	22-12-1920	Autoriza a Misericórdia de Guimarães a aceitar uma herança. – DG 261.
2561	3-1-1921	Autoriza a Companhia Seguradora Ideal a constituir-se definitivamente. – DG 1.
2568	11-1-1921	Autoriza a Sociedade Mútua de Seguros de Desastres no Trabalho da Agricultura, do concelho da Maia, a explorar o ramo de seguros contra desastres no trabalho. – DG 8.
2573	15-1-1921	Autoriza as Irmandades do Santíssimo Sacramento da freguesia do Socorro e dos Passos do Desterro, de Lisboa, a vender uma propriedade e a aplicar o seu produto em títulos da dívida pública. – DG 10.
2578	20-1-1921	Autoriza a Misericórdia de Aldeia Galego da Merceana, Hospital de Charnais, a aceitar um legado, e a vender os bens móveis e imóveis que o constituem. – DG 13.
2579	20-1-1921	Autoriza a direção da Misericórdia de Ourique a alienar em hasta pública a casa que serviu de igreja à mesma Misericórdia. – DG 13.
2590	28-1-1921	Autoriza a Misericórdia de Alcácer do Sal a aceitar um legado. – DG 20.
2591	28-1-1921	Autoriza a Misericórdia de Melgaço a aceitar vários legados. – DG 20.
2592	28-1-1921	Autoriza o Asilo O Amparo de Nossa Senhora das Dores, de Vila Real, a aceitar um legado. – DG 20.
2599	1-2-1921	Denega a autorização pedida pela Port of Manchester Marine Insurance C.ª, Companhia Inglesa de Seguros Marítimos, com sede em Manchester, para exercer em Portugal a indústria de seguros marítimos. – DG 22.

(Continua)

Número	Data	Assunto
2600	1-2-1921	Autoriza a Associação Alcacerense de Socorros Mútuos, com sede na vila de Alcácer do Sal, a receber a parte que lhe pertence do remanescente da herança de Manuel Augusto de Matos. – DG 22.
2601	2-2-1921	Concede à Câmara Municipal de Seia o subsídio de 7500$00 para conclusão das obras do hospital da mesma vila. – DG 23.
2602	2-2-1921	Concede à Creche e Lactário de Évora o subsídio de 5000$00 para melhoramentos sanitários. – DG 23.
2603	2-2-1921	Concede ao Hospital da Misericórdia de Albufeira o subsídio de 3000$00 para auxiliar a construção de duas enfermarias, e à Junta de Freguesia de Alte, concelho de Loulé, 2000$00 para construção de um novo cemitério ou alargamento do atual. – DG 23.
2605	4-2-1921	Concede subsídios a várias câmaras municipais, juntas de freguesia e outras instituições, pela verba destinada a atenuar a crise de trabalho. – DG 25 (ret. DG 27 e 49).
2606	4-2-1921	Concede ao Asilo de Maria Viana, de Felgueiras, um subsídio de 2500$00. – DG 25.
2608	11-2-1921	Autoriza a Companhia de Seguros Tagus a alterar alguns artigos dos seus estatutos. – DG 29.
2609	11-2-1921	Retira a autorização concedida à Companhia de Seguros Foncier de France et des Colonies, com sede em Paris e agência em Lisboa, e permite-lhe levantar os seus depósitos de garantia. – DG 29.
2610	11-2-1921	Autoriza a Companhia de Seguros Sagres a substituir as condições gerais da sua apólice de seguros postais. – DG 29.
2613	12-2-1921	Concede, pela verba destinada a atenuar a crise de trabalho, à Junta de Freguesia de Cernache de Bonjardim, o subsídio de 1500$00 destinado a auxiliar as obras de reparação do caminho e ponte da Calvaria. – DG 30.
2615	14-2-1921	Concede à Provedoria de Assistência de Lisboa o subsídio de 1200$00, para conclusão das obras já iniciadas no Balneário n.º 6, reparação de várias cozinhas económicas e outras obras no Asilo dos Velhos de Campolide. – DG 31.
2622	17-2-1921	Autoriza a Companhia de Seguros A Glória Portuguesa a modificar os seus estatutos. – DG 34.
2627	18-2-1921	Designa a letra X para servir, durante 1 de maio de 1921 a 30 de Abril de 1922, no afilamento de todas as medidas e instrumentos de pesar e medir. – DG 35.
2630	19-2-1921	Concede subsídios à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e a várias juntas de freguesia. – DG 36.
2631	19-2-1921	Concede subsídios a várias juntas de freguesia. – DG 36.
2632	19-2-1921	Concede subsídios à Misericórdia da Ericeira e à Junta de Freguesia de Lamas, Cadaval. – DG 36.
2634	21-2-1921	Autoriza a Irmandade da Senhora do Rosário da freguesia de Ribas, Celorico de Basto, a desviar dos seus fundos 150$00 para auxiliar as obras de conclusão do cemitério paroquial da mesma freguesia. – DG 37.
2635	21-2-1921	Autoriza a mesa administrativa da Associação Beneficente de Marco de Canaveses a aceitar um legado. – DG 37.
2636	21-2-1921	Concede subsídios, pela verba destinada a atenuar a crise de trabalho, a diversas juntas de freguesia. – DG 37.
2637	21-2-1921	Concede subsídios ao governador civil do Porto, à Câmara Municipal de Matosinhos e a diversas juntas de freguesia. – DG 37.

JoseDominguesDosSantos.indb 276 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
2638	21-2-1921	Concede subsídios à Câmara Municipal de Castro Daire e a duas juntas de freguesia. – DG 37.
2639	21-2-1921	Concede subsídios à Câmara Municipal de Santarém e à Misericórdia de Constância. – DG 37.
2640	21-2-1921	Concede subsídios à Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, ao Hospital da Misericórdia de Mirandela e a diversas juntas de freguesia. – DG 37.
2644	23-2-1921	Concede subsídios a diversas câmaras municipais e juntas de freguesia. – DG 39 (DG 43).
2645	23-2-1921	Concede subsídios a várias juntas de freguesia e à Câmara Municipal de S. Roque do Pico. – DG 39.
2646	23-2-1921	Concede subsídios a várias juntas de freguesia. – DG 39.
2647	23-2-1921	Concede subsídios à Câmara Municipal de Castelo de Paiva e às Juntas de Freguesia de Bairros e da Vacariça. – DG 39.
2648	23-2-1921	Concede, pela verba destinada a atenuar a crise de trabalho, um subsídio à Junta de Freguesia de Candedo, Murça. – DG 39.
2652	24-2-1921	Autoriza a Sociedade de Seguro Mútuo nos Desastres do Trabalho Doméstico e Agrícola, de Vila do Conde, a explorar o ramo de seguros contra desastres no trabalho. – DG 40.
2653	24-2-1921	Autoriza a Misericórdia e Hospital de S. Bento de Arnoia, do concelho de Celorico de Basto, a aceitar um legado. – DG 40.
2654	24-2-1921	Autoriza a Misericórdia de Penafiel a aceitar um legado. – DG 40.
2656	26-2-1921	Manda entregar à Junta de Freguesia do Luso, para melhoramentos dos seus cemitério e mercado, a quantia de 4500$00, que a Câmara Municipal da Mealhada recebeu do Ministério do Trabalho em virtude do disposto na portaria n.º 2394. – DG 41.
2657	26-2-1921	Transfere para a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo a quantia de 1000$00 concedida à Junta de Freguesia de Nossa Senhora da vila de Montemor-o-Novo pela portaria n.º 2605, importância que a Câmara empregará na construção de uma fonte na povoação de Ciborro. – DG 41.
2658	26-2-1921	Concede subsídios à Misericórdia de Santo Tirso, ao Asilo das Raparigas Abandonadas, do Porto, ao Colégio dos Órfãos, do Porto, e a várias juntas de freguesia. – DG 41.
2659	26-2-1921	Concede subsídios às câmaras municipais de Aveiro, Loures e Penela. – DG 41.
2660	1-3-1921	Concede vários subsídios pela verba destinada no Orçamento ao pagamento de despesas relativas à crise de trabalho. – DG 43.
2661	1-3-1921	Concede provisoriamente à Junta de Freguesia de Vairão uma dependência do extinto convento para alojamento da escola primária. – DG 44.
2662	3-3-1921	Autoriza a Confraria do Santíssimo Sacramento e Senhor do Bonfim e Almas, de Lordelo do Ouro, do Porto, a dar quitação a um devedor em troca de dois títulos da Companhia das Vinhas do Alto Douro. – DG 45.
2664	5-3-1921	Autoriza a Companhia de Seguros O Futuro, com sede em Lisboa, a explorar novas combinações do ramo de seguros de vida. – DG 47.

(Continua)

Número	Data	**Assunto**
2669	10-3-1921	Manda ficar sem efeito o subsídio concedido à Junta de Freguesia de Marrazes pela portaria n.º 2644, e concede à Câmara Municipal de Leiria o subsídio de 500$00 para construção de uma fonte em Gândara dos Olivais. – DG 51.
2675	14-3-1921	Autoriza a Mutualidade de Comerciantes do Porto a explorar o ramo de seguros contra desastres no trabalho. – DG 53.
2676	14-3-1921	Manda que a Câmara Municipal da Mealhada entregue à Junta de Freguesia de Luso 4460$00, salvo da importância que recebeu do Ministério do Trabalho para construção de um matadouro na referida freguesia. – DG 53.
2677	15-3-1921	Autoriza a Royal Insurance Company Limited, sociedade estrangeira de seguros com sede em Liverpool e agência em Lisboa, a explorar o ramo de seguros marítimos. – DG 54.
2678	15-3-1921	Autoriza a Confraria do Santíssimo Sacramento de Barcelinhos, concelho de Barcelos, a aceitar dois legados. – DG 54.
2679	15-3-1921	Autoriza o Montepio das Lapas, concelho de Torres Novas, a aceitar a doação de um prédio. – DG 54.
2680	16-3-1921	Manda cessar a atracação ao cais privativo do Posto Marítimo de Desinfeção de Lisboa das embarcações estranhas aos serviços do mesmo Posto e que não tenham de ser sujeitas a tratamento sanitário, ficando exclusivamente destinado aos serviços de sanidade marítima. – DG 55.
2684	17-3-1921	Autoriza o Asilo de S. José, de Aldeia Galega do Ribatejo, a receber da Companhia Geral de Crédito Predial Português o produto de um título de dez obrigações e a converter a respetiva importância na compra de inscrições de assentamento. – DG 56.
2685	17-3-1921	Autoriza o Asilo de Vilar, da cidade do Porto, a aceitar dois legados. – DG 56.
2686	17-3-1921	Autoriza a Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Palmeira, do concelho de Braga, a aplicar 98$08 na reparação do altar da referida Confraria. – DG 56.
2687	17-3-1921	Autoriza o Asilo de S. José, da cidade de Braga, a aceitar vários legados. – DG 56.
2690	21-3-1921	Autoriza a Previdência Agrária, instituição de seguros com sede em Lisboa, a reformar os seus estatutos. – DG 58.
2693	26-3-1921	Autoriza o Instituto de Seguros Sociais a aceitar um donativo para criação de uma secção nas bibliotecas das Bolsas Sociais de Trabalho, especialmente destinada à educação das crianças, e louva o seu doador. – DG 61.
2694	26-3-1921	Autoriza a Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco, Guimarães, a aceitar um legado e o remanescente da herança de José Basto de Carvalho. – DG 61.
2695	26-3-1921	Autoriza o Asilo da Infância Desvalida, de Viseu, a aceitar um legado. – DG 61.
2696	26-3-1921	Autoriza a Misericórdia de Viseu a aceitar um legado para o Asilo da Mendicidade. – DG 61.
2697	29-3-1921	Autoriza a Mutualidade Portuguesa, sociedade mútua de seguros, a reformar os seus estatutos. – DG 72.
2703	13-4-1921	Autoriza a Associação Protetora do Asilo de S. João, da cidade do Porto, a aceitar um legado. – DG 76.

JoseDominguesDosSantos.indb 278 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
2706	19-4-1921	Autoriza a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, do Porto, a aceitar dois legados. – DG 80.
2707	19-4-1921	Autoriza o Montepio Comercial e Industrial (associação de socorros mútuos) a adquirir o prédio onde tem instalada a sua sede social. – DG 80.
2708	19-4-1921	Autoriza o Montepio do Clero Secular Português (associação de socorros mútuos) a aceitar um legado. – DG 80.
2711	22-4-1921	Autoriza a Companhia de Seguros Mondego, com sede na Figueira da Foz, a adotar novas condições nas apólices de risco, roubo e derrame. – DG 83.
2712	22-4-1921	Autoriza a Companhia de Seguros Algarve, com sede em Faro, a adotar novas condições nas apólices do ramo transportes. – DG 83.
2713	22-4-1921	Autoriza a Companhia Internacional de Seguros Fomento Agrícola, com sede em Lisboa, a reformar os seus estatutos. – DG 83.
2714	22-4-1921	Homologa a fusão das associações de Socorros Mútuos Liberdade e União e Montepio de Guerra Junqueiro, ambas com sede no Porto. – DG 83.
2715	22-4-1921	Autoriza a Irmandade das Almas, ereta na freguesia de S. Pedro de Oliveira, concelho de Braga, a levantar dos seus fundos a quantia de 150$00, a fim de auxiliar a construção do cemitério paroquial da mesma freguesia. – DG 83.
2716	22-4-1921	Autoriza a Misericórdia de Felgueiras a aceitar um legado. – DG 83.
2717	22-4-1921	Autoriza a Santa Casa da Misericórdia do Porto a aceitar uma doação. – DG 83.
2718	22-4-1921	Autoriza a Misericórdia de Santar, distrito de Viseu, a aceitar um legado. – DG 83.
2723	12-3-1921	Fixa a remuneração dos inspetores técnicos e do pessoal auxiliar encarregados da inspeção às companhias de seguros, determinada pela portaria n.º 2503. – DG 88.
2730	5-5-1921	Autoriza o Albergue dos Inválidos do Trabalho, do Fundão, a aceitar a doação da quantia de 3000$00 para instituição dum prémio denominado Alix Lesgards. – DG 93.
2731	5-5-1921	Autoriza a instituição de beneficência Junção do Bem a realizar uma rifa com três prémios, cujos números correspondam aos três maiores da lotaria da Misericórdia de 16 de junho de 1921. – DG 93.
2735	12-5-1921	Autoriza o Albergue dos Inválidos do Trabalho, de Lisboa, a vender um prédio e a aplicar o seu produto nas despesas com a manutenção dos albergados. – DG 98.
2742	17-5-1921	Denega a autorização requerida pela sociedade estrangeira de seguros L'Unité Compagnie de Assurances et Reassurances, com sede em Paris, para montar uma delegação em Lisboa e explorar o ramo transportes marítimos. – DG 101.
2743	17-5-1921	Autoriza a mesa gerente da Confraria do Santuário de Bom Jesus do Monte, da cidade de Braga, a levantar dos seus fundos 8479$00 e a aplicá-la juntamente com o produto da venda de uns papéis de crédito, nas obras de reconstrução da Casa das Estampas do Museu-Arquivo e em outros melhoramentos. – DG 101.

(Continua)

Número	Data	**Assunto**
2744	17-5-1921	Anula a portaria n.º 2694, que autorizou a Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco, de Guimarães, a aceitar o legado de José Bento Alves de Carvalho, e ordena que fique em pleno vigor a portaria n.º 2043, que autorizou a Veneráveo Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães a aceitar esse legado. – DG 101.
2745	17-5-1921	Manda entregar à Comissão de Assistência do Distrito da Horta o subsídio consignado à extinta Misericórdia de S. Roque do Pico, do referido distrito. – DG 101.
2746	17-5-1921	Autoriza a Santa Casa da Misericórdia de Valença do Minho a aceitar um legado. – DG 101.
2747	17-5-1921	Autoriza a Misericórdia de Borba a alienar umas propriedades. – DG 101.
2748	17-5-1921	Autoriza a mesa administrativa da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, do Porto, a reforçar várias verbas de despesa. – DG 101.
2749	17-5-1921	Autoriza a mesa gerente da Misericórdia de Amarante a aceitar um donativo para fundo do seu hospital. – DG 101.
2750	17-5-1921	Autoriza a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, da cidade do Porto, a aplicar a despesas gerais a importância de 13 400$00 retirada dos fundos destinados a capitalização e a obras de ampliação e melhoramentos do hospital. – DG 101.
2757	21-5-1921	Autoriza a delegação em Lisboa da Assistência da colónia portuguesa do Brasil a adquirir uma propriedade na freguesia de S. Martinho do Bispo, concelho de Coimbra. – DG 105.
2758	23-5-1921	Manda entregar à Caixa Económica Marítima os títulos depositados pela Empresa Nacional de Navegação (em liquidação) na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, à ordem do ministro do Trabalho, como presidente do Conselho de Administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, para garantia das pensões a sinistrados ou suas famílias, por desastres no trabalho. – DG 106.
2759	23-5-1921	Autoriza a Companhia de Seguros La Union y el Fenix Español, com sede em Madrid, a substituir nos seus depósitos vários títulos sorteados. – DG 106.
2761	23-5-1921	Autoriza a estância hidro-mineral das Termas de S. Pedro do Sul a aumentar a taxa de inscrição médica para 5$00. – DG 107.

JoseDominguesDosSantos.indb 280 12/10/2012 14:42

Outras publicações

Tipo	Data	Assunto
Nota	11-7-1919	Publica a classificação da despesa descrita no projeto de orçamento do Ministério do Trabalho para 1919-1920 e no decreto n.º 5953. – DG 143.
Modelo	s.d.	Modelo da caderneta profissional de desastres no trabalho para uso de segurados que estejam ao serviço de entidades oficiais. – DG 238.
Nota	27-11-1919	Indica o modelo da primeira página da caderneta profissional de desastres no trabalho que não estejam ao serviço de entidades oficiais. – DG 244.
Nota	[30-12-1920]	Torna público o modelo dos estatutos para a constituição das sociedades mútuas de seguros contra desastres no trabalho. – DG 266.
Nota	3-3-1921	Torna público o despacho ministerial que manda aplicar aos registos caducados de águas minero-minerais a doutrina dos artigos 71.º e seguintes do decreto n.º 5787-F. – DG 54, 2.ª Série.
Nota	28-3-1921	Torna público o modelo de cadernetas que as mutualidades são obrigadas a fornecer aos sócios natos e efetivos. – DG 62.

Ministro da Agricultura - interino
(de 3 de janeiro de 1920 a 21 de janeiro de 1920)

Decretos-leis

Número	Data	Assunto
6359	20-1-1920	Aprova o regulamento da Escola Móvel das Caldas da Rainha. – DG 16.

Ministro do Comércio
(de 27 de junho de 1920 a 19 de julho de 1920)

Decretos-leis

Número	Data	Assunto
6740	8-7-1920	Concede um adiamento na apresentação dos documentos que devem instruir os requerimentos pedindo patentes de invenção. – DG 144.
6741	8-7-1920	Regula a forma de admissão nas escolas do ensino elementar, industrial e comercial. – DG 144 (ret. DG 152).
6752	10-7-1920	Abre um crédito destinado a reforçar a dotação para aquisição de impressos dos serviços de obras públicas. – DG 146.
6753	10-7-1920	Abre um crédito para reforçar a dotação do fundo especial dos caminhos de ferro do Estado. – DG 146.
6793	16-7-1920	Isenta de licença para exportação várias mercadorias. – DG 149.
6794	17-7-1920	Regula a exportação de couros. – DG 149.
6803	18-7-1920	Torna extensivo ao Instituto Superior do Comércio do Porto o disposto no decreto n.º 6086. – DG 151.
6822	18-7-1920	Aprova o regulamento da Biblioteca da Administração Geral dos Correios e Telégrafos. – DG 153.

Portarias

Número	Data	Assunto
2354	7-7-1920	Manda que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses entre nos cofres do Estado com a importância do reembolso da garantia de juro da linha férrea de Torres Vedras à Figueira da Foz e a Alfarelos relativo a 1918-1919. – DG 140.
2355	7-7-1920	Manda que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses entre nos cofres do Estado com a importância do reembolso da garantia de juro da linha férrea de Torres Vedras à Figueira da Foz e a Alfarelos relativo ao primeiro semestre de 1919-1920. – DG 140.
2356	7-7-1920	Manda pagar a garantia de juro da linha férrea da Beira Baixa relativa a 1918-1919. – DG 140.
2357	7-7-1920	Manda pagar a garantia de juro da linha férrea da Beira Baixa relativa ao primeiro semestre 1919-1920. – DG 140.
2362	9-7-1920	Suspende o determinado na portaria n.º 2342. – DG 145.
2383	18-7-1920	Anexa o Museu Industrial e Comercial do Porto ao Instituto Superior do Comércio da mesma cidade. – DG 151.

Ministro da Justiça
(de 18 de dezembro de 1923 a 6 de julho de 1924)

Decretos-leis

Número	Data	Assunto
9357	8-1-1924	Determina que o Tribunal da Relação de Coimbra fique reduzido a uma secção com sete juízes e suprime nesse tribunal o lugar de ajudante do Procurador da República, um lugar de escrivão e o lugar de contador ou de revedor, conforme o que primeiro vagar; extingue cinquenta comarcas do continente e ilhas adjacentes. – DG 5.
9358	8-1-1924	Extingue o quarto ofício de escrivão do juízo de direito da comarca de Faro. – DG 5 (ret. DG 16).
9359	8-1-1924	Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 8960, que se deu à Junta de Freguesia de S. João de Ver, concelho da Feira, distrito de Aveiro, para alargamento do cemitério da freguesia, uma gleba de terra, devendo restituir-se à entidade cessionária a importância que já tinha pago. – DG 5.
9360	8-1-1924	Cede à Câmara Municipal de Alijó o edifício da antiga residência paroquial da freguesia de Alijó, para ser aplicado ao hospital da Misericórdia. – DG 5.
9380	14-1-1924	Transfere a sede do cartório do notário de Freamunde, comarca de Paços de Ferreira, para a sede da mesma comarca. – DG 9.
9381	14-1-1924	Determina a forma de reorganização do recenseamento do júri criminal da comarca de Montalegre. – DG 9.
9397	28-1-1924	Determina que os lugares de ajudante dos escrivães de direito dos distritos criminais, juízes de investigação criminal, juízes de transgressões e execuções e do registo criminal das comarcas de Lisboa e do Porto deixem de ser remunerados diretamente pelo Estado à medida que forem vagando. – DG 21.

JoseDominguesDosSantos.indb 282 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
9399	30-1-1924	Prorroga por mais dois anos o prazo, fixado no decreto n.º 7675, para a Junta de Freguesia de Covas, concelho de Vila Nova de Cerveira, concluir as construções no mesmo decreto mencionadas. – DG 23.
9447	27-2-1924	Modifica o artigo 2.º do decreto n.º 8904, que extinguiu um ofício de escrivão de juízo de direito da comarca de Almeida. – DG 45.
9450	28-2-1924	Cede à Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria, concelho de Loures, o edifício da antiga capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, sito no lugar da Póvoa, da mesma freguesia. – DG 46.
9451	28-2-1924	Cede à Junta de Freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, dois mil setecentos e trinta e nove metros quadrados de terreno do antigo passal da freguesia. – DG 46.
9452	28-2-1924	Prorroga o prazo marcado pelo decreto n.º 7107 à Junta de Freguesia de Cardielos, concelho de Viana do Castelo, cessionária da antiga residência paroquial da freguesia e terrenos anexos, para conclusão das obras de adaptação do edifício cedido à instalação da escola oficial e residência do professor. – DG 46.
9475	8-3-1924	Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 780, que cedeu à Junta de Freguesia de Videmonde, concelho da Guarda, a antiga residência e passal da mesma freguesia. – DG 52.
9476	8-3-1924	Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 5192, que cedeu à Junta de Freguesia de Pera de Moço, concelho da Guarda, a antiga residência do pároco da mesma freguesia. – DG 52.
9477	8-3-1924	Declara nulos e sem efeito os decretos n.os 8570 e 9218, relativos a cedências. – DG 52.
9478	8-3-1924	Cede à Junta de Freguesia de Mesquinhata, concelho de Baião, o edifício da antiga residência paroquial, com as suas dependências e a denominada Casa da Junta. – DG 52.
9479	8-3-1924	Cede à Junta de Freguesia de Argela, concelho de Caminha, dois mil e setecentos metros quadrados de terreno do antigo passal da freguesia. – DG 52.
9480	27-2-1924	Abre um crédito para reforço da verba destinada a pagamento de melhoria de vencimentos. – DG 53.
9488	12-3-1924	Revoga o decreto n.º 9214, em virtude da publicação da lei n.º 1555 e para que a comarca de Évora fique com três ofícios de escrivão. – DG 55.
9489	12-3-1924	Cede à Câmara Municipal de Miranda do Corvo o antigo presbitério da freguesia sede do concelho para instalação de escolas. – DG 55.
9490	12-3-1924	Cede à Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, concelho de Terras do Bouro, os materiais de construção do antigo presbitério e o terreno ocupado pelo mesmo. – DG 55.
9518	20-3-1924	Autoriza o diretor do Necrotério do Instituto de Medicina Legal de Lisboa a assalariar pessoal para a execução dos serviços de serventes. – DG 62.
9535	26-3-1924	Cede à Junta de Freguesia de Távora, concelho de Tabuaço, as ruínas e terreno da antiga capela de Santo Ovídio. – DG 67.
9536	26-3-1924	Cede ao Ministério da Instrução Pública o edifício da antiga residência paroquial de Estói, concelho de Faro. – DG 67.
9537	26-3-1924	Cede à Junta de Freguesia de Mira, concelho de Porto de Mós, o edifício da antiga residência paroquial para instalação da estação telégrafo-postal. – DG 67.

(Continua)

Número	Data	Assunto
9568	3-4-1924	Cede à Junta de Freguesia de Gueral, concelho de Barcelos, as ruínas do antigo presbitério da mesma freguesia e terreno anexo. – DG 74.
9569	3-4-1924	Cede definitivamente à Junta de Freguesia de Vendas Novas, concelho de Montemor-o-Novo, os anexos da igreja paroquial da referida freguesia, que já a título provisório lhe tinham sido cedidos. – DG 74.
9572	5-4-1924	Suspende até 31 de maio de 1924 a execução do decreto n.º 9357, que reduz o Tribunal da Relação de Coimbra a uma secção, suprime vários lugares do mesmo tribunal e extingue cinquenta comarcas do continente e ilhas adjacentes. – DG 76.
9588	12-4-1924	Atualiza vários rendimentos cobrados nas Repartições do Ministério e serviços dependentes. – DG 81.
9591	14-4-1924	Aprova o regulamento e o modelo e tabela anexos relativos ao estabelecimento da cédula pessoal. – DG 82.
9603	19-4-1924	Extingue um ofício de escrivão do juízo de direito da comarca de Odemira. – DG 86.
9604	19-4-1924	Cede à Junta de Freguesia de Palmas, concelho de Oliveira de Azeméis, a antiga residência paroquial da mesma freguesia e quintal anexo. – DG 86.
9661	9-5-1924	Abre um crédito para reforço da dotação destinada a ajudas de custo e despesas de transporte para inspeção dos serviços do registo civil. – DG 102.
9667	12-5-1924	Cede à Junta de Freguesia de Aldoar, bairro ocidental do Porto, os materiais e o terreno da antiga capela, em ruínas, sita no lugar de Paços. – DG 104.
9673	12-5-1924	Cede à Junta de Freguesia de Nagoselo, concelho de S. João da Pesqueira, o edifício da antiga residência paroquial da mesma freguesia. – DG 105.
9710	22-5-1924	Cede ao Ministério da Instrução Pública para instalação de escolas na freguesia da Fonte do Bispo (Santa Catarina), Tavira, a antiga residência paroquial da mesma freguesia e uma cerca. – DG 113.
9711	22-5-1924	Cede à Junta de Freguesia da Apelação, concelho de Loures, o terreno e materiais do edifício da antiga igreja paroquial da referida freguesia. – DG 113.
9712	22-5-1924	Cede à Junta de Freguesia de Casével, concelho de Santarém, dois mil metros quadrados de terreno do antigo passal do pároco. – DG 113.
9747	30-5-1924	Extingue o cartório do quarto ofício da comarca de Castelo Branco. – DG 120.
9748	30-5-1924	Cede à Câmara Municipal do concelho da Madalena, distrito da Horta, a antiga residência paroquial da freguesia de S. Mateus, com o seu tanque e quintal anexo. – DG 120.
9767	5-6-1924	Determina que dos dois ofícios de escrivão de direito que ficaram existindo no juízo de direito da comarca de Montemor-o-Novo, após a publicação da lei n.º 1402, o antigo terceiro ofício passe a denominar-se primeiro, mantendo o segundo a mesma denominação. – DG 125.
9768	5-6-1924	Determina que a receita do cofre dos emolumentos dos oficiais de justiça seja distribuída pelo Conselho Superior Judiciário no mês de janeiro de cada ano. – DG 125.

JoseDominguesDosSantos.indb 284 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
9784	11-6-1924	Esclarece as dúvidas suscitadas sobre quem seja o representante da Fazenda Nacional competente para interpor o recurso, perante o Tribunal da Relação, a que se refere o artigo 83.º da lei n.º 1368, que remodelou o regime tributário; declara que os delegados dos Procuradores da República junto dos juízos de execuções e transgressões de Lisboa e do Porto são os competentes para representar o Ministério Público junto dos tribunais criados por lei n.º 922, destinada à repressão do açambarcamento e adulteração de géneros. – DG 129.
9798	14-6-1924	Suspende a execução do decreto n.º 9357, que suprimia comarcas e lugares de juízes na Relação de Coimbra. – DG 132.
9803	16-6-1924	Abre um crédito para reforço da dotação destinada a pagamento de impressos à Imprensa Nacional de Lisboa no ano económico de 1923-1924. – DG 133 (ret. DG 135).
9852	24-6-1924	Extingue o lugar vago de escrivão do primeiro ofício da comarca de Angra do Heroísmo, e, quando vagar, o do respetivo oficial de diligências. – DG 139.
9900	5-7-1924	Regula a situação dos magistrados judiciais e do Ministério Público a que se referem os artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 9340, que extinguiu as auditorias do continente e ilhas. – DG 149 (ret. DG 151).
9901	5-7-1924	Cede à Junta de Freguesia de Peredo, concelho de Macedo de Cavaleiros, o terreno em que estava edificada a capela do Espírito Santo, no lugar do Bairro. – DG 149.
9911	3-7-1924	Esclarece várias dúvidas suscitadas na aplicação do decreto n.º 9591, que estabeleceu a cédula pessoal; prorroga por mais três meses o disposto no artigo 9.º do referido decreto. – DG 155.

Portarias

Número	Data	Assunto
3854	24-12-1924	Manda desafetar do culto e entregar à Comissão Central de Execução da Lei da Separação a capela de S. Roque, na freguesia do Tojal, e a ermida de Nossa Senhora da Saúde, sita no lugar de Montemor, ambas do concelho de Loures, bem como os paramentos, alfaias e demais objetos de culto aos mesmos edifícios pertencentes. – DG 274.
3869	17-1-1924	Autoriza que seja demolida a capela da Senhora da Piedade, sita no cemitério municipal da vila de Mondim de Basto, e reedificada à custa do cidadão Alfredo Álvares de Carvalho. – DG 12.
3879	24-1-1924	Declara a residência paroquial de Favaios, Alijó, desafetada do direito de habitação pelo respetivo pároco pensionista. – DG 18.
3880	24-1-1924	Declara a residência paroquial de Alfundão, Ferreira do Alentejo, desafetada do direito de habitação pelo respetivo pároco pensionista. – DG 18.
3881	24-1-1924	Declara a residência paroquial de Brotas ou Águias, Mira, desafetada do direito de habitação pelo respetivo pároco pensionista. – DG 18.
3886	26-1-1924	Cede, para o exercício do culto público católico, à Irmandade das Almas, da vila e concelho de Monforte, o edifício da igreja da extinta Ordem Terceira de S. Francisco, bem como todos os objetos do culto que pertenceram à antiga igreja da Madalena, da mesma vila. – DG 20.

(Continua)

JoseDominguesDosSantos.indb 285 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
3892	6-2-1924	Regula a substituição legal dos membros dos conselhos administrativos dos estabelecimentos de menores delinquentes, constituídos em conformidade com o artigo 47.º do decreto n.º 6117. – DG 27.
3911	25-2-1924	Retira definitivamente do culto a capela do lugar de Paços, freguesia de Aldoar, bairro ocidental do Porto. – DG 43.
3912	25-2-1924	Retira definitivamente do culto a capela do lugar de Leião, freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras. – DG 43.
3913	25-2-1924	Retira definitivamente do culto a capela de S. Bento, do lugar de Valejas, freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras. – DG 43.
3919	27-2-1924	Retira definitivamente do culto a igreja paroquial da Ajuda, Elvas. – DG 45.
3920	27-2-1924	Retira definitivamente do culto a igreja paroquial de Santo Ildefonso, Elvas. – DG 45.
3921	27-2-1924	Retira definitivamente do culto a igreja paroquial do Caia, Elvas. – DG 45.
3922	27-2-1924	Retira definitivamente do culto a capela de S. João da Crujeira, freguesia da Alcáçova, Elvas. – DG 45.
3923	27-2-1924	Retira definitivamente do culto a capela de Nossa Senhora da Paz, freguesia de S. Pedro, Elvas. – DG 45.
3924	27-2-1924	Retira definitivamente do culto a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, freguesia da Póvoa de Santa Iria, Loures. – DG 45.
3935	6-3-1924	Autoriza um cidadão da freguesia e concelho de Castro Daire a substituir, à sua custa e sem encargo para o Estado, a telha que cobre o edifício da capela de Nossa Senhora dos Remédios, de Lamelas, na dita freguesia de Castro Daire. – DG 50.
3936	6-3-1924	Autoriza uma comissão a proceder à reconstrução da torre da igreja paroquial de Friestas, concelho de Valença. – DG 50.
3937	6-3-1924	Autoriza uma comissão de fiéis a proceder às obras de reparação de que carece o edifício da igreja paroquial da freguesia de Samora Correia, concelho de Benavente. – DG 50.
3938	6-3-1924	Cede, a título precário e gratuito, para exercício do culto público católico, à Confraria de S. Pedro, da freguesia de S. Pedro, concelho de Elvas, a igreja paroquial da mesma freguesia e os seus móveis, paramentos e alfaias. – DG 50.
3958	22-3-1924	Determina que aos processos que corriam no extinto Supremo Tribunal Administrativo e nas auditorias administrativas e que passaram a competir respetivamente às Relações, ao Supremo Tribunal de Justiça e aos juízes de Direito, seja aplicada a tabela de emolumentos e salários judiciais para os atos praticados depois da sua entrada nos referidos tribunais. – DG 64.
3980	10-4-1924	Manda que os diretores das cadeias não deem seguimento às ordens para saída de presos sem que nas respetivas comunicações se faça expressa menção ao despacho, com a respetiva data, que assim o ordene, o que deve ser autenticado pelo juiz ou pelo delegado efetivo. – DG 79.
3981	10-4-1924	Autoriza a Inspeção Geral dos Serviços de Proteção a Menores Delinquentes a aceitar, em nome do Estado, a herança deixada pelo dr. José da Cunha Navarro e Paiva, para a fundação de um estabelecimento de detenção, reforma ou correção de menores, ao qual será dado o nome do seu instituidor. – DG 79.

JoseDominguesDosSantos.indb 286 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
3991	22-4-1924	Torna extensivas à Escola Agrícola de Reforma de Izeda as disposições do regulamento geral da Colónia Agrícola Correcional de Vila Fernando, aprovado por decreto de 17 de agosto de 1901. – DG 88.
4006	8-5-1924	Esclarece o decreto n.º 9591 na parte em que estabelece os emolumentos do funcionário na passagem da cédula pessoal, e bem assim a quantia fixa que reverte a favor do Estado. – DG 101.
4070	7-6-1924	Esclarece que os ajudantes de notário que assumirem a plenitude das funções notariais são obrigados a abandonar outras funções públicas ou o exercício de profissões incompatíveis com o notariado que porventura estejam acumulando. – DG 127.
4085	11-6-1924	Cede à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, do lugar de Vila Nova, freguesia de Vilar, concelho do Cadaval, para o exercício do culto público católico, o edifício da capela da Conceição, com os seus objetos do culto. – DG 129.
4107	25-6-1924	Especifica as indicações que deverá conter a nota circunstanciada a que se refere a portaria n.º 2464, relativa ao pagamento dos emolumentos pertencentes aos oficiais de justiça substituídos, quando ausentes das respetivas comarcas. – DG 140.
4122	5-7-1924	Regula a forma da passagem de certidões de processos arquivados na antiga secretaria do extinto Supremo Tribunal Administrativo. – DG 149.

20 DE JUNHO DE 1924

Na Câmara dos Deputados, José Domingues dos Santos, enquanto ministro da Justiça, apresenta uma proposta que repunha em vigor o texto original da Lei da Separação do Estado das Igrejas.

Senhores deputados. – Estão na memória de todos os apaixonados debates que entre nós provocou o problema da participação de Portugal na Grande Guerra e as violentas reações que a solução afirmativa desse problema suscitou. Entre estes avulta o movimento revolucionário de 5 de dezembro de 1917, que teve como principal agente pequenos núcleos de forças do Exército, estimuladas por oficiais a quem uma errada noção dos interesses do país e dos seus deveres cívicos impeliu para a resistência criminosa dos poderes constituídos. E o facto foi que esse movimento revolucionário conseguiu triunfar, dando origem a uma ditadura que, passadas poucas semanas, se converteu no mais desbragado despotismo, amordaçando todas as liberdades públicas, anulando praticamente todo o esforço nacional em favor dos aliados e abastardando o regime republicano, tão calorosamente abraçado e defendido anos antes pela Nação inteira. Entre as inovações com que essa ditadura pretendeu justificar a própria existência, sobressaiu um conjunto de alterações à Lei de Separação, da qual se afirmou então ter lançado o Estado em agitadas contendas de crença e de intolerância religiosa, inculcando-se ao mesmo tempo que a reforma de algumas das disposições dessa lei era uma condição de paz, harmonia e reconciliação dentro da Pátria, mãe comum de todos os portugueses. Nada mais

JoseDominguesDosSantos.indb 287 12/10/2012 14:42

inexato. A lei de 20 de abril de 1911, longe de envolver o regime em questões religiosas, procurou, honrada e inteligentemente, defender a nação do cerco, cada dia mais apertado, que variados intuitos confessionais vinham pondo às suas liberdades primárias. Conseguiu estabelecer sobre bases inabaláveis as mais elementares – e por isso mesmo imprescindíveis – garantias da consciência individual e do Estado republicano, constitucionalmente neutro em matéria religiosa. Isto explica as razões por que as alterações formuladas no decreto datado de 22 de fevereiro de 1918 bem cedo provocaram vivos clamores da opinião pública para que se restabelecesse, em sua previdente contextura, a lei basilar do regime dentro das instituições políticas nacionais, lei que de resto já uma série de diplomas emanados do Poder Legislativo ou do Executivo procurara manter em íntimo contacto com as necessidades de cada dia, dentro da sociedade portuguesa. A justificar esses clamores da opinião pública surge perante nós, em negro quadro, a realidade da hora presente. O ultramontanismo campeia à larga, sem fiscalização e sem recato. O espírito congreganista alastra. E sobre a aparência de um recrudescimento do espírito religioso, sente-se pairar, por toda a parte, a reação dominadora. Já não é apenas a República que está ameaçada. É a própria liberdade de consciência. Não pretende o Estado ferir a consciência religiosa de quem quer que seja. Não combate, nem defende religiões. Não persegue, nem protege crenças. O Estado vive superior a todas as religiões e independente de todos os cultos. Não devassa a consciência dos cidadãos. A todos respeita, exigindo em troca que lhe respeitem a lei no seu espírito e na sua finalidade. Admitir que um cidadão português, acobertado sob pretextos de ordem confessional, possa eximir-se ao cumprimento e à fiscalização da lei é absurdo. Absurdo e perigoso. E o decreto n.º 3806, de 22 do fevereiro de 1918, permite que os fiéis, de qualquer confissão religiosa se organizem e vivam em completa independência do Estado, fora da lei e quase superiores a ela. Permitir que se fanatizem espíritos débeis de crianças arrebanhadas, sob pretextos fáceis, para seminários em que se vive a mais rigorosa disciplina monástica, é abandonar aos caprichos da reação as liberdades que uma democracia mais obrigação tem de defender, a liberdade dos mais fracos. E o decreto n.º 3856, facilitando a criação de seminários de instrução secundária, abriu a porta para a mais perniciosa escravatura de consciências. Estes inconvenientes, a par de outros que seria longo analisar, justificam bastantemente [*sic*.] os clamores daqueles que, como nós, julgam indispensável, como medida de defesa republicana, a aprovação da proposta de lei que tenho a honra de submeter à vossa apreciação: Artigo 1.º É declarado sem efeito o decreto n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918, e são respostas em vigor as disposições legais alteradas ou revogadas por esse decreto. Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário. – *José Domingues dos Santos*.

JoseDominguesDosSantos.indb 288 12/10/2012 14:42

Presidente do Ministério
(de 22 de novembro de 1924 a 15 de fevereiro de 1925)

Decretos-leis

Número	Data	Assunto
10 432	6-1-1925	Cria o Conselho Económico Nacional. – DG 5.
10 473	17-1-1925	Considera a "Semana de Vasco da Gama» o período que decorre desde 25 a 30 de janeiro de 1925 e publica o programa das comemorações a realizar durante este período. – DG 13.
10 515	6-2-1925	Retira a aprovação concedida aos estatutos da Associação Comercial de Lisboa e dissolve esta para todos os efeitos legais. Documentos justificativos do segundo considerando do presente decreto. – DG 28.

Ministro do Interior
(de 22 de novembro de 1924 a 15 de fevereiro de 1925)

Decretos-leis

Número	Data	Assunto
10 363	6-12-1924	Aprova o novo regulamento dos serviços das secretarias dos Governos Civis de Braga, Coimbra e Viseu. – DG 272.
10 364	6-12-1924	Autoriza o uso do furão, sem redes, na caça aos coelhos, nos concelhos de Murça e do Sabugal. – DG 272.
10 392	18-12-1924	Extingue os secretários-gerais adidos dos governos civis. – DG 281.
10 401	22-12-1924	Cria a "Carteira de Identidade", destinada unicamente aos profissionais da imprensa que dela necessitem para o desempenho da sua missão. – DG 284 (nova publ. DG 1 de 1925).
10 405	24-12-1924	Promulga várias disposições sobre a caça no concelho de Alter do Chão. – DG 285.
10 436	8-1-1925	Retifica a tabela constante do decreto n.º 9957 na parte que se refere à classificação a dar, para efeito de melhoria, aos secretários-gerais dos governos civis. – DG 6.
10 490	28-1-1925	Designa dia para realização da eleição da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, concelho de Porto de Mós. – DG 22 (ret. DG 23).
10 491	28-1-1925	Designa dia para as eleições das Juntas de Freguesia de Gimonde e Bacal, pertencentes ao concelho de Bragança. – DG 22 (ret. DG 23).
10 494	30-1-1925	Aprova o regulamento dos serviços das secretarias dos Governos Civis de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Leiria, Évora, Beja, Portalegre, Faro, Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. – DG 23.
10 505	4-2-1925	Aprova o regulamento da polícia cívica do distrito de Braga. – DG 26.
10 506	4-2-1925	Aprova o regulamento das polícias cívicas dos distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Leiria, Évora, Beja, Portalegre, Faro, Horta e Angra do Heroísmo. – DG 26.
10 521	9-2-1925	Aprova o regulamento do Posto Antropométrico da Polícia Cívica do Porto. – DG 30.

(Continua)

JoseDominguesDosSantos.indb 289 12/10/2012 14:42

Número	Data	Assunto
10 524	10-2-1925	Resume num só diploma as diversas disposições relativas a licenças para uso e porte de armas e publica o modelo dos impressos para tais licenças. – DG 31.
10 534	12-2-1925	Eleva à categoria de primeira ordem o concelho de Sintra. – DG 33.
10 535	12-2-1925	Desanexa da freguesia de S. Pedro de Penaferrim a freguesia de Santa Maria, do concelho de Sintra, e fixa dia para a eleição dos vogais que hão de compor a respetiva junta de freguesia. – DG 33.
10 536	12-2-1925	Determina que os tesoureiros municipais continuem equiparados, para efeito de melhoria de vencimentos, aos respetivos chefes de secretaria. – DG 33.
10 549	14-2-1925	Determina que em 15 de janeiro de 1925 seja encerrada a caça indígena nos concelhos de Marco de Canaveses, Gondomar, Santo Tirso e Valongo. – DG 36.

Portarias

Número	Data	Assunto
4293	4-12-1924	Esclarece dúvidas na interpretação de algumas das disposições da portaria n.º 3863, referente a licenças para uso e porte de armas. – DG 270.
4336	24-1-1925	Altera os dizeres da carteira de identidade aprovada por despacho ministerial de 13 de janeiro de 1925 para os profissionais da imprensa do distrito do Porto. – DG 19.
4347	14-2-1925	Concede aos sócios do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa licença gratuita para uso e porte de armas de defesa. – DG 33 (nova publ. DG 35).
4349	14-2-1925	Autoriza o uso e porte de arma aos guardas da Câmara Municipal de Lisboa no serviço dos jardins e cemitérios. – DG 36.

Outras publicações

Tipo	Data	Assunto
Nota	24-11-1924	Torna público o parecer da Procuradoria-Geral da República sobre se o artigo 1.º do decreto n.º 10 011 determina a incompatibilidade da profissão de farmacêutico com o lugar de vereador. – DG 266.
Nota	20-12-1924	Torna público o parecer da Procuradoria-Geral da República no sentido de não figurarem nas folhas de vencimento os empregados interinos das administrações dos bairros e concelhos. – DG 288.
Nota	3-1-1925	Torna público que por despacho ministerial foram consideradas extensivas à Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto as regalias concedidas pelo decreto n.º 10 401 aos profissionais da imprensa de Lisboa. – DG 4.
Nota	13-1-1925	Torna público o modelo da carteira de identidade dos profissionais da imprensa, aprovado por despacho ministerial de 13 de janeiro de 1925, nos termos do artigo 2.º do decreto n.º 10 401. – DG 10.

JoseDominguesDosSantos.indb 290 12/10/2012 14:42

Ministro da Marinha – interino
(de 22 de novembro de 1924 a 15 de fevereiro de 1925)

Decretos-leis

Número	Data	Assunto
10 386	12-12-1924	Aumenta com um guarda-marinha o quadro dos oficiais do secretariado naval. – DG 277.
10 388	13-12-1924	Avalia, relativamente a 1924, as despesas da indústria da pesca, para efeito de descontos. – DG 278.
10 408	21-12-1924	Aumenta de um guarda-marinha o quadro dos oficiais do secretariado naval. – DG 285.
10 428	3-1-1925	Prorroga o prazo da vigência do decreto n.º 10 046 (taxa de navegação), até que seja publicado o regulamento do serviço de pilotagem. – DG 3.
10 429	3-1-1925	Melhora os vencimentos dos funcionários superiores da polícia marítima do porto de Lisboa. – DG 3.
10 433	6-1-1925	Transfere dentro do capítulo 2.º da proposta orçamental da despesa ordinária do Ministério para 1924-1925 várias quantias, a fim de reforçar a verba destinada a despesas gerais do Hospital da Marinha. – DG 5.
10 434	6-1-1925	Abre um crédito destinado ao fundo especial de melhoramento do serviço de faróis. – DG 5.
10 441	9-1-1925	Fixa em 28 o número dos primeiros tenentes do quadro dos oficiais do secretariado naval. – DG 7.
10 442	9-1-1925	Aumenta com um guarda-marinha o quadro dos oficiais do secretariado naval – DG 7.
10 450	13-1-1925	Reúne num só diploma os preceitos regulamentares publicados sobre a assistência a conceder aos emigrantes portugueses que embarquem em navios estrangeiros. – DG 9.
10 465	15-1-1925	Avalia para efeitos de descontos as despesas da indústria da pesca para o ano de 1924. – DG 11.
10 511	5-2-1925	Aumenta a lotação da brigada de marinheiros. – DG 27.
10 512	5-2-1925	Aprova alterações ao estatuto de «A Lutuosa dos Faróis." – DG 27.
10 513	5-2-1925	Concede o prazo de três anos para o emprego da fisga na indústria da pesca na área da capitania do porto de Setúbal, findo o qual fica abolido o seu uso. – DG 27.
10 516	7-2-1925	Modifica os artigos 91.º e 93.º do regulamento geral das capitanias, serviço e polícia dos portos do continente e ilhas adjacentes, de 1 de dezembro de 1892. – DG 29.
10 542	9-2-1925	Fixa a composição do quadro transitório do pessoal civil da Direção Geral de Marinha. – DG 34.
10 543	13-2-1925	Constitui a comissão consultiva da marinha mercante, a que se refere o artigo 117.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 9720. – DG 34.
10 560	14-2-1925	Altera a colocação dos cabos de mar, designada no mapa B do decreto n.º 9704, na parte que respeita à capitania do porto de Viana do Castelo. – DG 38.
10 561	14-2-1925	Suspende a execução do decreto n.º 10 450, sobre assistência a conceder aos emigrantes portugueses que embarquem em navios estrangeiros, continuando em vigor o disposto no decreto n.º 7309, com as alterações constantes dos decretos n.os 8847 e 10 312. – DG 38.

(Continua)

Número	Data	Assunto
10 562	14-2-1925	Suspende transitoriamente a cobrança das taxas progressivas sobre o produto da pesca. – DG 38.
10 563	14-2-1925	Altera o regulamento provisório para a apanha e exploração de plantas marinhas na área do Departamento Marítimo do Sul, aprovado por decreto n.º 9181. – DG 38 (ret. DG 44).
10 564	14-2-1925	Abre um crédito para reforço da verba destinada a material para o Arsenal da Marinha. – DG 39.

Portarias

Número	Data	Assunto
4300	10-12-1924	Torna extensivas ao pessoal civil das capitanias e delegações as melhorias concedidas pelo decreto n.º 10 096. – DG 275.
4301	12-12-1924	Reduz a lotação da canhoneira *Açor.* – DG 277.
4302	12-12-1924	Aprova a lotação para a fragata *D. Fernando.* – DG 277.
4322	6-1-1925	Determina que o navio *Albacora,* para efeitos de pagamentos ao pessoal nele embarcado e mais efeitos administrativos, fique dependente do conselho administrativo da Esquadrilha de Fiscalização da Pesca do Centro. – DG 5.
4324	9-1-1925	Aumenta a lotação do cruzador *Carvalho Araújo.* – DG 7.
4325	9-1-1925	Proíbe a apanha das ostras em determinado ponto da margem sul do Tejo. – DG 7.
4344	12-2-1925	Altera a lotação para a Escola Naval, aprovada pela portaria n.º 4288. – DG 33 (ret. DG 46).

27 DE NOVEMBRO DE 1924

Declaração ministerial de José Domingues dos Santos na apresentação parlamentar do governo a que presidiu entre 22 de novembro de 1924 e 15 de fevereiro de 1925.

Ex.mo sr. presidente e dignos deputados da nação portuguesa:

Por honrosa incumbência de sua excelência o senhor presidente da República, organizei o ministério que hoje faz a sua apresentação a esta casa do parlamento.

O governo encontra o país numa situação igualmente caracterizada pela extensão e grandeza da sua crise e pela grandeza dos seus destinos e recursos. Ele prepara-se para dizer francamente ao país a verdade e realidade da sua situação, pedindo-lhe ao mesmo tempo o esforço correspondente e necessário para a resolver.

Depois de todas as perturbações que se acumularam, pela Guerra, sobre males antigos, o grave problema português é principalmente de ordem social e moral. Todo ele se resume em ser preciso estabelecer o equilíbrio: o das classes, melhorando as condições de vida às medianas e pobres; o das profissões, devendo crescer as produtivas e diminuir as onerosas ou especuladoras; o das terras aráveis, corrigindo-se os

JoseDominguesDosSantos.indb 292 12/10/2012 14:42

extremos da propriedade excessiva e insuficiente; o das próprias ideias, devendo triunfar as de coesão, de solidariedade e de moral superior, decorrentes da perfeita compreensão duma finalidade comum.

Se deste organismo nacional, minado por doenças e adversidades históricas, desapareceram valores de muitas centenas de milhares de contos-ouro, pelas ruínas da conflagração europeia; se ainda isto é agravado fortemente pelas desordens dos espíritos, das relações comerciais e civis, dos câmbios, dos preços, dos gastos, dos consumos, dos hábitos e das tendências gerais – o governo vê bem que Portugal não pode sair destas dificuldades sem liquidações e mudanças corajosas, necessárias para a salvação de todos, talvez ainda mais para a daqueles que as tenham de suportar.

*

Tendo assumido a gerência dos negócios do Estado, desejamos decididamente a reorganização fundamental de todos os seus serviços: extinguindo as direções, administrações e repartições prescindíveis; restringindo os quadros até onde for possível e aproveitando melhor o atual funcionalismo do Estado; consignando vencimentos fixos em ouro aos funcionários subsistentes; aproximando o orçamento ordinário da expressão que tinha em 1914; tratando de o equilibrar pela redução das despesas normais e pela atualização definitiva das receitas; assegurando aos licenciados e adidos os meios de existência na transição para as suas colocações profícuas.

*

É condição essencial de toda a vida nova do Estado e do país restaurar, sanear e desenvolver em alto grau o crédito nacional. Este objetivo alcançar-se-á pelo equilíbrio orçamental, que asseguraremos através de todas as dificuldades, não aumentando a circulação fiduciária, qualquer que seja o seu destino e justificação, e pela estabilização do valor do papel-moeda no ponto que mais convenha ao Tesouro e melhor se adapte às condições económicas e financeiras do país, sem perder de vista a desproporção atual entre a circulação fiduciária e as cotações cambiais. Esse crédito fortalecer-se-á ainda constituindo grandes valores mobiliários para base de largas operações de Tesouro, suprimindo explorações desordenadas que vêm absorvendo ruinosamente as disponibilidades e aumentando estas com as possíveis garantias da riqueza geral e dos patrimónios livres do Estado. Para este fim muito deve concorrer o rendimento dos fósforos e dos tabacos, conseguido dentro do sistema da liberdade tradicional para todos os republicanos, e, desde já, franca e desassombradamente preconizada por este governo.

É também indispensável cuidar da reforma bancária geral. O governo não hesitará em realizá-la, propondo-se ainda [a] criar uma Caixa de Conversão, como centro gerador da moeda-ouro, e uma Caixa de Fomento, como órgão financeiro do Estado, para todas as suas proteções, estímulos e impulsos, funcionando as duas instituições com individualidade própria num só estabelecimento.

Tem o Estado sobre si o encargo pesado das dívidas contraídas à sombra do crédito dos 3 000 000 de libras. O governo honrará os compromissos do Estado,

JoseDominguesDosSantos.indb 293 12/10/2012 14:42

pagando o que deve e evitando que novos protestos de letras venham abalar o crédito da nação. Mas não permitirá que, à sombra das facilidades que esse crédito criou, se continue a sobrecarregar o Estado com despesas nem sempre inadiáveis. O crédito dos 3 000 000 de libras não será mais utilizado.

E, se é certo que são grandes os encargos que para o Estado resultam das dívidas contraídas à sombra daquele crédito, maiores são os recursos de que o Tesouro Público pode dispor se cobrar, com zelo e com rigor, todos os impostos já autorizados e os desviar de explorações inúteis ou prejudiciais.

*

E é já tempo de se iniciar, em Portugal, uma política económica de realizações práticas e imediatas. O problema das vias de comunicação, quer ordinárias, quer aceleradas, e principalmente o problema das estradas, não podem sofrer mais delongas na sua resolução. Executando muitas das disposições já consignadas na legislação vigente, estimulando e aproveitando devidamente todo o auxílio de natureza local e particular que, mais ou menos, por toda a parte se está manifestando, estudando várias propostas que a governos anteriores têm sido apresentadas com o fim de ser feita em grande parte a reparação de lanços, em maior ou menor número, ligando pontos ou localidades duma primordial importância, o governo vai dar um impulso eficaz ao problema da reparação das nossas estradas.

Normalizar completamente os serviços ferroviários do Estado é dos maiores objetivos do governo. Aos 1360 quilómetros, extensão total da atual rede ferroviária, o governo vai procurar acrescentar – e está convencido de que o conseguirá – mais 100 quilómetros. E para o conseguir bastará tão somente que se cumpra a lei n.º 1327, de 25 de agosto de 1922, e que sem demora entrem no Fundo Especial todas as receitas que dele andam afastadas.

O problema das ligações por via aérea, quer postais, quer comerciais, o problema dos portos e a utilização conveniente da nossa energia hidráulica, serão resolvidos pelo governo em estreita colaboração com o parlamento, ao qual serão presentes várias propostas de lei já elaboradas.

Passados são já catorze anos da vigência do regime republicano e – triste é confessá-lo – ainda não foi elaborado um plano geral de administração colonial que, consubstanciando as aspirações das colónias em todos os ramos da sua administração, seja o elemento de ligação entre elas e delas com a metrópole, efetivando-se assim a política da associação, única moldada nos ditames da moderna orientação colonial.

Para o conseguir o governo já expediu ordens terminantes aos governadores para que procedam com brevidade à elaboração dos planos parciais para cada colónia. Esses planos parciais serão os elementos básicos de que se servirá o governo para a organização do plano geral de administração colonial.

Entretanto, pensa o governo em intervir de forma a estabelecer uma união aduaneira, estatuindo-se reciprocamente a isenção de direitos para os produtos coloniais e metropolitanos, a fim de evitar a desnacionalização do comércio colonial e conseguir novos mercados para o comércio metropolitano. Tem de ser cuidadosa e ponderada-

JoseDominguesDosSantos.indb 294 12/10/2012 14:42

mente aplicado este princípio, mas é indispensável aplicá-lo, pelo menos nas colónias da costa ocidental da África.

A situação de Angola tem de ser encarada com coragem e decisão. Todos os sacrifícios serão feitos para manter o crédito do país e concluir as obras já iniciadas, e não hesitará o governo em adotar as providências necessárias para regularizar definitivamente a situação monetária das colónias.

*

Mas é pensamento fundamental do governo iniciar um ciclo de desenvolvimento da agricultura e da povoação na metrópole e no ultramar.

Para isso temos em vista uma larga e profunda reforma agrícola, suscitando-se na lavoura outros processos culturais e fornecendo-lhe meios abundantes de melhor aproveitamento e muito maior produção.

Será preciso que o Estado reivindique, pelos convenientes modos jurídicos, áreas importantes de terras latifundiárias no continente, repartindo-as por numerosas famílias, empresas e indivíduos, acondicionados para a utilização do solo. Ainda para isso projetamos tornar possível, em grande escala, a colonização portuguesa nos planaltos meridionais de Angola e em certas regiões de Moçambique, preparando-a, impulsionando-a e auxiliando-a com todo o cuidado de cumprir o nosso dever histórico.

Pretendemos lançar este movimento com toda a força para ter um fim próximo a anomalia grave de haver uma notável emigração para o estrangeiro, e um considerável proletariado urbano e rural num país com territórios europeus e ultramarinos onde, com rapidez, poderia haver uma população próspera dez vezes maior.

Entretanto não esquecerá o governo a situação do emigrante português, cujas ligações com a Mãe-Pátria é preciso intensificar, já pelo reconhecimento que devemos a esses trabalhadores que tão longe sustentam a honra do nome português, já pelas vantagens de ordem económica que daqui advêm para o país. Assim procurará criar *patronatos,* com o fim de orientar e fiscalizar a aplicação e o cumprimento das leis, e, se as faculdades orçamentais o permitirem, remodelará as escolas portuguesas, de maneira a permitir que elas sejam um veículo de aproximação constante entre a Pátria e o emigrante e um instrumento de conservação da língua e das tradições nacionais para o emigrante.

Em conjunção com tudo isto promoveremos os aproveitamentos hidroelétricos de Portugal, especialmente no Douro, no Cávado, no Tejo e no Guadiana. Para tal fim, nacionalizando concessões feitas a estrangeiros, sempre que isso seja indispensável para a execução deste plano, despertaremos e auxiliaremos as iniciativas ou empresas coletivas e individuais que queiram encarregar-se deste novo trabalho de organização e progresso. Dessas empresas comparticipará o Estado.

Promoveremos a utilização dos combustíveis nacionais, sobretudo os do centro do país. Promoveremos as obras de irrigação de vantagem regional, local e particular, ligando logo uma parte das primeiras com o parcelamento e a povoação das terras. Promoveremos o desenvolvimento das indústrias necessárias, mormente das que transformam produtos agrícolas de Portugal. Promoveremos a expansão das organizações sindicais vantajosas para a economia geral e das cooperativas de produção, de consumo

JoseDominguesDosSantos.indb 295 12/10/2012 14:42

e de crédito popular, não tendo dúvida o governo em reconhecer a capacidade jurídica dos sindicatos profissionais e das federações associativas.

*

Completaremos estes esforços com outros que são impostos pelo nosso pensamento renovador. Poremos recursos maiores à disposição do comércio útil, principalmente em favor da exportação. Aproveitaremos para tanto os bons ofícios dos nossos representantes no estrangeiro. E, fiéis à nossa tradicional aliança com a Inglaterra, não esqueceremos também as intensas relações comerciais que secularmente nos unem a esse grande país; apressaremos a realização da convenção comercial com o Brasil, ao qual nos ligam tantos laços de sangue e afinidades espirituais tão profundas, intensificaremos as relações económicas e de amizade para com a Espanha, procuraremos concluir o Tratado de Comércio com a França e regularemos as nossas relações comerciais com a Alemanha para um novo acordo. E de uma maneira geral promoveremos todos os acordos suscetíveis de facilitar a mais larga colocação no estrangeiro dos produtos portugueses.

O problema das reparações merecer-nos-á especial cuidado. A execução do plano Dawes será atentamente vigiada e envidar-se-ão todos os esforços para que a Portugal sejam concedidas as maiores vantagens na efetivação desse plano.

Procederemos, enfim, à reorganização geral da força terrestre e marítima, assegurando-lhe, dentro dos limites estabelecidos pelas circunstâncias financeiras, as condições reclamadas pela conservação do território português e da ordem pública, indo a nova situação económica permitir a aquisição do material necessário para aquele fim. Entretanto, providências serão adotadas para uma melhor valorização dos elementos existentes pela intensificação da instrução dos quadros e uma melhor eficiência na instrução dos contingentes a incorporar.

No mesmo sentido e dentro das bases que condicionam a organização do Exército da República novo alento se procurará dar à instrução militar preparatória e à formação dos quadros milicianos.

*

Não se esquece o governo de que, saído do bloco das esquerdas parlamentares, é chamado a realizar o ideal democrático. E não há ideal republicano onde não há justiça social. É em nome dessa justiça social que nos propomos governar.

Soou a hora de esquecer agravos quem agravos tiver.

Defenderemos, por todas as maneiras indispensáveis, com vigor, a causa dos consumidores e dos inquilinos, dentro das exigências da justiça e do equilíbrio económico. Se a melhoria cambial se tem dado e acentuado, o refluxo dos preços ainda se não fez sentir de forma a beneficiar devidamente o consumidor. O governo intervirá abrindo as barreiras alfandegárias, se tanto for necessário, para que os preços dos géneros de primeira necessidade se nivelem pelos preços correntes do mercado mundial na paridade que realmente lhes corresponder.

Trataremos de salvar com socorros, proteções e educação adequada os menores – órfãos, abandonados, delinquentes ou em perigo moral – e adaptaremos, com

JoseDominguesDosSantos.indb 296 12/10/2012 14:42

reformas eficazes, as instituições de assistência e previdência ao fim humanitário e social a que são destinadas. Ajustaremos a instrução às imposições da pedagogia e às do levantamento nacional e daremos cumprimento às generosas promessas da propaganda republicana, descentralizando o ensino e procurando torná-lo gratuito em todos os graus e em todos os ramos.

Asseguraremos a liberdade a todos os cidadãos: liberdade religiosa, liberdade de pensamento e liberdade económica. Impomos apenas, mas a todos, o cumprimento da lei. O crente tem a plena liberdade de exercer os atos do seu culto – dentro da lei. O escritor tem plena liberdade de espalhar as suas ideias e criticar as dos outros –dentro da lei. E lutaremos por todas as legítimas liberdades económicas, combatendo todos os monopólios e abatendo todas as companhias majestáticas, sempre que isso se torne possível, quer pela terminação, quer pelo não cumprimento dos respetivos contratos.

A liberdade individual será igualmente garantida. O *habeas corpus* será objeto dama proposta em que o governo porá todo o seu interesse. E uma nova reorganização judiciária procurará tornar a ação da justiça pronta e menos dispendiosa. Finalmente, é preciso afirmar a moralidade do regime com factos incontestáveis. Impõe-se a terminação das várias sindicâncias. O castigo dos delinquentes e a absolvição dos inocentes são uma afirmação da justiça, que é essencial em regime democrático. O governo adotará todas as medidas – ainda as mais enérgicas para que as sindicâncias terminem rapidamente.

E, para que a lei de responsabilidade ministerial tenha a eficácia e a aplicação que todos reclamam, o governo regulamentá-la-á em breves dias.

*

As declarações que aí ficam feitas não constituem simples afirmações retóricas. O governo trará, em breves dias, ao parlamento as propostas necessárias para a sua efetivação completa. Estão elaboradas quase todas. Com elas e com a ação executiva que lhe é permitido exercer pelas leis vigentes, o governo ambiciona provocar uma decisiva transformação nacional que a alma deste povo, cheio de tradições honrosas, julga indispensável e que os perigos visíveis tornam urgentíssima. Sabe muito bem que ela não é possível sem o concurso de todos os portugueses que estão na metrópole, nas colónias e no estrangeiro. A obra de sustentar e engrandecer Portugal somente pode ser feita por eles mesmos e para sua glória.

O governo pede esse esforço patriótico e glorioso a todos e muito especialmente aos ilustres representantes da nação.

– O presidente do Ministério e ministro do Interior, *José Domingues dos Santos.*

JoseDominguesDosSantos.indb 297 12/10/2012 14:42

5. Dirigente partidário

30 DE AGOSTO DE 1925

Discurso de José Domingues dos Santos no banquete do Palácio de Cristal em honra dos parlamentares da Esquerda Democrática. Demarca-se da política seguida pelo PRP, defende um regresso às origens ideológicas desse partido e avança com um conjunto de medidas que contribuam para a resolução dos problemas económico-sociais do país.

Meus senhores:

Dizer-vos o meu infinito reconhecimento pela calorosa solidariedade que vindes prestando aos homens que uma fação, intolerante e inferior, persegue com ânsias de extermínio é o meu primeiro dever. Dever que comovidamente cumpro sem hesitações e sem falsas modéstias. Esta grandiosa manifestação de solidariedade prestada a homens que por um ideal lutam e se sacrificam, marca a diferença profunda – diferença de processos, de ideias e de moral – que separa o povo republicano dos desvairados energúmenos que se pretendem arvorar em nossos carrascos.

Enquanto os nossos adversários, falhos de autoridade moral e intelectual, incapazes de pensar e de estudar, julgam poder impor-se com a maior autoridade que lhes dá um carimbo que abusivamente detêm em suas mãos, nós andamos de terra em terra, espalhando princípios, semeando ideias e definindo atitudes. Os resultados não se farão esperar. Da perseguição dos nossos adversários só ódios podem nascer. O abuso de poder que praticam, só desordem e anarquia pode gerar.

Ao contrário, a semente de idealismo que vimos espalhando, a mãos largas, sobre esta sociedade, sequiosa da verdade que ilumine e dirija seus passos, desabrochará fatalmente em frutos abençoados de amor e confiança.

*

Muitos dos portugueses sofrem neste momento a necessidade de amar. Cansados de ódios, enojados de tantas represálias, eles sentem o seu coração vazio, separado do presente pela recordação perene de um passado de aventura e de lenda – que não poderá voltar – inquieto de Futuro pela esperança de um sublime imaginário que eles sabem não poder atingir. E não sentem que, junto deles, a vida passa, sem cessar, exibindo cada ano novas *corbeilles* de novos e preciosos frutos. Esses frutos a vida os atira, como uma miragem sedutora, a quem a segue e a serve. Rangendo ódios – ódios de desespero dantesco, ódios de impotência invejosa – os nossos adversários espreitam a ocasião para nos darem a morte. Em que podem pensar e que podem desejar homens que só a morte trazem no coração?

Cantando hinos de triunfo – o triunfo dos fortes que a passos largos caminham para a perfeição – vamos nós espalhando o amor, fonte de uma vida mais bela e mais perfeita.

Triunfará o melhor. Triunfará quem mais e melhor souber amar. Amor pela verdade, amor pela justiça, amor pela humanidade, amor pela nossa terra e pela nossa

JoseDominguesDosSantos.indb 298 12/10/2012 14:42

raça, eis os fulcros de uma propaganda que principia e tende à formação de uma Democracia perfeita e honrada.

Os homens que aqui se reuniram com o fim de, publicamente, testemunharem a sua solidariedade aos parlamentares da Esquerda Democrática, não vieram certamente trazer-nos a afirmação de mera simpatia pessoal, precursora de uma política de personalismos que não preconizamos e não aceitamos. Vítimas de um personalismo odiento, não poderíamos aceitar sem desgosto que a esse mal com outro mal se quisesse responder. Não foi para isso que, de tão longe e com tantos sacrifícios, tantas centenas de republicanos aqui se reuniram.

Vieram aqui tantos velhos republicanos porque o nosso ardor combativo, a nossa fé desinteressada, a pureza dos princípios com que vimos agitando a sociedade portuguesa lhes lembram os saudosos já longínquos tempos da propaganda republicana. A nossa linguagem de hoje é a mesma que há trinta anos ouviram os seus ouvidos e os fez vibrar de esperançoso entusiasmo.

Aqui vieram outros mais novos – os da nossa geração – porque sentem a mesma ânsia de realizações que nos envolve e arrasta. Embalaram-nos desde os mais tenros anos da sua infância as promessas dos ardentes propagandistas que lhes fizeram antever a esperança de serem eles, quando homens feitos, os realizadores dessa obra de propaganda que, acendendo as almas e iluminando os espíritos, criou energias capazes de demolir um trono oito vezes secular. Desde a sua adolescência que esta geração bebeu, a largos haustos, a fé, o entusiasmo e o ardor combativo que lhe inspiravam os profetas da sua crença. Ela guarda desde então, em sua alma, uma característica nova – uma angústia terna e voluntária pela sorte da sua Pátria. E sabe que os heróis que tombaram em defesa do seu ideal não a dispensaram de agir.

Sabe que eles caíram para salvar a herança de seus maiores e permitir-nos que a levemos mais longe, e não querem que os seus filhos – os nossos filhos – vão procurar, por detrás dos nossos passos, a lição do sacrifício pela Pátria. A nossa geração sabe ainda que nenhum homem, ou grupo de homens, por maiores que sejam o seu talento e a sua energia, podem realizar a tarefa imensa de ressurgimento patriótico, sem a colaboração de todos os valores nacionais. Uns dirigindo, outros executando, todos colaborando, homens de génio e homens de boa vontade, iluminados pela mesma fé redentora, se devem juntar, quebrando as cadeias dos ódios, dos queixumes e dos despeitos, e formando a indestrutível cadeia dos génios criadores. Sabe-o a minha geração, a nossa geração, e por isso aqui se encontra representada.

A geração nova – eu sei-o – tem sido julgada com uma certa severidade e apreciada com mal reprimida desconfiança. Ela encontra-se de facto perturbada em face do problema político atual. Mas querendo ser inteiramente justos, há que reconhecer que se a mocidade de hoje, ora grita com impaciência o seu desespero, ora se cala resignada, ora assume atitudes de uma altiva irreverência, ora se esconde num misticismo doentio, é porque ela ainda não encontrou o caminho da redenção que lhe prendesse a alma sequiosa de beleza e de emoção. Vagueia, incerta e perdida, em busca de uma nova fé. Mostrar-lhe o caminho de uma nova fé, é a nossa missão. E é em busca dessa fé que aqui vemos a mocidade de hoje, sequiosa de ideal e de justiça.

Vai para todos a afirmação sentida do meu reconhecimento e da minha admiração.

JoseDominguesDosSantos.indb 299 12/10/2012 14:42

A tradição republicana vive principalmente da sentimentalidade que soube despertar. Essa sentimentalidade que anima e agita todas as camadas da sociedade portuguesa e se descobre através de fatores psicológicos de origem profunda é a *sentimentalidade da esquerda*.

Ela é a sobrevivência das paixões e dos entusiasmos que animaram os velhos militantes da República. Ela deriva da fé – fé santa e justa – na generosidade e no desinteresse do ideal popular, em flagrante contraste com os cálculos e com as habilidades dos privilegiados. É, enfim, a solidariedade instintiva entre homens que, tendo nascido do povo, à sua grei e à sua raça querem permanecer fiéis.

Fiéis à tradição republicana, fiéis às aspirações da alma popular, sincera e desinteressada, nós estamos dentro do PRP porque enquanto este existir, queiram ou não queiram os homens que neste momento abusivamente detêm em suas mãos os carimbos desta formidável agremiação partidária, ela será a expressão mais perfeita da sentimentalidade da Esquerda Republicana.

Meus senhores:

A história da nossa irradiação está feita. A história do nosso processo já correu impressa por todos os jornais e não é para aqui a repetição de factos que, estando na memória de todos, não são de molde a trazer aos nossos corações alegria ou conforto. Afastemo-nos neste instante de confraternização republicana, desse lamaçal de ódios, despeitos e vinganças mesquinhas. Não temos de pedir licença a ninguém para sermos republicanos e, dentro da República, não temos de tirar o chapéu para ocuparmos a posição que entendemos. Estamos dentro do PRP porque queremos estar e sentimos que a alma do partido connosco está também.

Os parlamentares irradiados não têm programa novo a apresentar. Basta-lhes o programa do velho PRP. Entendem, sim, que é indispensável readaptar e renovar alguns pontos desse velho programa, em que todos falam, e que bem poucos conhecem. Mas a característica do partido, as diretrizes a adotar para a solução dos vários problemas nacionais, tudo isso se encontra definido em termos claros e elevados no velho programa do PRP e ninguém se espante que sejamos nós, a mais de 30 anos da geração de 90 – a geração que lançou as bases do programa partidário – que pretendamos ser os fiéis intérpretes e os legítimos executores do pensamento desses idealistas.

Uma lei histórica, até hoje não desmentida, ensina-nos que uma geração só exerce uma influência decisiva sobre os negócios públicos, passados 30 ou 40 anos após a sua formação intelectual e moral. Rousseau, Voltaire e Montesquieu ensinaram a revolução trinta ou quarenta anos antes que seus discípulos a fizessem. Karl Marx morreu em 1883. A sua doutrina só principiou a influenciar a vida do Estado a partir de 1900. Fauré, Renan e Alberto Sorel ensinaram nos fins do século passado as doutrinas que mais dominam os políticos modernos. Os católico-sociais de hoje são os filhos espirituais da Encíclica Romana de Leão XIII.

Há sempre uma diferença bem marcada entre as elites dirigentes que se sucedem de geração para geração. Enganam-se aqueles que supõem que as gerações se seguem umas às outras como se corressem sob uma ponte, Elas sobem sempre para a perfeição e a diferença que entre elas se marca é a mesma que separa dois degraus de uma mesma escada. Nós temos de marcar uma geração nova. A finalidade é a mesma. As aspirações vêm de longe. As ideias já desde há muito foram proclamadas. Mas a

JoseDominguesDosSantos.indb 300 12/10/2012 14:42

nossa geração tem de marcar, sobretudo, pelo desejo de realizar. Temos vivido em tão doce calmaria e em tão resignada transigência, que a ação de alguns republicanos mais se afigura por vezes a uma traição. Nada se resolve. Adia-se tudo. Dizia-se em tempos – governar é prever. A fórmula de hoje é – governar, é esperar.

E os assuntos de mais urgente resolução permanecem parados. E os compromissos mais formais parecem esquecidos. "Deixem amadurecer a questão", proclamam os conselheiros da República. E enquanto amadurece a questão, as estradas arruínam-se, as escolas são abandonadas, o problema agrário é esquecido, os pobres continuam ao abandono e sem assistência, a mortalidade das crianças aumenta por uma forma pavorosa, o analfabetismo cresce, o operário continua sem instrução técnica e sem auxílio, desaparecem os barcos de guerra, o Exército esfrangalha-se em motins, a indisciplina social aumenta e a miséria alastra.

"Deixemos amadurecer a questão", bocejam os *bonzos* da nossa política. "Vamos a dormir sobre ela." E enquanto dormem tranquilos o sono beatífico dos inconscientes, as questões sucedem-se, umas após outras, acastelam-se no horizonte da nossa terra tantas tempestades, que se torna bem difícil evitar que a comédia de hoje se transforme amanhã em tragédia. A dormir sobre a questão bancária, a esperar que ela amadurecesse, foram consentindo na multiplicação de banquinhos e banquetas, que mais se assemelhavam, por vezes, a uma armadilha para incautos do que a casas de crédito, em que o povo podia depositar o fruto das suas economias. Estamos assistindo ao despertar desse sono confortável e doce, em que há anos vínhamos vivendo. As casas bancárias entraram em crise grave.

Um governo quer despertar a sociedade do sono letárgico em que vivia. Foi o governo da minha presidência que tentou, com a sua reforma bancária, garantir o dinheiro aos depositantes, assegurando a seriedade das transações. Fomos corridos como importunos, que não se importam de acordar quem tranquilamente quer dormir.

A dormir sobre o problema dos monopólios estiveram todos os governos desde a proclamação da República. As promessas mais clamorosas andavam esquecidas. E os grandes polvos iam arrastando, com seus enormes tentáculos, muitos dos políticos que, em face deles, haviam tomado posições que não se poderiam esquecer. Ninguém mais, após a proclamação da República, havia falado na questão dos monopólios. E a três meses do prazo em que devia expirar a concessão de um desses monopólios, o dos fósforos, ninguém sabia o destino que teria tal concessão. Dormia-se sobre a questão.

O governo da minha presidência acordou os potentados, acordou os políticos a eles acorrentados, acordou o povo, soltando do alto das cadeiras do poder o grito de guerra: abaixo os monopólios.

Os potentados rangeram os dentes de desespero e mandaram os seus lacaios insultar-nos e caluniar-nos. Os políticos, sonolentos e acomodados, esboçaram um gesto de enfado e contrariedade e resolveram derrubar esse grupo de irreverentes que na sua ânsia de justiça ninguém poupava.

Só o povo – a choldra – nos compreendeu, e apoiou. Recordou que foi gritando "abaixo os monopólios" que a República se proclamou. E reconheceu então por que haviam chegado ao Terreiro do Paço os realizadores da República por que se haviam batido.

JoseDominguesDosSantos.indb 301 12/10/2012 14:42

Ora eu sou filho de lavradores. Lavradores pequenos, é certo, mas lavradores com todas as virtudes e – porque não dizê-lo – com todos os defeitos dos lavradores da minha região. Não tenho qualquer antipatia por essa classe e, antes, reconheço que o seu trabalho fecundo é dos mais úteis à Pátria. Antipatia? Que horror! Mas toda a nossa propaganda é um hino de amor à terra! Mas toda a nossa admiração vai para o pobre camponês que, desde que amanhece até que o sol se esconde, vai cavando, sulcando, regando a abençoada terra criadora de riqueza e manancial inesgotável de felicidades! Mas querer que não haja um palmo de terra sem arrotear, é maldizer a terra? Mas afirmar que ninguém tem o direito de deixar a terra improdutiva, só porque o dono não a quer cultivar, é ferir o direito de propriedade?

Mas o jus *utendi et abutendi* havia sido abolido pelos próprios romanos, que eram os senhores do mundo e não tinham apenas ao seu dispor esta admirável faixa de terra que é o nosso lindo Portugal. Admitir o direito de deixar a terra improdutiva?... Ora atendei. Suponhamos que um desses felizes argentários que desperdiçam dinheiro com mais facilidade do que as crianças destroem os seus brinquedos, se lembrava de comprar uma das grandes propriedades de um dos concelhos do Minho. Todos sabem que aqui não há um palmo de terra por cultivar. E é do cultivo dessas terras que vive este formigueiro de gente que por aqui trabalha. São a riqueza e a felicidade da região. Ora o tal argentário – estamos em hipótese – não precisa de dinheiro e resolve não cultivar a propriedade. Depois compra novas propriedades. Cada vez mais caras, mas compra sempre. E compra tanto que, dentro em pouco, tem em seu poder um concelho inteiro. E porque é rico, e porque é caprichoso, aproveitando o falso direito de *abutendi*, não cultiva todas as suas propriedades que são, afinal, a terra de todo o concelho.

E sobre toda aquela terra, outrora rica de verdura, ubérrima e próspera, caiu a tristeza das terras ao abandono. Já não cria o pão que sustentava os seus filhos. Desapareceram os milheirais. E só a urze, brava e agreste, se ergue por aquela região, outrora tão verdejante e tão rica. E os pobres – os trabalhadores – que, cantando, iam cavando, sulcando e regando aquele torrão abençoado, onde viviam seus pais, sua mulher e seus filhos, vão largando as casas em que viveram felizes outrora. E aos montes, como animais de carga, são empilhados nos porões dos navios para irem levar, lá fora, o produto do seu trabalho que a teimosia, o capricho, ou a fantasia de um *novo dono* não quiseram aproveitar.

Tendes ouvido? E se tal sucedesse, haveria um lavrador do Minho que não se revoltasse com tal abuso?

Dir-me-ão: mas isso é uma hipótese e hipótese irrealizável. Senhores: a casa de Bragança e [a] casa de Cadaval têm, qualquer delas, em seu poder e improdutiva, uma porção de terra portuguesa que excede em muito qualquer dos grandes concelhos do norte. Não. A reforma agrária que o grande economista Ezequiel de Campos apresentou ao parlamento, e que todo o governo da minha presidência perfilhou, não é *bolchevista*, nem atentatória dos direitos da propriedade. Só o podem recear os que, por capricho ou teimosia, não quiseram nunca cultivar a terra.

Longe de ferir, a reforma é dignificadora do direito de propriedade! Mas porque podia levantar protestos tocar em tal assunto, todos sobre ele dormiam. Não temos pão para abastecer o povo. Não temos terra em que ocupar os braços de portugueses.

JoseDominguesDosSantos.indb 302 12/10/2012 14:42

É ouro que sai. É a emigração, com todo o seu cortejo de desgraças, que aumenta. Que importa? Vamos a dormir sobre o caso. Esperemos. Governar é odiar...

Homens de verdade e de ação, que toda a verdade queremos dizer ao povo, quer essa verdade lhe seja agradável e nos traga simpatias, quer lhe seja desagradável e nos traga dissabores, resolvemos pôr o problema em equação. Está posto, e forçoso é resolvê-lo!

A dormir sobre o problema agrário têm vivido todos os governos da República. Debalde o programa partidário preconizara o aproveitamento dos latifúndios. O problema era melindroso. Ia tocar e ferir vários interesses particulares. O direito de propriedade é intangível, é sagrado.

Tocar-lhe é arriscar-se a perder toda a popularidade. E os homens públicos devem sempre evitar proferir palavras ou tomar atitudes que lhes acarretem a antipatia de uma classe. E na questão agrária, tratava-se de uma classe formidável – a lavoura.

Meus senhores:

Falei-vos de alguns assuntos que, estando esquecidos, por nós foram arrancados para a discussão. Já resolvidos uns, em vias de resolução outros, certos estamos de que alguns serviços já prestamos à sociedade portuguesa. Muitos outros têm de ser resolvidos.

As estradas arruinaram-se. E o seu estado de ruína é um grito clamoroso e constante, que por todas as aldeias se ergue contra a administração republicana. Tomou esse problema entre mãos o nosso ilustre colaborador e distintíssimo engenheiro, sr. Plínio Silva. Quem quiser resolver o problema das estradas – reconhece-o o *Diário de Notícias*, que tão empenhado se mostra na sua resolução – terá de retomar os trabalhos iniciados por esse homem e seguir a trajetória por ele marcada. Não temos portos. O porto de Lisboa tem uma administração caótica. O porto de Leixões só dificilmente se vai construindo, sem dar esperanças – se novo arranco não for tentado – de vermos tão cedo a conclusão dessa grandiosa e ambicionada obra de fomento nacional.

Nos restantes portos não falemos.

Temos quedas de água que se podem transformar em poderosos mananciais de riqueza para a nossa terra. O seu aproveitamento impõe-se. Mas, infelizmente, nem sequer ainda temos resolvido o litígio entre Espanha e Portugal, a propósito das quedas de água do Douro.

Tudo dorme. Dormem os estudos, dormem os trabalhos já feitos... Só não dorme a cobiça alheia!

Temos uma enorme riqueza mineira. Os nacionais não a exploram. Gostam de empresas mais lucrativas. E a exploração mineira só a largo prazo poderá render. Na febre de lucro, que domina a sociedade portuguesa, quem se arrisca a empatar capital em tais empresas, quando tem tantas outras onde pode empregá-lo de forma a obter lucros fabulosos ou imediatos? E a nossa riqueza mineira vai assim passando para as mãos de estrangeiros que nem as exploram, nem deixam explorar... E entretanto dorme-se...

O nosso domínio colonial longínquo agita-se, de quando em quando, em paroxismos de desespero. Não o aproveitamos e nem sequer o sabemos explorar. Temos por lá abandonadas formidáveis riquezas? Quem pensa em explorá-las? O estrangeiro. O português, em regra, só olha para as nossas colónias para obter uma colocação que

JoseDominguesDosSantos.indb 303 12/10/2012 14:42

o torne rico em pouco tempo – oh! Uma cobiça de riqueza mal ganha – ou para arranjar uma concessão que possa trespassar em pouco tempo e a bom preço. Poderiam as nossas colónias ser um motivo de prosperidade nacional. Têm contribuído para aumentar a nossa miséria. Poderiam servir para fecunda escola de trabalho honrado. Estão a transformar-se em motivo de cobiça desordenada. Há que apertar os laços de solidariedade entre Portugal e colónias.

Os seus mercados devem ser os nossos. A sua língua deve ser a nossa. E perante a sua produção – que é nacional – abatamos nobremente todas as barreiras alfandegárias.

Falou-se sobre o melindroso problema militar. Quem é que, em Portugal, o tem encarado a sério? Temos um Exército interminável de oficiais. Simplesmente nem temos soldados, nem armamento.

A veniaga das livrações continua a ser usada como necessidade primordial para garantias eleitorais. E o resultado é que para os quartéis vão, em regra, os mais fracos, porque são os desprotegidos. Porque não voltamos à organização militar preparatória, obrigando todos os mancebos a receberem a instrução na sua aldeia, em exercícios feitos ao domingo, restringindo o serviço das casernas apenas aos analfabetos e obrigando estes a aprender a ler e escrever, como condição essencial para ser considerado um soldado pronto? Porque não abrir os quadros de oficiais, de forma a permitir-lhes, com certa segurança, o seu emprego em ocupações civis?

Porque se conservam no quadro oficiais que se reformaram – a maior parte deles para não irem para a Guerra? Porque são readmitidos os oficiais que haviam sido demitidos por terem tomado parte na Traulitânia?

Porque não se resolvem estes problemas? Acaso alguém ignora que o Exército nos gasta perto de metade das nossas receitas totais? Ninguém o desconhece. Todos sabem que gastamos dinheiro demais com um Exército que não temos. Mas nada de falar em tal assunto.

O Exército pode zangar-se, pode ofender-se... O melhor é dormir sobre o caso. E a dormir temos vindo, até chegarmos à desoladora situação em que nos encontramos, e de que o Exército é a principal vítima.

Não vos falarei do problema da instrução e educação em Portugal. Já brilhantemente sobre o assunto falaram alguns oradores. Dizer-vos que não pode haver democracia perfeita enquanto não houver muitas e boas escolas, é afirmar uma verdade de M. de La Palisse. Mas há muitas verdades de La Palisse que andam esquecidas. E esta anda esquecida na nossa terra, que tão esquecida se mostra de instruir e educar o povo, que o analfabetismo, longe de ter diminuído, aumenta. Sou claramente partidário da *escola única*. É forçoso que as desigualdades que separam os homens não vão ferir as crianças, logo que estas entrem na vida. *Escola única* não significa que todos os alunos aprendam a mesma coisa, mas, sim que todas as crianças da mesma terra devam frequentar a mesma escola tendo todas as crianças, filhas de ricos ou de pobres, o direito de receberem o ensino mais adaptado às suas qualidades próprias, às suas tendências particulares, ao espírito e à necessidade do seu meio.

São precisas escolas para os agricultores nas regiões agrícolas, industriais nos meios fabris, comerciais nos meios mercantes e todas elas dotadas com os elementos necessários para o ensino geral e para o ensino especial. Assim, teremos utilizado

JoseDominguesDosSantos.indb 304 12/10/2012 14:42

plenamente os dons [da] raça e permitiremos que frutifique, em cada meio, a inteligência que ali nasceu, em vez de a exilarmos para regiões ingratas. É bom não confundir "elevação" com "deslocação". A democracia tem de assegurar a livre expansão da criança até ao máximo desenvolvimento das suas faculdades mentais. Mas não deve contribuir para uma deslocação de aptidões fazendo um péssimo e inútil bacharel, do que poderia e deveria ser um esplêndido artífice.

À igualdade perante a instrução, juntemos a igualdade perante a educação. Futuro serralheiro ou futuro engenheiro, à criança é forçoso ensinar o raciocínio, julgar e viver segundo os grandes princípios. Quem ousará contestar a verdade destas afirmações? E contudo o analfabetismo aumenta, as escolas estão a cair, os rapazes são torturados nos Liceus com montanhas de livros que os mestres obrigam a decorar em horas intermináveis e absorventes de trabalho. E nada se remedeia, nada se resolve, porque não há dinheiro e é bom não criar mais dificuldades... Como se uma democracia tivesse o direito de regatear o dinheiro que tem de gastar com a educação dos seus filhos.

Escola única, descentralização administrativa, ensino gratuito... princípios já por nós tantas vezes afirmados que inútil será relembrar.

Chamaram-nos *bolchevistas*. Acusaram-nos de *bolchevistas*. E tantas vezes o disseram e por tantas formas o repetiram, que, de norte a sul, não há burguês pacato e temente a Deus que não tenha sérias dúvidas sobre as nossas ideias *bolchevistas*. Já o disse por mais de uma vez, não sou *bolchevista* porque não o quero ser, porque a minha inteligência me diz que o não devo ser. Mas acho pouco inteligente e nada honesto que me queiram atribuir ideias que não tenho.

Tenho defendido a liberdade dos cidadãos, sem me importar com a sua categoria e posição social? Mas eu entendo que o respeito pela lei é a base de toda a democracia. E eu tenho defendido a liberdade ao cidadão dentro do respeito que à lei todos devem. Nunca defendi a desordem, nem a licença, tenho-as combatido tenazmente para assim melhor me autorizar a defender a liberdade quando ameaçada ou espezinhada.

Protestei contra as deportações sem julgamento porque elas são atentatórias da liberdade do cidadão e ofensivas da lei, que a ninguém permite castigar sem julgamento prévio. Protestei contra os espancamentos nas prisões, porque eles representam um enxovalho, sem nome, à lei e aos direitos da humanidade. Protestei contra a prisão e incomunicabilidade sem fim, e por dias intermináveis, porque isso representa um atentado contra a lei e contra a liberdade do cidadão.

Eugenis Hautice exclamava: a liberdade! Mas nada há acima dela. E no mesmo plano que a liberdade, eu vo-lo repito, nada há, nada, nada... Defender a liberdade do cidadão e exigir o cumprimento da lei, é ser *bolchevista*? Que ideia farão esses acusadores do que é o *bolchevismo*? Não. Defender a liberdade de um cidadão e exigir o cumprimento da lei é ser afinal e simplesmente um *bom democrata*.

Mas não se tem respeitado a liberdade do cidadão quando este é pequeno. Aos outros, tenham eles roubado os Transportes Marítimos ou tenham praticado os crimes que imortalizaram a Exposição do Rio de Janeiro, lá continuam no parlamento e no PRP ao lado daqueles que nos irradiaram.

Sobre estes assuntos dorme-se, porque tocar-lhe é criar ódios, levantar atritos... Não o entendemos assim. E através de tudo e contra tudo, temos pregado e

JoseDominguesDosSantos.indb 305 12/10/2012 14:42

continuaremos pregando a necessidade de garantir a liberdade do cidadão e para isso preconizamos a necessidade de fazer aprovar a nossa proposta de lei sobre o *habeas corpus* bem como uma reorganização judiciária que a todos dê garantias do cumprimento da lei. Isto é *bolchevismo*?

Quem cuida da assistência aos desgraçados? As misericórdias – velhas e seculares casas de assistência – definham por falta de meios. Abandonadas de todos, não têm meios para cumprirem a sua missão social. Os nossos argentários não têm dinheiro para extravagâncias. E sucede que não há assistência oficial. A mulher grávida quando pobre, não tem forma de proteger a sua gravidez. Quantas crianças morrem porque suas mães nunca tiveram qualquer auxílio ou proteção, quer antes do parto, quer depois do parto? Levei, em tempos, uma proposta de lei ao parlamento, garantindo à mãe o direito a descanso, com vencimento do salário por inteiro, quer no mês antes do parto, quer no primeiro mês posterior ao parto. Acautelava também as mulheres e as crianças quanto ao exercício das chamadas indústrias insalubres. Nunca mais em tal se falou. Dorme-se sobre o assunto à espera que ele amadureça. E já repararam os dorminhocos no que isso representa de formidável para o enfraquecimento e definhamento da raça!

E a assistência ao inválido por doença contraída no trabalho? E a assistência ao inválido na velhice? E a assistência às viúvas dos operários? E a higiene para as classes pobres? Quem fala nisso? Nós, os tais *bolchevistas*. É certo que tudo isto existe em todos os países civilizados, desde as repúblicas até às monarquias. A Inglaterra consagra metade das suas receitas para as despesas de caráter social. Serão *bolchevistas* os homens que têm governado a Inglaterra? Triste irrisão! A maior parte dessas reformas têm sido realizadas por governos com caráter conservador, embora sob pressão dos partidos avançados. *Bolchevismo*? Não! Justiça. E não há democracia que não tenha por base das suas relações a justiça social.

Meus senhores:

Como isto já vai longo. Mas era indispensável traçar em rápidas palavras a solução de alguns dos problemas mais instantes do grande problema português. Nós temos vivido afastados do resto do mundo. Tendo entrado na Grande Guerra parecia natural que dela tirássemos grandes ensinamentos. Erro grosseiro. Longe de termos tomado contacto com aqueles que foram durante anos os nossos companheiros de lutas e de sofrimentos, parece que os ignoramos e com certeza que eles nos ignoram. O mundo caminha, avança. E nós dormimos. Dormimos e fazemos revoluções. Mas que admira, se a inação é a geradora de todas as indisciplinas e de todos os perigos sociais?

Hoje, por toda a parte se ouve o mesmo grito: criar, produzir... O que significa trabalhar, agir, realizar. Mas como havemos de trabalhar, de agir, de realizar, se tivermos a dirigir-nos um mundo de espectros? Como pode progredir uma República de fantasmas? E que outra coisa são os *bonzos*, senão espectros de um passado longínquo?

Estranho paradoxo: outrora fomos nós descobrir o Extremo Oriente e levar-lhe a seiva da nossa vitalidade ardente e combativa. Hoje são eles que nos exportam para cá o que, por lá, já não toleram – os *bonzos*. Hoje são eles que anseiam pela vida e expulsam o que entre eles representa a morte – os *bonzos*.

Meus senhores:

Li algures que, no cimo das gargantas do Dore, sobre um cerro verde, se ergue, face ao poente, a igreja abacial da Chaise-Dieu. Penetrai sob a abóbada imensa,

contemplai as riquíssimas tapeçarias que lhe ornamentam as paredes, meditai sobre o túmulo de Clemente VI, imponente na sua cadeira imortal de mármore polido. De repente, de um baixo-relevo, surgirão os vermelhos quase extintos de um fresco famoso – a *Dança Macabra*.

A *Dança Macabra* é a morte, que dança com os vivos, grandes e pequenos, virtuosos e pecadores, homens, mulheres e crianças, papas, reis, monges, artistas e trabalhadores. Motivo que inventou o século XV, século semelhante ao nosso, subtil, descrente e contudo cheio de esperança, oscilando entre o temor de um declinar fatal e a esperança de uma Renascença fecunda.

O nosso século também tem a sua *Dança Macabra*. Entre nós, em meio de uma República nascente, não faltam aves agoirentas a pressagiar a morte. E pela sua inação, pela sua descrença, pelo seu egoísmo invejoso, pela desmedida ambição de dinheiro, pela sua cupidez sem limites, eles – a vaza da república – semelham a morte a procurar bailar entre os vivos, arrastando-os, corrompendo-os, matando-lhes o ideal e roubando-lhes a consciência. Afastai os mortos que pretendem corromper os vivos.

Afastai-os implacavelmente. E vamos para a luta com simplicidade, com serenidade e com reflexão. Nada é superior a uma vontade firme e decidida, quando posta ao serviço de um alto ideal.

Pugnemos pelo ideal de progresso, não fazendo dele auriflama de apetites, mas elevando-o como o estandarte daquilo que há de mais divino no homem – o instinto da perfeição.

Pugnemos pela igualdade democrática, não para lançarmos o povo na conquista de ilusórias satisfações, mas como lei necessária para os seus pensamentos, para o seu trabalho e para a sua vida à mais humilde consciência humana.

Pugnemos pelos sagrados direitos da nacionalidade, não para lançarmos nações contra nações, mas sim para preservar ou espalhar as riquezas espirituais e morais de cada tradição e de cada Pátria.

Homens do povo que me escutais. É de vós sobretudo, de vós que tendes sido pelos séculos fora a seiva fecundante da Pátria, a vós – ralé, canalha ou choldra – que nunca soubestes atraiçoar os vossos princípios, vender a vossa consciência ou abjurar da vossa fé, é de vós, da vossa fé, do vosso entusiasmo e do vosso desinteresse que a Pátria e a República não morrerão!

Fonte: *A Tribuna*, 2 de setembro de 1925

JoseDominguesDosSantos.indb 307 12/10/2012 14:42

24 DE ABRIL DE 1926

Tese de José Domingues dos Santos apresentada ao Congresso Geral da Esquerda Democrática. Neste "documento notável pelo seu alto valor político e mental", faz a história dos acontecimentos que levaram à cisão esquerdista e apresenta os fundamentos teóricos do Partido Republicano da Esquerda Democrática.

O PROBLEMA POLÍTICO

Prezados correligionários:

Ao iniciarmos os trabalhos deste memorável congresso, cumpre-nos saudar todos os correligionários que nesta hora de luta e de incerteza, aqui acorreram sob o impulso forte da sua fé ardente, sincera e desinteressada.

Saúdo-vos calorosamente em meu nome pessoal e em nome da comissão central que neste lance represento.

E cumprido singelamente este dever imperioso, quero aproveitar a oportunidade para, em largos traços, dizer um pouco da nossa história, do nosso presente e do nosso futuro.

O nosso problema político é resultante direto do problema político português.

Nasceu deste, por ele tem vivido e pela sua resolução continuará lutando.

A história da política nos últimos tempos

Um pouco de história.

Desde há anos, principalmente após a vitória de Monsanto, uma luta surda mas tenaz, se esboçara no seio da velha agremiação partidária que é o PRP ou mais propriamente, o Partido Democrático.

O divórcio entre os chamados dirigentes e os dirigidos, acentuava-se dia a dia. Os dirigidos, os que lutam e que sofrem, não compreendiam as tibiezas e hesitações dos dirigentes. Saídos de uma luta formidável em que as liberdades públicas haviam sido violentamente suprimidas e o próprio regime republicano correra sérios riscos, o povo humilde que, resignadamente, sofrera todos os vexames e heroicamente se batera em todas as barricadas, via com pasmo e com revolta, que os carrascos da véspera e vencidos de hoje, continuavam ocupando as suas antigas posições de mando, com grave ofensa para a dignidade dos republicanos e não menor perigo para a segurança da República.

As consequências desse antagonismo entre as aspirações populares e as realizações governamentais, sentiram-nas bem todos os que assistiram aos últimos congressos do PRP.

As resoluções desses congressos não eram acatadas nem pelos diretórios, nem pelos governos. As promessas formais feitas ao povo republicano na hora em que o sentiam juiz, eram esquecidas logo que, alcançado o voto desejado, os dirigentes de novo se sentiam senhores do diretório e do mando.

JoseDominguesDosSantos.indb 308 12/10/2012 14:42

E aqueles que só na vontade dos congressos reconheciam capacidade de orientação e às suas resoluções queriam permanecer fiéis, eram envolvidos numa espessa rede de intrigas que enredava seus passos e ensombrava suas intenções.

Ou a cumplicidade do silêncio, ou a perseguição afrontosa – era o dilema posto pelos regedores de Redondo a todas as consciências limpas e altivas.

Falava-se, é certo, em nome da disciplina. Mas mandava-se em nome de um sindicato que se apossara dos altos destinos do partido.

A nossa história é a história dessa luta dentro do partido a que durante tantos anos sacrificamos o nosso tempo, a nossa inteligência e a nossa mocidade.

Leais aos compromissos tomados, desejamos cumprir e fazer cumprir os votos dos seus congressos. À nossa lealdade de combatentes que não necessita de parapeitos de abrigo para lutar e não entra em escaramuças de encruzilhada, responderam os nossos adversários com uma guerra surda de extermínio, em que a calúnia e a intriga foram as armas preferidas de combate.

Sucedeu o que era inevitável viesse a suceder. Lutando com armas desiguais, a luta era desigual.

Onde nós tentávamos estabelecer um princípio, surgia-nos uma calúnia para desfazer. E – caso curioso – a mentira impressiona por vezes mais vivamente do que a verdade. É difícil vencer uma campanha lançando à discussão um princípio sério e verdadeiro.

É fácil vencê-la lançando para o público meia dúzia de calúnias e de mentiras.

Dir-se-ia que o nosso povo tem mais sede da mentira do que da verdade.

Daí a frase voltairiana "mente e mente sempre que da mentira alguma coisa fica"...

E fica.

*

Organizara-se em novembro de 1924 um governo da minha presidência.

Saído de uma luta tenaz, travada no seio do grupo parlamentar por aqueles que desejavam corresponder às justas reivindicações populares expressas nos votos dos congressos, esse governo só tinha um caminho a seguir – cumprir inteiramente esses votos.

E cumpriu.

As liberdades andavam postergadas.

Contra todas as afirmações da propaganda, contra os princípios consignados nos programas partidários, contra disposições expressas na lei, prendiam-se portugueses e, sem culpa formada, conservam-nos presos por tempo indeterminado.

O governo cumpriu a lei – e mandou soltar todos os que, sem culpa formada, se encontravam presos há mais de oito dias.

Faltando a todos os compromissos da propaganda, esquecendo as determinações da Constituição, ninguém tinha pensado em fazer aprovar a lei reguladora do *habeas corpus*. O governo cumpriu o seu dever, e ao parlamento apresentou a respetiva proposta de lei.

Batalhara-se contra os monopólios. Mas, proclamada a República, os monopólios subsistiam, acarinhados pelo poder, explorando livremente a miséria do povo.

JoseDominguesDosSantos.indb 309 12/10/2012 14:42

O governo honrou as suas afirmações da propaganda, apresentando ao parlamento uma proposta de lei tendente a estabelecer o regime de liberdade de fabrico e de venda para os tabacos e para os fósforos. Gritava-se contra os abusos da finança. Os bancos, banquinhos e banquetas, surgiram por toda a parte como tortulhos em manhã de inverno A especulação desenvolvia-se sem peias e sem perigos. As indústrias parasitárias multiplicavam-se. O comércio miliciano realizava fortunas – fictícias, embora, à custa da miséria do povo.

O governo encarou a situação de frente e fez publicar o célebre decreto regulador da indústria bancária que tanta calúnia levantou e foi a causa última da queda do Ministério.

É apavorante a situação de algumas das nossas colónias. Angola e Moçambique atravessam uma crise gravíssima. As demais colónias vivem a sorte dos seus governadores. Não há um plano de administração colonial. O Terreiro do Paço desconhece, em regra, a sorte das suas colónias. Separam-nas do continente formidáveis barreiras alfandegárias. A ação nefasta do Banco Nacional Ultramarino, tornando impossíveis as transferências, desnacionaliza as nossas colónias, desvia a emigração portuguesa do seu verdadeiro destino e arruina a indústria nacional que não pode concorrer aos mercados estrangeiros, nem pode conservar os nossos mercados coloniais.

O governo estudou corajosa e inteligentemente o problema colonial.

A sua proposta de financiamento de Angola é a única tentativa inteligente de solução para a crise financeira que esmaga aquela rica província. Afirmáramos o nosso propósito de suprimir as barreiras alfandegárias que separam as colónias da Mãe Pátria e ordenara-se um inquérito rigoroso que permitisse estabelecer um plano de ação colonial capaz de pôr termo à vida de incerteza e de aventura em que vive a nossa administração por esse departamento do Estado.

É a ruína das estradas um motivo de protesto permanente contra a administração republicana. Os seus portos, os seus caminhos de ferro, os seus correios e telégrafos, atravessam uma crise difícil para cuja solução não se olha com o carinho que aos governantes devem merecer serviços tão importantes para a vida do Estado.

O impulso que esse governo deu à solução desses problemas tem merecido os mais justos louvores até da parte daqueles que para a "Esquerda Democrática" nunca olharam com olhos amigos.

Cresce o analfabetismo. As escolas estão convertidas em horríveis pardieiros. A assistência infantil continua a ser uma vaga aspiração de genéricos idealistas. A educação da nossa juventude continua a ser privilégio de ricos. Só raras energias conseguem vencer as dificuldades que se espalham pelo caminho daqueles que, filhos de pobres, desejam educar-se e instruir-se.

E com que carinho, com que fervor o governo tentou iniciar o seu combate contra o analfabetismo, descentralizando o ensino, valorizando o professor, dando assistência à criança e tornando gratuito todo o ensino!

Falta-nos trigo para o nosso consumo. E temos terrenos incultos. Incultos ou mal aproveitados o que, por vezes, se equivale. Por falta de braços? De forma alguma. Todos os anos, dezenas de milhares de portugueses vão procurar em países estrangeiros trabalho que aqui lhes escasseia ou lhes é miseravelmente retribuído.

JoseDominguesDosSantos.indb 310 12/10/2012 14:42

Imperfeita a cultura, deficientes são também as condições de povoamento. A irrigação do Ribatejo e do Alentejo, a fixação de colónias portuguesas nas regiões do sul constituíam objeto de estudo do governo que, em trabalhos notáveis, tentou resolver problemas tão vitais para o país. A ignorância de uns e a má fé de outros adiaram mais uma vez a realização de uma obra que à força de retardada, já a muitos se afigurava utópica

E foi assim que, fiel às suas promessas e ao seu programa, o governo da minha presidência procurou corresponder à confiança que nele depositara o povo republicano.

Não afrontou, nem perseguiu quem quer que fosse. A todos respeitou. A ninguém agravou. Mas também não permitiu que o agravassem. Garantiu liberdade plena a todos os cidadãos, sem olhar a classes, nem estabelecer privilégios.

Mas colocou acima de todos o império da lei. Não hesitou em aplicar as sanções legais a todos aqueles que julgando-se invulneráveis e superiores à lei, não respeitavam governos nem regime.

Lutou contra os poderosos até então dominantes. Mas defendeu o prestígio do poder e a vida dos mais humildes.

Lutou ao lado dos explorados contra os exploradores. Colocou-se ao lado daqueles que querem viver livremente, honradamente do seu trabalho e desejam que o homem que trabalha tenha as garantias necessárias para a dignidade da sua vida.

Mas combateu, sem tréguas e sem hesitações, todos os que estão habituados a viver à custa do trabalho alheio.

Eram princípios sagrados da democracia os que esse governo proclamou.

Ninguém os poderia contestar.

Mas lançou-se para a discussão com a calúnia.

Apontaram-nos como *bolchevistas* à consciência timorata da nação.

Espalharam a protérvia de que a nossa frase – "a força pública não serve para espingardear o povo" era um ultraje à força armada.

E aquilo que representava o reconhecimento do prestígio da força armada – que não pode ser a inimiga do povo – foi tomado como uma afronta.

A mentira mais uma vez vencia a verdade.

O Partido Democrático é hoje uma agência de negócios em véspera de falência fraudulenta

Fácil e efémero foi o triunfo da mentira. Após a tempestade vem a bonança. Por cima das nuvens brilham as estrelas. Após a noite cerrada que à nossa volta fez uma campanha de mentira e de calúnia, como outra igual não aponta a nossa história política, principia a surgir a alvorada de melhores dias.

Derrotados com a mentira, triunfaremos pela verdade.

Mas a luta que então se travou, delimitou campos e definiu situações. Os democráticos direitistas, formando a coligação de todas as forças conservadoras, cavaram entre eles e nós um abismo intransponível.

Nós não podíamos acamaradar com homens que, com um impudor inaudito, se afirmavam ao lado dos exploradores contra os explorados, derrubando um governo que defendia a tese oposta.

Não deviam militar sob a mesma bandeira, homens que defendem o abominável doutrinado "fogo ao centro do alvo para poupar munições" e homens que afirmam, que a "força pública não se fez para espingardear o Povo".

Separava-nos um abismo. E o conflito teria de estalar.

O Congresso do Camões não quis resolver o conflito já então insolúvel. Aprovando o nosso doutrinarismo, elegeu o diretório que representava a corrente oposta.

Manobras eleiçoeiras de velhos eleiçoeiros para quem a arte de escamotear eleições não tem segredos?

Sem dúvida. Mas o facto consumou-se. E quando após a vitória nos atiraram à cara com a afronta de um governo que, segundo a frase de um dos atuais ministros, *se propunha implantar definitivamente o regime da corrupção e da prostituição da República,* outra atitude não podíamos honradamente assumir que não fosse a de derrubar tal governo.

Homens que nunca hesitaram no cumprimento do seu dever, também não podiam hesitar naquele momento.

E não hesitaram. Derrubaram o governo.

Vieram depois as irradiações. O diretório que até então nunca sentira a necessidade de impor disciplina aqueles que se tinham transformado em impenitentes *tombeurs de ministeres,* não governando, nem deixando governar, sentiu-se com autoridade moral bastante para irradiar aqueles que, por um dever de consciência, não estavam dispostos a prestar a sua solidariedade, a um governo que *tinha por missão implantar definitivamente o regime da corrupção e da prostituição da República.*

Perante o arbítrio de tal resolução, contra nós tomada por vassalos inconscientes de um tiranete sem escrúpulos, foi nosso primeiro propósito recorrer mais uma vez para o congresso geral desse partido. Não aceitávamos a posição de réus. Não tínhamos que estabelecer a nossa defesa. Cumpria-nos antes formular a nossa defesa. Cumpria-nos antes formular a nossa última acusação.

Confiamos ainda na massa anónima desse partido. A voz dessa massa tinha bradado tanta vez a sua revolta contra os processos dos seus atuais dirigentes, havia tanta unidade de pensamentos e de aspirações entre nós – vítimas de um ato arbitrário praticado por um inferior diretório de suplentes – e as eternas vítimas de todas as traições desse corpo dirigente, que foi nosso primeiro impulso ir junto desses humildes soldados do PRP tentar um último esforço de ressurgimento e de resgate.

Mas vieram as eleições. E tais e tão criminosas tropelias se praticaram contra todos os irradiados, foi tal a sanha de extermínio que contra os seus antigos companheiros de luta moveram os atuais orientadores do PRP, tão inferiores se mostraram, tão afastados do espírito republicano se revelaram, que toda a tentativa de entendimento nos diminuía e rebaixava.

O Partido Democrático é hoje uma agência de negócios em véspera de falência fraudulenta.

Não podemos, nem queremos ter quaisquer contactos com homens que de processos tão baixos se servem para continuarem tripudiando sobre a vontade da nação.

JoseDominguesDosSantos.indb 312 12/10/2012 14:42

A nossa moral, os nossos processos, o nosso idealismo não podem confundir-se com a moral nem com os processos dos democráticos. Não falamos já de idealismos. Foi flor que secou naquele canteiro. Hoje só o materialismo torpe domina aquele agregado de homens que a ânsia de conservarem o poder ainda mantém unidos.

É por isso que aqui nos encontramos. Tal é a nossa história.

Justifica-se a existência do Partido Republicano da Esquerda Democrática

Feita a nossa história a traços largos, falemos agora no presente.

Homens a quem abrasa a fé ardente nos destinos da democracia não podem estar separados do presente nem pelas lamentações dum passado lendário, nem pelos voos fantasistas dum futuro imaginário.

Nem somos carpideiras chorando um passado que não volta, nem fatalistas inconscientes esgotando a vida na esperança de uma redenção messiânica.

Todos os dias a vida passa junto de nós turbulenta, ansiosa de progresso, sequiosa de verdade e de beleza. Seremos dignos da nossa missão se relembrando o esforço heroico dos nossos heróis – os mártires da Pátria e da liberdade – soubermos honrar essa herança sagrada, levando-a mais longe, realizando novas conquistas e não deixando a nossos filhos a dolorosa tarefa de reencontrar, por detrás dos nossos passos, as lições do sacrifício.

Estão neste momento olhando para nós, seguindo os nossos passos, ouvindo as nossas palavras, espreitando as nossas atitudes, alguns milhões de portugueses. É de expectativa benévola a posição que o país toma perante a nossa atitude. Transformar essa expectativa em confiança, depende apenas de nós. E para realizar a sua esperança, o país tem necessidade da nossa ação.

Mais que um alto e consciente idealismo, alimentou a tradição republicana uma profunda sentimentalidade. Meridionais como somos, comove-nos e arrasta-nos mais fortemente a paixão sentimental do que o doutrinarismo abstrato.

O doutrinarismo só consegue despertar entusiasmos quando o cercam e embelezam profundas razões sentimentais.

Nós triunfaremos se a favor do nosso doutrinarismo político conseguirmos despertar uma sentida emoção entre os republicanos.

Senhores: O segredo do rápido triunfo do nosso doutrinarismo desvenda-o quem conhecer a ordem da *sentimentalidade da esquerda.*

Ela é a sobrevivente de todas as ardentes paixões que animaram os antigos propagandistas da República e que têm sido transmitidas, como fogo sagrado, de geração em geração.

Ela é a expressão viva dessa solidariedade que homens saídos do povo, homens de trabalho, uns aos outros devem, como tributo de sangue, como herança intangível de resgate.

Ela é a voz que grita a sua revolta contra todos os privilégios, que canta o seu anseio imortal de liberdade e que chama às barricadas para combater as tiranias.

JoseDominguesDosSantos.indb 313 12/10/2012 14:42

Ela é enfim a voz de séculos de luta, martírios sangrentos, que tem atravessado a história da Humanidade clamando – Justiça.

Simplesmente essa sentimentalidade, para ser fecunda e invencível, precisa de um programa de ação.

Mercê de transigências várias que uma política de traição aos princípios tem permitido, o programa do PRP de que acabamos de sair é vago, incaracterístico e anódino.

Afirmámo-lo quando ainda nos batíamos sob a sua bandeira. Confessam-no alguns espíritos cultos – bem poucos eles são – que mais por atavismo [do] que por fé nos seus destinos ainda se conservam arregimentados em tal partido.

É esse malabarismo político que permite a homens com responsabilidades políticas e responsabilidades intelectuais afirmarem que o PRP deve ocupar a extrema-direita da República, enquanto [que] outros com iguais responsabilidades, o pretendem colocar na esquerda, não faltando ainda quem o defina como um partido intermédio.

E assim é que tomando várias cores conforme a utilidade de momento, esse partido vem formando governos com tendências conservadoras, moderadas ou radicais, não tomando posições definidas, não governando nem deixando governar, não se fortalecendo como partido nem permitindo que outros partidos se organizem.

Falho de idealismo recorre ao suborno. Falho de votos, não hesita em praticar as mais torpes violências para conquistar algumas posições de mando. Fecha as portas da luta legal para abrir o caminho a todas as sedições.

Arredados de tais processos que desde há anos temos combatido, incompatíveis com a sua moral, crentes nos destinos da democracia, só um caminho nos resta: – *constituirmo-nos em partido e formularmos um programa de ação que corresponda às modernas correntes ideológicas e traduza fielmente a grande e profunda sentimentalidade da esquerda republicana.*

Eis, senhores, a primeira proposta que tenho a honra de formular a este congresso.

Proponho que desde esta hora nos *consideramos organizados em partido novo e que a esse partido se dê a designação de* Partido Republicano da Esquerda Democrática.

Senhores congressistas: Justificada exuberantemente a primeira parte da minha proposta – ou seja, demonstrada a necessidade de nos constituirmos em partido – não vos cansarei demasiadamente com a justificação do título que para ele proponho.

Perfilho a doutrina de Engels quando afirma que os *verdadeiros* partidos políticos não têm nunca uma denominação que lhes convenha completamente; o partido desenvolve-se, a denominação fica.

Não afirmo que a designação que tenho a honra de propor ao congresso seja cientificamente exata.

Mas foi à sombra dessa designação que nós travámos os mais rudes combates da nossa história política. Foi contra o nosso *esquerdismo* que se organizou a coligação de todas as forças conservadoras, numa ânsia infernal de extermínio.

O *esquerdismo* foi a nossa bandeira de combate e o nosso escudo de defesa. As perseguições que ao nosso *esquerdismo* fizeram todos os instalados na vida tornaram-no popular, sagrado e inviolável.

JoseDominguesDosSantos.indb 314 12/10/2012 14:42

Renegá-lo nesta hora em que já se vislumbra a alvorada do triunfo, seria uma negra traição que muito se assemelharia a uma ignóbil covardia. Abandonar, em vésperas de triunfo, o nome que nos serviu de pregão de guerra, seria tão vergonhoso como abandonar no campo da batalha a bandeira à sombra da qual nos tivéssemos batido.

Esquerdistas nascemos, como *esquerdistas* devemos morrer. Não será [o] nome que impedirá que o partido se desenvolva. Foi ele que lhe deu a vida. E não será o nome que nos impedirá de realizarmos a nossa missão histórica, nem ele é tão anódino que não marque inconfundivelmente a nossa posição dentro da República.

O nosso partido *marca a sua posição na extrema-esquerda da democracia.*

O novo partido terá por base o programa de 1891

Organizados em partido e escolhida a sua designação, resta-nos estabelecer um programa que esteja em harmonia com a posição que marcamos dentro da democracia e com as aspirações nacionais.

Não é, senhores, no curto espaço que temos para reunir, sob a ardente fé patriótica que nos anima, ante o entusiasmo candente de uma multidão que vibra, que se pode proceder à organização de um programa partidário.

Trabalho que para nós acarreta tremendas responsabilidades, ele deve ser refletido e consciencioso. Estão nele empenhadas muitas dezenas de milhares de consciências. Aguardam-no, em ânsias de neófito que procura uma nova fé, muitos milhares de espíritos de elite.

Democratas como somos, desejamos a conquista da alma popular. Mas não cumpriremos a nossa missão se não alcançarmos as simpatias das nossas *elites.*

A Esquerda Democrática longe de desprezar as *elites,* cultiva-as; longe de as combater, acarinha-as.

É a ação dessa elite que tem tornado possíveis todos os movimentos emancipadores da Humanidade. Se por uma catástrofe impossível de prever as *elites* intelectuais da nossa sociedade desaparecessem, todas as conquistas da ciência, todas as vitórias da liberdade com ela morreriam.

A igualdade que ambicionamos não tem por finalidade nivelar as elites rebaixando-as; mas antes deseja que elas se formem livremente, subindo em perfeição e em valor.

A democracia não é invejosa de tudo que se eleva acima da mediocridade. Deseja ao contrário, que se elevem e subam todos os que tiverem mérito para se elevarem. Não aceita as *elites* impostas e recrutadas, exclusivamente ou de preferência, entre os filhos de uma determinada classe social e proclama a necessidade de se aproveitarem todos os valores onde quer que eles se encontrem. Mas pede que se valorize e aproveite o capital intelectual de cada geração.

Assim pois, a Esquerda Democrática precisa organizar um programa que corresponda às ardentes aspirações da massa popular e traduza fielmente a sentimentalidade da esquerda.

JoseDominguesDosSantos.indb 315 12/10/2012 14:42

Mas esse programa deverá também traduzir tão alto idealismo e adaptar-se tão intimamente aos ensinamentos da moderna ciência social que os espíritos cultos o sigam como uma necessidade imperiosa da sua inteligência. Isto assente, supomos que só uma solução se impõe.

Desvirtuado e desfigurado o velho programa republicano, a nós cumpre restabelecê-lo na sua primitiva pureza.

E assim tenho a honra de formular a minha segunda proposta:

Proponho que o Partido Republicano da Esquerda Democrática tome para base de doutrinarismo político o velho programa do Partido Republicano, publicado em 11 de janeiro de 1891.

Senhores congressistas: 36 anos passados sobre esse velho programa impõe-se-nos a obrigação de o renovar e readaptar em harmonia com os ensinamentos do Mundo moderno.

Mas ao contrário do que se tem feito, é indispensável renovar este programa, tornando-o ainda mais progressivo e procurando ajustá-lo às aspirações da alma popular.

Não o desviemos da sua origem – o povo.

Não o abastardemos em holocausto aos seus inimigos de sempre – os reacionários de vários matizes.

É nessa obra de renovação e readaptação do velho programa republicano que devemos pôr todo o nosso enternecido carinho.

Trata-se de reacender a fé em corações que desenganos e traições sem conta, gelaram.

Temos de chamar para a vida ativa da política todos os velhos idealistas republicanos a quem o áspero sopro dos desenganos crestou as flores viçosas da sua fé ilimitada nos destinos da democracia.

Trata-se ainda de criar uma fé nova que ponha termo às hesitações da nossa mocidade, revelando à sua alma generosa, sedenta de verdade e de justiça, o caminho da redenção.

Trata-se enfim de organizar a heroica milícia que terá por missão construir um Portugal maior sob a *égide* de uma democracia mais pura.

Mas a vontade de construir nada vale sem a ciência de construir.

A minha segunda proposta terá pois um aditamento.

Proponho que o diretório que vier a ser eleito fique autorizado a modificar o programa partidário em harmonia com as conclusões que forem adotadas pela aprovação das teses a discutir, *devendo o programa assim revisto ser apresentado no futuro congresso.*

Fica assim definida a nossa *posição presente*.

O Partido Republicano da Esquerda Democrática adota desde já o programa do Partido Republicano publicado em 11 de janeiro de 1891, com as modificações que lhe resultarem dos votos do congresso.

O futuro – pela República Social

Dissemos donde viemos – a nossa história.

Afirmamos o que somos – o nosso presente.

Revelemos agora para onde vamos – o nosso futuro.

Senhores congressistas: não é meu propósito neste momento traçar um largo programa de ação.

Só o problema político eu quero tratar e esse é tão complexo que absorve todo o meu pensamento e todas as minhas horas de estudo e meditação.

É indispensável que os republicanos não limitem a sua ação aos fáceis torneios de retórica.

Importa sobretudo pôr de pé uma doutrina nova de liberdade compatível com as dores, os desenganos e os formidáveis problemas deixados pela Guerra.

Sente-se que das camadas mais profundas da sociedade sobe um apelo a todas as consciências da nossa terra.

Há ansiedade de uma nova fé.

O Estado transformado em simples fórmula de equilíbrio de interesses, despoja a raça de toda a sua espiritualidade e entrega-a às aventuras do acaso.

Rabindranath Tagore, o subtil e mavioso poeta hindu, escreveu algures:

> "O Ocidente não teria podido nunca elevar-se às eminências que atingiu se a sua força fosse apenas a força do bruto ou da máquina."
>
> "O divino no seu coração sofre das feridas que as suas mãos infligiram ao mundo, e desta dor da sua natureza superior decorre o bálsamo secreto que cicatrizará suas feridas."

As feridas ei-las:

> "O conflito entre o indivíduo e o Estado, o Trabalho e o Capital, o Homem e a Mulher; conflito entre a ambição do ganho material e a vida espiritual do homem, o egoísmo organizado das nações e os grandes ideais da humanidade; o conflito entre as pesadas complexidades inseparáveis das gigantescas organizações comerciais e governamentais, e os instintos naturais do homem gritando pela simplicidade, pela beleza e pela plenitude do prazer – todos estes conflitos terão de ser resolvidos por uma maneira ainda hoje insuspeitada."

Assim escreve esse grande e glorioso velhinho que lá para as bandas do Ganges tão alto vem cantando o génio da sua raça.

Todos estes conflitos que Tagore descreve, nós os sentimos perturbando e agitando as consciências e os espíritos da nossa terra.

É bem certo que os nossos governantes têm o ar de quem ainda se não apercebeu dessa inquietação. Mas é também verdade que é na agitação das consciências que se preparam, pouco a pouco, os grandes movimentos.

Desordenada e esquecida, essa agitação poderá conduzir-nos ao aniquilamento de todas as conquistas da ciência.

Estudada e orientada ela poderá levar-nos a novas conquistas, às conquistas da liberdade tendo por base a Justiça.

Entendemo-la pois.

Estudemo-la e tentemos orientá-la.

Senhores congressistas: A democracia tem um fundamento filosófico.

JoseDominguesDosSantos.indb 317 12/10/2012 14:42

Ela não é apenas sentimento instintivo. Ela é ao mesmo tempo razão e sentimento. Tem uma base moral.

E a base moral da democracia é o reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

Esta conceção fundamenta e explica toda a ação que a Esquerda Democrática se propõe desenvolver.

Ela assegura o reconhecimento de todas as liberdades individuais e justifica todos os melhoramentos de caráter social que certos doutrinários supõem uma concessão generosa e nós afirmamos constituir um *dever social.*

Afirmar o nosso respeito pela dignidade humana implica o reconhecimento de todas as liberdades públicas; liberdade de consciência, de palavra, de imprensa de associação, de reunião, etc.

O cerceamento ou a supressão dessas liberdades implica uma grave ofensa à dignidade humana cuja característica diferencial é ser livre.

Em segundo lugar – e como condição de liberdade – do reconhecimento da dignidade humana deriva a necessidade do sufrágio universal.

É por isso que o sufrágio universal aparece sempre como uma condição essencial da democracia.

Por sua vez, o sufrágio universal exigindo a participação de todos os cidadãos, ricos ou pobres, na vida política nacional, tende a elevar o nível intelectual e moral do indivíduo.

Em boa verdade a dignidade da pessoa humana é sobretudo o produto da educação.

E assim poderemos afirmar que o futuro político da democracia depende do renascimento das suas forças educativas.

A reforma do nosso sistema de ensino arcaico, fundado sob a odiosa distinção de classes, é um dever da democracia.

Reformar a escola seria assim restabelecer a igualdade social entre as crianças; garantir a cada uma o direito de receber o ensino que melhor se adapte aos seus dons próprios, às suas tendências particulares, ao espírito e às necessidades do seu meio.

Escolas para agricultores nas regiões agrícolas; para operários nas regiões industriais, etc., todas elas dotadas de um ensino geral e de um ensino especial.

À igualdade perante a instrução, juntemos a igualdade perante a educação, por forma que o filho de rico ou de pobre se julgue ao nível da dignidade de todos os outros.

Mas o reconhecimento da dignidade humana implica ainda a necessidade de reparar todas as injustiças sociais que condenam uma parte do povo a viver uma vida inferior.

A democracia proclama a soberania do povo.

A democracia foi até, na sua origem, uma religião com a sua arca santa e os seus dogmas intangíveis. O direito divino dos povos substituiu a velha doutrina do direito divino dos reis.

Ao dogma da soberania do rei, a quem todos os súbditos devem uma obediência incondicional, substituiu-se o dogma da infalibilidade do povo, cuja voz se exprime pela boca dos seus representantes eleitos.

JoseDominguesDosSantos.indb 318 12/10/2012 14:42

Confessemos. Estas conceções não deixaram de ter a sua majestade. Para substituir uma mística, criou-se uma nova mística. Quis-se fazer acreditar o povo na sua própria infalibilidade antes mesmo de se entrar no exercício da sua soberania e ter iniciado a sua aprendizagem.

Hoje o conceito que criou a antiga mística democrática encontra-se em franca decadência.

O dogma da infalibilidade do povo acarretava a ideia perigosa e errónea da infalibilidade do legislador eleito.

Criticar a ação deste constituiria não um dever mas uma feia impiedade.

Mas a breve trecho o povo apercebeu a falsidade com que lhe falavam aqueles que o proclamavam *soberano infalível.*

Como admitir tal infalibilidade a um soberano, que governando através de gerações seguidas, não consegue modificar a sua própria situação de pária?

Como acreditar na sua infalibilidade aquele que todos os dias se confessa enganado com a traição dos seus eleitos?

Por muito que tal doutrina fale ao orgulho do povo, nós ousamos contestá-lo preferindo falar-lhe a linguagem da verdade.

Nem eram infalíveis os reis. Nem são infalíveis os povos e muito menos os seus representantes eleitos.

E porque não é infalível, o povo não conseguiu ainda a extinção da miséria que invade o seu lar de soberano em andrajos de pedinte.

É soberano um dia – no dia em que vota.

Mas os anos passam e a sua miséria aumenta.

Mineiro, pintor, pedreiro, lavrador, jornaleiro, trabalhador manual ou trabalhador intelectual, o soberano passa a vida sob a premente necessidade de ganhar o bastante para se alimentar "a si e aos seus", vestir-se, tratar-se em caso de doença, vendo com amargura que todas as tardes lhe desaparece pelo alçapão mágico das suas despesas o que na véspera ganhara à custa dos maiores sacrifícios.

Não tem prazeres.

Analfabeto ou com um grau de instrução que desse estado primário muito se aproxima, ele não pode gozar os prazeres do espírito que os ricos tantas vezes desprezam.

Sem comodidades no seu lar, quantas vezes a taberna é o triste refúgio deste soberano exilado?

É certo que muitos ricos não aproveitam melhor o seu tempo.

Mas certo é também que estes só de si se podem queixar.

Eles receberam a cultura indispensável.

Se não fossem preguiçosos ou medíocres, tudo quanto o génio humano tem produzido de belo e de grande nas artes, na literatura e nas ciências poderia ocupar o seu espírito ou encantar seus olhos.

E tudo isso está vedado ao pobre, ainda quando ele se arvora em soberano.

Este foi condenado ao ostracismo. Está fora da humanidade. Trabalha uma vida inteira. A sociedade regateia-lhe os magros vinténs com que retribui a sua atividade.

E quando chega a hora da sua invalidez, quando os braços já não têm força para manejar os instrumentos do seu oficio, quando as pernas se recusam a andar, quando

JoseDominguesDosSantos.indb 319 12/10/2012 14:42

o cérebro deixa de pensar e a vontade já não sabe agir, a sociedade abandona-o como um trapo inútil ou arreda-o como a um animal incómodo.

São, por vezes, mais felizes os cães, porque o dono os sustentam até à morte.

A dignidade humana exige a reparação de tão formidável injustiça.

A herança, que gerações de séculos transmitiram sob a forma de riqueza adquirida, de meios de trabalho, de comodidades de vida, não pode ser privilégio, exclusivo de uma classe.

E ao Estado democrático, regulador dos direitos de todos os cidadãos, cumpre velar por que não haja um só português que morra de fome e ainda por que esse património sagrado dos nossos maiores seja repartido por todos.

Um regime nacional e geral de seguros sociais, tendente a assegurar a dignidade e o sustento de todo o trabalhador é o dever primário duma democracia.

A Esquerda Democrática que se bate pela República social não poderá esquecer este elementar dever na primeira hora do seu governo.

O Estado Republicano

Eis-nos, enfim, em face do Estado republicano. Qualquer que seja a ideologia política dos homens que pretendem governar e a Esquerda Democrática é um partido de governo – a ideia do Estado surge inevitável como órgão realizador do seu pensamento político.

Organizar o Estado em moldes democráticos, é assegurar o triunfo da democracia. Adaptar a organização monárquica ao regime democrático é condená-lo a insucesso seguro.

A regimes novos devem corresponder instituições novas, palavras novas, processos novos, sob pena de tudo se confundir – o bom e o mau.

Não há bom governo sem uma inteligente colaboração dos administrados. O governo moderno requer o saber, reclama o auxílio de técnicos inteligentes e exige uma lealdade absoluta da parte daqueles que têm por função aconselhar o governo ou executar as suas determinações.

Ontem o Estado tinha por finalidade principal punir; hoje é a sua função organizar. Beccaria cede o seu lugar a Fayol e a Taylor.

Ora o Estado republicano não se organizou. O Estado não é uma abstração. O Estado são os homens.

E os homens que dirigem o Estado republicano, não criaram instituições republicanas. Não organizaram a República.

Robespierre afirmava num dos seus escritos que a ideia de Estado republicano exige um Exército republicano, magistratura republicana, imprensa republicana e finanças republicanas. Marx, por sua vez, aconselhava o proletariado a quebrar essa máquina tática e substituí-la por uma nova, organizando a polícia, o Exército e a burocracia com a totalidade do povo armado.

Em Portugal a República não fez derramar sangue, nem infligiu martírios. Foi amplamente generosa.

Mas não soube defender-se, nem organizar-se.

JoseDominguesDosSantos.indb 320 12/10/2012 14:42

A invasão de todos os agentes da reação nos quadros da República é a consequência inevitável dessa deficiência organizadora.

Não tendo podido vencer o Estado republicano por meio de armas, os reacionários fingiram ceder, intrometendo-se dentro da vida republicana e imprimindo-lhe a orientação que melhor convém aos seus desígnios.

Não temos República sem republicanos, mas estão "os republicanos sem República."

Há, pois, um primeiro trabalho a realizar – organizar a República em moldes republicanos.

Se o Estado são os homens que o servem, um Estado republicano só pode ser bem servido por funcionários republicanos.

O Estado funciona mal. Todos o sentem. E, na realidade, o mal só será grave se teimarmos em ignorar, ou nos resignarmos em ignorar, ou nos resignarmos a suportá-lo passivamente. Nenhuma das situações convém aos homens da Esquerda Democrática. Não podem fingir ignorância, tal é a evidência da crise. E homens de ação não se resignam a ver caminhar o mal, sem lhe dar combate e tentar vencê-lo. E, afinal, de que sofre o Estado republicano, em Portugal?

De todos os males de que enferma o Estado, não é o menos a impotência em que ele se encontra para resolver os vários problemas nacionais pelos métodos e segundo as fórmulas democráticas.

Quais as causas dessa impotência?

Já apontámos uma das mais importantes – a falta de uma organização burocrática medularmente republicana. Mas não é essa a única causa. Nem talvez a maior.

Os doutrinários da reação garantem o fracasso da democracia, afirmando que ela havia de fracassar entre a anarquia ou despotismo. Insinuavam que o corpo eleitoral, mormente sob o regime do sufrágio universal, se caracterizava por uma ligeireza e versatilidade fatais à boa marcha do Estado.

Duvidavam do desinteresse do povo, sorriam quando se falava na sua clarividência e não duvidavam afirmar que a democracia desenvolveria no corpo da sociedade, como um cancro devastador, a corrupção e o tráfico da consciência.

Não pretendemos encobrir erros.

Reconhecemos que alguns dos inconvenientes previstos pelos partidários da reação se estão realizando.

Simplesmente afirmamos que eles não são consequência necessária do regímen democrático.

A democracia pode manter e tem mantido em vários períodos da sua vida, a ordem sem necessidade de recorrer à violência.

É ainda no povo que maior porção de desinteresse se descobre, que maior clarividência se revela e será uma boa e sã democracia – tal como nós a preconizamos – o mais eficaz antídoto contra a corrupção e tráfico das consciências.

Mas o mal maior da nossa democracia é a sua impotência legislativa.

O órgão legislativo funciona irregularmente. Está abaixo da sua função.

O parlamento dá, por vezes, impressão de um grande corpo amorfo que, ou não tem vontade, ou não sabe traduzi-la em factos.

Culpa de quê? Culpa de quem?

O parlamento é mal recrutado.

JoseDominguesDosSantos.indb 321 12/10/2012 14:42

O sufrágio universal, condição primária de uma verdadeira democracia, tem sido notavelmente mutilado.

Tirou-se o voto às mulheres, reincidindo na arcaica e falsa doutrina da inferioridade do sexo feminino, sem se ter reparado que ela desempenha hoje todos os cargos que ao homem é lícito desempenhar.

Há mulheres médicas, advogadas, professoras, funcionárias do Estado. Porque não poderão ser eleitoras?

Porque se há de proibir a uma professora de ensino primário, secundário ou superior o direito de ter voto? Porque negá-lo àquelas que exercem profissões intelectuais tais como a medicina ou a advocacia?

Entendo que a República tem seguido nesta matéria caminho absolutamente oposto ao que devia ter seguido. Longe de cumprir o programa republicano que preconiza o sufrágio universal, o Estado republicano vai de regresso, restringindo o direito de voto e ferindo assim a liberdade aos cidadãos.

Pior que isso, é, porém, o sistema eleitoral ultimamente em vigor. A organização do recenseamento é uma burla. E as eleições têm sido feitas ultimamente por forma tão indecorosa que envergonhariam qualquer cacique da monarquia.

E, contudo, só umas eleições, livres e sinceras, podem livrar o Estado dos sobressaltos revolucionários.

Quando a um partido se fecham as portas do parlamento, roubando-lhe as eleições, corrompendo as consciências e transformando o governo do povo pelo povo numa vil farsa, abrem-se-lhe as portas para todas as tentativas revolucionárias.

Um povo, sinceramente amante da democracia, deve olhar com o maior carinho e com a maior firmeza para os seus costumes eleitorais.

A restrição do sufrágio eleitoral permite mais facilmente a eleição de representantes do povo que serão na realidade os agentes das potências do dinheiro que os fizeram eleger.

As falcatruas eleitorais são o único recurso de que os medíocres, mal intencionados, lançam mão para ocuparem uma oposição que não lhes pertence.

A Esquerda Democrática preconiza, como remédio para situação tão aviltante, as seguintes medidas:

1.º – Sufrágio universal, sem exclusão da mulher, pelo menos, da mulher diplomada;

2.º – Sistema proporcional com a representação de minorias, de forma a garantir a cada grupo o número de representantes, proporcional ao seu valor eleitoral;

3.º – Voto rigorosamente secreto, de forma a garantir a inteira liberdade de consciência;

4.º – Medidas rigorosas contra todas as autoridades - principiar pelo ministro - que por má fé, crime ou desleixo concorram para o viciamento do ato eleitoral.

O Parlamento e a Reforma Constitucional

Mas o parlamento não funciona mal só porque é má a forma da sua constituição.

O parlamento funciona mal porque a sua engrenagem interna é demasiadamente complicada, sem deixar de ser imperfeita.

Qual a utilidade do sistema bicameral, sobretudo quando os representantes de ambas as Câmaras têm a mesma origem e representam as mesmas pessoas?

Se aos parlamentares, em regime democrático, cumpre interpretar a vontade popular, que utilidade haverá em fazer representar essa vontade duas vezes?

E quando as duas Câmaras não estiverem de acordo qual delas poderá arrogar-se o direito de melhor representar aquela vontade popular?

A organização do nosso Senado, renovável por períodos de três anos, pode permitir a um partido que perdeu a maioria na Câmara dos Deputados – a Câmara política – conservá-la no Senado durante mais de seis anos, o que constitui um dos mais curiosos paradoxos do nosso direito público.

O sistema bicameral, injustificável dentro do terreno dos princípios, é a causa máxima da demora dos trabalhos legislativos, sem nada contribuir para o seu aperfeiçoamento.

O sistema das duas Câmaras, dando duas cabeças ao poder legislativo, impede-o de ter uma vontade segura.

O Senado representa nesse conjunto apenas uma força de inibição.

Quando o país exige uma vontade firme capaz de agir com a mesma rapidez com que decorrem os acontecimentos, temos um parlamento com duas cabeças e duas vontades distintas, incapaz de agir rapidamente e não mais capaz de agir com acerto.

Multiplicaram-se as rodagens do órgão legislativo na esperança de assim esbater a sua mediocridade. O resultado foi a paralisia do poder legislativo sem nenhuma espécie de vantagens para o seu funcionamento.

A Câmara dos Deputados representa mal a vontade da nação! E quem garante que o Senado a representa melhor?

*

Sabemos bem que de outros males ainda enferma o nosso parlamentarismo.

Além de moroso, é imperfeito no seu trabalho legislativo.

As leis não se cumprem muitas vezes porque se não entendem.

Uma lei é um monumento jurídico que ficará permanentemente defeituoso se nela não intervierem os homens da arte que são os técnicos do direito.

Temos, é certo, vários organismos de informação e interpretação das leis.

Não temos um só que tenha por função preparar e rever a lei antes de ela ser publicada.

Um representante da nação pode não ser um técnico jurista. Mas é indispensável cercar a lei de todas as garantias de cumprimento.

A primeira dessas garantias é a sua clareza aliada à sua perfeição técnica. Será bem executada a lei que for bem compreendida.

As comissões parlamentares por vezes não bastam. As leis publicadas no *Diário do Governo* não primam pela clareza, nem pela perfeição técnica.

Vive para aí um Supremo Tribunal Administrativo, reminiscência inútil da burocracia monárquica.

Não tem função útil. Desacreditado como tribunal pela subserviência que revela perante o poder executivo, instrumento perigoso de manobras eleitorais, tudo aconse-

JoseDominguesDosSantos.indb 323 12/10/2012 14:42

lha a sua substituição por outro organismo que, à semelhança do conselho do Estado em França, goze de um tal prestígio que possa, como "elite", ser considerado – o protetor da liberdade.

E porque não havíamos de confiar o encargo de preparar as propostas ministeriais e rever as leis antes de serem publicadas?

Assim, nós preconizamos uma reforma constitucional que permita a redução das duas Câmaras a uma só – a dos deputados – ou, quando muito, a modificação na constituição do Senado de forma que este, sem qualquer função política, seja apenas o representante dos sindicatos profissionais. A indiferença com que são acolhidos os projetos de reforma da Constituição dá-nos uma ideia precisa do descrédito que já neste momento cobre o parlamentarismo.

A ideia do trabalho parece-nos bem mais importante do que a de autoridade. Esta só é respeitável quando, isenta de arbítrio, não é mais do que a sanção do trabalho e a garantia da liberdade.

Cumpre-nos velar [para que] a democracia saia triunfante da crise que neste momento atravessa o parlamentarismo.

A juventude não encontra entre os atuais costumes parlamentares nada que corresponda à sua necessidade de ideias e de sentimentos. E, assim, ela descrê do parlamentarismo.

De nós depende o impedir que essa descrença se não estenda ate à própria República. É sempre tempo de principiar. Mal vai aos povos, ou ao indivíduo, quando se deixam invadir por essa espécie de anemia senil, que é o ceticismo, o temor do empreendimento, e dos riscos que é indispensável correr e – como consequência última – a inação.

Homens de ação que somos, fixemos este principio – o maior perigo nacional está na inação geradora de todas as indisciplinas.

Fonte: *A Choldra*, 1 de maio de 1926

6. Oposicionista

Em maio de 1946, José Domingues dos Santos dirige uma mensagem de fraternidade aos Democratas Portugueses; exortando-os à ação e à mudança, reafirma o seu compromisso com os valores da democracia, "único sistema político de legitimidade orgânica".

MENSAGEM AOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Eu desejaria que esta mensagem de fraternidade que dirijo ao povo português fosse lida por todos os meus compatriotas, homens e mulheres, com a mesma serenidade e a mesma paixão de objetividade com que eu a escrevi. Ela é o produto de muitos anos de estudo, de reflexão e de experiência ganha no contacto íntimo e seguido com

JoseDominguesDosSantos.indb 324 12/10/2012 14:42

os grandes movimentos ideológicos do mundo moderno. Não tenho a pretensão de apresentar grandes novidades, mas procurei concretizar em algumas linhas gerais, de realização prática e imediata, aspirações latentes das novas gerações sempre inquietas e desejosas de qualquer coisa de novo e, sobretudo, de melhor. Afastei propositadamente da exposição que vai seguir todos os problemas irritantes e secundários, mas não deixei de tratar e de expor as soluções que se me afiguram mais convenientes quando se trata de problemas essenciais. Julgo que é dever de todos os democratas encarar estes problemas com coragem e com lealdade, sem intuitos de provocação, mas com o desejo sincero de esclarecer a opinião pública.

Cada homem e cada partido deve apresentar-se com a sua bandeira, contribuindo com o seu esforço para a obra de ressurgimento em que todos os democratas portugueses são chamados a colaborar.

Eu sei muito bem que as minhas palavras não serão lidas, nem apreciadas por todos aqueles que, durante os últimos anos, colaboraram mais ou menos estreitamente com o regime fascista ainda vigente em Portugal. Também não é a eles que me dirijo. Se a união de todos os democratas, seja qual for a particularidade da sua conceção especial de democracia, é sempre fácil, um entendimento com aqueles que são direta ou indiretamente responsáveis de todos os crimes praticados nestes últimos vinte anos, será sempre impossível.

Mas dirijo-me a todos os democratas portugueses, homens ou mulheres, novos ou velhos, seja qual for o partido a que pertençam. Desejaria sobretudo ser ouvido pelos homens das novas gerações. Estes só me conhecem através de uma tradição mais ou menos falseada pelas conveniências de momento ou pelas paixões pessoais sempre injustas e deformantes. As ideias que vou expor são, de uma maneira geral, as mesmas que venho apregoando há mais de vinte anos.

Combatido, porque não compreendido, durante muito tempo, assisto hoje com muito prazer e com certo orgulho, ao triunfo das ideias a que sacrifiquei a melhor parte da minha vida. E involuntariamente sou obrigado a pensar nas palavras de Anatole France: "Lentement, mais toujours, l'humanité realise le rêve des sages."

A querela das gerações

Esta mensagem de fraternidade é dirigida a todos os democratas portugueses; mas ela é sobretudo destinada aos meus correligionários, velhos companheiros das boas e más horas a quem me sinto ligado por laços de uma indestrutível camaradagem. Eles foram o meu amparo durante estes longos anos de exílio; sofreram muito sem outro reconforto que a esperança inquebrantável em dias melhores e a consciência do dever cumprido. Mas desejaria também que as novas gerações lessem e procurassem compreender as minhas palavras. É, sobretudo, delas que depende o futuro da democracia portuguesa. Elas revelaram, há ainda bem pouco tempo, um ardor combativo inexcedível, uma sede de justiça, de liberdade e de progresso, que foram para mim – exilado desde longa data – uma surpresa admirável. Mas creio ter adivinhado através dos ecos que até aqui chegaram, uma certa desconfiança para com aqueles que, mais velhos do que eles, tiveram de lutar e agir em tempos diferentes e em condições bem

JoseDominguesDosSantos.indb 325 12/10/2012 14:42

difíceis. A fórmula do nihilismo hitleriano "toda a mentira que se repete, transforma-se em verdade" parece ter deixado, apesar de tudo, uma certa marca nas consciências. Eu creio que essa fórmula é ímpia e monstruosa. Por isso a combato.

Em vez de denegrir sistemati[ca]mente o passado, é na simbiose do passado e do presente que eu entrevejo o germe fecundo da futura ressurreição do Portugal democrático. Eu detesto a querela das gerações. Esta espécie de guerra civil de geração contra geração, entre homens da mesma ideologia política, parece-me tão absurda como nociva.

A política é mais do que uma arte: é uma ciência. Ela exige, da parte daqueles que a Ela se dedicam, estudo, competência, capacidade de trabalho, espírito de desinteresse, ardor combativo, coragem moral e cívica. Ela tem a sua técnica. As improvisações são perigosas.

Se os chamados "Velhos" têm necessidade da inteligência, do ardor combativo dos novos, estes não podem menosprezar a capacidade técnica e o sentido de equilíbrio que os velhos conquistaram em longos anos de estudos, de lutas e de sofrimentos. Se os "Velhos" praticaram erros – só os não praticou quem nunca agiu – eles não podem ser honestamente acusados de ter cometido faltas graves. E, para honra da República, eu devo declarar que, na sua generalidade, os homens dos velhos partidos não traíram: nem antes, nem depois do 28 de Maio. As raras deserções que se podem apontar, são tão insignificantes pelo número e pela qualidade, que elas só confirmam a regra.

Nem o que está, nem o que estava

Mas se eu preconizo – mais do que um entendimento – uma fusão de todas as inteligências, de todas as vontades, de todas as energias e de todos os esforços com que para a causa comum possam contribuir os democratas de todas as gerações – sejam eles novos ou velhos – estou bem longe de preconizar um regresso, puro e simples, aos métodos e costumes políticos em vigor antes do famoso 28 de Maio. Já por mais de uma vez o afirmei: "não posso aceitar o que está, mas também não desejo o que estava."

Vinte anos são passados. Se outros motivos não tivesse para preconizar uma revisão séria e cuidadosa dos métodos e costumes que dominaram a política portuguesa até ao advento da ditadura, os acontecimentos da hora presente tornariam essa revisão inevitável. Uma transformação profunda, revolucionária, criada mais pela força dos acontecimentos do que pela vontade dos homens, se está operando sob os nossos olhos em todo o mundo. Não são os homens que, neste momento, são revolucionários; são os próprios acontecimentos. Uma revolução surge irresistivelmente por toda a parte, como uma torrente avassaladora, anunciando imperativamente o advento de uma nova era. É, na frase de Henri Janne, a "Revolução dos factos". E todos os povos se encontrarão, a curto prazo, em face do seguinte dilema: ou compreendem, aceitam e instauram um regime constitucional de humanismo democrático e social, ou são condenados a desaparecer.

Certamente há velhos conceitos que são sempre novos porque são eternos; conceitos que representam aspirações profundas e humanas. Mas estes mesmos, correspondendo hoje a novas aspirações tomam um significado diferente.

JoseDominguesDosSantos.indb 326 12/10/2012 14:42

O conceito de democracia – que tem como característica essencial a tendência permanente para o aperfeiçoamento e dignificação da personalidade humana e é, como expressão política, o governo do povo, pelo povo e para o povo – terá de concretizar em novas fórmulas institucionais, os imperativos daquela "Revolução dos factos". Por definição, a democracia é um progresso, um movimento. Ela exalta e magnifica essa aspiração humana que reclama sempre e cada vez mais imperativamente – um aumento de justiça.

O próprio conceito de liberdade toma, sob o influxo da nova revolução em marcha, aspetos sensivelmente diferentes. Eu amo a liberdade. Tenho procurado servi-la com toda a energia de que sou capaz. Eu sei o que é e o que representa a liberdade. Creio que só aqueles que aspiram à tirania e pretendem dominar os outros, fingem ignorar o que ela significa. E não falo apenas da minha liberdade, mas da liberdade de todos os meus concidadãos.

Nunca me sentirei inteiramente livre enquanto a liberdade dos meus semelhantes estiver ameaçada. Mas a ideia de liberdade implica, no seu conceito fundamental, a ideia de obrigação, de disciplina. Ser livre é também ser responsável. Não é digno da liberdade aquele que dela se serve apenas para assegurar a defesa dos seus próprios interesses ou dos seus privilégios.

A liberdade de cada um acaba onde principia a liberdade dos outros. A defesa da liberdade implica não só a luta contra o despotismo, mas ainda contra a exploração do homem pelo homem.

Assim a democracia, para assegurar a liberdade de todos, terá de se orientar no sentido da evolução económica e humana, libertando os trabalhadores, a economia nacional e o Estado da opressão das grandes congregações económicas que, na mira exclusiva do lucro, exploram o trabalho, paralisam as iniciativas, provocam as crises e as misérias. Só desta forma, a democracia económica e social poderá assegurar a plenitude da democracia política e, a todos, a igualdade de direitos e a garantia efetiva das liberdades humanas – liberdade de consciência, de associação, de reunião e de manifestação.

Organização do Estado Republicano

Eu não pretendo apresentar, nem mesmo em esboço, um novo programa político. Estou ligado a um partido por laços tanto mais fortes que a quase totalidade dos meus correligionários são também meus amigos pessoais. Devo-lhes uma solidariedade absoluta. Após vinte anos de ausência, quando nos for possível reorganizar o partido, tenho a certeza de que só faltarão à chamada aqueles que, infelizmente, morreram. Se outros motivos não tivesse para me recusar a apresentar um programa de caráter pessoal, esta solidariedade total, afetiva e constante, obrigar-me-ia a uma grande reserva. Mas, além desta razão de ordem sentimental, eu penso que, em democracia, a elaboração dos programas é função dos partidos e não de um homem.

Entretanto creio poder apontar, sem faltar aos meus deveres de camaradagem nem às minhas obrigações de democrata, neste período em que todas as liberdades foram suprimidas, algumas ideias gerais que poderão servir de base à elaboração de

programas futuros. Sujeita a revisão, a indicação sumária que vou fazer é exemplificativa e não limitativa. Ela pode resumir-se em três bases essenciais: Garantir ao povo a liberdade, o pão e a instrução, o que nos obrigará a lutar pela liberdade, contra a miséria e contra o analfabetismo.

Não basta conquistar a liberdade; é preciso defendê-la. E defendê-la contra os seus inimigos declarados e contra aqueles que fingem servi-la, para melhor a atraiçoarem. Para isso é indispensável organizar o Estado Republicano. Os 16 anos de vigência do regime republicano foram uma sucessão ininterrupta de lutas intensas, amarguradas, contra os inimigos da liberdade, que ora a combatiam em franca rebeldia de armas na mão, ora escondidos nos lugares de confiança que a Republica ingenuamente lhes havia entregado, entravavam com mal disfarçada resistência passiva, a realização de todas as aspirações generosas dos governos democráticos.

Robespierre afirmava que a ideia do Estado Republicano exigia que Exército, magistratura, imprensa e finanças fossem republicanos. Creio que esta afirmação traduz ainda hoje uma verdade incontestável. O Estado não é uma abstração, mas uma realidade representada pelos homens que o constituem.

Será bom ou mau conforme forem bons ou maus os seus servidores. Não há bom governo sem uma inteligente e leal colaboração entre ministros e funcionários. O governo moderno requer saber, reclama o auxílio de técnicos inteligentes e exige uma lealdade absoluta da parte daqueles que têm por missão aconselhar os ministros ou executar as suas ordens. Não basta que o funcionário seja competente (é tão vago este conceito de competência...) deve ser indispensável que ele seja também democrata. Só o funcionário integrado no pensamento e na finalidade do regime que é chamado a servir terá o civismo e a dedicação que são a garantia do zelo, lealdade e entusiasmo que devem ser postos ao serviço da coletividade. Este princípio é, de resto, uma questão de decoro tanto para o Estado como para o funcionário. Por outro lado, uma vez este escolhido com o cuidado e o escrúpulo que um tal problema merece, o Estado deve assegurar-lhe a necessária liberdade de movimentos e de iniciativa, garantindo-lhe o prestígio e a autoridade indispensáveis para que ele bem possa cumprir a sua missão. Só o funcionário prestigiado e responsável terá o gosto da ação, o culto da competência que são indispensáveis à boa marcha dos negócios públicos.

Bases de uma nova estrutura económica

Uma boa organização do Estado, sempre necessária, é indispensável quando este tem de intervir, de maneira eficaz, na vida da coletividade. E esta é a hora em que o Estado tem de intervir de maneira decisiva para assentar as bases de uma nova estrutura económica, condição essencial de uma verdadeira democracia.

De facto, a democracia que até hoje tinha limitado a sua ação à conquista do poder político, terá de alargar o âmbito da sua esfera de atividade e, dando por findo o período da economia individualista, iniciar o período da economia organizada, coordenando o conjunto das forças económicas dentro dum plano geral sob a égide de uma República em que o sindicalismo e o cooperativismo sejam os órgãos essenciais da produção e distribuição da riqueza pública. O automatismo regulador da atividade

JoseDominguesDosSantos.indb 328 12/10/2012 14:42

individualista, baseado apenas na procura do lucro, deverá ser substituído pela disciplina do plano elaborado por um grande Conselho da Economia Nacional.

O mundo moderno debate-se numa pavorosa crise económica, consequência da falência do sistema capitalista, que, por toda a parte, se mostra impotente para resolver os problemas que ele mesmo criou. Organizar uma nova economia com o fim de estabelecer uma harmoniosa coordenação da produção, da distribuição e do consumo; criar largos setores económicos, plenamente autónomos, em substituição dos grandes monopólios de facto (explorados até hoje em prejuízo dos produtores e consumidores e em benefício exclusivo das oligarquias) sob a gerência efetiva de todas as forças ativas do trabalho, do pensamento e dos representantes dos interesses gerais da Nação, são medidas de imperiosa necessidade.

Para atingir plenamente estes objetivos, posso enunciar as seguintes medidas de realização imediata:

a) Nacionalização dos bancos emissores e, em especial, do Banco de Portugal, transferindo-se para este instituto, mediante providências adequadas, os títulos necessários para lhe assegurar uma influência preponderante na direção dos grandes organismos bancários que exercem, atualmente, no seu conjunto, o monopólio do crédito;

b) Coordenação, sob a direção do Estado, da atividade financeira do Banco de Portugal, com a das instituições submetidas à tutela do Estado, tais como Caixa Geral dos Depósitos e Crédito Predial;

c) Nacionalização das grandes empresas que exploram serviços públicos de interesse coletivo ou nacional, tais como transportes, energia elétrica, moagem, tabacos, fósforos, etc.;

d) Proteção à pequena indústria e ao pequeno comércio no sentido de lhes facilitar o crédito e libertá-los do domínio das grandes congregações económicas;

e) Reforma agrária no sentido da municipalização dos latifúndios e utilização dos baldios e incultos e sua distribuição pelos trabalhadores agrícolas e camponeses pobres, sob a proteção e ajuda do Estado;

f) Auxílio às cooperativas agrícolas, regulamentação de crédito agrícola generalizado à pequena lavoura, entrega de adubos ao preço do custo, revisão dos contratos de terra em sentido favorável àqueles que a trabalham;

g) Reforma e democratização do ensino público segundo o princípio da Escola única, laica e gratuita;

h) Criação de creches, jardins de infância e cantinas escolares que forneçam aos alunos uma refeição quente por dia, assim como livros e material escolar;

i) Criação de edifícios escolares por todo o país;

j) Bolsas de estudo e medidas de proteção para os estudantes pobres em todos os graus de ensino;

k) Luta contra as doenças contagiosas e, em especial, contra a tuberculose, sífilis, lepra, luta contra o cancro e o alcoolismo;

l) Maternidades, balneários e cultura desportiva devidamente orientada;

m) Restabelecimento e cumprimento efetivo da legislação social existente antes do 28 de Maio (leis referentes ao Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios contra os desastres no trabalho, doença, invalidez e velhice);

JoseDominguesDosSantos.indb 329 12/10/2012 14:42

n) Fixação de tabelas de salários mínimos para todos os trabalhadores de acordo com os Sindicatos Profissionais;

o) Medidas de proteção ao trabalho feminino e juvenil.

Para resumir em poucas palavras o meu pensamento: tão forte e disciplinada deve ser a organização da produção e do consumo, como livre a investigação intelectual em todos os seus aspetos. A disciplina económica que preconizo é destinada a assegurar tanto o bem-estar material do cidadão como a servir de base à liberdade política, intelectual e moral de cada um.

Este enunciado sumário não tem a mínima pretensão a ser considerado como um programa. Será, quando muito, uma sugestão que eu apresento ao estudo dos democratas portugueses e, em especial, daqueles que são meus companheiros de luta e irmãos de ideal. Muitos outros problemas exigirão certamente – e desde as primeiras horas – soluções adequadas [às] circunstâncias do momento que passa: problemas internacionais, coloniais, culturais, etc. Mas eu limitei-me a enunciar aqueles que, sendo de maior acuidade, reclamam soluções imediatas e claras.

Necessidades de um plano; utilidade dos partidos

Não tenhamos, porém, ilusões. Para que estes problemas possam ser resolvidos com utilidade e eficácia, duas condições são necessárias:

a) Elaboração de um plano de conjunto que possa ser executado dentro de curto prazo e que tenha em vista a interdependência politica, económica, social e cultural aos vários problemas a resolver. Estes conjugam-se e completam-se.

Toda e qualquer solução fragmentária pode comprometer irremediavelmente o sucesso da obra que se pretende realizar;

b) Apoio decidido das grandes massas do povo português enquadradas em partidos políticos. As dificuldades resultantes da resistência, aberta ou disfarçada, dos inimigos da democracia e dos interesses pessoais lesados, só poderão ser vencidas se as soluções tiverem aquele apoio. Daí a utilidade e a necessidade dos partidos políticos.

Eu não ignoro as campanhas da injúria e difamação de que foram alvo todos os partidos políticos existentes antes do 28 de Maio. Essas campanhas, sustentadas ostensivamente pelos vários regimes totalitários, acabaram por criar uma certa confusão nos espíritos. É a consequência do método hitleriano: "toda a mentira que se repete transforma-se em verdade." Não há verdade objetiva, mas verdade de momento, quer dizer, afirmações utilitárias que poderão ser repudiadas desde que deixem de servir.

Mas a tenacidade com que os regimes totalitários combateram e combatem a existência dos partidos, revela-nos, em contrapartida, quanto estes são úteis e necessários para a defesa da democracia. Ao contrário do que proclamavam e proclamam os pontífices do fascismo e seus adeptos, conscientes ou inconscientes, eu creio que os partidos políticos, bem organizados e fortemente disciplinados, constituídos em volta de uma doutrina e de um grande ideal, são indispensáveis à vida da democracia. Eles esclarecem a opinião pública, canalizam e enquadram as grandes correntes, disciplinam as vontades dispersas; são eles que podem fiscalizar eficazmente

JoseDominguesDosSantos.indb 330 12/10/2012 14:42

o bom funcionamento das instituições e garantem o respeito à vontade nacional. Se eles impõem aos seus eleitos as decisões a tomar e a linha de conduta a seguir nem por isso eles abafam as opiniões individuais. Todas as decisões são tomadas (ou devem ser) após livres e largas discussões em que são confrontadas as ideias e as várias soluções práticas.

A disciplina do voto coletivo, fixada segundo as regras democráticas, é a melhor garantia da fidelidade dos eleitos ao mandato recebido do povo sem a qual a democracia não passaria de uma quimera; ela contribui para esclarecer a vida política do país, garantir a ordem parlamentar e dar estabilidade ao governo. Os partidos são finalmente uma excelente escola de quadros políticos, sem os quais a vida da democracia será sempre precária.

Eu bem sei que, por vezes, a violência das paixões partidárias tem originado conflitos lamentáveis. São os excessos dessa violência que aparentemente justificam as críticas dos adversários da democracia. Mas um passado, não longínquo, deve servir-nos de lição para o futuro. Que os partidos políticos discutam largamente, lealmente os vários problemas da administração pública, cada um segundo a ideologia que representa, é não só útil mas necessário. Mas será também indispensável que essas discussões se façam com elevação e elegância, excluindo implacavelmente dos seus métodos todo o espírito de violência, de mesquinhas rivalidades pessoais, mantendo, acima das divergências de doutrina, o espírito de fraternidade, de confiança e de respeito pela dignidade do adversário.

É dentro deste critério que eu desejaria ver reconstituídos os partidos que devem servir, de futuro, a democracia portuguesa. Partidos antigos ou partidos novos, eles só poderão viver e realizar a missão a que serão chamados, se procederem a um rigoroso exame de consciência, adaptando as suas doutrinas às exigências do mundo moderno, reorganizando os seus quadros com meticuloso cuidado (sem hesitar em os sanear com a exclusão dos elementos indesejáveis) e estudando os métodos mais apropriados para assegurar a vida e a estabilidade das instituições republicanas. A democracia é o único sistema político de legitimidade orgânica. Aos partidos cumpre agir de forma [a] que ela seja também a técnica da legitimidade permanente.

Preparemos o futuro

É esta a mensagem de fraternidade que eu envio aos democratas portugueses.

Que eles se organizem e preparem para estarem à altura da delicada missão que, dentro de um prazo mais ou menos curto, serão chamados a desempenhar.

Mas o tempo urge. Fortes ventos sopram nos bastidores da vida internacional.

Se não queremos ser por eles arrebatados e aniquilados para sempre, procuremos ser dignos das nossas responsabilidades.

Maus servidores da democracia serão aqueles que julgam possível realizar a nossa missão futura, retomando as ideias, os métodos e processos que foram julgados, em tempos, como os melhores para bem servir a coletividade.

O filósofo Alain, num discurso publicado sob o título – "Les Marchands de Someil" – afirmou: "toute idée devient fausse au moment oú l'on s'en contente."

Última exortação à coragem do espírito que o filósofo quis deixar aos seus discípulos antes de os abandonar sobre os grandes caminhos da vida. Não é a caducidade resultante do tempo ou do progresso dos nossos conhecimentos que torna as ideias inoperantes, mas sim a insensível alteração que elas sofrem dentro de nós mesmos quando as julgamos definitivamente estabelecidas e cessamos de as estudar com vigilância. Na aparência elas são as mesmas, parecem imutáveis, mas de facto perderam a sua virtude animadora e criadora, tornando-se inertes. Sob este aspeto, podemos dizer como Alain, que o pior inimigo da verdade não é o erro, mas a inação. E podemos dizer ainda que o mais inquietante sintoma sobre a vida de um povo, não é que ele cometa erros, mas que se deixe adormecer sobre as suas ideias justas, tornadas ideias mortas.

Paris, maio de l946

JoseDominguesDosSantos.indb 332 12/10/2012 14:42

7. Cronologia

Data	Assunto
1887 – maio, 8	Nasce José Domingues dos Santos, no lugar de Antela, freguesia de S. Salvador de Lavra, concelho de Bouças (hoje concelho de Matosinhos), filho de José Domingues dos Santos e Maria Duarte de Oliveira, lavradores. Neto paterno de Joaquim Domingues dos Santos e Maria Ramos; neto materno de Manuel Francisco dos Santos Sol e Ana Duarte de Oliveira.
1887 – maio, 13	É batizado na Igreja Paroquial de Lavra pelo Padre José Alves Querido. São padrinhos de batismo José Francisco Duarte, casado, lavrador, e Joaquina dos Santos Sol, solteira.
1893 – abril, 19	Falecimento do pai.
1899 – agosto, 28	É admitido, como aluno interno pensionista, no Seminário de Nossa Senhora do Rosário, Carvalhos, Vila Nova de Gaia, tendo exame de Português e Francês.
1899 – outubro, 6	Dá entrada no Seminário de Nossa Senhora do Rosário.
1899 – outubro, 14	Matricula-se em Latim (1.º) e História.
1900 – julho, 3	Faz exame de História e Geografia e é aprovado. Passa o ano a Latim.
1900 – outubro, 13	Matricula-se em Latim (2.º) e Matemática.
1901 – junho, 27	Faz exame de Latim e é admitido.
1901 – julho, 13	Faz exame de Matemática e é aprovado com distinção.
1901 – outubro, 13	Matricula-se em Latinidade e Literatura.
1902 – julho, 8	Faz exame de Literatura e é aprovado.
1902 – julho, 14	Faz exame de Latinidade e é aprovado.
1902 – outubro, 14	Matricula-se em Filosofia e Física.
1903 – julho, 4	Faz exame de Ciências Naturais e é aprovado.
1903 – julho, 20	Faz exame de Filosofia e é aprovado.
1903 – setembro, 2	É admitido, como aluno pensionista, no Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição, Porto.
1903 – outubro, 9	Dá entrada no Seminário.
1903 – outubro, 10	Matricula-se no 1.º ano de Teologia.
1904 – junho, 27	Faz ato do 1.º ano e é aprovado plenamente.
1904 – outubro, 15	Matricula-se no 2.º ano de Teologia.
1905 – junho, 28	Faz ato do 2.º ano e é aprovado plenamente.
1904 – outubro, 14	Matricula-se no 3.º ano de Teologia.
1906 – março, 28	Requer a habilitação *de genere*.
1906 – junho, 12	É admitido à Prima Tonsura e aos Quatro Graus das Ordens Menores.
1906 – junho, 30	Faz ato do 3.º ano e é aprovado plenamente com 16 valores. Abandona o Seminário.
1906 – novembro, 19	Conclusão do processo de abandono do Seminário.
1907 – outubro, 4	Conclui o curso complementar de Letras, no Liceu Central do Porto.
1907 – outubro, 14	É admitido à matrícula, como aluno ordinário, no curso de Direito da Universidade de Coimbra.
1911 – outubro, 7	Casa com Evangelina da Silva Ramalho, natural do lugar de Cabanelas, freguesia de Lavra, na Igreja Paroquial desta freguesia. Celebrou o casamento o Padre Celestino da Silva Ramalho, tio da noiva e abade de Custóias.

(Continua)

Data	Assunto
1911 – outubro, 21	Faz exame de Direito Internacional (19.ª e última cadeira). É aprovado com 15 valores, os mesmos da nota final de curso. Regressa ao Porto e abre banca de advogado.
1913 – abril, 30	Nascimento de sua filha Maria José.
1914 – novembro, 4	Nascimento de seu filho José Maria.
1916 – abril, 24	Nascimento de sua filha Maria Madalena.
1916 – novembro, 19	Discursa, no Porto (Hotel Continental), no jantar em homenagem a Adriano Gomes Pimenta. Ingressa no PRP.
1917 – março, 20	Ao abrigo do decreto 2406, de 24 de maio de 1916 (n.º 117 da Tabela – miopia), fica isento de cumprir o serviço militar.
1917 – julho, 13	Presente a uma junta de saúde de revisão, determinada pelo decreto n.º 3155, de 30 de maio de 1917, fica apurado definitivamente para o serviço militar.
1917 – novembro, 4	É candidato (eleito) pelo PRP à Câmara Municipal do Porto.
1918 – janeiro, 12	Dá baixa do serviço militar, por incapacidade física.
1918 – setembro, 25	Nascimento de sua filha Maria Evangelina.
1918 – outubro, 12	É preso no Aljube (Porto), por conspirar contra o governo sidonista.
1919 – fevereiro, 13	Sai do Aljube e ocupa o cargo de governador civil do Porto por "indicação revolucionária".
1919 – fevereiro, 22	Dissolve o Corpo de Polícia Civil do Porto.
1919 – fevereiro, 26	É homenageado no Porto, juntamente com Júlio Gomes dos Santos Júnior.
1919 – março, 14	Discursa, no Porto, num banquete de homenagem a Vítor Macedo Pinto.
1919 – abril, 5	Entrevista ao diário *O Mundo*.
1919 – abril, 17	Visita Penafiel.
1919 – abril, 24	É eleito, por aclamação, presidente da comissão municipal do Porto do PRP.
1919 – maio, 7	Visita Macieira de Cambra.
1919 – maio, 11	É eleito deputado pelo círculo oriental de Lisboa.
1919 – junho, 1	Cessa as funções de governador civil do Porto.
1919 – junho, 3	Realiza-se, no Porto, um banquete de homenagem em sua honra.
1919 – junho, 12	É eleito, na Câmara dos Deputados, para a comissão do Trabalho.
1919 – junho, 17	É nomeado, na Câmara dos Deputados, para a Comissão de Revisão Constitucional.
1919 – junho, 30	Toma posse como ministro do Trabalho do governo liderado por Sá Cardoso.
1919 – outubro, 27	É eleito para o diretório do PRP.
1919 – novembro, 18	É substituído pelo deputado Paiva Manso na Comissão do Trabalho.
1920 – janeiro, 1	Toma posse como ministro interino da Agricultura do governo liderado por Sá Cardoso.
1920 – março, 7	É eleito, na Câmara dos Deputados, para as comissões de Instrução Especial e Técnica e do Comércio e Indústria.
1920 – abril, 18	Inicia, com Emílio Maria Martins, a direção do diário portuense *A Tribuna*.
1920 – abril, 26	Toma possa como ministro do Comércio do governo liderado por António Maria da Silva.

JoseDominguesDosSantos.indb 334 12/10/2012 14:42

Data	Assunto
1920 – maio, 21	Substitui o deputado Aníbal Lúcio de Azevedo na Comissão do Comércio e Indústria.
1920 – junho, 1	Na Câmara dos Deputados, substitui o deputado João Estêvão Águas na Comissão de Guerra.
1920 – novembro, 30	Toma posse como ministro do Trabalho do governo liderado por Liberato Damião Ribeiro Pinto.
1920 – dezembro	É eleito para a junta consultiva do PRP.
1921 – março, 2	Toma posse como ministro do Trabalho do governo liderado por Bernardino Machado.
1921 – março, 20	É homenageado no Porto.
1921 – julho, 7	Discursa, no Porto, no Centro Republicano António Maria Batista (freguesia do Bonfim), numa sessão de propaganda eleitoral do PRP.
1921 – julho, 8	Discursa, no Porto, no Centro Escolar Republicano de Lordelo do Ouro, numa sessão de propaganda eleitoral do PRP.
1921 – julho, 10	É eleito deputado pelo círculo do Porto.
1921 – julho, 25	É eleito, na Câmara dos Deputados, para a primeira Comissão de Verificação de Poderes.
1921 – agosto, 16	É eleito, na Câmara dos Deputados, para a Comissão do Trabalho.
1921 – dezembro, 12	Entrevista ao diário *O Século*.
1922	Adere à Maçonaria. É iniciado em Lisboa, na Loja *Renascença*, com o nome simbólico de Cimourdin.
1922 – janeiro, 26	Discursa, no Porto, no Centro Republicano Democrático, na sessão de apresentação pública dos candidatos do PRP às eleições legislativas.
1922 – janeiro, 29	É eleito deputado pelo círculo do Porto.
1922 – janeiro, 31	Publica no diário *A Tribuna* um artigo ("Há 31 anos") sobre a Revolução de 31 de Janeiro de 1891.
1922 – fevereiro, 14	Publica no diário *A Tribuna* um artigo ("O meu depoimento") sobre os acontecimentos revolucionários de 13 de fevereiro de 1919.
1922 – fevereiro, 15	É eleito, na Câmara dos Deputados, para a primeira Comissão de Verificação de Poderes.
1922 – março, 7	É eleito, na Câmara dos Deputados, para as comissões de Instrução Especial e Técnica e Comércio e Indústria.
1922 – abril, 21	Entrevista ao diário *O Mundo*.
1922 – abril, 23	É eleito para o diretório do PRP.
1922 – abril, 25	É substituído na comissão de Comércio e Indústria pelo deputado Mariano Martins.
1922 – novembro, 29	Entrevista ao *Diário de Lisboa*.
1922 – dezembro, 4	É eleito, na Câmara dos Deputados, para as comissões de Instrução Especial e Técnica, do Comércio e Indústria e dos Negócios Estrangeiros.
1922 – dezembro, 23	É descerrada a sua fotografia e a de António Maria da Silva, no Centro Republicano Democrático do Porto.
1923 – janeiro, 23	Entrevista ao *Diário de Lisboa*.
1923 – janeiro, 25	É eleito presidente da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros.
1923 – abril, 18	É homenageado no Porto.
1923 – abril, 23	É eleito para o diretório do PRP.
1923 – abril, 24	Entrevista ao *Diário de Lisboa*.
1923 – maio, 13	É homenageado em S. Romão do Coronado.

(Continua)

Data	Assunto
1923 – junho, 27	É substituído na Comissão de Comércio e Indústria pelo deputado Jaime de Sousa.
1923 – julho, 5	É substituído na Comissão de Instrução Especial e Técnica, pelo deputado Abílio Marçal.
1923 – setembro, 30	É homenageado na Póvoa de Varzim.
1923 – dezembro, 5	É reconduzido nas comissões de Instrução Especial e Técnica, do Comércio e Indústria e dos Negócios Estrangeiros.
1923 – dezembro, 18	Toma posse como ministro da Justiça do governo liderado por Álvaro de Castro.
1924 – janeiro, 11	É substituído na Comissão de Negócios Estrangeiros pelo deputado Vitorino Godinho.
1924 – janeiro, 31	Publica no diário *A Tribuna* outro artigo ("Uma Lição") sobre a Revolução de 31 de Janeiro de 1891.
1924 – fevereiro, 7	É substituído na comissão de Comércio e Indústria pelo deputado Torres Garcia e na de Instrução Especial e Técnica pelo deputado João Camoesas.
1924 – fevereiro, 10	É homenageado em Ermesinde.
1924 – fevereiro, 27	É substituído na Comissão de Instrução Especial e Técnica pelo deputado Cortês dos Santos.
1924 – março, 22	Entrevista ao diário *A Capital*.
1924 – abril, 8	Entrevista ao diário *A Tribuna*.
1924 – abril, 15	Entrevista ao diário *A Capital*.
1924 – abril, 21	Na qualidade de ministro da Justiça, inicia uma visita de quatro dias a Trás-os-Montes (Vila Real, Murça, Mirandela, Bragança e Izeda).
1924 – abril, 27	É eleito para o diretório do PRP.
1924 – maio, 4	É homenageado em Vila do Conde.
1924 – junho, 20	Entrevista ao diário *A Capital*.
1924 – junho, 23	Entrevista ao diário *O Século*.
1924 – julho, 13	Discursa, em Oeiras, no Centro Democrático, numa sessão de propaganda promovida pelos organismos locais do PRP.
1924 – julho, 20	Discursa, no Barreiro, na Sala das Sessões da Câmara Municipal, numa sessão de propaganda promovida pelos organismos locais do PRP.
1924 – julho, 26	É homenageado em Coimbra.
1924 – agosto, 9	Discursa, no Porto, no Centro Republicano Democrático, numa sessão de propaganda promovida pelos organismos locais do PRP.
1924 – outubro, 5	Discursa, no Porto, no Centro Republicano Democrático, numa sessão comemorativa da implantação da República.
1924 – novembro, 22	Toma posse como presidente do Ministério, ministro do Interior e ministro interino da Marinha.
1924 – novembro, 26	Entrevista ao *Diário de Lisboa*.
1924 – novembro, 27	Lê a declaração ministerial na Câmara dos Deputados. Entrevista ao *Diário de Notícias*.
1924 – dezembro, 9	Lê a declaração ministerial no Senado.
1924 – dezembro, 28	No Porto, afirma querer abater as companhias majestáticas e impedir que haja proprietários com terras por cultivar.
1925 – fevereiro, 6	Em Lisboa, manifestação popular de apoio ao governo. Afirma que o governo se colocou abertamente ao lado dos explorados contra os exploradores.

JoseDominguesDosSantos.indb 336 12/10/2012 14:42

Data	Assunto
1925 – fevereiro, 11	Apresenta a demissão do governo, após aprovação de uma moção de censura apresentada na Câmara dos Deputados pelo deputado democrático Agatão Lança.
1925 – março, 14	No Porto, manifestação de apoio à sua ação política.
1925 – março, 15	Discursa, no Porto, no Teatro Nacional, num comício promovido pela comissão municipal do PRP.
1925 – março, 22	Discursa em Lisboa, no Teatro Nacional, num comício do PRP.
1925 – fevereiro, 27	Entrevista ao diário *A Tribuna*.
1925 – março, 29	Discursa, em Beja, junto à Torre de Menagem, num comício do PRP.
1925 – abril, 5	Discursa, em Faro, no Teatro Cine Farense, num comício do PRP.
1925 – abril, 28	Entrevista ao *Diário de Lisboa*.
1925 – junho, 9	Entrevista ao diário *A Capital*.
1925 – julho, 17	Na Câmara dos Deputados, juntamente com outros deputados democráticos, vota favoravelmente uma moção de desconfiança ao governo apresentada pelo deputado nacionalista Pedro Pita. Uma nota oficiosa do PRP dá conta da sua irradiação, bem como a dos outros deputados "rebeldes".
1925 – julho, 20	Constituição do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática.
1925 – julho, 23	Entrevista ao *Diário de Lisboa*.
1925 – julho, 26	É homenageado em Algés.
1925 – julho, 27	Em Lisboa, nas instalações do jornal *O Mundo*, os parlamentares da Esquerda Democrática decidem organizar uma Comissão de Resistência aos Atos do diretório do PRP.
1925 – agosto, 5	Entrega, na Câmara dos Deputados, a declaração da constituição do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática.
1925 – agosto, 9	Realiza-se em Lisboa, no Teatro Joaquim de Almeida, a sessão inaugural do Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos.
1925 – agosto, 13	Discursa, em Lisboa, numa sessão de propaganda realizada no Centro Escolar Eleitoral Republicano Dr. Castelo Branco Saraiva.
1925 – agosto, 13	Inauguração da sede do Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos (rua de Santo António dos Capuchos, 43 – 1.º, Lisboa).
1925 – agosto, 21	Entrevista ao diário *A Capital*.
1925 – agosto, 27	Discursa, em Santarém, no Teatro Sá da Bandeira, num comício da Esquerda Democrática.
1925 – agosto, 30	É homenageado no Porto, juntamente com os outros parlamentares irradiados (Palácio de Cristal).
1925 – setembro, 13	Discursa, em Viana do Castelo, no Campo da Agonia, num comício da Esquerda Democrática.
1925 – setembro, 20	Discursa em Penafiel, no teatro local, num comício da Esquerda Democrática.
1925 – setembro, 27	Discursa, em Évora, no Teatro Garcia de Resende, num comício da Esquerda Democrática.
1925 – outubro, 17	Discursa, no Porto, na freguesia de Miragaia, numa sessão de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – outubro, 23	Discursa, em Cascais, numa sessão de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – outubro, 24	Discursa, no Porto, no Centro Democrático Dr. José Falcão, numa sessão de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.

(Continua)

Data	Assunto
1925 – outubro, 28	Discursa, em Montemor-o-Novo e em Arraiolos, em sessões de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – outubro, 29	Discursa, em Estremoz, no Centro Democrático, numa sessão de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – outubro, 30	Discursa, em Setúbal, na sede da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, numa sessão de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – novembro, 1	Discursa, no Porto, nas freguesias do Bonfim e de Ramalde, em sessões de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – novembro, 2	Discursa, no Porto, na freguesia da Foz, numa sessão de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – novembro, 3	Discursa, no Porto, na freguesia de Lordelo do Ouro, numa sessão de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – novembro, 4	Discursa, no Porto, no Centro Republicano Dr. Afonso Costa (Campanhã) e no Centro Republicano Democrático de Paranhos, e em Matosinhos, no Cineteatro do Casino, em sessões de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – novembro, 5	Discursa, em Lisboa, no Liceu Camões, num comício da Esquerda Democrática.
1925 – novembro, 6	Discursa, no Porto, na freguesia de Massarelos, numa sessão de propaganda eleitoral da Esquerda Democrática.
1925 – novembro, 8	É eleito deputado pelo círculo do Porto.
1926 – janeiro, 31	Discursa, no Porto, no Centro Republicano Democrático, numa sessão comemorativa do 35.º aniversário da Revolução Republicana de 31 de Janeiro.
1926 – fevereiro, 9	Publica, no diário *A Tribuna*, uma carta aberta dirigida ao general Ilharco.
1926 – fevereiro, 10	No Porto, é publicada a última edição do diário *A Tribuna*.
1926 – março, 21	Discursa, em Coimbra, no Teatro Sousa Bastos, num comício da Esquerda Democrática.
1926 – abril, 2	Discursa, em Lisboa, na Associação do Registo Civil, numa conferência sobre Livre Pensamento.
1926 – abril, 4	Discursa, no Porto, na Alameda das Fontainhas, num comício contra as deportações promovido pelo Bloco de Defesa Social.
1926 – abril, 10	Discursa, em Loulé, no Cinema Ascêncio, num comício da Esquerda Democrática.
1926 – abril, 11	Discursa, em Olhão, no Teatro Vinhas, num comício da Esquerda Democrática.
1926 – abril, 13	Discursa, no Barreiro, no Cinema-Teatro (Casa dos Ferroviários), numa sessão de propaganda promovida pelo Centro Dr. Estêvão de Vasconcelos.
1926 – abril, 21	Discursa, em Lisboa, no Centro Socialista, numa sessão de propaganda organizada pelas Comissões Paroquiais da Esquerda Democrática de Algés e Socorro.
1926 – abril, 24	Discursa, em Lisboa, no Liceu Camões, na sessão inaugural do Congresso Geral da Esquerda Democrática.
1926 – maio, 5	Em Lisboa, no Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos, tomam posse o diretório e a junta arbitral do Partido Republicano da Esquerda Democrática.
1926 – maio, 7	Entrevista ao *Diário de Lisboa* sobre a Questão dos Tabacos.

JoseDominguesDosSantos.indb 338 12/10/2012 14:42

Data	Assunto
1926 – maio, 12	Em Lisboa, no Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos, é escolhida a comissão executiva do diretório do PRED, de que será presidente.
1926 – maio, 14	Discursa, em Lisboa, no Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos, numa sessão de protesto contra a "ditadura" do governo.
1926 – maio, 16	Discursa, em Lisboa, no Grémio Republicano Tomás Cabreira, numa sessão de propaganda da Esquerda Democrática.
1926 – maio, 17	Discursa, em Lisboa, no Centro Republicano da ED, em Alcântara, numa sessão de protesto contra a *Régie* dos Tabacos.
1926 – maio, 19	Discursa, em Lisboa, no Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos, numa sessão de protesto contra a *Régie* dos Tabacos.
1926 – maio, 20	Discursa, em Lisboa, no Centro Republicano Radical 19 de Outubro, numa sessão de protesto contra a *Régie* dos Tabacos.
1926 – maio, 26	Discursa, em Lisboa, no Centro Republicano Social da Pena, numa sessão de protesto contra a "ditadura" do governo.
1926 – maio, 28	Discursa, em Lisboa, no Centro Republicano Dr. Afonso Costa, numa sessão de protesto contra a "ditadura" do governo.
1926 – julho, 25	Discursa, em Lisboa, na freguesia de Alcântara, numa sessão de propaganda do Partido Republicano da Esquerda Democrática.
1926 – julho, 29	Discursa, em Lisboa, no Centro Republicano Dr. Castelo Branco Saraiva, numa sessão de propaganda do Partido Republicano da Esquerda Democrática.
1926 – agosto, 12	Discursa, em Lisboa, no Grémio Republicano Tomás Cabreira, numa sessão de propaganda do Partido Republicano da Esquerda Democrática.
1926 – agosto, 28	A direção do Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos anuncia a mudança provisória de instalações para a rua de S. Paulo, 103 – 2.º.
1927 – fevereiro, 3	Participa, no Porto, na tentativa revolucionária de derrube do governo.
1927 – fevereiro, 15	É demitido da Faculdade de Engenharia do Porto.
1927 – abril, 20	Início do seu exílio em Paris.
1927 – maio, 5	Entrevista ao diário republicano *La Voz de Guipúzcoa* (S. Sebastián).
1927 – maio, 9	Participa, em Paris, na primeira assembleia-geral da Junta Diretiva da Liga de Defesa da República (Liga de Paris).
1927 – maio, 11	Participa, em Paris, na primeira reunião da Junta Diretiva da Liga de Defesa da República.
1931 – agosto, 3	Preside, em Vigo, a uma reunião de republicanos de várias tendências.
1931 – agosto, 6	Elabora uma *Proposta de Organização Revolucionária*.
1931 – outubro, 12	Falecimento da mãe.
1931 – novembro, 22 e 23	Participa, em Beyris (Bayonne), numa reunião da oposição republicana.
1932 – setembro, 1	Participa, em Ourense, numa reunião da oposição republicana.
1933 – junho, 1	Publica, em parceria com Afonso Costa, um panfleto em que se apela aos contribuintes portugueses que recusem o pagamento de contribuições não votadas no parlamento.
1933 – setembro	Subscreve, em Vigo, o Projeto de Plataforma da Frente Única das Forças Motoras Populares da Democracia.
1934 – maio, 12	Entrevista ao jornal *Portugal Republicano* (Rio de Janeiro).
1936 – julho, 1	Inicia a sua colaboração no diário *O Jornal* (Lourenço Marques).
1936 – setembro, 19	Entrevista à revista *La Correspondance internationale* (Paris).

(Continua)

JoseDominguesDosSantos.indb 339 12/10/2012 14:42

Data	Assunto
1936 – dezembro, 8	É publicado, em Paris, o primeiro número da revista *France-Espagne*, que dirige. Colabora com um artigo intitulado "La Dictadure Portugaise".
1937 – março, 24	Termina a sua colaboração no diário moçambicano *O Jornal*.
1937 – maio, 3	Participa, em Paris, na reunião constitutiva do Comité de Ação da Frente Popular Portuguesa.
1937 – julho, 3	É publicado em Paris o primeiro número do jornal *Unir*, que dirige.
1938 – julho, 17	Falecimento de sua filha Maria Madalena.
1945 – abril	É publicado em Paris o primeiro número da revista *Iberia*, que dirige.
1946	Inicia a sua colaboração na Radiodiffusion française.
1948 – maio, 28	Publica, em Paris, *Mensagem aos Democratas Portugueses*.
1951 – setembro, 20	É-lhe concedido o passaporte português.
1951 – dezembro, 30	Chega a Vilar Formoso para uma visita (dois meses) a Portugal.
1954 – maio, 2	Regresso definitivo a Portugal. Desembarque no aeroporto da Portela.
1954 – maio, 26	Inscreve-se na Ordem dos Advogados.
1954 – outubro, 5	Discursa, em Coimbra, no Teatro Avenida, na sessão comemorativa da implantação da República.
1955 – janeiro, 31	Discursa, no Coliseu do Porto, na sessão comemorativa da Revolta Republicana de 31 de Janeiro de 1891.
1955 – outubro, 5	Discursa, no Coliseu do Porto, na sessão comemorativa da implantação da República.
1956 – janeiro, 31	Discursa, no Coliseu do Porto, na sessão comemorativa da Revolta Republicana de 31 de Janeiro de 1891.
1956 – julho, 3	Subscreve, com outros democratas, uma representação ao presidente da República.
1956 – outubro, 5	Discursa, no Coliseu do Porto, na sessão comemorativa da implantação da República.
1956 – outubro, 29	Discursa, em Braga (cemitério municipal de Monte d'Arcos), no funeral de Domingos Pereira.
1957 – janeiro, 31	Discursa, no Coliseu do Porto, na sessão comemorativa da Revolta Republicana de 31 de Janeiro de 1891.
1957 – maio, 8	É homenageado no Porto.
1957 – maio, 25	É homenageado em Lisboa.
1957 – agosto, 8	Subscreve uma representação do Diretório Democrato-Social ao presidente da República.
1958 – maio, 21	Subscreve uma carta do Diretório Democrato-Social ao presidente da República.
1958 – maio, 24	Entrevista ao diário *República*.
1958 – agosto, 16	Morre, no Porto, na rua do Paraíso, n.º 353.
1958 – agosto, 17	É sepultado no cemitério paroquial de Lavra (Matosinhos).

JoseDominguesDosSantos.indb 340 12/10/2012 14:42

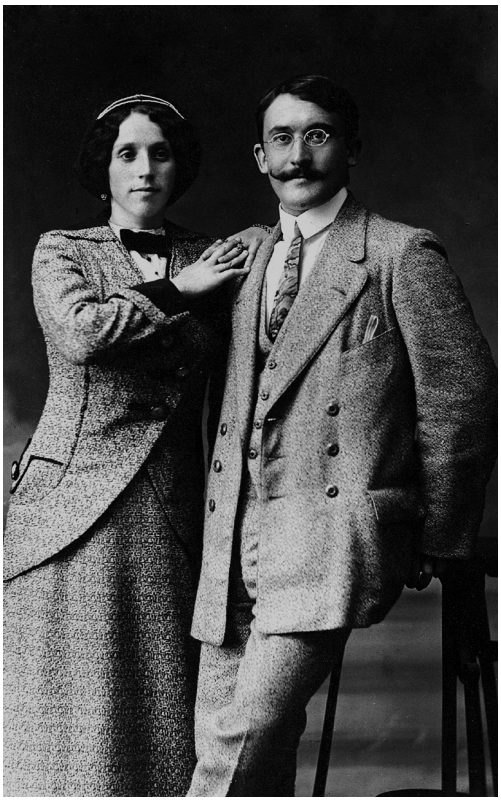
Apêndice iconográfico

JoseDominguesDosSantos.indb 341 12/10/2012 14:42

JoseDominguesDosSantos.indb 342 12/10/2012 14:42

José Domingues dos Santos com os condiscípulos do curso de Direito.
A. G. Tinoco Photo. Largo das Ameias, 4 – Coimbra.
Arquivo de família.

José Domingues dos Santos, advogado.
Fotografia não datada.
Arquivo de família.

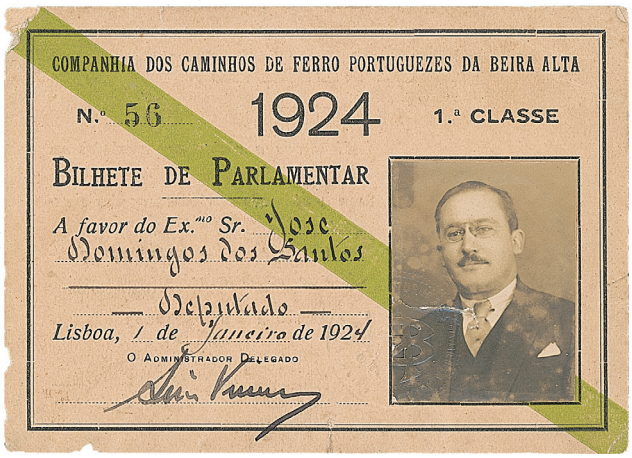


José Domingues dos Santos
com sua mulher, Evangelina.
Fotografia não datada.
Arquivo de família.

JoseDominguesDosSantos.indb 344 12/10/2012 14:42

José Domingues dos Santos, governador civil, na Guarda Fiscal da Senhora da Hora,
9 de março de 1919.
Arquivo de família.

José Domingues dos Santos.
Foto Beleza – Porto, [1921].
Arquivo de família.


COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES DA BEIRA ALTA

N.º 56 1924 1.ª CLASSE

BILHETE DE PARLAMENTAR

A favor do Ex.mo Sr. José Domingos dos Santos

Deputado

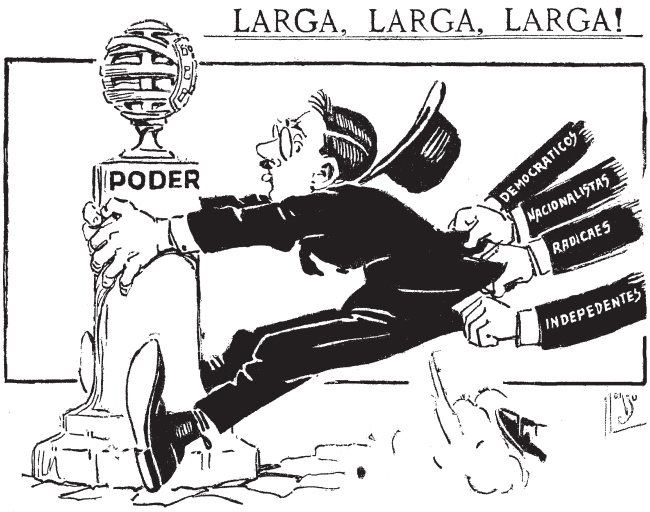
Lisboa, 1 de Janeiro de 1924

O Administrador Delegado

José Domingues dos Santos, deputado, 1924.
Arquivo de família.

José Domingues dos Santos com Teixeira Gomes e Hélder Ribeiro, Porto, 1924.
Arquivo de família.

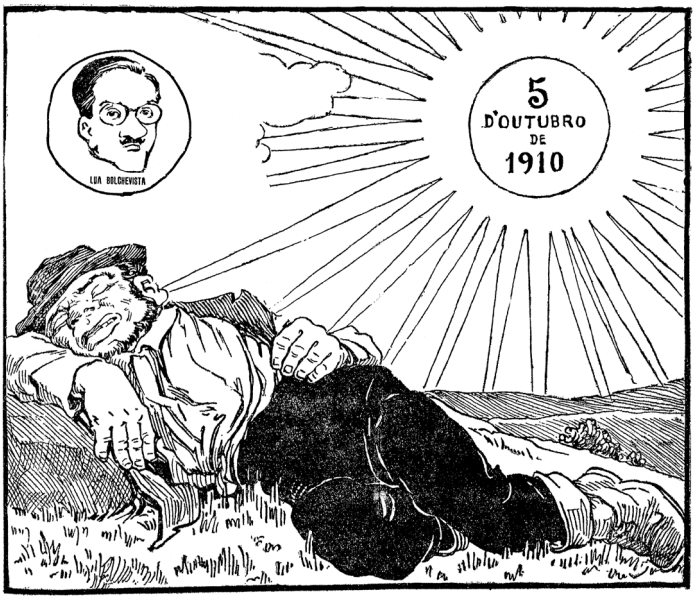
In *Os Ridículos*, 25 de novembro de 1924.



In *Os Ridículos*, 1 de dezembro de 1924.

In *Os Ridículos*, 13 de dezembro de 1924.

In *Cócóróco*, 12 de setembro de 1925.



Hei-de salvar-te ou eu não seja Zé Domingues! Dorme, Povo, dorme! Faz ó-ó que eu vélo por ti!

In *Os Ridículos*, 7 de outubro de 1925.

In *Cócórócó*, 7 de novembro de 1925.

In *Cócórócó*, 3 de março de 1926.

José Domingues dos Santos.
Foto Beleza – Porto, [1926].
Arquivo de família.

José Domingues dos Santos com um grupo de exilados políticos.
Paris, novembro de 1928.
Arquivo de família.

José Domingues dos Santos com a mulher e os filhos.
Madrid, 7 de setembro de 1931.
Arquivo de família.

José Domingues dos Santos.
Foto: Estúdios Jerome, Paris,
30 de abril de 1936.
Arquivo de família.

José Domingues dos Santos.
Foto: Estúdios Jerome, Paris,
26 de abril de 1940.
Arquivo de família.

JoseDominguesDosSantos.indb 353 12/10/2012 14:42

Diário de Notícias

RUA DA CONSTITUIÇÃO, 11
RIO DE JANEIRO

O Sr. JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS

faz parte deste jornal na qualidade de Correspondente em Paris

Rio, 19 de Agosto de 1946

DIRETOR

Idade 54 anos Nac. Portuguêsa

Secção em que trabalha - Redação

Residencia - 196 Boulevar de la Villette - Paris

Assignatura do portador

DIRECTOR

José Domingues dos Santos, correspondente do *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro), 1946. Arquivo de família.

José Domingues dos Santos com a mulher e os filhos, em Biarritz.
Fotografia não datada. Arquivo de família.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

CARTE D'IDENTITÉ
DES
JOURNALISTES PROFESSIONNELS

Loi du 29 Mars 1935 - Décret du 17 Janvier 1936
Ordonnance du 30 Septembre 1944 - Ordonnance du 22 Mars 1945
Décret du 22 Juin 1949

DOMINGUES DOS SANTOS José

PRESSE

1952

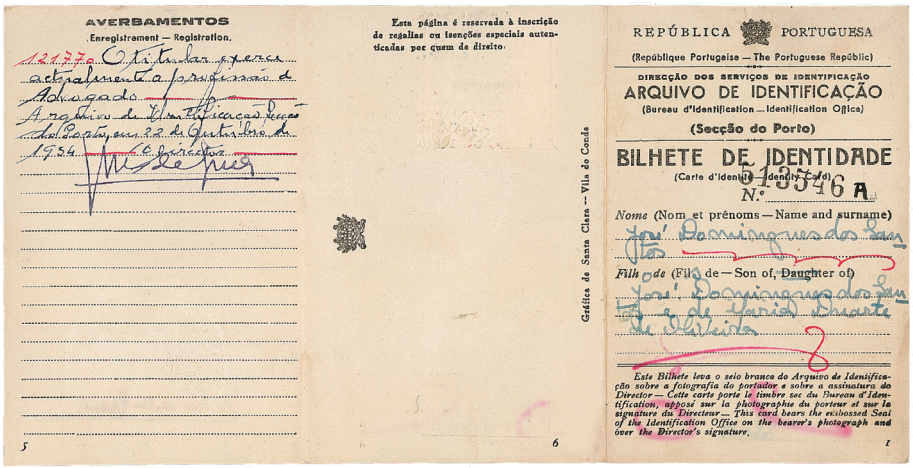
CARTE OFFICIELLE N° 9546

DOMINGUES DOSSANTOS José

est Journaliste Professionnel dans les conditions déterminées par la loi.

Pour la Commission et pour certification de sa décision,
Les deux Délégués à la signature :

José Domingues dos Santos,
jornalista profissional, Paris, 1952.
Arquivo de família.


AVERBAMENTOS
Enregistrement — Registration.

12177a O titular exerce actualmente a profissão de Advogado
Arquivo de Identificação Função do Porto, em 22 de Outubro de 1954
O Director

Esta página é reservada à inscrição de regalias ou isenções especiais autenticadas por quem de direito.

Gráfica de Santa Clara — Vila do Conde

REPÚBLICA PORTUGUESA
(République Portugaise — The Portuguese Republic)
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO
ARQUIVO DE IDENTIFICAÇÃO
(Bureau d'Identification — Identification Office)
(Secção do Porto)

BILHETE DE IDENTIDADE
(Carte d'Identité — Identity Card)
N.º 513546 A

Nome (Nom et prénoms — Name and surname)
José Domingues dos Santos

Filho de (Fils de — Son of, Daughter of)
José Domingues dos Santos e de Maria Duarte de Oliveira

Este Bilhete leva o selo branco do Arquivo de Identificação sobre a fotografia do portador e sobre a assinatura do Director — Cette carte porte le timbre sec du Bureau d'Identification, apposé sur la photographie du porteur et sur la signature du Directeur — This card bears the embossed Seal of the Identification Office on the bearer's photograph and over the Director's signature.

Bilhete de Identidade de José Domingues dos Santos, 22 de outubro de 1954.
Arquivo de família.

JoseDominguesDosSantos.indb 356 12/10/2012 14:42

José Domingues dos Santos em Lisboa.
Fotocolor, abril de 1955.
Arquivo de família.

José Domingues dos Santos junto à sua casa na rua do Paraíso, Porto.
Fotografia não datada. Arquivo de família.

Homenagem a José Domingues dos Santos.
Agência Fotográfica, Lda., Póvoa & Pinto, rua de Passos Manuel, 177-2.º, Porto,
8 de maio de 1957.
Arquivo de família.

Intervenção de José Domingues dos Santos na homenagem que os democratas lhe prestaram.
Agência Fotográfica, Lda., Póvoa & Pinto, rua de Passos Manuel, 177-2.º, Porto,
8 de maio de 1957.
Arquivo de família.

JoseDominguesDosSantos.indb 358 12/10/2012 14:42

Fontes e bibliografia

1. Fontes manuscritas e datilografadas

Arquivo da Diocese do Porto
Processo de José Domingues dos Santos

Arquivo Distrital do Porto
Estatutos de Associações
Motins e Insurreições
Registos Paroquiais – Batismos
Registos Paroquiais – Óbitos

Arquivo Geral do Exército (Lisboa)
Folhas de Matrícula

Arquivo Geral da Universidade de Coimbra
Anuários da Universidade de Coimbra
Processos individuais dos alunos

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa)
Circular da PVDE e Despachos Consulares

Arquivo Histórico Militar (Lisboa)
Revolução de 3-7 de Fevereiro de 1927
Processos individuais dos oficiais do Exército
Folhas de Matrícula

Arquivo Histórico Parlamentar (Lisboa)
Atas das eleições de Deputados (1925)
Livro Político do Senado (1919-1925)
Livro Político dos Deputados (1919-1925)

Arquivo Municipal de Matosinhos
Espólio de José Domingues dos Santos – Cartas e Textos Políticos

Arquivo Particular Capitão João Pereira de Carvalho (Porto)
"A verdadeira história do 28 de Maio"
Outras páginas de memórias

JoseDominguesDosSantos.indb 359 12/10/2012 14:42

Arquivo Particular Capitão Pina de Morais (Lisboa)
Cartas de José Domingues dos Santos a Pina de Morais

Arquivo Particular Dr. Domingos Leite Pereira (Porto)
Cartas e Textos Políticos

Arquivo Particular Dr. José Domingues dos Santos (Porto)
Fotografias, Cartas e Textos Políticos

Arquivo do Seminário Maior do Porto
Processo de José Domingues dos Santos

Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel (Mirandela)
Espólio de Sarmento Pimentel
Correspondência vária e outra documentação avulsa

Biblioteca Nacional de Portugal
1) Fundo Raul Proença (E7)
Correspondência de:
João Pina de Morais (1927-1931)
José Domingues dos Santos (1929)
Sarmento Pimentel (1928)

2) Fundo Jaime Cortesão (E25)
Correspondência de:
José Domingues dos Santos (1945)

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa)
1) Arquivo António de Oliveira Salazar
Panfleto de Afonso Costa e José Domingues dos Santos, 1-6-1933
Atividade do político emigrado José Domingues dos Santos (1944)

2) Arquivo da PIDE/DGS
Processos políticos, jornais e correspondência variada

Instituto de Ciências Sociais (Lisboa)
Foreign Office – Reports on Portugal (1924-1927)
Centro Russo de Conservação e de Estudos dos Documentos em História Contemporânea: Arquivos do Komintern – Documentação sobre a Frente Popular Portuguesa

Museu Bernardino Machado (Vila Nova de Famalicão)
Correspondência vária, jornais dispersos e outra documentação avulsa

JoseDominguesDosSantos.indb 360 12/10/2012 14:42

2. Fontes impressas

Diário da Câmara dos Deputados (1919-1926)
Diário do Congresso (1919-1926)
Diário do Governo (1919-1928, 1931-1933, 1936, 1940)
Diário do Senado (1919-1926)

3. Fontes hemerográficas

Lisboa

ABC (1924-1926)
Ação Nacionalista (1925)
A Batalha (1924-1926)
A Capital (1910-1926)
A Choldra (1926)
O Comunista (1924-1926)
Correio da Manhã (1925-1926)
Diário da Noite (1933)
Diário da Tarde (1925-1926)
Diário de Lisboa (1921-1958)
Diário de Notícias (1918-1931)
A Época (1922-1926)
Fantoches (1923-1924)
A Imprensa da Manhã (1921)
A Imprensa de Lisboa (1921)
A Internacional (1925-1926)
O Jornal (1919-1921)
O Mundo (1918-1927)
Novidades (1926-1927)
O Outubrista (1922)
Pátria Livre (1924-1925)
Portugal (1926-1927)
O Povo (1928)
O Protesto (1924)
Os Radicais (1925-1926)
O Radical (1924-1926)
O Rebate (1922-1926)
República (1918-1958)
Revista Militar (1926)
Os Ridículos (1924-1925)
Seara Nova (1924-1955)
O Século (1918-1931)
A Situação (1927)
A Tarde (1924-1926)

JoseDominguesDosSantos.indb 361 12/10/2012 14:42

A Voz (1927-1928)
A Voz Pública (1924-1926)

Paris
France-Espagne (1936)
Iberia (1945)
Unir (1937-1938)

Porto
Bandeira Vermelha (1925-1926)
Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto (2008)
Cócórócócó (1924-1926)
O Comércio do Porto (1918-1927)
A Comuna (1926)
Ilustração Moderna (1926-1927)
Jornal de Notícias (1920-1958)
A Montanha (1916-1931)
O Norte (1918-1921)
O Primeiro de Janeiro (1918-1958)
A República Portuguesa (1923-1925)
República Social (1926)
A Rua (1919)
A Tribuna (1920-1926)
A Verdade (1921-1925)

Rio de Janeiro
Boletim do Centro Republicano Dr. Afonso Costa (1933)
O Jornal (1927)
Portugal Republicano (1934-1937)

San Sebastián
La Voz de Guipúzcoa (1927)

Imprensa Regional e Local
Atualidade, Guarda (1926)
Ala Esquerda, Beja (1925-1976)
Correio do Minho, Viana do Castelo (1924)
Democracia do Sul, Évora (1925-1927, 1941)
O Democrático, Évora (1920-1926)
O Democrático, Vila do Conde (1925-1927)
O Despertar, Sintra (1923-1927)
Diário de Coimbra (1932)
Diário do Minho, Braga (1925-1926)
A Esquerda, Évora (1926-1927)
Flor do Tâmega, Amarante (1924-1927)

JoseDominguesDosSantos.indb 362 12/10/2012 14:42

Folhas Soltas, [Felgueiras] (1925)
O Futuro, Lavra (1995)
O Jornal, Lourenço Marques (1936-1937)
Jornal de Matosinhos (1957)
Jornal de Penafiel (1918-1958)
Jornal de Vila Meã (2000)
O Lidador, Vila do Conde (1926)
Marte, Coimbra (1925)
O Meteoro, Coimbra (1925)
O de Aveiro (1921-1924)
A Paz, Vila Nova de Famalicão (1925)
A Plebe, Valença (1925)
A Região Flaviense, Chaves (1925)
O Trabalhador Rural, Beja (1925)
A União Militar, Tavira (1922)
Vida Nova, Coimbra (1926)
Vida Nova, Matosinhos (1923-1925)

Imprensa Clandestina
A Revolta, Lisboa / Paris (1926-1927)
O Pelourinho, Lisboa (1926)

Bibliografia

A. Obras e artigos de caráter teórico e metodológico

BOBBIO, Norberto, *Direita e Esquerda*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
BONIFÁCIO, Maria de Fátima, "O abençoado retorno da velha História", in *Análise Social*, Vol. XXVIII (122), 1993, p. 623-630;
Apologia da História Política, Lisboa, Quetzal, 1999.
CRUZ, Manuel Braga, "A esquerda e as instituições políticas", in *Análise Social*, Vol. XXXII (140), 1997, p. 215-218.
DESANTI, Jean-T., "Réflexions sur la notion de gauche", in *Les Temps Modernes* (dir. Jean-Paul Sartre), 10.e année, n.os 112-113, 1955, p. 1678-1697.
DUVERGER, Maurice, *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
FAFE, José Fernandes, *Esquerda – a novíssima e a eterna*, Lisboa, O Jornal, 1985.
FERNANDES, António Teixeira, *Os fenómenos políticos (sociologia do poder)*, Porto, Edições Afrontamento, 1988.
HESPANHA, António Manuel, "A emergência da História", in *Penélope*, n.º 5, 1991, p. 9-25;
"História e Sistema: interrogações à historiografia pós-moderna", in *Ler História*, n.º 9, 1996, p. 65-84.

JUILLARD, Jacques, "A política", in *Fazer História*, Vol. 2, Amadora, Livraria Bertrand, 1981, p. 263-285.
MENDES, José M. Amado, "A biografia na História", IX Encontro de Professores de História – Comunicações, Caldas da Rainha, 15, 16 e 17 de maio de 1991.
POUILLON, Jean, "La gauche et l'histoire", in *Les Temps Modernes* (dir. Jean-Paul Sartre), 10.e année, n.os 112-113, 1955, p.1659-1678.
RAMOS, Rui, "A causa da História do ponto de vista político", in *Penélope*, n.º 5, 1991, p. 27-47.
SARTORI, G., *Partidos y sistemas de partidos*, Madrid, Alianza Editorial, 1982.
TORGAL, Luís Reis, "Sobre a história do Estado Novo. Fontes, bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos", in *Revista de História das Ideias*, Vol. 14, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras de Coimbra 1992, p. 529-554.
VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1983.
WEBER, Max, *Economia y Sociedad – Esbozo de sociología comprensiva*, 2.ª ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1964.
WEBER, Max, *O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, s.d.

B. Obras de caráter geral e enquadramento

AMEAL, João, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 8.ª ed., 1974.
BARRETO, António, e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, 3 vol., Porto. Livraria Figueirinhas, 1999.
BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa, uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
MALTEZ, José Adelino, *Tradição e revolução*, 2 vol., Lisboa, Tribuna, 2004-2005.
MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa. Alguns aspetos estruturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971;
Guia de História da I República Portuguesa, Lisboa, Editorial Estampa, 1981;
Dicionário de Maçonaria Portuguesa, 2 vol., Lisboa, Editorial Delta, 1986;
História de Portugal desde os tempos mais antigos até à Presidência do Sr. General Eanes, 3.ª ed., III Vol., Lisboa, Palas Editores, 1986;
História da Primeira República – As Estruturas de Base, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d.
MARQUES, A. H. de Oliveira [et al.] (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa / Porto, Assembleia da República / Edições Afrontamento, 2000.
MEDINA, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, 7 vol., Camarate-Lisboa, Amigos do Livro-Multilar, [1986-90];
História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, Vol. X, XI, XII, XIII, Alfragide, Ediclube, [1993].
RAMOS, Rui, "A Segunda Fundação", in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

JoseDominguesDosSantos.indb 364 12/10/2012 14:42

ROSAS, Fernando, "O Estado Novo", in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vol., Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.
SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 2.ª ed., 6 vol., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975-78.
SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal,* Vol. XI: *Portugal – da Monarquia para a República* (coord. de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1991; Vol. XII: *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (coord. de Fernando Rosas), Lisboa, Editorial Presença, 1992.
TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Maria Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

C. Obras e artigos de caráter específico

AA.VV., *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia – 1926-1959*, 2 vol., Lisboa, Fragmentos, 1987.
AA.VV., *O Fascismo em Portugal*. Atas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 1992.
AA.VV., *A vida da República Portuguesa, 1890-1990*, 2 vol., Lisboa, Universitária Editora / Cooperativa de Estudos e Documentação, 1991-1995.
AA.VV., *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1996.
AA.VV., *Portugal e a Guerra Civil de Espanha* (coord. de Fernando Rosas), Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
AA.VV., *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo.* (coord. de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto), Lisboa, Edições Colibri, 2000.
AA.VV., *A República ontem e hoje* (coord. de António Reis), Lisboa, Edições Colibri, 2002.
AA.VV., *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS, 2004.
AFONSO, Aniceto, *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
ALLEGRO, José Luciano Sollari, *Para a História da Monarquia do Norte*, Edição do autor, s.l., 1988.
ALMEIDA, Pedro Tavares de Almeida (org. e introd.), *Legislação eleitoral Portuguesa: 1820-1926*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional--Casa da Moeda, 1998.
AMARO, António Rafael, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, 1995.
AMEAL, João (dir.), *Anais da Revolução Nacional*, 4 vol., Lisboa, 1948.

JoseDominguesDosSantos.indb 365 12/10/2012 14:42

ANTUNES, José Freire, *A desgraça da República na ponta das baionetas*, Lisboa, Ed. Bertrand, 1978.

ARRANJA, Álvaro, "Um governo de esquerda na I República", in *História*, Ano XXII (III Série), n.º 29, outubro 2000, p. 10-13.

BAIÔA, Manuel, *Elites políticas em Évora – Da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

BANDEIRA, Filomena, "A oposição externa à Ditadura: a Revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa", *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia, 1926-1929*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 29-46.

BATISTA, Jacinto, *Surgindo vem ao longe a nova aurora. Para a história do diário sindicalista "A Batalha" (1919-1927)*, Venda Nova, Amadora, Bertrand, 1977.

BRÁS, Rui Manuel, "As relações entre socialistas e comunistas nos anos de 1923--1925", in *Ler História*, n.º 45 (2003), p. 155-166.

BORREGO, José, "Fevereiro de 1927 – crónica de uma revolta falhada", in *História*, n.º 40, fevereiro de 1982, p. 26-48;
"A primeira revolta contra a ditadura – O 3 de Fevereiro de 1927 vivido hora a hora", in *História*, n.º 52, fevereiro de 1983, p. 2-25.

CABRAL, Manuel Vilaverde, "Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes", in *Análise Social*, Vol. XII (48), 1976, p. 873-915.

CAMPINOS, Jorge, *A ditadura militar, 1926-1933*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975.

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

CATROGA, Fernando, *A importância do Positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal* (Sep. Biblos, Vol. LIII), Coimbra, Faculdade de Letras, 1977;
"Os inícios do Positivismo em Portugal – O seu significado político-social", in *Revista de História das Ideias*, Vol. I, 1977, p. 287-394;
O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910, 2 vol., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

CHORÃO, Luís Bigotte, *A crise da República e a Ditadura Militar*, Lisboa, Sextante Editora, 2009.

CORREIA, Pedro de Pezarat, "3 de Fevereiro de 1927", in *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*, n.º 8, 2008, p. 49-56.

COSTA, António Luís Pinto da, "A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: a Liga de Defesa da República ou Liga de Paris", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 5, Universidade Nova de Lisboa, 1900-1991, p. 247-274.

COSTA, Eduardo Freitas da, *História do 28 de Maio*, Edições do Templo, 1979.

COSTA, Ramiro da, *Elementos para a história do Movimento Operário em* Portugal, 1820-*1975*, 2 vol., Lisboa, Assírio e Alvim, 1979.

CRUZ, Manuel Braga, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980;
"A oposição eleitoral ao Salazarismo", in *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 2.º Vol., Coimbra, 1983, p. 701-781;

JoseDominguesDosSantos.indb 366 12/10/2012 14:42

A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo", in *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras de Coimbra, 1985, p. 347- 371;
Monárquicos e Republicanos no Estado Novo, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.

DINIZ, Aires Antunes, *Álvaro de Castro – Pela República, Liberdade e Democracia*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 2005.

FARIA, Cristina Azevedo, "A renúncia de Teixeira Gomes", in *História*, n.º 31, dezembro de 2000, p. 18-27.

FARINHA, Luís, *O Reviralho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998;
Cunha Leal, deputado e ministro da República. Um notável rebelde, Lisboa, Assembleia da República / Texto Editores, L.da, 2009.

FERREIRA, David, *História Política da Primeira República Portuguesa*, 3 vol., Lisboa, Livros Horizonte, 1973-1981.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

FONSECA, Carlos da, "A revolta imaginária. O operariado frente ao 28 de Maio", in *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras de Coimbra, 1985, p. 373- 390.

FREIRE, João, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992.

GARCIA, Maria Madalena, *Arquivo Salazar. Inventário e Índices*, Lisboa, Editorial Estampa / Biblioteca Nacional, 1992.

GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*, Lisboa, Assembleia da República / Dom Quixote, 2005.

GUERREIRO, Fernando, "Bento Gonçalves, o PCP e a questão das alianças na luta antifascista dos anos 30 em Portugal – O sistema de alianças", in *Seara Nova*, n.º 1553, março de 1975, p. 16-26.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989;
A propaganda republicana, 1870-1910, Coimbra, 1990;
Da Monarquia à República, Viseu, Palimage, 2001.

JESUS, Quirino de, "Tabacos em Portugal. A ruína e a salvação", in *Seara Nova*, n.º 75, Lisboa, 20 de fevereiro de 1926, p. 49-52.

LEAL, Ernesto Castro, *Nação e nacionalismos. A cruzada nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938),* Lisboa, Edições Cosmos, 1999;
Partidos e Programas – O campo partidário republicano português (1910-1916), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

LEMOS, Mário Matos E., "A Revolução triunfante. Guiné – 1931", in *Revista de História das Ideias*, n.º 17, 1995, p. 303-347.

LOPES, Arthur Ribeiro, *Histoire de la République Portugaise*, Paris, Les Oeuvres Françaises, s.d.

LOPES, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MADUREIRA, Arnaldo, *"O 28 de Maio". Elementos para a sua compreensão*, 2 vol., Lisboa, Editorial Presença, 1978-82.

MANTA, L. H. Afonso, A Frente Popular Antifascista em Portugal, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976.

MARGARIDO, Alfredo, *A introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa, Guimarães & C.ª, Editores, 1975.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Afonso Costa*, 2.ª ed., Lisboa, Arcádia, 1975;

Bernardino Machado (colaboração de Fernando Marques da Costa), Lisboa, Montanha, 1978;

A Literatura clandestina em Portugal, 1926-1932, 2 vol., Lisboa, Fragmentos, 1990;

"A revolução gorada", in *Jornal de Vila Meã*, fevereiro de 2000, p. 12 e 14.

MARTINS, António Viana, *Da I República ao Estado Novo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

MARTINS, Hermínio, "O federalismo no pensamento político português", in *Penélope*, 18, 1988, p. 13-49;

Classe, "Status" e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1998.

MATOS, Luís Salgado de, *A Separação do Estado e da Igreja*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2011.

MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

MEDINA, João; MATOS, Sérgio Campos; VENTURA, António, *Estudos sobre António Sérgio*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. I – *A mocidade e os princípios (1889-1928;* Vol. II – *Os tempos áureos (1928-1936);* Vol. III – *As grandes crises (1936-1945)*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977-1978.

NUNES, João Arsénio, "A formação da estratégia antifascista (1929-1935)", in *História*, ano XVIII (nova série), n.º 17, fevereiro de 1996, p. 22-33.

OLIVEIRA, Carlos de, *Código Administrativo*, Porto, Livraria Chardron, 1917.

OLIVEIRA, César, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990.

O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista, Lisboa, Edições Avante!, 1985.

O pensamento que norteou o movimento militar do 28 de Maio de 1926, Lisboa, Edição da Candidatura à Presidência da República do almirante Quintão Meireles, 1951.

PABÓN, Jesus, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Editorial Aster, 1961.

PAIS, José Machado, "A crise de regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas", in *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, Vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 129-144.

PAXECO, Óscar, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Império, 1937.

PEREIRA, Ana Cristina Clímaco, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, Thèse présentée pour le Doctorat de l'Université de Paris 7 (Denis Diderot), mention Sociétés Occidentales, 5 vol., Paris, 1998 (policopiado).

JoseDominguesDosSantos.indb 368 12/10/2012 14:42

PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Manuel Barreira Editor / Livraria Simões Lopes, 1959.

PEREIRA, Gaspar Martins (org.), *Eduardo Santos Silva, Cidadão do Porto (1879--1960)*, Porto, Campo das Letras, 2002.

PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política,* Vol. 1: *"Daniel", o jovem revolucionário (1913-1941),* Lisboa, 1999; Vol. 2: *"Duarte", o dirigente clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001; Vol. 3: *O Prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

PERES, Damião, *História de Portugal – Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954.

PINTO, António Costa, "A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação", in *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS, 2004, p. 165-183.

PINTO, Jaime Nogueira, *Nobre Povo. Os Anos da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 1910.

PINTO, Ricardo Leite, "União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. Um partido político na transição da I República para o Salazarismo", in *Polis*, n.os 4/5, Lisboa, 1995, p. 131-260.

A política de informação no regime fascista, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros /Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1980.

A preparação ideológica da intervenção militar de 28 de Maio de 1926 (org. pref. e bibliografia de José Pacheco Pereira), Porto, Afrontamento, 1978.

QUEIROZ, António José, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008;

"As eleições legislativas de 1925", in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, Vol. 11, Porto, 2010;

Um projeto descentralizador: O Núcleo Republicano Regionalista do Norte (1920--1924), Porto, O Progresso da Foz, 2010.

QUEIROZ, Vasco de Barros, *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a ação política de Thomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, L.da, 1985.

RABY, Linda Dawn, *A Resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar*, 1941-1974, Lisboa, Salamandra, 1989.

RAMOS, Rui, "A ideia republicana e a história da Republica em Portugal (a propósito de alguns livros recentes)", in *Análise Social*, Vol. XXVII (115), 1992, p. 229-239;

"A Segunda Fundação (1890-1926)", in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994;

"O fim da República", in *Análise Social*, Vol. XXXIV, (153), 2000, p. 1059-1082;

"Sobre o caráter revolucionário da Primeira República Portuguesa (1910-1926): uma primeira abordagem", in *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.os 9/12, 2003, p. 5-60;

Outra Opinião – Ensaios de História, Lisboa, O Independente, 2004;

"O 25 de Abril de Salazar", in *Atlântico*, Ano 2, n.º 15, junho de 2006, p. 20-22.

REGO, Raul, *História da República*, 5 vol. Lisboa, Círculo de Leitores, [1986-1987].

REIS, António, *Raul Proença. Biografia de um intelectual político republicano*, 2 vol., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

JoseDominguesDosSantos.indb 369 12/10/2012 14:42

REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e Açores, 1931*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
ROCHA, Francisco Canais, "Convergência de socialistas e comunistas na I República (1921-1926)", in *Vértice*, n.º 56, setembro-outubro, p. 5-11.
RODRIGUES, Edgar, *Deus Vermelho*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1978.
ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009.
SCHWARTZMAN, Kathleen C., "Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da Primeira República Portuguesa", in *Análise Social*, Vol. XVII (65), 1981, p. 153-162.
SEQUEIRA, João Luís, *João Pina de Morais – Vida, pensamento e obra*, Porto, Edições Caixotim, 2007.
SERRA, João B. e MATOS, Luís Salgado de, "Intervenções militares na vida política", in *Análise Social*, 3.ª Série, Vol. XVIII (72-73-74), Lisboa, 1982, p. 1165-195.
SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo. História de uma vida*, 2 vol., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
SILVA, João Manuel Gonçalves da, *O Partido Reconstituinte: Clientelismo, facciona-lismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920--1923)*, Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996 (policopiado).
SOUSA, Fernando, *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, 2 vol., Porto, Câmara Municipal do Porto, 2009.
TELO, António José, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980-1984.
TORGAL, Luís Reis, *António José de Almeida e a República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
VALÉRIO, Nuno, *As Finanças Públicas Portuguesas entre as duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
VENTURA, António, *O imaginário seareiro. Ilustradores e ilustrações da revista "Seara Nova"*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
WHEELER, Douglas L., *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988;
WHEELER, Douglas L., *História Política de Portugal, 1910-1926*, Lisboa, Publicações Europa-América, [1985].

D. Memórias, relatos e textos da época

AA.VV., *In Memoriam Alvaro de Castro*, Lisboa, 1947.
Almanaque de A Batalha para 1926 (1.º ano de publicação), Lisboa, 1926.
ALMEIDA, António José, *Quarenta anos de vida literária e política*, 4 vol., Lisboa, J. Rodrigues & C.ª, 1933-1934.
ALVES, Ferro, *Os Budas – O contrabando de armas*, Lisboa, 1935;
A Mornaça – A revolta nos Açores e Madeira em 1931, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1935.

ANACLETO, A. Neve, *A longa luta – preso, algemado e deportado*, Lisboa, Edição do autor, s.d.

BEIRÃO, Caetano, *A lição da Democracia*, Lisboa, Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1922.

BRANDÃO, Raul, *Vale de Josafat*, Lisboa, Seara Nova, 1933.

CAMOESAS, João, *Proposta de Lei de Organização Rural*, Porto, Renascença Portuguesa, 1925;

Fisionomia verdadeira da República de Portugal, Tauton, 1948 (inédito);

Pregação no Deserto, Porto, Lello & Irmão, 1948.

CAMPOS, Ezequiel de, *Política*, 2.ª ed., Porto, Lello & Irmão Editores, 1954.

CARDOSO, Sá, *Memória duma época e apontamentos políticos*, Edição do autor, Lisboa, 1973.

CARVALHO, António G. C. Ribeiro de, *Prelúdios duma ditadura*, Lisboa, 1957.

CARVALHO, João Pereira de, "A verdadeira história do 28 de Maio", in *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*, n.º 8, 2008, p. 157-172.

CHAGAS, João, *Cartas Políticas*, 5 vol., Lisboa, 1908-1910.

COELHO, Vieira, *Memórias dum revolucionário. Subsídios para a história do movimento de 28 de Maio,* Lisboa, 1951.

COIMBRA, Leonardo, *O Problema da Educação Nacional* (Tese apresentada ao Congresso da Esquerda Democrática realizado em 1926), Porto, Maranus, 1926;

Cartas, conferências, discursos, entrevistas e bibliografia geral (compilação e notas de Pinharanda Gomes e Paulo Samuel), Lisboa, Fundação Lusíada, 1994.

COLLAÇO, João Maria Tello de Magalhães, *Da vida pública portuguesa*, Vol. II: *Conservadores e radicais*, Lisboa, Edição do autor, 1926.

Coronel Hélder Ribeiro – Correspondência recebida (1902-1931) e notas autobiográficas (coord. e estudo introdutório de Francisco Ribeiro da Silva), Porto, Universidade Portucalense / Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997.

COSTA, Marechal Gomes da, *Memórias* (prefácio de Ayres d'Ornellas e posfácio de Ferreira do Amaral), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1930.

COSTA, Sousa, *Páginas de sangue,* II Vol. – *Buíças, Costas & Comp.ª*, 3.ª ed., Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, s.d.

CRUZ, Eduardo Cerqueira Machado, *Escritos inéditos ou dispersos*, s.l., 1985.

D'AGUIAR, Armando, *A Ditadura e os Políticos*, Lisboa, Editorial Hércules, 1932.

FAZENDA, Pedro, *A crise política (em Portugal)*, Lisboa / Porto / Coimbra / Rio de Janeiro, Lumen, 1921.

FERNANDES, Vasco da Gama, *Depoimento inacabado – Memórias*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1975.

FERREIRA, José Eugénio Dias, *Política Nacional. Trabalhos de propaganda política.* Carta-Prefácio de Júlio de Vilhena, Lisboa, 1926.

FIGUEIREDO, Fidelino de, *O pensamento politico do Exército*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, [1926].

FONTES, Vital, *Servidor de Reis e de Presidentes*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, L.da, 1945.

GODINHO, José Magalhães, *Pedaços de uma vida*, Lisboa, Pégaso Editores, 1992.

JoseDominguesDosSantos.indb 371 12/10/2012 14:42

GONÇALVES, Bento, *Os Comunistas*, Porto, Editora A Opinião, 1976.
GUEDES, Armando Marques, *Cinco meses no governo*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1926;
Páginas do meu diário, Lisboa / Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1957.
GUYOMARD, Georges, *La Dictadure Militaire au Portugal. Impressions d'un Français retour de Lisbonne*, Paris, Les Presses Universitaires de France, 1927.
ILHARCO, A. (General), *Memórias. Alguns apontamentos sobre a influência da política no Exército*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1926.
JESUS, Quirino de e CAMPOS, Ezequiel de, *A crise portuguesa. Subsídios para a política de reorganização nacional*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1923.
LEAL, Francisco Cunha, *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Imprensa de Portugal e Brasil, [1926];
Os Partidos Políticos na República Portuguesa, Corunha, Imprensa Moret, 1932;
Coisas dos tempos idos. As minhas memórias, 3 vol., Lisboa, Edição do autor, 1967.
A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928 (org. e notas de A. H. de Oliveira Marques), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.
LOPES, Norberto, *O Exilado de Bougie*, 2.ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1942.
MACHADO, Bernardino, *Depois de 21 de maio*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923;
A irresponsabilidade governativa e as duas reações: monárquica e republicana, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924;
Manifestos Políticos (1927-1940), (compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Palas Editores, 1978.
MAGALHÃES, Luiz de, *Perante o Tribunal e a Nação*, Coimbra, Coimbra Editora, L.da, 1925.
MAGNO, David J. G., *A Situação Portuguesa*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, L.da, 1926.
MALON, Benoit, *O Socialismo Integral* (trad. de Heliodoro Salgado), 2 vol., Lisboa, 1899-1900.
MARTINS JUNIOR, *O Presidente Landrú na Republica da Calábria*, Edição do autor, Lisboa, 1927.
MELO, Roberto de Sampaio e, *O cerco do Porto. 3 a 7 de fevereiro de 1927 (Memórias d'um sitiado). 5 dias e 5 noites sob a metralha*, 2.ª ed., Porto, 1927.
MONIZ, Jorge Botelho, *O 18 de Abril (Elementos para a história d'uma revolução vencida),* Lisboa, Edição do autor, 1925.
MORGADES, Jean, *Vers L'Entente Iberique*, s.l., [1945].
NETO, Capitão David, *Doa a quem doer*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1933.
NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar. Dois anos de história de política contemporânea*, Lisboa, 1928.
NUNES, Leopoldo, *O general Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931* (org. de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Publicações D. Quixote, [1975].
OLIVEIRA, Maurício de, *Diário de um jornalista, 1926-1930*, Lisboa, 1973.
PEREIRA, Consiglieri Sá, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924.
PIMENTA, Alfredo, *Nas vésperas do Estado Novo*, Lisboa, Nova Arrancada, 1998.

JoseDominguesDosSantos.indb 372 12/10/2012 14:42

PIMENTEL, João Sarmento, *Memórias do Capitão*, 2.ª ed., Porto, 1974.
PIO, Coronel F. de Oliveira, *Duas palestras sobre o fascismo ibérico*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1959.
PROENÇA, Raul, *Panfletos – A Ditadura Militar*, Lisboa, 1926;
Páginas de Política, 4 vol., Lisboa, Seara Nova, 1972-1975;
Polémicas (org. prefácio e cronologia de Daniel Pires), Lisboa, Publicações D. Quixote, 1988.
REBELO, José Pequito, *As falsas ideias claras em Economia Agrária*, Lisboa, 1926.
RELVAS, José, *Memórias políticas*, Vol. 1 (prefácio de João Medina, apresentação e notas de Carlos Ferrão); Vol. 2 (prefácio e notas de Carlos Ferrão), Lisboa, Edições Terra Livre, 1977-1978.
A Revolução de 7 de Fevereiro de 1927, Lisboa, Editorial Império, 1938.
RIBEIRO, Coronel Hélder, *Correspondência recebida (1902-1931) e notas autobiográficas* (coord. e estudo introdutório de Francisco Ribeiro da Silva), Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997.
RUAS, António, *Questões de hoje e de amanhã: ensaios e comentários*, Lisboa, Edições Cosmos, 1939.
SALAZAR, Oliveira, *Discursos, 1928-1934*, Vol. I, 5.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1961.
Sarmento Pimentel ou uma geração traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das "Memórias do Capitão", 2.ª ed., Lisboa, Aster, 1977.
SANTANA, Emídio, *Memórias de um militante anarcossindicalista*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, s.d.
SANTOS, José Domingues dos, *Mensagem aos democratas portugueses*, Paris, 1946.
Seara Nova – Antologia (organização, prefácio e notas de Sottomayor Cardia), 2 vol., Lisboa, Seara Nova, 1971-1972.
SÉRGIO, António, *Correspondência para Raul Proença* (ed. de José Carlos González), Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987.
SILVA, José, *Memórias de um operário*, 2 vol., Porto, 1971.
SOARES, Mário, *Portugal amordaçado – Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974.
SOUSA, Manuel Joaquim de, *Últimos tempos de ação sindical livre e do anarquismo militante, 1925-1938*, Lisboa, Antígona, 1989.
"Uma fonte inédita para a história de Portugal em 1917-24. O 'Diário Íntimo' de Afonso Costa" (introdução, tradução e notas de A. H. de Oliveira Marques), in *História*, n.º 24, outubro, 1980, p. 28-39.
A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931 (org. prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1973.
VALENÇA, F., *Caricaturas Pessoais*, Lisboa, Renascença Gráfica, 1931.
VASCONCELOS, Joaquim C. de, *O Movimento Nacional de 18 de Abril. Comentários e revelações*, Porto, Depositário e Editor Manoel Guedes Cardoso, 1925.
XAVIER, Alberto, *Memórias da vida pública*, Lisboa, Livraria Ferin, 1950.

JoseDominguesDosSantos.indb 373 12/10/2012 14:42

Índice remissivo

As designações que integram o índice remissivo referem-se aos principais organismos, instituições, pessoas, locais, acontecimentos e temas que se encontram referenciados ao longo do texto.

I República – 11, 150, 162, 206, 238
II Guerra Mundial – 204, 213, 214
II República – 192
28 de Maio de 1926 – 115, 162, 163, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 177, 179, 186, 228, 229, 254, 326, 329, 330
31 de Janeiro de 1891 – 78, 146, 180, 226, 238, 239, 241, 242, 254, 335, 336, 338, 340
5 de Outubro de 1910 – 22, 27, 42, 71, 85, 146, 178, 206, 223, 225, 241

A

Abreu, Paulo Cancela de – 108, 111, 112
Abreu, Rodrigo de – 230
Ação Republicana – 87, 92, 94, 103, 106, 168, 230, 232
Açores – 43, 58, 186, 193
Agência Financial Portuguesa do Rio de Janeiro – 55
Aguiar, Mário de – 66, 165
Alcântara – 182, 339
Alentejo – 130, 270, 285, 311
Algarve – 130, 166
Aliança Ibérica – 206, 248
Aliança Republicano-Socialista – 196
Aljube – 20, 28, 29, 31, 34, 35, 254, 334
Allegro, António Sollari – 27, 28, 29, 30, 31, 255
Almeida, Alexandre Barbedo Pinto de – 25
Almeida, António José de – 11, 39, 42, 46, 57, 61, 62, 63, 65, 70, 71, 73, 76, 78, 80, 101, 115, 116, 118, 185
Almeida, Fernandes de – 47
Almeida, Filémon de – 231
Almeida, João de – 172, 255
Almeida, Júlio César de – 178, 180, 186, 203
Almeida, Pedro de – 160
Alpoim, Amâncio – 139
Amadora – 129
Amaral, Manuel Gomes do – ver Magalhães, Armando Correia de
Amarante – 15, 27, 163, 180, 265, 271, 280
Anacleto, Neves – 212, 213
Angola – 91, 108, 113, 295, 310
Angra do Heroísmo – 101, 285, 289
Antela – 23, 333
Aragão, Cunha – 199
Arcos de Valdevez – 164, 268
Arsenal da Marinha – 70, 292
Assembleia Nacional – 229
Associação Comercial de Lisboa – 87, 96, 113, 289
Associação do Registo Civil – 82, 128, 338
Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto – 233, 290
Avante! (Órgão Central do PCP) – 199
Ávante! (panfleto clandestino) – 105, 181

Aveiro – 210, 227, 228, 229, 264, 277, 282, 289
Aver-o-Mar – 143
Azambuja – 149, 239
Azaña, Manuel – 194
Azevedo, Djalme de – 30, 31
Azevedo, Manuel Pinto de – 232

B
Baiona – 186
Bairros Sociais – 42, 55, 57, 58, 60, 264, 265, 266, 270
Banco Angola e Metrópole – 151, 163
Banco de Portugal – 55, 87, 96, 110, 111, 113, 114, 164, 329
Banco do Brasil – 221
Banque Française du Commerce Exterieur – 221
Barcelona – 203
Barreto, Correia – 38, 48, 51, 101
Barriga, Pinto – 166
Basto, Lima – 80
Batalha (A) – 21, 162
Batalha, Ladislau – 59
Batista, António Maria – 49, 50, 335
Batista, Jaime – 168
Bayonne – 195, 339
Beires, Sarmento de – 192, 196, 199
Belém – 46, 47, 98, 101, 145, 151
Bélgica – 190, 203, 211
Beneš, Edvard – 216
Beyris – 195, 197, 339
Biarritz – 204, 355
Borges, França – 69
Borges, Francisco António – 120
Borges, Vasco – 88, 93, 94, 111
Bouças – 24, 333
Braga – 27, 160, 162, 183, 229, 265, 270, 273, 274, 278, 279, 289, 340
Braga, Alexandre – 120
Braga, Daniel Rodolfo de Carvalho – 160
Bragança – 185, 264, 270, 289, 302, 336
Brandão, Joaquim – 113
Brandão, Mário Cal – 226
Brandão, Raul – 70, 125
Brasil – 34, 39, 81, 212, 214, 215, 219, 221, 245, 280, 296
Budas – 191, 195, 197, 201, 203, 204
Bulgária – 207, 252
Burnay, Henrique – 155

C
Cabanelas – 24, 333
Cabeçadas, Mendes – 160, 162, 167, 175, 224
Cabo Verde – 149, 163, 180
Cabral, Sacadura – 80
Caldas da Rainha – 48, 111, 113, 267, 269, 281
Camacho, Brito – 11, 45, 46, 51, 53, 59
Camacho, Inocêncio – 53
Câmara Municipal do Porto – 26, 31, 108, 265, 334
Câmara, Filomeno da – 101
Camoesas, João – 22, 41, 54, 81, 106, 114, 198, 336
Campanha de Salvação Nacional – 188
Campos, Ezequiel de – 25, 26, 95, 302
Canhotos – 96, 98, 104, 107, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 141, 150, 156
Capinha, Jorge Barros – 134
Capital (A) – 38, 41, 43, 44, 45, 49, 53, 61, 74, 80, 83, 85, 90, 91, 125, 129, 133, 153, 155, 157, 167, 336, 337
Cardoso Júnior, Francisco José – 231
Cardoso, Carlos Ernesto de Sá – 225
Cardoso, Sá – 37, 39, 44, 45, 47, 48, 51, 81, 84, 85, 103, 105, 109, 110, 123, 169, 225, 334
Carmona, Óscar – 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 185, 187, 209
Carnegie, Lancelot – 167
Cartel des Gauches – 92
Carvalho de Araújo (cruzador) – 101
Carvalho, António Ribeiro de – 192, 199, 201
Carvalho, Augusto Ribeiro de – 78, 161
Carvalho, Evaristo de – 130
Carvalho, Fausto Patrício Lopo de – 108
Carvalho, João Manuel de – 86

Carvalho, João Pereira de – 160, 170, 175, 179, 199
Carvalho, Joaquim Ribeiro de – 46, 116
Carvalho, Morais – 112, 113
Carvalho, Pires de – 129, 191
Carvalho, Tavares de – 32, 111, 112, 170, 185
Carvalhos – 23, 333
Casa Basca – 205, 206
Casa Pia de Lisboa – 55, 266
Cascais – 79, 337
Castro, Álvaro de – 11, 20, 41, 44, 48, 49, 50, 53, 54, 57, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 97, 98, 101, 110, 115, 116, 118, 119, 128, 129, 155, 168, 169, 172, 173, 178, 179, 186, 336
Castro, Canto e – 38, 115
Castro, Deodoro Liz de – 211, 218, 223
Castro, Pedro de – 165
Causa Monárquica – 138, 139, 225
Causa Republicana – 223, 224, 225
Centro 5 de Outubro – 96
Centro Católico Português – 138, 139
Centro Republicano Democrático do Porto – 124, 228, 335
Centro Republicano Democrático Dr. José Falcão – 143
Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos – 136, 337, 338, 339
Cerqueira, Lago – 32, 151, 163, 190, 191, 195
Chagas, João – 33
Chateaubriand, Assis – 213
Chaves – 27, 69, 166, 177
Chaves, Adalberto Claro – 169
Chaves, Alfredo – 177
Chaves, Rego – 43
Checoslováquia – 164, 216, 260, 261, 263
Cid, Matos – 46
Cirne, Jaime – 19, 20, 86
Claro, António – 170
Coelho, Manuel Maria – 70, 73, 74
Coelho, Trindade – 76
Coelho, Vieira – 160, 161
Coimbra – 20, 24, 25, 27, 73, 111, 112, 123, 160, 161, 224, 225, 230, 264, 265, 266, 280, 289, 336, 338, 340, 343
Coimbra, Leonardo – 68, 82, 83, 94, 117, 124, 125, 144
Comissão Central de Resistência – 135, 136, 137
Comissão Cívica Eleitoral – 229
Comissão de Defesa da República – 32
Comissão de Estudos e Diplomacia – 190
Comissão Portuguesa à Conferência de Paz – 38
Comissão Promotora do Voto – 209, 225
Comité de Defesa da República – 136
Comité Revolucionário de Lisboa – 179
Comité Verde – ver Junta Militar Revolucionária
Companhia de Jesus – 145
Companhia de Moçambique – 110
Companhia dos Fósforos – 114
Companhia dos Tabacos – ver Questão dos Tabacos
Conde de Mangualde – 30
Confederação Geral do Trabalho – 21, 95, 96, 158, 161, 162
Conferência de Washington – 43, 59
Conferência Financeira de Bruxelas – 153
Conferência Interparlamentar – 110
Congresso da Internacional Comunista, VII – 199, 200
Conjunção Republicano-Socialista – 138, 139
Conselho de Oficiais do Norte – 179
Conselho Nacional de Unidade Antifascista – 205, 207
Cordes, Sinel de – 101, 170, 171, 180, 185
Correia, António – 111
Correia, Velhinho – 85, 88, 98
Correspondance Internationale (La) – 200, 339
Cortesão, Armando – 206, 207

Cortesão, Camilo – 182
Cortesão, Jaime – 71, 178, 182, 186, 193, 194, 195, 197, 198, 202, 203, 204, 231, 232
Corunha – 197
Costa, Afonso – 21, 32, 33, 38, 39, 78, 86, 89, 116, 117, 118, 129, 131, 132, 178, 186, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 211, 212, 338, 339
Costa, Couceiro da – 32
Costa, Fernandes – 46,47, 77
Costa, Gomes da – 162, 167, 168, 169, 170, 171, 172
Couceiro, Paiva – 30, 145
Coutinho, Gago – 80
Couto, Manuel – 160, 211
Cruz Vermelha – 110
Cruz, Eduardo – 226
Cruz, Júlio – 34
Cruz, Nuno – 186
Cunha, António da Silva – 60
Cunhal, Álvaro – 203
Curto, Ramada – 11, 41, 45, 50, 164
Custóias – 333

D
D. Fernando (fragata) – 170, 292
Declaração de Tours – 204
Declaração dos 39 – 120, 121
Delgado, Humberto – 233
Dente de Ouro – ver Olímpio, Abel
Dezembrismo – ver Sidonismo
Diário da Noite – 212, 238, 246
Diário de Lisboa – 21, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 73, 75, 78, 91, 103, 131, 132, 135, 137, 142, 150, 151, 154, 157, 225, 335, 336, 337, 338
Diário de Notícias – 20, 28, 63, 138, 141, 147, 238, 303, 336, 354
Diário do Governo – 32, 62, 168, 262, 323
Dias, Alberto da Cunha – 25
Dias, Sousa – 162, 178, 180
Dimitrov – 199
Diretório Democrato-Social – 226, 227, 229, 233, 340
Diretório Supremo – 196, 197, 198
Ditadura Militar – 167, 175, 177, 185, 195
Domingues, Mário – 25
Duarte, José Francisco – 333
Duarte, Manuel – 232
Durão, Portugal – 57, 80, 94, 108, 129

E
Ebro – 203
Éden Teatro – 29, 30, 31
Eleições – 26, 33, 37, 38, 39, 52, 57, 61, 62, 63, 69, 73, 74, 76, 98, 107, 116, 120, 121, 123, 130, 133, 136, 137, 139, 141, 144, 147, 149, 151, 167, 171, 186, 208, 209, 210, 220, 225, 227, 230, 231, 269, 289, 312, 322, 335
Elvas – 148, 173, 286
Ensino Religioso – 82, 124, 125, 127
Época *(A)* – 52, 139, 147
Espanha – 30, 49, 71, 82, 100, 137, 163, 174, 185, 186, 191, 192, 195, 200, 203, 204, 206, 214, 215, 248, 249, 250, 275, 296, 303
Esplá, Carlos – 203
Esquerda Democrática – 19, 22, 25, 104, 106, 107, 114, 115, 129, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 146, 149, 152, 157, 158, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 174, 182, 222, 230, 239, 260, 261, 263, 298, 299, 308, 310, 313, 314, 315, 316, 318, 320, 321, 322, 337, 338, 339
Estado Novo – 198
Esteves, Raul – 101, 170
Établissements Magalhães – 190
Euzko Etxea – ver Casa Basca

F
Faria, Bernardo – 106
Fazenda, Pedro – 66
Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas – 200

Federação dos Emigrados Portugueses – 205
Federação Ibérica – 206, 248
Felgueiras – 144, 269, 274, 276, 279
Felgueiras, Eurico – 226
Ferrão, Abranches – 88
Ferreira, David – 178, 181
Ferreira, José Eugénio Dias – 169
Ferreira, Miguel – 226
Ferreira, Romano Barnabé – 160
Ferreira, Tavares – 114, 134, 231, 232
Figueira da Foz – 268, 275, 279, 282
Figueirôa, Lino Nunes – 145
Flandres – 69
Folhas Soltas – 144
Fonseca, António – 109, 110
Fonseca, Crispiniano da – 170
Fonseca, Dinis da – 88, 108
Foreign Office – 167, 182, 206
França – 22, 53, 92, 136, 190, 203, 204, 205, 211, 215, 219, 222, 251, 253, 254, 296, 324
França, Olívio – 228
France-Espagne – 200, 212, 238, 340
Franco, Alfredo – 59
Franco, Aníbal – 169
Franco, António de Medeiros – 25
Freiria, Fernando – 109, 180
Freitas, Amadeu de – 149
Freitas, Maldonado de – 68, 232
Frente Popular Portuguesa – 199, 200, 201, 202, 203, 340
Frente Única – 74, 75, 76, 177, 199
Frente Única na Luta pela Amnistia – 199
Funchal – 148

G

Galhardo, Herculano – 49, 129
Garção, Mayer – 136
Garcia, Torres – 88, 111, 112, 114, 160, 161, 336
Gaspar, Rodrigues – 89, 90, 93, 94, 104, 112, 129, 150, 159
Godinho, Vitorino – 94, 98, 336
Gomes, António Luís – 226
Gomes, Lourenço Correia – 83
Gomes, Manuel António – 212, 219, 220, 221
Gomes, Manuel Paulino – 25, 226, 232
Gomes, Mário de Azevedo – 331
Gomes, Paiva – 84
Gomes, Ruy Luís – 209
Gomes, Teixeira – 42, 51, 78, 85, 86, 89, 92, 98, 99, 101, 106, 151, 347
Gonçalves, Bento – 200
Gonçalves, Nogueira – 31
Graça, Silva – 77
Grande Guerra – 52, 54, 64, 109, 287, 306
Granjo, António – 11, 34, 35, 36, 46, 48, 51, 52, 53, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 118
Grécia – 207, 244
Grémio Lusitano – 68
Grémio Madrugada – 68
Grest, Júlio – 203
Greve – 25, 39, 40, 48, 58, 80, 254
Grupo Parlamentar de Ação Republicana – 87
Grupo Parlamentar Democrático – 21, 60, 62, 104, 119, 151
Grupo Parlamentar Dissidente – 118
Grupo Parlamentar Popular – 116
Grupo Republicano de Reconstituição Nacional – 118
Grupos Revolucionários – 75, 96
Guadiana – 163, 295
Guedes, Marques – 31, 153, 154, 156, 161, 165
Guedes, Vaz – 85
Guerra Civil de Espanha – 200, 203, 215
Guerra, Mimoso – 114
Guerreiro, Manuel Pedro – 25
Guimarães – 268, 272, 273, 274, 275, 278, 280
Guimarães, João Correia – 209
Guimarães, Norberto – 188
Guimarães, Vitorino – 39, 43, 45, 56, 80, 88, 97, 98, 99, 100, 103, 113, 129, 130, 132, 133, 152, 154, 164, 165, 180

Guiné – 163, 193
Guisado, Alfredo – 230, 232

H
Habeas corpus – 95, 141, 165, 297, 306, 309
Herriot, Édouard – 92
Hipólito, Abel – 54
Hotel de la Comete – 211
Hotel Vernet – 191

I
Iberia – 205, 206, 238, 252, 340
Imprensa da Manhã (A) – 67, 68, 70, 71
Inglaterra – 204, 246, 247, 248, 260, 296, 306
Inglês, Aboim – 43, 59
Inquilinato – 88, 111, 112
Internacional Comunista – 200
Irujo, Manuel – 206
Issy-les-Moulineaux – 202

J
Jordão, Alberto – 111, 232
Jornal (O) – 213, 238, 339, 340
Jugoslávia – 207, 244, 252
Junta Diretiva da Liga de Defesa da República – 186, 339
Junta Geral do Distrito – 26, 31
Junta Governativa do Reino – 29, 30
Junta Militar Revolucionária – 168
Junta Revolucionária – 70, 160
Juntas Militares – 30, 255

K
Komintern – ver Internacional Comunista

L
Lamego – 180
Lança, Agatão – 30, 70, 97, 102, 106, 182, 192, 196, 201, 202, 204, 217, 337
Laúndos – 143
Lavra – 23, 24, 221, 233, 333, 340
Leal, Cunha – 11, 43, 45, 48, 50, 54, 55, 67, 68, 69, 75, 76, 78, 79, 84, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 110, 112, 113, 116, 130, 132, 133, 157, 159, 164, 165, 166, 193, 195, 197, 208, 231, 257
Legação de Portugal em Paris – 204
Legião Vermelha – 101, 102, 104, 105, 145
Lei da Separação do Estado das Igrejas – 82, 93, 94, 112, 115, 128, 166, 285, 287
Leixões (porto de) – 27, 50, 59, 60, 77, 109, 181, 303
Lello, António – 120
Liga de Paris – ver Junta Diretiva da Liga de Defesa da República
Lima, Armando da Costa – 228
Lima, Magalhães – 11, 67, 68
Lima, Maximiliano de – 71
Lisboa – 27, 30, 32, 33, 35, 40, 46, 50, 54, 59, 60, 62, 66, 67, 73, 75, 76, 77, 80, 86, 91, 96, 105, 116, 117, 122, 127, 130, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 162, 168, 170, 171, 179, 181, 182, 183, 186, 188, 192, 194, 196, 203, 210, 212, 213, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 238, 239, 250, 254, 256, 257, 265, 266, 269, 271, 274, 275, 276, 278, 279, 282, 290, 335, 336, 337, 339
Listas Populares – 140
Livraria Valois – 216
Lobo, Costa – 35
Locatelli, Acquille – 83
Loja Renascença – 335
Loja Serrania – 210
Londres – 53, 54, 164, 180, 204, 205, 206, 207
Lopes, Craveiro – 209, 227
Lopes, Fernando – 225, 226
Lopes, Gaspar Pinto – 170
Lopes, Pina – 50
Lordelo do Ouro – 143, 265, 277, 335, 338

Loureiro, Marques – 112
Loureiro, Nunes – 33
Lourenço Marques – 212, 213, 238, 339
Luta (A) – 46, 67

M
Macedo, Afonso de – 73
Macedo, António – 228
Machado, Bernardino – 11, 56, 57, 61, 63, 85, 86, 111, 122, 147, 151, 177, 186, 188, 190, 192, 193, 195, 197, 200, 201, 203, 204, 335
Machado, Ginestal – 84, 86, 87, 93, 95, 110, 128
Maçonaria – 67, 68, 71, 196, 210, 212, 335
Madeira – 192, 193
Madrid – 186, 191, 194, 195, 199, 203, 248, 250, 269, 271, 272, 280
Madureira, Alberto – 116
Magalhães, Alfredo – 176
Magalhães, Armando Correia de – 201, 202
Magalhães, Barbosa de – 32, 45, 52
Magalhães, Luiz de – 29, 30
Magalhães, Vitorino – 98
Maia, António – 109
Maia, José Carlos da – 70
Manaus – 212, 219
Manhã (A) – 45, 76
Manso, Paiva – 32, 34, 35, 254, 334
Marçal, Orlando – 39, 59
Margarido, Alfredo – 128
Marrocos – 201
Marselha – 203
Martin Guzman, Luís – 195
Martins, Emílio Maria – 238, 334
Martins, Germano – 32, 33, 34
Martins, Júlio – 45, 49, 53, 60, 116
Martins, Rocha – 83
Marx, Karl – 300
Mascarenhas, José de – 152, 160, 161, 186, 199
Matos, Norton de – 33, 38, 39, 186, 187, 196, 208, 209, 218
Matosinhos – 23, 144, 276, 333, 338, 340
Medeiros, Hermano de – 58, 59, 111
Medeiros, Novais de – 111
Mein Kampf – 205
Meireles, Quintão – 209, 226
Melo, Afonso de – 47, 66, 111, 112
Mendes, Filipe – 32, 193, 223
Meneses, Bourbon e – 72
Meneses, Catanho de – 86, 163
Miguéis, José Rodrigues – 181
Mira, Ferreira de – 46
Miranda, Ramos de – 129
Monarquia do Norte – 29, 30, 36
Moniz, Egas – 116
Monsanto – 30, 44, 308
Montanha (A) – 25, 30, 36, 116, 129, 130, 132
Monte Peral – 149, 239
Monteiro, Augusto – 129
Monteiro, Joaquim – 212
Morais, Jaime de – 178, 180, 182, 186, 190, 192, 193, 195, 202, 203, 204
Morais, Pina de – 94, 169, 178, 179, 192, 195, 196
Morais, Tito de – 47
Morgado, Vasco – 232
Moscovo – 145, 199
Mota, Amílcar – 160
Moura, Serra e – 134
Movimento de Santarém – 51
Movimento de Unidade Democrática – 207
Movimento de Unidade Nacional Antifascista – 207
Movimento Nacional Democrático – 209
Movimento Revolucionário de 21 de Maio – 57
Mundo (O) – 27, 32, 46, 52, 65, 66, 67, 68, 69, 91, 112, 118, 134, 135, 146, 149, 158, 159, 161, 167, 181, 185, 334, 335, 337
Mussolini – 100

N
Nápoles, António – 32
Negreiros, Trigo de – 229
Neto, Lino – 93, 94, 262
Nice – 215
Nobre, Augusto – 108, 121
Nogueira, João da Maia – 231
Noite Sangrenta – 71, 122
Nordeste, Alfredo – 170
Norte (O) – 33, 36, 117, 119
Novidades – 180
Núcleo Republicano Regionalista do Norte – 33, 120, 145, 231
Nunes, Guilhermino Alves – 166
Nunes, Jorge de Vasconcelos – 63, 112, 113

O
Ochôa, Gama – 170
Olavo, Carlos – 88, 232
Olímpio, Abel – 71
Oliveira Júnior, Francisco de Paula – 200, 202
Oliveira, Alcide de – 160, 161
Oliveira, Ana Duarte de – 333
Oliveira, Gilberto de – 200
Oliveira, Henrique Pereira de – 120, 121
Oliveira, Lopes de – 180
Oliveira, Maria Duarte de – 23, 333
Oran – 211
Organização das Nações Unidas – 207
Osório, Pereira – 30, 94, 117, 129, 134, 168
Ourense – 197, 339
Outubrismo – 75, 123

P
Pacto Germano-Soviético – 203
País Basco – 185
Pais, Sidónio – 20, 26, 27, 28, 30, 83, 109, 116, 254, 255
Paris – 22, 38, 89, 116, 186, 188, 191, 192, 193, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 221, 222, 238, 276, 279, 332, 339, 340
Partido Comunista Português – 140, 182, 199, 200, 202
Partido Republicano da Esquerda Democrática – 19, 137, 157, 168, 169, 170, 171, 177, 188, 192, 207, 209, 230, 232, 308, 313, 314, 316, 338, 339
Partido Republicano de Reconstituição Nacional (Partido Reconstituinte) – 118
Partido Republicano Liberal (Partido Liberal) – 46, 47, 48, 56, 63, 64, 65, 69, 116, 117, 257
Partido Republicano Nacionalista (Partido Nacionalista) – 84, 92, 99, 106, 110, 126, 138, 139, 148, 232
Partido Republicano Popular (Partido Popular) – 43, 116
Partido Republicano Português (Partido Democrático) – 19, 20, 22, 25, 26, 27, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 42, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 62, 63, 66, 69, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 148, 151, 152, 156, 159, 161, 182, 186, 197, 230, 231, 232, 237, 262, 298, 300, 305, 308, 312, 314, 334, 335, 336, 337
Partido Republicano Radical (Partido Radical) – 117, 138, 140, 148
Partido Socialista Português – 138, 139
Pável – ver Oliveira Júnior, Francisco de Paula
Paz (A) – 142
Pelourinho (O) – 175, 177
Penafiel – 27, 98, 143, 144, 149, 180, 239, 274, 277, 334, 337
Pereira, António Francisco – 42, 59
Pereira, Carlos – 94, 111, 113
Pereira, Consiglieri Sá – 71

Pereira, Domingos – 20, 32, 33, 34, 39, 42, 44, 48, 49, 53, 76, 106, 107, 110, 114, 116, 118, 119, 151, 197, 198, 340
Pereira, Sá – 94, 97, 104, 112, 129, 170
Peres, José Domingos – 162, 170
Peres, Manuel de Sousa – 170
Perpignan – 203
Pessoa, Epitácio – 39
Pestana Júnior, Manuel – 25, 95, 129, 140, 150, 157, 158, 169, 171, 188
Pimenta, Adriano Gomes – 26, 33, 120, 334
Pimentel, João Sarmento – 25, 26, 31, 178, 182, 192
Pinheiro, Meneses – 142
Pinto, Liberato – 54, 57, 67, 68, 335
Pinto, Maia – 73, 74, 75, 76
Pinto, Moura – 115, 193, 197, 198, 203, 204
Pinto, Teixeira – 164, 261, 263
Pinto, Vítor Macedo – 334
Pirenéus – 203, 249
Pires, Marcolino – 46
Pita, Pedro – 93, 94, 104, 106, 107, 113, 114, 115, 134, 152, 232, 337
Plano L – ver Plano Lusitânia
Plano Lusitânia – 203
Polícia Civil do Porto – 180, 334
Polícia de Defesa Política e Social – 199
Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado – 199
Polónia – 207, 244
Ponta Delgada – 59, 148, 264, 289
Pope, Álvaro – 169, 201, 204
Popular (O) – 50
Portel – 149, 239, 266
Portela, Lelo – 59, 108
Porto – 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 55, 59, 60, 64, 66, 69, 73, 75, 77, 80, 108, 109, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 130, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 144, 145, 146, 148, 149, 162, 163, 169, 170, 171, 180, 181, 182, 194, 203, 207, 210, 211, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233, 237, 238, 239, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 265, 266, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 282, 284, 285, 290, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 340
Portugal Republicano (Rio de Janeiro) – 339
Povo (O) – 71, 72
Póvoa de Varzim – 27
Praia da Vitória – 77
Preto, Ramos – 51
Prezado, Santiago – 232
Primeiro de Janeiro (O) – 27, 32, 219
Primo de Rivera – 100
Proença, Raul – 176, 182, 189, 190, 191
Projeto de Plataforma da Frente Única das Forças Motoras Populares da Democracia – 199, 339
Projeto de Trabalhos – 189, 190
Proposta de Organização Revolucionária – 193, 339

Q

Queiroz, Barros – 48, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 83
Querido, José Alves – 333
Questão dos Tabacos – 90, 112, 155, 156, 158, 164, 166, 169, 338

R

Radiodiffusion Française – 215, 219, 220, 238, 340
Ramalhão, Carlos – 228
Ramalho, Celestino da Silva – 333
Ramalho, Evangelina da Silva – 24, 190, 333
Ramos, Anastácio – 143
Ramos, Maria – 333
Ramos, Vicente – 106
Rebate (O) – 91, 130, 132, 133, 134, 144
Rebelo, Pequito – 95
Reis, Mendes dos – 182
Relvas, José – 32, 34, 44, 115, 116

República – 66, 124, 125, 219, 221, 223, 225, 233, 340
República Portuguesa (A) – 25
Resende, António – 35, 193, 209, 211, 214, 219, 220
Restier, Tomás Megre – 144
Revisão Constitucional – 41, 163, 334
Revolta (A) – 174, 175
Revolta de Almada – 160, 164
Revolta do Castelo – 188
Revolução de Fevereiro – 22, 185
Ribeiro, Almeida – 88, 100, 261
Ribeiro, António – 29
Ribeiro, Aquilino – 177
Ribeiro, Hélder – 169, 183, 195, 226, 228, 232
Ribeiro, Joaquim – 97
Ricardo, João Luís – 33, 44, 81, 117
Rio de Janeiro – 55, 77, 175, 212, 213, 238, 305, 309
Rodrigues, António – 30
Rodrigues, Daniel – 91, 158, 166
Rodrigues, David – 97, 113, 180
Rodrigues, Manuel – 170, 173
Rodrigues, Urbano – 185
Rosa, João Pereira da – 96
Rosa, Tomás de Sousa – 84
Rússia – 143, 164, 248, 251, 260, 263

S

S. Romão do Coronado – 335
S. Tomé – 274
Sá, Adrião Guerreiro de – 211
Saint Calais – 217
Saint Michel – 219
Sala do Risco – 101
Salazar, Abel – 208
Salazar, António de Oliveira – 168, 180, 198, 204, 206, 207, 215
Salgueiro, Mário – 72
Salgueiro, Prestes – 192, 193
San Sebastián – 185
Santa Maria (Ilha) – 59
Santarém – 53, 59, 168, 255, 277, 284, 289, 337
Santo Tirso – 149, 271, 277, 290
Santos Júnior, Júlio Gomes dos – 34, 36, 121, 334
Santos, Alexandrino dos – 192, 203
Santos, Cortês dos – 70, 97, 170, 180, 223, 336
Santos, João Pedro dos – 187, 209, 223, 232
Santos, Joaquim Domingues dos – 333
Santos, Machado – 11, 63, 71
Santos, Ribeiro dos – 50, 51
Saque, Virgílio – 134
Sarthe – 217
Seara Nova – 175, 178, 180, 197, 232
Século (O) – 73, 120, 123, 158, 335, 336
Senado Municipal do Porto – 26
Sérgio, António – 22, 180, 186, 189, 191, 192, 209, 225, 226, 231
Serra do Pilar – 30, 181
Serras, Manuel – 164, 230, 231, 232
Serviço de Ligações do Ministério da Guerra – 171
Setúbal – 203, 269, 273, 291, 338
Severino, Bartolomeu – 27, 32, 68, 112
Sevilha – 186
Sidonismo – 19, 27, 36, 39, 58, 70, 102, 109, 120, 121, 125, 252, 253, 255, 256
Silva, Alfredo da – 68, 71
Silva, António da Cruz e – 25
Silva, António Maria da – 11, 33, 38, 39, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 60, 62, 66, 73, 78, 79, 81, 82, 85, 86, 88, 90, 91, 94, 95, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 113, 114, 116, 118, 122, 123, 124, 125, 131, 132, 133, 135, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 178, 180, 188, 240, 242, 334, 335
Silva, António Narciso dos Santos – 211
Silva, Armando Adão e – 223, 224
Silva, Artur Santos – 228
Silva, Augusto Dias da – 40, 42, 58, 60
Silva, Carvalho da – 81, 88, 90, 93, 108, 111, 113, 114
Silva, Dionísio Santos – 33

Silva, Eduardo Santos – 120, 150, 188, 230, 231, 232
Silva, João Batista da – 120
Silva, Manuel José da – 60
Silva, Pereira da – 152
Silva, Plínio – 52, 53, 55, 303
Simões, Jacinto – 223
Simões, Nuno – 32, 59, 90, 93, 151, 232
Soares, Augusto – 56
Soares, Gumercindo – 169
Soares, Mário – 229
Sociedade das Nações – 180
Sol, Joaquina dos Santos – 333
Sol, Manuel Francisco dos Santos – 333
Soromenho, Gustavo – 226
Sousa Júnior, António de – 120
Sousa, Alfredo de – 157
Sousa, Eduardo Pinto de – 188
Sousa, Jaime de – 58, 85, 88, 94
Sousa, Passos e – 179, 181

T
Tassara, Manuel – 202
Teixeira, Tibério José – 226
Tempo (O) – 52
Tribunais de Desastres no Trabalho – 42, 273
Torres Novas – 278
Torres Vedras – 149, 239, 282
Trafaria – 180
Trás-os-Montes – 185, 336
Traulitânia – 29, 53, 145, 252, 253, 254, 304
Tribuna (A) – 51, 52, 61, 62, 64, 69, 72, 74, 75, 79, 86, 94, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 145, 146, 238, 258, 334, 335, 336, 337, 338
Tudella, António – 211, 212

U
União dos Interesses Económicos – 127, 138, 139, 148
União Geral dos Combatentes Republicanos – 197
União Liberal Republicana – 157, 164, 180, 230
União Nacional – 229
União Patriótica e Democrática Portuguesa – 205
União Sagrada – 64
Unir – 201, 202, 203, 238, 340

V
Valença – 180, 280, 286
Valença, Artur Oliveira – 226
Valois, Georges – 216
Vanguarda (A) – 47, 111
Vasconcelos, Amadeu de – 102, 129
Vasconcelos, Augusto de – 46, 51
Vasconcelos, Carlos de – 103, 157, 158
Vaticano – 83, 164, 260, 261, 262, 263
Vaz, Ângelo – 120, 146
Veiga, Luís – 228
Verdade (A) – 25, 130, 145, 146
Verdial, Mem – 32
Viana do Castelo – 27, 149, 211, 230, 239, 271, 272, 283, 289, 291, 337
Viana, Arnaldo – 143
Vidal, Alberto Ferreira – 33
Vieira, Luís – 211
Vigo – 186, 193, 199, 339
Vila do Conde – 277, 336
Vila Flor – 59, 270
Vila Nova de Famalicão – 142, 270, 272
Vila Nova de Gaia – 23, 180, 274, 283, 333
Vila Real – 27, 30, 59, 180, 275, 289, 336
Vilar, Esmeralda – 29
Viseu – 230, 264, 265, 266, 270, 274, 278, 279, 289
Vitória (A) – 46
Vittel – 194
Voltaire – 300
Voz (A) – 71, 146
Voz (La) – 195
Voz de Guipúzcoa (La) – 185, 339

X
Xavier, Alberto – 109

JoseDominguesDosSantos.indb 386 12/10/2012 14:42

JoseDominguesDosSantos.indb 388 12/10/2012 14:42